

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GIOVANA CALLADO FERREIRA

**O RURAL E O URBANO:**

ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutora em História Cultural.

Área de concentração:  
Migração, Construções  
Socioculturais e Meio  
Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. João Klug  
Co-orientadora: Prof. Dr. Eunice  
Sueli Nodari

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2018.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Giovana Callado

O rural e o urbano : ruralidades, meio ambiente e  
expansão urbana em Florianópolis / Giovana Callado  
Ferreira ; orientador, João Klug, coorientadora, Eunice  
Sueli Nodari, 2018.

376 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. História. 2. Rural e urbano. 3. Agricultura urbana.  
4. Meio ambiente. 5. Florianópolis. I. Klug, João. II.  
Nodari, Eunice Sueli. III. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

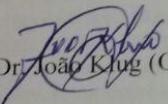
**RURAL E O URBANO: RURALIDADES, MEIO AMBIENTE E  
EXPANSÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS.**

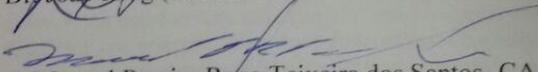
**Giovana Callado Ferreira**

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

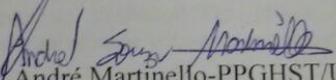
**DOCTORA EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**

  
Prof. Dr. João Klug (Orientador e Presidente) - PPGH/UFSC

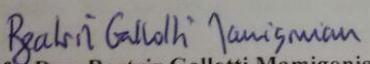
  
Prof. Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos- CA/UFSC

  
Prof. Dr. Marcos Gerhardt- PPGHST/UPF

  
Prof. Dra. André Martinello-PPGHST/UFRN

Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes (Suplente externo) – UFMS

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (Suplente interno) – UFSC

  
Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 27 de fevereiro de 2018



## AGRADECIMENTOS

O desejo de desenvolver o doutorado existia desde sempre. Acreditar que era possível tornou-se concretude a partir do incentivo de uma grande amiga, parceira de trabalho, incentivadora sempre, Eveli D'Avilla de Oliveira. À Eveli agradeço pela amizade, pela força e pelas alegrias partilhadas em tantos momentos.

A trajetória percorrida durante os estudos do doutorado é longa e árdua, sobretudo quando é necessário conciliar trabalho com estudos e pesquisa. Neste processo pude contar com a ajuda preciosa da minha família, marido, pai, mãe, filhos. Tive deles apoio incondicional em todas as etapas deste caminho. No início das disciplinas, minha pequena Helena esteve sempre amparada pela grande amiga Damiana Julião, a quem sou grata eternamente pelo cuidado com meus filhos.

O encontro com meu guru disfarçado de orientador (usando as palavras da querida Ana Carolina Dionísio, a Carú), professor Dr. João Klug, foi um presente. Ele, um incentivador e apoiador incondicional, sempre apontou caminhos, generosamente compartilhando saberes e nos deixando livres para escolher que rumos trilhar.

Agradeço à professora Dra. Eunice Sueli Nodari, co-orientadora e quem me apresentou autores fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao professor Dr. Marco Montezuma, em cujas disciplinas pude aprofundar leituras e conhecer autores também cruciais nesta reflexão.

Agradeço ao professor Dr. Luiz Felipe Falcão, meu orientador no mestrado, por ter me recebido no começo desta jornada para um bate papo com muitas sugestões de leitura e ter me presenteado com livros bem importantes para este trabalho.

Agradeço ao professor Lauro Beling, companheiro de trabalho e aquele que me apresentou ao meu primeiro entrevistado, abrindo caminho para grandes descobertas futuras.

Agradeço ao jornalista Edson Rosa pela ajuda e pelo compartilhamento de material. Igualmente agradeço a Jeanine Tavares pelo empréstimo de material para pesquisa.

Agradeço a Gert Schinke pela gentileza em me receber para uma conversa e dar inúmeras sugestões de material para esta pesquisa.

Agradeço aos professores Rosane Cordeiro e Nelson Eduardo Coelho pelas substituições de aula enquanto estive ausente para apresentar esta pesquisa em Congressos. Igualmente agradeço ao Colégio

Energia, à coordenação, em especial, por permitir minha ausência em certos períodos para cumprir os compromissos da pós-graduação.

Agradeço aos queridos Donnie Marcelo Flausino e Julia Prudêncio por me apresentarem ao grupo Ilha Meimbipe, e também agradeço ao grupo pela acolhida. Igualmente agradeço a Marisa Prudêncio por me apresentar a Ecovila São José e tão carinhosamente me receber em sua casa.

Quero agradecer a todos os amigos e todas as amigas que me indicaram leituras e sugeriram pessoas com quem eu pudesse conversar, obrigada especial ao amigo André Martinello, que me falou sobre o Sítio Flor de Ouro; à Paula Favareto, que me emprestou um texto sobre agricultura urbana que escreveu sem ainda ter publicado; à Júlia Lahm, que me enviou materiais sobre a Horta do Pacuca, à querida Bianca Pulice, sempre me atendendo nas dúvidas sobre o Pacuca. Agradeço à Maria das Graças Brightwell e à Daniele Gelbcke, pelas sugestões de leitura, à Érica Sagae e à Carú pela acolhida no Cepagro. Agradeço ao Grupo de Teatro Comunitário do Canto, que gentilmente forneceu um rico material para que eu pesquisasse. Agradeço ao Júlio Rafael, do Pão-de-quê, pela atenção e pelo envio de materiais para pesquisa. Agradeço à querida Verônica de Carvalho pelas conversas via WhatsApp ou pessoalmente, que muito ajudaram a descontrair nos momentos de cansaço.

Quero agradecer aos membros da Rede Semear de agricultura urbana por terem me recebido no grupo e compartilhado comigo experiências tão ricas. Um obrigada muito especial à Francisca Daussy.

Quero agradecer também a todos os queridos amigos e queridas amigas do Labimha, com quem convivo antes mesmo de entrar no programa de pós-graduação. Agradeço especialmente às amigas Ângela Lima e a Esther Rossi, por terem me acolhido quando eu era aluna ouvinte das disciplinas que cursei antes de entrar no programa. Ângela Lima, amiga de tantas caminhadas, viagens e conversas sobre nossos temas em comum!

Agradeço à Samira Moreto por me auxiliar em tantas dúvidas de questões burocráticas.

Agradeço ao Marcos José de Abreu (vereador Marquito) pelas possibilidades de compartilhar saberes e encontrar pessoas articuladas ao movimento de agricultura urbana. Obrigada especialmente à Letícia Barbosa, que sempre muito gentilmente me atendeu em tantas dúvidas e demandas.

Agradeço as minhas turmas de dança, em especial a minha professora, Fernanda Kretzer. Quando o corpo estava esgotado das horas

de trabalho e leitura era na dança que eu reencontrava a tranquilidade e a força para seguir.

Agradeço a todos e todas que gentilmente conversaram comigo. Foram tantos encontros, tantas descobertas, tantas acolhidas... sem vocês este trabalho não existiria.

Agradeço à Lú, que dedicou seu tempo incondicionalmente aos cuidados com minha mãe.

Agradeço ao meu pai por sempre estar com: “— Algo para sua tese”.

Agradeço ao meu marido e companheiro de vida pelo apoio, pelo incentivo, por estar presente nessa caminhada.

Agradeço aos meus filhos, Guilherme e Helena, por apoiarem e entenderem os projetos da mãe.

Agradeço à Alice, por indicar lugares e pessoas para entrevistas e cuidar tão especialmente da minha casa durante este processo.

Um agradecimento especial à Adriane Schroeder (em memória), colega querida de turma, sempre muito gentil comigo, deixou um importante trabalho sobre os engenhos na Ilha, deixou este plano cedo demais, mas está carinhosamente nas nossas memórias.



## RESUMO

Florianópolis é um município com uma história bastante singular. Nela, o processo de urbanização não apagou as marcas de ruralidades presentes em diferentes lugares da Ilha. Ao contrário, a aproximação entre o urbano e o rural promoveu trocas que se configuraram em ruralidades transformadas, reelaboradas e ressignificadas. A antiga Desterro adentrou o século XIX tendo, além das funções políticas e administrativas de uma capital, o desenvolvimento da atividade portuária marcada pela exportação de gêneros alimentícios, a exemplo da farinha de mandioca. Nesse século, Desterro configurou-se como uma cidade que tinha nas atividades agrícola, pastoril e pesqueira uma forte presença. Nas primeiras décadas do século XX, mudanças estruturais e um discurso de “modernização” preconizavam o desejo de superação do “atraso provinciano” e o desejo de atingir o “progresso”, a “modernidade”. A partir daí, além de obras na infraestrutura, o reforço das atividades administrativas e comerciais ganharam espaço. Entre as décadas de 1950 e 1970, os discursos de modernização são novamente evidentes, e tudo aquilo que representava o rural passou a ser visto como algo a ser superado. A partir da década de 1970, a vinda de órgãos públicos, a abertura de estradas e a divulgação da imagem de Florianópolis como local de vocação turística atraíram novos moradores para a cidade. As mudanças empreendidas a partir daí promoveram alterações nos antigos núcleos rurais, levando muitos agricultores e pescadores a vender suas terras e abandonar seus antigos ofícios. A partir dos anos 1990, entra em cena um novo movimento, que alia a ideia do turismo à indústria de alta tecnologia. Fortes campanhas feitas pelos setores ligados aos empreendimentos imobiliários, e também pelo poder público, defendem a ideia de que Florianópolis é a “Ilha do Silício” do Brasil. Tecnologia, moderno e urbano são divulgados como partes de um futuro que parece almejado. Nele, o rural seria mera reminiscência, fadado ao desaparecimento. Nesse contexto, em 2014 é aprovada a Lei nº 482/2014, que criou o Plano Diretor de Florianópolis e extinguiu o macrozoneamento rural da cidade. O município passou a ser, perante a legislação, totalmente urbano. Pode-se inferir que o processo de urbanização não levou ao desaparecimento do rural: as ruralidades aparecem transformadas mediante as trocas que promovem com o urbano. Nesse sentido, são inúmeros os movimentos que reinscrevem o rural em Florianópolis: são homens e mulheres que se articulam e criam hortas comunitárias e institucionais, que constroem quintais produtivos, são migrantes que buscam produzir o próprio alimento ou se dedicam a

projetos de educação ambiental, ou, ainda, desenvolvem o turismo rural. Tem-se também aqueles que transformam a agricultura em uma empresa familiar e passam a produzir orgânicos ou a plantar seguindo os princípios dos sistemas agroflorestais. São produtores de mandioca que se organizam e defendem a criação de espaços para a manutenção dos engenhos de farinha. São inúmeras experiências de agricultura urbana, quintais produtivos, jardins comestíveis, espaços de compostagem, hortas urbanas etc. O rural não desapareceu como preconizavam as vozes que defendiam um futuro *high tech* para Florianópolis. As fronteiras entre o rural e o urbano se reelaboram constantemente, estão borradas.

Palavras-chave: Rural. Urbano. Agricultura Urbana. Meio Ambiente.

## ABSTRACT

Florianópolis is a city with a very unique history. In it, the process of urbanization did not erase the marks of the rural traits present in different places of the Island. On the contrary, the approximation between urban and rural promoted exchanges that were configured in transformed, re-worked and resinified rural traits. The old Desterro entered the nineteenth century having, besides the political and administrative functions of a capital, the development of port activity marked by the export of foodstuffs, for example cassava flour. In this century, Desterro was configured as a city that had a strong presence in agriculture, pastoralism and fishing. In the first decades of the twentieth century, structural changes and a agenda of "modernization" advocated a desire to overcome the "provincial backwardness" and the desire to achieve "progress", "modernity". Since then, in addition to infrastructure works, the strengthening of administrative and commercial activities has gained space. Between the 50s and 70s of the twentieth century, the discourse of modernization is again evident and everything that represented the rural came to be seen as something to be overcome. From the 1970s, the arrival of public agencies, the opening of roads and the dissemination of an idea of Florianópolis as a touristic city, attracted new residents to the city. The changes undertaken from there promoted shifts in the old rural settlements, leading many farmers and fishermen to sell their land and abandon their old trades. From the 90s on, a new movement joins the idea of tourism to the high tech industry. Strong campaigns carried out by the sectors related to real estate projects, also by the government, defend the idea that Florianópolis is the "Silicon Island" of Brazil. Technological, modern and urban are presented as the features of a desired future. In it, the rural traits would be mere reminiscence, doomed to disappear. In this context, in 2014 Law 482/2014 was approved, which created the Florianópolis Master Plan and extinguished the rural macrozoneamento of the city. The city became fully urbanized. It can be inferred that the process of urbanization did not lead to the disappearance of the rural, its traits appear transformed through the exchanges that it promotes with the urban. In this context, there are innumerable movements that rewrite the rural in Florianópolis, those movements can be seen in the communal and institutional gardens, in the men and women who build productive yards, in the migrants who seek to produce their own food or are engaged in education projects rural tourism. There are also those who transform agriculture into a family business and start producing organic or planting following the principles of agroforestry. They are producers of cassava

that organize and defend the creation of spaces for the maintenance of flour mills. There are countless experiences of urban agriculture, productive yards, edible gardens, composting spaces, urban gardens etc. The rural did not disappear as the voices that defended a future "high tech" for Florianópolis preached. The boundaries between rural and urban are constantly reworked, they are blurred.

Keywords: Rural. Urban. Urban Agriculture. Environment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sementes de feijão crioulas produzidas no Canto do Moreira .....	110
Figura 2 – Mudas de fruta-do-conde produzidas no Canto do Moreira .....	110
Figura 3 – Roça de mandioca no Rio Vermelho .....	114
Figura 4 – Galinhas e patos no quintal da Sra. Maria Joaquina dos Anjos .....	114
Figura 5 – Café sombreado .....	115
Figura 6 – Animal pertencente a Manoel Cândido dos Anjos em Rio Vermelho .....	115
Figura 7 – Casa pertencente ao avô do Sr. Manuel Cândido dos Anjos .....	116
Figura 8 – Fachada do Engenho de Farinha de Mandioca pertencente a Manuel dos Anjos no Rio Vermelho .....	116
Figura 9 – Abrigo para gado no bairro de Jurerê na Rua João Dário de Souza .....	118
Figura 10 – Animais pastam em terreno no bairro de Jurerê na Rua das Tainhotas.....	119
Figura 11 – Foto de empreendimento imobiliário na Rua das Tainhotas, em Jurerê.....	121
Figura 12 – Quintal do Sr. Aldo Juvêncio no Rio Tavares.....	123
Figura 13 – Quintal do Sr. Aldo Juvêncio: à direita plantação de mandioca.....	124
Figura 14 – Fundos da propriedade do Sr. Aldo Juvêncio no Rio Tavares (APP) .....	125
Figura 15 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (1).....	136
Figura 16 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (2).....	137
Figura 17 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (3).....	137
Figura 18 – Desfile de carros de boi durante concurso promovido pela Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo: Florianópolis, agosto-setembro de 2013 (1) .....	142

Figura 19 – Desfile de carros de boi durante concurso promovido pela Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo: Florianópolis, agosto-setembro de 2013 (2) .....	143
Figura 20 – Pintura da fachada do muro da casa de Hermínio E. dos Santos (Rio Vermelho) .....	148
Figura 21 – Fachada do muro da casa de Hermínio dos Santos.....	150
Figura 22 – Vista para o morro (Rio Vermelho) que fica na frente da casa de Hermínio dos Santos .....	174
Figura 23 – Cultivo de mandioca no canto do Lamim (Jurerê).....	175
Figura 24 – Réplica de engenho movido a boi feita pelo artista Joceli	187
Figura 25 – Objetos pertencentes a moradores da região contidos no interior do engenho.....	188
Figura 26 – Objetos contidos no interior do engenho do Canto do Lamim .....	189
Figura 27 – Fachada do Engenho de Sérgio de Souza (Marreba) .....	189
Figura 28 – Motor do engenho de Sérgio de Souza (Marreba) .....	191
Figura 29 – Claudinei Bairrão (Nei), fornecedor do Engenho do Lamim .....	191
Figura 30 – Foto do Centro de Convenções de Canasvieiras pouco antes da inauguração.....	237
Figura 31 – Foto do empreendimento à venda.....	238
Figura 32 – Área demarcada do empreendimento Costa Esmeralda para o Parque Aeronáutico de Ratoles.....	239
Figura 33 – Foto da entrada da Horta do Pacuca, com destaque para a faixa à direita que se destina a coibir o depósito de lixo no local .....	283
Figura 34 – Foto da entrada da Horta do Pacuca, com destaque para o descarte de lixo no local .....	283
Figura 35 – Foto da Horta do Pacuca, durante o trabalho de voluntários na construção de um canteiro .....	284
Figura 36 – Foto da Horta do Pacuca, com o Centro de Saúde do Campeche ao fundo .....	284
Figura 37 – Foto de Canteiros de hortaliças na Horta do Pacuca.....	288
Figura 38 – Foto de Canteiro da Horta do Pacuca com alerta sobre os “cuidados” com a colheita .....	288

Figura 39 – Foto do Sr. Anilton, voluntário do Pacuca, entregando um pé de alface a uma visitante .....	289
Figura 40 – Foto da Horta do Pacuca no Campeche .....	289
Figura 41 – Foto do Quintal Comunitário do Córrego Grande .....	294
Figura 42 – Foto do terreno utilizado para a horta do Quintal Comunitário do Córrego Grande .....	294
Figura 43 – Foto do Quintal Comunitário do Córrego Grande .....	295
Figura 44 – Foto da placa de regras colocada na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca .....	298
Figura 45 – Foto de canteiro da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, com destaque para placa indicativa sobre a colheita.....	299
Figura 46 – Foto de placa indicativa na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, com alerta sobre a colheita .....	299
Figura 47 – Representação da estrutura de produção desenvolvida na Horta do Pacuca.....	305
Figura 48 – Foto do espaço utilizado para a Horta da Avenida Beira-Mar de São José, localizada entre o Centro multiuso e a pista de caminhada .....	315
Figura 49 – Foto da Horta Quero Quero, com destaque para a presença (da esquerda para a direita) da produtora de mudas Elizabeth Bunn e de um casal voluntário.....	315
Figura 50 – Foto de canteiro da Horta Quero Quero, com destaque para a beralha.....	316
Figura 51 – Cartaz exibido no <i>site</i> da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com convite para mutirão de implementação de horta no bairro da Tapera .....	317
Figura 52 – Cartaz exibido no site da AFFESC, visando atrair voluntários para limpeza e plantio na horta da instituição .....	318
Figura 53 – Cartaz publicado no <i>site</i> da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com vistas a chamar voluntários para a implantação da horta medicinal do parque Jardim Botânico de Florianópolis .....	319
Figura 54 – Imagem da placa de entrada da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca .....	335

Figura 55 – Fotografia de visita escolar feita na Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca .....	336
Figura 56 – Fotografia do espaço destinado para compostagem na Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca.....	336
Figura 57 – Cartaz de divulgação de um curso de culinária com panes promovido pelo espaço Clara Noite de Sol .....	340
Figura 58 – Fotografia da entrada do Jardim do Simples, espaço criado no Campeche pelo casal Henrique (Kike) e Sophia .....	355
Figura 59 – Fotografia da Casa Verde, espaço para múltiplas atividades, sediada no Jardim do Simples, no Novo Campeche, no terreno do casal Henrique (Kike) e Sophia.....	355
Figura 60 – Fotografia de um canteiro do Jardim do Simples, com destaque para a diversidade de cultivos.....	359
Figura 61 – Canteiro do Jardim do Simples, no Novo Campeche .....	360
Figura 62 – Telhado ecológico no Jardim do Simples, no Novo Campeche .....	360
Figura 63 – Quintal produtivo no Santinho.....	368
Figura 64 – Produção de massas artesanais com panes .....	369
Figura 65 – Quintal produtivo de Solange/Genoveva.....	370
Figura 66 – Compostas produzidas por Genoveva Penz .....	371
Figura 67 – Foto da casa/sede do Instituto Çarakura em Ratonas.....	377
Figura 68 – Banco construído com a técnica da calfitice no Instituto Çarakura .....	378
Figura 69 – Foto do banheiro seco construído no formato da ave saracura.....	379
Figura 70 – Fotografia do adesivo Ratonas Rural, produzido por Leilen Olimos .....	385
Figura 71 – Fotografia de canteiro de mudas na Chácara Clara Noite de Sol.....	388
Figura 72 – Fotografia de sabão ecológico produzido na Chácara Clara Noite de Sol .....	389
Figura 73 – Fotografia de produtos da Chácara Clara Noite de Sol expostos na feira Canto da Ilha.....	390
Figura 74 – Fotografia da Chácara Clara Noite de Sol (1).....	395
Figura 75 – Fotografia da Chácara Clara Noite de Sol (2).....	396

Figura 76 – Fotografia da produção orgânica de hortaliças do Sítio do Lício .....	407
Figura 77 – Fotografia da produção de orgânicos do Sítio do Lício em Ratonés .....	407
Figura 78 – “Seu” Lício e D. Zenaide no Sítio do Lício em Ratonés .	408
Figura 79 – Fotografia de produção de mudas no Sítio do Lício .....	408
Figura 80 – Foto da produção de orgânicos no Espaço Pergalê em Ratonés .....	410
Figura 81 – Fotografia de Sérgio Araújo em meio ao cultivo consorciado do Sítio Florbela no Sertão do Peri.....	427
Figura 82 – Fotografia de cultivos de hortaliças no Sítio Florbela no Sertão do Peri.....	427
Figura 83 – Fotografia do Sítio Florbela no Sertão do Peri.....	428
Figura 84 – Fotografia de área cultivada no Sítio Florbela .....	428



## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Produção de café em Santa Catarina em 1954 .....	87
Mapa 2 – Produção de banana em Santa Catarina em 1954.....	93
Mapa 3 – Produção de mandioca em Santa Catarina em 1954 .....	94
Mapa 4 – População urbana de Santa Catarina na década de 1960.....	99
Mapa 5 – População urbana de Santa Catarina na década de 1970.....	100
Mapa 6 – Ilha de Santa Catarina com destaque para as APPs.....	164
Mapa 7 – Ilha de Santa Catarina .....	166
Mapa 8 – Localização de Engenhos Artesanais de Florianópolis e região .....	185
Mapa 9 – Florianópolis, elaborado pelo IPUF referente ao plano de uso do solo com base no Plano Diretor de 1997 .....	232
Mapa 10 – Florianópolis, elaborado pela Rede Semear, com sugestões para a implementação de áreas rurais e áreas de preservação permanente em substituição das AUES no Plano Diretor em debate no ano de 2016.....	234
Mapa 11 – Representação do mapa de Florianópolis, com destaque para a divisão dos distritos.....	394

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dados da produção agrícola em Santa Catarina em 1955 ...	93
Tabela 2 – Crescimento populacional da população urbana e rural de Florianópolis (1960-2000) .....	97
Tabela 3 – População urbana e rural na década de 1980 em Florianópolis .....	103
Tabela 4 – Produção agrícola em Florianópolis (1950, 1980 e 2006).	106
Tabela 5 – Imóveis rurais pela classificação fundiária.....	179



## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Acaresc	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACAUS	Áreas de Conflitos Ambientais Urbanos
ACEPSJ	Associação Ambientalista Comunitária e Espiritualista Patriarca São José
AER	Área de Exploração Rural
AIE	Agência Internacional de Energia
AFFESC	Associação dos Funcionários Fiscais de Santa Catarina
AU	Agricultura Urbana
AUE	Área de Urbanização Especial
APP	Área de Preservação Permanente
APL	Área de Preservação Limitada
APR	Área de Produção Rural
ARR	Área Residencial Rural
AMSAL	Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa
Amocam	Associação de Moradores do Campeche
Amojac	Associação dos Moradores do Jardim das Castanheiras
AMORA	Associação dos Moradores de Ratoles
Artesal	Conselho dos Engenhos de Farinha Artesanal de Santo Antônio de Lisboa
AVL	Área Verde de Lazer
CAAUP	Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
Casan	Companhia de Águas e Saneamento
CCA	Centro de Ciências Agrárias
Celesc	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CPIC	Comitê do Programa de Iniciação Científica
Cepagro	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
Cepic	Centro de Práticas Integrativas não Convencionais
CERTI	Centro Regional de Tecnologia e Informática de Santa Catarina

CIC	Centro Integrado de Cultura
Cidasc	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CONAMA	Conselho Nacional de meio Ambiente
CONSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEMA/SC	Conselho Estadual de Meio Ambiente
Comcap	Companhia Melhoramentos da Capital
COP 15	Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática – Conferência de Copenhage
COP 20	Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática – Conferência de Lima
CVR-COMCAP	Centro de Valorização de Resíduos
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECO 92	Rio 92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)
Embrapa	Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
Empasc	Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAM	Florianópolis Audiovisual Mercosul
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
Fatma	Fundação do Meio Ambiente
Fapesc	Fundação de Amparo à pesquisa de Santa Catarina
Floram	Fundação Municipal do Meio Ambiente
GEE	Gases de Efeito Estufa
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDRC	Internacional Development Research Centre
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IGEOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPIUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LABIMHA	Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental
Lacaf	Laboratório de Comercialização de Agricultura Familiar
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
Neamb	Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico da UFSC
NEPerma	Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC
ONG	Organização não governamental
Pancs	Plantas alimentícias não convencionais
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
Plameg	Plano de Metas do Governo
PMAPO	Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Rede Semear	Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana
RUAF	Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation
SEEG	Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESP	Secretaria Executiva de Serviços Públicos
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SMC	Secretaria Municipal do Continente
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMPMA	Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SNCD	Sistema Nacional de Cadastro Rural
Telesc	Telecomunicações de Santa Catarina
UC	Unidade de Conservação
UFECO	União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>1 O “RURAL” E O “URBANO”: TRILHANDO CAMINHOS POSSÍVEIS.....</b>	<b>43</b>
1.1 REDEFININDO FRONTEIRAS: DEBATES TEÓRICOS EM TORNO DOS TERMOS “RURAL” E “URBANO”.....	43
1.2 HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA AMBIENTAL E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM TEÓRICO E METODOLÓGICA.....	50
1.3 O RURAL E A LITERATURA: HISTÓRIAS CONTADAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO À CIDADE DE FLORIANÓPOLIS .....	56
<b>2 O CAMPO E A CIDADE: RURALIDADES EM UMA CAPITAL AO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>81</b>
2.1 AGRICULTURA, RURALIDADES E URBANIZAÇÃO.....	81
2.2 NOVAS RURALIDADES NA ILHA: “NOVOS” E “VELHOS” USOS DA TERRA .....	107
2.3 REINVENTANDO O RURAL: AS CARREATAS E FARINHADAS.....	131
<b>3 A CIDADE NUMA ILHA: MEIO AMBIENTE, LEGISLAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS .....</b>	<b>161</b>
3.1 RURALIDADE, LEGISLAÇÃO E MEIO AMBIENTE .....	161
3.2 PECUÁRIA, ENGENHOS E NOVAS RURALIDADES EM CONSTRUÇÃO .....	177
3.3 FLORIANÓPOLIS DO “FUTURO”: DISPUTAS SIMBÓLICAS ENVOLVEM O “RURAL” E O “URBANO” .....	194
<b>4 RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS: AGRICULTURA URBANA, LEGISLAÇÃO E USOS DA TERRA .....</b>	<b>211</b>
4.1 AGRICULTURA URBANA: MEIO AMBIENTE E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM.....	211
4.2 O “RURAL” E O “URBANO” NA FLORIANÓPOLIS CONTEMPORÂNEA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANO DIRETOR.....	221
4.3 USOS DA TERRA NA ILHA: HORTAS, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PRÁTICAS .....	265

<b>5 AGRICULTURA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NEO-RURAIIS E CULTIVOS ORGÂNICOS E AGROFLORESTAIS.....</b>	<b>323</b>
5.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA E COMPOSTAGEM EM FOCO.....	323
5.2 OS NEO-RURAIIS: DOS QUINTAIS PRODUTIVOS AO TURISMO RURAL.....	348
5.3 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E MERCADO: PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA FLORIANÓPOLIS URBANA .....	398
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>436</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>441</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>475</b>
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1 .....	477
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2 .....	479
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO 3 .....	481
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO 4 .....	483
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO 5.....	487
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO 6.....	489
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO 7 .....	491
<b>ANEXOS.....</b>	<b>497</b>
ANEXO A – POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FLORIANÓPOLIS (PMAPO): PROJETO DE LEI E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	499
ANEXO B – CARTA DO II ENCONTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA .....	509

## INTRODUÇÃO

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que irá rever os parâmetros para a elaboração do censo de 2020 no que diz respeito aos critérios utilizados para definir o que se entende por “rural” e por “urbano”. Pelos critérios atuais o urbano é definido por lei municipal, e o rural é identificado por exclusão ao urbano. “Na proposição da nova topologia a ser utilizada para caracterizar os dois espaços, que adota nova metodologia, a população urbana cai [...] dos 84% que vigorava na metodologia até então para 76% [...]”<sup>1</sup> Nesse novo censo os critérios serão a “densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população.”<sup>2</sup>

O pesquisador e professor José Eli da Veiga alertava, no seu livro *Cidades Imaginárias*<sup>3</sup>, que as metodologias usadas no Brasil para definir o que é urbano e o que é rural são obsoletas e anacrônicas. Definir que toda sede de município é considerada espaço urbano, independentemente de sua dimensão ou situação, cria distorções que vão construindo essa imagem de que o Brasil é urbano e o rural está em vias de desaparecer.

O uso dos termos rural e urbano tem sido alvo de diferentes abordagens e debates entre autores que se dedicam ao estudo desta questão. João Rua apresentou alguns desses autores, divididos em duas linhas de análise, que este chamou de “vertentes analíticas”. Na primeira estariam autores que defendem a tese de uma “urbanização do rural”, cujos autores destacados seriam: Otavio Ianni, José Graziano da Silva, Milton Santos e Henri Lefebvre. Na chamada “segunda vertente analítica”, com a qual Rua se identifica, estariam autores que defendem a manutenção de especificidades ao rural, mesmo quando muito próximos e impactados pelo urbano. Os autores desta vertente são: Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider. Entre estes, destaca-se Maria José Teixeira Carneiro e Roberto José Moreira, para os quais o rural e o urbano promovem trocas

---

<sup>1</sup> NOVA proposta de classificação do IBGE vê o Brasil menos urbano. **Correio Brasiliense**, 31 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/31/internas\\_polbraeco.613868/ibge-quer-mudar-mecanismos-do-senso.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/31/internas_polbraeco.613868/ibge-quer-mudar-mecanismos-do-senso.shtml)>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

e “correspondem a representações sociais alteradas, re-elaboradas [...] consoante o universo simbólico a que estejam referidas.”<sup>4</sup>

É nessa chamada segunda vertente analítica que esta tese se insere, o rural e o urbano aqui serão percebidos como realidades intercambiáveis, que promovem trocas e cujas fronteiras não podem ser rigidamente demarcadas por critérios físicos. As fronteiras entre o que se entende por rural e por urbano seriam fluidas.

Uma autora fundamental para pensar o rural e o urbano neste trabalho foi Maria José Teixeira Carneiro. Para esta, o foco de análise recai sobre os agentes sociais e as múltiplas maneiras que são criadas para o rural e o urbano. A velocidade com que as mudanças têm sido operadas nas relações de trabalho no campo e na cidade transformou as noções de rural e urbano em categorias simbólicas. No movimento de aproximação entre o rural e o urbano a partir dos processos de urbanização, não podemos mais falar de uma ruralidade, no singular, estamos diante de ruralidades que vão se expressar de diferentes formas em universos sociais, econômicos e culturais distintos.<sup>5</sup>

Se as aproximações entre o rural e o urbano criam possibilidades de ressignificar o rural e de constituir novas ruralidades, essa aproximação também possibilita a presença de “urbanidades no rural”. Aqui, João Rua se torna autor fundamental ao usar a expressão “urbanidades no rural”. Para esse autor, as mudanças operadas no campo com a chegada da mecanização, das novas possibilidades de trabalho, não necessariamente vinculadas à agricultura, a exemplo das atividades como o turismo rural, ou a produção de artesanato ligadas a pluriatividade, abriram novas possibilidades ao rural. Migrantes urbanos também irão interferir nas dinâmicas do rural, levando para esses lugares as “urbanidades”. De acordo com Rua: “[...] as urbanidades decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas.”<sup>6</sup>

Esses autores da chamada segunda vertente analítica ajudam a pensar o rural a partir de suas trocas e aproximações com o urbano. As análises interpretativas que defendiam o desaparecimento do rural a partir

---

<sup>4</sup> RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. p. 91-92.

<sup>5</sup> Cf. CARNEIRO, Maria José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-76, out. 1998.

<sup>6</sup> RUA, João. Op. cit., p. 95.

dos movimentos de urbanização, de industrialização, e das transformações daí decorrentes, estarão aqui colocadas em xeque.

O objetivo maior deste trabalho é transpor esse debate para o município de Florianópolis. Florianópolis tem uma história bastante peculiar no que diz respeito ao rural e ao urbano. Mesmo depois de vivenciar um intenso processo de urbanização que caracterizou o século passado e que continua a operar nas primeiras décadas deste século XXI, Florianópolis segue tendo o rural e o urbano como partes de um imbricado mosaico econômico, social e cultural.

Até o princípio do século XX o município de Florianópolis ainda mantinha fortes vínculos com o rural, sua economia girava em torno da agricultura, do comércio e dos serviços criados em função de sua posição como capital. Nas primeiras décadas do século XX, com a expansão do núcleo urbano central, as antigas chácaras começaram a ser divididas, a atividade agrícola perdeu espaço, e a terra passou a ser tratada não mais pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor como mercadoria. Era o princípio de um processo que, num futuro não tão distante, transformaria Florianópolis na cidade com um dos metros quadrados mais caros do Brasil<sup>7</sup>.

A inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, a primeira a fazer a ligação da ilha com o continente, criou condições para maiores investimentos no transporte rodoviário, além de facilitar a entrada de produtos vindos de outros centros produtores. A concorrência que a produção local sofreu com a vinda de produtos de outras regiões, somado à valorização do transporte rodoviário, em detrimento do portuário, levaria a uma crise na produção agrícola local.

Um forte movimento ancorado na defesa da “necessidade” de “modernizar” Florianópolis, a partir da segunda década de 1950 do século XX, promoveu mudanças econômicas, físicas, sociais e culturais no município, trazendo alterações aos antigos núcleos agrícolas e pesqueiros. O desejo de afirmação de Florianópolis na condição de uma capital, que, a partir de 1970, deixou de ser a cidade mais populosa do estado – e já não era a mais industrializada –, fez com que os poderes estaduais e municipais criassem investimentos em infraestrutura e abrissem órgãos públicos capazes de atrair investimento e migrantes que fossem

---

<sup>7</sup> FLORIANÓPOLIS é a sexta capital com metro quadrado mais caros do Brasil. **Hora de Santa Catarina**, 19 jul. 2017. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/07/florianopolis-e-a-sexta-capital-com-metro-quadrado-mais-caro-do-pais-9846594.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

consolidando o papel do município como sede político-administrativa do estado de Santa Catarina.

Nas décadas de 1970 e 1980, ganhavam força os discursos que tentaram criar para Florianópolis uma suposta “vocação” para o turismo. A abertura das SCs, rodovias estaduais que darão acesso aos balneários da Ilha, novos investimentos no setor hoteleiro e imobiliário e uma grande campanha midiática trariam novas e profundas alterações às antigas freguesias, cujas economias giravam, até então, em torno das práticas da agricultura e da pesca, primordialmente. Nas décadas mais recentes, a indústria do turismo passou a concorrer com as campanhas em torno da indústria de alta tecnologia, sendo Florianópolis intitulada pela imprensa nacional de “Ilha do Silício” do Brasil.

Em meio a tantas mudanças, Florianópolis tornou-se um dos destinos do Brasil mais procurados por turistas e por famílias que buscam um novo endereço para morar. No município de Florianópolis, a população cresceu o dobro da média nacional<sup>8</sup>, de acordo com o censo de 2010. Isso equivale dizer que cresceu 18,08%, enquanto a média do país foi de 9,4%, o que tem propiciado fortes alterações nos diferentes quadrantes da Ilha. A partir desse contexto, o poder público e grupos ligados ao setor imobiliário e à construção civil passam a defender que Florianópolis, com todos os investimentos que recebeu nas últimas décadas, com o crescimento da população, com a reafirmação da cidade como turística, universitária e ligada à indústria de alta tecnologia, não mais possui a presença do rural. Para muitas vozes, que atuaram inclusive na elaboração do novo plano diretor participativo, o rural em Florianópolis é mera reminiscência. Esta tese tem por objetivo mostrar que o processo de urbanização vivenciado por Florianópolis ao longo do século XX e nas primeiras décadas deste século é bastante complexo, promoveu sim uma aproximação entre o rural e o urbano, mas, ao contrário do que alardeiam muitos, o rural não desapareceu, não se tornou mera reminiscência, o rural foi, sim, reelaborado, ressignificado, foram construídas novas ruralidades, também surgiram as urbanidades no rural, e o município de Florianópolis continua sendo um universo formado por múltiplas experiências, onde o rural e o urbano são realidades intercambiáveis e não excludentes.

---

<sup>8</sup> FLORIANÓPOLIS tem crescimento populacional acima da média, aponta Censo. **Diário Catarinense**, 9 nov. 2010. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/11/florianopolis-tem-crescimento-populacional-acima-da-media-aponta-censo-3102995.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

A tese central deste trabalho é que o rural não sucumbiu diante das transformações urbanas, o rural foi transformado, surgiram múltiplas ruralidades. Essas ruralidades emergem exatamente num momento em que se discute o novo plano diretor participativo, em que as disputas políticas em torno da cidade estão colocadas.

Partido da tese central, surgiram mais três objetivos que nortearam esta pesquisa. Em primeiro lugar, a partir da análise das narrativas, foi possível perceber que o rural continua a fazer parte das histórias e dos territórios do município de Florianópolis. O rural aparece nas práticas agrícolas dos agricultores ditos tradicionais, que cultivam a mandioca para produção da farinha; aparece nos cultivos dos quintais criados pelos migrantes, aqui considerados como neo-rurais; aparece nos novos modos de cultivar a terra, através da produção orgânica e da agricultura sintrópica. O rural aparece também nas atividades ligadas ao mar<sup>9</sup>, na pesca, na maricultura. Ou seja, são ruralidades reelaboradas.

Em segundo lugar, o rural aparece como mecanismo que se torna bandeira na disputa pelo direito à cidade. Em uma cidade onde o capital imobiliário e o poder financeiro exercem forte influência sobre o planejamento urbano, defender o rural torna-se o emblema da defesa do direito a uma cidade plural, democrática, inclusiva. O movimento em torno das hortas comunitárias, em especial a Horta do Pacuca e a luta pela criação do Parque Cultural do Campeche, deixou isso bastante evidente.

Em terceiro lugar, o rural e as ruralidades aparecem de modo a fazer emergir um debate acerca das relações entre sociedade e ambiente. As questões em torno da agricultura urbana, das práticas de educação ambiental, das dinâmicas de compostagem, nos colocam diante de novos

---

<sup>9</sup> Os agricultores da antiga Desterro, atual Florianópolis, eram, muitas vezes, agricultores e pescadores, seriam “homens anfíbios”, nas palavras do pesquisador Franklin Cascaes, trabalhavam na terra e no mar. Muitos deles tornaram-se “embarcados”, pescadores que ficavam afastados de suas casas, trabalhando embarcados no Rio Grande, com objetivo de conseguir acumular algum dinheiro para retornar aos territórios de origem e, então, comprar uma terra, casar, investir em algum negócio. As ruralidades atuais em Florianópolis também se encontram vinculadas ao mar, são maricultores e pescadores. Falar sobre as ruralidades ligadas ao mar ganharia uma amplitude que, por certo, se transformaria em uma nova tese. Desse modo, falar sobre as ruralidades ligadas à terra foi uma opção no processo de pesquisa que resultou nesta tese.

modos de pensar a cidade, de novos modos de pensar as relações entre homens e mulheres e o meio ambiente<sup>10</sup>.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta tese esteve ancorada em grande parte na utilização das fontes orais que, a partir do cruzamento com outras fontes – como documentos públicos, a exemplo do Plano Diretor “Participativo”<sup>11</sup>, de leis municipais, de jornais locais, dentre outros –, e analisados sob o rigor das questões teóricas que permeiam o rural e o urbano, das questões teóricas sustentadas pela história ambiental e, finalmente, das possibilidades abertas a partir da história do tempo presente, permitiram construir outras narrativas sobre o processo de urbanização de Florianópolis.

Foram realizadas para esta pesquisa 48 entrevistas, em que foram elencadas pessoas cujas vidas estavam, de diferentes formas, atreladas às

---

<sup>10</sup> Sobre os conceitos de natureza, ambiente e meio ambiente, Richard Dulley traz algumas considerações bem pertinentes. “Consolidando o conceito, poder-se-ia dizer que ambiente seria portanto a natureza conhecida pelo sistema social humano (composto pelo meio ambiente humano e o meio ambiente das demais espécies conhecidas). [...] A natureza e o ambiente seriam, portanto, duas faces de uma mesma moeda, sendo que o segundo teria uma conotação mais prática ou de utilidade, não só para o homem, mas também para qualquer espécie. [...] No caso dos seres humanos, o seu meio ambiente mais comum são as cidades que podem ser vistas como natureza modificada pelo homem, afastada portanto da categoria natureza, assumindo a categoria de meio ambiente específico, denominado também de meio ambiente construído. A natureza tem, então, um sentido dinâmico pois está constantemente sendo transformada em meio ambiente [...]” (DULLEY, Richard Domingues. *Noção de natureza, ambiente, meio ambiente e recursos naturais. Agric. São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.abes-df.org.br/upload/artigo/2014\\_05\\_27/asp-2-04-2-20140527160132.pdf](http://www.abes-df.org.br/upload/artigo/2014_05_27/asp-2-04-2-20140527160132.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017. p. 20-21).

<sup>11</sup> O processo de elaboração de um novo plano diretor para Florianópolis está em debate pelo menos há uma década. Desde então, o Ministério Público tem feito variadas intervenções, em grande parte, sob a justificativa de que o poder público municipal não estaria cumprindo exigências previstas em lei, como número mínimo de audiências públicas. Em 2014, depois de sancionado o novo plano, que corresponde à Lei nº 482, o Ministério Público intercedeu suspendendo o novo plano e exigindo a realização de novas audiências públicas. Na retomada do processo, as demandas dos diferentes distritos de Florianópolis foram colocadas em pauta. No final de 2017, a prefeitura ganhou na justiça o direito de validar o plano sancionado em 2014, ficando muitas das demandas das comunidades em aberto. Nesse contexto é bastante questionável o termo “participativo”.

ruralidades contemporâneas de Florianópolis, ou tinham, através de suas atividades laborais, ligações com os processos de urbanização em curso. As entrevistas foram feitas mediante um roteiro previamente elaborado de acordo com as diferentes relações de cada entrevistado(a) com a temática em questão. Foram elaborados sete roteiros de entrevistas que estão anexados ao final deste trabalho. Embora as entrevistas tivessem um roteiro previamente definido, foi dado aos entrevistados espaço para narrar aquilo que, diante do que era apresentado, sentiam-se instigados a falar ou a silenciar. Os objetivos dessa abordagem “[...] não estão essencialmente voltadas para a checagem de informações e para a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova [...].”<sup>12</sup>

As narrativas orais bem como as demais fontes utilizadas neste trabalho foram analisadas sob o arcabouço teórico dos estudos acerca da memória. Autores como Henri Bergson e Paolo Rossi auxiliam nos estudos acerca da memória. Os meios de constituição das memórias narradas são percebidos como parte de um processo complexo que relaciona o presente e vai sendo construído pelos sujeitos através de fragmentos que emergem de tempos passados. Essas memórias não permitem acessar o real, mas representações desse passado que se quer acessar.

Os estudos embasados na metodologia da história oral e nas reflexões sobre memória foram analisados também sob a perspectiva dos estudos do campo da história ambiental e, por fim, permeada pelas possibilidades de análise interpretativa decorrente dos estudos do tempo presente.

Este texto foi produzido durante o processo<sup>13</sup> de reformulação do Plano Diretor de Florianópolis, processo este permeado de tensões, de idas e vindas e que permanece inacabado. Ao longo da elaboração desta pesquisa, também houve uma movimentação ampla por partes de segmentos da sociedade civil, não somente na constituição de hortas comunitárias, mas também com objetivo de institucionalizar a agricultura urbana em Florianópolis, processo este que acabou resultando na criação

---

<sup>12</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002. p. 328.

<sup>13</sup> Sobre o processo de reformulação do Plano Diretor de Florianópolis, confira: BISPO, Fábio. Vitória da prefeitura de Florianópolis no impasse do Plano Diretor. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/vitoria-da-prefeitura-de-florianopolis-no-impasse-do-plano-diretor>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

do Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis e na Política Municipal de Agricultura e Produção Agroecológica de Florianópolis (PMAPO). Desse modo, a tessitura deste texto foi elaborada em meio ao turbilhão que movimentava a cidade na perspectiva dos usos do espaço urbano, nas disputas entre o rural e o urbano. Foram inúmeros os eventos<sup>14</sup> que trouxeram para o debate a cidade de Florianópolis, as agriculturas urbanas e o novo Plano Diretor. Não tinha como ser diferente, esta análise foi produzida tendo a autora como partícipe de todo esse processo. Aqui, o envolvimento pesquisadora-autora foi pautado pela necessidade de acessar elementos, dados, fundamentos cruciais para o desenvolvimento desta análise sobre o rural e o urbano em Florianópolis. A participação em audiências públicas, em reuniões com grupos ligados à agricultura urbana, em seminários sobre o tema, a visita em espaços de produção agrícola foram feitos como modo de reunir material empírico que posteriormente foi analisado sob o arcabouço teórico e metodológico presente nesta tese.

Nesse sentido, as possibilidades abertas pela história do tempo presente irão respaldar o trabalho de análise interpretativa aqui desenvolvido. A proximidade entre o historiador e os fatos a serem narrados não são vistos como um problema para o campo historiográfico do tempo presente. Cabe destacar que o distanciamento e o pertencimento, nesta diferente perspectiva de abordagem, são parte de um mesmo processo:

Entendido desta forma, o esforço de interpretar compreende um processo inacabado e, em certo sentido, indeterminado. Esta atitude é própria de uma historiografia que pretende compreender a distância e a pertença como partes necessárias de um trabalho de interpretação inacabado e tenso, aberto para a temporalidade e para o acontecimento [...].<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Refiro-me aos seminários, simpósios, cursos em geral organizados em torno da temática da agricultura urbana. No texto será feita uma contextualização desses eventos ocorridos entre 2014-2017 em Florianópolis.

<sup>15</sup> LOHN, Reinaldo L.; CAMPOS, Emerson C. de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da Historiografia**, n. 24, p. 97-113, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/27>>. Acesso em: 11 nov. 2017. p. 106.

Desse modo, a tessitura desta tese foi produzida tendo o enfoque metodológico de uma história do tempo presente, que não é, cabe destacar, uma história imediata. Uma história dita imediata ou jornalística não tem o compromisso de construir cadeias de interpretação em relação aos acontecimentos, é diferente do olhar do historiador em relação ao tempo presente. “Afinal, a história do tempo presente não se quer jornalística ou imediata, uma vez que procura encontrar os elos dos acontecimentos e pensa na teia de relações entre eles.”<sup>16</sup>

Este texto também está ancorado na perspectiva dos estudos de história ambiental. Uma análise feita com vistas a buscar as formas de construção das relações entre a humanidade e a natureza. Cabe destacar que o conceito de natureza não é algo estático, atemporal e tampouco portador de uma “essência imutável”. Importante destacar que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, sua cultura. Dessa forma, é fundamental que reflitamos e analisemos como foi e como é concebida a natureza na nossa sociedade [...].<sup>17</sup>

Aqui, buscou-se interpretar as diferentes relações dos habitantes com a terra, as “relações dos habitantes de uma cidade com sua vegetação e com as paisagens rurais.”<sup>18</sup> Nessa empreitada foi necessário buscar o diálogo interdisciplinar, fundamental para a construção de um texto dentro dessa perspectiva. Ao longo da escrita, para trazer subsídios de interpretação, foram utilizados textos de agrônomos, biólogos, geógrafos e antropólogos. Importante destacar que a história ambiental está vinculada com uma prática de conhecimento interdisciplinar. Este debate mais aprofundado será explicitado no primeiro capítulo desta tese.

---

<sup>16</sup> ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística**. 2000. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. f. 10.

<sup>17</sup> GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 23-24.

<sup>18</sup> DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 102.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O rural e o urbano: trilhando caminhos possíveis”, traz uma apresentação do arcabouço teórico utilizado nas análises interpretativas desta tese. Inicia com a apresentação de autores fundamentais para pensar as questões em torno do rural e do urbano, do campo e da cidade. Foi pontuado quais autores foram fundamentais e em que medida suas análises foram apropriadas para esta narrativa. Maria José Teixeira Carneiro, José Eli da Veiga, João Rua, Gustavo Cimadevilla, Henri Lefebvre, David Harvey foram os teóricos escolhidos para tal. Além dessa questão, o capítulo vai pontuar o embasamento metodológico através do uso da história oral e das possibilidades interpretativas, tendo como pano de fundo os estudos sobre memória. Também recebem um enfoque especial os debates do campo de estudos da história ambiental, que é o lugar onde este trabalho se inscreve. Por fim, o último item do capítulo traz a literatura para pensar as relações entre o rural e o urbano em Florianópolis, em especial, na virada do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Autores como Virgílio Várzea, Renato Barbosa, Horácio Nunes Pires e Franklin Cascaes têm algumas de suas obras como fontes para pensar os processos de construção de significados para o que era o “rural” e o “urbano” no contexto de uma cidade cujos segmentos mais abastados e os representantes da política local buscavam afirmar um desejo de “modernização” empreendido na direção da eliminação das características que representavam o “atraso”, o “provinciano”, identificado com o “rural”.

O capítulo 2, intitulado “O campo e a cidade: ruralidades em uma capital ao Sul do Brasil”, teve como objetivo pensar as ruralidades inseridas nos processos de urbanização empreendidos em Florianópolis ao longo do século XX. O texto, dividido em três partes, inicia com um panorama das práticas rurais presentes em Desterro/Florianópolis entre o século XIX e a década de 1970 do século XX. No segundo tópico, trago à cena as narrativas de agricultores(as) que vivem em Florianópolis atualmente, continuam a praticar a agricultura, mas não tem nessa atividade sua fonte de sustento. São agricultores e agricultoras que tiveram suas histórias pautadas em um passado onde a terra era fonte de sustento das famílias. Diante da expansão urbana, esses homens e mulheres cultivam nos seus quintais produtos que se destinam ao consumo da família, que são vendidos ou doados na vizinhança, cultivam mandioca que será transformada em farinha, criam galinhas, ou seja, são homens e mulheres que continuam a estabelecer relações com a terra. São as permanências. Embora os objetivos da produção estejam em outro contexto. Muitos desses agricultores(as) vieram de famílias que

sobreviviam do trabalho rural. No tempo presente, a maioria deles tem outras fontes de renda, sendo as relações com a terra voltadas para o consumo familiar ou da vizinhança. As relações com a terra permanecem, os vínculos de pertencimento são reforçados. Os usos parecem, em certa medida, transformados. São ruralidades transformadas. No terceiro item deste capítulo, o enfoque recai sobre as festas. As ruralidades são pensadas a partir das tentativas de reelaborar as carreatas e as farinhadas. Em meio aos processos de expansão urbana, disputas políticas são travadas em torno de um projeto ideal de cidade que se almeja atingir. Nesse ínterim, os espaços são ocupados por empreendimentos que representam uma suposta “modernização”, o novo, o moderno, o urbano. *Shopping centers*, condomínios fechados, *resorts* de luxo à beira-mar, construção de viadutos e obras viárias vão ocupando espaços e, por outro lado, vão diminuindo esses mesmos espaços que outrora serviram de passagem para carros de boi ou foram terra de cultivos agrícolas. A recriação dessas festividades, embora pautadas em um ideal de “rural” que não existe – um rural ligado a um passado bucólico, de uma natureza edênica, vinculado a uma suposta identidade estática e homogênea de portadores de uma dada cultura da Ilha –, é carregado de múltiplos significados. Ainda que esse ideal almejado seja inatingível, as tentativas de organizar festejos tendo o rural como pano de fundo mostram as disputas simbólicas em torno de um projeto de cidade, mostram as disputas em torno da afirmação de territorialidades, sejam elas físicas e/ou subjetivas e, ainda, cabe destacar: as festas são polissêmicas, se abrem para a possibilidade de muitos sentidos, são espaços de trocas de sociabilidades. Aqui o rural é pensado como algo que está sendo constantemente reelaborado, ressignificado, transformado.

O terceiro capítulo, intitulado “A cidade em uma ilha: meio ambiente, legislação e transformações socioculturais”, também foi subdividido em três tópicos. Este capítulo procura abordar as transformações ambientais decorrentes, em primeiro lugar, das práticas agrícolas e, posteriormente, das transformações vinculadas ao movimento de expansão urbana. Também são apresentados os aspectos legais de tentativas de reverter ou coibir usos que trouxessem alterações consideradas danosas ao meio ambiente. A discussão destaca o fato de o município de Florianópolis estar sediado em uma ilha e ter, desde o Plano Diretor de 1997, praticamente 47% do seu território enquadrado como Área de Preservação Permanente (APP). De que forma homens e mulheres têm reelaborado suas relações com o meio ambiente a partir da implementação de legislação de caráter ambiental e do aumento da fiscalização? O capítulo também destaca a questão dos animais na

perspectiva das ruralidades. Com a extinção do macrozoneamento rural, desde o Plano Diretor de 2014, Lei nº 482/2014, manter animais no solo urbano poderia ser uma forma de garantir o pagamento do ITR em detrimento do IPTU. Também foi pensada a substituição do uso dos animais nos engenhos em Florianópolis. Enquanto alguns engenhos substituíram seus animais por máquinas e energia elétrica, outros entraram em um movimento de busca de reafirmação da produção de farinha de mandioca na perspectiva de se constituir em patrimônio imaterial de Santa Catarina. O capítulo 3 termina com uma discussão sobre as disputas políticas em relação a Florianópolis a partir da década de 1990 e nas décadas iniciais do século XXI. Paralelo à construção de uma ideia de vocação turística para a Ilha que ganhou força nas décadas de 1970 e 1980, nos anos 1990 entra em cena um imaginário que apresenta Florianópolis como a “Ilha do Silício” do Brasil. A partir da análise de um filme documentário intitulado *Outono*, juntamente com o cruzamento de outras fontes, buscou-se perceber as disputas simbólicas envolvendo o “rural” e o “urbano” nos últimos 30 anos em Florianópolis. Diferentes projetos de cidade apontam para a complexidade dessa questão.

Os capítulos 4 e 5 vão apresentar as ruralidades contemporâneas, ou seja, as ruralidades criadas a partir das interações e das trocas com o urbano. Surgem ruralidades contemporâneas.

O capítulo 4 foi intitulado “Ruralidades contemporâneas: agricultura urbana, legislação e usos da terra”. O capítulo, também estruturado em três partes, tem o primeiro tópico apresentando uma reflexão acerca da crise ambiental contemporânea que está colocada diante da expansão de um modelo de sociedade voltada para o mercado, para o lucro, para o consumo desmedido. Quais as possibilidades de construção de novas relações entre homens e mulheres e meio ambiente a partir das experiências em torno das diferentes tipologias de agricultura urbana? Busca-se pensar a cidade como um espaço múltiplo, capaz de produzir alimentos, alimentos limpos, sem o uso de produtos como agrotóxicos, herbicidas ou fertilizantes.

O segundo tópico se propõe a analisar dois movimentos que tiveram trajetórias interconectadas entre 2014 e 2017. Um deles, o movimento em torno das tentativas de constituição de políticas públicas voltadas para a agricultura urbana em Florianópolis, representadas a partir da formação da Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana (Rede Semear) e da organização de um amplo movimento, envolvendo sociedade civil, órgãos públicos e organizações não governamentais (ONG), que acabaram por levar à formulação do Programa Municipal de

Agricultura Urbana de Florianópolis e do Projeto de Lei Complementar que instituiu a PMAPO. Também foram responsáveis por construir um documento que requeria a volta do macrozoneamento rural para o município de Florianópolis. Encabeçado pela Rede Semear de agricultura urbana, este documento foi entregue ao núcleo gestor do Plano Diretor Participativo durante o processo de revisão deste documento. O outro, um movimento estudado com base no Plano Diretor Participativo de Florianópolis, Lei nº 482/2014, e na Minuta IV de Anteprojeto de Lei para o Novo Plano Diretor de Florianópolis. Em ambos os documentos, o macrozoneamento rural deixa de existir. Florianópolis tornou-se um município urbano. Nesse contexto, é problematizada a criação das Áreas de Urbanização Especial (AUE), em lugar das antigas Áreas de Exploração Rural (AER), tendo em vista a complexidade e falta de clareza nas regras do zoneamento das AUEs. Mesmo diante desse movimento para tornar Florianópolis um município urbano, as audiências públicas realizadas nos diferentes distritos de Florianópolis foram palco para manifestações que reivindicavam a permanência do rural para algumas regiões da Ilha.

O terceiro tópico deste capítulo mergulha no contexto do crescimento de Florianópolis nas duas últimas décadas. Com os problemas decorrentes de um crescimento sem planejamento, onde a cidade é vista sob a ótica do mercado, e onde os interesses do capital são priorizados em detrimento do interesse do social e do coletivo, surge toda uma articulação política em defesa do direito de ocupar a cidade para além dos muros de concreto. As articulações políticas levaram à criação da Rede Semear de agricultura urbana, à eleição de Marcos José de Abreu (Marquito), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – com sua plataforma em defesa da agroecologia, da agricultura urbana e do meio ambiente – como o segundo vereador mais votado no pleito de 2016. Levaram também à já referida PMAPO e ao Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis. Nesse movimento de reivindicar os espaços da cidade para as práticas de agricultura urbana, merece destaque a formação das hortas comunitárias e institucionais. Aqui, foi dado um espaço especial para a articulação da Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca, pois a partir dela é possível descortinar e analisar as experiências em torno do exercício do direito aos usos do solo urbano, do direito de produzir alimento na cidade, do direito à cidade.

O capítulo 5 foi intitulado “Agricultura na cidade contemporânea: educação ambiental, neo-rurais e cultivos orgânicos e agroflorestais”. Esse capítulo tem por objetivo problematizar as implicações de ser, tornar-se agricultor(a) em um município que se constituiu como urbano.

Também este capítulo foi dividido em três partes. O primeiro tópico contextualiza a crise ambiental contemporânea e insere Florianópolis nesse debate. Em uma perspectiva local, o processo de urbanização de Florianópolis, sem planejamento em parte e, por outro lado, imbricado numa relação complexa em que o poder econômico exerce forte influência sobre o planejamento da cidade, trouxe implicações e alterações significativas ao meio ambiente. Sob a ótica da educação ambiental, embasada nos estudos de Marcos Reigota<sup>19</sup>, percebe-se a educação ambiental não como um depositário de saberes, mas como um conjunto de práticas que devem atuar para construir novas relações entre sociedade e meio ambiente. Na busca de construir novos mecanismos de interação humana e meio ambiente, sob o enfoque do que Carlos Frederico Bernardo Loureiro<sup>20</sup> chamou de ecocidadania e Felix Guattari<sup>21</sup> chamou de ecologia social, são analisadas as experiências das hortas escolares como prática pedagógica que objetiva construir formas distintas de se alimentar, de se relacionar com a terra, de consumir etc.

Entre as experiências analisadas, foram trabalhados: o programa de Educação ambiental e alimentar com hortas escolares protagonizado pelo Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo (Cepagro), Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico da UFSC (Neamb) e Instituto Çarakura, a experiência da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca e as práticas de compostagem de resíduos sólidos orgânicos desenvolvidas pelo Projeto da Revolução dos Baldinhos e através das ações da Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap).

O segundo tópico tratou da aproximação entre o rural e o urbano a partir das urbanidades trazidas pelos migrantes que, egressos de diferentes lugares do Brasil, vieram para Florianópolis em busca de novos modos de vir a ser. São os neo-rurais, homens e mulheres que não têm vínculos com um passado de ruralidade, mas que procuram na contemporaneidade, vivendo em espaços urbanos, desenvolver diferentes formas de ruralidades. São pessoas que criam quintais produtivos nos seus terrenos ou em “terrenos emprestados”, pessoas que criam jardins comestíveis e organizam oficinas para tratar de novas formas de se alimentar e produzir

---

<sup>19</sup> REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

<sup>20</sup> LOUREIRO, Carlos F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>21</sup> GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papirus, 2012.

o alimento, pessoas que criam espaços voltados para a educação ambiental e desenvolvem projetos de reflorestamento, pessoas que buscam morar em lugares com características mais fortes de ruralidade e criam em torno de suas moradias espaços para receber grupos na perspectiva do turismo rural. Aqui, rural e urbano são realidades intercambiáveis, e suas fronteiras são borradas.

No último tópico deste capítulo, analiso as implicações envolvidas para aqueles que querem ser ou tornar-se agricultores(as) em um município sediado em uma Ilha. Como fazer das práticas agrícolas uma possibilidade de produzir voltada para uma escala que extrapola o consumo familiar, voltada para o mercado propriamente dito? Existem muitas implicações para quem quer ser agricultor(a) numa ilha urbana. Entre as implicações, as dificuldades na questão tributária, muitos(as) proprietários(as) da Ilha hoje recebem uma dupla tributação, pois incidem sobre suas terras o ITR e o IPTU. O acesso às políticas de fomento é outro problema: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), órgão responsável por organizar os programas, é prioritariamente voltada para a extensão rural. Em Florianópolis, as ações desse órgão têm sido majoritariamente voltadas para a maricultura e a pesca. A análise é feita a partir das histórias de dois produtores locais, o Sítio do Lício, produtor de orgânicos em Ratonés e o Sítio Flor Bela, produtor do Sertão do Peri, defensor dos princípios da agricultura sintrópica ou agroflorestal. Dessas experiências, surgem indagações. Quais as possibilidades de produção agrícola feitas em uma ilha? Qual a importância das práticas agroecológicas nesse contexto? Quais as implicações de ser produtor em espaço que está sediado em uma unidade de conservação, como o Parque Municipal da Lagoa do Peri? É possível construir práticas que permitam aos homens e às mulheres coexistirem nos mesmos espaços, ou existem territórios que devem ficar efetivamente longe das intervenções humanas?

Por fim, nas considerações finais, lanço uma reflexão das implicações de construir um projeto único para uma cidade. Nesse caso, Florianópolis. No direcionamento dado pelo poder público ao novo Plano Diretor de Florianópolis, o rural é visto como reminiscência e fadado ao desaparecimento. A pesquisa feita nesta tese mostrou que o rural não apenas continua parte deste mosaico que é a cidade de Florianópolis, como continua sendo constantemente reelaborado e ressignificado a partir das trocas cada vez mais fortes entre o rural e o urbano.



## 1 O “RURAL” E O “URBANO”: TRILHANDO CAMINHOS POSSÍVEIS

### 1.1 REDEFININDO FRONTEIRAS: DEBATES TEÓRICOS EM TORNO DOS TERMOS “RURAL” E “URBANO”

O capítulo que abre esta tese tem por objetivo apresentar as questões teóricas e metodológicas que irão permear todo o texto. A utilização dos termos “rural” e “urbano”, “campo” e “cidade” estão carregados de significados que se transformaram em diferentes contextos históricos. Essa percepção histórica do rural e do urbano foi sendo cristalizada ao longo do tempo, e assertivas que tendem a explicar o rural como o avesso do urbano são ainda bastante atuais. Alguns autores têm se dedicado ao tema, trazendo uma discussão teórica importante para os pesquisadores que dedicam suas pesquisas ao assunto.

Maria José Teixeira Carneiro<sup>22</sup> aponta para o fato de que o século XX trouxe acalorados debates de autores que têm se dedicado ao assunto. Três correntes de pensamento se destacam nesse sentido. A primeira entende a urbanização, a modernização do “rural”, não como um caminho para homogeneização entre campo e cidade, mas como o surgimento de possibilidades na constituição de novas formas de sociabilidades criadas a partir desse encontro. A segunda corrente percebe as relações entre campo e cidade como possibilitadoras da construção de novas ruralidades, as trocas entre estes trazem não o esvaziamento do campo, mas a reelaboração dos padrões de vida em ambos os contextos. A terceira corrente nega a dicotomia rural-urbano, bem como sua similar, indústria-agricultura.

Esse amplo debate enseja alguns questionamentos, como a pergunta: quais deveriam ser os significados dos termos rural e urbano na contemporaneidade? E, ainda, com outras palavras: seria ainda pertinente usar os termos “rural” e “urbano” para identificar realidades sociais e espaciais distintas? As mudanças ocorridas nas relações sociais e de trabalho no campo na segunda metade do século XX transformaram as noções de “rural” e “urbano”. Discutir a noção de ruralidade em um contexto de trocas cada vez mais intensas entre o campo e a cidade não significa buscar novas premissas em que se possam encaixar tais definições, esse esforço se dá no sentido da busca por uma compreensão maior do tema que engendre a questão da ruralidade como um processo

---

<sup>22</sup> Cf. CARNEIRO, Maria José Teixeira. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-76, out. 1998.

dinâmico, em constante transformação, que pode ser expresso de formas distintas em ambientes heterogêneos por atores sociais que não formam um bloco coeso e homogêneo. A autora Maria José Carneiro<sup>23</sup> propõe pensar o rural centrado nos agentes sociais e não simplesmente na noção de espaço, que não é capaz de dar conta de uma realidade complexa onde é cada vez mais difícil definir fronteiras rígidas entre os mundos rural e urbano.

Carneiro explicita ao longo de suas pesquisas sobre ruralidade que a busca de uma “essência” para o “rural” e o “urbano” envolveu, como já mencionado, amplo debate e que neste, a ruralidade era vista, sobretudo, como o espaço da agricultura, da baixa densidade demográfica e do atraso, enquanto o urbano era o símbolo do comércio, da indústria e do progresso. Ancorada nos estudos da antropologia, a autora sugere que os usos dessas duas categorias na contemporaneidade devem estar centrados nos sentidos que os agentes sociais atribuem a certos comportamentos. A ruralidade aqui deve ser entendida como um fenômeno cultural e historicamente construído.

Como hipótese interpretativa, os estudos da antropologia, desenvolvidos por Carneiro, levam a pensar a ruralidade contemporânea como um processo dinâmico em que ocorre a interpenetração entre campo e cidade, cujo foco de análise está nos agentes sociais, contribuindo para o enriquecimento do tecido social e abrindo espaço para poder imaginar outros cenários, outras respostas para os problemas socioambientais contemporâneos.

Cabe mencionar, também, entre os autores que trouxeram importantes contribuições para a discussão teórica e reflexiva sobre o “rural” e o “urbano”, o trabalho de Raymond Williams. Esse autor marxista, que tem seu nome associado à emergência de um novo campo interdisciplinar, os “estudos culturais”, teve entre os seus escritos a obra *O campo e a cidade*, que acabou por trazer aspectos cruciais para a discussão envolvendo o rural e o urbano. Williams faz um aprofundado estudo tendo a Grã-Bretanha como referência e uma rica gama de escritos literários que vão de Virgílio até George Orwell. É, sem dúvida, uma leitura que possibilita uma interpretação de que as transformações no

---

<sup>23</sup> Sobre o debate historiográfico acerca das transformações das noções de “rural” e “urbano”, confira: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012. CARNEIRO, Maria José Teixeira. **Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-76, out. 1998.

campo e na cidade são decorrentes do sistema capitalista. A revolução industrial, a mecanização do campo, o imperialismo são apontados como fatores que conduziram países, não só a Grã-Bretanha, a uma situação de incertezas quanto ao futuro da humanidade no que diz respeito à alimentação, ao meio ambiente e à exclusão de significativas parcelas da sociedade. Com um olhar atento e crítico, percebe-se que a grande contribuição desse autor está em colocar campo e cidade como palavras muito “poderosas”, “[...] as ideias a respeito do campo e da cidade tem conteúdos e desenvolvimento históricos específicos.”<sup>24</sup>

Outro autor importante que tem discutido a questão envolvendo a dicotomia “rural” *versus* “urbano” é José Eli da Veiga. Veiga elencou tópicos cruciais para a análise dos critérios utilizados pelo governo brasileiro para definir o que são áreas rurais e urbanas no Brasil atual. José Eli afirma que os métodos para definição do que é urbano ou rural no Brasil de hoje são, no mínimo, estapafúrdios, a ponto de considerarmos o Brasil um país mais urbanizado do que os Estados Unidos, pelas características usadas nas medições. Pelo critério utilizado desde o estado novo de Getúlio Vargas, toda sede de município é considerada cidade, mesmo que só tenha quatro casas, como é o caso de União da Serra. O autor critica o uso pelo Brasil do critério administrativo, e segundo este o mais comum em outros países é a combinação de critérios estruturais, como localização, número de eleitores, moradia, e critérios funcionais, como a existência de serviços essenciais à vida urbana, ou seja, hospital, farmácias, teatros, museus, bibliotecas, parques, bombeiros etc. Seguindo esse raciocínio, José Eli complementa que, além dessa medida, considerada por ele absurda, o Brasil, que no Censo de 2000 é apresentado como 81,2% urbano, inclui nessa soma as populações das sedes de distritos (vilas). Como nos afirma o autor: “[...] o que no resto do mundo seria considerado vilarejo, povoado, aldeia etc. – isto é, as formas rurais do território – no Brasil é oficialmente classificado de urbano.”<sup>25</sup> Assim vai se consolidando esta imagem de que o Brasil é um país que mantém uma ínfima parcela de seu território e de sua população no meio rural.

Essas distorções acabam por reforçar outras, dentre as quais aquela que estabelece uma relação direta entre mundo rural e atividades primárias. Nas palavras de Veiga: “[...] não há nada mais equivocado do que imaginar que o “espaço rural” está reduzido à dimensão

---

<sup>24</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 474.

<sup>25</sup> VEIGA, José Eli da. **A história não os absolverá nem a geografia**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005. p. 97.

agropastoril”.<sup>26</sup> O autor destaca que, se em países como a França, os serviços já ocupam mais da metade dos empregos rurais, isso não quer dizer que os agricultores estejam desaparecendo. Ao contrário disso, “[...] o desenvolvimento torna as famílias rurais cada vez mais pluriativas.”<sup>27</sup>

As mudanças processadas nas relações entre campo e cidade nas últimas décadas têm colocado o campo como um espaço em que as atividades agropecuárias não necessariamente ocupam um lugar privilegiado; ao contrário, muitas vezes estas estão na condição de atividades complementares à renda familiar de agricultores, que buscaram alternativas para a sobrevivência no meio rural. São famílias que se dedicam às atividades impulsionadas pelo chamado turismo rural ou que têm procurado se adequar a uma nova demanda de produtos vindos “do campo”, sem agrotóxicos e inseridos num contexto maior de valorização de uma vida, que tenha como uma das premissas do presente a valorização do meio ambiente e a integração maior do homem com a natureza.

É pertinente destacar também que a partir dos anos 1990, alguns estudiosos do tema passaram a fazer uso de uma categoria, chamada “rurbano”<sup>28</sup> ou, ainda, “rurbanidade”. Gustavo Cimadevilla, professor do departamento de Ciências da Comunicação na Argentina, publicou um texto muito interessante sobre isso. Neste, o autor afirma que as leituras que hoje reconhecem as ruralidades como algo plural e que percebem os processos de urbanização do rural como fatos que popularizaram o uso da categoria “rurbanidade”, não dão a devida atenção às emergências da

---

<sup>26</sup> VEIGA, José Eli da. A história não os absolverá nem a geografia. p. 87.

<sup>27</sup> Ibid., p. 88.

<sup>28</sup> O termo rurbano já aparece em Gilberto Freyre. O conceito deste autor de rurbano aparece analisado em uma interessante pesquisa de Beatriz Duqueviz: “Assim, nos anos de 1950, Gilberto Freyre esboçaria uma nova política social de conciliação entre o mundo urbano e o mundo rural. Usando-se de uma expressão norteamericana para expressar essa nova mentalidade, denominou-a de “rurbano” [...] rurbano seria o modelo de desenvolvimento que o Brasil assumiria para modernizar-se, incorporando especificidades de cada localidade brasileira, compondo um misto de modernidade e regionalismo. Para Gilberto Freyre, o Brasil não poderia se lançar ao mundo moderno perdendo de vista sua peculiar formação histórica, no qual cada região assumia um caráter específico, que o tornava singular.” (DUQUEVIZ, Beatris C. **A rurbanização como política social em Gilberto Freyre**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006. f. 75).

ruralização do urbano e ao estudo da interpenetração dos contrários.<sup>29</sup> Aqui, mais uma vez, está um autor que apresenta como as categorias conceituais são criadas e estão envoltas em diversos processos e debates intelectuais que exigem do pesquisador o cuidado de visitar e analisar tais questões. Localizando o uso do termo “rurbano” nos debates da década de 1990, Cimadevilla defende que a penetração do “urbano” no “rural” implica também o seu contrário e complementa afirmando que a rurbanidade a que se refere é resultante de um diverso processo de interpenetração e coexistência de contrários. O aporte teórico, assim como de Maria José Carneiro, encontra-se nos estudos da escola francesa vinculada aos debates contemporâneos da disciplina de antropologia. Nas palavras do autor: “[...] los haceres, prácticas, rituales y sistemas simbólicos resultan de una diversidad de experiencias, lenguajes y códigos com diversos grados de entrelazamiento y contato.”<sup>30</sup>

Seguindo essa perspectiva, que entende que as elaborações em torno do que é tido como “rural” e “urbano” precisam ser revistas, cabe destacar os estudos desenvolvidos pelo professor da PUC do Rio de Janeiro, João Rua. Esse autor analisa as relações entre o rural e o urbano a partir do que chama de “urbanidades no rural”. Nas palavras de Rua:

As urbanidades decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores [...]. A resignificação do rural, através da ideia de “urbanidades do rural” inclui uma série de representações que re-apresentam este espaço como um “outro rural”.<sup>31</sup>

Rua afasta-se da vertente que percebe o rural como algo que está fadado ao desaparecimento e se aproxima da concepção que defende a existência do rural mesmo diante da aproximação com o urbano. Para esse autor, o espaço é uma totalidade em movimento, aberto a novas

---

<sup>29</sup> CIMADEVILLA, Gustavo. De la dicotomía urbano-rural a la emergencia urbana: momentos y movimientos. In: **Revista do programa da Pós-graduação em História da UFSC**, n. 13, v. 13, p. 50-71, 2004. p. 50.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.63.

<sup>31</sup> RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. p. 95.

interações, onde rural e urbano vão sendo reconfigurados. “O rural, cada vez mais, se identifica com ideais urbanos (permanecendo rural), o que resulta em formas sócio espaciais híbridas, que obscurecem os limites entre urbano e rural.”<sup>32</sup>

Nesta pesquisa, ficaram bastante evidentes as transformações das áreas rurais de Florianópolis, a partir da chegada de novos moradores, egressos de áreas já bastante urbanizadas. Esses novos migrantes trouxeram suas “urbanidades”, o que permitiu alterações no rural da Ilha, não no sentido de sua eliminação, mas, ao contrário, possibilitou sua ressignificação, tornando difícil uma delimitação nítida das fronteiras do que é tido como rural e urbano. “Percebe-se a emergência de um rural muito diversificado (se é que algum dia foi homogêneo), constituído de lugares onde diversas identidades são expressas e onde há possibilidades para diversos desenvolvimentos socioespaciais [...]”<sup>33</sup>

Foi parcialmente embasado na concepção de urbano de Henri Lefebvre que RUA elaborou sua concepção de “urbanidades no rural”. Cabe aqui também destacar este autor fundamental para pensar as implicações teóricas dos usos destas duas categorias, Henri Lefebvre. O filósofo francês tem uma série de escritos inseridos no contexto dos temas da cidade, do urbano. Uma antologia preparada por Mario Gaviria apresenta uma compilação de artigos publicados por Lefebvre entre 1949 e 1969. Nesta, o autor apresenta argumentos que indicam que durante muito tempo, principalmente durante o período medieval europeu, o campo era a estrutura de domínio da sociedade. À medida que a sociedade se modificava com as transformações que levariam à industrialização, um outro tipo de estrutura dominante parece se impor: o urbano. Dessa forma, parece que as regras daquela sociedade aparentavam apontar para essa nova estrutura que é o urbano. O campo aparenta estar sob o domínio do urbano, mas esse urbano, como destaca o autor, é muito mais complexo do que se imagina, pode congrega tanto aspectos tidos como “rurais” como aqueles tidos como “urbanos”. As estruturas físicas do intitulado mundo “urbano” nem sempre vão estar em consonância com as atividades, as práticas e os aspectos desse referido mundo “urbano”. É no cotidiano que podemos perceber essa questão. Esse autor, que também é um crítico do urbanismo positivista, critica os planos feitos por arquitetos e urbanistas que pensam a cidade nos seus aspectos físicos, ignorando os

---

<sup>32</sup> RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra. In: FERREIRA, Alvaro et al. **Metropolização do espaço territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 392.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 390.

sujeitos e as práticas que tornam difíceis de definir a “cidade” ou o “campo”. Isso leva em consideração questões exclusivamente ligadas ao espaço e às ideias conformadas ao longo do tempo, como a que associa a “cidade” ao comércio, à indústria, à modernização, e o “campo” à prática da agricultura, à baixa densidade demográfica e ao atraso.

Lefebvre também é ponto de partida para autores que têm procurado problematizar a questão da cidade na perspectiva dos processos de urbanização ancorados na expansão do capitalismo. David Harvey trouxe uma contribuição importante para as reflexões em torno do “direito à cidade” no contexto da urbanização capitalista. O autor argumenta que o direito à cidade tem sido alvo de ações de grupos privados que acabam por mercantilizar os espaços, o acesso à terra e aos bens em geral. De acordo com este autor:

O direito à cidade como existe hoje, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.<sup>34</sup>

A partir de uma diversidade de ações que buscam ocupar os espaços da cidade, esse autor defende que é possível construir caminhos para uma vida urbana mais democrática e plural. David Harvey defende que o direito à cidade não é apenas algo abstrato, é algo que pode ser conquistado mediante ações e movimentos individuais e coletivos. O direito à cidade é algo que precisa ser conquistado. A cidade contemporânea tem sido espaço de disputas políticas e econômicas. Nestas, o projeto neoliberal tem sido responsável pela formação de cidades que segregam, cidades mercantilizadas onde os direitos sociais são relegados ao plano de sujeição em relação ao direito privado e individual. Harvey ajuda a pensar os movimentos atuais em torno das hortas comunitárias, das experiências de agricultura urbana, como sendo ações que reivindicam outros usos da cidade. Nas palavras do autor:

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar

---

<sup>34</sup> HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 63.

catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana possam ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser pensadas.<sup>35</sup>

Os estudos de Harvey ajudam a pensar os processos de urbanização contemporâneas e os mecanismos de exclusão presentes nesse contexto. A mercantilização do solo urbano, a transformação da cidade em espaços segregados e excludentes são problematizados por este autor. Como buscar outras formas de uso do solo urbano? Os movimentos em torno das hortas comunitárias têm se constituído como mecanismo de ampliação do direito à cidade. Florianópolis pode ser pensada no contexto de uma urbanização que prioriza a mercantilização do solo, a especulação imobiliária e a formação de espaços segregados de convivência e lazer. Harvey ajuda a problematizar os diferentes movimentos que reivindicam os usos do solo urbano para além do mercado e da lógica do capital.

## 1.2 HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA AMBIENTAL E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM TEÓRICO E METODOLÓGICA

A discussão teórica que envolve os usos das categorias “rural” e “urbano” não pode estar alijada dos debates que envolvem os estudos de história ambiental. Para fazer uma escrita da história em que o foco esteja engendrado nas concepções da história ambiental, alguns autores têm exposto importantes reflexões. Donald Worster aponta três níveis relacionados ao fazer historiográfico em torno do tema. Tratados de maneira não excludente, Worster promoveu uma reflexão muito interessante em torno do que intitulou “segundo nível”, centrado “na compreensão de como a tecnologia reestruturou as relações ecológicas humanas, isto é, na análise sobre as formas com as quais as pessoas tentaram transformar a natureza num sistema que produz recursos para o consumo.”<sup>36</sup> Interligado ao chamado “terceiro nível” que busca tratar das percepções dos grupos em relação à natureza, os historiadores ambientais têm um grande desafio pela frente quando o assunto envolve as formas

---

<sup>35</sup> HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 34.

<sup>36</sup> WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 23-44, jan./jul. 2003. p. 26.

pelas quais a terra é ocupada nos processos de urbanização e as maneiras como as novas demandas por produtos vindos “da fazenda” têm transformado as relações dos homens com o ambiente. Segundo Worster, “[...] qualquer que seja o assunto que o historiador ambiental escolha investigar, ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem de se alimentar sem degradar a fonte básica da vida.”<sup>37</sup>

A importância e a pertinência de trazer essa discussão para Florianópolis reside no fato de que as transformações vivenciadas na Ilha de Santa Catarina a partir da década de 1970, encobertas por discursos que proclamavam a necessidade de tornar a cidade uma capital “moderna”, “desenvolvida”, construíram uma imagem homogênea que proclamava e ainda o faz, nos jornais e nos meios de comunicação em geral, a emergência de uma Florianópolis que a cada dia torna-se mais “urbana” e apaga suas marcas de ruralidade. Essas imagens, muitas vezes hegemônicas, tornam invisíveis uma outra cidade, marcada pela reelaboração constante que os diferentes agentes sociais fazem de suas relações com os espaços e com as formas de significar um rural hoje muito mais próximo do urbano. A proximidade cada vez maior entre os mundos rural e urbano na Ilha de Santa Catarina não está conduzindo a um esfacelamento das experiências de ruralidade. As trocas cada vez mais intensas têm sido responsáveis pela emergência de ruralidades transformadas e ressignificadas.

Perceber as transformações socioambientais, as reelaborações nos modos de vida criados a partir das trocas entre o “rural” e o “urbano” em Florianópolis permitem um mergulho nos modos de produção historiográfica que estão inseridos na chamada história ambiental. Estudar as relações entre homens e natureza tem sido nesse sentido um desafio, o de “[...] superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo.”<sup>38</sup>

Este texto, no que diz respeito ao uso das fontes, trará, ao longo de sua tessitura, uma abordagem que concede significativo espaço às fontes orais. “Sem deixar de reconhecer as dificuldades da história oral, pode-se detectar no método um potencial de pesquisa extremamente rico e tirar proveito devido de seu uso.”<sup>39</sup> Marieta Ferreira diz que, das

---

<sup>37</sup> WORSTER, Donald. Transformações da terra... p. 39.

<sup>38</sup> PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. p. 97.

<sup>39</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. p. 327.

transformações que o campo da história vem apresentando, a abertura para o estudo do tempo presente, da cultura, e a valorização do indivíduo no processo social têm sido cruciais para diminuir as restrições quanto ao uso das fontes orais.<sup>40</sup>

Nesse sentido, cabe destacar que:

[...] a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção de estratégias de ação e das representações de grupos e indivíduos em diferentes sociedades.<sup>41</sup>

O uso das fontes orais para a construção de novas narrativas na história abriu caminho para que pudéssemos trazer à tona novas e diferentes evidências em relação a um dado contexto, a exemplo, da vida nas cidades no tempo presente. As fontes orais abrem caminhos para pensarmos a cidade além das falas que percorrem o senso comum, em que, intencionalmente ou não, são divulgadas crenças que colocam os processos de urbanização em uma trajetória única, linear e homogênea. É importante salientar que a história oral diz respeito a versões do passado, ou seja, à memória. A discussão entre história e memória é fecunda e crucial para quem quer trabalhar com história oral.

O trabalho com a história oral abre precedentes para uma discussão acerca do caráter teórico e metodológico que envolva trabalhar com memória no campo historiográfico. Henri Bergson<sup>42</sup> trata da memória como uma ação subjetiva, ela está presa ao sujeito que, através de um processo constante de reelaboração, evoca o passado que chega ao presente não como o real, mas como uma representação. Bergson critica a filosofia positivista, cientificista, que pensa a ciência por um lado utilitarista, compreendendo memória à luz das discussões do período, ou seja, diante das novas pesquisas nas áreas da psicologia, da psicanálise em relação ao funcionamento do cérebro. Para esse autor não há memória pura, não fazemos uma regressão ao passado, ao contrário, o evocamos pelo presente.

---

<sup>40</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. p. 328.

<sup>41</sup> Ibid., p. 330.

<sup>42</sup> Cf. BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Nesse sentido, a memória é processo em constante construção, por vezes manifestada explicitamente, por outras ocultada, a expressão da memória através da lembrança não é processo linear e apresenta-se marcada por tensões. A memória, portanto, traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações. Plena de substância social, é bordado de múltiplos fios e incontáveis cores, que expressa a trama da existência, revelada por ênfases, lapsos, omissões. É ressignificação do tempo, que fornece à história e às ciências sociais matéria-prima para a construção do conhecimento.<sup>43</sup>

O historiador constrói sua narrativa, reinventa o passado, orienta-se por um viés teórico e metodológico que busca olhar para o passado com suas múltiplas significações. É diferente do que foi vivido, porém os historiadores atribuem novos significados às narrativas trazidas pelas memórias, recortando-as, ressignificando-as. “Nesse campo, a relação memória e História é também relação memória coletiva e memória individual, sempre entrelaçadas e quase sempre dotadas de poder: poder de esquecer, de lembrar, de omitir, de silenciar.”<sup>44</sup> Nessa prática de construção, o historiador que trabalha com a história oral tem que ter a clareza de que os depoimentos são concedidos não por *fontes*, mas por pessoas, e que no ato de narrar suas experiências, vivências, estão imbricados os significados que os narradores atribuem às suas vidas, afinal, como nos lembra Portelli, “[...] a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar.”<sup>45</sup>

A memória e a relação existente entre história e memória tornaram-se temas bastante discutidos no campo da historiografia. O que intencionamos buscar são outras memórias, outras narrativas, outros ângulos acerca do processo de urbanização de Florianópolis ocorrido nos últimos 40 anos. Sabemos que os processos de urbanização, em especial na região centro-sul, transformaram a paisagem e as formas de vida da população. Para que tenhamos uma visão mais ampla, além daquela que aparece nos documentos escritos, sobre as novas formas de ocupação, os novos ritmos de trabalho e utilização da natureza, ou melhor, como uma sociedade que transita do rural para o urbano no Brasil experimentou e

---

<sup>43</sup> Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>45</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. p. 2.

ainda experimenta diferentes formas de vivenciar essa realidade, faremos uso da história oral e da memória. As entrevistas realizadas neste trabalho priorizaram sujeitos que, de alguma maneira, estão inseridos no complexo universo intercambiável do “rural” e do “urbano” em Florianópolis. Foram ou são donos de engenho, donos de carros de boi, plantadores de mandioca, criadores de gado, artesãos de engenho, fornecedores, rendeiras, plantadores de café, agricultores(as), pescadores, artesãos(ãs), produtores(as) de orgânicos, voluntários(as) nas hortas comunitárias, funcionários(as) de órgãos públicos que trabalham com as questões referentes ao rural e ao urbano sob o prisma da agricultura, articuladores do turismo rural etc.

O trabalho com a história oral descortinou um universo de possibilidades, as narrativas construídas por homens e mulheres ao longo desta pesquisa referiam-se a processos por estes vivenciados num passado não tão distante, mas, sobretudo, referiam-se a momentos cotidianamente por eles experimentados a partir do tempo presente. Já se apresentou aqui nas discussões sobre memória que toda memória é evocada do tempo presente, a memória é feita nessa relação entre presente e passado. De qualquer modo, o recorte temporal desta investigação trouxe a perspectiva de fazer uma história do tempo presente, haja vista que a pesquisa envolveu a elaboração do novo Plano Diretor para o município de Florianópolis, que esteve em discussão durante todo o período de preparação deste trabalho e também trouxe à cena movimentos inseridos no espaço temporal de elaboração desta tese, 2013-2017, a exemplo do movimento em torno das hortas comunitárias surgidas no município de Florianópolis.

A escolha do tempo presente como campo de estudos vem ganhando legitimidade entre os historiadores, mas enseja algumas reflexões importantes para aqueles que desejam trabalhar com história do tempo presente.

Uma das questões colocadas como uma dificuldade em fazer história do tempo presente estava no fato de que os historiadores estavam na condição de contemporâneos de seus objetos de estudo. Essa proximidade traria implicações quanto aos critérios da busca da objetividade na produção do trabalho historiográfico, na manutenção do distanciamento crítico considerado fundamental no fazer história. Importante destacar que, independentemente do recorte cronológico que se estabeleça, todas as fontes podem ser questionadas em outros momentos, podem ser indagadas de outras perspectivas. Quanto à questão da objetividade na história, Antoine Proust nos diz que:

Apesar de todos os esforços que vier a despendar para se colocar, pelo pensamento, no lugar dos outros, o historiador não deixará de ser ele mesmo [...]. A história é o re-pensamento, a re-ação no presente, pelo historiador, de coisas que, outrora, haviam sido pensadas, experimentadas e praticadas por outras pessoas.<sup>46</sup>

Proust nos dá indicativos de que o historiador não poderá estar apartado do trabalho historiográfico e que, ao invés de objetividade, seria mais conveniente falar em distanciamento. Para o historiador, o fundamental nesse caminho seria a escolha de um método. Como já mencionado anteriormente, a metodologia utilizada neste trabalho esteve ancorada nos usos das fontes orais e nas discussões acerca de história e memória.

Cabe destacar que, independentemente do recorte cronológico que irá nortear o trabalho historiográfico, fazer história do tempo presente também implica adotar uma metodologia previamente definida, um referencial teórico compatível com as hipóteses levantadas e o uso de fontes também interpretadas sob a ótica de suas especificidades.

A destacar, algumas características do campo histórico tempo presente, de acordo com Ferreira e Delgado:

[...] o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa.<sup>47</sup>

A presença de tensões nos processos em curso e o fato de as narrativas serem produzidas por pessoas que seguem fazendo parte das histórias em curso não impedem que o historiador possa problematizar certas questões e buscar percebê-las sob uma perspectiva histórica.

---

<sup>46</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 150.

<sup>47</sup> DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Marieta. História do tempo presente e ensino de História. **História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. p. 25.

Cabe ainda algumas considerações acerca da questão da história do tempo presente. É importante pensar a história do tempo presente em uma perspectiva crítica que não tenha a pretensão de encontrar uma nova periodização para o fazer historiográfico. Como destacam Lohn e Campos:

[...] o tempo presente não seria mais um período [...] uma História do Tempo Presente compreende uma nova atitude metodológica diante dos problemas enfrentados pela historiografia e pela necessidade de formular reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num mapa histórico desenhado pelo século XIX.<sup>48</sup>

A essa importante análise que destaca o tempo presente não como uma ordem cronológica, mas sim como uma distinta atitude metodológica diante das questões enfrentadas pelo fazer história, cabe incluir a importância da historiografia que quer acrescentar o tempo vivido, ou seja, “[...] a historiografia também pretende abordar o tempo da vida, não só por sua qualidade de estar presente, mas exatamente por ser vivido.”<sup>49</sup> Essa possibilidade aponta para um caminho diferente da história que se pretendia linear, evolutiva e cronológica. O tempo vivido torna-se possibilidade para as reflexões historiográficas do tempo presente.

### 1.3 O RURAL E A LITERATURA: HISTÓRIAS CONTADAS DA VILA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO À CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A história da póvoa de Nossa Senhora do Desterro começa em meio à conjuntura do século XVII. Até meados do século XVII, a Ilha de Santa Catarina era uma densa floresta<sup>50</sup> habitada por índios chamados

---

<sup>48</sup> LOHN, Reinaldo L.; CAMPOS, Emerson C. de. Tempo presente: entre operações e tramas. p. 100.

<sup>49</sup> Ibid., p. 106.

<sup>50</sup> Originalmente, as encostas da Ilha eram cobertas por floresta ombrófila densa (comumente chamada Mata Atlântica), e suas planícies, por vegetação de restingas, além de manguezais e florestas de planície quaternária. A floresta, no caso a Mata Atlântica, distribuía-se por todas as encostas dos morros da Ilha... encontrando-se sua maior parte ainda existente em diferentes estágios de regeneração. (LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.).

Carijós. Os Carijós eram integrantes do grupo linguístico tupi-guarani, eram caçadores, coletores, praticavam a pesca e a agricultura, com destaque para as plantações de milho e mandioca. Os carijós sofreram abrupto extermínio de sua população a partir da escravização a que foram submetidos pela ação dos bandeirantes paulistas nos séculos XVI e XVII.<sup>51</sup>

O interesse efetivo da Coroa portuguesa em ocupar terras ao sul do Brasil está inserido nas disputas político-militares de lusos e espanhóis no contexto de tentativas de exercer influência sobre a região da Bacia Platina. Após o fim da União Ibérica, Portugal buscou ampliar sua influência nessa região. Os sujeitos envolvidos nessa etapa de colonização foram os bandeirantes paulistas, que, interessados no gado e no aprisionamento de índios existentes na região Sul, fundaram feitorias nessa área. Entre as bandeiras que passaram pela Ilha catarinense, destaca-se a de Francisco Dias Velho, fundador da colônia agrícola, futura cidade de Nossa Senhora do Desterro.<sup>52</sup>

Após a morte do seu fundador, o núcleo foi quase totalmente abandonado. A Ilha, então, vivia da pesca e da agricultura em regime de isolamento quase completo.<sup>53</sup>

Em 1680, a fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses, na margem oriental do Rio da Prata, exigiu por parte da metrópole portuguesa esforços no sentido de criar pontos no litoral que servissem de apoio estratégico para a sua manutenção. Medidas concretas tomadas por

---

<sup>51</sup> Cf. FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Povoadores da fronteira**: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000.

<sup>52</sup> Sobre a fundação da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro e da sua transformação em cidade de Florianópolis, o professor Evaldo Pauli destaca: “Quando em 1673 se estabelecia em Desterro o primeiro povoado na Ilha de Santa Catarina com uma Igreja dedicada à Nossa Senhora do Desterro, começa a surgir a sugestão para um novo nome. Já este não seria o nome da Ilha, mas do núcleo gerador do desenvolvimento demográfico. Dias Velho chamava ainda o seu povoado simplesmente Santa Catarina e por muito tempo ainda o será. Criada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro, pouco antes de 6 de janeiro de 1714, o novo nome se imporá ao de Santa Catarina. Finalmente, em 1894, surgirá a atual denominação de Florianópolis, lembrando a Floriano Peixoto, como vencedor da Revolução Federalista e consolidador da República. Por haver dado nome ao município criado em 1726, o toponímio de Desterro se dilatará ao continente [...]” (PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: UDESC, 1973.).

<sup>53</sup> LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**... p. 50-59.

Portugal em relação ao Sul do Brasil apontam nessa direção. A freguesia<sup>54</sup> de Nossa Senhora do Desterro foi, então, elevada à categoria de vila em 1726, passando a ser considerada o centro da Ilha e do continente fronteiriço.

Em 1738 foi criada a capitania de Santa Catarina. De acordo com os estudos de Cândido Caldas, em 1737, o então governador Gomes Freire de Andrade, ao qual estava subordinada a Ilha de Santa Catarina, manifestou ao rei de Portugal a vontade de que a costa sul da América portuguesa ficasse sob um só governo. Solicitou ainda que a Ilha deveria passar por um plano de fortificação. “Assim foi criada, em 1738, pelo Governo Português, a Capitania subalterna de Santa Catarina, constituída pela Ilha desse nome e terra firme adjacente, subordinada ao governo do Rio de Janeiro.”<sup>55</sup> A Coroa portuguesa criou essa capitania como parte de uma série de ações estratégicas para exercer domínio sobre as terras do Sul até o estuário da bacia platina. “A criação da Capitania da Ilha não teve por fundamento a importância de sua economia, mas a sua vantajosa posição geográfica, o seu excelente porto, muito frequentado pelos navios que iam da Europa para o Rio da Prata.”<sup>56</sup>

Ainda nos desdobramentos das disputas político-territoriais entre Portugal e Espanha, a atuação do diplomata português Alexandre Gusmão, embasado no princípio do *uti possidetis*, ou seja, a posse a partir da ocupação das terras, possibilitou ações mais efetivas da Coroa portuguesa na direção da ocupação das terras correspondentes à Ilha de Santa Catarina. Entre estas ações, houve um plano para a construção de fortalezas na Ilha e o desenvolvimento de uma política de colonização das terras em questão.

Era importante para a Coroa a vinda de imigrantes que pudessem se adequar às necessidades de formação de um colono-soldado, que atendesse aos interesses da formação de milícias, bem como às necessidades de produção e abastecimento. Entre 1748 e 1756, açorianos

---

<sup>54</sup> “Freguesia era o distrito de uma paróquia. No caso da Ilha de Santa Catarina, freguesias eram comunidades que surgiram em torno de igrejas ou capelas no interior da Ilha.” (CESCO, Susana. **Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX.** 2009. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 30.).

<sup>55</sup> CALDAS, Cândido (Marechal). **História Militar da Ilha de Santa Catarina:** notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992. p. 29.

<sup>56</sup> MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis: o papel do estado.** 2000. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. f. 75-76.

e madeirenses chegaram ao litoral de Santa Catarina.<sup>57</sup> Esses imigrantes desenvolveram uma economia tendo como base uma estrutura agrária de pequena propriedade familiar, voltada em grande medida para a subsistência.

Alguns autores<sup>58</sup> já abordaram o processo de migração de açorianos e madeirenses para o Sul do Brasil e buscaram explicá-lo sob diferentes aspectos, dos problemas vivenciados no arquipélago de Açores até as promessas não cumpridas nas novas terras. Entre os temas abordados, cabe destacar elementos que irão influenciar decisivamente aspectos da economia da Ilha no século XIX, a saber: o cultivo de mandioca e a produção da farinha de mandioca. A professora Maria Bernardete Flores destaca que:

Os colonos tiveram que aprender outras técnicas de cultivo em terras tão diferentes das que deixaram em Açores. No lugar do trigo, os colonos tiveram que aprender a cultivar a mandioca. Trocaram seus hábitos alimentares. A farinha de mandioca foi abundante, suficiente não só para o sustento cotidiano como também para abastecer as tropas e o Rio Grande do Sul. 59

O cultivo da mandioca e a produção da farinha de mandioca tornaram-se atividades importantes na vida das famílias estabelecidas na Ilha durante o século XIX. A farinha de mandioca foi produto destinado para o abastecimento de tropas militares sediadas no Rio de Janeiro, bem como para consumo em outras regiões do Brasil. O porto<sup>60</sup> de Desterro

---

<sup>57</sup> CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; FCC, 1991. p. 24.

<sup>58</sup> Cabe destacar Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Piazza, José Nazareno de Campos, Vitor Peluso Junior.

<sup>59</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Povoadores da fronteira...** p. 64-65.

<sup>60</sup> “A importância do porto de Desterro para o desenvolvimento da cidade decorre também do intercâmbio com as regiões continentais fronteiras à Ilha de Santa Catarina. De Palhoça, São José, São Pedro de Alcântara e Biguaçu, vêm, via marítima, farinha, cachaça e tabaco (absorvidos pelo mercado do Rio de Janeiro), além de alimentos (peixe salgado, frutas, carne de caça) para o consumo dos moradores da capital e suprir os navios que passam. Também produzem cal, usando como matéria-prima os sambaquis, além de objetos de cerâmica como a moringa exportada para todo o país.” (FLORIANÓPOLIS: origens e destino de uma cidade à beira-mar. **DC Documento**, Florianópolis, p. 3, mar. 1996.).

era o local por onde era escoada a produção da farinha de mandioca, mas também adquiriu fundamental importância como escoadouro de boa parte da produção da província. O crescimento da atividade comercial via intensificação do movimento do porto de Desterro traria novas características à vila de Nossa Senhora do Desterro. A transformação da vila<sup>61</sup> em cidade viria em 1823. Nas palavras de Lima: “[...] no início do século XIX é que se passou a considerar esta ‘porção’ da Ilha como a ‘cidade em si’, em detrimento do restante do território insular e continental, devido à escassez de população...”<sup>62</sup> O século XIX foi, então, palco da efetivação das atividades de caráter urbano que tiveram importância na (re)definição do estatuto da antiga vila de Desterro. Dentre essas atividades, o movimento do porto de Desterro, em relação aos demais portos catarinenses, de 1837 a 1838, representava 85,62% da receita da Alfândega e das Mesas de Rendas da Província de Santa Catarina.<sup>63</sup>

Até a segunda metade do século XIX, o porto de Desterro esteve na primazia no que diz respeito às exportações da província de Santa Catarina. Nas duas últimas décadas do século XIX, esse cenário já apontava para outros valores. Entre os fatores que são apontados para o declínio das atividades do Porto de Desterro estão as dificuldades diante das novas exigências de modernização nos transportes marítimos, em especial o aumento do calado dos navios. Débora Lima destaca que:

A pouca capacidade do Porto de Desterro foi uma das razões da descontinuidade de suas atividades, prejudicada em virtude de suas condições físicas, pois à medida que se afasta do estreito em direção ao norte, justamente no canal de navegação, verifica-se uma acentuada diminuição de profundidade [...]<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> “A vila era a unidade político-administrativa colonial. Cada uma delas e seu termo possuía uma Câmara de vereadores, com um número variável de membros e à qual competia dispor sobre assuntos diretamente ligados à sua vida civil, como construções, arruamentos, obras públicas, aferição de pesos e medidas, fiscalização de pesos e medidas [...]” (CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 54.).

<sup>62</sup> LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**... p. 222.

<sup>63</sup> HUBENER, Laura M. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981. p. 27.

<sup>64</sup> LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**... p. 82.

O aumento do calado das embarcações iria mostrar-se uma dificuldade para os navios que buscavam o porto de Desterro. A necessidade de fazer uso de embarcações menores para descarregar as mercadorias acabava por encarecer o produto final. Além disso, o porto de Desterro ligava a cidade de Desterro a outros centros também no litoral. O fato de não existir uma estrada de ferro que o ligasse ao interior do estado ou ao restante do país também teria contribuído para o declínio de suas atividades.<sup>65</sup> O século XIX termina com a eclosão da revolução federalista<sup>66</sup> no Sul do Brasil, tornando Desterro palco dos desdobramentos desta. Após a derrota das forças federalistas que atuavam em Desterro pelas tropas lideradas pelo coronel Antônio Moreira César, surgiu a proposta do deputado Genuíno Vidal para a mudança do nome da cidade. A proposta, apresentada no teatro Santa Izabel (atual Teatro Álvaro de Carvalho), teve o apoio de lideranças do Partido Republicano Catarinense. Entre os nomes em questão estavam Lauro Muller, deposto por um golpe articulado pelos federalistas, Gustavo Richard, Hercílio Luz, Felipe Schmidt e Emílio Blum. “Em primeiro de outubro o governador Hercílio Pedro da Luz, sancionou a Lei N. 111, cujo artigo primeiro era sucinto: ‘A atual Capital do estado fica desde já denominada Florianópolis.’”<sup>67</sup>

As narrativas escritas sobre a ocupação da Ilha de Santa Catarina – que englobam o período da sua fundação pelo vicentista Francisco Dias

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 86.

<sup>66</sup> De maneira simplificada, a Revolução Federalista tem início no Rio Grande do Sul, colocando em lados opostos os representantes de duas oligarquias locais: de um lado, os castilhistas (representados pelo presidente da província Júlio de Castilhos) e, de outro, os pica-paus ou federalistas ou maragatos. A presença de federalistas na Ilha de Santa Catarina e a posição estratégica do porto de Desterro levou os maragatos a trazer a revolução para a Ilha e torná-la sede do governo provisório (episódio conhecido como Governicho de Santa Catarina). A reação do governo federal, sob a chefia do marechal Floriano Peixoto foi imediata. O envio de tropas republicanas-florianistas para Desterro tinha como intuito debelar as forças federalistas do Sul do Brasil. O coronel Antônio Moreira César foi o encarregado de liderar as tropas florianistas que, entre outubro de 1893 e abril de 1894, combateram os federalistas na Ilha. Com a vitória das forças florianistas, entra em cena um velho debate de mudança de nome para Desterro. (NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.).

<sup>67</sup> PEIXOTO, Eloy Gallotti (Org.). **Florianópolis: homenagem ou humilhação?** Florianópolis: Insular, 1995. p. 53.

Velho até finais do século XIX – expõem um panorama em que o “rural” tem-se destacado como forma de sobrevivência das famílias que ocupavam o centro da cidade ou suas freguesias no interior. O crescimento do comércio com a atuação do porto promoveu alterações na estrutura física da cidade e construiu gradativamente novas possibilidades para aqueles que trabalhavam com transporte e comércio, mas não eliminou práticas de uma vida rural que se estabelecia em diferentes lugares da Ilha. O crescimento do núcleo administrativo da vila possibilitou a formação de uma elite burocrática que passou a dividir espaço com militares, comerciantes e, também, com agricultores e pescadores da região.

De vila de agricultores e pescadores a cidade, uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais foram operadas pelos sujeitos que integravam os diferentes espaços constituintes do território em questão. Essas transformações estiveram carregadas de tensões e conflitos. Até as primeiras décadas do século XX, o rural e o urbano na Ilha fizeram parte de uma realidade intercambiável e complexa.

A formação de um grupo que concentra riquezas em Desterro no final do século XIX vem acompanhada de uma série de discursos que aparecem nos periódicos da época, em que as questões políticas dividirão espaço com questões relativas à moral, ao comportamento, ao desejo de higienizar, sanear, reformar.<sup>68</sup> Dentro de dimensões próprias, como experiência partilhada por seus indivíduos, não como meros reprodutores de uma tônica que marcaria centros maiores do Brasil, entre eles o Rio de Janeiro, mas como práticas que representariam as aspirações e os anseios de habitantes de uma cidade que viviam o seu tempo, as elites de Florianópolis assumiram a condução das reformas urbanísticas, sanitárias e higienistas. Nas décadas iniciais do século XX, a cidade de Florianópolis seria alvo de uma série de obras que buscaram reformular a espacialidade da cidade.

Sob o panorama das reformas urbanísticas e sanitárias que aconteciam em centros maiores como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o estado de Santa Catarina assume a função de condutor de uma série de obras que levariam, segundo os discursos divulgados nos periódicos da época, ao “progresso” e à “civilização”. Podemos citar entre estas obras: a canalização do Rio Fonte Grande, a construção da primeira avenida da cidade (Avenida Hercílio Luz), a implantação do sistema de abastecimento de água na área central urbana, bem como do sistema de

---

<sup>68</sup> Cf. PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

coleta de esgoto também na área central urbana e, ainda, as obras para implantação da energia elétrica.

Desta etapa, merece destaque a construção da primeira ponte que fará a conexão da Ilha com o continente, a Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926. A construção da ponte esteve vinculada a um forte debate a respeito da manutenção ou não da capital em Florianópolis. A questão da mudança de capital já apresenta registro em documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde o século XVIII. “No final do século XIX, chegou a ganhar força em função das intenções expansionistas dos paranaenses.”<sup>69</sup> O argumento utilizado (a nova capital seria Lages, reduto das forças do Partido Republicano Catarinense representado pela família Ramos) era o isolamento da capital Florianópolis, que, por estar situada numa Ilha sem ligação com o continente, dificultava a ação do governo e a unidade do estado.

Diante desse quadro de mudanças, é importante destacar que “[...] nas primeiras décadas do século XX, toda a Ilha, menos a península central e algumas áreas ao redor do Morro da Cruz eram áreas rurais habitadas por pescadores e pelos produtores rurais.”<sup>70</sup> Assim pode-se inferir que o cotidiano cidadão de Florianópolis possibilitava o convívio entre os segmentos mais abastados<sup>71</sup> e os segmentos menos abastados<sup>72</sup>, vistos pelos discursos vigentes do período como sinônimo de “pobreza,

---

<sup>69</sup> MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...** f. 98.

<sup>70</sup> Ibid., f. 102.

<sup>71</sup> A respeito da parcela que abrangia as camadas mais abastadas da sociedade de Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar que: “[...] era constituída pelos políticos profissionais liberais, capitalistas, proprietários, armadores e grandes comerciantes, cujos interesses e perspectivas em relação a capital definiam-se pelos valores burgueses de reforma urbana [...]” (ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral:** reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. 1989. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 93.).

<sup>72</sup> Para definir o que chamo de segmentos menos abastados: “[...] grande parte dos habitantes vivia através de expedientes improvisados como biscateiros, ambulantes diversos, carregadores, prestadores de serviços ocasionais, covoqueiros, etc. E nesta convivência pelas ruas vinha juntar-se os colonos da zona rural que convergiam para o centro, marinheiros, lavadeiras, mendigos, menores vadios e pescadores, transitando por todo o espaço central, movendo o cotidiano e o corpo a corpo das ruas, praças, praias e trapiches.” (ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral...** p. 93-94).

atraso, sujeira e promiscuidade”.<sup>73</sup> Os discursos e as práticas divulgadas no período enquadrariam os segmentos despossuídos da população da cidade como elementos desprovidos das práticas de conduta “civilizatória”. Assim, estes deveriam reformular seus hábitos e condutas, deveriam enquadrar-se na nova racionalidade burguesa que se pretendia alcançar.

Projetou-se para a cidade uma imagem homogênea de espaço em transição. Transição do “velho” para o “novo”, do “rural” para o “urbano”, do “atraso” para o progresso”. Nessa cidade projetada parecia não existir espaço para o conflito, para as fissuras, para existência concomitante do que se entende por “rural” e “urbano”.

A construção de uma imagem de cidade provinciana, que ganhará espaço nos jornais em meados do século XX e que deveria ser superada por uma nova cidade, “moderna”, “urbana”, teve seus fundamentos assentados também na construção simbólica do “rural” e do “urbano”. Entre os espaços de construção dessas representações estavam os jornais e a literatura. Um olhar cuidadoso em algumas obras literárias<sup>74</sup>, produzidas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, possibilita descortinar as tensões e conflitos de um contexto histórico em que rural e urbano eram realidades intercambiáveis. Porém, neste lugar, em especial, nas primeiras décadas do século XX, a emergência dos processos de urbanização e o discurso higienista protagonizado pelos grupos dirigentes construíram, além das reformas físicas, parâmetros de conduta para aqueles que conviviam no cenário de Desterro/Florianópolis.

---

<sup>73</sup> Com relação à formação de um grupo que concentra riqueza em Florianópolis e divulga seus valores através de jornais, confira: CHEREM, Rosângela M. **Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do império**. 1994. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

<sup>74</sup> Para este capítulo foram selecionadas as seguintes obras: VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos: quadros da vida rústica catarinense**. Florianópolis: Insular, 2003 [1895]. Idem. **Histórias Rústicas**. São Paulo: Poeteiro editor digital, 2014 [1905]. PIRES, Horácio Nunes. **D. João de jaqueta: cenas da roça**. Porto Alegre: Movimento, 1984 [1877]. DEÇA, Othon. **Homens e Algas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007 [1957]. CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989; 2002. v. 1 e 2. (Histórias coletadas pelo autor entre 1950 e 1975). BARBOSA, Renato. **O garoto e a cidade: Florianópolis nos anos 20**. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979.

A cena literária foi espaço de construção de muitos desses significados em Desterro/Florianópolis. Campo e cidade apareceram nas pinceladas de autores como Virgílio Várzea, Horácio Nunes Pires, Othon d'Eça, Renato Barbosa e Franklin Cascaes. Esses autores serviram como construtores de ideias/imagens que nos possibilitam perceber que esse processo não aconteceu sem tensões e conflitos. As imagens construídas por esses autores sobre o campo não indicam para uma única direção. Ao contrário, se por vezes recriam o “rural” como espaço da “ignorância” e do “atraso” que se quer suplantar, em muitas oportunidades o campo também será o refúgio para os “males” da “cidade”, o espaço da “simplicidade”, da “felicidade”.

Campo e cidade são palavras impregnadas de sentidos. A construção desses sentidos se faz ao longo das trajetórias humanas em diferentes contextos e épocas. Raymond Williams, em seu estudo sobre as transformações pelas quais passariam estes termos ao longo dos tempos na literatura, dá uma ideia do quão carregadas de significados essas palavras podem ser. Por vezes entendidas como realidades antagônicas, por outras suportes de maneiras pelas quais diferentes sujeitos construíram suas percepções de espaço, suas relações socioeconômicas e culturais. A obra de Williams permite perceber que “[...] o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações.”<sup>75</sup> Esse autor leva a formular questões importantes acerca das ideias que remetem ao campo e à cidade, que experiências essas ideias parecem interpretar, e o porquê de certas ideias remeterem ao campo e outras à cidade num dado momento histórico.

Williams indica também que, embora em torno das ideias campo e cidade possam girar constelações de significados fortes e variados, existem inúmeras formas de “cidade” e inúmeras formas de “vida campestre”. De acordo com esse autor, associar o campo às experiências de uma vida “simples”, “bucólica”, “inocente” e enxergar a cidade como agente civilizador não quer dizer necessariamente que sejam meras ilusões, que se deva negá-las ou denunciá-las. A questão é que em “[...] cada momento, é necessário confrontar essas ideias com as realidades históricas, que por vezes as confirmam, outras as negam.”<sup>76</sup> Nas palavras do autor:

[...] precisamos também, ao ver o processo como um todo, confrontar as realidades históricas com as

---

<sup>75</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade...** p. 471.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 475.

ideias, pois há ocasiões em que estas exprimem – não apenas de modo disfarçado e deslocado, porém mediando ou tentando, e às vezes conseguindo, transcender – interesses e objetivos humanos a que não temos como nos referir de outro modo. [...] a questão é que no campo e na cidade, fisicamente presentes e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos.

Há, portanto, momentos em que a idealização do rural oculta a presença material de situações de vida não mencionadas nos textos literários que abordaram essa questão.

Na literatura do século XIX, a obra *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz, é um exemplo vivo da construção de sentidos em relação aos universos do campo e da cidade. Exemplo que reforça a dicotomia entre ambos e carrega nas tintas as diferenças construídas entre estes. Nesse romance, um personagem chamado Zé Fernandes, que vai do campo à cidade visitar seu amigo Jacinto, traça um panorama sombrio dos ares da cidade e das “influências nocivas” que ela produziria sobre os homens. Nas palavras do personagem de Eça de Queirós, Zé Fernandes: “— Sim, com efeito, a cidade... É talvez uma ilusão perversa.”<sup>77</sup> No romance de Eça, a cidade aparece como força que “esmaga” o homem, que cria “necessidades”, que o aprisiona, a cidade é o espaço da poluição, espaço onde “[...] o homem aparece como uma criatura anti-humana, sem beleza, sem força, sem liberdade, sem riso, sem sentimento, e trazendo em si um espírito que é passivo como um escravo...”<sup>78</sup>

Na literatura feita em Desterro/Florianópolis na virada do século XIX para o século XX, a cidade assume formas e significados variados, assim como o campo. Mas, entre essas formas, uma que parece bastante evidente e recorrente é aquela em que a cidade torna-se sinônimo de “civilidade” e o campo, espaço do “atraso” e da “indolência” que se quer superar. Florianópolis também pode ser lida a partir das tintas dos literatos que escreveram sobre o campo e a cidade. Virgílio Várzea nasceu na Ilha de Santa Catarina em 1863, boa parte dos seus trabalhos está dentro das duas últimas décadas do século XIX e da primeira década do século XX. É nesse período que, a partir da literatura, do jornalismo, da historiografia, são produzidas imagens que identificariam o habitante local como sinônimo de “decadência” racial e cultural. Em âmbito maior, no Brasil, no afã de forjar uma “nação” e um “Estado Moderno”, dentro dos moldes

<sup>77</sup> QUEIROZ, Eça de. **A cidade e as serras**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 80.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 80.

do modelo “civilizatório europeu”, diversos intelectuais passaram a produzir seus trabalhos influenciados por um poderoso sistema de crenças e valores que constituíam o que se entendia por “ciência”, “raça” e “civilização”.<sup>79</sup>

Florianópolis, paralelamente às mudanças físicas, às transformações na sua área central, contou com um grupo de intelectuais que buscaram inserir seus trabalhos literários dentro de concepções que julgavam ser mais adequadas ao período em que viviam. “Foi nesse período que as correntes do realismo, do parnasianismo, do naturalismo e do positivismo se afirmaram de maneira mais decidida entre as elites e homens cultos da capital.”<sup>80</sup>

Araújo relata que as ideias e as concepções do realismo vão aparecer em Desterro pela primeira vez com a formação de um grupo literário autointitulado “Ideia Nova”<sup>81</sup>, criado por volta de 1883/84 e formado por Virgílio Várzea, Cruz e Souza, Araújo Figueiredo, Santos Lostada e Horácio de Carvalho.<sup>82</sup> Em um trabalho sobre a paisagem da Ilha de Santa Catarina através da literatura, Thiago Sayão diz que “[...] transformar a narrativa literária em imagem era, aliás, uma característica dos escritores regionalistas sob a influência do naturalismo.”<sup>83</sup> Esse autor destaca ainda que:

---

<sup>79</sup> ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral...** p. 138.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 143-144.

<sup>81</sup>. “A reunião desses escritores enquanto um grupo, se deu sob os auspícios do então presidente da Província, o jovem médico carioca, Francisco Luiz da Gama Rosa que na época representou um ponto de contato entre a cultura da Província e as correntes do pensamento contemporâneo, onde ocupavam lugar proeminente as teorias de Darwin, Spencer, Comte, Zóla etc. As primeiras obras de Cruz e Souza e Virgílio Várzea foram publicadas nos jornais de Desterro no começo da década de 1880. Poucos anos mais tarde, com a sua adesão às novidades estético-filosóficas trazidas pelo Presidente da Província, surgiram através dos jornais os manifestos exaltando as recém chegadas concepções de arte e leitura social... Além do reduzido público leitor e da consequente tibieza do mercado literário e cultural, o grupo impulsionador do ideia nova dissolveu-se com a saída do presidente Gama Rosa e com a partida de seus mais destacados integrantes para o Rio de Janeiro, como foi o caso de Cruz e Sousa, Virgílio Várzea e Horácio Carvalho.” (*Ibid.*, p. 144-145).

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>83</sup> SAYÃO, Thiago J. O despertar da fruição: a paisagem da Ilha de Santa Catarina vista através da literatura regionalista. **Espacialidades**, v. 5, n. 4, p. 150-176, 2012. p. 154.

A paisagem na composição regionalista de Várzea está longe de ser um pormenor meramente ilustrativo. Ao contrário, ela é definidora do próprio caráter do lugar e da população. [...] O meio natural age na fabricação da identidade dos homens e mulheres ligados a lida marítima e campesina. É nítida a influência das ideias de Spencer e Darwin na maneira pela qual Várzea retrata os tipos humanos. [...] A natureza tem, de um modo geral, um papel grandioso em seus contos. Ela age como determinadora do caráter do homem litorâneo. [...] Segundo as concepções deterministas o caráter homem seria talhado de acordo com o meio ambiente [...].<sup>84</sup>

Dentro dessa perspectiva, os escritos de Várzea estiveram imbricados pelas questões de seu contexto. Assim, no afã de promover transformações que os colocassem no caminho da “civilidade” e do “progresso”, foram produzidas imagens negativas acerca da população da cidade, sobretudo daqueles que habitavam as áreas rurais e mais ao interior em relação ao centro de expansão do núcleo de Desterro. Entre diferentes imagens que o “rural” assumiu nos trabalhos de Várzea, o campo foi visto como o espaço da “tristeza” e da “miséria”. Essas imagens seriam apropriadas pelos discursos de modernização que iriam atuar na Florianópolis a partir da década de 1950 do século XX. Em *Mares e Campos*, no conto “A pesca da tainha”, Várzea caracteriza, através da figura das “filhas do Amaro”, moradoras de Canasvieiras, a imagem de um “rural” sinônimo de “marasmo” e avesso à cidade. Retrucando aqueles que diziam que “[...] aquela vida era incomparável, não havia melhor”, as moças do norte da Ilha afirmavam:

Não havia nada que se comparasse à cidade. Aquilo era um deserto, cheio de tristeza e miséria. Nem bailes havia! Nem festas! Nem procissões! Nem nada! Bem o podiam dizer elas, que ali passavam a vida [...].<sup>85</sup>

Se as moças de Canasvieiras viam no campo um espaço “cheio de tristeza e miséria”, no conto “Página Simples” do livro *Mares e Campos*, era o Manuel Basta a expressão da “passividade e da indolência sem fim”

---

<sup>84</sup> Ibid., p. 154-159.

<sup>85</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Mares e Campos*... p. 12.

que, junto de sua mãe, Sebastiana, “uma magricela de pescoço comprido e regateira”, viviam “uma infinita desgraça”.<sup>86</sup> O campo era habitado por populações que carregavam junto de si o estigma do “atraso”, a “doença”. Assim era o Manoel Basta de Várzea:

Mas a sua amarelidão constante acentuava-se em tons lívidos de hidropisia: a sua face, outrora engelhada e cavada, ganhava um aspecto redondo e liso, e a sua inatividade e tristeza aumentavam pouco a pouco numa imensa fraqueza entorpecedora. O seu corpo, agora, negava-se totalmente ao trabalho [...] acometiam-no, de repente, delíquios, dores, agonias.<sup>87</sup>

Essas imagens que atrelavam os moradores das áreas rurais como “indolentes”, “atrasados”, “tristes” fazia parte de um contexto maior de debate em torno da construção de uma ideia de nação para o Brasil. Intelectuais do período buscaram moldar uma construção identitária para o país. Entre finais do século XIX e início do século XX, diversas representações foram pensadas para representar o que seria a população nacional.

A presença da mestiçagem não conferia à população brasileira o caráter homogêneo que se pretendia usar como critério de constituição de identidade. Sob a influência do ideário do “progresso”, da “ciência”, da “civilização”, formularam-se teorias pessimistas, fatalistas para o Brasil, que vieram a corroborar a tese do “atraso”. O personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, é um exemplo dessa corrente que considera o meio como determinante para a fraqueza e incapacidade do homem que nele vive.<sup>88</sup> E “[...] não se pode deixar de registrar que, em seu mea-culpa, Lobato atribuiu a indolência do caboclo à ancilostomose (amarelão), engajando-se, a partir de então, no movimento sanitário, [...] convertendo a figura do Jeca Tatu em símbolo de um país doente [...]”<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 50-51.

<sup>87</sup> Ibid., p. 51.

<sup>88</sup> Cf. MENDES, Iba. Jeca tatu, o mal da terra. **Iba Mendes Pesquisa**, [2011]. Disponível em: <<http://www.ibamendes.com/2011/06/jeca-tatu-o-mal-da-terra.html>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

<sup>89</sup> PEREIRA, João B. B.; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 6-13, dez./fev. 2004-2005. p. 10.

Se nas discussões em torno do que era ser “civilizado” estava a ideia de que o “civilizado” é aquele que está em contato direto com o “urbano”, os habitantes do interior da Ilha de Santa Catarina foram vistos como “matutos”, “amarelos”, “preguiçosos”. Então, o Manuel Basta do Várzea era uma dessas representações. “Desde criança que o Manuel Basta era triste, amarelo e cismático.”<sup>90</sup>

Nos debates sobre as supostas “razões” para o “atraso” do país, a tese do determinismo geográfico dividiu espaço com as concepções médico-higienistas da virada do século. A doença<sup>91</sup> passa a compor o cenário da “indolência” e da “incapacidade” para o trabalho. Se nos primeiros escritos de Monteiro Lobato as explicações para o “atraso” vincularam-se às questões raciais e climáticas, por volta de 1918, seus escritos abordaram a questão médico-sanitarista do período. É dentro dessa concepção sanitário-higienista que Lobato mudaria sua concepção a respeito do caboclo. “A ineficiência do Jeca não era mais uma questão de inferioridade racial, mas um problema médico sanitário. O caipira é doente. Ele é pobre porque é doente e assim não produz.”<sup>92</sup>

Assim, o Manuel Basta, de Várzea, era o exemplo do “roceiro”, do “homem do sítio” em que a “doença” determinava seu “destino”. Ao definir seu personagem, suas “fragilidades físicas” são descritas e usadas como justificativa para a sua “incapacidade” para o trabalho. Nas palavras do autor:

O seu tom anguloso e franzino, de um raquitismo sofredor, causava uma desolação a todos que o

<sup>90</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos**. ... p. 50.

<sup>91</sup> “O que mais fortemente caracterizou o discurso e as práticas higienistas neste período foi a sua extensão ao conjunto da sociedade, passando a atingir mais amplamente as classes pobres da cidade. Dessa forma tentou-se implantar, através de uma nova racionalidade (apoiada nas concepções médico-sanitaristas da época), uma política de “reerguimento” físico e moral do homem do litoral, o qual, assim como o caboclo do sertão, foi “cientificamente” caracterizado pelo discurso sanitaria como “indolente”, “doente” e “atrasado”[...]. Nesta direção, a doença representava um grande problema e um empecilho ao progresso da cidade. As endemias reinantes, como a ancilostomíase e o impaludismo, eram apontadas como produtoras da “indolência do povo.” (NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**. ... p. 57-60.).

<sup>92</sup> SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Geledés**, 29 out. 2010. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/lobato-os-jecas-e-questao-racial-pensamento-social-brasileiro/#>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

conheciam. A sua longa e profunda anemia deralhe ao organismo uma passividade e indolência sem fim, inutilizando-o quase para o trabalho.<sup>93</sup>

Assim como a “doença”, a “tristeza” e a “miséria”, a natureza teve um papel importante nos escritos de Várzea. As narrativas em torno da natureza constituíam elementos que viriam a reforçar a tese do determinismo geográfico. A exemplo, a vida do Manuel Basto e da Sebastiana tornava-se “uma infinita desgraça” diante da chegada do “inverno”.

No entanto, o inverno chegava, inclemente. A natureza, em volta, perdera todo o seu esplendor e alegria, cobrindo-se de infinita tristeza, velha, estiolada e vencida. Um vento arrepiante e polar, um vento assassino, ululava desoladoramente. E chuvas contínuas despenhavam-se, tumultuosamente, do céu torvo e de cinza...Era uma desgraça, uma infinita desgraça.<sup>94</sup>

Homens do campo, assim como homens do mar, homens do mar e campo, aparecem nas narrativas do autor como sujeitos às intempéries da natureza. A narrativa do autor coloca em cena o determinismo geográfico ao construir seus personagens em conexão com sua situação ambiental.<sup>95</sup>

Araújo nos diz que essas imagens negativas da população pobre da cidade foram construídas tendo por base a busca de um passado em que os autores configuravam como um momento de “queda”, a chegada dos imigrantes açorianos ao litoral de Santa Catarina. Em meio aos debates intelectuais que propunham a “modernização” dos “hábitos” e da “cidade”, “o habitante do litoral, especialmente aquele que fazia parte dos segmentos pauperizados da Ilha, foi configurado, objetivado – inventado – como um tipo específico, ou uma “sub-raça”.<sup>96</sup> Essa imagem serviu para justificar as políticas de reordenamento urbano e social verificadas na Ilha na virada do século. Reforçar as diferenças entre a cidade e o campo serviu também para embasar os discursos que previam mudanças nas áreas “rurais” com vistas a inseri-las, bem como suas populações, no

---

<sup>93</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos...** p. 50.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>95</sup> SAYÃO, Thiago J. O despertar da fruição... p. 161.

<sup>96</sup> ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral...** p. 157.

esforço de transformação da Ilha em um espaço “urbano”, “moderno” e “civilizado”.

Horácio Nunes Pires publicou o romance *D. João de jaqueta* no Jornal do Comércio em 1887, uma narrativa em forma de folhetim, que se insere nesse momento de transição pelo qual passava a capital catarinense. Nesse romance, as diferenças entre o campo e a cidade serão evidenciadas, delineadas e destacadas, através das personagens que moram nas freguesias, no interior e o morador da cidade.

No princípio do folhetim, ao descrever as características de seus personagens, Pires destaca as diferenças entre o moço da cidade, Juca, descrito como um “simpático rapaz” e, os moradores da freguesia da Trindade, “uma troça de labareus, que não ligavam duas ideias.”<sup>97</sup> Ao descrever os moradores da “roça”, o autor evidencia as características de uma população que seria “atrasada”, “inculta”, “doente”. Entre eles estava o Serafim, descrito como “um bruto alto como uma torre e estúpido como uma porta”, e o Romualdo, “um caipira, baixote, membrudo, imberbe [...], malandro de primeira força”.<sup>98</sup> Em contrapartida, Juca, o rapaz da cidade, teve uma descrição elogiosa e oposta aos moradores da Freguesia. Nas palavras do autor:

[...] Juca, um rapagão, que falava como um deputado falador, mas bem, com palavras bonitas, sem comer ss e sem embrulhar os plurais com os singulares; um rapagão de bigode retorcido, olhos vivos, dentes lindos, cabelo frisado e rescendendo a essência buquê [...].<sup>99</sup>

Na caracterização dos personagens fica evidente o antagonismo entre os hábitos dos cidadãos, considerados “elegantes”, e os interioranos, considerados “grosseiros” e “ignorantes”. Dessa forma, enquanto o Juca “fala como um deputado”, “sem comer ss”, o “Serafim” era um “estúpido”.

Araújo destaca que, nos anos 1920, também o teatro em Florianópolis foi palco de uma série de peças que buscaram representar imagens identificadoras da vida urbana e da vida no campo, esta última sempre retratada com inferioridade. O autor afirma que “[...] eram

---

<sup>97</sup> PIRES, Horácio Nunes. **D. João de Jaqueta**: cenas da roça. p. 26.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 26-27.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 101.

representados os costumes, as paisagens e contrapontos a figura do burguês citadino ao roceiro e ao pescador da Ilha.”<sup>100</sup>

Voltando ao romance de Pires, os antagonismos são reforçados em diferentes momentos. Entre estes, a figura do personagem major Anacleto, “homem rústico, mas falador e ambicioso de posições”<sup>101</sup>, representante do “sítio”, aparece discursando em consonância com os discursos de urbanização e modernidade. Assim, o major que aspirava a um cargo de deputado, dessa forma discursava: “— Meus amigos [...] Mudarei a capital para a nossa freguesia, mandarei fazer estradas de rodagem, vias-férreas, cidades, vilas, freguesias, pontes, calçadas, ruas, praças...”<sup>102</sup>

Entre as promessas do futuro candidato a deputado, a de construir “vias-férreas”, “pontes”, “calçadas” e “praças”, aparece como discurso “ajustado” aos projetos de “melhoramentos urbanísticos” da segunda metade do século XIX. Mas, se por um lado este personagem estava “em consonância” com os “desejos” de “urbanidade”, ele é ridicularizado na condição de representante de uma freguesia do “interior”, da “roça”. Para completar esse quadro, num trecho permeado de ironia, Pires coloca o major Anacleto numa situação paradoxal. Ao discursar, o major afirma:

— Eu Sr. Presidente, sou um porco... quero dizer sou um cidadão...que de porco não tenho... não tenho nenhuma unha, e por isso não posso levar a bem que os porcos dos meus vizinhos andem pelas praças e ruas fazendo estrepolias. Só a Augusta presença daqueles bichos, Sr. Presidente, é quanto basta para constituir uma grave ofensa à moral pública!<sup>103</sup>

Ao mesmo tempo que o major promete colocar em prática medidas que pareciam adequar-se às práticas higienistas e sanitárias do período, ele inicia o discurso dizendo “eu sou um porco”, e complementa, “quero dizer sou um cidadão”. Nos discursos da “civildade”, a cidadania parecia algo a ser alcançado através de determinadas condutas e padrões de comportamento. Os jornais do período apontavam para algumas das atitudes que deveriam ser seguidas pelos moradores da “cidade”.

---

<sup>100</sup> ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral...** p. 156.

<sup>101</sup> PIRES, Horácio Nunes. **D. João de Jaqueta...** p. 25.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 98.

Animaes soltos,  
 Parece que temos um código de Posturas que  
 proíbem andarem soltos os animais irracionais.  
 Entretanto, na Praia de Fora, como por toda a  
 cidade, andam às soltas cavallos, cabras, e outros  
 animaes identicos, que damnificam a propriedade e  
 offendem aos transeuntes.<sup>104</sup>

Ao defender a proibição da existência de animais nas ruas da cidade, o major Anacleto entrava em consonância com as medidas civilizatórias propagadas pelas elites<sup>105</sup> da cidade no período, mas ao mesmo tempo, ao afirmar que é “um porco”, este se afasta da “civilidade” que parece não fazer parte dos habitantes do “interior”, do “rural”. Assim, as diferenças são reforçadas e utilizadas para justificar as medidas reformadoras em questão.

Cabe destacar que a Praia de Fora foi a primeira região em que os grupos mais abastados de Desterro-Florianópolis construíram suas casas com vistas a se distanciar do núcleo central da cidade, nesse momento alvo de críticas. Mais uma vez o trabalho de Araújo ajuda a pensar a questão que permeia este processo. Entre medidas tomadas no contexto das reformas higienistas na cidade de Florianópolis para solucionar as questões que eram alvo das críticas das elites dirigentes estavam: a erradicação dos capinzais existentes no perímetro urbano, a derrubada de bananeiras, o extermínio de galinheiros, viveiros, medidas que demonstravam “[...] um investimento que visava produzir a cidade como espaço asséptico [...] igualmente, uma condenação e um desejo de erradicação algumas formas de sobrevivência da população pobre”<sup>106</sup>, consideradas “inadequadas” dentro das novas concepções burguesas.

Voltando ao conto “A pesca da tainha”, do livro *Mares e Campos*, é possível perceber que uma outra imagem de “rural” foi também construída. Esta, de um “rural” sinônimo de refúgio para a velhice, lugar

---

<sup>104</sup> ANIMAES soltos. **Jornal O Dia**, Florianópolis, n. 4, 5 jan. 1901.

<sup>105</sup> “Na ânsia de demarcar seu lugar social, os mais abastados (vinculados ao transporte e ao comércio de mercadorias), assim como os indivíduos pertencentes às camadas médias (profissionais liberais, funcionários públicos, etc.), passaram a aspirar distinções diante do restante da população, advogando o domínio de certas parcelas do espaço urbano e a adoção de hábitos e sensibilidades demonstrativos de diferenciação social.” (NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**... p. 59-60.).

<sup>106</sup> ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral**... p. 181.

de contemplação, de uma natureza “idílica”, natureza que se quer “desfrutar”.

É bom lembrar que entre as propostas de reordenamento urbano e social que marcaram os grandes centros, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o campo aparece como espaço privilegiado para fugir dos “males da civilização”. Estar em contato com a natureza, afastar-se dos “males” da cidade moderna, como a poluição, a violência, o convívio com os diferentes segmentos sociais, tornam a ida ao campo uma tentativa de estar em um “refúgio” e uma demonstração das novas sensibilidades burguesas. Referindo-se aos “filhos da cidade”, Várzea nos coloca diante da “admiração” daqueles que assistiam pela primeira vez a pesca da tainha. “Só o Justino, que ali nascera e ali se criara até 14 anos, mostrava-se indiferente a tudo aquilo.”<sup>107</sup> Referindo-se aos visitantes da cidade:

Os outros afirmavam que aquela vida era incomparável, não havia melhor. E diziam querer envelhecer e morrer, serenos e cheios de paz, em um sítio como aquele, com uma rede de pesca, uma roça, um cavalo de montaria, uma junta de bois e um jarro, numa casinha branca, com o engenho de farinha ao lado, entre pomares, ouvindo os sabiás cantar nas laranjeiras em flor [...].<sup>108</sup>

Essa alusão ao “rural” como uma forma idealizada de vida, onde a “paz” se confunde com um lugar rodeado por “sabiás cantadores” e “laranjeiras em flor”, foi sendo construído ao longo do tempo. Keith Thomas, em sua obra *O homem e o mundo natural*, problematizou a questão das mudanças de atitude em relação aos animais e à natureza, tendo como objeto de estudo a Inglaterra dos séculos XVII ao XIX. De acordo com este autor, foi “a intensificação de uma aguda separação entre campo e cidade [...] o que encorajou esse anseio sentimental pelos prazeres rurais e a idealização dos atrativos espirituais e estéticos do campo.”<sup>109</sup> Essa romântica visão da natureza esteve em consonância com a reordenação do mundo burguês no século XIX, que passou a perceber a cidade também como uma ameaça, lugar dos “miasmas”, das

---

<sup>107</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos...** p. 12.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>109</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 354.

epidemias. A idealização do “rural” também esteve relacionada ao desejo de “curar” doenças e encontrar uma saída para os “males” da “civilização”. Embora em contextos distintos, essa forma de perceber o rural como um lugar idealizado esteve presente em diferentes lugares ao longo do século XIX, sobretudo nos processos de tentativas de reordenamento da sociedade a partir da influência dos parâmetros da burguesia sob os auspícios da modernidade. O conto “Miss Sarah”, de Várzea, indica a vida no campo como lugar para tratamento medicinal. “A ideia de praia-campo como lugar de tratamento medicinal está relacionada não apenas a imagem romântica da natureza mas também à mentalidade urbana pós-revolução industrial, [...]”<sup>110</sup>

No conto “Miss Sarah”, Várzea fala sobre a ida de um inglês, Sir John Callander, para a praia de Canasvieiras com o objetivo de curar a filha (Miss Sarah), que adoecera. O lugar é apresentado como sendo capaz do poder de curar a enfermidade da filha. Ao chegar na praia, o narrador nos diz que: “Miss Sarah, agora mais alegre, sorria, sorvendo a longos haustos o ar oxigenado e puro dos campos.”<sup>111</sup> Em meio à descrição de uma natureza edênica, os poderes de cura são reforçados; dessa forma, Miss Sarah “[...] sentia-se enfim renascer, à plena luz, no seio fecundo e restaurador da boa natureza.”<sup>112</sup>

Essa separação entre campo e cidade, esse novo olhar do habitante da cidade em direção ao campo, agora de forma positivada, vai se configurando aos poucos, num processo complexo e não linear. A mesma burguesia que percebeu o “interior” como o espaço da “miséria”, da “rusticidade”, do “atraso” e da “doença”, vai reelaborar seu olhar em relação ao campo na medida em que este passa a representar uma possibilidade de “fuga” para os “perigos” que a cidade possa representar. À medida que famílias mais abastadas concentravam riquezas, novas relações foram sendo construídas e casas longe do perímetro urbano foram edificadas. “Esta casa separada não podia ser na cidade, lugar frívolo, pestilento e normalmente imoral e onde se concentrava a pobreza. O campo, ao contrário, era o lugar da virtude, local ideal [...] salvo dos perigos da cidade.”<sup>113</sup>

Em Florianópolis, um novo hábito surgiu, construir uma chácara fora do perímetro urbano, normalmente na Praia de Fora. “Foram estas

---

<sup>110</sup> SAYÃO, Thiago J. O despertar da fruição... p. 169.

<sup>111</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos**... p. 52.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>113</sup> FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998. p. 49.

chácaras o refúgio em tempo de epidemias.”<sup>114</sup> Assim, nos escritos de Virgílio Várzea, a natureza é também visão do sublime, espaço que se inclui no entretenimento da classe burguesa no princípio do século XX. “É o imaginário de um lugar que se quer civilizado, não a partir de projetos de modificação arquitetônica ou urbanística sobre o espaço, e sim por um trabalho de reeducação do olhar.”<sup>115</sup> Essa natureza “sublime” também teve espaço nas tintas do autor. No conto “Por um caminho de arraial” do livro *Histórias Rústicas*, a descrição do ambiente parece uma “paisagem emoldurada”:

O caminho coleava infindavelmente diante de mim – largo, branco, plano, convidativo. Marginavam-no ininterruptamente verduras pujantes e fecundas, de onde se erguiam e se espalhavam no ambiente gorjeios doces de ninho e aroma inebriante das flores. Grupos sonoros de meninos satisfeitos e pisoteadores que correm, gritam e estrafegam, na distância livre e preciosa que vai do lar ao mestre – desapareciam ao longe. Borboletas felizes passavam e repassavam, à luz de oiro ardente, numa inquietude de asas, palpitando ao vento como pequeninos retalhos de gase colorida. Aqui e ali, desciam riachos, sob pontes rústicas de madeira...E ao lado das casinhas risonhas, alvas, enfiadas e agrestes, cheias de felicidade tranquila e virginal do campo, cobriam as cercas de pau a pique e pintalgavam alegremente os pomares, irrompendo numa impetuosa e indomada exuberância [...].<sup>116</sup>

Tais representações da natureza são construídas a partir da observação de Virgílio Várzea, que se coloca como observador da cidade. “No ato de apropriação da natureza e da população do campo se dá a invenção da paisagem e a transformação do espaço em lugar, [...]”<sup>117</sup> Inserido nas novas sensibilidades burguesas, o contato com a natureza emoldurada numa visão “sublime e idílica” passou a fazer parte do momento em questão e das novas condutas.

Virgílio Várzea também representou as populações do litoral e interior da Ilha de uma forma diferente da imagem do atraso já vista em

---

<sup>114</sup> Ibid., p. 49.

<sup>115</sup> SAYÃO, Thiago. O despertar da fruição... p. 158.

<sup>116</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Histórias rústicas*. p. 99.

<sup>117</sup> SAYÃO, Thiago. O despertar da fruição... p. 160.

sua obra. No livro *Santa Catarina: a Ilha*, “[...] a imagem da indolência é substituída pela tez firme e pelo caráter heroico do povo do litoral.” Essa percepção será reelaborada na década de 1940, em meio a um debate que buscava construir uma figura identitária para os catarinenses. A discussão que será retomada adiante colocava em polos opostos: grupos de intelectuais que desejavam vincular aos migrantes açorianos uma suposta “identidade açoriana”<sup>118</sup> para o estado catarinense e, em oposição, outra suposta “identidade”, vinculada à imigração europeia para Santa Catarina, defendida por grupos que vinculavam o estado de Santa Catarina a um pedaço da Europa no Brasil.<sup>119</sup>

Ao enaltecer a “rusticidade” do povo, destacando as “dificuldades” por eles enfrentadas diante das “agruras” do mar e da terra, vai se constituindo uma alavanca em direção ao símbolo do que seria considerado uma “identidade” regional. Ao falar da “beleza” das moças das cidades catarinenses, Várzea destaca que as “moças do sítio” são mais “belas”. Na sua justificativa, uma descrição elogiosa da vida no campo e dos migrantes açorianos. Nas palavras do autor:

[...] verdadeiras belezas [...] se encontram com maior frequência, e em toda plenitude de encantos, nas freguesias e arraias interiores, pelas roças e pelos sítios. E isto se explica naturalmente, pela saúde e liberdade do campo, onde o clima é sempre doce, o ar sempre puro e desenerante, e onde a vida corre despreocupada e feliz, quase sem impressões desagradáveis ou opressões morais, que tanto afetam a existência nos meios populosos, em que é grande a concorrência e é mais dolorosa a luta pela vida; e explica-se ainda pela

---

<sup>118</sup> É importante destacar os perigos de trabalhar em torno da ideia de uma suposta “identidade” como algo monolítico, coeso, identificador de características homogêneas para um dado grupo. Debates intelectuais importantes já foram feitos em torno desta questão. Cabe destacar que neste trabalho as “identidades” são vistas como fluidas, multifacetadas e sujeitas a reelaborações. As tentativas de identificação de grupos a uma dada “identidade” é que fizeram parte de processos históricos de disputas políticas e simbólicas em dados momentos e contextos. As dificuldades de vinculação de grupos a uma dada “cultura” mostram-na frágil, haja vista que é muito difícil também conceber a existência de uma “cultura” como algo uniforme, estático e tornado um fim em si mesmo.

<sup>119</sup> Sobre este debate, confira: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

conservação integral do primitivo tipo açoriano, que aí ficou vitorioso [...].<sup>120</sup>

O campo é, neste trecho da obra *Santa Catarina: a Ilha*, um espaço de “vida feliz”, em oposição às “opressões morais” da cidade, essa “felicidade” é atributo das características atribuídas à natureza no campo como o “ar puro” e o “clima doce”. Para encerrar, um enaltecimento ao “tipo açoriano” que, nesse contexto, “saiu vitorioso”. Ainda nesse panorama:

Quem olha esses grupos roceiros, tão descuidosamente felizes, amando-se com sincero afeto numa simplicidade primitiva, inveja-os e tem vontade de abandonar para sempre o mundo consumidor e hostil das grandes capitais, e deixar-se ficar sob aquela atmosfera sadia de pureza e amor, em que a vida é como um sonho de flores numa aventura de idílio.<sup>121</sup>

Aí o apelo ao “idílio” da vida no campo, à “inocência dos roceiros”, nos faz pensar mais uma vez na ideia do campo-praia para tratamentos medicinais, ligada a uma imagem romântica da natureza e ao pensamento pós-revolução industrial, que via a cidade como foco de doenças. Na reordenação do mundo burguês, os sentidos da visão e do olfato ganham destaque.<sup>122</sup>

Keith Thomas chama atenção para o fato de que “[...] já no século XII, era costume os ricos cidadãos manterem uma propriedade rural nas cercanias [...] um abrigo rural era mais saudável e tranquilo; e proporciona mais espaço para jardins e pomares.”<sup>123</sup>

Na literatura, como nos alertou Raimond Williams, as imagens de campo e cidade estão impregnadas de sentidos e mudam de acordo com o contexto. Esses significados não necessariamente caminham em uma mesma direção. Ficou evidente com a análise das obras de Virgílio Várzea que campo e cidade podem representar coisas distintas em um mesmo contexto histórico. O mesmo campo, espaço do “atraso” e da “indolência” pode ser também o espaço da “inocência” e da “virtude. A questão é

---

<sup>120</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 29.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>122</sup> SAYÃO, Thiago. O despertar da fruição...

<sup>123</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*... p. 351.

perceber que essas imagens foram sendo construídas em um momento de tensão e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Momento este em que reforçar as diferenças entre o "campo" e a "cidade" também engendrava as lutas simbólicas presentes na virada do século em Florianópolis.

Esse debate será retomado em distintos momentos da história da cidade, sobretudo nos anos 1970 do século XX, quando um projeto de metropolização foi colocado em pauta num contexto de disputas políticas e econômicas de reaparelhamento do estado e financiamento público de grandes obras e projetos para a cidade. Os debates em torno do campo e da cidade estiveram novamente em questão.

## 2 O CAMPO E A CIDADE: RURALIDADES EM UMA CAPITAL AO SUL DO BRASIL

### 2.1 AGRICULTURA, RURALIDADES E URBANIZAÇÃO: UMA ILHA EM TRANSFORMAÇÃO

A respeito do cultivo da mandioca nas práticas agrícolas praticadas no século passado na Ilha de Santa Catarina, Cascaes narra:

O compadre Manoéli Preira subiu o morro da Lagoa da Conceição da Ilha de Nossa Senhora do Desterro e, com seus filhos, derrubou um pedaço de mata-virgem, queimou-a e acovairou o terreno “prá-móde” plantar rama de mandioca – a manioka dos nossos índios.<sup>124</sup>

A situação descrita pelo folclorista e estudioso das práticas culturais da Ilha de Santa Catarina, Franklin Cascaes, remete à história de uma cidade que foi constituída com tonalidades do que poderíamos chamar de mundo “rural”. A vinda de aproximadamente seis mil imigrantes das ilhas de Açores e Madeira trouxe novas experiências ligadas à terra para este lado do Atlântico. Esses imigrantes desenvolveram uma economia tendo como base uma estrutura agrária de pequena propriedade familiar, voltada em grande medida para a subsistência. Todavia, as terras da Ilha de Santa Catarina não possuíam as mesmas características de fertilidade dos solos vulcânicos dos Açores, criando, assim, oportunidades para que os migrantes desenvolvessem novos cultivos. A mandioca<sup>125</sup>, planta originária do continente americano,

---

<sup>124</sup> CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989. v. 1. p. 27.

<sup>125</sup> “Cientificamente, essa planta tão popular, recebeu a denominação proveniente da língua indígena, mais precisamente do tupi-guarani, MANDI-OCA. [...] muitos são os cultivares, porém, no popular e genericamente são resumidos em dois tipos, a mandioca brava ou braba e o aipim ou aipi (nome mais utilizado no sul do Brasil e predominantemente em Santa Catarina) ou macaxeira (exclusivamente no Nordeste) como também aplicado para designar a farinha grossa [...]. Tanto em Santa Catarina, como em todas as demais regiões do Brasil, a produção da farinha de mandioca logrou grande expressão econômica a partir da segunda metade do século XVII. No caso catarinense sua cultura alcançou o ápice em a partir da segunda metade do século XVIII, como produção agroindustrial dos imigrantes açorianos [...]. Na Ilha de Santa Catarina (século XVIII), haviam trabalhando cerca de 350

conhecida pelos índios da região, se tornaria a base alimentar da Ilha. Dentre outras atividades que surgiram nesse contexto estavam: a construção naval, as técnicas de construção de engenho, de carros de boi, a olaria de cerâmica decorativa e utilitária, a renda de bilro, a manufatura de tecidos, a pesca e a caça da baleia.

Dos lugarejos que se formaram no interior da Ilha, os habitantes passaram a sobreviver da roça e pesca, do cultivo da mandioca, seguido de cana-de-açúcar, amendoim, milho, café. Assim, construía engenhos de farinha e moendas de cana, onde se fabricava o açúcar, o melado e a cachaça, e onde se criavam animais.<sup>126</sup>

A respeito do cultivo da mandioca na Ilha, Virgílio Várzea, no seu livro *Santa Catarina: a Ilha*, assim descreveu esse processo:

[...] do preparo da terra para as novas plantações de mandioca, que se fazem primeiro pelas encostas e morros, depois pelas baixadas e planícies. O preparo da terra consiste unicamente em uma “virada” geral, à enxada, das camadas da superfície, as quais ficam a arejar por dois ou três dias, findos dos quais começam a abrir-se as covas para a “enterra” da rama, que para aí conduzida às carradas depois de convenientemente picada. A plantação se faz por “estacas”, lançando-se uma estaca a cada cova e cobrindo-se em seguida com um bocado de terra fofa [...] Não se aduba nem se

---

engenhos de farinha [...]. (PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina**: etnografia catarinense. Florianópolis: Ed. Fundação Cultural Açorianista, 1992. p. 23-34.). Sobre os usos da mandioca: “Os índios faziam dela a puba, que era uma farinha obtida pelo curtimento da raiz. Desde então, outras maneiras os catarinenses fabricavam [...]. Era aproveitada para fazer o pirão de feijão, do caldo de gado [...] do pirão ou loque feito de café amargo ou açucarado para comer com peixe frito, assado ou carne de animais fritas ou assadas. Como subproduto dela faziam os beijus, os cuscuz, as roscas de polvilho, as broas e mingaus para alimentar crianças de peito. A mandioca mansa ou aipim era usada para comer com café, com melado, nos caldos de carne, nas feijoadas e até assado nas brasa vivas ou borralho, frita depois de cozida ou em sopas ou comido com melado de cana.” (CASCAES, Franklin apud PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina**... p. 32-33.).

<sup>126</sup> CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECCA). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

esterca o solo, além de muito raramente se lhe aplicar o arado, até certo ponto quase desconhecido na Ilha [...] apesar da uberdade da terra, cultuas há (como se tem observado em certos anos) que, contra a expectativa de seus proprietários, apresentam resultados mesquinhos ou inferiores aos que se esperava.<sup>127</sup>

Na antiga Nossa Senhora do Desterro, como nos apontava Virgílio Várzea, autor cujos escritos remontam ao início do século XX, o cultivo da mandioca e a produção da farinha estiveram presentes no cotidiano de seus moradores. Na Ilha, de acordo com este autor, a exploração agrícola baseava-se na mandioca, na cana-de-açúcar, no milho, no feijão, no amendoim, no algodão, na videira e no café. Mas, com exceção deste último, eram insignificantes.<sup>128</sup> O autor considerava a produção na ilha insignificante quando comparada com outros centros produtores, mesmo em Santa Catarina. O momento em que Várzea escreve e publica o livro *Santa Catarina: A Ilha*, início do século XX, é o momento em que a agricultura da Ilha perdia espaço para outros centros produtores em decorrência da melhoria do transporte rodoviário, em detrimento da decadência da via portuária. Vale ressaltar que o autor em questão produz sua narrativa em meio ao seu contexto histórico em que se propagavam discursos envoltos na tese do “atraso” tecnológico em que o Brasil se encontrava, com suas práticas agrícolas “arcaicas” e seus agricultores desprovidos das “ciências” necessárias para o “progresso” da agricultura. De suma importância para buscarmos indícios de práticas rurais na Ilha, Virgílio Várzea deve ser lido à luz das questões que lhe eram contemporâneas.

Outros estudos, baseados em Relatórios Provinciais, feitos pela historiadora Susana Cescó, apontam para a importância do comércio da farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina. Entre os anos de 1849-50, a província de Santa Catarina exportou 504.000 alqueires de mandioca, sendo Desterro responsável por 56,06% do total da província.<sup>129</sup>

O cultivo da mandioca e a produção da farinha estiveram presentes em diferentes lugares do Brasil e assumiram uma importância primordial nos diferentes usos da terra. Por vezes no mercado de exportação, como

---

<sup>127</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina*: a Ilha. p. 196.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p. 177.

<sup>129</sup> CESCO, Susana. A questão agrícola na ilha de Santa Catarina no século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 434-466, out. 2010.

durante a guerra do Paraguai, em outras, no atendimento de uma demanda local, acarretada pelos mercados urbanos e rurais. Barickman<sup>130</sup>, em seu estudo sobre a importância da produção da farinha de mandioca para atender as demandas locais no Recôncavo Baiano, entre os séculos XVIII e XIX, conclui que a economia de exportação escravista foi capaz de fomentar um mercado local de mandioca e de outros gêneros de primeira necessidade. José Augusto Leandro<sup>131</sup> também elaborou estudo sobre a produção de farinha de mandioca no litoral do Paraná na segunda metade do século XIX e concluiu que o modo de vida rural na comarca de Paranaguá era marcado profundamente pela cultura material da farinha de mandioca.

Outra cultura agrícola que teve forte destaque na Ilha de Santa Catarina foi o café. Sobre este, Várzea, quando descreve seu relato, diz ser o “ramo principal de indústria agrícola na Ilha”<sup>132</sup> e, complementa: “nos últimos 20 anos no estado de Santa Catarina a plantação de café aumentou prodigiosamente [...] pode-se dizer sem exageração, a bela Ilha do sul se acha transformada em um imenso cafezal.”<sup>133</sup>

Em um pequeno texto dedicado ao café, o autor catarinense ressalta as características dessa cultura agrícola na Ilha.

[...] o café catarinense, e particularmente o da Ilha, foi considerado de excelente qualidade, fama de que sempre gozou e goza ainda, conforme se verifica pela alta cotação que mantém nesses mercados [...] Nos principais países da Europa, e nomeadamente na França, o café catarinense é um dos mais apreciados, tendo obtido, por vezes, o primeiro prêmio nas exportações de produtos agrícolas [...] A plantação de café nas freguesias e arraiais da Ilha fez-se até certa época com a maior irregularidade, como de resto se procedia com a de mandioca, da cana, do milho, etc.; e só de algum tempo prá cá se começou a utilizar o sistema adotado desde muito em São Paulo, Rio e Minas,

---

<sup>130</sup> BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca, escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>131</sup> LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno e o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 216-217, 2007.

<sup>132</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha.** p. 221.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 221.

dando um alinhamento a estas culturas e fazendo com que os cafeeiros, ao serem plantados, fiquem a conveniente distância uns dos outros [...] A uberdade do solo catarinense, em geral, é tão considerável que o cafeeiro, ao contrário do que se observa nos três estados citados, onde ele é sempre de pequenas proporções, atinge ali grande tamanho, semelhando quase árvores. Em toda comarca do Desterro, que abrange como já vimos as seis freguesias da Ilha e seus arraiais, a produção de café é avultada, chegando não só para o consumo de seus habitantes, como para uma regular exportação para o Rio da Prata e praças europeias [...] repetimos ainda mais uma vez que somos contra a cultura excessiva do café, aconselhando por isso aos lavradores catarinenses, a se dedicarem, e com todas as energias, à policultura [...].<sup>134</sup>

Interessante perceber no trecho citado, em primeiro lugar, uma referência ao fato de o “café catarinense” ser tão “apreciado”. Abundante até o início do século XX, o café cultivado na Ilha, conhecido como “café sombreado”, possui fama pelo seu “sabor e aroma característicos”. “Viçoso pela fertilidade do solo e proteção das copas das árvores, o gostinho do café sombreado não passou despercebido”.<sup>135</sup> Cascaes explica que a época do café sombreado era a mesma do plantio da mandioca, o mês de agosto. Ele busca explicar as razões de o café sombreado ser “diferente”: “O café era plantado debaixo das árvores não porque dava um melhor paladar, mas porque assim ele ficava protegido das geadas. O café absorve a geada de longe, queima tudo.”<sup>136</sup> É importante mencionar que a ideia de que o “café absorve a geada”, é algo que era parte da percepção de Cascaes. Acreditava-se que o café sombreado estava protegido das geadas, do sol e, assim, acabava por possuir um “sabor e aroma característicos”.

---

<sup>134</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a Ilha. p. 225-226.

<sup>135</sup> ROSA, Edson. Os últimos cafezais. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 e 21 set. 2014. p. 15.

<sup>136</sup> CARUSO, Raimundo C. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**: 10 entrevistas com Franklin Cascaes. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997. p. 53.

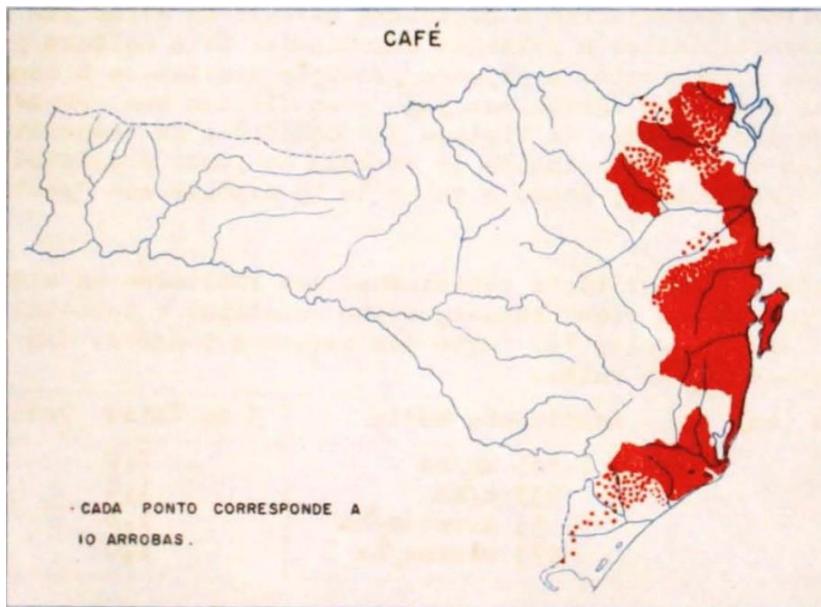
O café sombreado<sup>137</sup>, ou melhor, as formas de cultivá-lo, ainda estão presentes nas memórias de muitos moradores de regiões como Rationes, Vargem Grande, Vargem Pequena, Santo Antônio de Lisboa, Caieira da Barra do Sul.

No atlas geográfico de Santa Catarina, elaborado pelo IBGE na década de 1950, um mapa representa a presença do café no litoral catarinense. Como é possível ver no Mapa 1, a Ilha de Santa Catarina aparece completamente ocupada pela cultura cafeeira. No entanto, o texto que acompanha a publicação, deixa clara a “insignificância” dessa atividade em relação ao restante da produção do Brasil.

---

<sup>137</sup> “Principal produto agrícola entre os séculos XVIII e XIX, quando Florianópolis ainda era Desterro, o café sombreado desapareceu das encostas e planícies locais pela própria abundância. Com tamanha fartura e conseqüente preço baixo, a suavidade do sabor que garantia a preferência do mercado europeu foi insuficiente para dar continuidade ao ciclo iniciado pelos primeiros navegadores que aportaram na Ilha, espanhóis e portugueses, e trouxeram com eles as sementes colhidas nos altiplanos da África [...]. Erradicado do Brasil para abrir caminho a outras variedades, mas enraizada na memória dos moradores mais antigos, o café sombreado é o mesmo ainda cultivado em escala industrial sob as florestas da Colômbia, introduzido pelos espanhóis. E que proporciona uma das mais saborosas bebidas quentes do mundo.” (ROSA, Edson. Os últimos cafezais. p. 15.).

Mapa 1 – Produção de café em Santa Catarina em 1954



Fonte: Santa Catarina<sup>138</sup> (1958)

O texto que aborda a cultura do café afirma:

A faixa litorânea [...] restringe-se a cultura do café. Trata-se de uma produção cafeeira que, no panorama da produção nacional mostra-se insignificante [...] nas pequenas propriedades das zonas de povoamento vicentista e açoriano, do litoral, que é um misto de agricultor de subsistência e pescador, os pequenos cafezais, à sombra das bananeiras, laranjeiras e nogueiras [...] esta cultura promíscua não recebe cuidados especiais, pois nem mesmo o plantio de novos pés é frequente. A pequena produção destina-se ao consumo doméstico, enquanto o excedente é, o mais das

<sup>138</sup> SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. 154 p. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas1958.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

vezes, o produto com o qual o pequeno produtor paga as suas dívidas nas pequenas vendas em que se abastece e cujo proprietário é o revendedor aos compradores das cidades.<sup>139</sup>

Considerado insignificante nos anos 1950, em um contexto onde novamente os discursos de modernização em relação ao campo divulgavam a necessidade da utilização de “máquinas” e “aperfeiçoamentos técnicos” nos cultivos, “essa cultura promiscua”, que não recebia o “plantio de novos pés” com frequência, parecia mesmo “insignificante” frente aos ditames da “produção nacional”. Sob os auspícios da “modernização” e do “progresso” dos anos 1950, a produção cafeeira da Ilha parecia “sem importância” em nível nacional, servindo “apenas” para a subsistência e como “moeda de troca”.

Agora, voltando a Virgílio Várzea, se este destacou a “uberdade” do solo catarinense” e a “excelente qualidade” do café catarinense, não deixou de frisar que era contrário ao sistema da monocultura ou, nas suas palavras, a “cultura excessiva do café”. Reforça seu argumento contrário à especificação de uma cultura agrícola terminando por afirmar que aconselhava “aos lavradores catarinenses, a se dedicarem à policultura.”<sup>140</sup>

Susana Cesco nos explica que os textos a respeito da agricultura, que circulavam no Brasil em diferentes momentos do século XIX, apontavam para uma direção. Esses textos indicavam como razões para o “atraso” da agricultura no Brasil a ausência de tecnologias consideradas mais “aptas” ao “progresso” e as críticas quanto ao uso da mão de obra. Para os defensores do “progresso” da agricultura, o caminho era “[...] o desenvolvimento de pequenas propriedades agrícolas e familiares, [pois] os próprios limites físicos da Ilha impediam grandes porções de terra a um único senhor, freando o modelo de grandes plantations exportadoras.”<sup>141</sup>

Então, como já foi mencionado, a chegada dos migrantes açorianos a partir do século XVIII esteve atrelada ao desenvolvimento de uma economia com base em uma estrutura agrária de pequena propriedade. “Esta produção, realizada na forma de pequena propriedade, propiciou a

---

<sup>139</sup> SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina.**

<sup>140</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha.** p. 226.

<sup>141</sup> CESCO, Susana. **Floresta, agricultura e cidade...** p. 153-154.

formação de um pequeno produtor independente”<sup>142</sup>, este tornou-se autossuficiente e produtor de um excedente comercializável. A Ilha de Santa Catarina também teve entre suas culturas agrícolas outros tantos produtos, a saber: as plantações de cana-de-açúcar, o amendoim, a mamoneira, o milho, o trigo, o algodão, o linho.<sup>143</sup>

Cesco nos informa que no último quartel do século XIX, não somente a Ilha de Santa Catarina, mas também outras regiões agrícolas do Brasil tiveram um declínio da produção agrária. A retração das atividades agrícolas na Ilha está inserida num contexto de transformações do cenário Ilhéu que se ancora: no crescimento da população e produção do continente fronteiriço à Ilha, no crescimento da população das áreas centrais que então ocupam áreas antigas de produção e passam a consumir os produtos agrícolas das áreas mais ao interior e, também, no próprio crescimento do núcleo urbano, atrelado às funções administrativas de capital da província.

As mudanças prosseguem na virada do século. A cidade de Florianópolis já foi cenário dos discursos que, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, propagavam a “necessidade” da realização de reformas urbanísticas e sanitárias para que estivesse em consonância com os moldes nos quais os grupos mais abastados entendiam como cruciais para se atingir o “progresso” e a “civilização”. Nesse momento, o alvo das investidas urbanísticas esteve concentrado, em grande parte, no centro da cidade, que teve suas ruas alargadas em conjunto com o início da construção das obras de um sistema sanitário, da implantação da iluminação pública e até mesmo da abertura da primeira avenida da cidade, a Avenida Hercílio Luz.

No entanto, é na segunda metade do século XX que, sob o prisma do ideário desenvolvimentista, a Ilha de Santa Catarina foi alvo de investimentos por parte do poder público que imaginava que “Florianópolis deveria ser o pólo urbano privilegiado em Santa Catarina, síntese do desenvolvimento estadual, atraindo investimentos públicos e privados [...]”.<sup>144</sup> Essa pretensão ancorada nos discursos que colocam o estado como idealizador das políticas de planejamento esteve ancorada na

---

<sup>142</sup> CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; FCC, 1991. p. 26.

<sup>143</sup> VÂRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a Ilha.

<sup>144</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. f. 419.

tese de que a cidade, para alcançar o caminho da modernização, da técnica e do progresso, deveria apagar as marcas de um passado rural-agrário entendido como “atrasado”. Isso reverbera uma visão dualista que tematiza a sociedade como “moderna”, “urbana” e “industrializada”, em oposição a uma sociedade agrária, “atrasada”, “estagnada”.

Na prática, regiões que representavam áreas onde predominavam os modos de vida “rural” tornaram-se alvo de investidas por parte do poder público e dos setores interessados no “desenvolvimento” da capital do estado de Santa Catarina. Essas populações se encontravam localizadas mais especificamente em regiões como: Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Jurerê, Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Rio Vermelho, Sambaqui, Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, localizadas mais ao interior da Ilha. Janete Pasini, em seu trabalho sobre a Cachoeira do Bom Jesus, mostra que a ampliação do centro da cidade foi crucial para a transformação da fisionomia de Florianópolis, mesmo que para isso fosse necessário colocar abaixo o velho casario e as ruas estreitas, que supostamente simbolizavam o “atraso”. Era necessário, ainda, alargar a ocupação das áreas mais ao interior, que precisavam, nesse contexto, de se tornarem também espaços urbanizados e remodelados. “A cidade também deve avançar sobre a sua porção rural (o interior da Ilha) e semi-rural (as chácaras mais próximas do centro) intervindo nos hábitos e costumes populares com o intuito de limpar os traços rurais [...]”<sup>145</sup>

As mudanças atreladas às campanhas de transformação da cidade em espaço de modernidade atraíram novos migrantes, que aos poucos iriam transformar as facetas sociais, econômicas e culturais da cidade. Nas décadas de 1950 e 1960, Franklin Cascaes significou essas transformações a partir do conjunto de sua obra. Nas palavras do autor:

O Policarpo recebeu o recado de Zé Jão com muito carinho, chamou o Cipriano da Muca, jungiram os bois à canga do carro e, às sete horas da noite, partiram rumo à Vargem do Queitadinho [...]. De repente, aquele mundo de fogo se jogou dentro do carro de bois. Num repente, o chamador e o gajeiro acharam-se metamorfoseados em bois [...] os bois dentro do mesmo, guiando-os como se fossem criaturas de argila humana crua com cérebro e tudo [...]. Depois de terem judiado muito com eles por

---

<sup>145</sup> PASINI, Janete Maria. **Memória e Cotidiano**: a Cachoeira do Bom Jesus entre 1960 e 1970. 2005. 92 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. f. 33.

caminhos tortuosos, buracos, subidas de morros, abandonaram-nos lá na única praia da lagoa da Conceição, hoje sepultada com barro, asfalto e lajotas, com quatorze sepulturas com cruzes de coqueiros.<sup>146</sup>

O fragmento, extraído da obra do artista catarinense Franklin Cascaes<sup>147</sup> e produzido por este em 1954, traz à cena a década de 1950 e os dilemas daí surgidos a partir do processo de urbanização da cidade de Florianópolis. Na visão do artista, a população mais simples da Ilha, moradora das áreas mais ao interior, vivia seu cotidiano através do “[...] trabalho em harmonia com a natureza, sem diferenças sociais e convivendo com um mundo invisível e misterioso de forças estranhas.”<sup>148</sup> Obviamente, esse mundo era imaginado pelo artista, que não tratava das dificuldades, misérias, agruras daquele cotidiano. O medo apareceu de forma proeminente nas obras do artista, medo diante dos discursos de “modernização” da cidade, das reformas daí advindas. Nesse contexto, “[...] nada parecia mais tranquilizador que imaginar um passado perfeito.”<sup>149</sup>

No fragmento acima, as bruxas transformaram os carreiros em bois, e os bois tornaram-se “criaturas de argila humana crua com cérebro e tudo”. A referência às bruxas é bastante significativa na obra de Cascaes. Elas se configuravam como uma “ameaça” à “tranquilidade dos pacatos moradores do interior da Ilha, as bruxas eram o “outro”, o terrível [...]”.<sup>150</sup> No trecho final, a referência às mudanças físicas que passariam a fazer parte do cotidiano dos moradores da Ilha de Santa Catarina: a

---

<sup>146</sup> CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002. v. 2. p. 55.

<sup>147</sup> “Artista-folclorista local, nascido em 1908 no município de São José, morto no ano de 1982 em Florianópolis. Durante parte de sua vida (de 1946 até a sua morte), movido por um sentimento de amor à sua terra, desenvolveu uma enorme pesquisa antropológica/histórica, social/cultural acerca dos hábitos, crenças, costumes dos moradores-pescadores da Ilha de Santa Catarina e de parte do litoral catarinense. Seus registros como objetivação pública, possuem a característica particular de comunicar não apenas com a técnica verbal escrita, mas também valoriza a recriação das informações através da escultura, desenhos, pinturas e maquetes por ele confeccionadas em sua oficina.” (SOUZA, Evandro André de. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. **Esboços**, Florianópolis, v. 4, n. 4, jun./dez 1996. p. 79-80).

<sup>148</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro...** f. 171.

<sup>149</sup> *Ibid.*, f. 171.

<sup>150</sup> *Ibid.*, f. 197.

referência à “única praia”, então “sepultada com barro, asfalto e lajotas.”<sup>151</sup> A transformação dos caminhos de terra pelas estradas com lajotas e asfaltadas não passaram despercebidas pelos moradores da Ilha.

Na década de 1950, como pode ser visto no Mapa 2 e no Mapa 3, na Tabela 1 e na citação transcrita na sequência, algumas atividades agrícolas ocupavam as terras da Ilha de maneira marcante. O Mapa 3, que trata da mandioca, mostra que a concentração maior de sua produção encontrava-se na parte continental da Ilha. Ainda assim, o texto explicativo que acompanha os mapas deixa clara a ligação do cultivo da mandioca com os engenhos e com a produção da farinha. Como será abordado posteriormente, os engenhos de farinha estiveram espalhados em diferentes pontos da Ilha de Santa Catarina. Não só os escritos literários e de pesquisadores do tema, mas também as entrevistas irão confirmar a ocupação de diferentes partes da Ilha com engenhos de farinha e plantação de mandioca. Esse “rural” passou a ser cada vez mais alvo dos idealizadores da Florianópolis do “futuro”.

As décadas de 1950 e 1960 estiveram embaladas nas ideias de “progresso”, de “modernização”, do caminho que preconizava a transição das sociedades agrícolas para sociedades industriais. As cidades deveriam constituir-se em símbolos dessa “modernidade” almejada. Os discursos médico-higienistas que permearam as justificativas de reformas urbanas na virada do século, ganharam uma nova tônica nos anos 1950 e 1960.

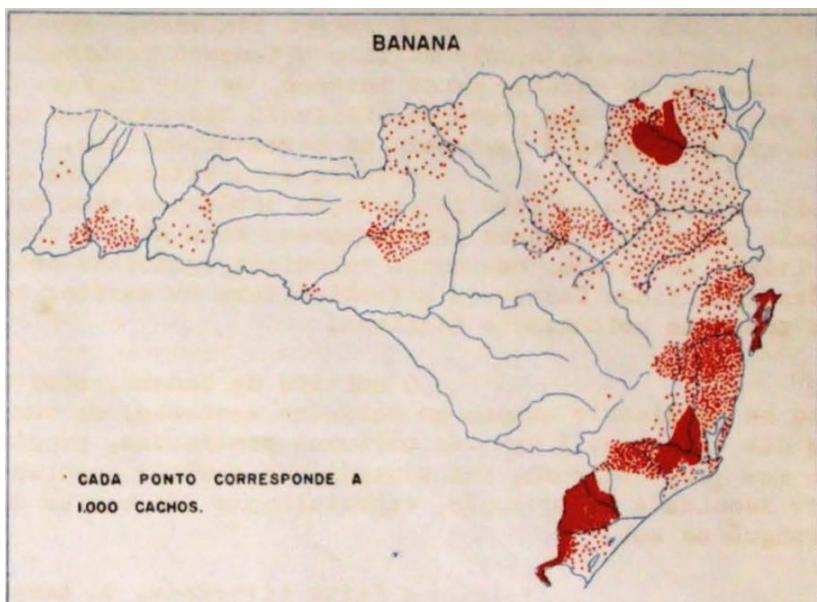
O ideário do “progresso”, aliado à tese de “modernização” e “desenvolvimento” das sociedades, esteve presente no período que marcou o mundo pós-segunda guerra. No Brasil, a década de 1950 foi palco das promessas de “desenvolvimento” da sociedade através dos projetos de industrialização e urbanização, que seriam viabilizados, segundo os propagandistas da tese da superação do “atraso”, através da atuação do poder estatal em parceria com a iniciativa privada. Foi nesse ambiente que surgiu em Santa Catarina as diretrizes do planejamento econômico. Por meio do Plano de Metas do Governo (Plameg), Santa Catarina entrava no contexto do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, marcado pela expectativa de promover investimentos estatais em infraestrutura e industrialização, e abertura ao capital estrangeiro.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> CASCAES, Franklin. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. v. 2. p. 55.

<sup>152</sup> Sobre as transformações políticas, culturais e econômicas ocorridas em Santa Catarina nas décadas de 1950 e 1960, confira: LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro...**

Mapa 2 – Produção de banana em Santa Catarina em 1954



Fonte: Santa Catarina<sup>153</sup> (1958)

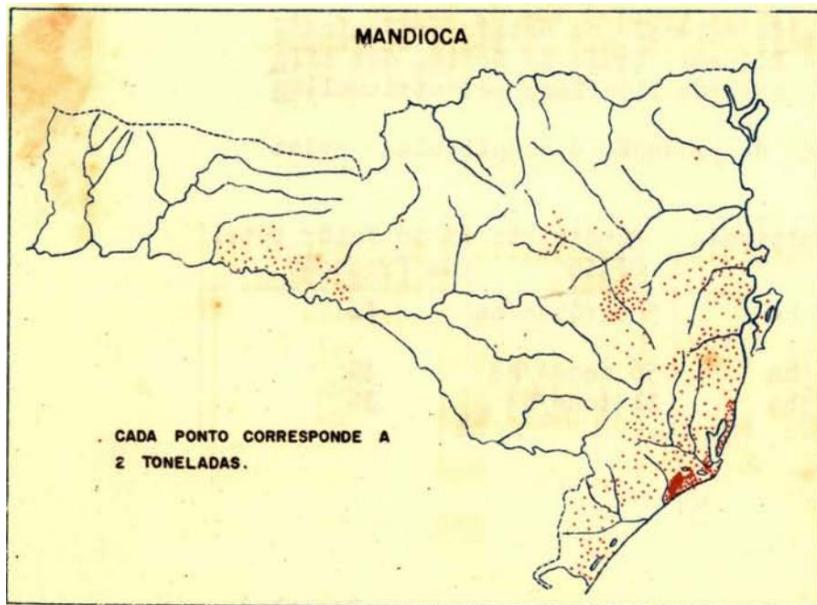
Tabela 1 – Dados da produção agrícola em Santa Catarina em 1955

Produtos	Produção estimada	Valor de produção (Cz\$)	Área cultivada (ha)	Rendimento médio	% do valor total da prod. agrícola
Mandioca	1.780.145 t	632.646.930,00	108.616	16 t/ha	13
Feijão	1.323.957 sacas	455.580.992,00	73.947	17 sacas/ha	9
Arroz	1.645.544 sacas	355.915.180,00	41.603	40 sacas/ha	8

Fonte: Santa Catarina<sup>154</sup> (1958)

<sup>153</sup> SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina.**

Mapa 3 – Produção de mandioca em Santa Catarina em 1954



Fonte: Santa Catarina<sup>155</sup> (1958)

#### Mandioca

O cultivo da mandioca (mansa e brava) é característico das planícies litorâneas onde os solos muito arenosos se prestam quase exclusivamente ao cultivo dos tubérculos. Daí sua maior densidade e volume de produção nos trechos central e meridional do litoral catarinense. É um produto típico da agricultura de subsistência das zonas litorâneas, participando em primeiro plano do complexo alimentar (aipim e farinha de mandioca) das populações de pescadores. Um número elevado de pequenos “engenhos” por um interessante sistema a base de cooperação transformação em farinha a produção de pequenas comunidades rurais. A produção de farinha de 1955 atingiu o total de 2.737.233 sacos de 60 kg, suprimindo o

<sup>154</sup> SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina.**

<sup>155</sup> Ibid.

abastecimento local e chegando ainda para o comércio externo. Fora das zonas litorâneas, o cultivo é bem pouco expressivo, sendo nos planaltos, complementar a pecuária.<sup>156</sup>

Enquanto Florianópolis era possuidora de uma economia pautada nos serviços ligados ao comércio e à burocracia estatal, as atividades agrícolas aqui presentes eram vistas como decadentes e atrasadas. Para as vozes do “progresso” era urgente a necessidade de reformas que justificassem o status de capital que Florianópolis possuía. Argumentos para a transferência da capital para o interior do estado não faltaram. Alegava-se a inferioridade econômica de Florianópolis em relação aos municípios da área de colonização alemã, a reduzida importância do porto, a não existência de um parque industrial. Enquanto o modelo “desenvolvimentista” preconizava o desenvolvimento a partir da industrialização, para muitos defensores desse modelo, Florianópolis estava na contramão da história. Cabe ressaltar que o período em que as propostas de mudança da capital estiveram mais fortes foi quando houve um enfraquecimento do Partido Social Democrático (PSD) em Santa Catarina. “Foi quando este grupo estava fora do governo do Estado, que as vozes que ansiavam pela mudança tornaram-se ainda mais fortes.”<sup>157</sup>

É importante ressaltar que a ideia do “atraso” foi um dos conceitos mais importantes utilizados no período para identificar certas partes do país que deveriam, então, caminhar rumo ao propagado “progresso”. Florianópolis foi identificada como parte desse segmento do “atraso”. Como poderia uma cidade “atrasada” do ponto de vista comercial e industrial configurar-se como capital?

A cidade dos anos 1950<sup>158</sup> experimentou também mudanças do ponto de vista da população. “A população urbana de Florianópolis

---

<sup>156</sup> SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**.

<sup>157</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**... f. 70.

<sup>158</sup> Em relação ao planejamento estatal para Santa Catarina, foi institucionalizado pelo governo Irineu Bornnhausen (1952-56) o Plano de Obras e Equipamentos (POE), objetivando garantir orçamento especial para obras públicas e incentivo à indústria de base. O POE foi plano de gestão também dos governos de Jorge Lacerda (1956-1958) e Heriberto Hulse (1958-1960). O POE previa investimentos centrados na produção (indústria e agricultura) e na distribuição (estradas de rodagem e energia elétrica). Do total de recursos investidos em obras no estado, 45% foram para as estradas de rodagem, 35%

passou de 48.264 habitantes em 1950 para 72.889 habitantes em 1960, um incremento médio de 4,35%.”<sup>159</sup> Com o crescimento da população, foi contratado um escritório de urbanismo de Porto Alegre para elaborar um plano diretor que ordenasse e promovesse a urbanização.

Em maio de 1951 foi aprovada a Lei nº 79, que previa a elaboração de um plano diretor para a cidade, assunto que será abordado no próximo capítulo. Vale apenas destacar que, nesse plano, elaborado sob a influência das concepções urbanísticas importantes na época, como as do urbanista suíço Le Corbusier, a cidade deveria passar por um adensamento urbano, que priorizasse as linhas retas, ligando um ponto ao outro no menor tempo possível. Uma cidade moderna “[...] deveria, além de insurgir-se contra os caminhos das mulas, dar condições para a efetivação plena da velocidade.”<sup>160</sup>

Florianópolis, com suas ruas estreitas, seus interiores ainda ocupados por populações que faziam uso desses “carros de mulas”, ou melhor, “carros de bois”, com as carroças ainda utilizadas no núcleo urbano para fazer entregas de alimentos, certamente era o estigma do “atraso” que se imaginou superar. Uma série de novidades físicas e estruturais permearam essa década. Para citar alguns exemplos da ampliação do aparelho estatal, foram criadas: a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc) (1956), o Tribunal de Contas do Estado (1955), a Secretaria do Trabalho (1956) e a Comissão Estadual de Energia Elétrica (1951), que resultou nas Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) (1955). Foram edificadas obras como: o Palácio Residencial da Agrônômica, a restauração do Teatro Álvaro de Carvalho e a construção da estrada de acesso às praias do norte da Ilha, até Canasvieiras.<sup>161</sup>

A década de 1960<sup>162</sup> também foi um período marcado pelos investimentos estatais sob a ótica do planejamento econômico. Podem-se

para a energia elétrica e 25% para agricultura, educação e saúde. (Cf. MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...**).

<sup>159</sup> MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...** f. 115.

<sup>160</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro...** f. 84.

<sup>161</sup> Cf. MARCON, Maria Teresinha de R. Op. cit.

<sup>162</sup> Sobre o planejamento estatal dos anos 1960, tem-se o Plameg I no governo Celso Ramos (1961-1965). Dos investimentos advindos deste podem-se citar a incorporação das empresas regionais de força e luz à Celesc (1962), a criação do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (1961), do BRDE (1962), a estruturação da Companhia de Águas e Saneamento (Casan) e a criação da UFSC (1960). O governo Ivo Silveira(1966-1970) e o Plameg II

destacar como obras importantes do período: a abertura da Avenida Rubens de Arruda Ramos como a grande obra localizada na área central de Florianópolis e a implantação do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina. A implantação do *campus* da universidade na Fazenda Modelo Assis Brasil, na Trindade, promoveu uma demarcação de áreas que receberiam investimentos nas décadas seguintes, como nos espaços conhecidos como Trindade, Córrego Grande, Saco Grande, Santa Mônica, Itacorubi e Jardim Anchieta.<sup>163</sup> A transformação não foi sentida apenas nos espaços físicos, pois a presença da nova universidade serviu também para atrair migrantes de outros centros, que buscavam a capital catarinense para trabalhar ou estudar. O crescimento pode ser visto a partir dos números que indicam a Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento populacional da população urbana e rural de Florianópolis (1960-2000)

Anos	Pop. urbana	%	Pop. rural	%	Pop. total
1960	77.585	79,30	20.242	20,70	97.827
1970	121.026	87,20	17.311	12,80	138.717
1980	161.773	86,10	26.098	13,70	187.871
1991	239.996	94,00	15.394	6,00	255.390
2000	332.185	97,00	10.130	3,00	342.315

Fonte: IBGE<sup>164</sup> (1960-2000)

O crescimento da população, sobretudo aquela intitulada “urbana”, nas décadas de 1960 e 1970, também aparece no Mapa 4 e no Mapa 5. Florianópolis teve um grande aumento populacional nas últimas décadas do século XX e, nesse contexto, destacou-se o elevado percentual de

---

ampliou consideravelmente os órgãos estatais, sobretudo os que atuariam no setor financeiro e de apoio à expansão industrial. Para citar alguns exemplos: Telesc (1969), SEA (1970), BESC (1970). Entre as obras executadas e planejadas pelo Plameg II, o projeto de construção da segunda ponte (construída no governo Colombo Salles), extensão do abastecimento de água até a Barra da Lagoa e Ribeirão da Ilha, extensão da rede de energia elétrica para o interior da Ilha. Parte dos recursos solicitados foram liberados, permitindo a pavimentação da Avenida Beira-Mar, da BR-101 e da SC-401, bem como o início da construção da segunda ponte. (MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...** f. 132-147.).

<sup>163</sup> Ibid., f. 140.

<sup>164</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos de Santa Catarina. 1960-2000.**

migrantes que, em 2001, representavam 42,64% do total de moradores da cidade.<sup>165</sup>

Os projetos que transformariam Florianópolis numa metrópole começam a ganhar corpo nas décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, o debate do planejamento urbano cede espaço ao planejamento territorial, o governo federal passava a verificar as possibilidades de investimentos em áreas metropolitanas no Brasil.

Foi então, na segunda metade da década de 1960, que começou a ser pensado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área da Região Metropolitana<sup>166</sup> de Florianópolis. O interesse na formação de uma região metropolitana caminhava no sentido de angariar recursos do governo federal para Florianópolis. A capital catarinense deveria servir como polo irradiador de “desenvolvimento” para o restante do estado. Fazia-se “necessário” transformar Florianópolis em um grande centro urbano. “Em pouco mais de 30 anos, uma nova Florianópolis, sem os ares provincianos de outrora, foi construída de concreto e no imaginário. Nas décadas de 1960 e 1970, vimos o nascimento do projeto de metrópole, pelo discurso desenvolvimentista.”<sup>167</sup>

Novamente em cena esteve o questionamento pelo fato de Florianópolis estar na condição de capital, sem que apresentasse condições para tal. Ou seja, não era a cidade com maior população<sup>168</sup> do

<sup>165</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram... In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

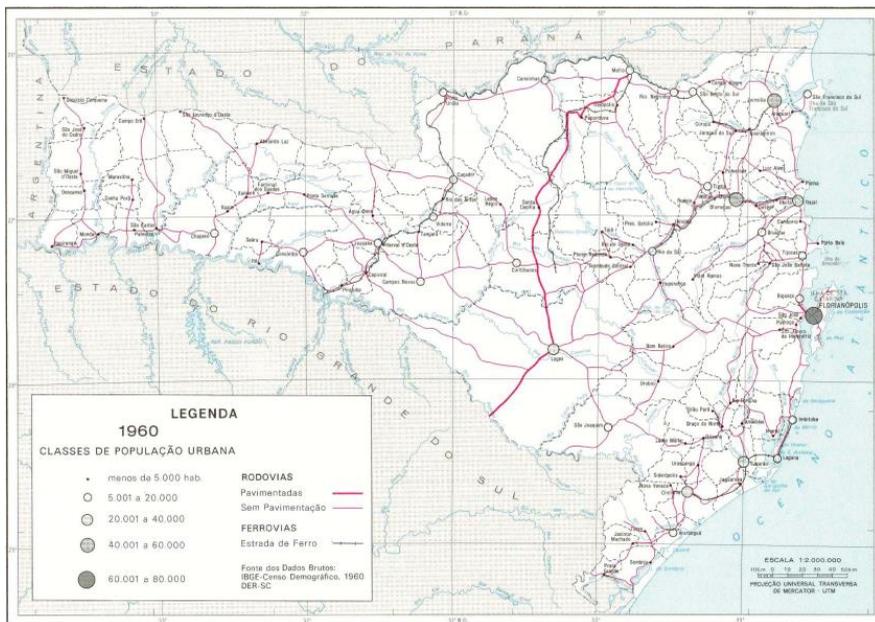
<sup>166</sup> “A região metropolitana de Florianópolis foi institucionalizada pelo governo estadual através da Lei Complementar N. 162 de 6 de janeiro de 1998, sendo constituída por 22 municípios, tendo como cidade pólo a cidade de Florianópolis. Esta Região apresenta de fato os atributos que caracterizam o processo de metropolização, não obstante persistirem estudos na esfera federal (IPEA, 1999) que a classifica como uma aglomeração urbana pré-metropolitana, face as dimensões e características das demais regiões metropolitanas nacionais.” (MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...** f. 40.).

<sup>167</sup> ASSIS, Leonora Portela de. Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística. f. 63-64.

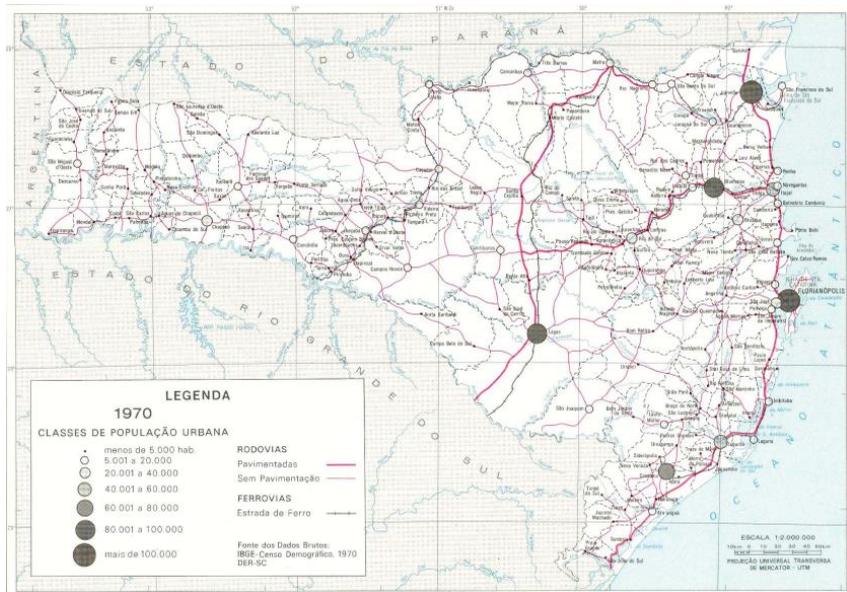
<sup>168</sup> “[...] no processo de tornar-se a capital mais efetiva do estado, paradoxalmente, perdeu em população para Joinville que a ultrapassa, demograficamente, na década de 1970 para 1980 [...]”. De acordo com dados do IBGE, em 1970, Florianópolis tinha 138.337 habitantes, e Joinville, 126.058; em 1980, Florianópolis tinha 187.880 habitantes e, Joinville, na mesma data, 235.803. (MARTINELLO, André Souza; LENZI, Maria Helena. Florianópolis e as excepcionalidades do não planejar: imagens e política da

estado, não possuía indústria e, ainda, tinha sua economia calcada no comércio e no fato de ser sede do poder administrativo estadual.

Mapa 4 – População urbana de Santa Catarina na década de 1960



Mapa 5 – População urbana de Santa Catarina na década de 1970



Fonte: Santa Catarina<sup>170</sup> (1986)

Os anos 1970 trouxeram no seu bojo uma série de discursos que vislumbravam transformar Florianópolis em uma cidade moderna, turística e, sobretudo, “urbana” e não mais “rural”. Nas palavras de Pasini:

A imagem dos campos, das freguesias, dos engenhos de farinha, dos cafezais, da pescaria artesanal, deveria ser superada em nome da cidade moderna. O processo modernizante desencadeou transformações não só na paisagem, mas fundamentalmente no viver dos antigos moradores.<sup>171</sup>

Essas transformações são percebidas de diferentes formas pelos antigos moradores das áreas que vivenciaram as mudanças da urbanização mais fortemente a partir da década de 1970. Em meio ao asfalto, que seguiu sepultando os antigos caminhos, e aos condomínios e

<sup>170</sup> SANTA CATARINA (Estado). Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**.

<sup>171</sup> PASINI, Janete Maria. **Memória e Cotidiano...** p. 70.

loteamentos, que ocupavam o que outrora já havia sido lavoura, o plantio da mandioca e a produção da farinha emergem com novas tonalidades.

Nos anos 1970, os discursos buscavam se ancorar no fato de que a cidade precisava ganhar visibilidade externa e afirmar-se como capital.<sup>172</sup> Em função disso, apareceu uma preocupação em criar infraestrutura de grande porte para a cidade. Dentre as obras<sup>173</sup> que se destacaram estão: asfaltamento da Rodovia BR-101, a inauguração da segunda ponte, a Colombo Salles, o início dos aterros das baías norte e sul e a construção de vias expressas para, entre outras coisas, facilitar a vinda e circulação dos turistas e propiciar o tão almejado crescimento da cidade. Sendo assim, a “concretagem” da cidade esteve vinculada ao “projeto de

---

<sup>172</sup> Novamente este debate ganha corpo. “Há uma disputa velada com as vizinhas Joinville, Criciúma, Blumenau e Lages que estão crescendo e questionando Florianópolis como capital. É preciso dar definitivamente visibilidade à cidade, transformando o cenário, maquiando o seu provincianismo, seu pacato jeito de ser.” (ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística**. f. 72.).

<sup>173</sup> “O programa de governo de Colombo Salles (1971-1975), apoiado no programa de metas do presidente Médici, priorizou o setor de transportes e a expansão industrial. Foram construídas a Rodovia SC 401 – que liga o núcleo urbano central aos balneários mais utilizados da cidade ao norte –, a Rodovia SC 404 – conectando a parte leste da cidade –, a Ponte Colombo Salles, juntamente com os acessos e o aterro continental, já prevendo o acesso a uma terceira ponte, Pedro Ivo, concluída em 1991, e uma futura Avenida Beira-Mar Norte, conectando os bairros de Coqueiros e Estreito, ainda em construção. Entretanto, a obra viária mais significativa do período e, talvez, até hoje, foi a Via de Contorno Norte, Avenida Beira-Mar Norte, iniciada em 1977. [...] Na década de 70, também foi construído o aterro da baía Sul que serviria de escoamento para as novas pontes e de ligação com a Avenida Beira Mar Norte [...]. O aterro significou o fim de um longo período de relação próxima entre o centro da cidade e a orla [...]. As antigas localidades Trindade, Pantanal, Itacorubi cresceram, tornaram-se grandes bairros residenciais enquanto surgiam outros próximos, como Santa Mônica, Córrego Grande, Anchieta, Parque São Jorge e Carvoeira. A expansão para o norte e leste da Ilha, motivadas pelo turismo, chegou às freguesias [...]” (SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso: a formação dos espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea**. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. f. 59-62.).

‘enterrar’ o provincianismo do município para dar-lhe nova visibilidade”.<sup>174</sup>

Na década de 1980, um novo ciclo vai aliar a indústria do turismo à da construção civil. Representações vão sendo construídas para atrair à cidade novos moradores e visitantes. Esses novos moradores eram de três grupos principais, o primeiro ligado à ocupação de cargos em órgãos públicos, o segundo composto por estudantes universitários e o terceiro abrangia a população advinda da migração campo-cidade. Esses novos moradores, em especial, o primeiro grupo, procurou lugares para morar que fossem próximos dos seus locais de trabalho ou estivessem em proximidade com certas amenidades, como o mar. Marina Siqueira, em sua dissertação, diz que:

[...] a expansão urbana de Florianópolis tem sido, em sua maior parte, espontânea [...]. Anteriormente, a cidade podia ser dividida claramente em duas porções: a área central, da faixa litorânea ocidental, que concentrava as atividades político administrativas e os principais pontos de comércio e serviços, e o restante da Ilha, salteadamente ocupado por freguesias da base agrícola ou pesca artesanal. Essas freguesias no interior da Ilha foram se transformando com a chegada de novos moradores e turistas.<sup>175</sup>

A chegada desses novos migrantes não trouxe apenas alterações físicas nos espaços que Siqueira aponta como freguesias de base agrícola ou pesqueira. Muitos desses migrantes, como foi dito anteriormente, procuraram lugares para morar que os aproximavam dos ditos “recônditos” da natureza. As origens desses novos moradores, normalmente egressos de centros urbanos maiores, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, buscavam, além do trabalho, fugir dos problemas que complicavam a vida nesses centros maiores, como trânsito caótico, violência, poluição etc. Na Tabela 3 é possível observar os números que mostram, na década de 1980, a população urbana e rural do município de Florianópolis e dos distritos<sup>176</sup> que formam a cidade.

---

<sup>174</sup> SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso...** f. 73.

<sup>175</sup> *Ibid.*, f. 99.

<sup>176</sup> O município constitui-se atualmente de 12 distritos, originários dos antigos núcleos de povoação do século XVIII, a saber: a) Distrito Sede, que abrange a área urbana insular e continental, área regulamentada pela lei N. 001/97; b)

Tabela 3 – População urbana e rural na década de 1980 em Florianópolis

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAIS			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
FLORIANÓPOLIS	187.871	91.430	96.441	161.773	78.201	83.572	26.098	13.229	12.869
Florianópolis	153.652	74.129	79.523	153.652	74.125	79.523	-	-	-
Cachoeira do Bom Jesus	3.070	1.533	1.537	634	298	336	2.436	1.235	1.201
Canasvieiras	2.431	1.224	1.207	488	233	255	1.943	991	952
Inglês do Rio Vermelho	2.695	1.354	1.341	825	409	416	1.870	945	925
Lagoa	7.821	4.201	3.800	1.772	931	841	6.049	3.090	2.959
Pântano do Sul	2.379	1.201	1.178	856	424	432	1.523	777	746
Ratones	902	456	446	606	209	197	496	247	249
Ribeirão da Ilha	6.404	3.236	3.168	1.768	872	896	4.636	2.364	2.272
Santo Antônio de Lisboa	7.294	3.632	3.662	617	309	308	6.677	3.323	3.354
São João do Rio Vermelho	1.223	644	579	755	387	368	468	257	211

Fonte: Santa Catarina<sup>177</sup> (1986)

Um fator foi crucial para o crescimento da atividade turística na Ilha, o asfaltamento da Rodovia BR-101, que ligava a cidade às rodovias nacionais. A década de 1990 pode ser vista, no que diz respeito ao turismo, como o momento da junção de interesses das elites locais com grupos econômicos nacionais e internacionais, com o objetivo de atrair clientes de alta renda. Nesse momento, a terra se torna, cada vez mais,

---

Santo Antônio de Lisboa; c) Canasvieiras; d) Cachoeira do Bom Jesus; e) Inglês do Rio Vermelho; f) São João do Rio vermelho; g) Lagoa da Conceição; h) Ratones; i) Ribeirão da Ilha; j) Pântano do Sul. K) Campeche e L) Barra da Lagoa. Estes dois últimos distritos foram criados no final de 1995. (SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: UFSC, 2015. p. 51.).

<sup>177</sup> SANTA CATARINA (Estado). Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**.

uma mercadoria, e o mercado imobiliário avança sobre certos balneários.<sup>178</sup> A estrada de conexão do centro com os balneários ao norte da Ilha foi duplicada, Florianópolis passou a ser propagandeada nos meios de comunicação de massa, o Aeroporto Hercílio Luz<sup>179</sup> foi elevado à categoria de internacional, começam a surgir hotéis, condomínios e loteamentos de luxo.<sup>180</sup>

A partir daí, cada vez mais, a busca por terrenos nessas antigas freguesias, como Santo Antônio, Sambaqui, Canasvieiras, traz consigo uma valorização imobiliária para os terrenos e transforma as relações dos antigos moradores com a terra e, por que não dizer, com o mar.

No final da década de 1980, como é possível ver na Tabela 4, as culturas agrícolas do município de Florianópolis representavam parcelas diminutas em relação à microrregião composta por sua região metropolitana. O cultivo com o maior percentual de participação, com 6,75%, foi o café, seguido do abacaxi, com 4,8%, da laranja, com 4%, e da mandioca, com 2,66%. No diagnóstico municipal de Florianópolis, elaborado pelo governo do estado em 1990, é destacado um levantamento feito pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), em 1978, em relação aos cultivos com as melhores condições de plantio para as características do solo de Florianópolis. O documento assim afirma:

No entanto, sabe-se que, pelos levantamentos e estudos agroclimáticos feitos pelo EMPASC, em 1978, o solo apresenta condições preferenciais ao plantio de: arroz irrigado, cebola e alho, mandioca, milho, banana, citros e sorgo sacarino.<sup>181</sup>

No entanto, o uso da terra para a agricultura ou para a lavoura de subsistência é aos poucos transformada em parcelamento do solo e venda para os recém-chegados. Nazareno Campos afirma que, enquanto

---

<sup>178</sup> SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso...** p. 112.

<sup>179</sup> O aeroporto Hercílio Luz foi elevado à categoria de internacional em outubro de 1995. (AEROPORTO Hercílio Luz completa 40 anos neste domingo (14). **Tudo Sobre Floripa**, 13 ago. 2016. Disponível em: <[http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/aeroporto\\_hercilio\\_luz\\_completa\\_40\\_anos\\_neste\\_domingo\\_14](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/aeroporto_hercilio_luz_completa_40_anos_neste_domingo_14)>. Acesso em: 30 mar. 2018.).

<sup>180</sup> SIQUEIRA, Marina Toneli. Op. cit., p. 112.

<sup>181</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento. Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico. **Diagnóstico Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 1990. p. 17.

predominava a economia açoriana, a terra tinha valor de uso, independentemente da relação que o produtor tinha com ela. A urbanização aliada ao desenvolvimento do turismo tem produzido alterações no regime de propriedade e uso da terra.<sup>182</sup> “Surge uma nova relação com o solo, em que os valores de uso são rapidamente substituídos pelos valores de troca, transformando-se o solo em produto de mercado.”<sup>183</sup>

Diante do que foi exposto, tem-se novas práticas de relações com a terra, já que muitos donos de terrenos em antigas áreas rurais e balneários lotearam seus terrenos e foram em busca de outras oportunidades de trabalho, ou construíram casas para alugar e aumentar a renda familiar, ou, ainda, mantiveram terras, parceladas entre familiares ou não, onde continuaram a fazer, embora não mais como atividade de sustento da família, práticas de agricultura.

---

<sup>182</sup> CAMPOS, Nazareno José de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002. p. 124-126.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 126.

Tabela 4 – Produção agrícola em Florianópolis (1950, 1980 e 2006)

Ano	Produto	Quantidade	Estabelecimentos que produzem
1950	Aipim	2.935 t	638
	Banana	84.587 cachos	428
	Café	642 t	907
	Cana-de-açúcar	1.408 t	124
	Cebola	232 t	-
	Feijão	89	286
	Laranja	13.505 t	344
1980	Mandioca	3.058 t	256
	Arroz em casca	28 t	6
	Banana	9.000 cachos	137
	Batata inglesa	6 t	5
	Café	19 t	179
	Cana-de-açúcar	137 t	41
	Cebola	11 t	22
	Feijão	32 t	317
2006	Laranja	488 mil frutos	266
	Mandioca	1.727 t	406
	Milho	106 t	365
	Banana	96 mil cachos	2
	Café	-	1
	Cana-de-açúcar	577 t	15
	Feijão	-	2
	Mandioca	21 t	44
	Milho	13 t	5

Fonte: IBGE apud Alves<sup>184</sup> (2012)

Para estes, que ainda mantêm seus vínculos com práticas de agricultura, seu cotidiano vai sendo reinventado, o “rural” vai sendo ressignificado. Cláudio Andrade, presidente da Associação dos moradores de Santo Antônio de Lisboa e proprietário de um engenho de farinha que ainda permanece em atividade, esboça elementos para pensar a questão da fluidez dos limites entre “rural” e “urbano” na contemporaneidade. Em entrevista concedida à autora, ele destacou a permanência do cultivo da mandioca na Ilha e os novos significados que os envolvidos com as ruralidades contemporâneas reivindicam: “[...] é importante que a sociedade reconheça que esta prática, cultura, existe, que

<sup>184</sup> ALVES, Morgana Celina. **Evolução e permanência dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

é muito forte, e que está sobrevivendo encurralada pelas construções [...] (informação verbal).”<sup>185</sup>

Como pensar essa questão da aproximação entre o “rural” e o “urbano” em uma Ilha que tem passado pelas grandes transformações aqui explicitadas? Estaria Florianópolis no caminho da urbanização que levará ao desaparecimento do “rural”?

Dentre as diferentes correntes de pensamento que refletem acerca da questão do “rural” e do “urbano” na contemporaneidade, Maria José Carneiro indica que existem três grupos principais: o primeiro defende a urbanização como processo inexorável da sociedade; o segundo defende a manutenção da dicotomia ‘rural’ e ‘urbano’ e ressalta o processo do “renascimento agrícola”; e o terceiro grupo nega a polaridade “rural” e “urbano” e percebe estas como realidades complexas e intercambiáveis.<sup>186</sup> O “urbano” e o “rural”, aqui, estão sendo pensados como partes de um processo que passa constantemente por trocas e reelaborações.

## 2.2 NOVAS RURALIDADES NA ILHA: “NOVOS” E “VELHOS” USOS DA TERRA

A perda da agricultura como atividade central das famílias que vivem em áreas “rurais” não desconstrói as possibilidades múltiplas de suas relações com a terra. É importante que se destaque: o fato de o agricultor estar inserido em outras atividades de renda não o desqualifica como tal, “[...] mas o vê como um ser social de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos a lógica econômica.”<sup>187</sup>

Dessa forma, trago à cena as práticas de tantos agricultores na Ilha de Santa Catarina, que não têm na agricultura sua fonte de renda, mas encontram nos usos agrícolas da terra sentidos para um “rural” transformado, do qual eles/elas se sentem parte.

Na região do Canto do Moreira, localizada no Distrito de Ratonas, ao norte da Ilha de Santa Catarina, um casal de agricultores aposentados, Sr. Divo da Silva e Sra. Genair Doralice da Silva, mantém uma produção agrícola diversificada que inclui milho, feijão, mandioca, melancia,

---

<sup>185</sup> ANDRADE, Cláudio Agenor de. **Entrevista**. [12 out. 2013]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2013. 1 arquivo .mp3. (Proprietário de engenho de farinha – Engenho dos Andrade – Santo Antônio de Lisboa).

<sup>186</sup> CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...**

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 91.

abóbora, que atende ao consumo da família, composta por sete filhos, e ainda é distribuída aos amigos. Por fim, é vendida para os moradores locais. Dona Genair faz questão de destacar o destino dos produtos colhidos do seu quintal:

[...] cenoura, abóbora, tem tudo quanto é coisa aí, salsinha, cebolinha verde, aí a gente consome e o que sobra dá pra família e pros amigos, dá tudo, ele não vende, negócio assim de vender, assim só que ele vende quando sobra o alho, cebola e feijão, é onde ele vende, porque as outras coisas ele dá tudo pra família e pros amigos dele ao redor da porta [...] aí tem feijão, milho, não milho é pras galinhas [...] aí ele vende é o feijão, quando sobra, e o alho e a cebola e a mandioca [...] ele vai na venda, um encomenda 80 quilos de aipim, outro encomenda 70 [...] (informação verbal).<sup>188</sup>

A explicação dada pela Sra. Genair para o destino da sua plantação, a distribuição aos familiares e amigos, “ao redor da porta”, nos leva a perceber outra questão importante no debate sobre o “rural” na contemporaneidade, a saber: a ampliação da definição do que seja agricultor, há um deslocamento do conteúdo meramente econômico da agricultura para a questão da “identidade social”.

O que é relevante aqui é a “[...] contribuição da agricultura na manutenção e no fortalecimento do tecido social ao possibilitar [...] a continuidade das trocas e das práticas de sociabilidade que dão sentido à vida de um determinado grupo social.”<sup>189</sup> Essa prática de produção voltada para a família é importante também por exercer uma função primordial de garantir as necessidades de autoconsumo.

Em meio a uma lógica de mercado que valoriza a produção em larga escala, financia gigantes monoculturas, dentro de uma política que privilegia agricultura de exportação em detrimento da agricultura voltada para o consumo ou para o mercado interno, Sr. Divo demonstra, através do uso de diferentes sementes, algumas das quais ele mesmo faz, estar

---

<sup>188</sup> SILVA, Doralice Genair da. Entrevista. [21 jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Ratores).

<sup>189</sup> CARNEIRO, Maria José; PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Tecendo novas estratégias: confecções em domicílios rurais em Nova Friburgo. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 92.

contribuindo para a “sustentabilidade agrícola e a conservação da agrobiodiversidade.”<sup>190</sup> Nas palavras dele:

[...] não adianta o senhor plantar uma semente ruim, tem que botar uma semente selecionada, então a semente de cebola eu compro lá (ele se refere ao município de Águas Mornas), selecionada, da roxa e da branca, o feijão é desse aqui óh [...] (informação verbal).<sup>191</sup>

Sr. Divo afirmou comprar “semente selecionada” e, também, produzir semente crioula, em especial, semente crioula de feijão, que fez questão de mostrar, como ficou registrado na Figura 1. A

Figura 2, por sua vez, retrata as mudas de fruta-do-conde que Sr. Divo produz para vender.

---

<sup>190</sup> PIERONI, Gabriella C. **Engenhos da cultura**: teias agroecológicas. Florianópolis: Pontos de Cultura Engenhos de Farinha/Cepagro, 2014. p. 72.

<sup>191</sup> SILVA, Divo da. **Entrevista**. [21 jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor, 68 anos – Ratonés).

Figura 1 – Sementes de feijão crioulas produzidas no Canto do Moreira



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 2 – Mudas de fruta-do-conde produzidas no Canto do Moreira



Fonte: Acervo da autora (2015)

Essas práticas de cultivos agrícolas estão presentes em meio aos espaços que na Florianópolis contemporânea perderam a denominação de “áreas rurais”. Cabe destacar que no Plano Diretor “Participativo”, aprovado em janeiro do ano de 2014 para o município de Florianópolis, foram extintas as denominações de áreas antes intituladas “rurais”. Como

já foi apresentado nesta reflexão, não pensamos o “rural” e o “urbano” como espacialidades físicas, e sim como universos territoriais dinâmicos e híbridos. João Rua, em interessante reflexão sobre os debates que hoje tratam dos processos de urbanização, defende que as transformações vivenciadas a partir desta promovem algo novo, um espaço híbrido. “Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores [...]”.<sup>192</sup>

Dessa forma, em meio às áreas “urbanas” do novo plano diretor, muitos proprietários mantêm seus cultivos, criam animais, possuem carros de boi e engenho de farinha de mandioca. Estas práticas, cada vez mais, tornam esses territórios<sup>193</sup> espaços híbridos. Sr. Manoel Candido dos Anjos, 63 anos, agricultor aposentado, morador do Distrito do Rio Vermelho, é dono de engenho de farinha, de carro de bois, e de uma plantação de mandioca. Sua narrativa entrelaça fragmentos de suas histórias passadas com suas práticas cotidianas do presente e nos mostra que o “rural” não desapareceu com o processo pelo qual vem passando, em especial esse pedaço da Ilha, o Distrito do Rio Vermelho.<sup>194</sup>

---

<sup>192</sup> RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. p. 95.

<sup>193</sup> O conceito de território, recorro a Haesbaert: “O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação) [...]” (HAESBAERT, Rogério, 1997 apud RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. p. 96.).

<sup>194</sup> Sobre o Distrito do Rio Vermelho, uma das antigas áreas denominadas “rurais” do norte da Ilha de Santa Catarina, podemos afirmar que o os últimos 25 anos promoveram mudanças significativas neste lugar. “Rio Vermelho conta com uma população de aproximadamente 10.000 habitantes, segundos cálculos da intendência. Localizado no município de Florianópolis e ao nordeste da Ilha de Santa Catarina, sua economia fora baseada historicamente até a década de setenta na agricultura de subsistência, e a partir daí, passou a se integrar no sistema de produção de Florianópolis, ou seja: comércio, turismo e setor público [...] a população do Distrito de São João do Rio Vermelho pulou de 1864 (1991) para 10.000 habitantes (2004), resultando em um índice de 436< 48% em apenas treze anos. (ROSA, Jorge Luiz da. **Do rural ao urbano: o caso de São João do Rio Vermelho** (município de Florianópolis). 2004. 60 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p. 32-33.).

[...] meu pai também era lavrador, a gente foi criado com isso aí, naquele tempo a gente plantava mandioca, milho, depois aí se acabou [...] aí eu também trabalhava fora, trabalhei na prefeitura também, trabalhei 38 anos na prefeitura, já tocava roça [...] eu chegava do serviço vinha pra roça, era todo dia, não podia parar, agora eu tô aposentado. Aí a gente faz serviço em casa, capina, roça, essas coisas toda aí [...] (informação verbal).<sup>195</sup>

Nas narrativas desse senhor é possível descortinar experiências e percepções da cidade em que estão presentes fragmentos de uma vida “rural” que sobrevive nas fissuras de um processo que deliberadamente não é homogêneo e excludente.

É importante salientar que a história oral diz respeito a versões do passado, ou seja, à memória. A discussão entre história e memória é fecunda e crucial para quem quer trabalhar com história oral. No seio desse debate, aparecem distinções entre a memória voluntária, que chamaremos reminiscência, “[...] sendo um nível em que a memória individual é violentada por choques provenientes de signos sensíveis. Esses signos provocam a evocação, fazem chegar à consciência sensações ou imagens já vividas que aparecem como rasgões num tecido negro (informação verbal).”<sup>196</sup> Autores como Paolo Rossi<sup>197</sup> apontam para o fato de que lembrar e esquecer são objetos de construções culturais, enquanto a reminiscência é tratada como a capacidade de recuperar algo que se possuía antes, mas foi esquecida, a memória seria o que permanece do passado.

Já a memória voluntária é uma remontagem do passado, não é acesso direto a este, a memória parte do presente, ela surge do entrelaçar constante entre os fragmentos de memória e os processos de ressignificação que as experiências do presente produzem.<sup>198</sup> Assim, através de fragmentos de memórias, reminiscências e lembranças, de pessoas como Sr. Manoel, que vivem experiências características do

---

<sup>195</sup> ANJOS, Manoel Cândido dos. **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e proprietário de engenho de farinha, 63 anos – Rio Vermelho).

<sup>196</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.

<sup>197</sup> ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: UNESP, 2010.

<sup>198</sup> Cf. BERGSON, Henri. **Matéria e memória...**

“rural” nos espaços cada vez mais híbridos do município de Florianópolis, é possível olhar para a cidade de uma perspectiva plural. Esse olhar se dá a partir de um prisma “em virtude daquelas presenças, não como teatro de um passadismo exótico cultivado com devoção, nem como local de permanência obstinada de signos de outrora deveras incômodos para muitos cidadãos, mas como uma amálgama entre sobrevivência, ruína e inovação em constante mudança.”<sup>199</sup> Dessa forma, atores sociais anônimos, através de suas narrativas, nos possibilitam enxergar a cidade muito além de um bloco coeso, nos faz vê-la sob a nuance de uma colcha de retalhos sobrepostos que são cotidianamente significados e ressignificados pelos seus agentes sociais.

O cultivo da mandioca se destaca em meio a esses cultivos que redesenham os espaços da cidade. Sr. Manoel relatou que sua produção de mandioca não é capaz de atender as necessidades de produção do seu engenho, fazendo com que este tenha que comprar mandioca de municípios vizinhos a Florianópolis. Ainda assim, um pedaço de suas terras é reservado especialmente para o cultivo dessa raiz. Nas palavras deste agricultor:

[...] este ano eu vou plantar aqui perto, plantar aqui num canto que tem ali uma roça que tem ali, já botei até adubo para plantar, vou plantar em setembro, vou plantar mandioca, aquela ali eu vou decepar a rama, daí eu vou botar aqui (informação verbal).<sup>200</sup>

“Seu” Manoel mostra a roça de mandioca, como é possível ver na Figura 3, que está localizada na parte da frente do terreno que pertence a sua mãe, Sra. Maria Joaquina dos Anjos, também sua vizinha. Ao redor desse terreno, galinhas e patos soltos, como pode ser verificado na Figura 4. Na Figura 5, um antigo tipo de pés de café, o chamado café sombreado. Na parte da frente, na Figura 6, um dos seus animais. O agricultor é dono de três animais: “[...] eu tenho uma junta de boi, tenho um novilho sozinho e o guri tem duas vacas.”<sup>201</sup> Na Figura 7 e na Figura 8, estão a casa que pertenceu ao avô do Sr. Manoel, uma construção, nas palavras

---

<sup>199</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Palavras indesejadas: relatos que estorvam a ideia de uma história única e uniforme (Florianópolis, últimas décadas do século XX). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010. p. 2.

<sup>200</sup> ANJOS, Manoel Cândido dos. **Entrevista.**

<sup>201</sup> *Ibid.*

do Sr. Manoel, “que tem pra mais de cem anos”, e o engenho que pertenceu ao seu pai, Cândido Pereira dos Anjos – que dá nome à rua onde estão localizadas essas construções –, e hoje pertence ao agricultor.

Figura 3 – Roça de mandioca no Rio Vermelho



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 4 – Galinhas e patos no quintal da Sra. Maria Joaquina dos Anjos



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 5 – Café sombreado



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 6 – Animal pertencente a Manoel Cândido dos Anjos em Rio Vermelho



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 7 – Casa pertencente ao avô do Sr. Manuel Cândido dos Anjos



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 8 – Fachada do Engenho de Farinha de Mandioca pertencente a Manuel dos Anjos no Rio Vermelho



Fonte: Acervo da autora (2015)

O interessante é perceber que elementos desse “mundo rural” continuam a existir em meio a essa cidade, articulados com elementos do presente, numa demonstração de que as práticas de vida de um mundo intitulado como “rural” e que se acredita fadado ao desaparecimento insistem em sobreviver. Entrevistas realizadas com pessoas como Sr.

Manoel dos Anjos, morador das áreas do interior de Florianópolis, vão mostrar que relações e experiências tidas como “rurais” se manifestam nos espaços hoje considerados “urbanos”. Mesmo estando em meio a um ambiente completamente alterado e não mais tendo as atividades da pesca e da agricultura como elementos centrais na sobrevivência desses moradores, práticas de um mundo “rural” são constantemente reelaboradas e ressignificadas nos espaços da urbe em questão.

As características da vida no campo são percebidas em vários aspectos do cotidiano da cidade de Florianópolis, basta olhar com um pouco de cuidado e conseguimos ver situações como a presença de gansos no quintal de uma casa em plena região do bairro de Itaguaçu, conhecido em Florianópolis por comportar mansões, e mais recentemente, por ser uma região que está recebendo um grande número de empreendimentos imobiliários na forma de edifícios residenciais e comerciais. Além disso, esse tipo de situação persiste nas memórias dos moradores da cidade. Em entrevista realizada com Miguel Christakis, criador de avestruz no norte da Ilha, é possível perceber nas suas narrativas, memórias de uma vida ligada ao “rural” que o acompanharam durante décadas. Também, visitando a sua residência, é possível perceber, no seu quintal, patos, galinhas, coelhos, num exemplo de vivência de um mundo rural que ainda hoje ocupa espaços do bairro de Jurerê. Nas suas palavras:

Aqui as características nossas dentro até do Brasil em geral, mas em Santa Catarina, Florianópolis tinha uma característica especial, todos criavam, todos tinham o seu porquinho, a sua galinhazinha para tirar o ovo e o seu frango para fazer o alimento né, foi uma das características do boi para tirar a carne, tirar o leite e tal, e procriar, então é muito bom se tivesse 200, 400m de área fora da casa livre, disponível, o sujeito fazia a sua hortinha, agregava as despesas da família [...] (informação verbal).<sup>202</sup>

Nas vozes de muitos moradores mais antigos da Ilha de Santa Catarina, reminiscências de muitas experiências vivenciadas por estes, em uma Florianópolis não tão distante, aparecem nos relatos como fragmentos de uma cidade em que as fronteiras entre o “urbano” e o “rural” pareciam entrelaçadas. Se a Florianópolis da primeira metade do

---

<sup>202</sup> CHRISTAKIS, Miguel. **Entrevista**. [dez. 2011]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2011. 1 arquivo .mp3. (Criador de Avestruz, 80 anos – Jurerê).

século XX teve, nas palavras do Sr. Christakis, “uma característica especial”, a Florianópolis de finais do século XX apresenta permanências desse mundo “rural” mesmo em espaços bastante urbanizados, como é o caso do bairro de Jurerê. Na Figura 9 e na Figura 10, tiradas no referido bairro, é possível visualizar essa intrincada questão que envolve o “rural” e o “urbano”.

Figura 9 –Abrigo para gado no bairro de Jurerê na Rua João Dário de Souza



Fonte: Acervo da autora (2012)

Figura 10 – Animais pastam em terreno no bairro de Jurerê na Rua das Tainhotas



Fonte: Acervo da autora (2014)

Nas imagens da Figura 9 e da Figura 10, é possível visualizar dois terrenos, localizados no bairro de Jurerê<sup>203</sup>, parte conhecida como Jurerê Tradicional, região norte da Ilha de Santa Catarina. Na Figura 9, a foto foi tirada no ano de 2012. Naquela ocasião, os animais retratados estavam em terreno de propriedade particular, que era usado “emprestado” pelo dono dos animais (informação verbal).<sup>204</sup> Os animais possuem uma

<sup>203</sup> “A área, distante do centro 25 quilômetros e pertencente ao Distrito de Canasvieiras, era anteriormente um campo comunal e foi cedida como ressarcimento a um habitante de Florianópolis pela expropriação de suas terras próximas à cabeceira da ponte Hercílio Luz, quando de sua construção. Posteriormente este habitante veio a ser motorista de Aderbal Ramos, ex-governador do estado de Santa Catarina, a quem vendeu suas terras. Foi a própria família Ramos que em um consórcio loteou, a primeira gleba, Jurerê Nacional. Mas durante a década de 70 o restante foi vendido ao grupo Habitasul. [...] Orçado em 30 milhões de dólares, Jurerê Internacional foi planejado com o objetivo de se transformar em uma área de alto padrão, com ocupação organizada, oferta de serviços privativos, construção de hotéis e clubes.” (SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso...** p. 171-172.).

<sup>204</sup> Embora eu tenha conversado com o dono dos animais que me relatou essas informações, este não quis naquele momento gravar uma entrevista. Então, achei conveniente respeitar sua vontade e não fazer uso de seu nome. O senhor

espécie de abrigo para que fiquem recolhidos nesse terreno, localizado na Rua João Dario de Souza. Até o presente momento, novembro de 2017, os animais seguem abrigados nessa propriedade, que ainda não é sede de mais um “empreendimento”, algo bastante em evidência nas proximidades da região, sobretudo após a aprovação do novo Plano Diretor de Florianópolis, que liberou novos projetos de edificação na região. Na Figura 10, cujo registro data de 2014, os animais estão na Ruas das Tainhotas, próximo ao terreno ilustrado na Figura 9. Os animais dessa imagem estão em um empreendimento imobiliário que havia sido iniciado nesse período de tempo (2012-2014). O terreno em questão aparece com um portal à frente indicando que um empreendimento imobiliário está em andamento no local, algo bastante corriqueiro nessa parte do bairro (Jurerê Tradicional), nesses 7 anos da década de 2017. Em novembro de 2017, a foto da Rua das Tainhotas foi tirada novamente, tendo como foco o terreno usado para a pastagens de animais onde havia a “promessa” de um futuro empreendimento imobiliário. Na referida data, os animais haviam desaparecido do local, no lugar em questão um gigante empreendimento imobiliário ocupava o lugar das antigas pastagens. Como é possível observar na Figura 11, o concreto ocupou o lugar do pasto e os prédios ocuparam os espaços utilizados pelos bois.

---

que cuida dos animais informou que este terreno ainda não foi vendido em razão de uma pendência judicial por questões relativas a herança.

Figura 11 – Foto de empreendimento imobiliário na Rua das Tainhotas, em Jurerê



Fonte: Acervo da autora (2017)

Se os animais que pastavam na Rua das Tainhotas não estão mais lá, os animais da Rua João Dario de Souza permanecem abrigados pastando, ainda que circundados por empreendimentos imobiliários. Percebe-se que a circulação dos animais pelos espaços em transformação acaba por conferir outros significados aos processos de urbanização em trânsito.

“A ressignificação do rural, através da ideia de urbanidades no rural inclui uma série de representações que re-apresentam este espaço como um outro rural.”<sup>205</sup> O capitalismo reconstrói os espaços da cidade através das mudanças físicas em busca de grandes empreendimentos e da geração de lucros. Agora a constituição de territórios nas cidades não é apenas física, passa também pela ordem do simbólico, como afirma Rua ao citar os estudos teóricos de Haesbaert com relação à categoria analítica do “território”.

Então, território é algo que está relacionado a dimensões variadas, como: “[...] a simbólica-cultural, em que o território é visto, sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço[...]”<sup>206</sup> Seguindo essa premissa, pode-se inferir que, enquanto a cidade é constantemente reestruturada sob os ditames da

<sup>205</sup> RUA, João. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. p. 95.

<sup>206</sup> Ibid., p. 97.

“modernização”, os sujeitos que nela habitam constroem formas de reelaborar suas práticas “rurais”, muitas vezes tidas como fadadas ao desaparecimento diante dos fluxos da urbanização. E, dessa forma, voltando à Figura 9 e à Figura 10, a paisagem que é possível descortinar ali é certamente um espaço híbrido de “rural” e “urbano”.

Sr. Aldo Juvêncio, um aposentado de 78 anos, que já teve sua sobrevivência ancorada na agricultura e na pesca, hoje mantém uma pequena plantação no seu terreno, no bairro do Rio Tavares. Junto da plantação, uma pequena criação de galinhas. Parte do que produz acaba distribuído entre vizinhos, nas palavras do Sr. Divo da Silva, acaba distribuído “ao redor da porta”.

Nasci lá no Morro das Pedras, Lagoa do Peri, pesquei muito ali [...] meu pai morava na beira da lagoa, trabalhava na lavoura, trabalhava na lavoura desde pequeno, nós aqui era a base de uns nove filho, ele plantava mandioca, feijão, milho, plantava, tudo dava [...] banana, colhia muita banana [...] plantei muito assim que eu cheguei nas terra daqui (aqui ele se refere ao Rio Tavares), plantava muita mandioca, tinha uns 5 ou 6 engenho, tinha um perto do terminal [...] plantei muito assim que eu cheguei, o pessoal de lá fazia farinha, eu plantava feijão, depois colhia quando chegava o outro ano [...] (informação verbal).<sup>207</sup>

Na narrativa do Sr. Aldo Juvêncio, o cultivo da terra aparece em tempos sobrepostos, primeiro nas histórias de seu pai, “[...] que trabalhava na lavoura desde pequeno [...] (informação verbal)”, depois nas histórias da vida adulta, quando o entrevistado foi morar no Rio Tavares em decorrência do seu casamento. Nas suas palavras, “[...] plantei muito assim que eu cheguei nas terras daqui (informação verbal).” Ao término da realização da entrevista, Sr. Aldo conduziu a autora para conhecer seu espaço atual de cultivo e pequena criação de animais. Parte desse espaço está registrado na Figura 12 e na Figura 13, um espaço de terra atual com diferentes cultivos e um pequena criação de galinhas e perus. Muito mais do que o valor econômico dessa prática, a maioria dos entrevistados afirma que distribui para familiares e vizinhos, “[...] parece

---

<sup>207</sup> SANTOS, Aldo Juvêncio dos. **Entrevista**. [13 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (78 anos).

se sustentar no desejo de manterem um determinado modo de vida.”<sup>208</sup> Quando questionado se ainda mantinha práticas agrícolas na atualidade, Sr. Aldo conduziu a autora para seu espaço de plantio, antes afirmando: “é difícil uma casa hoje que tem um pedacinho de terra para plantar (informação verbal)”<sup>209</sup>

Figura 12 – Quintal do Sr. Aldo Juvêncio no Rio Tavares



Fonte: Acervo da autora (2015)

---

<sup>208</sup> CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 92.

<sup>209</sup> SANTOS, Aldo Juvêncio dos. **Entrevista.**

Figura 13 – Quintal do Sr. Aldo Juvêncio: à direita plantação de mandioca



Fonte: Acervo da autora (2015)

O cultivo do café também foi destacado por esse agricultor. E, se muitas imagens sobre a vida no campo são permeadas por imagens idealizadas de uma vida envolta no “bucólico”, no “idílico”, na atitude “contemplativa”, as narrativas nos trazem faces de uma vida marcada também pela “dureza” do trabalho, pelas “agruras” de um cotidiano permeado de muitas dificuldades. Sr. Aldo associou a perda da esposa ao trabalho “duro” na lavoura.

[...] café, tinha duas chácaras de café naquele matão lá em cima, mas deu café pra caramba [...] por isso que a minha mulher morreu cedo, por causa disso, porque desde nova eles já subiam este morro todo, subiu tudo para apanhar café lá em cima [...] trabalharam muito [...] muita dureza [...] traziam molho de lenha nas costas [...] ela muito apanhou café comigo [...] quando ela tava grávida do meu filho mais novo com 18 dia ela ia subi o morro para apanhar café (informação verbal).<sup>210</sup>

As imagens “idílicas” de uma vida no interior, nas palavras do Sr. Aldo, ganham tonalidades de uma vida experimentada, vida marcada

<sup>210</sup> SANTOS, Aldo Juvêncio dos. **Entrevista.**

pelas dificuldades, “traziam molho de lenha nas costas”, pelas agruras, “desde nova eles já subiam este morro todo”. O morro por ele indicado fica nos fundos da propriedade, hoje é composto por vegetação em estado de regeneração, pois está incluído no Plano Diretor como APP. A Figura 14 destaca o morro em questão.

Figura 14 – Fundos da propriedade do Sr. Aldo Juvêncio no Rio Tavares (APP)



Fonte: Acervo da autora (2015)

O café referido na narrativa do Sr. Aldo Juvêncio foi abundante na Ilha até a segunda metade do século XX. Bastante cultivado na Ilha de Santa Catarina e admirado entre os especialistas dessa bebida, o “café sombreado”<sup>211</sup> tem os seus “segredos”, como a “colheita a dedo”, seleção manual feita ainda nos galhos.

---

<sup>211</sup> “*Coffea arabica* L. tem origem nas florestas dos altiplanos da Etiópia, antiga Abissínia, e produz bem em áreas sombreadas de altitude e climas úmidos. Outra espécie, a *C. canephora* Pierre também é originária de sub-bosques africanos, mas das regiões de menor altitude, como Congo e Gana. De acordo com estudos do pesquisador Ramalho Nunes, o manejo do café que mais se assemelhe às suas condições de origem possa proporcionar os melhores resultados de qualidade. O sombreado, conduzido com a adoção de espécies para consorciamento e espaçamentos apropriados, pode proporcionar resultados satisfatórios quando comparado ao cultivo a pleno sol. Em muitas partes do mundo, em especial nas regiões próximas do

## Um pouco da história do café na Ilha:

Durante raspagem dos galhos, ao contrário, são retirados frutos ainda verdes ou em fase de maturação. O que aumentou a produtividade em detrimento do sabor apurado. Misturados, estes grãos resultam em bebida de gosto “seco e duro”. A proteção natural contra ventanias, geadas e ação direta dos raios solares proporcionada pela copa de árvores maiores é outra vantagem do café sombreado, o arábico, originário da África e introduzido pelos primeiros colonizadores, vicentistas e açorianos, a partir do século XVIII. Protegidos, os frutos crescem e amadurecem de maneira uniforme. Entre as décadas de 1940 e 50, o jovem engenheiro Glauco Olinger coordenou um dos maiores plantios, cerca de 30 mil pés, na antiga área rural onde atualmente estão o bairro Monte verde e a cidade das Abelhas, no Saco Grande. Financiado pelo extinto banco Inco (indústria e comércio), que na época era presidido por Genésio Lins e Irineu Bornhausen e gerenciado em Florianópolis por Acari Silva, o projeto previa o reflorestamento da área pertencente à própria instituição financeira, a caminho do Norte da Ilha [...]. As primeiras sementes foram coletadas em cafeeiros na lagoa da Conceição, onde eram

---

equador como Colômbia, costa Rica e Java, os cafeeiros procuraram imitar o habitat natural, à sombra. No Brasil, os primeiros produtores não sabiam como se plantava o café em outras localidades e aplicavam técnicas tradicionais da derrubada e queimada da mata em grande escala, como nas lavouras de cana-de-açúcar e algodão. Vantagens: Produção de internódios mais longos (intervalos entre as gemas do crescimento do caule); redução do número de folhas com maior tamanho; obtenção de bebida mais suave (maturação mais lenta); aumento da capacidade produtiva do cafeeiro; redução da bienalidade do produto; menor incidência da seca de ponteiros e da cercosporiose; diminuição da desfolha; baixo índice de pragas e plantas daninhas; atenuação das temperaturas máximas e mínimas do ambiente; menor incidência de escaldaduras e geadas; aproveitamento da espécie arbórea; cultivo consorciado com frutíferas (laranjas, jaboticabas, abacates) e redução da infestação de plantas; controle natural da erosão; cobertura e adubação orgânicas do solo pela compostagem lenta da palhagem.” (ROSA, Edson da. Os últimos cafezais. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis. 20 e 21 set. 2014.).

abundantes as plantações de café sombreado, eram recolhidos os melhores frutos, maduros e vermelhos, que depois de esmagados entre os dedos eram mergulhados em fraca mistura de água com calcário e secados à sombra e plantados em terreno com adubação orgânica [...].

Moeda corrente na época em que a alimentação era toda produzida nas próprias chácaras, o café era pagamento das demais despesas domésticas [...] Era tanto café na Ilha [...] que sobrava para o mercado externo, inclusive para a Europa. Na década de 40 [...] o empresário Ernesto Riggenschach exportou três toneladas do café sombreado local para a Suíça [...] as plantações começaram a desaparecer na década de 1960 após lançamento do programa de erradicação do governo federal. Com a criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café), a produção familiar perdeu importância no Brasil, e em Florianópolis restaram pequenos cafeeiros para consumo doméstico [...]. Em Vargem Pequena, Rationes, Barra do Sambaqui, Santo Antônio e Cachoeira do Bom Jesus, resquícios de cafeeiros são fragmentos florestais e da cultura tradicional da cidade em meio a prédios, condomínios e casa, quase todas sem quintal.<sup>212</sup>

Esses fragmentos florestais a que se refere Rosa estão presentes nos quintais de muitos moradores dessas regiões, que em meados do século passado já foram um mar de café. Recentemente, um projeto desenvolvido pelo Centro Cultural Engenho dos Andrade e contemplado com o edital do Concurso Elizabete Anderle, da Fundação Catarinense de Cultura, intitulado “Cantares e Saberes – Inventário do Patrimônio Imaterial de Santo Antônio de Lisboa”, que inclui Sambaqui e Cacupé, entrevistou 22 moradores das localidades. Nessas entrevistas, os moradores puderam construir suas narrativas sobre suas memórias referentes aos fazeres e saberes de uma vida ligada ao trabalho na terra e na pesca. Uma das partes do projeto consistiu em promover oficinas, que funcionavam junto a um projeto extraclasse da turma do sexto ano da Escola Básica Municipal Paulo Fontes, em que as crianças tinham a presença de moradores que lhes apresentam antigas práticas conhecidas

---

<sup>212</sup> ROSA, Edson da. Os últimos cafezais. p. 16-17.

na comunidade. Entre as oficinas, a aposentada Rosinha dos Santos Cruz (79 anos) apresentava às crianças etapas do processo artesanal de moagem e torrefação do café sombreado. Em outra, o Sr. Manoel Ireño Quirino, “Seu” Mané Ireño (86 anos), ensinava às crianças as etapas de confecção artesanal dos tipitis<sup>213</sup>, balaies e peneiras, bastante usados nos engenhos. O resultado do trabalho foi publicado em livro e vídeo, ambos receberam o nome do projeto. Durante as oficinas, Sra. Rosinha cantarola as canções que no passado “animavam” as colheitas do café sombreado.

Sra. Sueli Maria da Silva, moradora da Vargem Pequena, fala sobre o café:

O pilão era da minha avó, e a mãe também chegou a usar enquanto tivemos cafezeiro no quintal da casa. Estava todo descascado, jogado na rua, mas meu marido recuperou com verniz e ficou bonito. Agora é objeto de decoração que nos faz lembrar dos tempos de infância. Lá fora restam um ou outro pé de café, acabou tudo (informação verbal).<sup>214</sup>

Nesse fragmento, um aspecto chama a atenção: o pilão, objeto presente nas casas onde se produzia café artesanalmente. Ele tem seu uso deslocado de função, deixa de ser um artefato para o “trabalho” e torna-se objeto de “decoração”, objeto este que remete a uma memória, ou, a variadas memórias de uma época, época que insiste em ser ressignificada pelos moradores das antigas áreas “rurais” da Ilha.

A prática de manter uma horta nos quintais tem ganhado espaço nos terrenos “urbanos”. Entrevistas realizadas com agricultores de duas localidades do Rio Grande do Sul, entre os meses de junho a setembro de

---

<sup>213</sup> “Os balaies eram feitos de cipós, principalmente o são João, catinga e alho [...]. O cipó laranjeira também era usado, mas demandava algum trabalho [...]. Já o Cipó chibata precisa ficar curtindo na água por trinta dias [...]. O tipiti resulta de um trançado de taquaras (bambus), usados nas prensas. A peneira também é produzida com filete de bambus. Os melhores são os que recebem luz solar direta e regularmente. (MARTINS, Celso. **O tempo da farinha**: Projeto Cantares e Saberes – Inventário do Patrimônio Imaterial de Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis: Insular, 2014. p. 15.).

<sup>214</sup> SILVA, Maria Sueli da. Entrevista. [set. 2014]. Entrevistador: Edson Rosa. In: ROSA, Edson. Os últimos cafezais. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 e 21 set. 2014.

2000, realizadas pela antropóloga Renata Menasche<sup>215</sup>, mostrou que a grande maioria daqueles indivíduos fizeram ou ainda fazem uso de agrotóxicos. Interessante observar que, analisando a questão dos gêneros, a autora destaca que a aplicação dos agrotóxicos nas regiões pesquisadas é talvez a única atividade que não envolve as mulheres. Estas aparecem envolvidas com outras etapas do trabalho na lavoura e, em especial, com a organização das hortas.

As hortas são destinadas ao consumo das famílias, portanto, uma atividade da casa que, numa perspectiva de papéis ditos femininos, ficaria condizente com a presença das mulheres. Nelas, a utilização de agrotóxicos é inexistente, outras alternativas, como o uso de cinzas ou fumo, ou ainda, iscas para as formigas, parecem soluções para a produção de algo que vai para a mesa das famílias e que parece agradar, nos últimos anos, um grupo de consumidores cada vez maior. Hoje, a procura pelos alimentos produzidos sem a presença de insumos químicos, fertilizantes ou herbicidas, ajuda a sustentar a economia de agricultores que não vivem mais exclusivamente da terra.

Dona Terezinha Schmidtz, migrante do município de Vidal Ramos e moradora do bairro da Vargem Grande, gosta de dizer que não usa nenhum tipo de veneno. Como relata a Sra. Terezinha: “[...] uma vez eu comprei 16 caixas de carcalho do meu dinheiro, botei aí na roça para plantar e não adiantou de nada, cresceu do mesmo jeito... não adiantou de nada... eu não botava nem um pinguinho de veneno na minha horta... as formiga eu matava, comprava um veneninho que eles carregam para o ninho... (informação verbal).”<sup>216</sup> No entendimento de Terezinha Schmidtz, o veneno que ela coloca para as formigas não retira de sua produção a característica dos cultivos que não recebem fertilizantes ou herbicidas. Esse debate sobre o que pode ser considerado produção orgânica será feito mais adiante. Aqui, o que cabe destacar é uma preocupação com as práticas de manejo que tem orientado pessoas cujas vidas já estiveram vinculadas a um passado rural e ao uso de insumos sintéticos e que, nos cultivos atuais, têm buscado reorganizar suas práticas e formas de produzir alimentos. Essas novas práticas, que priorizam a não utilização de fertilizantes e herbicidas nas plantações, por ela bastante

---

<sup>215</sup> MENASCHE, Renata. Capinar: Verbo Conjugado no Feminino? Notas de pesquisa sobre Gênero e Percepções de risco na Agricultura Familiar. **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**, n. 11, v. 5, jul./set. 2004.

<sup>216</sup> SCHIMDTZ, Terezinha. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Vargem Pequena).

ênfatisada durante nossa conversa, parece agradecer moradores das regiões vizinhas, como aparece na sua fala: “[...] o pessoal vinha comprar de todo lado, Jurerê, lá do Hospital infantil, dos Ingleses, de Canasvieiras [...] (informação verbal).”<sup>217</sup> A questão ambiental parece reorientar o olhar para o meio rural, a reivindicação em prol de uma alimentação mais saudável se alia às campanhas ecológicas para preservação do meio ambiente.<sup>218</sup>

Dessa forma, o trabalho de pessoas como Sr. Edir Alves, 69 anos, ex-pescador, que trocou a Praia do Forte pela terra fértil do Ratonés, pode trazer oportunidades novas de sobrevivência para a família deste a partir da produção da agricultura orgânica. Em matéria publicada no jornal Notícias do Dia, a história deste agricultor é referenciada:

Hoje, as mãos calejadas do homem de pouca conversa produzem alface (crespa e americana), cebolinha verde, salsa, rúcula, rabanete, cenoura, repolho “e o que mais a terra dá”. Cultivados exclusivamente com adubo orgânico (esterco de galinha e bovino, do próprio sítio), a safra dele abastece as gôndolas do supermercado Três Irmãos, em Jurerê. “A produção sem agrotóxicos conquista clientela, não agride o ambiente e agrega valor,” justifica Edir, enquanto faz o controle manual de ervas daninhas nos canteiros de alface.<sup>219</sup>

Fica nítida a clareza que este senhor tem em relação à valorização que a produção de orgânicos está tendo na atualidade. Além de garantir a sobrevivência de seus familiares, essa atividade tem permitido que o Sr. Edir permaneça vinculado às experiências “rurais” e consiga, ainda, tirar benefícios econômicos de uma atividade tida como fadada a desaparecer, nesta Ilha cada vez mais “urbana”.

Ainda que, nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, tenha ficado claro que cultivar a terra, através do cultivo da mandioca, do milho, da cana ou das hortas urbanas, seja hoje atividade secundária para muitas famílias que a praticam, foi destacada nas falas dos entrevistados a importância, segundo estes, da manutenção de uma prática que é

---

<sup>217</sup> SCHIMDTZ, Terezinha. **Entrevista**.

<sup>218</sup> CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 32.

<sup>219</sup> ROSA, Edson. Moderno e antigo em Ratonés. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 9 e 10 jun. 2012.

reconhecida por eles como parte integrante de suas vidas. Esses grupos têm nas suas histórias de plantio um passado ligado a um mundo rural e agrícola.

Mesmo “encurralada pelas construções”, a presença de cultivos agrícolas, através das roças de mandioca, na Florianópolis contemporânea, trouxe à tona as múltiplas facetas que se apresentam diante dos processos de ocupação e usos da terra. Se, nas antigas comunidades rurais do interior da Ilha, a terra era utilizada como espaço de produção, subsistência e caminhos para os carros de boi, na segunda metade do século XX e princípios do século XXI, o cultivo da mandioca aparece em diferentes pontos da Ilha e tem servido como matéria-prima para a produção da farinha de mandioca. Esta, produzida ainda de forma artesanal, tem sido um dos elementos de ressignificação de um “rural” que se acreditava soterrado sob o asfalto e a lajota. Também, a revalorização das formas de cultivo do café sombreado, através de projetos como o “Saberes e Cantares”, e a expansão das pequenas hortas urbanas podem ser pensadas como faces dessas ruralidades contemporâneas.

Todas essas evidências mostram quanto o “rural” e o “urbano” desaparecem como realidades físicas e estáticas e reaparecem como fluxos contínuos de realidades intercambiáveis.

Novos territórios são construídos, territórios híbridos...

## 2.3 REINVENTANDO O RURAL: AS CARREATAS E FARINHADAS

*Carro de boi  
Carro de boi  
O teu senhor de engenho  
Pra onde ele foi*

*A eternidade há muito tempo o chamou  
A casa grande suas portas já fechou  
Até o engenho o tempo desgastou  
E o meu cantar em pranto se tornou<sup>220</sup>*

A música *Carro de boi* foi o tema escolhido para a abertura do desfile de carros de boi da Décima Segunda Carreata do Divino ocorrida em ocasião da Festa do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Necessidades em Santo Antônio de Lisboa. Eram aproximadamente

---

<sup>220</sup> Música de Franklin Cascaes, Marcelo e Alisson, interpretada pelo grupo Engenho.

18:00 do dia 31 de agosto de 2013. A Igreja localizada na Rua Cônego Serpa estava profusamente iluminada. Fogos de artifício anunciavam a abertura oficial dos festejos, que fora acompanhada pelo hasteamento das bandeiras no pátio da Igreja e pela execução do hino nacional.

Pelas caixas de som espalhadas nos arredores da praça puderam-se ouvir as orientações para que a comunidade estivesse preparada para o desfile dos carros de boi. O locutor explicava que as pessoas deveriam ficar nas laterais da rua para que o espaço estivesse livre para a passagem dos carros de boi com seus carreiros e familiares. Frisou que os animais eram mansos, mas que era necessário ter cautela. Comunicou que ao som da música *Carro de boi*, os carreiros passariam todos pelo corredor formado pela população que se acumulava nas margens da estreita rua. Em seguida, voltariam um a um, passando lentamente pela comissão julgadora que então poderia aferir suas notas quanto a três critérios: junta de bois, alegoria e conjunto. O então apresentador, de forma entusiasmada, proferiu palavras ressaltando a importância do que estava acontecendo naquele momento, em especial, a possibilidade de que as famílias e os convidados ali presentes pudessem conhecer um pouco de uma história que, segundo este, está ameaçada de desaparecer. Ainda nas palavras de abertura, explicou que aquela carreata conta uma história de agricultores, plantadores de mandioca, que hoje se veem impossibilitados de plantar, criar seus animais, sair com seus carros de boi, pois o crescimento da cidade nos últimos tempos impediu tais práticas. E complementa, afirmando que a causa disso tudo estava na expansão dos loteamentos, na especulação imobiliária e no crescimento de um mundo urbano que avança cada vez mais em direção às áreas que outrora tiveram seus moldes de vida pautados na ruralidade.<sup>221</sup>

A situação descrita remete à história de uma cidade que foi constituída com tonalidades do que poderíamos chamar de mundo “rural”. A Ilha de Santa Catarina, como já foi mencionado no primeiro item deste capítulo, estava localizada no caminho entre o porto do Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento, no Uruguai. Essa posição a colocava no centro das disputas entre os portugueses e os espanhóis pelo controle das áreas que davam acesso ao estuário da bacia platina e aos caminhos que levavam às riquezas do continente americano. Entre as estratégias da metrópole portuguesa, destacou-se o incentivo para a vinda de aproximadamente seis mil imigrantes das ilhas de Açores e Madeira. As

---

<sup>221</sup> Este relato é feito com base em: DISCURSO de abertura da Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo. Florianópolis, 31 ago. 2013. 1 arquivo .mp3. Acervo pessoal.

terras da ilha de Santa Catarina não possuíam as mesmas características de fertilidade dos solos vulcânicos dos Açores. A mandioca se tornaria a base alimentar da Ilha. Dentre outras atividades que surgiram nesse contexto estavam a construção naval, as técnicas de construção de engenho, de carros de boi, a olaria de cerâmica decorativa e utilitária, a renda de bilro, a manufatura de tecidos, a pesca e a caça da baleia. Dos lugarejos que se formaram no interior da Ilha, como Santo Antônio, Ratonés e Lagoa da Conceição, os habitantes sobreviviam da roça e pesca, do cultivo da mandioca, seguido de cana-de-açúcar, amendoim, milho, café. Assim, construíam engenhos de farinha e moendas de cana, onde se fabricava o açúcar, o melado e a cachaça, e onde se criavam animais.<sup>222</sup>

O trabalho na lavoura tinha a presença dos carros de boi. Como nos indicava Virgílio Várzea:

Não obstante, o carro de boi há de permanecer sempre ao lado de todos como o veículo rural por excelência, tanto entre as nações mais adiantadas como entre as que o não forem, porquanto ainda agora o vemos por toda parte (e principalmente no Brasil) rolar, chiando no seu eixo, em meio ás culturas e aos campos, nas ocupações da pequena lavoura.<sup>223</sup>

Do trabalho na lavoura, da subida aos morros para trazer mandioca ou lenha, os carros de boi reaparecem deslocados, em parte, de sua função econômica. Eles surgem diante de um “rural” reelaborado. Estes ocupam as ruas em um desfile que reúne os atuais donos de carros de boi, seus familiares, membros da comunidade e visitantes em geral.

De volta ao palco do citado desfile dos carros de boi, este aconteceu em uma das ruas principais do atual bairro de Santo Antônio de Lisboa, que no passado fora a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades – criada pelo marquês de Pombal em 1750 – e que teve na agricultura familiar, no minifúndio e no uso de áreas comunais<sup>224</sup> suas características marcantes. Em que momento então se pode pensar nas mudanças que, em última instância, deixariam o apresentador da festa preocupado com a “ameaça” de extinção destas práticas – aqui destacado

---

<sup>222</sup> CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECCA). **Uma cidade numa ilha...** p. 42-49.

<sup>223</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina:** a Ilha. p. 199.

<sup>224</sup> Sobre a discussão em torno das intituladas terras comunais confira: CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.**

o uso dos carros de boi –, de uma vida ligada ao “rural”, pela expansão do mundo intitulado “urbano”?

A década de 1970 é o momento de grandes transformações. As transformações urbanas daí advindas privilegiavam o setor de transportes e a expansão industrial. Cabe destacar a construção da Rodovia SC-401, que liga o núcleo urbano central aos balneários do norte da Ilha, a Rodovia SC-404, a via de Contorno Norte (Avenida Beira-Mar Norte), a construção do aterro da Baía Sul, a inauguração da segunda ponte (Colombo Salles), a implantação do *campus* da UFSC, atraindo estudantes e intelectuais de diferentes partes do Brasil. Nesse quesito, destacou-se também o papel da Eletrosul, atraindo engenheiros e outros profissionais para a Ilha. As mudanças atreladas às campanhas de transformação da cidade em espaço de modernidade atraíram novos migrantes, que aos poucos irão transformar as facetas sociais, econômicas e culturais da cidade. Os anos 1970 trouxeram no seu bojo uma série de discursos que vislumbravam transformar Florianópolis em uma cidade moderna, turística e, sobretudo, “urbana”, não mais “rural”.

A imagem dos campos, das freguesias, dos engenhos de farinha, dos cafezais, da pescaria artesanal, deveria ser superada em nome da cidade moderna. O processo modernizante desencadeou transformações não só na paisagem, mas fundamentalmente no viver dos antigos moradores.<sup>225</sup>

Essas transformações são percebidas de diferentes formas pelos antigos moradores das áreas, que vivenciaram as mudanças da urbanização mais fortemente a partir da década de 1970, como as questões que aparecem no relato a seguir.

Não, eu não acho que é bom, apesar que desenvolve o progresso da Ilha de Santa Catarina né, do município, mas pra nós que somos morador, do jeito que cresceu, olha ficou muito difícil. Porque hoje não tem espaço para mais nada né, a ilha hoje foi tomada né, por todo o pessoal que viero de fora aí, exploraram a Ilha e não deixaram nada aí pra nós(..) pessoas que tem cavalo e animais aí que dependem de andar ficou muito

---

<sup>225</sup> CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. p. 70-71.

difícil né, porque hoje é em cima de lajota, hoje não tem espaço pra mais nada, hoje não pode o carro de boi cantar que todo mundo acha ruim [...] (informação verbal).<sup>226</sup>

Sr. José Zeno de Andrade, morador de Santo Antônio de Lisboa, deixa aparecer através da sua fala um olhar que, ao mesmo tempo em que reconhece no “progresso” algo positivo, também o identifica como causador das dificuldades vividas atualmente pelos moradores mais antigos da região. Nas palavras deste, o calçamento das ruas, identificado na referência à lajota, representa uma dificuldade para aqueles que usam como transporte meios que se utilizam de animais. A Ilha aparece “invadida” na percepção do Sr. José, a Ilha “foi tomada”, diz ele. Para os novos moradores, vindos de outros centros urbanos, surge um estranhamento em relação às práticas ligadas ao modo de vida rural, como é o caso do uso dos carros de boi e o “cantar” característico dessa prática.

São perceptíveis, por aqueles que hoje percorrem os bairros de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, as marcas trazidas pelas reformas urbanas empreendidas desde então. A cidade de concreto avançou, as ruas estreitas dos bairros em questão foram calçadas com lajotas ou mesmo asfalto, mas o velho carro de boi segue como parte integrante daquele contexto. O urbano que avança parece sufocar o rural ou mesmo apagar suas marcas. Agora, um olhar mais atento mostra que esse rural insiste em permanecer, este se transforma, promove trocas com o mundo intitulado urbano, reinventa-se dentro de um urbano que parece querer engoli-lo. A (re)emergência dos encontros dos carreiros na Ilha e a organização das carreatas em Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui e Rio Vermelho, que percorrem ruas e integram festividades da Ilha, mostram que a questão é muito mais complexa do que meramente expunha a velha dualidade que interpretava o urbano e o rural como realidades antagônicas e excludentes. A presença dos carros de boi nas ruas, os concursos, as organizações das carreatas trazem à tona as permanências, os conflitos, as tensões de uma Ilha que vivenciou um intenso processo de urbanização, mas que, ao contrário do que pensa o senso comum, insiste em redesenhar os limites entre o que é rural e o que é urbano.

---

<sup>226</sup> ANDRADE, José Zeno de. **Entrevista**. [28 jul. 2013]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2013. 1 arquivo .mp3. (Plantador de mandioca – Santo Antônio de Lisboa).

A proximidade cada vez maior entre os mundos rural e urbano na Ilha de Santa Catarina não está conduzindo a um esfacelamento das experiências de ruralidade. As trocas cada vez mais intensas têm sido responsáveis pela emergência de ruralidades transformadas e ressignificadas. Os encontros promovidos pelos donos dos carros de boi das localidades de Santo Antônio, Sambaqui e Rio Vermelho colocam em evidência essa questão.

Figura 15 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (1)



Fonte: Acervo da autora (2013)

Figura 16 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (2)



Fonte: Acervo da autora (2013)

Figura 17 – Terceiro Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (3)



Fonte: Acervo da autora (2013)

As imagens referidas na Figura 15, na Figura 16 e na Figura 17 evidenciam o terceiro Encontro dos Carreiros ocorrido em Santo Antônio de Lisboa em outubro de 2013. Este texto busca contemplar duas festas

promovidas dentro dessas comunidades em que os carros de boi são elementos fundamentais nas dinâmicas desses grupos e desses festejos. A primeira é a Festa do Divino Espírito Santo, realizada no bairro de Santo Antônio de Lisboa entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro. A segunda é o terceiro Encontro dos Carreiros das localidades de Santo Antônio, Sambaqui e Rio Vermelho, ocorrido no dia 12 de outubro de 2013 e organizado pelos donos dos carros de boi e seus familiares, juntamente com o apoio de algumas lideranças da Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa (AMSAL).

O livro *Festas de carros de boi* apresenta uma pesquisa que buscou apontar a presença desse festejo em diferentes momentos da história do Brasil. Traz ainda uma caracterização das práticas presentes nesses momentos, traça uma radiografia da presença desses festejos em diferentes lugares do Brasil atual. De acordo com o autor do referido trabalho, nas festas de carros de boi os participantes se encontram num ambiente onde a cooperação, a amizade e o respeito se fazem presentes, há um esforço, nas palavras do autor, para a “preservação de uma cultura que quase foi extinta”.<sup>227</sup> “Nelas, tem-se boa comida, prazeres e diversões variadas; abolição temporária da hierarquia e do *status* social, ou seja, nelas se festeja o coletivo, a tradição e não o individualismo e o artificialismo da sociedade contemporânea.”<sup>228</sup> Nesse sentido o autor defende ainda que, na contemporaneidade, o uso dos carros de boi saiu da esfera do trabalho para inserir-se na esfera do festejar.

Festa é sem dúvida um termo polissêmico. Norberto Luiz Guarinello faz considerações muito pertinentes para o uso de análises historiográficas que busquem tratar das relações existentes entre festa, trabalho e cotidiano. A festa, para esse autor, é espaço de produção de certa “[...] identidade que é dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e que, portanto, se inscreve na memória coletiva.”<sup>229</sup> Mas ressalta ainda que, se as festas produzem identidade, são, na verdade, identidades em diferentes formas. E, ainda, dizer que a festa produz identidade não significa afirmar que esteja inserida em algo que é homogêneo, marcado pelo consenso. Ao contrário, a festa ao mesmo

---

<sup>227</sup> CORRÊA, Rogério. **Festas de carros de boi**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2013. p. 21.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>229</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Org.) **Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2001. v. II. p. 972.

tempo em que é parte do social, é capaz de trazer à tona seus conflitos, suas tensões, suas fissuras.

As festas podem comportar uma multiplicidade de sentidos, podem ser lidas de formas distintas por segmentos distintos, podem representar uma tentativa de tentar impor certa identidade. Mas o fato importante aqui é que “[...] nenhuma festa pode, assim, ser entendida plenamente dentro de si mesma, mas devem ser inscritas na cadeia de significados que as festas produzem [...]”.<sup>230</sup>

Uma das manifestações aqui apresentadas em Florianópolis, a Divina Carreata, está inserida no contexto de uma festa comemorada na Ilha e também em outros lugares do Brasil, a Festa do Divino Espírito Santo. A intenção desta análise não é discutir a festa do Divino em si mesma, mas, os significados dos desfiles de carros de boi nesse contexto. De volta ao início deste capítulo, trago mais uma vez a fala do apresentador da Décima Segunda Carreata do Divino:

[...] estes que fazem parte do cotidiano do Ilhéu, com a lida das roças, a lida dos engenhos, né, os donos de carros de boi engrandecem os festejos do Divino e fortalecem a cultura do manezinho, esse manezinho, esse manezinho do interior da Ilha, da lavoura, que vivia de sua agricultura de subsistência [...].<sup>231</sup>

Sua fala é repleta de sentidos, os donos de carros de boi são, nesse momento, identificados com a “cultura do manezinho”, que, pelo trabalho nas roças, nos engenhos, “engrandecem os festejos do Divino”. Na sequência, como já foi dito no início do texto, este mesmo locutor fala do avanço da cidade sobre o “rural” como uma “ameaça”; reafirma, então, a importância dos carros de boi e seus carreiros na manutenção de uma identidade almejada. Fortalecer a “cultura do manezinho” pode, dessa maneira, ser lido de diferentes maneiras. A questão da “identidade açoriana” já foi abordada por diversos autores. A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, em seu estudo sobre a Farra do Boi, mostra o momento em que a questão da açorianidade ganha uma nova dimensão. No contexto da realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em 1948, tem-se a construção de uma nova

---

<sup>230</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Org.) **Festa...** p. 974.

<sup>231</sup> DISCURSO de abertura da Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo.

narrativa que buscou perceber os açorianos, seus descendentes e suas características culturais de uma forma positiva. Anteriormente a esse momento histórico, existiam imagens que os associavam à tristeza, à indolência e ao atraso. Maria B. Ramos chama a atenção para o momento em que se trava uma disputa simbólica entre a identificação de Santa Catarina como um estado portador da contribuição cultural dos açorianos e, de outro lado, um estado identificado com a colonização germânica.

Num momento em que áreas com a presença da colonização germânica experimentavam certo crescimento do ponto de vista material, o “fracasso” do projeto agrícola açoriano era compensado pelo triunfo de seus aspectos culturais.<sup>232</sup> Ampliando esse debate, Reinaldo Lohn diz que: “o homem do litoral”, até então visto como indolente e vítima das contingências do meio natural, como expresso na obra de Othon d’Eça, passava a ser, o “açoriano”, portador das virtudes mais nobres.<sup>233</sup>

A partir da década de 1980 do século XX, entra em cena a figura do “manezinho”. Este era identificado como nativo da Ilha, descendente de origem açoriana, que se caracterizava pelo linguajar rápido, pela relação com o mar, com a pesca, que curte Terno de Reis, Festa do Divino e a Farra do Boi.<sup>234</sup>

A criação do troféu Manezinho da Ilha por Aldório Simões traz à tona esse momento em que o “mané”, adjetivo pejorativo, torna-se o “mané”, portador de uma “identidade cultural” de um povo. Ainda que possamos afirmar que não existe uma “identidade açoriana”, entende-se que a afirmação de uma “identidade manezinha” nos desfiles de carros de boi é uma forma de demarcar fronteiras no território cultural. Assim, se os condomínios e loteamentos caracterizam uma perda de território para os moradores mais antigos dessas antigas freguesias da Ilha, se existe uma desterritorialização física, a (re)emergência dos desfiles de carros de boi pelas ruas e festas de Santo Antônio servem como uma reterritorialização. Como nos diz Tomlinson, “[...] a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo.”<sup>235</sup>

---

<sup>232</sup> SCHROEDER, Adriane. **Histórias de engenho**: os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis – tradição, modernidade, representações. Joinville: Ed. UNIVILLE, 2007. p. 53-54.

<sup>233</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro...** f. 128.

<sup>234</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2000. p. 155-156.

<sup>235</sup> TOMLINSON, John. **Globalization and culture**. Chicago: Chicago University Press, 1999. p. 149.

Dessa maneira, o desfile dos carros de boi emerge num contexto em que se busca reafirmar a presença do “rural” em meio à expansão “urbana”. Os carros de boi assumem o papel de protagonistas do festejo durante o desfile, transmutam-se de elementos de uma vida normalmente marcada pelo trabalho árduo para elementos de um momento lúdico, de encontro e troca de sociabilidades.

O desfile da Divina Carreata apresenta ainda um concurso que, entre outros aspectos, escolhe o carro de boi que vier com a melhor alegoria. Os carros apresentam-se um a um, e os carreiros, responsáveis por conduzir os bois, são apresentados pelo nome. Os animais também são apresentados de acordo com seus respectivos nomes. E as alegorias são tão variadas que vão desde grandes laçarotes colocados nas cabeças dos animais até pedaços de fitas coloridas amarradas na parte de trás do carro. Mulheres, crianças, familiares em geral vêm em cima dos carros de boi. Elemento fundamental é a camiseta feita especialmente para este momento, que traz estampada na parte da frente a foto de um carreiro e seu carro de boi. Cada ano é escolhido um carreiro diferente a quem se quer homenagear. Todo o desfile é acompanhado pelos moradores ali presentes, pelos visitantes, pelos comerciantes do lugar, mas também por um cinegrafista que prepara as imagens do desfile, que depois serão exibidas em um programa chamado Histórias do Fausto. Na Figura 18 e na Figura 19 constam fotografias do desfile de carros de boi durante o concurso promovido pela referida festa.

Figura 18 – Desfile de carros de boi durante concurso promovido pela Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo: Florianópolis, agosto-setembro de 2013 (1)



Fonte: Acervo da autora (2013)

Figura 19 – Desfile de carros de boi durante concurso promovido pela Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo: Florianópolis, agosto-setembro de 2013 (2)



Fonte: Acervo da autora (2013)

Um dos carros premiados no concurso da Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo trazia no seu interior uma senhora fazendo renda de bilro. Note-se que essa é uma prática artesanal de produção de renda realizada pelas mulheres das regiões do interior da Ilha, considerada como característica da “cultura açoriana”.

O “açorianismo” aparece reelaborado, sob as marcas de um “rural” que se quer exaltar. Aqui, o “rural” é elemento que simbolicamente é reinventado por aqueles que vivem hoje uma contemporaneidade em que o “rural” e o “urbano” estão cada vez mais intercambiáveis e complicados de demarcar. Estão borrados como em um desenho cujas bordas tornam-se imperceptíveis. José Marcos Froehlich afirma que o “rural”, “[...] ao se tornar suporte de um imaginário e de práticas de re colocação na

atualidade, torna-se substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas [...].”<sup>236</sup> E vai além, ao dizer que:

Como estratégia de projeção dessa cultura identitária, recorre-se facilmente à estetização e a espetacularização, produzindo-se aí ecléticas composições. E, nesse âmbito, os simulacros constituem-se dinamizadores da atratividade mediante a recriação da “aura de autenticidade” com a qual se envolvem os objetos, as encenações e os eventos que compõem a referida estratégia... Nesse processo, não só as configurações socioespaciais se tornam híbridas como também as identidades aí construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente... As identidades assim construídas estão em permanente (re)elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multirreferenciadas.<sup>237</sup>

Os carros de boi como elementos de identificação de uma vida rural aparecem no desfile como referências de “identidades fluidas, híbridas e multirreferenciadas”, ora como aporte ao trabalho na agricultura, ora como signo de uma “cultura” que se quer manter viva, ora como referência à “açorianidade”, exemplificada pela presença da rendeira. Os carros de boi já não são mais elementos unicamente identificadores dos seus usos no trabalho agrícola. Trazê-los para as ruas, enfeitá-los, promover um concurso, integrá-los à Festa do Divino Espírito Santo, sem dúvida, é parte das ruralidades contemporâneas, que, ao contrário de desaparecer, estão sendo reelaboradas.

Cláudio Agenor de Andrade, carreiro, dono de engenho e presidente da AMSAL, fala sobre o desfile dos carros de boi:

[...] uma porque as pessoas se confraternizam e tem prazer de estar aqui se confraternizando neste dia, mas ela tem esse cunho de conscientizar as pessoas da importância de suas histórias, de sua

---

<sup>236</sup> FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 222.

<sup>237</sup> Ibid., p. 222.

cultura e principalmente de abrir os olhos em relação a este fato.<sup>238</sup>

Aqui se torna evidente a importância dada a esse tipo de prática como espaço de troca, de sociabilidade, de compartilhamento de experiências e, sobretudo, de pertencimento a uma determinada “cultura” que se quer valorizar. Nas palavras de Cláudio, as carreatas têm cunho de “conscientizar”, de “abrir os olhos” para o que está ali sendo visto. “Em nosso tempo, é uma ilusão pensar a cultura em bloco, pretendendo homogeneização, pois ela encerra diferenças significativas.”<sup>239</sup>

Mesmo entendendo que a cultura é algo multifacetário, as palavras do entrevistado pareciam indicar, em primeiro lugar, a ideia de que existe uma “cultura açoriana” e, em segundo lugar, que está cada vez mais ameaçada pelo crescimento da cidade. A realização de encontros envolvendo os carros de boi poderiam, segundo Cláudio, servir como estratégia para impedir que essa manifestação da “cultura do açoriano” – diretamente identificada com a “cultura do Ilhéu” – desapareça em meio às “ameaças” representadas pela urbanização e pela chegada de novos moradores, com novos e diferentes hábitos. Márcia Fantin fez um estudo sobre Florianópolis, em que abordou as tensões existentes na Ilha a partir da chegada dos migrantes vindos de outros centros do país. A autora percebe os conflitos surgidos do “encontro” entre os “nativos”, aqueles que nasceram na Ilha e são considerados herdeiros de uma suposta “tradição”, com os “estrangeiros”, aqueles que vieram “de fora” e escolheram Florianópolis para morar. “Viver uma cidade é uma experiência que traduz múltiplos significados para os diferentes grupos e pessoas que compartilham a vida na cidade.”<sup>240</sup>

O segundo momento de encontro envolvendo os carros de boi é uma prática organizada pelos carreiros, familiares e moradores dos bairros de Sambaqui, Santo Antônio e Rio Vermelho. O objetivo é promover uma “confraternização entre as famílias” de acordo com relatos dos próprios envolvidos. É o que eles chamam de “Encontro dos Carreiros”. O Terceiro Encontro dos Carreiros aconteceu no dia 12 de outubro de 2013, envolvendo os carreiros de Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa. Um dos organizadores do evento, Cláudio Agenor de Andrade, explicou como surgiu a Festa dos Carreiros:

---

<sup>238</sup> ANDRADE, Cláudio Agenor de. **Entrevista**.

<sup>239</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi**... p. 55.

<sup>240</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**... p. 42.

[...] a gente começou assim de forma muito modesta, muito discreta com a festa do Divino em dois mil e...as histórias do desfile de andar em carreta com o carro de boi surgiu na Festa do Divino em 2002 né, com a Carreta do Divino Espírito Santo que acabou estimulando outras comunidades também a fazer seus desfiles de carros de boi, suas carreatas. E hoje, esse evento, ele acabou derivando para a Festa do carreiro, que aí ela não tá elencada com nenhuma programação extra, tipo festa do Divino, ela é genuinamente dos carreiros, esta é a terceira edição.<sup>241</sup>

A importância da realização do Terceiro Encontro dos Carreiros dentro do momento que vivia a Ilha, quando a Câmara de Vereadores (re)começava a discutir o projeto para um novo Plano Diretor para a cidade, foi também ressaltada pelo entrevistado. Este destacou a participação dos moradores nos debates do novo plano com o objetivo de garantir o direito que eles pensam como justo receber, para continuar plantando mandioca em uma área de APP e acessando o local por um antigo caminho das rotas comerciais da Ilha. Hoje, esse mesmo caminho encontra-se dentro de um condomínio particular, cujos moradores foram apontados como “dificultadores” dessa passagem, sob a alegação de que os animais trazem mau cheiro e que os carros de boi fazem barulho que os perturba. São as tensões que surgem em meio a uma discussão que não pode ser colocada de lado: qual a cidade que queremos? Para a produção dessas reflexões foi crucial o uso da metodologia da história oral. A história oral e as memórias, como nos lembra Portelli, abre um campo de possibilidades, abre um esquema de experiências compartilhadas, reais ou imaginárias.<sup>242</sup>

Essas experiências narradas a partir das memórias possibilitam ao pesquisador vislumbrar a construção de uma história que traz como agentes as pessoas comuns, constituintes do grande enredo das sociedades, mas muitas vezes esquecidas nos bastidores da vida cotidiana. Henri Bergson trata da memória como uma ação subjetiva, ela está presa ao sujeito que, através de um processo constante de reelaboração, evoca o passado que chega ao presente não como o real, mas como uma representação.

---

<sup>241</sup> ANDRADE, Cláudio Agenor de. **Entrevista.**

<sup>242</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos... p. 8.

Para esse autor, não há memória pura, não fazemos uma regressão ao passado, ao contrário, o evocamos pelo presente. Nesse sentido, a memória é processo em constante construção, por vezes manifestada explicitamente, por outras ocultada, a expressão da memória através da lembrança não é processo linear e apresenta-se marcada por tensões. Os entrevistados desta pesquisa possibilitaram vislumbrar outra Florianópolis, uma cidade vivida e experimentada de diferentes formas. Uma cidade onde as fronteiras entre o que é considerado “urbano” e “rural” encontram-se fluidas, cada vez mais difíceis de demarcar no universo espaço-temporal. Seus limites estão borrados.

Outra região da Ilha que também tem promovido carreatas é o Distrito do Rio Vermelho.<sup>243</sup> Um dos organizadores das carreatas do Rio Vermelho, Hermínio Euclides dos Santos (Nem), é dono de carro de bois, dono de engenho de farinha movido a bois e tem pintado na fachada de sua residência painéis com carros de boi. No painel, como é possível visualizar na Figura 20, o carro de boi, que foi na história desse lugar “[...] objeto de trabalho e transporte – artefato de utilidade [...] transfigura-se em signo materializado de reverência histórica, numa narrativa que reconstrói a história [...]”.<sup>244</sup> O texto escrito na pintura, “o homem só morre quando não tem história, quem tem sempre viverá”, faz, junto com a pintura, uma referência a um passado ligado ao mundo

---

<sup>243</sup> “O distrito do Rio Vermelho localiza-se a nordeste da Ilha de Santa Catarina e a aproximadamente 35 km do distrito sede, ocupa um espaço territorial de 31,68 km (fazem parte dele as seguintes localidades: Moçambique, Parque Florestal e a própria sede do distrito São João do Rio vermelho [...]). O distrito de São João do Rio Vermelho originou-se a partir da resolução régia de 11/08/1831. Inicialmente a região era habitada por índios Patos ou Carijós [...]. A colonização de origem açoriana se deu no século XVIII, e a Igreja, que fica na praça central do Distrito erguida em 1756 é a quarta mais antiga de Florianópolis. A população desenvolveu-se de maneira rápida visto que era comum em comunidades agrícolas o grande número de filhos por família. Sobreviviam basicamente da agricultura de subsistência, sendo o principal produto o cultivo da mandioca, plantava-se também cana para a fabricação de melado e açúcar (chegou a existir na região até 5 engenhos de açúcar e 32 engenhos de farinha de mandioca), além de amendoim, feijão e café). Para completar a alimentação da família os agricultores lançavam-se à pesca da tainha, ocorrida entre os meses de maio e junho, catavam também marisco, siri e camarão.” (ROSA, Jorge Luiz da. **Do rural ao urbano...** p. 25-29.).

<sup>244</sup> FROELICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 207.

“rural”, que, a partir da reinvenção da “tradição”, tornam-se elementos de uma construção identitária. Ao abordar imagens que têm por tema o “rural” como cenário, que é reescrito no presente, através de uma pintura mural que pode ser vista por todos que transitam na rua, identidades vão sendo configuradas.

Nesse processo [...] as identidades ali construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente, mas podem ser formadas e reformadas a partir da coexistência [...] e distintos códigos e fronteiras simbólicas.<sup>245</sup>

Figura 20 – Pintura da fachada do muro da casa de Hermínio E. dos Santos (Rio Vermelho)



Fonte: Acervo da autora (2015)

O muro da casa do organizador das carreatas do Rio Vermelho é também elemento dessa ressignificação do “rural” no tempo presente.

<sup>245</sup> FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 222.

Sr. Hermínio (Nem) explica as razões pelas quais ele passou a organizar as carreatas:

[...] não, não, não, é porque veio, foi eu acho quando completou 180 anos de Rio Vermelho, foi denominado o nome de Rio Vermelho, e aí veio, não sei se foi da universidade, que viero aqui fazer uma filmagem aí que eu fiquei sabendo que era o aniversário do Rio Vermelho, e como eu tinha engenho de farinha e nós já tinha participado de umas passeata com boi lá em Santo Antônio de Lisboa aí que eu amadureci a ideia de nós fazer uma carreata aqui em comemoração a nossa data, aí foi com 181 anos a passeata, com carro de boi e cavalo [...] deu parece 26 carros (informação verbal).<sup>246</sup>

Pela sua narrativa é possível perceber que a festa foi criada a partir de uma “filmagem” feita em decorrência do aniversário do Rio Vermelho, data esta que ele afirma, em princípio, desconhecer. E, também, a festa foi criada pela experiência do narrador com uma “passeata” de carros de boi em Santo Antônio de Lisboa e, ainda, pelo fato de ele ter “engenho de farinha”. A partir disso, as “passeatas” organizadas no Rio Vermelho passam a acontecer e tornam-se, com elementos que surgiram junto ao “encontro”, uma “festa”.

As festas são uma via de acesso possível para pensar as cidades, seu imaginário, sua dinâmica cultural. Fantin, no livro *Cidade dividida*, em capítulo dedicado às festas, propõe pensar as festas dentro de quatro perspectivas: o uso das festas na construção de uma imagem da cidade e como instrumento de reforço de uma “identidade açoriana”; as festas como projeção das disputas simbólicas entre os “de dentro” e os “de fora”; as festas como reflexo da dinâmica cultural; e as festas como indicativos de mudanças por que passa a cidade.<sup>247</sup>

Ficou bastante evidente a invenção da “festa” das carreatas e, o que aparecerá em muitas falas dos entrevistados, o uso da festa para além das trocas de sociabilidades, as “carreatas” nas narrativas dos envolvidos apareceram como signos de uma “cultura”. As “carreatas” na condição de

---

<sup>246</sup> SANTOS, Hermínio Euclides dos Santos. (Nem). **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Dono de engenho de produção de farinha, 59 anos – Rio Vermelho).

<sup>247</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**... p. 101.

festa “reflete utopias, projeta consigo uma imagem de cidade, de uma comunidade, de uma cultura ou grupo social específico.”<sup>248</sup> Nesse sentido, a festa é como um vetor que busca reforçar uma vinculação e um elogio a uma “identidade açoriana”. Isso pode ser exemplificado pela fala do Sr. Nem, que usa o fato de ser proprietário de um engenho de farinha (já estudado como algo trazido pelos migrantes açorianos) para justificar um dos motivos pelos quais ele decidiu criar o “desfile” de carros de boi, as “carreatas”. O lado esquerdo do muro de frente de sua casa no Distrito do Rio Vermelho, como é possível ver na Figura 21, traz a pintura de um engenho de farinha em funcionamento.

Figura 21 – Fachada do muro da casa de Hermínio dos Santos



Fonte: Acervo da autora (2015)

Alguns autores<sup>249</sup> já fizeram reflexões importantes acerca dessa questão do reforço da posituação da “identidade açoriana” nas décadas de 1940 e 1950 do século XX. Como nos diz Sayão:

<sup>248</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida...** p. 103.

<sup>249</sup> A respeito desta questão, confira: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi...**

SAYÃO, Thiago. **Nas veredas do folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)**. 2004. 106 f. Dissertação

[...] os açorianos enquanto representantes da lusitanidade em solo catarinense apareciam aos olhos dos folcloristas e dos congressistas de 1948 como o elemento cultural de referência para o litoral catarinense [...]. Neste sentido houve [...] uma re-significação pela história, e uma valorização pelos estudos regionais do folclore, da colonização e da cultura “açoriana”.<sup>250</sup>

Não há dúvida quanto ao fato de que não podemos afirmar a existência de uma “identidade açoriana” ou, o que quer que esta possa pressupor representar. As identidades aqui estão sendo analisadas como dinâmicas, fluidas, multifacetárias. Por um lado, há uma associação da festa a algo negativo, pois poderia provocar uma “folclorização”, e com isso o engessamento do momento. Por outro lado, as reinvenções de festas, em meio às transformações da cidade, podem também servir a algo extremamente “criativo, fruto do impulso da cultura, que cria, recria, ressignifica constantemente.”<sup>251</sup>

As carreatas ou o encontro dos carreiros acontecem hoje incorporadas às Festividades do Divino Espírito Santo ou não. Podem ocorrer também a partir da mobilização de membros das comunidades, familiares e donos de carros de boi. Hoje, a Ilha promove três festas desse tipo: o Encontro dos Carreiros de Santo Antônio de Lisboa, a Divina Carreata, junto aos festejos do Divino Espírito Santo em Santo Antônio de Lisboa, e a Carreata de Bois e Cavalgada Jambolão, no Rio Vermelho.

Um outro encontro que se tornou festa e também passa por reelaborações diante das transformações urbanas são as farinhadas. Farinhada é o termo utilizado para designar o encontro de familiares e pessoas próximas da comunidade para o processo de fabrico da farinha de mandioca.<sup>252</sup> O professor e pesquisador do tema, Nereu do Valle

---

(Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PIERONI, Gabriella C. **Engenhos de farinha**: políticas culturais e saberes tradicionais no tempo presente. 2011. 84 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

<sup>250</sup> SAYÃO, Thiago. **Nas veredas do folclore...** p. 63.

<sup>251</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida...** p. 152.

<sup>252</sup> Cascaes nos diz sobre a farinha de mandioca: “[...] o índio aqui na Ilha de Santa Catarina já sabia usar a mandioca. Eles faziam uma farinha que aproveitava a mandioca curtida e que eles chamavam “puba”. A mandioca era colocada dentro de um poço e ficava curtindo durante oito dias. Depois desse tempo eles retiravam, puxavam a casca e saía a massa inteirinha. Então eles

Pereira<sup>253</sup>, descreve as etapas características para o fabrico da farinha nos engenhos. De forma resumida e aqui adaptada, podemos dividir esse processo em duas etapas, com a primeira etapa dividida em seis momentos. Os dois primeiros são o plantio e o trato: no cultivo da mandioca, a roça começa a ser preparada normalmente no inverno, deve ficar no solo de um ano e meio a dois. A colheita é feita entre maio e agosto. Sua plantação é precedida do preparo da terra, que é capinada, sem o uso do arado, uma vez que normalmente é utilizado o costume da “coivara”. A mandioca não aceita umidade elevada, por isso o terreno escolhido deve ser seco. Muito pouco é feito no trato do cultivo convencional. Os próximos são a colheita e o transporte: a mandioca é arrancada e transportada, conforme a distância da roça ao engenho, no ombro de homens, no lombo do cavalo ou no carro de boi. O principal transporte utilizado nas fainas de produção da farinha é mesmo o carro de boi. Os dois elementos finais da primeira etapa são: a lavagem e a raspagem. Normalmente se deixa para lavar depois da raspagem. A raspagem é o primeiro passo do fabrico da farinha. Consiste em retirar a parte que cobre a raiz, que é chamada de “casca”. Acompanham o

---

espremiam aquela massa numa espécie de tipiti oblongo, bem comprido, cada homem apertava numa ponta. À medida que ia apertando manualmente a ‘manipoeira’, que é a água da massa, ia saindo. Essa água é venenosa, perigosa. Depois eles colocavam a massa no sol e depois de saca era torrada nas panelas de barro... Aí torravam. Ficava uma farinha meio grossa... Na minha terra eles faziam uma farinha muito fina, muito gostosa... Como eu disse, os engenhos melhoraram. Eles construíram engenhos tipo “cangalha”, trabalhando com boi. Isso aí já melhorou bastante porque o homem só tinha o trabalho de encostar a mandioca na roda cevadeira, que a roda que rala a mandioca. Com o boi eles forneavam também. Só não pensavam, porque para prensar tem que ser homem.” (CARUSO, Raimundo. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina...** p. 50-51.).

Nereu do Vale Pereira também fala sobre a farinha de mandioca: “Nos dias atuais a farinha de mandioca é utilizada como farinha de mesa, especialmente quando alva, seca e bem fina, apresentando um sabor suave [...] e obtida da atividade produtiva de modernas indústrias [...]. Em Santa Catarina, o farináceo gerado por estas indústrias recebeu a designação de fécula [...]. A farinha tradicional dos engenhos de boi, é muito valorizada e emprega-se generalizadamente para o preparo do pirão. [...] Com a farinha ou a massa crua, preparam-se diversos alimentos tais como beiju, cuscuz, pães, bolos, doces, broas, roscas, paçoca, farofas, etc. (PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina...** p. 42-47.

<sup>253</sup> Sobre o processo de preparação da farinha de mandioca, confira: PEREIRA, Nereu do Vale. Op. cit., p. 55-122.

processo cantorias e brincadeiras, como o jogo do “capote”. Este consiste em duplas que disputam quem termina a raspagem da raiz primeiro, cada qual raspa a metade.

A segunda etapa diz respeito aos passos centrais para a produção da farinha: sevação ou seva ou ralagem, prensagem ou secagem e torrefação ou forneada. Sem entrar em detalhes sobre o funcionamento de cada um desses processos, pois não são o foco desta análise, destaco que é durante todo o desenrolar dessas atividades que ocorre o fabrico da farinha e as “farinhadas”. O termo não é recente, e já aparece na literatura com Virgílio Várzea.

[...] Era pelo tempo das farinhadas [...]. Pela porta do engenho viam-se já arder confortavelmente lá dentro os toros grossos do braseiro. Candeias de quatro bicos, suspensas das traves e dos esteios, a distância uma das outras, abriam no meio das trevas que se adensavam no alto, sob as vastas telhas, curtas chamas azuis, que iluminavam frouxamente, à maneira dessas lâmpadas que se acendem nas Igrejas. No centro de tudo os grandes paus do aparelho moviam-se continuamente, na sua grossa engrenagem, impelidos pela almanjarra rangente. A um ângulo, homens, mulheres e crianças, de cócoras, junto aos cochos da cevadeira, raspavam destramente a mandioca, numa algazarra animada, de boa gente palreira. Próximo ao recanto do forno, os carregadores de tipitis fazem mover com estrépito os braços fortes da prensa; e, de vez em quando, dominando tudo sonoramente com uma voz de comando, o grito másculo do cevador, espicaçando a lentidão preguiçosa do boi: — Eh, Estrela!, Eh, Estrela!<sup>254</sup>

O que Várzea já identificava como uma “algazarra animada”, que reunia homens, mulheres e crianças para o fabrico da farinha, hoje tem reaparecido na Ilha com tonalidades próprias. O que se quer destacar aqui são as formas de reinventar as farinhadas, no contexto das transformações urbanas de Florianópolis nos últimos 40 anos. Esses eventos são cada vez mais apresentados como “festas” que representam a cidade e seu “passado” a partir da vinculação das “farinhadas” com a “cultura açoriana”. Um dos entrevistados nesta pesquisa destacou que as

---

<sup>254</sup> VÁRZEA, Virgílio. **Mares e Campos...** p. 45.

farinhadas não aconteciam esporadicamente e por pouco tempo, eram parte do cotidiano de trabalho dos homens e das mulheres que viviam no campo. Claudinei Bairrão, o Nei, um conhecido e respeitado fornecedor do norte da Ilha, assim narrou o tempo do fabrico da farinha: “[...] antigamente não era dois dias de farinha como a gente faz aqui, só para brincar [...] quando eles faziam a farinha era pra começar no mês de junho, julho, era dois, três meses, era todo dia, depende da quantidade de mandioca [...] (informação verbal).”<sup>255</sup> Nessa narrativa ele destaca que o fabrico da farinha, quando começava, “era todo dia”, envolvia um tempo maior e também, ao que parece, maior quantidade. Estava, ao que parece, atrelado ao tempo do trabalho. Lúdico e trabalho até podiam se misturar, mas o fabrico da farinha era parte do sustento de muitas famílias no século XIX. Hoje é que parece existir um deslocamento do processo de fabricação da farinha, de etapa de algo que se transformava em subsistência para as famílias, para algo que assume, de uma forma mais evidente, o sentido do lúdico, da “festa”. Nas palavras do Nei, “como a gente faz aqui, só pra brincar”.

“A festa produz novas relações espaço/tempo; subverte a noção do tempo ao expressar-se como o tempo do não trabalho, o tempo do ócio [...]”<sup>256</sup>

Agora, os processos de invenção e reinvenção das festas na contemporaneidade condensa múltiplos significados, e um deles foi também em relação às disputas que emergem entre os moradores nascidos na Ilha, com vínculos de pertencimento ao universo das áreas “rurais” e das práticas culturais açorianas, e os migrantes, vindos de diferentes regiões do Brasil. Os discursos que preconizam um modelo ideal de cidade a ser conquistado por Florianópolis são contraditórios no seu bojo. Fantin destaca que os conflitos entre os “nativos” e os “de fora”, entre os que defendem um modelo de cidade, de cidade-metrópole e os que defendem um modelo de cidade-província, trazem contradições nesse processo.

Uma das questões que emergem das falas de muitos entrevistados, quando questionados sobre as razões de promover os encontros dos carreiros ou de produzir farinha e recriar as farinhadas, muitas vezes, dizem respeito às disputas em torno dos projetos de cidade imaginadas que se quer instituir. Falas como a do Sérgio Antônio (Marreba),

---

<sup>255</sup> BAIRRÃO, Claudinei. (Nei). **Entrevista**. [12 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Fornecedor de farinha de mandioca – Canto do Lamim, Jurerê).

<sup>256</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**... p. 102.

proprietário do terreno onde fica a sede da Associação Folclórica do Boi de Mamão de Jurerê, parece estar em sintonia com os discursos que evocam um sentimento de nostalgia em relação à “perda da identidade cultural” e das tradições, relembra o mito de origem açoriana, destaca o empenho em preservar os “nativos”.<sup>257</sup>

Nas palavras deste:

[...] é o que nós vamos plantar agora, aqui ao lado, mandioca, já pro próximo mês, agora nós vamos reativando e tá vindo, tá vindo, tá ressurgindo de novo, estão começando, fomo devagarinho e vamos começar a levantar essa bandeira de novo, então quem sabe abrir a mente [...] a cidade não tem espaço pra isso, a cidade é muito contra algumas coisas, é muito contra estas atividades do manezinho alternativo, essa é uma pura realidade [...] (informação verbal).<sup>258</sup>

Então, mesmo entendendo que esses discursos podem ser, em grande parte, contraditórios, muitas vezes, conservadores, estes também permitem que se percebam as festas como espaço de construção de um imaginário da cidade. “Em outras palavras, a festa pode ser lida como uma metáfora da cidade.”<sup>259</sup> Também pode-se inferir que as festas são espaços em que moradores “urbanos” também vão apropriar-se de elementos das “culturas locais”, gerando trocas que não irão, por conta dessas interações, levar ao desaparecimento dessas referências “rurais”, mas sim, poderão contribuir para alimentar as sociabilidades e reforçar os vínculos com a dimensão local. Então, nas narrativas da Rose, rendeira e casada com Sr. José Zeno de Andrade, um dos proprietários do engenho da família Andrade, a farinhada é espaço de troca, de sociabilidade.

[...] a nossa farinhada, fizemos a festa aí chega as pessoas assim pra visitante, aí leva a sua farinha, o seu bijuzinho, a gente aceita com braços abertos

---

<sup>257</sup> BOEIRA, Sérgio Luis. Desenvolvimento urbano e crise de paradigmas: o caso da região de Florianópolis. **PerCursos**, v. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1445/1218>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

<sup>258</sup> SOUZA, Sérgio Antônio de. (Marreba). **Entrevista**. [12 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Proprietário de engenho de farinha – Canto do Lamim, Jurerê).

<sup>259</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**... p. 154.

porque a gente tem orgulho de mostrar essa cultura e seguir essa cultura adiante né, a gente não quer que morra nossa cultura local (informação verbal).<sup>260</sup>

Farinhada é hoje um tema que pode ser pensado na busca de problematizar as tentativas de diferentes sujeitos de pensar os processos de urbanização e as transformações no “rural”, ou melhor, para pensar as ruralidades contemporâneas.

Como já foi neste capítulo explicitado, os projetos que transformariam Florianópolis numa metrópole começam a ganhar corpo nas décadas de 1960 e 1970. “Em pouco mais de 30 anos, uma nova Florianópolis, sem os ares provincianos de outrora, foi construída de concreto e no imaginário. Nas décadas de 60 e 70, vimos o nascimento do projeto de metrópole, pelo discurso desenvolvimentista.”<sup>261</sup> Representações vão sendo construídas para atrair à cidade novos moradores e visitantes. O uso da terra para a lavoura de subsistência é aos poucos transformada em parcelamento do solo e venda para os recém-chegados. Na Florianópolis atual, terrenos usados para o cultivo da mandioca, que no passado se configuravam como as chamadas “terras comunais”<sup>262</sup>, são hoje utilizados por alguns membros<sup>263</sup> das comunidades que ainda produzem mandioca sob a forma de “empréstimo”, pois já foram vendidos para particulares. Muitos donos

---

<sup>260</sup> ANDRADE, Rose Maria de. **Entrevista**. [1º abr. 2014]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3. (Rendeira – Santo Antônio de Lisboa).

<sup>261</sup> ASSIS, Leonora Portela. Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística. f. 63-64.

<sup>262</sup> O prof. Nazareno Campos explica o que seriam essas terras comunais no litoral de Santa Catarina: “Fora dessas propriedades individuais, havia terras sem dono, que eram comumente utilizadas pelo pequeno produtor, seja aproveitando a pastagem para criação de gado, seja retirando lenha, seja usando-a como área de plantação. [...] A utilização de uma área comunal ocorria por proprietários de uma ou mais e comunidades circunvizinhas.” (CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. p. 69-70.).

<sup>263</sup> Em entrevista concedida a autora em 2013 (informação verbal), José Zeno de Andrade, plantador de mandioca na região de Santo Antônio de Lisboa, explicou que a terra que eles usam hoje para plantar a mandioca – que será transformada em farinha durante as Farinhadas feitas na comunidade – é terreno de propriedade particular, cujo dono “empresta” para os plantadores. (ANDRADE, José Zeno de. **Entrevista**.).

desses terrenos deixam-nos sem “uso” efetivo, pois esperam que cada vez mais a valorização imobiliária possa auferir-lhes lucros mais vantajosos. Dessa forma, muitos entrevistados desta pesquisa disseram comprar a mandioca de regiões vizinhas ao município de Florianópolis para a época da produção da farinha e das Farinhadas.

A Festa da Farinhada pode ser pensada também a partir de tentativas de construir representações para a cidade de Florianópolis. Essa festividade foi transformada em vídeo<sup>264</sup> em 2008. O filme, intitulado *Farinhada*, tem sua ambientação entre o engenho de propriedade de Djalma, localizado em Santo Antônio de Lisboa, e terreno no mesmo bairro, localizado no morro que está exatamente acima do engenho, paralelo à Rodovia SC-401. Esse terreno, de propriedade particular, é do tipo que mencionei anteriormente, como sendo um terreno usado de empréstimo. Aqui, as experiências de cultivo da mandioca estão deslocadas dos usos voltados à subsistência para as experiências socioculturais.

Farinhada é uma produção de 52 minutos, teve apoio da Lei de Incentivo à Cultura, e seu financiamento contou com parcerias (pública e privada). O vídeo ficou pronto em setembro de 2008. O cineasta Ademir Damasco<sup>265</sup> contou-me que quando está envolvido em um projeto de filme, ele torna-se uma espécie de “antropólogo”, indo conviver cotidianamente com a comunidade e produzindo imagens e entrevistas que no final irão tornar-se fragmentos dos filmes em questão. O filme traça o percurso que levará a comunidade à Farinhada. Tem início no plantio da mandioca, acompanha a colheita e, depois disso, todo o processo de transformação da mandioca e produção da farinha passa a ser

---

<sup>264</sup> No item 2.4 deste mesmo capítulo, será explorado outro filme produzido pelo mesmo diretor. Trata-se do filme *Outono*. Nesse momento posterior, é feita uma abordagem envolvendo a questão teórico-metodológica sobre história e cinema e sobre as metodologias utilizadas aqui para pensar esses dois filmes.

<sup>265</sup> **Ademir Damasco** nasceu em Florianópolis nos anos 1960. Morou com a família em Rationes. Filho de agricultores, cresceu em meio às fazendas de café e às plantações de mandioca. Na década de 1970 foi morar com a família na “cidade” de Florianópolis, no bairro da Trindade. Foi bancário, trabalhou na construção civil, cursou Geografia. Apaixonado por fotografia, envolveu-se com as artes visuais através dela. Da fotografia para o cinema, esse diretor produtor, que se considera um autodidata, tem produzido filmes que abordam a temática das práticas culturais vinculadas ao universo dos migrantes açorianos e das transformações vivenciadas pela cidade e seus habitantes a partir do forte e peculiar processo de urbanização que marcou os últimos 45 anos. (informações coletadas em entrevista).

narrado pelos sujeitos envolvidos no processo: plantadores, cevadores, fornecedores, raspadeiras, cozinheiras. Não posso deixar de pensar no filme sem me reportar à longa entrevista que fiz com seu produtor. As intenções das filmagens transpassadas por uma temática em comum, as manifestações de ruralidade na Ilha e as transformações decorrentes da urbanização, foram uma constante e por ele justificadas como um desejo de construir uma “memória”. Para além dos debates já trazidos neste texto acerca de uma pretensa herança açoriana manifestada em determinadas práticas culturais como a Farinhada, a Festa do Divino, a Pesca da Tainha, que estariam “preservadas” (em palavras do próprio cineasta), em seus filmes, penso que, também, seus filmes escapam às suas intenções.

É importante destacar que o desejo de reafirmar a Farinhada em Florianópolis também pode ser visto numa perspectiva de urbanidades no rural. Isso porque há uma inserção desse encontro, antes restrito aos membros da comunidade, no calendário de uma festa bastante representativa da cidade, a Festa do Divino Espírito Santo. A Divina Farinhada torna-se elemento mediado pela aproximação do “rural” com o “urbano”. Torna-se “Festa”, aberta à comunidade, aos turistas, aos novos moradores. A Farinhada, que hoje tem sido reorganizada por algumas famílias, inserida em calendário de festas, transformada em filme documentário, é parte de um processo que produz diferentes sentidos para as transformações experimentadas pelos diferentes atores envolvidos neste processo.

Além das ruralidades ressignificadas, o filme *Farinhada*<sup>266</sup> também pode ser referência para o debate em torno das tensões e disputas políticas que se formam diante das discussões que trazem à cena os projetos para Florianópolis do século XXI. Uma cidade onde há 16 anos se “discutia” a elaboração de um novo plano diretor e onde vozes dissonantes querem se fazer ouvir. No filme, a forma escolhida por Damasco para encadear sua narrativa recorre a figura do narrador. O narrador que faz a abertura do filme é o professor aposentado da UFSC, escritor e pesquisador do tema da presença açoriana no litoral de Santa Catarina, prof. Nereu do Valle Pereira. O narrador surge trazendo à cena uma longa fala sobre a vinda dos açorianos para o litoral de Santa Catarina, o uso da mandioca na vida das comunidades locais e, finalmente, a produção da farinha de mandioca. A ênfase da narrativa recai sobre a influência açoriana no processamento da mandioca. Nas palavras do narrador: “[...] praticamente toda a forma de fazer, pensar e

---

<sup>266</sup> FARINHADA. Direção: Ademir Damasco. 2008. 1 documentário (52 min), son., color.

agir sofreu influência desses açorianos, sempre a maioria impõe a cultura trazida sobre aqueles que cá estão. É uma enxertia.”<sup>267</sup> As palavras do professor corroboram os debates acerca da afirmação da importância da presença açoriana na construção de uma “identidade cultural” para Santa Catarina.

Gabriella Pieroni<sup>268</sup>, em seu trabalho sobre os engenhos de farinha na grande Florianópolis, argumenta que o livro do professor Nereu sobre esse assunto traz a razão pela qual os açorianos fizeram a farinha de mandioca tornar-se um produto capaz de garantir o sustento da economia local por mais de um século. Suas razões estavam ancoradas no argumento de que os açorianos fizeram as adaptações necessárias que levariam ao desenvolvimento do engenho de cangalha. O professor reafirma essa premissa no documentário, explicando que os açorianos foram responsáveis por transformar o cultivo da mandioca – incluída a produção da farinha – de uma atividade de subsistência para uma atividade com valor de mercado e crucial para a economia da região. A afirmação da importância dada aos açorianos e suas práticas alimentares, culturais, que o narrador coloca em cena, são compartilhadas com o produtor do filme quando diz que: “[...] aqui existe um povo, uma história, uma cultura, uma etnia... uma identidade, que é essa açoriana (informação verbal).”<sup>269</sup> E sua intenção de tornar seus filmes lugares de memória ficam claras ao dizer que: “[...] se não registrar, vai desaparecer.” As falas do entrevistado, cruzadas com a do narrador no filme *Farinhada*, permitem pensar que, nas disputas políticas por representações sobre a Florianópolis contemporânea, reaparecem, com novas tonalidades, as tentativas de afirmação de uma suposta “identidade açoriana”, que já havia sido referenciada na década de 1940, durante os embates dos intelectuais que buscavam afirmar uma “identidade açoriana” em oposição a uma “identidade” germânica para Santa Catarina. Cabe esclarecer que o uso do termo “identidade” nesta análise surge para trazer à tona os conflitos desse processo de urbanização, que se apresenta como linear, mas é formado por diferentes temporalidades, transformações, permanências. E, para completar essa afirmação, com o auxílio de Froehlich, pode-se dizer que:

---

<sup>267</sup> PEREIRA, Nereu do Valle. Narrativa. In: FARINHADA. Direção: Ademar Damasco. 2008. 1 documentário (52 min), son., color.

<sup>268</sup> PIERONI, Gabriella C. **Engenhos de farinha**...

<sup>269</sup> DAMASCO, Ademar. **Entrevista**. [22 jul. 2014]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3. (Cineasta – Campeche).

Torna-se característica da contemporaneidade não apenas a mobilidade espacial mas, sobretudo, a mobilidade simbólica, que se expressa pela capacidade do indivíduo mover-se entre vários universos culturais em diferentes escalas espaço temporais e de lidar com um amplo leque de material simbólico – matéria-prima para a construção ou redefinição de identidades sociais.<sup>270</sup>

Farinhadas e carreadas são, portanto, possibilidades para pensar a complexidade dos processos de interação “rural” e “urbano”. Na condição de festas, tornam-se elementos de múltiplos significados, reinventados pelos sujeitos históricos nos processos constituintes de reelaboração de suas identidades, sempre fluidas, híbridas e em constante transformação.

---

<sup>270</sup> FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 202.

### 3 A CIDADE NUMA ILHA: MEIO AMBIENTE, LEGISLAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

#### 3.1 RURALIDADE, LEGISLAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A Ilha de Santa Catarina está localizada na Região Sul do Brasil, é a capital do estado de Santa Catarina, possui uma área de cerca de 424,4 km<sup>2</sup>, separada do continente pelas Baías Norte e Sul. O município de Florianópolis tem seus limites geográficos configurados da seguinte forma: dividido por duas porções de terras, uma refere-se à Ilha de Santa Catarina, com área de 436,5 km<sup>2</sup>, de forma alongada no sentido norte-sul; e a outra porção fica localizada na área continental, com área de 12,1 km<sup>2</sup>, conhecida como continente, limitando-se a oeste com o município de São José.<sup>271</sup> A proximidade com o continente permite considerá-la uma ilha continental.

A Ilha de Santa Catarina tem hoje 42% do seu território enquadrado como APP, como é possível verificar no Mapa 6. De qualquer modo, as diferentes formas de ocupação desse território, seja a agricultura nos séculos XIX e XX ou a urbanização, decorrente da expansão turística e imobiliária, tem promovido transformações sociais, ambientais, econômicas e culturais muito importantes. Essas mudanças, por um lado, têm ameaçado cotidianamente os ecossistemas da Ilha, promovendo alterações ambientais por vezes irreversíveis; e, por outro lado, têm suscitado alterações nas formas com as quais os sujeitos lidam com o ambiente. A legislação em si mesma não é capaz de evitar a ocupação das áreas preservadas, mas tem sido elemento norteador de condutas. Antigos moradores de áreas rurais, que outrora derrubaram a mata para o plantio, hoje reinventam sua relação com a terra, com os animais, com o ambiente.

A ocupação da Ilha de Santa Catarina, durante os séculos XVIII e XIX, promoveu alterações ambientais por distintas razões: o uso da madeira para construção naval, civil, de móveis e para exportação, a retirada da lenha para uso doméstico e para os engenhos, curtumes, olarias, navios, e a transformação do solo para a agricultura.<sup>272</sup> “Os dois

---

<sup>271</sup> LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**... p. 214.

<sup>272</sup> “As diversas culturas tiveram localizações diferenciadas no território insular. Dessa forma, os ciclos de produção agrícola levaram a transformações em diferentes ambientes. Em termos de ocupação extensiva, sem dúvida destacaram-se as culturas da cana-de-açúcar e do café, cultivadas na meia encosta (originalmente mata Atlântica) e a mandioca, que utilizou praticamente todas as planícies costeiras da Ilha (originalmente restingas). O cultivo do café na Ilha foi realizado em grande parte, nas encostas, de forma

ecossistemas insulares mais impactados pela ocupação colonial foram a mata Atlântica e as restingas, a partir da necessidade de solo para a agricultura.”<sup>273</sup>

Desde a década de 1980, tem-se registrado na região metropolitana de Florianópolis um declínio das atividades da agricultura e da pecuária, o que, por um lado, tem propiciado a regeneração de parte da vegetação extraída ao longo do tempo. As áreas do território ilhéu ocupadas por diversos cultivos até a década de 1970 do século XX encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Esses espaços estão representados no Mapa 7.

Essas áreas, que hoje estão em processo de regeneração<sup>274</sup> em diferentes estágios, fazendo um retrospecto, passam por transformações significativas desde o século XVIII. Susana Cesco expõe que, com relação à derrubada de mata e corte de árvores, foi definido pela legislação portuguesa, no século XVIII, os preceitos legais relativos a essa questão. Essa primeira disposição legal determinava que “[...] as madeiras reservadas ou, posteriormente, designadas como madeiras de lei – não mais poderiam ser usadas pela população local para suas caieiras, seus

---

sombreada, mantendo-se, de alguma forma, parte da mata nativa.” (REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina**: permanências e transformações. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. p. 88-89.).

<sup>273</sup> REIS, Almir Francisco. Preservação ambiental no contexto urbano: cidade e natureza na Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, maio 2010. p. 51.

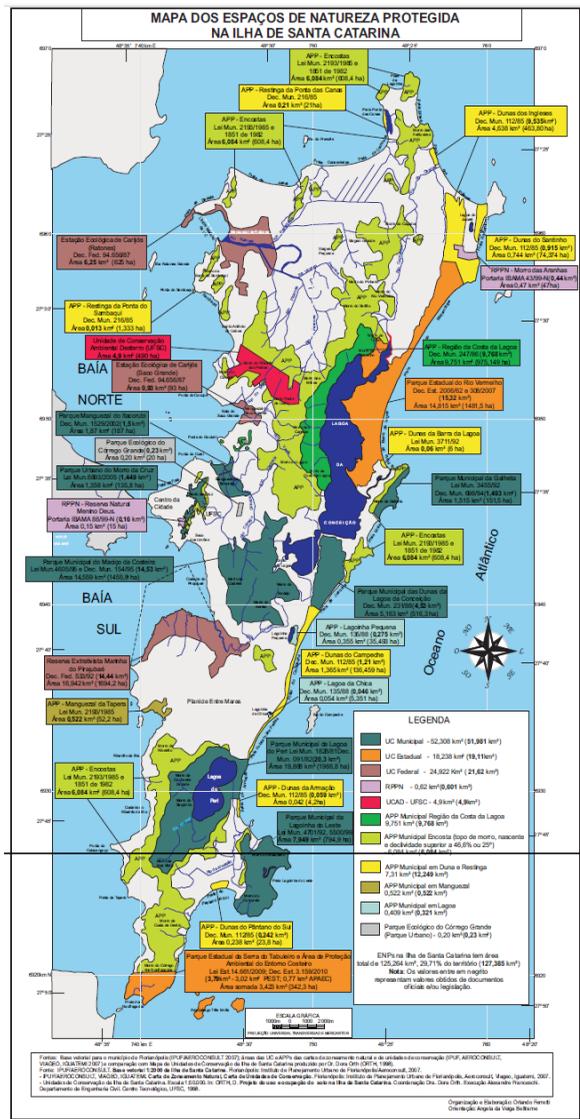
<sup>274</sup> “A necessidade de terras para a agricultura como fator de devastação da Mata Atlântica da Ilha foi ainda mais agravada pelos métodos empregados, que incluíam a queimada e a mudança progressiva das áreas cultivadas, em função do empobrecimento rápido dos solos. A sucessiva procura de terras virgens, para substituir os solos já desgastados, aumentou em muito a área necessária para a produção agrícola. Esta prática, por outro lado, demonstrou também os processos de regeneração espontânea da vegetação nas áreas abandonadas. Com a sucessiva redução das áreas cultivadas, a partir dos anos 1950, cada vez mais áreas foram sendo tomadas por vegetação, fazendo com que grandes porções da Ilha estejam cobertas por vegetação secundária, em diferentes estágios de evolução. Portanto, se a Mata Atlântica foi, em sua maior parte, eliminada da Ilha pela ocupação agrícola, o declínio desta atividade tem levado a sua lenta recuperação espontânea. As áreas mais íngremes mantiveram sua vegetação original, apesar da exploração seletiva de madeiras, lenhas, cipós, ervas medicinais, caça e outras formas de utilização comunal.” (Ibid., p. 91.). “No presente, a intensa ocupação urbana e turística das encostas constitui a maior ameaça às áreas remanescentes.” (Ibid., p. 44.).

engenhos.”<sup>275</sup> A criação dos preceitos legislativos não impediu o processo de transformação ambiental decorrente da derrubada da mata. Um elemento que teve influência decisiva sobre a transformação do meio ambiente foi a construção dos engenhos.

---

<sup>275</sup> CESCO, Susana. A questão florestal na História da Ilha de Santa Catarina. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 191-215, jul. 2011. p. 197.

Mapa 6 – Ilha de Santa Catarina com destaque para as APPs



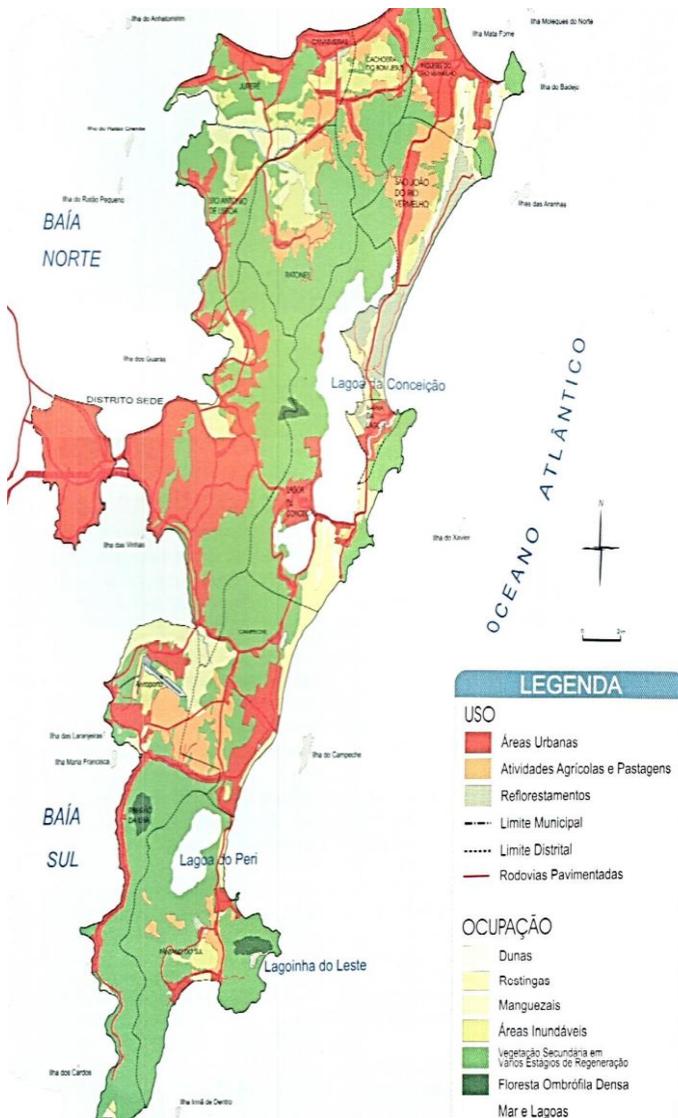
Fonte: Ferretti e Beltrame<sup>276</sup> (2013)

<sup>276</sup> FERRETTI, Orlando E. (Org.); BELTRAME, Angela da V. Mapa dos espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina. In: FERRETTI,

---

Orlando E. **Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina, Brasil**. 2013. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://biogeografia.paginas.ufsc.br/files/2017/07/Orlando\\_Ferretti.pdf](http://biogeografia.paginas.ufsc.br/files/2017/07/Orlando_Ferretti.pdf)>. Acesso em: 4 jan. 2018.

Mapa 7 – Ilha de Santa Catarina



Fonte: Nascimento<sup>277</sup> (2002)

<sup>277</sup> NASCIMENTO, Rosimere. **Atlas ambiental**. Florianópolis: Larus Instituto, 2002.

Os engenhos estiveram espalhados por diferentes regiões da Ilha, sendo que no final do século XVIII havia mais de 500 unidades em funcionamento, com destaque para os engenhos de farinha de mandioca. A implantação desses engenhos responsáveis pela produção da farinha de mandioca trouxe transformações ambientais significativas para a então cidade de Nossa Senhora do Desterro e suas Freguesias.<sup>278</sup> Ariana Espíndola, que escreveu sobre a vida rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no século XIX, traz essa questão:

É interessante perceber como a construção de um engenho implica em uma série de alterações na paisagem, seja por causa do desmatamento, tanto para a construção como para o abastecimento do fogo, seja por causa da estrutura que será montada ao entorno para facilitar a lida rural: depósito, poço, curral, roças, senzala.<sup>279</sup>

Os engenhos não figuram sozinhos no processo de alteração ambiental ocasionado na Ilha em razão da implantação das unidades produtivas de farinha de mandioca. A própria agricultura aqui implementada implicou significativas alterações no ambiente. A agricultura necessita de espaço, isso significa território limpo, conseqüentemente o desmatamento de uma área.<sup>280</sup> Essa prática causou transformações ambientais também em outras partes da Ilha. Outra freguesia da Ilha que teve sua ocupação assentada na agricultura familiar foi a Freguesia da Lagoa da Conceição.

---

<sup>278</sup> Assim “como hoje os municípios são precedidos de uma fase chamada Distrito, antigamente o eram pela Freguesia, uma mistura de organização religiosa e política. Geralmente as Freguesias tomavam o nome da Igreja local... As vilas destacavam-se por serem unidades político administrativas coloniais com a eleição da câmara de vereadores como governo local.” (LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**... p. 217.).

<sup>279</sup> ESPÍNDOLA, Ariana M. A vida rural na freguesia do Ribeirão da Ilha no século XIX. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/476/186>>. Acesso em: 17 dez. 2017. p. 77.

<sup>280</sup> FERREIRA, Gilmar de Campos. **Morros da lavoura: a vida agrícola na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1875-1900)**. 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. f. 31.

A Lagoa da Conceição é hoje um dos cartões postais da cidade de Florianópolis, procurada pelos turistas em busca de seus restaurantes à beira da Lagoa, dos esportes náuticos, das rendas produzidas artesanalmente pelas rendeiras do lugar. Esse é um dos pontos da cidade transformados do ponto de vista ambiental, econômico e sociocultural a partir dos usos da terra elaborados por homens e mulheres através da agricultura. Espíndola destaca que a agricultura praticada na Freguesia da Lagoa, no final do século XIX, era caracterizada por ter uma dinâmica familiar em que pequenos lavradores praticavam a subsistência, trocavam ou vendiam o excedente. Essa prática agrícola é feita através da derrubada-queimada, conhecida como prática da coivara. Muitas áreas foram desmatadas nesse contexto, em que a terra é utilizada por um determinado período, até que, uma vez diminuída a fertilidade do solo, migra-se para novas áreas.

Por outro lado, novas ameaças pairam sobre o meio ambiente da Ilha. Atualmente, “[...] a principal ameaça à mata Atlântica na Ilha é a expansão urbana, uma vez que as ‘derrubadas’ e ‘queimadas’ para a abertura de pequenas roças, são pouco expressivas. Aliada à crescente expansão urbana, cada vez mais marcante em bairros periféricos, na forma de loteamentos e ocupações ilegais ou não [...]”.<sup>281</sup> O loteamento do solo para condomínios ou grandes empreendimentos imobiliários, ao contrário das áreas em regeneração devido ao abandono de práticas da agricultura e pecuária, são irreversíveis. Dessa forma, a relação existente, nas quatro últimas décadas, entre urbanização e transformação dos usos da terra, com novas e mais impactantes consequências ao meio ambiente, ficará evidente na Ilha de Santa Catarina.

Na Ilha de Florianópolis do tempo presente, novas práticas, reelaborados por muitos daqueles que tiveram suas famílias ligadas aos usos agrícolas da terra, ressignificam suas formas de lidar com a terra e, muitas vezes, mesmo não mais tirando da terra sua subsistência, criam novos sentidos para os vínculos com ela, e promovem novas relações de homens e mulheres com o meio ambiente.

Na Florianópolis dos últimos 25 anos, a existência de uma legislação que define as intituladas APPs e Áreas de Preservação Limitada (APL) tem servido para que os moradores de áreas inseridas em uma das especificações mencionadas construam novas formas de

---

<sup>281</sup> GUERINI, Eduardo. **Metropolização e impactos socioambientais em Florianópolis (1986-1996)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. p. 61.

interação com o meio que os circunda. Pelo Plano Diretor que entrou em vigor em 17 de janeiro de 2014, através da aprovação da Lei nº 482, as APPs são definidas da seguinte forma:

I - Área de Preservação Permanente (APP) - os espaços territoriais declarados de proteção pela legislação urbanística anterior, notadamente pela Lei 2.193, de 1985 e pela Lei Complementar n. 001, de 1997, conforme zoneamento consolidado nos mapas desta Lei Complementar, recobertos ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, conforme definidas na legislação vigente; [...].<sup>282</sup>

Ficou definido que as características das APPs seriam norteadas pela Lei nº 2.193, de 1985, e pela Lei Complementar nº 001, de 1997. Esta última, ao definir as áreas de uso não urbano, assim define as APPs e as APLs:

Art. 21 - Áreas de Preservação Permanente (APP) são aquelas necessárias à preservação dos recursos e das paisagens naturais, e à salvaguarda do equilíbrio ecológico, compreendendo:

- I - topos de morros e linhas de cumeada, considerados como a área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base;
- II - encostas com declividade igual ou superior a 46,6% (quarenta e seis e seis décimos por cento);
- III - mangues e suas áreas de estabilização;
- IV - dunas móveis, fixas e semi-fixas;
- V - mananciais, considerados como a bacia de drenagem contribuinte, desde as nascentes até as áreas de captação d'água para abastecimento;

---

<sup>282</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.** Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=plano+diretor+de+florianopolis>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

VI - faixa marginal de 33,00m (trinta e três metros) ao longo dos cursos d'água com influência da maré, e de 30,00m (trinta metros) nos demais;

VII - faixa marginal de 30,00 m (trinta metros) ao longo das lagoas e reservatórios d'água, situados na zona urbana, e de 50,00m (cinquenta) a 100,00m (cem metros) para os situados na Zona rural, conforme a Resolução Conama 004/85;

VIII - fundos de vale e suas faixas sanitárias, conforme exigências da legislação de parcelamento do solo;

IX - praias, costões, promontórios, tómbolos, restingas em formação e ilhas;

X - áreas onde as condições geológicas desaconselham a ocupação;

XI - pousos de aves de arribação protegidos por acordos internacionais assinados pelo Brasil;

XII - (VETADO).

XIII - áreas dos parques florestais, reservas e estações ecológicas.

Parágrafo Único - São consideradas ainda Áreas de Preservação Permanente (APP), na forma do art. 9º da Lei Federal nº 4.771/65, as florestas e bosques de propriedade particular, quando indivisos com parques e reservas florestais ou com quaisquer áreas de vegetação consideradas de preservação permanente.

Art. 22 - Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) são aquelas que pelas características de declividade do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural.

Parágrafo Único - São incluídas nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) as áreas onde predominam as declividades entre 30% (trinta por cento) e 46,6% (quarenta e seis e seis décimos por cento), bem como as áreas situadas acima da "cota 100" que já não estejam abrangidas pelas Áreas de Preservação Permanente (APP).<sup>283</sup>

---

<sup>283</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei Complementar nº 001, de 1997.**  
Disponível em:

Essa legislação teve seus fundamentos estruturados no Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha, que pela primeira vez teve como base o interior do território insular em sua totalidade, reconhecendo as transformações acarretadas pelo turismo e pelo crescimento urbano. Os primeiros planos aprovados nas décadas de 1950 e 1970 do século XX tiveram como prioridade as relações entre o centro urbano e a área continental. O Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha (1985) buscou diretrizes para “ordenar” o crescimento do interior insular, demarcou as áreas de proteção ambiental e estabeleceu limites de ocupação. Com vistas a conter o “crescimento desordenado” e propiciar a continuidade das atividades chamadas “tradicionais” (agricultura e pesca), foram criados zoneamentos específicos. Assim foram criadas as AERs, cujo objetivo era conter o crescimento urbano e turístico desordenado e propiciar a continuidade das “atividades tradicionais”. A fragilidade desse processo ficou evidente quando, nos anos subsequentes à criação do Plano Diretor dos Balneários, muitas áreas rurais foram transformadas em áreas de expansão urbana, através de alterações legais dos perímetros urbanos ou de ocupações clandestinas.

É partir deste Plano que são apontados como problemas graves da Ilha os impactos ambientais decorrentes das transformações urbanas e turísticas. Então, a prioridade de demarcar APPs gerou medidas nesse sentido.<sup>284</sup> A respeito disso, Reis afirma:

Tais medidas geraram as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Áreas de Preservação de Uso Limitado (APL), demarcadas a partir da legislação (a nível federal, o Código Florestal e o Código das Águas, a que se juntam numerosas leis de proteção ao meio ambiente), além, das já protegidas como Parques ou Reservas (Parque da Lagoa do Peri, estação Florestal do Rio Vermelho, pequena Porção do Parque da Serra do Tabuleiro, dunas da Joaquina) [...] a aplicação de tais critérios sobre a Ilha fez com que 42% do seu território ficasse enquadrado como APP (189,42 km), e 17% como APL (74,60 km).<sup>285</sup>

---

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_12\\_2011\\_16.37.04.7b13ab17fd0e0530e3d60f1fbcba1.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2011_16.37.04.7b13ab17fd0e0530e3d60f1fbcba1.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

<sup>284</sup> Cf. REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina...**

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 181-207.

A existência da legislação não impediu que muitas dessas áreas continuem sendo ocupadas. A ocupação da urbanização e do turismo tem ocorrido em áreas que foram ocupadas anteriormente com atividade agrícola e que nesse momento têm vegetação em diferentes estágios de conservação. A questão aqui colocada é perceber: como são construídas as relações entre as populações (que tiveram suas vidas ligadas à agricultura e à pecuária e, ainda hoje, mantém terrenos onde há produção agrícola e pecuarista, em terrenos agora enquadrados na legislação como APP ou APL) e as novas determinações legais? Como essas medidas, através da fiscalização, tornam-se artifícios a partir dos quais os sujeitos acabam por reelaborar suas relações homem-ambiente?

Interligado ao chamado “terceiro nível” que busca tratar das percepções dos grupos em relação à natureza, os historiadores ambientais têm um grande desafio pela frente quando o assunto envolve as formas pelas quais a terra é ocupada nos processos de urbanização e as maneiras como as novas demandas por produtos vindos “da fazenda” têm transformado as relações dos homens com o ambiente. Segundo Worster, “[...] qualquer que seja o assunto que o historiador ambiental escolha investigar, ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem de se alimentar sem degradar a fonte básica da vida.”<sup>286</sup> Sendo assim, algumas questões se tornam cruciais para a história ambiental, a saber: de que maneira os discursos que vigoram nos debates políticos, na mídia em geral, nas últimas décadas, e que elevam os temas que buscam aliar desenvolvimento e preservação, têm interferido de forma substancial nas políticas públicas voltadas para o meio ambiente? E, ainda, como esses discursos têm influenciado as práticas de vida adotadas por parcelas cada vez maiores da população?

As mudanças na legislação aliadas aos discursos em prol da “preservação” do meio ambiente têm sido elementos a partir dos quais homens e mulheres vão transformar suas práticas com relação à terra e ao meio circundante. Foi possível perceber, nas narrativas dos entrevistados desta pesquisa, que existe um reconhecimento acerca das mudanças na legislação e, também, um entendimento sobre as alterações que se fazem visíveis diante da diminuição dos usos da terra para a agricultura.

Hermínio Euclides dos Santos, o Nem, morador do Distrito do Rio Vermelho, durante a entrevista realizada para este trabalho, apontava para o morro que fica na frente da sua residência, como é possível ver na Figura 22, e enfatizava que agora “tem mais vegetação que antigamente”. Nas suas palavras:

---

<sup>286</sup> WORSTER, Donald. Transformações da terra... p. 39.

[...] porque hoje a população cresceu, mas hoje tem mais vegetação que antigamente, porque todo mundo tirava, não existia gás, então tinha que cortar as árvores todas para a lenha, nós pegava umas mata aí e tirava 30 carrada de lenha do morro (informação verbal).<sup>287</sup>

A explicação do hoje comerciante aposentado para a retirada da lenha tinha relação com a sobrevivência, ele explicou que a vida da família do pai agricultor era: cultivar a terra e trazer lenha para produção da farinha: “fazia a roçada aí nos morros que era pra ter lenha pra poder fazer farinha (informação verbal).”<sup>288</sup>

Esse reconhecimento da transformação do meio também ficou evidente na fala do Claudinei Bairrão, o Nei, um fornecedor de farinha morador do norte da Ilha.

[...] na época que eu me criei, era pequeno, o morro era limpo, tu via toda pedra, era tudo derrubado, queimado, hoje de 20 anos pra cá tu não vê mais o fogo no morro, hoje tá tudo [...] não pode [...] se alguém já reclama da fumaça [...] pra ti plantar tu é obrigado a roçar o mato (informação verbal).<sup>289</sup>

---

<sup>287</sup> SANTOS, Hermínio Euclides dos. (Nem). **Entrevista.**

<sup>288</sup> *Ibid.*

<sup>289</sup> BAIRRÃO, Claudinei. **Entrevista.**

Figura 22 – Vista para o morro<sup>290</sup> (Rio Vermelho) que fica na frente da casa de Hermínio dos Santos



Fonte: Acervo da autora (2015)

O reconhecimento da proibição da queimada<sup>291</sup> esteve presente em diferentes narrativas, o que não impediu os agricultores de reservarem pedaços dos seus terrenos para os cultivos agrícolas, como já foi

<sup>290</sup> Nesse local, o entrevistado afirmou praticar agricultura e retirar lenha desde a década de 1970. É possível perceber a vegetação em diferentes estágios de regeneração.

<sup>291</sup> A proibição das queimadas está definida na Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente: “Art. 253. É proibido promover queimadas, inclusive para limpeza de áreas destinadas à formação de reservatórios, exceto quando autorizado pelo órgão competente, que exigirá: I - comprovação de que constitui o único modo viável de manejo da propriedade, ante às suas peculiaridades, assim reconhecido por responsável técnico; II - adoção das medidas preventivas contra incêndios e queima de áreas protegidas; e III - adoção das demais medidas previstas contidas em instrução normativa da FATMA.” (SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20\\_12\\_2013\\_14.30.40.b479cb7a256a963c9e0bbf87bd860d38.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_12_2013_14.30.40.b479cb7a256a963c9e0bbf87bd860d38.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2017.).

apresentado no item 2.1. Até mesmo no terreno em que está hoje sediada a Associação Folclórica do Boi de Mamão de Jurerê, onde o Nei, forneador, costuma participar do fabrico da farinha, tem um espaço reservado para a mandioca. Ainda que ele afirme que agora “não poder mais” fazer queimadas, um pedaço do solo exibe a plantação da mandioca. Não é a parte do morro, mas o lado contrário da rua, parte já ocupada por casas. Essa plantação está registrada na Figura 23, pequena, limitada por entre construções, mas presente. O terreno em questão é de propriedade de Sérgio Antônio de Souza (Marreba), presidente da Associação em questão, e fica no final do Canto do Lamim, em Jurerê. Sérgio deixou claro que, quando vai produzir farinha, a mandioca plantada no terreno ao lado não atende as necessidades da produção.

Figura 23 – Cultivo de mandioca no canto do Lamim (Jurerê)



Fonte: Acervo da autora (2015)

Ele afirma buscar a raiz nos municípios vizinhos à Florianópolis: “[...] essa mandioca tá vindo lá de Laranjal, próximo a Paulo Lopes (informação verbal).”<sup>292</sup> De qualquer modo, novas relações vão sendo construídas, os morros colocados na legislação vigente como áreas de preservação são parte de propriedades que possuem uma parte plana, já bastante alterada e que hoje, normalmente, são as “ilhas” de cultivo de agricultores aposentados.

Reelaborar suas relações com o meio ambiente tornou-se uma necessidade a partir dos processos de urbanização e da legislação que os

<sup>292</sup> SOUZA, Sérgio Antônio de. (Marreba). **Entrevista.**

acompanhou. O conhecimento das espécies, dos diferentes tipos de cultivos, já fazia parte do arcabouço de práticas utilizadas nos usos com a terra. Agora, novos saberes são divulgados e impostos pelos poderes constituídos em prol da “defesa” ao meio ambiente. O que antes era corriqueiro tornou-se proibitivo. As queimadas eram corriqueiras, segundo apontam estudos sobre agricultura na ilha, fato corroborado nas entrevistas. A legislação ambiental proibiu as queimadas. Algumas espécies, como o palmito, incluídas na lista de espécies ameaçadas de extinção, tiveram seu corte regulamentado por lei. Assim, o Ministério do Meio Ambiente, através da Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008, assim define espécies ameaçadas de extinção e os cuidados para com estas:

Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, resolve:

Art. 1º Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Reconhecer como espécies da flora brasileira com deficiência de dados aquelas constantes do Anexo II a esta Instrução Normativa.

Art. 3º Entende-se por espécies:

I - ameaçadas de extinção: aquelas com alto risco de desaparecimento na natureza em futuro próximo, assim reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, com base em documentação científica disponível;

II - com deficiência de dados: aquelas cujas informações (distribuição geográfica, ameaças/impactos e usos, entre outras) são ainda deficientes, não permitindo enquadrá-las com segurança na condição de ameaçadas;

Art. 4º As espécies consideradas ameaçadas de extinção constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa estão sujeitas às restrições previstas na legislação em vigor e sua coleta, para quaisquer fins, será efetuada apenas mediante autorização do órgão ambiental competente.<sup>293</sup>

---

<sup>293</sup> BRASIL. Instrução Normativa MMA nº 06, de 23 de setembro de 2008. Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçada de extinção aquelas

Sr. Divo, agricultor aposentado que mantém no Canto do Moreira, região de Ratoles, um terreno que se inclui na legislação vigente como APP, conhece as possibilidades de usos da terra e da vegetação no terreno de sua propriedade. Sobre retirar palmito para o consumo, ele afirma:

Se nós cortar, alguém denunciar, ele vem aqui dá uma carcada em nós. Se nós quiser comer um ou dois, mesmo que plantou palmito, o Ibama é assim: você chega lá pega uma ordem, eu quero plantar 1000 pés de palmito. Eles vê a área, quando tiver bom de colher, cortar, eles vão cá. 20% tem que deixar[...] aí bota um selo naquele que vai ficar, de 100 fica 20.[...] só esse que plantemos, do morro não pode mexer. Tem que plantar com autorização dele [...] não pode tirar lenha, não pode tirar mais nada (informação verbal).<sup>294</sup>

A legislação cria uma série de novas regras para lidar com a terra, com as diferentes espécies nela encontradas. Sr. Divo conhece os “riscos” envolvidos em descumprir tais premissas, ele afirmou: “se cortar e alguém denunciar vai preso [...] não tem fiança”. De qualquer forma, pequenas estratégias também são criadas para que a família possa utilizar para o consumo próprio alimentos que outrora eram corriqueiros na sua mesa. Assim, este agricultor confidenciou: “se nós quiser comer um nós corta.”

### 3.2 PECUÁRIA, ENGENHOS E NOVAS RURALIDADES EM CONSTRUÇÃO

Outra atividade que mantém vínculos com a terra na Ilha de Santa Catarina é a pecuária. Segundo dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), a Ilha de Santa Catarina hoje possui 3.100 cabeças de bovinos com 324 criadores, 1.116 cabeças de equino com 185 criadores, 470 cabeças de caprino com 29 criadores e 366 cabeças de ovino com 23 criadores. Os bovinos predominantes são: zebu, holandesa/vermelha e preto e branco, jersey, nelore, gir leiteiro. Os rebanhos estão localizados na região norte da Ilha em: Rio Vermelho, Sítio do Capivari/Ingleses, Cachoeira do Bom Jesus,

---

constantes do Anexo I... Disponível em:  
 <<https://uc.socioambiental.org/conservacao-da-biodiversidade/especies-ameacadas-de-extincao>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

<sup>294</sup> SILVA, Divo da. **Entrevista**.

Canasvieiras/Canto do Lamim, Vargem Grande, Vargem Pequena, Ratores e Barra do Sambaqui. No sul da Ilha: Rio Tavares, Campeche, Tapera, Ribeirão da Ilha, Caieira da Barra do Sul e Costa de Dentro.<sup>295</sup>

A atividade da pecuária na Ilha de Santa Catarina está atrelada a diferentes fatores, existem donos de dois ou três animais para os carros de boi, existe o gado familiar, normalmente para o consumo do leite, tem criação de gado de corte para venda. Uma questão que chama atenção na manutenção dos rebanhos em terrenos privados é o atributo que essa terra vai receber perante a legislação. No Plano Diretor Participativo de Florianópolis, aprovado em janeiro de 2014, as áreas rurais da Ilha foram extintas. O que existe, sob áreas que anteriormente eram enquadradas como rurais, são duas novas denominações: uma nova determinação, sob o título de Área Residencial Rural (ARR), e a outra, as AUEs. De acordo com a Lei nº 482/2014:

II - Área Residencial Rural (ARR) - onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária rural, destinadas à produção agrícola e agropecuária familiar; e III - Área de Urbanização Especial (AUE) - grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa a área remanescente, criando novas centralidades caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados; [...].<sup>296</sup>

No entanto, a extinção das áreas rurais poderia pressupor que todos os proprietários de terrenos na Ilha deveriam pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Mas, como é possível verificar na Tabela 5, existe um número considerável de propriedades que ainda pagam Imposto Territorial Rural (ITR). Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que define a característica da terra como rural são os usos feitos dela. Assim, a criação de gado se configura uma

---

<sup>295</sup> Cf. ROSA, Edson. Criação de bovinos é alternativa econômica, de lazer e subsistência no interior da Ilha. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 jan. 2015.

<sup>296</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2015**. Institui o Plano Diretor de urbanismo do município de Florianópolis... Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2014\\_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

atividade de uso rural, o que daria ao proprietário o direito de pagar o ITR, em detrimento do IPTU.

Tabela 5 – Imóveis rurais pela classificação fundiária

<b>Município</b>	<b>Classificação fundiária – tamanho/produktividade</b>	<b>Nº de imóveis rurais</b>	<b>Área total (ha)</b>
Florianópolis (SC)	Minifúndio	767	1.820,2518
	Pequena propriedade	71	833,1173
	Pequena propriedade (*)	179	2.274,3000
	Média propriedade	1	36,0000
	Média propriedade (*)	35	1.577,3000
	Grande propriedade (*)	10	2.213,5998
	Não classificada	18	159,0000
	Sem informação	25	5,4000
<b>Total</b>		<b>1.106</b>	<b>8.918,9689</b>

(\*) Propriedades que não atingem os níveis de produtividade previstos na Lei nº 8.629/1993.

Módulo Fiscal (MF) em Florianópolis: 7 hectares. Minifúndio: inferior a 1 MF.

Pequena propriedade: 1 a 4 MF. Média propriedade: 4 a 15 MF. Grande propriedade: acima de 15 MF.

Fonte: Elaborada por Alexandre Inkot (Incra) com base no SNCR<sup>297</sup> (2014)

Existem ainda na Ilha algumas grandes áreas, como visto na Tabela 5, que no antigo Plano Diretor eram enquadradas como áreas rurais, e no novo plano foram enquadradas como AUE, algo ainda bastante confuso na nova lei. Estas, segundo o Incra, continuam pagando ITR. Em uma delas, onde pastam diariamente algumas cabeças de gado, os proprietários seguem pagando o ITR. Esse caso específico acabou virando processo judicial. Terras pertencentes a herdeiros da família Ramos entraram na justiça para requerer a manutenção do ITR. No processo, em nome de Agro Pastoril C. Ramos Ltda., Doris Ramos Gomes e Vilma Ramos Fonseca, foi ajuizado pedido de cancelamento de cobrança de IPTU contra a prefeitura de Florianópolis.

Na sentença final do processo em questão, que decidiu favoravelmente aos autores, foi utilizada como argumentação o fato de que o ITR pode também incidir sobre imóveis localizados em áreas urbanas, porém, com uso específico, como consta no processo:

<sup>297</sup> INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. 2014. Disponível em: <<https://snrcr.serpro.gov.br>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

O ITR não incide somente sobre os imóveis localizados na zona rural do município, mas também sobre aqueles que, situados na área urbana, são comprovadamente utilizados em exploração extrativa, vegetal, pecuária ou agroindustrial.<sup>298</sup>

Em meio à crescente especulação imobiliária que se tem apresentado na Ilha nos últimos 40 anos, áreas com grandes extensões, certamente os valores referidos a partir do IPTU poderiam atingir cifras significativas. A presença do gado espalhado por parte dessas terras pode fazer jus ao argumento mencionado na sentença judicial. Em terras em área urbana, com exploração pecuarista ou agroindustrial, o imposto que deve incidir sobre elas é o ITR.

O gado que se encontra espalhado em parte das terras referidas no processo indicado soma aproximadamente 146 cabeças. Mas, esse número é dividido entre o caseiro, o dono da propriedade e, alguns amigos, para usar as palavras do criador de gado e morador-caseiro da propriedade localizada no norte da Ilha, Fabiano João Maria. Fabiano é nascido na Ilha, sua família veio de Governador Celso Ramos, seus pais eram agricultores. Ele mora no bairro da Vargem Pequena desde 1996, e veio ocupar o lugar do sogro, que anteriormente administrava a fazenda do ex-governador Celso Ramos. Hoje ele é funcionário da propriedade que pertence a Celso Ramos (neto do ex-governador). Sobre a propriedade do gado alocado naquelas terras, ele diz: “[...] tanto hoje com 146 cabeça de gado, entre minha, patrão, e de amigo né, que a gente também ajuda o pessoal aí (informação verbal).”<sup>299</sup> Torna-se evidente que a criação de gado não é propriamente um negócio do proprietário do terreno. Animais pastando naquelas terras tem configurado um uso “rural” que pode servir a diferentes interesses em jogo, a questão dos impostos aqui referida é uma delas, e também, porque não dizer, a reserva de áreas de larga extensão para o desenvolvimento futuro de grandes empreendimentos imobiliários. Complete-se: salvo pelos bois de uma forte taxação tributária.

---

<sup>298</sup> PEREIRA, Hélio do Valle. Sentença. In: SANTA CATARINA (Estado). Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Autos nº 023.01.026834-3**. Autores: Agro Pastoral C. Ramos Ltda., Doris Ramos Gomes e Vilma Ramos Fonseca. Ré: Prefeitura de Florianópolis.

<sup>299</sup> MARIA, Fabiano João. **Entrevista**. [23 mar. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Criador de gado – Vargem Pequena).

Fabiano também demonstrou conhecer os tributos que incidem sobre a terra de que “cuida”. Ele diz: “[...] o nosso terreno ainda tá como área rural, ele ainda tá como registrado no Incra, aí eu não sei até quanto tempo (informação verbal).”<sup>300</sup>Sobre a relação entre pecuária e desmatamento, o criador de gado do norte da Ilha fez questão de isentar a “culpa” dos animais.

[...] o gado, o pessoal diz, ah o gado não preserva, ao contrário, o gado é um bicho seletivo, ele não come qualquer coisa, ele não come qualquer folha, ele vai comer o capim, mata ele não vai comer, o pessoal diz: ah o gado vai lá e acaba com a mata. Não, isso é mentira [...] ele vai na mata pra se proteger... o homem que derruba a mata, o gado leva a culpa (informação verbal).<sup>301</sup>

Obviamente, o trabalho de derrubar a mata para a criação de animais de grande porte ou para outros fins, é do ser humano. A área em que Fabiano cria seus animais já foi alvo de um processo de desmatamento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), as visitas da fiscalização também foram relatadas pelo funcionário: “[...] antigamente o pessoal do Ibama vinha aqui dentro fiscalizar a área [...] mas há uns 10 anos atrás eles vinham aqui no mínimo uma, duas vezes por ano (informação verbal).”<sup>302</sup>

Ter animais não é prerrogativa somente dos criadores, faz parte das ruralidades presentes na Ilha na atualidade. Bois que são utilizados nos carros de boi, nos engenhos de farinha ou mesmo como fontes de leite para consumo familiar. Há a presença desses animais mesmo nos reduzidos espaços, e muitas vezes o dono nem possui espaço próprio, usa terrenos emprestados para o animal pastar. O professor Nazareno Campos fez estudos sobre as chamadas “terras de uso comum”, áreas que eram utilizadas por membros das comunidades para levar o gado para se alimentar ou para recolher lenha e madeira, ou ainda para a agricultura. Eram terras de uso comum e que depois acabaram sendo alvo de inúmeras apropriações indevidas. Essas terras não existem mais. Hoje, muitos donos de gado usam terrenos de particulares emprestados. Manter esses animais e tê-los como “animais de estimação” também pode ser pensado a partir da emergência de novas sensibilidades em relação aos animais.

---

<sup>300</sup> MARIA, Fabiano João. **Entrevista.**

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> Ibid.

Em evidência neste princípio de século XXI, novas sensibilidades diante dos animais e mesmo do meio ambiente têm promovido ações, como o surgimento de ONGs e sociedades protetoras, que tornam-se atuantes diante dos poderes constituídos para que leis sejam feitas visando a proteção ambiental, de todas as espécies. No que diz respeito aos animais de estimação, essas novas sensibilidades foram articuladas em diferentes períodos da história.

Keith Thomas, no seu livro *O homem e o mundo natural*, argumenta que a ideia de condenar a crueldade em relação aos animais não é novidade na modernidade, era uma opinião já sustentada por autores clássicos, por escolásticos medievais e reforçada no período moderno. As novas descobertas “[...] revelavam não apenas que a terra não era o centro do mundo, mas que havia uma infinidade de mundos [...] ia se tornando mais difícil defender que a criação existisse para uso exclusivo e benéfico dos moradores humanos.”<sup>303</sup> Além de astrônomos, botânicos e zoólogos foram fazendo descobertas que colocavam em pauta o antropocentrismo. No século XVIII, houve um culto a novas sensibilidades, em que “[...] o modo de pensar pressupunha que o importante eram os sentimentos da criatura sofredora, não sua inteligência ou capacidade moral [...] os animais tinham sentimentos e tais sentimentos deviam ser respeitados.”<sup>304</sup> A certa altura do século XVIII, esse argumento que previa “bons tratos” seria também pensado em relação às plantas. Essa nova atitude em relação aos animais, que caminharia para a preocupação com os seus direitos, ganha força com o crescimento das cidades e o afastamento deles do processo produtivo.

O período atual tem sido espaço para a emergência de diferentes movimentos em defesa dos direitos dos animais. De certa forma, essas novas sensibilidades também interferem nas relações atuais entre os homens e as mulheres e seus animais, sejam eles de pequeno ou grande porte. Com relação ao gado, famílias que mantêm três, quatro ou seis animais, narram seu “apeço” pelos bichos. Em matéria sobre esses animais na Ilha, Edson Rosa destacou:

Aos 26 anos e a caminho da aposentadoria, Tiguera e Tigrão formam uma das juntas preferidas entre os 12 bois adultos que Fausto cria como amigos nos pastos da encosta do morro da Praia Comprida. É lá em cima que a família Andrade ainda planta a

---

<sup>303</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**... p. 236.

<sup>304</sup> Ibid., p. 250-251.

mandioca raspada para as farinhadas de inverno na Ilha. Matéria prima carregada por Tufi e Torino, a parelha mais velha do rebanho de fausto, com 30 anos, recolhida ao estábulo. Apegado aos bichos, o comerciante teme o momento da despedida dos animais de lidas e tenta minimizar o sofrimento com abrigo no estábulo e tratamento especial no cocho.<sup>305</sup>

Essa relação entre animais e homens-mulheres é recriada constantemente. Dona Maria Joaquina dos Anjos, agricultora aposentada e moradora do Distrito do Rio Vermelho, durante entrevista realizada nessa localidade, quando o assunto tornou-se a caça que era praticada na Ilha até 40 anos atrás, aproximadamente, esta logo afirmou: “[...] nunca comi caça não, eu tenho pena de matar os animais [...] deveria ter outra coisa pra gente se manter que não fosse o sacrifício da morte (informação verbal).”<sup>306</sup>

Essas novas sensibilidades em relação aos animais ficaram evidentes também quando o assunto é boi no engenho<sup>307</sup> de farinha. Dos engenhos<sup>308</sup> de farinha na Ilha pesquisados durante a realização deste

---

<sup>305</sup> ROSA, Edson. Boi na farra é boi de lida e cantoria. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 4 e 5 abr. 2015.

<sup>306</sup> ANJOS, Maria Joaquina dos. **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Rio Vermelho).

<sup>307</sup> Um pouco mais sobre os engenhos de farinha: “Os engenhos de farinha de mandioca e aguardente foram núcleos produtivos que constituíram a indústria rural da Ilha de Santa Catarina. A denominação engenho se refere à edificação, com dimensões médias de 8 por 12 metros e ao maquinário utilizado na produção [...]. Na Ilha de Santa Catarina, o engenho se estruturou inicialmente numa economia de subsistência, com comercialização de algum excedente.” (SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007. p. 39.).

<sup>308</sup> Em relação ao maquinário presente nos engenhos da Ilha de Santa Catarina pode-se indicar “três tipos distintos: a) maquinário manual, chamado caranguejo, pouca pressa ou chamarita; b) maquinário movido à tração animal, denominado cangalha e c) maquinário também movido pela força do boi, denominado mastro [...]. O maquinário de cangalha, o mais comum e o mais utilizado na Ilha, principalmente na porção sul tem fortes semelhanças com as atafonas portuguesas movidas a tração animal. No de cangalha, a força motriz é obtida apenas por um boi. [...] O maquinário de mastro tem suas origens no arquipélago dos Açores, apresentando semelhanças com os moinhos de vento [...]. Também movido pela força de um boi, difere do

trabalho, foram encontrados, através de relatos dos entrevistados ou de pesquisa nos jornais, os seguintes engenhos: em primeiro lugar, os engenhos movidos a boi de maquinário de mastro que são apenas três: o engenho de Fausto Andrade, localizado junto ao restaurante Samburá, em Santo Antônio de Lisboa, o Engenho de Beto Andrade, localizado em Santo Antônio de Lisboa, e o engenho de Hermínio dos Santos (Nem), localizado no Rio Vermelho. Em segundo lugar, os engenhos movidos a boi de maquinário cangalha: o engenho de Cláudio Manuel de Andrade, localizado em Santo Antônio de Lisboa, o engenho da Costa da Lagoa, localizado na Costa da Lagoa, da família do Sr. Bilé e da D. Benta. Tem-se, ainda, o engenho do Sr. Alcício da Silva, localizado na Costa de Cima, que se tornou uma espécie de museu, é aberto à visitação e não mais está em funcionamento. O engenho do Sr. Osvaldo Duarte, na Armação do Pântano do Sul, o engenho do Sr. Ailton Bonifácio Barbosa, no Sertão do Peri e, o engenho de Amauri Santos, localizado na Barra do Sambaqui. Por último, os engenhos movidos pela energia elétrica: o engenho do Sr. Ataíde Manuel da Silveira, no Rio Vermelho, o engenho de Sérgio de Souza (Marreba), no Canto do Lamim, o engenho do Sr. Manoel dos Anjos, no Rio Vermelho, o engenho de Manuel Domingos de Souza (Neca), no sertão do Ribeirão, o engenho do Sr. Domingos Norberto Coelho, em Ponta das Canas, no caminho que leva à praia Brava, o engenho três irmãos (do Galo), pertencente ao Sr. Ademir Rodolfo Silva, em Ponta das Canas, e o engenho do João José Heidenreich, no sertão do Ribeirão. O projeto “Engenhos da cultura, teias agroecológicas” realizou o mapeamento de alguns engenhos em funcionamento em Florianópolis e nos municípios vizinhos, como é possível ver no Mapa 8.

---

maquinário de cangalha por apresentar o movimento do animal fora da área de trabalho [...]. A força motriz utilizada na grande maioria dos engenhos foi a tração animal, embora tenha sido registrada a ocorrência de sítios oriundos de engenhos movidos à roda d'água.” (SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina**. p. 41-54.). Cabe destacar que os engenhos em funcionamento hoje que não usam mais a força motriz do animal são ligados por uma máquina movida a energia elétrica.

## Mapa 8 – Localização de Engenhos Artesanais de Florianópolis e região



Fonte: Ponto de Cultura Engenheiros de Farinha<sup>309</sup> (2017)

Sobre a utilização ou não de animais nos engenhos, duas questões ficaram bastante evidentes: a primeira diz respeito a essas novas sensibilidades que se tem apresentado em relação aos animais, e a outra diz respeito às questões legais e sanitárias do fabrico da farinha. Ter engenho movido a motor ou pela força motriz dos bois foi narrado de diferentes maneiras pelos entrevistados nesta pesquisa. O espaço foi apontado como limitador para o uso dos animais no engenho. Sérgio de Souza, o Marreba, proprietário de um Engenho movido à máquina no Canto do Lamim, afirma que um dos fatores para não ter colocado a força motriz dos animais é o espaço.

[...] ele ali é trabalhado a motor, tudo é motor de forno, de cevador, só motor, porque o espaço pro boi tem que ser maior, nós temos uma réplica lá, aquela replicazinha lá é com o boi, roda no engenho, então ele tem que ter um espaço suficiente pro boi rodar [...] para rodar com a canga (informação verbal).<sup>310</sup>

O espaço, ou melhor, a falta dele, é então apontado como um dos fatores para que o engenho seja movido pela energia elétrica. O engenho movido a boi fica agora na estante através de uma réplica que, juntamente com outros artefatos utilizados pelos familiares do Sérgio no seu cotidiano de trabalho na lavoura, hoje ajudam a compor esse cenário do “novo” engenho<sup>311</sup>. A Figura 24 traz a imagem da réplica mencionada

---

<sup>309</sup> PONTO DE CULTURA ENGENHOS DE FARINHA. 2017. Disponível em: <<https://engenhosdefarinha.wordpress.com/>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

<sup>310</sup> SOUZA, Sérgio Antônio de. (Marreba). **Entrevista**.

<sup>311</sup> A manutenção dos engenhos em Florianópolis, no tempo presente, possibilita pensar as diversas temporalidades ali presentes, em diferentes objetos de distintos períodos, como o pilão de café e o maquinário de produção de farinha, muitas vezes transformados, utilizados de uma forma distinta, mas em sua permanência, trazendo o que poderíamos chamar de “rugosidades”. André Martinello em sua tese de doutorado escreve sobre a sobreposição de tempos, ou as rugosidades, tendo como referência os estudos de Milton Santos. “Uma rugosidade é em parte, a utilização de uma dada construção diferente ao destino a ela atribuído quando a originou, ou seja, uso de sua função é alterada, mesmo precisando adaptar, parcialmente, a forma. Sua função não precisa necessariamente mudar. Mas a forma de construção poderá caracterizá-la como uma espécie de ruga; permanece a estrutura, originada em outro tempo social, usando-a diferente do previsto.” (MARTINELLO, André Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e**

pele Sérgio, e a Figura 25, a Figura 26 e a Figura 27 são imagens dos artefatos contidos no interior do engenho, localizado na parte final do Canto do Lamim, ao lado de Jurerê.

Figura 24 – Réplica de engenho movido a boi feita pelo artista Joceli



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 25 – Objetos pertencentes a moradores da região contidos no interior do engenho



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 26 – Objetos contidos no interior do engenho do Canto do Lamim



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 27 – Fachada do Engenho de Sérgio de Souza (Marreba)



Fonte: Acervo da autora (2015)

A réplica do engenho, bem como os artefatos mantidos no interior do espaço e que tem servido para apresentar aos visitantes faces de uma vida “rural” que se idealiza, parecem transformar o espaço numa espécie de museu. Sobre a transformação do “rural” como tema na reinvenção das “tradições”, Froehlich afirma:

[...] na lógica cultural contemporânea que dispõe sobre o espetáculo, a tradição e o mundo rural [...] passam a ser vistos como substrato para a produção estética, e nesse processo, a condição rural não é mais encarada como arcaísmo a desaparecer, mas pode ser reconhecida como alteridade, como especificidade, como diferença valorizada [...] Defrontam-se os moradores, portanto, com uma espécie de nostalgia que magnifica um modo de vida que a maioria deles lutou ar abandonar [...] nesse tipo de espetáculo, a museificação do cotidiano [...] acabam por ensejar situações paradoxais e identidades ambíguas.<sup>312</sup>

Se por um lado, esse “rural”, que se apresenta no espaço da Associação do Boi de Mamão de Jurerê, parece tentar uma “reconstituição da vida pretérita”, em busca de uma suposta “autenticidade”, o espaço que hoje se apresenta, com maquinário que substitui a força motriz dos bois, também é parte de um “rural” ressignificado ou, por que não dizer, de “urbanidades” no rural. “A ressignificação do rural, através da ideia de ‘urbanidades no rural’ inclui uma série de representações que reapresentam este espaço como um ‘outro rural’.”<sup>313</sup>

O uso de engenhos movidos à máquina não deixa de ser uma reelaboração das práticas do fabrico da farinha. A Figura 28 e a Figura 29 mostram parte do maquinário desse novo engenho.

---

<sup>312</sup> FROEHLICH, José Marcos. Identidade e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...** p. 221.

<sup>313</sup> RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. p. 95.

Figura 28 – Motor do engenho de Sérgio de Souza (Marreba)



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 29 – Claudinei Bairrão (Nei), fornecedor do Engenho do Lamim



Fonte: Acervo da autora (2015)

As justificativas para tal uso se referiam, em alguma medida, à aplicação das novas leis ambientais. Sérgio (Marreba), além da mencionada questão da falta de espaço, assim justifica a ausência dos bois:

[...] é a lei ambiental agora ela tá sobre os animais rodando no engenho, são quinze minutos a cada animal rodando, então se quer ter um engenho grande, tem que ter no mínimo de 3 a 4 juntas de boi, são 6 animais no caso, pra tá trocando [...] isso aí eu acho que é municipal (informação verbal).<sup>314</sup>

O proprietário deste engenho no Lamim não soube identificar que legislação definiria o uso de animais no engenho. Ele acredita que seja uma “lei municipal”. Em busca de encontrar uma documentação que regulamentasse tal atividade, foi encontrado um projeto de lei que está em discussão em Mogi das Cruzes, São Paulo. “Segundo o projeto, cavalos, muares, bois e outros, não poderão ser usados para o deslocamento de veículos, movidos por força gerada destes animais, em território municipal.”<sup>315</sup> O projeto, de autoria da vereadora Ana Karina Pirillo, tem gerado polêmica, pois proibiria também o uso de tração animal com finalidade turística ou recreativa, como acontece na festa do Divino Espírito Santo de Mogi das Cruzes. Durante a festividade, acontece um desfile de carros de boi. Polêmicas à parte, esse tipo de projeto tem sido pensado também em outras regiões do Brasil. Recentemente, a Câmara Municipal de Florianópolis aprovou projeto de lei que proíbe o uso de carroças com tração animal nas ruas de Florianópolis. O Projeto de Lei nº 1.352/2014 proíbe o transporte de carga que se utilize de força animal, em que a carga tenha peso superior ao do animal (cabe destacar que os animais referidos são cavalo, mula ou burro), sendo que figuram como exceções, locais privados, regiões periféricas e passeios turísticos.<sup>316</sup>

A Lei Complementar nº 521/2015, que dispõe sobre a redução gradativa da circulação de veículos de tração animal no município de Florianópolis, recebeu no ano de 2017 um adendo feito pelo vereador

---

<sup>314</sup> SOUZA, Sérgio Antônio de. **Entrevista**.

<sup>315</sup> SANTANA, Jamile. Projeto de lei que quer proibir veículos de tração animal em Mogi das Cruzes. **G1**, 18 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/07/projeto-de-lei-quer-proibir-veiculos-de-tracao-animal-em-mogi-das-cruzes.html>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

<sup>316</sup> DUARTE, Gabriele. Lei que proíbe tração animal em Florianópolis é aprovada por unanimidade. **Hora de Santa Catarina**, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/03/lei-que-proibe-tracao-animal-em-florianopolis-e-aprovada-na-camara-por-unanimidade-4726364.html>>. Acesso em: jun. 2015.

Marcos José de Abreu, que solicitava a inclusão de alguns mecanismos de exceção. O adendo destaca:

Art. 1º Acrescenta à Lei Complementar nº 521/2017 os incisos V e VI ao §1º do artigo 3º com os seguintes textos: V – para o exercício de atividades agropecuárias nas zonas rurais ou com características rurais da cidade; VI – nas regiões de povos e comunidades tradicionais conforme definidos no decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; VII – em cortejos festivos e festas populares tradicionais.<sup>317</sup>

Então, embora exista em Florianópolis uma legislação que corbe o uso de animais em veículos de transporte e carga, na prática, não existe atualmente uma legislação que limite o uso desses animais nos engenhos, a não ser regras que incidam sobre a questão de ordem sanitária. Assim quando nas narrativas aparece uma “preocupação” em “resguardar” os animais de “trabalho excessivo”, está-se diante de uma mudança de atitude em relação aos animais na contemporaneidade. Essa mudança tem permitido que sejam reelaboradas as relações entre seres humanos e animais.

O uso de máquinas nos engenhos em detrimento dos bois também é justificado pela referência às questões de ordem sanitária. Adriane Schroeder, em seu trabalho sobre os discursos que incidiram sobre os engenhos em Florianópolis durante o século XX, nos mostra que o controle sanitário não foi uma prática evidente dos agentes de vigilância, ou presente nas leis do período. Ela explica que: “[...] os entrevistados desconheciam a fiscalização da higiene na produção da farinha, assim como as leis e as notícias deixavam o engenho à margem da vigilância, no início do século XX.”<sup>318</sup>

Foi em Santa Catarina, em 1911, de acordo com Enilto de Oliveira Neubert<sup>319</sup>, que nasceu a indústria da fécula de mandioca. No Brasil, a Instrução Normativa MAPA nº 52/2011 estabelece as diretrizes técnicas

---

<sup>317</sup> ABREU, Marcos José de. **Projeto de Lei Complementar nº 1.634/2017**. Altera a Lei Complementar nº 521/2015. Florianópolis: Câmara Municipal, 25 abr. 2017.

<sup>318</sup> SCHROEDER, Adriane. **Histórias de engenho...** p. 67.

<sup>319</sup> NEUBERT, Enilto de Oliveira. Santa Catarina: o berço da industrialização da mandioca. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 26, n. 1, mar. 2013.

que regulamentam o fabrico de farinha de mandioca. Embora nas entrevistas aqui realizadas nenhum dono de engenho tenha afirmado sofrer qualquer tipo de pressão ou tentativa de coibir a produção por agentes da vigilância sanitária, essa preocupação aparecia como justificativa para a retirada dos bois do engenho. O comerciante aposentado do Rio Vermelho, Hermínio dos Santos, o Nem, possui engenho movido a boi. No entanto, manifestou preocupação com a questão da “vigilância”.

Ah tem isso é, porque tem vizinho, porque tem vizinho, porque você sabe, sempre os vizinho são as pessoas que a gente precisa, mas às vezes ele gosta de cachorro e não gosta de boi [...] quando eu tinha vaca de leite, tive problema, a vigilância veio diversas vezes aqui que eu não podia ter gado aqui (informação verbal).<sup>320</sup>

Essa preocupação faz sentido, haja vista que os processos de urbanização trazem também novas legislações e determinações quanto ao uso do solo, quanto à criação de animais, quanto à produção, à venda e ao consumo de alimentos. Por outro lado, é fato que a produção artesanal da farinha não sobreviveria se tivesse que se submeter à rigidez dos preceitos legais sobre a produção desse alimento. É importante rever os princípios que norteiam tais questões para, quem sabe, criar mecanismos específicos para essa atividade artesanal, que deve ser celebrada e respeitada como uma característica da diversidade e riqueza cultural presente no litoral do Brasil. Essas tensões entre o que é permitido ou deixa de ser com a urbanização não é recorrente só nas questões ambientais e sanitárias, é evidente também quando o assunto são as disputas simbólicas em torno da cidade.

### 3.3 FLORIANÓPOLIS DO “FUTURO”: DISPUTAS SIMBÓLICAS ENVOLVEM O “RURAL” E O “URBANO”

A urbanização das últimas décadas intensificou os processos de aproximação entre o “rural” e o “urbano”, esse processo está também permeado por tensões e disputas simbólicas. Florianópolis experimentou, nas três últimas décadas, um “[...] processo de urbanização peculiar que, ao forjar a cidade grande, não eliminou da memória e do cotidiano de seus moradores todos os aspectos e traços que a distinguiam como cidade

---

<sup>320</sup> SANTOS, Hermínio Euclides dos. **Entrevista.**

pequena.”<sup>321</sup> Conhecida hoje internacionalmente pelas intensas campanhas promovidas nas últimas décadas pelos representantes dos setores públicos e privados (setor de construção civil e turismo), foi apontada pela Revista *Veja*, em 2003, como a “Flórida brasileira”; um lugar que ocupa o imaginário de muitos brasileiros como “[...] aquela cidade tranquila, com os serviços de grande centro urbano que preservou certo charme interiorano.”<sup>322</sup>

É possível identificar em diferentes veículos da imprensa em geral, jornais locais e revistas, bem como nos discursos dos representantes políticos, um desejo premente, que se fortaleceu a partir da década de 1990, de projetar um novo “futuro” para a urbe em questão. No contexto dos tempos de globalização, a busca de um “futuro”<sup>323</sup> para a cidade capital vislumbrava uma contemporaneidade em dois sustentáculos, a tão propagada “vocalização turística” e a indústria de “tecnologia e informação”. Essas estratégias discursivas não conseguiram, através de vozes que buscavam construir uma imagem monolítica para a cidade, impedir o surgimento de outras imagens desejadas e construídas para representar e ressignificar a Florianópolis do tempo presente. Afinal, a “cidade atual é uma cidade de contradições; ela abriga muitas *ethnes*, muitas culturas e classes, muitas religiões [...] conseqüentemente, ela tem muitas faces, não uma única apenas.”<sup>324</sup>

Renata Pozzo e Leandro Vidal, num estudo sobre os aspectos da urbanização contemporânea de Florianópolis, afirmaram que desde 1990 a cidade entrou no que seria sua fase de modernização contemporânea, nesta “[...] os capitais extra-locais (e notadamente internacionais), em forma de investimentos imobiliários associados às bandeiras do turismo e da tecnologia, apropriam-se definitivamente do espaço urbano.”<sup>325</sup>

---

<sup>321</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Da cidade, seus usos e sentidos. In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teóricos e metodológicos**. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 13.

<sup>322</sup> SILVA, Adriana Souza. A Flórida brasileira. **Revista Veja**, ano 36, n. 22, p. 87-88, 4 jun. 2003.

<sup>323</sup> Sobre os projetos de “futuro” para Florianópolis, confira: LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro...**

<sup>324</sup> RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 2004. p. 8.

<sup>325</sup> POZZO, Renata R.; VIDAL, Leandro Moraes. A cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea de Florianópolis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

Ainda neste estudo, os autores defendem que, nas décadas de 1990 e 2000, as premissas discursivas divulgadas na mídia em geral pelos representantes políticos, pelos setores ligados ao turismo e pelos representantes da construção civil trouxeram justificativas para o crescimento da cidade embasados na velha ideia de “progresso”, cujo ideal de “novo” é sempre sinônimo de meta que deve ser alcançada na busca de uma cidade ideal que se pretende edificar. Nas palavras dos autores:

Percebemos que na Florianópolis contemporânea, dois mitos, duas imagens hegemônicas estão colocadas; a cidade-turística e a cidade tecnológica. Então questionamos: e a cidade-cidade, onde fica? Ao longo das três últimas décadas, além de territorializar as áreas dos antigos bairros de veraneio que residiam no centro da cidade, a atividade turística vem se sobrepondo violentamente aos antigos espaços... Percebendo a fragilidade desta atividade econômica, a partir do ano 2000, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal passaram a apostar todas as suas fichas na marca “Florianópolis: capital da Inovação”, lançada no dia 18 de março de 2010. Esta nova estratégia associada à “tecnologia” (palavra aliás de grande ressonância simbólica) é mais uma tentativa de romper com a imagem que Florianópolis teve por muitos anos de ser uma cidade provinciana, uma pequena capital entre duas metrópoles.<sup>326</sup>

A conexão desses discursos embasados na dobradinha turismo-tecnologia tem-se mostrado bastante atuante no sentido de produzir uma convincente imagem hegemônica da cidade. Projetos concretos têm saído do papel na última década. Só para citar alguns exemplos desses novos investimentos que buscam captar recursos dentro e fora da cidade e do país tem-se: a inauguração de dois novos *shopping centers*, o Floripa Shopping Center, inaugurado em 2006, e o Shopping Center Iguatemi, inaugurado em 2007. Este último foi construído em cima de antigo manguezal, algo que é corriqueiramente comentado pelos moradores de

---

<sup>326</sup> POZZO, Renata R.; VIDAL, Leandro Moraes. A cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea de Florianópolis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA.

Florianópolis. Tem se também a construção do Sapiens Park<sup>327</sup>, entre Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus, numa área de 4,3 milhões de metros quadrados, na região norte da Ilha. Na mesma região, o Centro de Convenções de Florianópolis. Pode-se citar também as obras para a ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, as obras de duplicação da rodovia que leva ao sul da Ilha e as discussões em torno da elaboração do novo Plano Diretor de Florianópolis, aprovado recentemente (janeiro de 2014) pela Câmara de Vereadores de Florianópolis. Esses são apenas alguns exemplos para mostrar os investimentos na Ilha que vêm alterando sua paisagem e trazendo novas tensões àqueles que ali habitam ou trabalham.

Todos os investimentos concretos vêm, de fato, acompanhados de discursos que tendem a edificar uma imagem que tenta ser hegemônica e reafirma uma cidade em que o momento presente é de uma cidade “cosmopolita”. As referências para a construção de um imaginário urbano são feitas a partir de comparações com experiências internacionais, como a que recentemente sugeriu que Florianópolis seguisse os caminhos da cidade-estado de Cingapura, referência para o que é chamado de *smart cities*. A matéria sobre esse assunto foi publicada recentemente na revista do grupo RIC notícias – afiliada local do grupo Record –, responsável pela publicação do Jornal Notícias do Dia e que traz, como colaboradores no *marketing* da revista, grupos ligados aos grandes empreendimentos imobiliários da Ilha, como: Koerich, WOA empreendimentos imobiliários, GND construtora e incorporadora, Sinduscon e, também, o

---

<sup>327</sup> Segundo o diretor executivo do Sapiens Park, José Eduardo Fiates, em entrevista concedida ao Jornal Diário Catarinense: “[...] o parque tem uma área total de 4,3 milhões de metros quadrados, que equivale a cerca de 450 campos de futebol, o condomínio - com ênfase em quatro segmentos: empresa de tecnologia, serviço, turismo e empreendimentos públicos com caráter inovador - deve apresentar um salto no próximo ano. O número de funcionários, que hoje é de 200, deve chegar a 3 mil em 2014. E a quantidade de empresas, 20, somando às que devem se instalar em breve, chegará a 30. Mas o que mais surpreende são as expectativas para os próximos 10 anos, quando espera-se a conclusão de todas as fases de desenvolvimento do parque. Serão então cerca de 30 mil pessoas trabalhando em 400 empresas instaladas.” (WENZEL, Karine. Sapiens Parque promete dar um salto de desenvolvimento em 2014. **Diário Catarinense**, 18 dez. 2013. Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2013/12/sapiens-parque-promete-dar-um-salto-de-desenvolvimento-em-2014-4368207.html>>. Acesso em: ago. 2014.).

poder político da cidade, representados pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Sendo assim, tornam-se esses discursos exemplos bem claros da conexão de interesses entre mídia, poder econômico e político na cidade de Florianópolis. Na revista de março de 2013, uma matéria intitulada “inteligência a serviço da cidade” tenta mostrar a “força” da indústria de tecnologia na Florianópolis atual e também aponta, segundo essa visão, as vantagens de ser uma *smart city*. Vejamos:

Em 2012, as cerca de 550 empresas de *hardware*, *software* e incubadoras instaladas em Florianópolis geraram uma receita superior a um bilhão de reais para o município... É com base na força desta indústria limpa e bilionária que a prefeitura municipal iniciou um ambicioso projeto para transformar Florianópolis em uma *smart city* (cidade inteligente) [...]. Mas o que é uma *smart city*? “As cidades inteligentes são aquelas inovação, conhecimento e soluções em várias dimensões, desde o uso sustentável de recursos naturais e sistemas eficientes de transporte e segurança até transparência nas ações do governo e facilidade para a atração de eventos”, resume Henry Quaresma, engenheiro e diretor da FIESC [...]. “Cingapura, a cidade-estado do sudeste asiático que hoje é considerada a mais importante *smart city* do continente [...] a partir da atração de empresas de alta tecnologia e uma série de ações do poder público, hoje é uma referência mundial tem um sistema de transporte público e controle de tráfego exemplar e conta com uma população de alto nível cultural e intelectual [...]”.<sup>328</sup>

A intenção apregoada em décadas precedentes de legitimar a importância de Florianópolis capital como uma cidade industrial parece não ter perdido força. A presença da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com os cursos de engenharia, e a implantação da Fundação CERTI (Centro Regional de Tecnologia e Informática de Santa Catarina) abriram caminho para que grandes empresas (Weg,

---

<sup>328</sup> UMPIERRES, Fabrício. Inteligência a serviço da cidade. **Revista Floripa é:** para conhecer mais sua cidade. Florianópolis, n. 2, mar. 2013. p. 10-11.

Volkswagen, Volvo, Metal Leve, Embraco, Bosh etc.) passassem a financiar projetos na universidade.<sup>329</sup>

Os discursos que divulgam um futuro almejado para Florianópolis, em especial, veiculados pelo poder público (estadual e municipal) e pela iniciativa privada, provocam reações nos sujeitos de diferentes formas. Esse projeto de cidade “turística-tecnológica” vem acompanhado de uma expansão da cidade de maneira ainda mais forte para as áreas que, desde a década de 1970, vêm sofrendo alterações sociais, ambientais e culturais. Essas alterações tornaram mais dinâmicas e frequentes as inter-relações entre as áreas outrora consideradas “rurais” com as “urbanas”, promovendo trocas simbólicas que conformaram tensões e conflitos.

Assim como Franklin Cascaes, através de sua vasta obra de desenhos, esculturas e escritos, pode ser usado como referência para pensar como os discursos de futuro foram significados pelos sujeitos da cidade nos anos 1950 e 1960, o cineasta Ademir Damasco também terá parte de seus vídeos utilizados como fontes para pensar as transformações do “rural” na Ilha de Santa Catarina, sobretudo nos últimos 25 anos.

Cabe destacar que as fontes aqui selecionadas não devem ser pensadas como um fim em si mesmas mas como ponto de partida para promover leituras historiográficas diversas, outros modos de perceber as transformações das sociedades no tempo. Ulpiano Bezerra de Menezes faz uma discussão muito interessante sobre o uso das fontes visuais pelos historiadores na atualidade, destacando a importância de não entender o campo da história visual como um feudo fechado em si próprio, e que os documentos não são o objeto de qualquer pesquisa, o objeto é sempre a sociedade. Nessa perspectiva é imprescindível a formulação de problemas históricos que serão pensados a partir das fontes visuais, associados a quaisquer outras fontes de pesquisa.<sup>330</sup>

Assim como pensar as fontes visuais como caminhos para buscar respostas – ou mesmo formular novas questões aos problemas propostos pela história – requer certos cuidados, trabalhar com as relações entre história e cinema também exige algumas considerações. É pertinente destacar que a escolha desta análise recairá sobre um filme da sequência

---

<sup>329</sup> SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso...** p. 118.

<sup>330</sup> MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

de três filmes<sup>331</sup> produzidos entre 2006 e 2013 pelo cineasta Ademir Damasco. Trata-se do filme *Outono*<sup>332</sup>.

Esses filmes foram definidos pelo cineasta, roteirista e produtor dos trabalhos como filmes documentários. Não pretendo aqui entrar numa discussão sobre gêneros cinematográficos. Cabe, porém, destacar que análises sobre o tema já foram feitas anteriormente por estudiosos, destacando problemas bem instigantes, como o apresentado por José Valter Nunes em texto sobre a narrativa histórica em filme documentário. Este autor indaga se os relatos orais (ou escritos) presentes nos filmes documentários estão isentos de qualquer caráter ficcional e, ainda, se os procedimentos e os elementos de construção do documentário seriam tão distintos do gênero fílmico de ficção que induziriam as pessoas a uma compreensão de verdade. Para dar embasamento a sua forma de pensar a diferença entre filme documentário e ficcional, o autor traz à cena um trabalho de Geraldo Sarlo sobre o cineasta Rui Castro:

Cada vez tem menos diferença entre o que é um documentário e o que é uma ficção [...] o ato de filmar já é um ato seletivo, já é um ato ficcional. A linguagem é um ato ficcional. A minha tendência é sempre pegar a realidade como um aspecto ficcional, tanto aquilo que a gente convencionou chamar de a realidade do documentário quanto a realidade do filme ficcional...Pra mim as duas coisa estão profundamente interligadas.<sup>333</sup>

Esse parece um problema já colocado anteriormente nos debates sobre historiografia e o trabalho do historiador com as fontes. Nos debates do cientificismo do século XIX, sob os auspícios de uma história positivista, acreditava-se ser possível acessar o passado através das fontes, sendo elas caminhos inexoráveis para alcançar a “verdade” dos fatos. Debates atuais inseridos no contexto da história cultural entendem

---

<sup>331</sup> São estes, em ordem de produção: *A Pesca da Tainha* (2006), *Farinhada* (setembro de 2008) e *Outono* (2013).

<sup>332</sup> OUTONO. Direção: Ademir Damasco. 2013. 1 documentário (42 min), son., color.

<sup>333</sup> SARLO, Geraldo apud NUNES, José Walter. Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram? In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico...** p. 155-156.

a realidade como uma narrativa, assim como a “verdade” também se constituiria como tal.

De volta ao debate entre ficção e “realidade”, este também esteve nas relações entre história e literatura, nos quais, a dúvida recaía sobre quais seriam os limites entre a narrativa ficcional e a narrativa histórica. É possível pensar que, ao destacar seus trabalhos como inseridos no gênero documentário, Damasco quis enfatizar que, assim como na literatura, os cineastas dos filmes de ficção têm liberdade de invenção, enquanto nos documentários, os cineastas devem ter uma intenção de “verdade”. Além disso, pode-se inferir ainda que a autoinclusão do cineasta nessa proposta tenha relação com uma intenção de comunicabilidade. Como afirmou Valim em seu texto sobre o cinema, o gênero não é somente qualidade da narrativa, e sim o mecanismo a partir do qual se obtém o reconhecimento. Ao citar o teórico Jesús Martín-Barbero, trouxe o gênero para o debate: “enquanto chave de leitura, de decifração do sentido” um gênero é, antes de tudo, “uma estratégia de comunicabilidade”.<sup>334</sup>

Nesta análise cabe considerar que, assim como a história, os documentários também são uma construção narrativa. Nestes, deve-se levar em consideração uma metodologia, o uso de um modelo de interpretação, e o acesso aos problemas propostos devem ser feitos a partir de questões do presente. Assim, espera-se que os elementos encadeados a partir dessas narrativas possibilitem interpretações que façam sentido para o presente.

Como referência para as análises que irão se apresentar tendo como parâmetro cinco trabalhos do cineasta Ademir Damasco, utilizo a proposta metodológica sugerida pelo estudioso do assunto, o pesquisador e professor Alexandre Busco Valim. Como estratégia metodológica interpretativa<sup>335</sup>, este sugere seguir alguns parâmetros, a saber: em primeiro lugar, deve-se trazer à cena uma relação entre o contexto de produção do filme e aquilo que se narra; em segundo, devem-se observar as representações dos enunciados por meio dos tipos de narradores, como

---

<sup>334</sup> SARLO, Geraldo apud NUNES, José Walter. Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram? In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico...** p. 290.

<sup>335</sup> Sobre as propostas aqui apresentadas, confira: VALIM, Alexandre Busco. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 97-298.

aparecem, quais recursos são utilizados; o terceiro aspecto diz respeito aos níveis semânticos, aqui são alocadas as referências a uma representação que o filme pretende construir, que podem ter como objetivo afirmar ou negar uma determinada representação; por fim, as redes temáticas ou o conjunto de temas caracterizadores dos filmes.

Sendo assim, esses vídeos serviram para problematizar os conflitos surgidos a partir do processo de urbanização vivenciado por Florianópolis, com ênfase especial na última década, em que uma nova urbe emerge envolta nos discursos da “contemporaneidade” para a cidade, uma Ilha que se deseja turística e tecnológica.

Nas fissuras deste processo emergem outras imagens de cidade, da cidade de Florianópolis. Sob as lentes do cineasta Ademir Damasco, através de suas narrativas pautadas em imagens-sons-narradores, surgem cidades múltiplas, cidades desejadas. Não a cidade do “futuro”, aquela defendida pelos dirigentes, como “uma cidade voltada para a economia criativa, que desenvolve o turismo, a prestação de serviço [...]”<sup>336</sup>, mas a cidade em que a urbanização é um processo complexo que é experimentado além da dinâmica dos planejadores. Afinal, as experiências de ruralidade parecem não ter espaço nesses discursos em questão, ou aparecem sob um estigma de folclorização<sup>337</sup>. Urbanistas, arquitetos, representantes políticos e dos setores econômicos, que imprimem esse discurso que se pretende homogêneo, tentam racionalizar a divisão dos espaços, definir funções para os lugares e imprimir marcas que se afunilam para uma representação de cidade única, monolítica,

---

<sup>336</sup> Prefeito César Souza Júnior em entrevista para a **Revista Floripa é** (REVISTA FLORIPA É. Florianópolis, n. 3, mar. 2014.).

<sup>337</sup> Gabriella Pieroni faz uma discussão interessante sobre o uso do termo folclore: “O termo *folclore* é um neologismo inglês, que surgiu em um dos artigos da ‘Sociedade dos Antiquários’ em 1846 para dar nome ao estudo das tradições populares que estavam começando a ser sistematizadas e compiladas naquele momento. Apresenta-se assim, a necessidade de afirmação de uma disciplina científica que desse conta deste trabalho, como uma ‘Ciência do Folclore’. No âmbito da constituição das Ciências Humanas associada ao positivismo emergente na Europa, os folcloristas se apropriam do ideal romântico revestindo-o de cientificidade. Além de sistematizar os estudos sobre a ‘cultura popular’, os folcloristas pretendem, ao contrário dos românticos, popularizar também o próprio conhecimento científico. Neste afã, consideram possível, e inclusive imprescindível, transformar a oralidade das tradições populares em textos escritos, já que este universo era completamente dominado por eles, que eram profissionais da escrita.” (PIERONI, Gabriella C. **Engenhos de farinha...**).

homogênea. A urbanização, pelas lentes de Damasco, é um processo permeado de conflitos e disputas.

Para Ademir Damasco, a palavra outono define as transformações que a cidade de Florianópolis tem vivenciado nas últimas décadas. É também prenúncio da estação que se avizinha: o inverno. Nas palavras do entrevistado: “[...] outono porque é o fim... é o começo do ocaso de alguma coisa, tu tá chegando ao teu inverno, então eu tô dizendo que a minha ilha tá chegando no ocaso dela... a minha cidade tá chegando no inverno astral dela, ela tá desaparecendo (informação verbal).”<sup>338</sup>

Antes de tratar desse quadro de mudanças referenciadas no filme, abro um parêntese para explicitar um pouco da história de produção de *Outono*. Esse filme documentário foi produzido pelo cineasta Ademir Damasco em parceria com seu filho, Gustavo Damasco. Este, assim como o *Farinhada*, foi um dos trabalhos que tiveram financiamento da Lei de Incentivo à Cultura, contou com algumas parcerias (pública e privada) e, ao término de sua produção, teve um lançamento “oficial”, com estreia no 17ª Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM) em junho de 2013, realizado na UFSC. Ademir gosta de ressaltar que considera esse o seu primeiro trabalho propriamente dito, embora, na prática, dos cinco filmes estudados, este foi o último a ser lançado. É também o único em que todo o processo de edição foi feito pelo produtor e seu parceiro direto na produção dos filmes, seu filho Gustavo.

*Outono* é um filme que trata das transformações vividas por Florianópolis a partir do crescimento físico e humano empreendido pelo processo de urbanização.

Como afirmei anteriormente, farei uso de algumas premissas metodológicas. O primeiro pressuposto sugerido por Valim é o contexto de produção do filme, e aquilo que se narra. *Outono*, assim como os outros documentários aqui mencionados, foi produzido entre 2006 e 2013, pedaço de uma década emblemática para a cidade, para seus planejadores, governantes, moradores, enfim, para todos aqueles que compõem o complexo emaranhado de sujeitos e grupos de uma dada cidade.

É nesse contexto de construções discursivas em torno de uma “cidade almejada”, “a cidade tecnológica e turística” e de um conjunto de obras que tem se processado nos espaços da cidade de Florianópolis, que Damasco constrói, através do filme *Outono*, outras cidades desejadas. Toda a narrativa do filme é transpassada pelo contexto em questão, as transformações urbanas são apresentadas a partir de imagens-signos de uma cidade em processo de mutação: prédios em construção, obras

---

<sup>338</sup> DAMASCO, Ademir. **Entrevista.**

viárias, imagens de pessoas chegando à rodoviária, ao aeroporto, entrecruzam-se com imagens da prática cultural do terno de reis, das rendeiras do Campeche, dos carros de boi, da Praça XV, da Ponte Hercílio Luz; estas últimas são representações de uma outra cidade, que parece fugidia diante do que está posto. Tudo isso atravessado pelo tema gerador do filme: os medos – medos decorrentes das transformações, das mutações trazidas pelo “progresso”. Nas palavras de Damasco: “o progresso, esse bicho devorador de espaços (informação verbal)”.<sup>339</sup>

A cena mais emblemática do filme é retratada numa justaposição de imagens em que uma rendeira<sup>340</sup> é soterrada pela ação de uma máquina de estaqueamento. Aqui, os sentidos que a imagem e os sons da máquina evocam fazem alusão ao sentimento de perda, perda das práticas culturais que estão atreladas ao processo histórico de presença das comunidades açorianas na Ilha, de perda de um sentido de pertencimento ao lugar, de perda de uma cidade de outrora que o “progresso” ameaça “devorar”. Expresso nas palavras de Damasco: “[...] certas coisas se eu não registrar vai desaparecer, porque é daqui, só daqui. Nós estamos sendo invadidos por culturas alienígenas à nossa (informação verbal).”<sup>341</sup>

Essas representações das mudanças são também construídas a partir dos enunciados dos narradores escolhidos para tal. Aqui, evidencia-se o segundo viés metodológico proposto nesta análise: a análise dos tipos de narradores e os recursos utilizados. O recurso ao narrador faz uma trajetória singular no processo de construção dos sentidos almejados na produção desse filme. Como nos lembra Benjamin quando fala sobre o narrador:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do

---

<sup>339</sup> DAMASCO, Ademir. **Entrevista**.

<sup>340</sup> Esta senhora é conhecida pela alcunha de Dona Nicota, era uma rendeira, moradora do Campeche e que aparece numa longa entrevista no filme *Em busca da purificação*, também produzido por Damasco. O cineasta revelou-me que essa senhora faleceu no ano de 2013.

<sup>341</sup> DAMASCO, Ademir. **Entrevista**.

narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.<sup>342</sup>

Damasco escolhe cinco narradores, cada qual aborda à sua maneira, dentro do seu universo, as mudanças vividas na Ilha a partir da urbanização acelerada. O mais “atuante”, e que aparece em diferentes momentos do filme é, Sérgio da Costa Ramos, cronista, autor catarinense reconhecido nos meios intelectuais. A escolha do narrador recaiu sob um escritor que deixa transparecer em muitos dos seus trabalhos, uma ilha descrita como um lugar que é evocado como sendo parte de um passado idílico que se perdeu. Seus escritos trazem uma nostalgia em relação a esse passado e uma reprovação em face da proliferação das mudanças que a urbanização trouxe para Florianópolis.

Para o roteirista Damasco, quando fala sobre o Sérgio narrador, ele afirma que:

[...] ele fez o elo entre o novo e o velho. Ele é um flâneur, ele é um observador da cidade... ele anda na cidade como se fosse uma pessoa que ninguém está vendo, naquela cidade que ele também não conhece mais (informação verbal).<sup>343</sup>

Ao afirmar que o narrador é um *flâneur*, nosso artista insere o texto do narrador numa ótica de leitura possível da cidade, em outras palavras, o *flâneur*

[...] é o leitor da cidade, bem como de seus habitantes, através de cujas faces tenta decifrar os sentidos da vida urbana. De fato, através de suas andanças, ele transforma a cidade em um espaço para ser lido, um objeto de investigação, uma floresta de signos a serem decodificados – em suma, um texto.<sup>344</sup>

---

<sup>342</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987.

<sup>343</sup> DAMASCO, Ademir. **Entrevista**.

<sup>344</sup> MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “o homem da multidão” de Edgar Allan Poe. **Terra Roxa e outras terras: revista de estudos literários**, v. 12, jun. 2008. Disponível em:

Aqui, a cidade se transforma em texto a partir das narrativas de Sérgio da Costa Ramos, mas também, do delegado Cláudio Monteiro, do professor Werner Krauss Jr., e do urbanista, arquiteto e professor aposentado da UFSC, Lino Peres. Sérgio da Costa Ramos foi o narrador que ao longo de todo o filme fez grandes inserções. Delas pode-se começar a pensar nos níveis semânticos, ou seja, nas referências para as representações que o filme pretende construir. Nos textos narrados pelo cronista podem-se perceber aspectos que desvelam um desejo de reafirmação de uma representação de Florianópolis como uma cidade ideal, portadora de uma riqueza “cultural singular” e que vive sob a ameaça de desaparecer em função dos usos que tem sido feitos da cidade nas últimas décadas. Em sua narrativa no filme, Sérgio da Costa Ramos assim caracteriza Florianópolis:

A Floripa que era...

Havia o mar beijando a praça XV, o mercado, a alfândega, a Felipe Schimidt com seus carros anos 50... Havia a maresia que subia o Miramar acima e junto com as filhas de Maria parece que ia rezar...Havia até um bonde puxado a burro, essa é a Floripa muito antiga que eu não peguei. Mas vivi sim a Floripa que não existe mais, a Floripa onde todos se conheciam, onde se podia dormir de portas e janelas abertas, onde os carros atravessavam a rua mas você podia atravessar também ao mesmo tempo em que lia um jornal, essa Floripa que era amancebada com o mar, que vivia uma paixão com esse mar... Hoje existe uma outra Floripa.<sup>345</sup>

A cidade trazida nesse texto é uma cidade evocada a partir da memória do cronista. Henri Bergson<sup>346</sup> nos diz que a memória é uma ação subjetiva, é um processo que está em constante reelaboração. Quando evocamos o passado pela memória, não podemos chegar mais ao que foi. Bergson diz ainda que não temos a memória como um todo, evocamos a lembrança. Esse processo de rememorar tem origem no presente. Sobre essa relação presente-passado, Montenegro nos diz que:

---

<[http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g\\_pdf/vol12/TRvol12f.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf)>. Acesso em: ago. 2014.

<sup>345</sup> RAMOS, Sérgio da Costa. [Narrativa]. In: OUTONO. Direção: Ademir Damasco. 2013. 1 documentário (42 min), son., color.

<sup>346</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e memória**...

[...] toda percepção é constituída de forma indissociável das marcas da memória, ao mesmo tempo em que esta não se apresenta na simples legibilidade dos acontecimentos, mas nas fissuras labirínticas dos percursos de construção e ressignificação constantes que as experiências do presente produzem.<sup>347</sup>

Nesse sentido, a expressão da memória através da lembrança não é um processo linear e apresenta-se marcada por tensões. Assim, a memória evocada por Sérgio da Costa Ramos chega ao presente não como o real, mas como uma representação. Essa representação vem carregada de um desejo de alcançar um passado imaginado, uma cidade vinculada a um passado idílico, a um rural imaginado que remete a uma postura saudosista de “algo que foi e não é mais”. Três cidades aparecem nesse labirinto, a “Floripa muito antiga”, que ele não conheceu, mas identifica a partir de signos que simbolizam marcas do passado da cidade; a “Floripa que não existe mais”, que ele vivenciou e traz à luz pelas lembranças e, “uma outra Floripa”, aquela do presente-futuro, do sentimento de perda do que foi e medo em relação às mudanças vivenciadas no presente. Esse fragmento vem carregado de uma nostalgia da cidade que “foi”, “onde se podia dormir de portas e janelas abertas”, onde a cidade “era amancebada com o mar”. Nessa representação, Florianópolis é uma cidade partida entre o seu passado, “pacato”, “idílico”, “calmo” e o seu presente, “agitado”, “caótico”, “violento”. Nas próximas narrativas, outras representações sugerem o sentimento de perda, perda de uma cidade submersa nas lembranças do cronista. Sérgio mais uma vez vem à cena:

[...] essa Florianópolis não existe mais, aquela que a Ilha convivia com o mar e com as montanhas e a vida fluía calma e tranquila, como se Florianópolis fosse movida pelo vento Sul, a Remini de Federico Felini, que era movida pelo Siroco, o vento que não só marca o tempo mas traz consigo toas as boas lembranças.<sup>348</sup>

A memória voluntária é uma remontagem do passado, não é acesso direto a este, a memória parte do presente, ela surge do entrelaçar

---

<sup>347</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 71.

<sup>348</sup> RAMOS, Sérgio da Costa. [Narrativa]. In: OUTONO. Direção: Ademir Damasco.

constante entre os fragmentos de memória e os processos de ressignificação que as experiências do presente produzem.<sup>349</sup> Assim, através de fragmentos de memória do cronista, que viveu as mudanças urbanas que estão se processando em Florianópolis nas últimas décadas, é possível olhar a cidade como espaço de múltiplas vivências e representações. Se para o poder político e para os representantes das indústrias (turismo e construção civil) Florianópolis é uma *smart city*, que deve buscar suas referências em outra *smart city*, para outros atores a cidade ideal deveria buscar suas referências num passado não tão distante que ainda flutua nas camadas que conformam o viver na Ilha.

Neste outro fragmento, a cidade é representada como parte de um cenário onde dois mundos coexistem, o “velho” e o “novo”. Neste cenário, tensões vão surgindo. De volta as palavras do narrador:

Todos querem vir morar em Florianópolis, do Sul, do Sudeste, o Brasil desce e se encontra em Floripa. Nasce um sonho de consumo, vir morar aqui, e nos anos 80 e 90, Florianópolis cresceu uma média de 8%, 9% ao ano...e estamos pagando esse preço, é o preço de ter sido durante muitos anos morador da antessala do paraíso. Morávamos aqui, nós, eu, você e o criador, mas Floripa intemporal e que hoje é tão conspurcada por esse progresso predador, ela, por paradoxal que seja ainda vive em dois mundos, nesse mundo cacófono, barulhento, que joga as pessoas contra as pessoas e os automóveis contra todos; essa Floripa ainda tem os seus recantos, lugares protegidos do tempo, esses verdadeiros oráculos do passado, por exemplo, aqueles que cultivam por exemplo, os engenhos de cachaça...feitos de bons costumes e herança ancestral.<sup>350</sup>

As transformações urbanas aqui são representadas por dois signos das metamorfoses produzidas pela urbanização: o crescimento da população e o automóvel. Para o narrador, a Florianópolis transformada ainda se mantém ancorada em dois mundos, um “barulhento, que joga as pessoas contra as pessoas” e, outro, formado de “lugares protegidos do tempo”, “verdadeiros oráculos do passado”. Essa necessidade de

---

<sup>349</sup> RAMOS, Sérgio da Costa. [Narrativa]. In: OUTONO. Direção: Ademir Damasco.

<sup>350</sup> Ibid.

afirmação de uma existência que tem no passado seu lugar de construção está vinculada ao processo de construção das identidades. “A ameaça da perda da identidade está aí colocada, identidade não como natureza humana, mas como condição de existência de um grupo social e que se manifesta por um sentimento de referência e de pertencimento grupal.”<sup>351</sup>

Luiz Felipe Falcão, em um dos seus trabalhos sobre as transformações que Florianópolis vivenciou nas últimas décadas, afirmou que o crescimento populacional da cidade levou a população da cidade a conviver com um acréscimo de três vezes e meia o número de habitantes ao longo das quatro últimas décadas. Em 2001, os migrantes já representavam 42,64% do total de moradores da cidade. Falcão afirma que:

Florianópolis tem se constituído como um lugar de encontros e desencontros nos quais “nativos” (nascidos ou já ambientados na cidade) e “haoles” (termo havaiano, tomado de empréstimos dos surfistas que designa o estrangeiro) se confrontam, buscando qualificar positivamente os respectivos signos de identificação [...]. Florianópolis tem se convertido numa espécie de arena onde se esgrimem “nativos” e “haoles” com o objetivo de fixar, em forma irretocável, uma identidade cultural para a cidade e seus moradores [...].<sup>352</sup>

Esse processo de tentativas de instituir uma “legítima” representação da cidade está entrecortado por muitos conflitos. Essas disputas giram em torno de celebrar ou afirmar referências culturais partilhadas por certos grupos, é uma disputa pelo direito de pertencimento ao lugar em que se vive.<sup>353</sup> O próprio cineasta deixa evidente, nas escolhas que faz na produção de seus filmes, bem como nas falas de sua entrevista, seu desejo de que seu trabalho torne-se um referencial nas representações sobre Florianópolis.

Nesses trabalhos, as representações sobre a cidade desejada criam um vínculo entre a Florianópolis do presente e as manifestações culturais

---

<sup>351</sup> GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2982>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

<sup>352</sup> FALCÃO, Luiz Felipe. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram... p. 4-7.

<sup>353</sup> *Ibid.*, p. 2.

ligadas ao passado do povoamento açoriano. Damasco não esconde que esse passado, no seu entendimento, está sob “ameaça de sucumbir”. Ele afirma que: “[...] a gente tem problema com diversas raízes aqui, gaúcho e essa coisa toda, e tu vê que eles são muito fortes na tradição deles e a nossa Ilha, é uma Ilha turística, ela tá sendo invadida, muito, muito rapidamente (informação verbal).”<sup>354</sup>

Suas palavras deixam em evidência os “medos” em relação a essas transformações que a Ilha vem vivenciando nas últimas décadas. Ao creditar a existência de um passado “idílico” vinculado a uma “vida rural” mais adequada do que aquela vida “urbana” representada pela retroescavadeira, nossos artistas acabam por reforçar as fronteiras simbólicas que criam como realidades antagônicas o “campo” e a “cidade”, o “rural” e o “urbano”.

*Outono*, de certa forma, trouxe a complexidade do processo de modernização-urbanização ao buscar construir uma cidade imaginária ancorada em um passado rural idílico, configurando-se como uma representação em que o novo seria uma “ameaça” às referências culturais e simbólicas da Ilha. Assim, adentrar a cidade pelas lentes do cineasta Ademir Damasco tornou possível tratar o processo de urbanização além dos discursos que se pretendem hegemônicos. Vem à tona uma cidade permeada por disputas políticas, simbólicas, em que os sujeitos que a constituem construíram diferentes sentidos para o viver cotidiano.

Para encerrar este capítulo, ficam as palavras de Pimenta:

[...] uma estrutura urbana deve ser pensada, desde o seu início, como articulação de diferentes níveis da participação da população, da escala da cotidianidade aos grandes acontecimentos e manifestações históricas. Submeter a população á logica da circulação utilitarista é arrancar-lhe o direito de exercer sua expressão criativa. Alojjar e circular não se podem constituir em motores da vida moderna. O que a cidade tem de grandiosidade é a possibilidade de exercer conjuntamente o direito de cidadania.<sup>355</sup>

---

<sup>354</sup> DAMASCO, Ademir. **Entrevista**.

<sup>355</sup> PIMENTA, Margareth de Castro A. Florianópolis como espaço do público. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Florianópolis: do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005. p. 53.

## 4 RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS: AGRICULTURA URBANA, LEGISLAÇÃO E USOS DA TERRA

### 4.1 AGRICULTURA URBANA: MEIO AMBIENTE E PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM

Em 2016 foi lançada a segunda edição do impactante e denso estudo da relação entre o capitalismo e as transformações ambientais em curso. O trabalho de Luiz Marques, *Capitalismo e colapso ambiental*<sup>356</sup>, defende como uma de suas teses principais a ideia de que a expansão do capitalismo – da produção, do consumo, do aumento da exploração dos recursos energéticos – é incompatível com o equilíbrio dos ecossistemas e com a vida no planeta. O autor destaca o fracasso das tentativas de firmar políticas multilaterais operadas nas reuniões protagonizadas pela ONU, a exemplo da Rio 92, da COP 15 de Copenhague, da Rio +20 e da COP 20 de Lima, esta última traduzida no Acordo de Paris de 2015 que, segundo o autor, “[...] sequer menciona a questão dos gigantes subsídios aos combustíveis fósseis.”<sup>357</sup>

O estudioso em questão alerta para o fato de que os debates atuais acerca da necessidade de se repensar o paradigma de sociedade em que vivemos tem como base dados resultantes de inúmeras pesquisas científicas que mostram claramente que os limites para um iminente colapso ambiental já foram ultrapassados. Destaca ainda que, entre as transformações ambientais sofridas ao longo do século XX e nesse princípio de século XXI, os fatores negativos têm um peso gigantesco: aumento da concentração de gases de efeito estufa, colapso da biodiversidade, poluição da terra e do mar, destruição de recifes, intoxicação química de organismos, chuva ácida, aquecimento e acidificação dos oceanos, multiplicação das zonas mortas nos rios, lagos e mares...<sup>358</sup>

Na perspectiva desse estudo, as crises ambientais contemporâneas devem tornar-se prioridade nas pautas dos debates socioeconômicos e políticos. Presos a ilusões como a que alia capitalismo a sustentabilidade, a ilusão do crescimento inesgotável ou a ilusão antropocêntrica, estaríamos, portanto, fadados a um futuro sombrio. Não há dúvida acerca

---

<sup>356</sup> MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2016.

<sup>357</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>358</sup> *Ibid.*, p. 55.

da relação que alia o agravamento das crises ambientais à expansão desmedida do capitalismo. Sendo assim, nas palavras de Marques:

A utilização em escala industrial dessas novas fontes de energia, permitindo o aumento explosivo não apenas da população, mas da produção e do consumo de bens *per capita*, elevou em diversas ordens de grandeza o impacto da ação antrópica sobre todos os ecossistemas. [...] ultrapassado o limite de resiliência dos ecossistemas agredidos, o aumento da acumulação esgota, polui e degrada as bases da vida no planeta e, portanto, as bases da nossa existência. A capacidade de multiplicar o excedente, supremo bem até o século XVIII, tornou-se com o capitalismo global da segunda metade do século XX num mal que fere de morte a biosfera e, não por último, a espécie humana.<sup>359</sup>

Dessa maneira, o cenário atual, no que diz respeito ao meio ambiente, às transformações sofridas por este com o avanço da globalização, do consumo e mesmo das transformações em torno do papel do estado no mundo contemporâneo, tornam a questão ambiental ponto crucial para todo e qualquer paradigma de sociedade que se queira alcançar.

Luiz Marques bem analisou o endividamento de muitos países após a crise de 2008-2009, a incapacidade dos estados de encontrar soluções que fujam ao círculo vicioso de atender prioritariamente aos interesses das grandes corporações, em detrimento da sociedade e do meio ambiente.

O capitalismo talvez pudesse se aproximar da sustentabilidade se sua regulação fosse conduzida por um mecanismo misto, no qual o Estado e a sociedade civil tivessem peso suficiente para contrabalançar as forças cegas do mercado.<sup>360</sup>

Se é fato que a tese principal de Marques aponta para a incompatibilidade entre o avanço do capitalismo e o equilíbrio do meio ambiente, também é ponto de discussão entre estudiosos do assunto a relação entre crescimento e sustentabilidade.

---

<sup>359</sup> MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. p. 60.

<sup>360</sup> Ibid., p. 561.

A concepção acerca da sustentabilidade tal qual concebemos na atualidade ganha forma a partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, sendo o primeiro encontro das Nações Unidas em nível internacional para discutir as relações entre desenvolvimento e meio ambiente. É o momento em que a questão ambiental entra em cena como limitadora do crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Cabe destacar também a publicação, em 1980, em Nova York, do documento “Estratégia Mundial para a Conservação”. Este foi o ponto de partida para debates acerca da necessidade de formulação de uma agenda global de mudanças capazes de enfrentar as questões ambientais em foco.<sup>361</sup> Depois de Estocolmo, países do terceiro mundo passaram a enfrentar crises financeiras, processos inflacionários, recessão. A prioridade passou a ser a recuperação econômica. “Em contrapartida, avançam os problemas ambientais no mundo, começando a cair em desuso o discurso do ecodesenvolvimento, para ser substituído pelo discurso do desenvolvimento sustentável.”<sup>362</sup>

Ivana Lovo destaca que é nesse contexto de crise que surge o relatório Brundtland ou relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. “Dessa forma, começa-se a configurar uma concepção de sustentabilidade para a sobrevivência do gênero humano, buscando um movimento de esforço compartilhado por todas as nações do mundo [...]”<sup>363</sup> As premissas do desenvolvimento sustentável estavam colocadas na mesa de debates e passaram a nortear a elaboração de políticas públicas e também discursos diversos de empresas, governos e movimentos sociais. Lovo, através da análise de autores que já se debruçaram sobre o tema da sustentabilidade, como Henrique Leff, J. N. Pretty, P.P. Layrargues e J. M. Alier, aponta as fragilidades muitas vezes encobertas sob os discursos da “sustentabilidade”.

---

<sup>361</sup> Para conhecer uma introdução aos debates em torno da questão da sustentabilidade, confira: LOVO, Ivana C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. MATOS FILHO, Altamiro M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade: uma análise da Região de Florianópolis**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

<sup>362</sup> LOVO, Ivana C. **Agricultura urbana...** p. 16-17.

<sup>363</sup> *Ibid.*, p. 17.

Um dos autores tratados por Lovo, Layrargues<sup>364</sup>, na avaliação do relatório Bruntland, conclui que esse relatório possui fragilidades, uma vez que, com base nele, no que diz respeito aos problemas ambientais, “[...] as respostas estariam no mercado e não em ações conjuntas com o planejamento.”<sup>365</sup> Outro autor tratado por Lovo, Alier<sup>366</sup>, desconstrói o argumento de que a pobreza é a causa dos problemas ambientais. “Ele considera que há duas pressões sobre os recursos naturais: a pressão das populações e a pressão da produção.”<sup>367</sup> Finalmente, ao citar J. N. Pretty<sup>368</sup> no que diz respeito às críticas ao discurso de sustentabilidade, a autora destaca que, segundo este autor, “[...] os valores relativos à sustentabilidade são socialmente construídos e, assim, sustentabilidade sempre foi, e continua sendo, um processo de debate e disputa socialmente construído.”<sup>369</sup>

É nesse panorama de crise do capitalismo que ganham força os discursos de sustentabilidade, como já mencionado, para muitos autores, uma falácia que não tem se mostrado eficaz nos desdobramentos da crise ambiental que nos atinge. Um outro autor que fez uma crítica contundente à incorporação dos discursos de sustentabilidade pelos representantes do mercado, Gert Schinke, nos diz que:

O jargão “desenvolvimento sustentável”, tão em moda nos meios empresariais e estatais, visa, essencialmente, propagandear uma nova atitude por parte dos atores em relação aos problemas socioambientais, vestindo-os com uma roupagem responsável e supostamente engajada na mitigação dos problemas sociais e na preocupação com o meio ambiente. Pura falsidade. Faz parte do “menu” da “maquiagem verde” que hoje é hegemônico em todo o planeta.<sup>370</sup>

---

<sup>364</sup> LAYRARGUES, Philippe Pomier, 1987 apud LOVO, Ivana C. **Agricultura urbana...** p. 17-18.

<sup>365</sup> Ibid., p. 17.

<sup>366</sup> ALIER, Joan Martinez, 1998 apud LOVO, Ivana C. Op. cit., p. 18.

<sup>367</sup> Ibid., p. 18.

<sup>368</sup> PRETTY, Jules N., 1995 apud LOVO, Ivana C. Op. cit., p. 20.

<sup>369</sup> Ibid., p. 20.

<sup>370</sup> SCHINKE, Gert. **Ecoplamento**: teoria que explica o processo da assimilação do colapso ecológico por parte do sistema capitalista global. Florianópolis: Insular, 2013. p. 60.

É nesse cenário de crítica aos discursos utilizados acerca da “sustentabilidade” que têm sido pensadas alternativas para o modelo de sociedade capitalista vigente e para os discursos pautados na “maquiagem verde”, que pouco tem servido para mitigar os problemas ambientais em curso. Schinke chama atenção para a urgência na mudança não só de uso de nomenclatura, mas sobretudo na orientação de novas práticas que possam reorientar as relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Certamente, essa mudança envolve relações construídas fora da lógica antropocêntrica, em que a natureza é vista como mera depositária de elementos à disposição da ação humana e de seu usufruto.

Na busca de alternativas para esse modelo de sociedade, surgem referências importantes que propõem uma revisão nos “padrões sociais dominantes, focando principalmente os paradigmas de consumo e de produção.”<sup>371</sup> É nesse quadro que podemos pensar a cidade de uma perspectiva mais ampla, revendo parâmetros e diretrizes que estabeleceram “funções” para a cidade e construíram uma separação entre cidade e campo, retirando da primeira a possibilidade de se constituir também como um espaço de produção de alimentos. Assim a agricultura entra em cena; em especial, a agricultura urbana. Antes, é preciso entender que a agricultura, ou melhor dizendo, o modelo vigente de monocultura voltado em grande parte para exportação, tem sido um dos elementos fundamentais na crise ambiental. Jonathan A. Foley, que foi chefe do Instituto do Meio Ambiente da Universidade de Minnesota entre 2008 a 2014, em artigo publicado na Revista Scientific American Brasil, destacou os efeitos da pegada ambiental da agricultura.

Nossa equipe de pesquisa estimou que, até 2010, a agricultura já tinha desmatado ou transformado radicalmente 70% das pradarias pré-históricas, 50% das savanas, 45% das florestas decíduas temperadas e 25% das florestas tropicais do planeta. Desde a última Era do Gelo, nada perturbou tanto os ecossistemas. A água doce é outra vítima. Gastamos espantosos 4.000 km<sup>3</sup> de água por ano, em sua maioria tirados de rios e aquíferos. A irrigação responde por 70% dessa extração. [...] A água não está só desaparecendo, está sendo contaminada. Fertilizantes, herbicidas e pesticidas são aplicados em níveis incríveis, sendo encontrados em quase todos os ecossistemas. [...]

---

<sup>371</sup> LOVO, Ivana C. **Agricultura urbana...** p. 39.

A prática da agricultura também responde por entre 10% e 12% do aquecimento causado pelos gases de efeito estufa [...] A maior parte das emissões vem do metano produzido por animais e arrozais, e do óxido nitroso liberado por solos superfertilizados.<sup>372</sup>

Da constatação dos problemas à busca por soluções, a agricultura tem aparecido no cerne do debate. Na revisão das premissas, aparecem novas formas de produção, em novos espaços e na busca de novas relações com o meio ambiente. A agricultura urbana vai aparecer exatamente no ponto de encontro de construção de uma relação mais equilibrada entre o humano e a natureza.

Mas, é preciso algumas considerações acerca do que está se entendendo por agricultura urbana. Agricultura urbana ou agriculturas urbanas? As experiências que podem ser entendidas enquanto possibilidades de agricultura urbana são múltiplas e, sem dúvida, é tarefa bastante complicada e, também, sem propósito, buscar enquadrá-la em uma categoria conceitual. Existem alguns apontamentos que podem ser feitos para buscar a compreensão do que tem sido tratado por pesquisadores sobre esse tema e, ainda, análises necessárias que podem ser feitas para servirem como elementos norteadores dessa questão.

Ivana Lovo, em sua tese sobre agricultura urbana, tendo como objeto de estudo a região de Belo Horizonte, traz um capítulo dedicado à construção do conceito de agricultura urbana dentro de uma perspectiva global e local. A autora destaca duas bases de dados como sendo fundamentais para o acesso a produções teóricas da temática:

Para uma descrição global em que a temática da agricultura urbana vem se consolidando no ambiente político e acadêmico, faz-se necessário recorrer à base documental do Internacional Development Research Centre (IDRC). Trata-se de uma instituição que foi pioneira em reconhecer, apoiar e financiar projetos e estudos, contribuindo para a sistematização e geração de conhecimento sobre o tema da agricultura urbana [...]. A partir do início do século XXI, registros sobre iniciativas de agricultura urbana tem sido feitos também, por

---

<sup>372</sup> FOLEY, Jonathan A. Podemos alimentar o mundo e sustentar o planeta? **Revista Scientific American Brasil**, n. 170, out. 2016. p. 96-97.

meio da publicação *Urban Agriculture Magazine*, editada pela Ruaf Foundation.<sup>373</sup>

Um dos autores cujo suporte conceitual tem sido utilizado em muitos trabalhos é Luc Mougeout, que coordenou programas no IDRC entre 1993 e 2004. De acordo com esse autor, as definições mais usuais de agricultura urbana se baseiam nos seguintes critérios: tipos de atividade econômica, localização intraurbana ou periurbana, tipos de área onde ela é praticada, sua escala e seu sistema de produção, as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios) e a destinação dos produtos, inclusive a sua comercialização.<sup>374</sup> De acordo com esse autor, uma definição de agricultura urbana:

O cultivo, o processamento e a distribuição, com fins alimentícios e não alimentícios, de plantas, árvores e a criação de animais, tanto dentro como na periferia de uma área urbana, dirigidos ao mercado urbano. Para lograr êxito, a AU aproveita recursos (espaços usados ou subutilizados, resíduos orgânicos), serviços (extensão técnica, financiamento, transporte) e produtos (agroquímicos, ferramentas, veículos), encontrados nessa área urbana, gerando por sua vez recursos (áreas verdes, microclimas, composto), serviços (abastecimento, recreação, terapia), e produtos (flores, aves de curral e lácteos), em grande parte para a mesma área urbana.<sup>375</sup>

Uma outra definição bem abrangente da agricultura urbana pode ser encontrada na Ruaf, fundação que se constitui em uma das principais redes ligadas à agricultura urbana. A Ruaf desenvolve uma série de atividades de apoio aos projetos de agricultura urbana, dá assistência

---

<sup>373</sup> LOVO, Ivana. **Agricultura urbana...** p. 41-42.

<sup>374</sup> MOUGEOUT, Luc J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/urban-agriculture-concept-and-definition>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

<sup>375</sup> MOUGEOT, Luc J. A. Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture. Ottawa: IDRC; Earthscan, 2005. 281 p.

técnica, apoia governos locais e ONGs, além de publicar a revista *Urban Agriculture*.<sup>376</sup>

A agricultura urbana pode ser brevemente definida como o cultivo de plantas e a criação de animais dentro e no entorno das cidades. A característica mais marcante da agricultura urbana, que a distingue da agricultura rural, é que ela é integrada aos sistemas ecológico urbanos: a agricultura urbana é incrustada – e interage com – no ecossistema urbano. Tais ligações incluem: o uso de residentes urbanos como trabalhadores; a utilização de recursos tipicamente urbanos (como resíduos orgânicos como adubo composto e o reuso da água para irrigação); as relações diretas com os consumidores urbanos; os impactos diretos na ecologia urbana (positivos e negativos); sendo parte do sistema alimentar urbano; sendo influenciado por políticas e planejamentos urbanos etc.<sup>377</sup>

A integração com o ecossistema urbano é destacada como característica que é primordial para a identificação da agricultura urbana. E pode-se inferir que, ao materializar-se no espaço urbano, a agricultura urbana tem incorporado uma série de práticas: hortas comunitárias em espaços privados ou públicos, horticultura em áreas com muito espaço livre, criações de animais em gaiolas ou cercados diminutos, hortas em áreas livres, junto a grandes avenidas, entre outras.<sup>378</sup>

Também inseridas no debate da agricultura urbana, estão incluídas reflexões que se dividem em diferentes dimensões. Lovo destaca três dimensões: a dimensão social, voltada para a produção de alimentos e plantas medicinais com foco na subsistência, porém não exclusivamente;

---

<sup>376</sup> Um breve histórico da RUAF (do inglês – Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation) e um levantamento dos principais autores que tem se debruçado sobre a agricultura urbana podem ser vistos no trabalho de Gustavo Nagib. (Cf. NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Horta das Corujas. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.).

<sup>377</sup> RUAF, 2015 apud NAGIB, Gustavo. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo... f. 44.

<sup>378</sup> Ibid., f. 46-47.

a dimensão econômica, com destaque para os tipos de agricultura voltados para o mercado, relacionados à produção de alimentos, mas também de plantas, ervas medicinais e aromáticas, desenvolvidos em pequena ou grande escala; e, finalmente, a dimensão ecológica, onde as funções da agricultura urbana são múltiplas, indo da produção de alimentos adotando práticas agroecológicas até a realização de práticas como a compostagem, a reciclagem, o reúso da água etc.<sup>379</sup>

Nesse debate, é importante salientar que a prática da agricultura urbana é analisada também a partir de questões que priorizam os benefícios possíveis obtidos a partir de suas práticas. No quesito benefícios, pode-se elencar diversos pontos, dividindo-os sob diferentes aspectos: no que diz respeito aos benefícios econômicos, pode-se destacar a geração de renda direta (venda da produção), bem como a indireta (produção para o consumo). Cabe destacar também que alimentos produzidos localmente reduzem o custo advindo com o seu transporte, reduzindo o custo dos alimentos ofertados.

Ao refletir sob o prisma da segurança alimentar<sup>380</sup>, nutricional e da saúde, os benefícios da agricultura urbana se expandem: oferta de alimentos frescos, controle da qualidade dos alimentos ofertados (grande parte das experiências de agricultura urbana têm privilegiado uma produção sem o uso de fertilizantes, agrotóxicos e herbicidas), melhoria da nutrição familiar, redução da incidência de doenças. Sob o viés social, podem-se destacar como benefícios: fortalecimento e melhoria de vínculos afetivos e solidários entre os membros de diferentes comunidades, troca de experiências entre pessoas e grupos, geração de empregos, entre outros.

---

<sup>379</sup> LOVO, Ivana. **Agricultura urbana...** p. 52-53.

<sup>380</sup> O conceito de segurança alimentar aqui utilizado tem como referência o conceito apresentado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), realizado em março de 2004: “Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.” (CONSEA, 2004 apud ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias.** 2011. 197 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. p. 33.).

No campo dos benefícios subjetivos/simbólicos, cabe destacar a reelaboração de laços com a natureza, com a terra, a possibilidade do desenvolvimento de capacidades produtivas e ativas no processo de usos do solo urbano.

Cabe ainda ressaltar os benefícios ambientais relacionados a essas práticas. Estes vão desde a diminuição de emissão de poluentes, pois produzir localmente reduz o transporte e a conseqüente queima de combustíveis fósseis, até alcançar uma imensa gama de aspectos, como: reciclagem de resíduos urbanos, educação ambiental, manutenção de áreas de biodiversidade através do uso dos princípios da agroecologia, conservação do solo, melhoria no microclima urbano e na manutenção de áreas verdes das cidades etc.<sup>381</sup>

Nesse debate, também é pertinente apontar que, quando as atividades voltadas para a agricultura urbana são realizadas de forma inadequada, isso poderá acarretar riscos ao meio ambiente e à saúde humana. Os pontos apresentados por pesquisadores da questão indicam que os problemas provêm, em grande medida, de dois aspectos: em primeiro lugar, das formas de produção e, em segundo, das próprias implicações de produzir em espaços urbanos, como as questões referentes ao ar poluído, ao solo contaminado pelo descarte inadequado de resíduos etc. Suzi M. Freddi, em sua pesquisa sobre as hortas comunitárias no município de Joinville, aponta os problemas atrelados à agricultura urbana, a saber: “[...] a contaminação dos recursos naturais (ar-água-solo), dos alimentos e dos seres humanos, principalmente com relação à água utilizada, ao modo de produção, aos insumos utilizados no processo produtivo [...]”<sup>382</sup> Ou seja, além dos cuidados necessários para que os meios de produção não contenham elementos que possam contaminar rios e solo, a poluição do ar em áreas urbanas bem como o uso de água para irrigação que possam ter origem em fontes onde exista contaminação (como córregos poluídos) são riscos que devem ser observados nesse processo. Além destes, pode-se citar o risco de doenças transmitidas por

---

<sup>381</sup> Três trabalhos trazem importantes contribuições para a reflexão que diz respeito aos benefícios adquiridos através do desenvolvimento das práticas de agricultura urbana. Cf. ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro...** NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** FREDDI, Susi M. **A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC.** 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

<sup>382</sup> Ibid., f. 97.

animais domésticos (zoonoses) durante a criação, o uso de estrume rico em nitrato que pode contaminar a água subterrânea, o descarte de águas residuais das explorações avícolas, entre outros. No entanto, é preciso entender que muitos desses riscos também existem nos espaços de produção de agricultura rurais.

É exatamente na busca de uma relação mais equilibrada com o meio ambiente que as experiências de agricultura urbana têm sido pautadas pelo debate da agroecologia, da sustentabilidade, da educação ambiental, temas que serão abordados no decorrer do texto.

#### 4.2 O “RURAL” E O “URBANO” NA FLORIANÓPOLIS CONTEMPORÂNEA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANO DIRETOR

O acesso à terra é condição primordial para que seja possível o desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para agricultura urbana. O município de Florianópolis é cenário, nos últimos 50 anos, de um forte processo de crescimento populacional e urbano, que, acompanhado por um também fortíssimo processo de especulação imobiliária, torna essa questão do acesso à terra para agricultura um problema complexo e com fortes implicações para o meio ambiente e para a vida na cidade.

Enquanto este trabalho estava sendo escrito<sup>383</sup>, pode-se afirmar que o município de Florianópolis não possuía uma política pública voltada para a agricultura urbana. Existia, sim, um forte movimento que vinha

---

<sup>383</sup> Este texto foi produzido em março de 2017. Nessa ocasião estava sendo debatido, através de uma articulação promovida pelo vereador Marcos José de Abreu (Marquito), eleito pelo PSOL nas eleições municipais de 2016, um projeto de lei que tinha como objetivo a criação de um Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica para o município de Florianópolis. A intenção era tornar o momento da visita de dois importantes pesquisadores do tema, Miguel Altieri e Clara Nicholls, referências neste tema na América Latina, para sensibilizar os demais vereadores a respeito da importância da criação de uma política de agricultura urbana para Florianópolis. Eles proferiram, no dia 14 de março de 2017, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, a palestra intitulada: “Agroecologia: assegurando a produção agrícola rural e urbana em meio às mudanças climáticas.” Em meio a esse contexto, o grupo de trabalho do vereador Marcos José de Abreu protocolou um projeto de lei que tem por objetivo construir uma Política Municipal de Agroecologia para Florianópolis. O Projeto de Lei nº 17.002/2007 poderá ser visto no Anexo A deste trabalho.

sendo articulado desde o ano de 2015, quando da criação da Rede Semear de agricultura urbana, grupo que envolve pessoas ligadas ao poder público, outras vinculadas a movimentos sociais e da sociedade civil, que vinham se articulando para a promoção de ações que promovam a agricultura urbana no município de Florianópolis, bem como para defender a criação de uma política municipal de agricultura urbana para a cidade.

A elaboração do projeto que criou a Rede Semear data de 25 de junho de 2015 e tem como um dos seus objetivos:

[...] o presente projeto, que se insere na Operação Comer-Bem do Planejamento Estratégico da Diretoria de Vigilância em Saúde de Florianópolis, destina-se ao lançamento de uma rede de fomento à AUP em Florianópolis, para contribuir com a implantação das Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Saúde, por meio da aproximação de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, que defendam e promovam as práticas de AUP no município.<sup>384</sup>

A Rede Semear Floripa tem, pois, como objetivo maior, a formação de uma rede de fomento à agricultura urbana e periurbana em Florianópolis. Para tal, tem contado com a parceria de diversos atores: Cepagro, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), Quintais de Floripa<sup>385</sup>, Epagri, Comcap, UFSC, SMPMA (Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura) e também conta com a presença de diferentes interessados nas questões relativas à agricultura urbana de Florianópolis, como permacultores(as), estudiosos(as), agricultores(as), voluntários(as) de hortas comunitárias e outros. Desde a sua criação, em 2015, a Rede tem

---

<sup>384</sup> REDE SEMEAR. Termo de abertura do projeto de lançamento da Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana. Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, 2015. p. 11.

<sup>385</sup> Sobre os Quintais de Floripa, podemos situá-los como sendo um grupo formado por pessoas com o interesse comum de promover ações voltadas para as práticas da agricultura urbana. “Núcleo para a formação e intervenção de projetos relativos à agricultura urbana, com foco na capacitação comunitária, desenvolvimento de hortas urbanas, fortalecimento de redes e práticas de permacultura.” (QUINTAIS DE FLORIPA. [2016]. Disponível em: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com/arquivos-uteis/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.).

promovido uma série de reuniões com objetivo de discutir e implementar ações voltadas para agricultura urbana em Florianópolis.

Dentre essas ações, cabe destacar três movimentos que apontam na direção da tentativa de implementar uma política pública municipal de agricultura urbana, pela sensibilização dos atores políticos que poderiam tornar a agricultura urbana algo regulamentado por uma legislação pertinente. Em primeiro lugar destaca-se o esforço para elaboração de uma Carta de Intenções, elaborada durante o II Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis<sup>386</sup>, que seria entregue aos candidatos à prefeitura de Florianópolis durante o pleito eleitoral de 2016. Essa carta<sup>387</sup>, produzida a partir das sugestões encaminhadas pelos grupos de trabalho formados durante o II Encontro Municipal de Agricultura Urbana, construiu a justificativa da necessidade de elaboração de uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis em torno de dois pilares centrais: em primeiro lugar, assenta sua justificativa na emergência de demandas sociais que buscam construir uma relação mais equilibrada com o meio ambiente e de um desejo de tornar os espaços da cidade mais democráticos. Por outro lado, justifica-se o pedido pelo fato de Florianópolis não dispor de uma política de agricultura urbana e tampouco o município ter apresentado, através de ações e leis, a intenção de democratizar o acesso aos usos do solo.

---

<sup>386</sup> O II Encontro Municipal de Agricultura Urbana realizou-se em 25 de junho de 2016 na UFSC. Dois grandes blocos de debates permearam o encontro, o primeiro, “Processos de certificação para a produção de base agroecológica” e, o segundo, “Espaços para a agricultura no planejamento urbano.” Além disso, durante o encontro foi elaborada a Carta de Florianópolis, com objetivo de sensibilizar os candidatos ao pleito de outubro de 2016 (prefeitos e vereadores), da necessidade de construir uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis. Cabe destacar que Florianópolis tem sido palco de outros eventos onde a agricultura urbana ocupou papel de destaque, a saber: a Semana do Meio Ambiente, realizada na UFSC entre 27/05/2015 a 03/06/2015, o Primeiro Encontro de Agricultura Urbana, realizado no Parque do Rio Vermelho em junho de 2015, o Primeiro Encontro de Agrobiodiversidade e Troca de Saberes de Florianópolis realizado em 14 de outubro de 2016 na UFSC e, por fim, em novembro de 2016, a cidade sediou o Planeta.doc, o Festival Internacional de Cinema Socioambiental. Entre 17 e 18 de novembro de 2017, a Rede Semear, junto com colaboradores diversos, promoveu o III Encontro Municipal de Agricultura Urbana e Práticas Integrativas Complementares.

<sup>387</sup> A Carta de Intenções, documento completo, está inserida no Anexo B deste trabalho.

De acordo com a Carta:

A temática de Agricultura Urbana tem surgido naturalmente como uma demanda das comunidades e poderia oferecer um diferencial para melhoria da qualidade de vida na cidade, contribuindo para a requalificação urbana, o meio ambiente e a saúde. Essas comunidades são compostas por um conjunto de atores, que manifestam e representam experiências onde a Agricultura Urbana, adquiri diversas funcionalidades: servir para auto abastecimento, venda direta para a vizinhança, terapia ocupacional, desempenhar atos de convívio comunitário, embelezamento, reciclagem, terapêutica, manutenção das raízes rurais, resignificação de culturas agroalimentares, garantia do direito à alimentação adequada, discutir o direito à cidade, refletir sobre a função social da propriedade, modelo de ocupação do território, geração de trabalho e renda, dentre outras. Embora pujantes, essas funções, em Florianópolis, ainda são desconhecidas e pouco visíveis em sua maioria, principalmente pela ausência de políticas públicas e formas de apoio aos agricultores e agricultoras, como a falta de acesso à terra e aos demais espaços favoráveis à produção agrícola.<sup>388</sup>

O segundo movimento esteve relacionado com a construção de um documento encaminhado para o Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, que na ocasião trabalhava na reelaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis<sup>389</sup>. Esse documento,

---

<sup>388</sup> ENCONTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA, 2., 2016, Florianópolis. **Carta de Intenções...** Florianópolis: UFSC, 2016.

<sup>389</sup> O Plano Diretor que rege o município de Florianópolis foi aprovado em janeiro de 2014 e corresponde à Lei nº 482/2014, que pode ser consultada pelo *site* <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/>>. O Ministério Público Federal, em julho de 2015, suspendeu a aplicação do novo plano e exigiu que as audiências públicas fossem refeitas, com alegação de que o processo havia sido prejudicado com a falta de participação da população, tendo em vista que não tinham sido realizadas todas as audiências públicas exigidas por lei. Desde então, o IPUF teve que reorganizar o processo, o núcleo gestor foi reconstituído, o material para debate distribuído para os

elaborado nas reuniões da Rede Semear de agricultura urbana foi apresentado através de um texto e de um mapa. O texto trazia sugestões para o novo plano, que teriam como objetivo final a reserva de áreas para atividades rurais e, também, a construção de um item complementar que iria versar sobre uma política agroecológica para o município de Florianópolis. No que diz respeito à reserva de áreas para atividades rurais, o texto propõe a criação do macrozoneamento rural, tomando como modelo o Plano Diretor de 1997, uma vez que o plano atual (Lei nº 482/2014) já não mais possui o macrozoneamento rural. O texto propõe a criação de macroáreas rurais, com objetivo de proteção das áreas ambientais, que estariam divididas da seguinte forma:

I - Área de Produção Rural (APR) - é aquela formada pelos espaços destinados à prática da agricultura, pecuária, silvicultura, conservação dos recursos naturais, suportados por uma estrutura fundiária rural. A APR visa estimular as atividades primárias, preservar as características sócio-econômicas do meio rural e promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, evitando a implantação de atividade que induzam as formas de ocupação urbana. Estas áreas desempenham funções complementares as funções urbanas, destinando-se a suprir o abastecimento, a satisfazer a necessidade de espaços verdes peri-urbanos, bem como a salvaguarda a qualidade da paisagem natural que propicia o desenvolvimento de atividade de lazer e turismo compatíveis; II - Área Residencial Rural (ARR) - onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por

---

representantes distritais, e as audiências públicas foram remarcadas. Como resultado desses trabalhos surgiu a minuta do anteprojeto daquele que deverá tornar-se o novo Plano Diretor do Município de Florianópolis, que foi colocada para apreciação pública no final de 2016. Nessa ocasião, o Ministério Público fez novas considerações exigindo novos ajustes no texto. A partir daí o IPUF precisou fazer os ajustes exigidos e, no prazo instituído, um novo texto foi colocado para a apreciação pública a partir do início de 2017. Esse processo acabou por resultar em quatro minutas de anteprojeto de lei, disponibilizadas para consulta ao longo de 2017, através do *site* <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

uma estrutura viária e fundiária rural, destinadas a produção agroecológica familiar.<sup>390</sup>

As intenções de reavivar as áreas rurais estão inseridas em um contexto que busca minimizar os efeitos dos processos de divisão do solo urbano, acompanhados por um forte processo de especulação imobiliária e de ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis.

Na legislação vigente acerca do zoneamento<sup>391</sup> e uso do solo, cabe aos municípios, através dos Planos Diretores<sup>392</sup>, definir suas políticas de usos e ocupação da terra. No caso de Florianópolis, tem-se percebido ao longo da elaboração dos seus Planos Diretores, a presença de interesses

---

<sup>390</sup> Proposta para a reelaboração do Plano Diretor de Florianópolis (Lei nº 482/2014) elaborada sob a articulação da Rede Semear de Agricultura Urbana e apresentada em reunião da Rede feita em 3 de agosto de 2016 no Parque do Córrego Grande. Esse documento foi encaminhado para o Núcleo Gestor do Plano Diretor do Município de Florianópolis que, na ocasião, trabalhava na reelaboração do Plano Diretor de Florianópolis. Acervo da autora.

<sup>391</sup> “A primeira forma de regulamentação pública sobre o solo urbano foi o zoneamento. Seu objetivo é de instaurar normas, critérios e padrões de uso e ocupação do solo urbano, com os objetivos de bem distribuir as atividades no espaço e de fixar as densidades construtivas máximas a fim de se evitar o congestionamento da vida urbana [...]. O objetivo do município ao elaborar leis de uso e ocupação do solo, deve ser democratizar o acesso à terra e à qualidade de vida e evitar que o capital imobiliário se aproprie dos destinos da cidade.” (SÁ, Kátia Fernanda Castro de. **O comportamento dos incorporadores imobiliários e os instrumentos de uso e ocupação do solo: a produção do espaço vertical de Florianópolis**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. f. 76.).

<sup>392</sup> “A constituição de 1988, estabeleceu aos municípios a prerrogativa de elaborar leis orgânicas próprias. Um direito que colocou em evidência os planos diretores das cidades, tornando uma obrigação a sua implementação em áreas urbanas com população igual ou superior a 20.000 habitantes. A Lei Orgânica do Município de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 1990), foi elaborada com o intuito de adequar a legislação municipal à Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989 [...]. A Lei Orgânica instrumentaliza o Município quanto à ordenação e ocupação do uso do solo, estabelecendo normas e diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano de ordenação territorial. Para sua aplicação é necessária uma lei específica: o plano diretor. Estabelece que é de competência do Município elaborar seu plano diretor e promover adequado ordenamento territorial, integrando os valores ambientais, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano.” (Ibid., f. 67-68.).

econômicos e políticos que norteiam o processo e acabam por se sobrepor aos interesses da coletividade. Nesse sentido, pode se inferir que “[...] as linhas traçadas, separando o rural do urbano, geralmente representam os interesses citadinos e setoriais ligados as forças e aos grupos que representam o capital imobiliário local.”<sup>393</sup>

A presença de interesses políticos e econômicos tem-se apresentado de forma marcante nas disputas em torno de um novo plano diretor para Florianópolis. A extinção do macrozoneamento rural no Plano que vigora desde janeiro de 2014 e a manutenção dessa ausência na elaboração das minutas do Plano Diretor disponibilizadas para consulta entre 2016 e 2017 – e que deveriam ter sido encaminhadas para a Câmara de Vereadores em 31 de maio de 2017<sup>394</sup> – são o argumento-chave dessa

---

<sup>393</sup> SPAROVEK, Gert; LEONELLI, Gisela C. V.; BARRETO, Alberto G. O. P. A linha imaginária. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O município e as áreas rurais**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 14-24. (Caderno Pólis 8). p. 15.

<sup>394</sup> A minuta do projeto de Plano Diretor para Florianópolis que deveria ter sido encaminhada para a Câmara de vereadores em 31 de maio de 2017 ficou disponível em um site criado exclusivamente para tornar-se um canal de comunicação entre a sociedade e os órgãos públicos, em especial o IPUF e a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Esta minuta acabou por não ser encaminhada para a prefeitura na data em questão devido a uma intervenção feita pelo Ministério Público Federal. “O processo de ‘Rebatimento do Plano Diretor’ foi realizado nos meses de fevereiro e março de 2017 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) com participação dos representantes do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo (NGPDP) e coordenado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). A ideia de realização do rebatimento surgiu ao fim do ano de 2016. Após o lançamento da Minuta II do Plano Diretor de Florianópolis (Novembro/2016), os representantes do Núcleo Gestor apontaram ao IPUF os itens presentes na Minuta que julgavam destoar das diretrizes comunitárias e/ou das entidades, e que, por isso, necessitavam ser alterados, suprimidos ou inseridos na minuta do Plano Diretor, devendo ser objeto de discussão na Audiência Pública Final de 16 de dezembro de 2016. Após Recomendação do Ministério Público Federal, acatada pela PMF, e ratificada pela Justiça Federal, a Audiência Pública do dia 16/12/2016 perdeu seu caráter de aprovação e de Audiência Final, de forma que os apontamentos do Núcleo Gestor foram rebatidos com a minuta II publicada, ponto a ponto, objetivando a publicação de uma nova minuta. [...] Concluído o Rebatimento, a PMF redigiu novo texto com base nas discussões e em 30 de abril de 2017 lançou a Minuta III do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. [...] Desse modo, a publicação da Minuta III se deu na data limite de **30 de abril de 2017** a fim de que fosse cumprido com o acordado na Audiência de Conciliação do dia 08 de fevereiro de 2017, em

questão. Quais as implicações para a cidade e os sujeitos que com esta interação da retirada do macrozoneamento rural da sua legislação? Quais os discursos que embasam e justificam esse encaminhamento? Como essa questão apareceu nas audiências públicas a partir de demandas das comunidades e, então, como esta aparece articulada pela Rede Semear, que, juntamente com seus articuladores, preparou um movimento que tinha por objetivo a retomada do debate em torno do zoneamento rural e da tentativa de novamente incluí-lo na divisão dos territórios de Florianópolis?

É importante destacar que o macrozoneamento define, a partir de critérios distintos para o que é tido como rural e urbano, as bases para os destinos socioeconômicos e ambientais do território. A existência do macrozoneamento rural foi concebida para o município de Florianópolis com a intenção de criar áreas que pudessem conter o crescimento urbano e, ao mesmo tempo, serviriam para a manutenção de áreas ambientalmente vulneráveis. A inexistência de macroáreas rurais no documento que norteia os usos e ocupação do solo no município traz inúmeras implicações. Em primeiro lugar, o fim das áreas rurais permite o parcelamento do solo em dimensões que podem, dependendo do caso, gerar impactos sociais e ambientais para a região em questão. O zoneamento rural vigente até 2014 permitia o parcelamento do solo somente a partir de 5.000 m<sup>2</sup>. O zoneamento estabelecido, que reconfigura o rural como ARR, permitirá usos urbanos e rurais para os lugares em questão, mas permitirá também o parcelamento do solo em lotes de 2.500 m<sup>2</sup>.

---

que caberia ao Município enviar o Plano Diretor proposto ao Legislativo até o dia **31 de maio de 2017.**” (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS. 2017. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 15 jun. 2017.). Essa data foi novamente suspensa em decorrência de nova intervenção feita pelo Ministério Público Federal. Uma nova minuta foi disponibilizada no *site*, a Minuta IV, publicada em 8 de junho de 2017, e uma nova data para a Audiência Pública final foi agendada, 23 de junho de 2017. Essa data acabaria novamente prorrogada por mais 60 dias pelo Ministério Público Federal. Por fim, em novembro de 2017, a prefeitura de Florianópolis ganhou na justiça o direito de retomar integralmente as alterações no Plano Diretor, sem a intervenção do Ministério Público. A partir dessa data, passou a valer a Lei nº 482/2014, sendo desconsiderados os trabalhos realizados nas audiências públicas realizadas até então. O IPUF reassumiu as adequações da Lei nº 482/2014 e anunciou enviar alterações pontuais para a Câmara de Vereadores até o final do ano de 2017.

De acordo com a Minuta IV, disponibilizada pelo IPUF em 8 de junho de 2017: “Art. 190. As áreas residenciais rurais são aquelas onde coexistem usos urbanos e rurais de pequeno porte suportados por uma estrutura viária e fundiária rural, destinados à produção agrícola, agropecuária familiar e turismo rural.”<sup>395</sup> Se o texto afirma que os usos das áreas residenciais rurais estarão ancorados por uma estrutura fundiária rural, a tabela de parâmetros de parcelamento do solo, tabela nº 07, indica que os lotes podem ser divididos a partir de 2.500 m<sup>2</sup>, uma redução de 50% em relação ao que era definido nas macroáreas rurais no plano vigente em 1997.

Em segundo lugar, o debate em torno da manutenção de áreas rurais também perpassa por um movimento que busca tornar a cidade espaço múltiplo: espaço de produção de alimentos, de interação entre as pessoas e o meio ambiente, de manutenção de práticas culturais relacionadas com aspectos históricos de populações que construíram suas relações de pertencimento com a cidade de Florianópolis. Em matéria para o *Jornal Maruim*, a jornalista Karina Ferreira relata os objetivos da criação de uma Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), dentro do contexto de incentivar os produtores e a agricultura familiar. Assim, algumas medidas tornam-se importantes:

[...] demarcação de áreas rurais dentro da cidade; criação de feiras orgânicas em mais bairros; regulamentação de terrenos baldios para a produção de alimentos; garantia e ampliação dos 30% de alimentos da merenda escolar municipal vindos de agricultura familiar, como já previsto em lei nacional [...].<sup>396</sup>

A demarcação de áreas rurais aparece como uma demanda interligada com os movimentos que têm reivindicado a produção de alimentos na cidade, a valorização da agricultura familiar e, sobretudo, a ocupação mais democrática do solo da cidade. Isso tudo em um contexto

---

<sup>395</sup> PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS. **Minuta IV**. 2017. Disponível em: <<http://planodiretorflorianopolis.com.br/novo/minuta-iv-junho-2017/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

<sup>396</sup> FERREIRA, Karina. Vereador explica projeto de lei que apoia produção de alimentos em Florianópolis: “transcende direita ou esquerda”. *Maruim*, 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://maruim.org/2017/04/06/vereador-marquito-explica-projeto-de-lei-que-apoia-a-producao-de-alimentos-em-florianopolis-transcende-direita-ou-esquerda/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

em que as disputas econômicas têm sido determinantes no delineamento da cidade e na ocupação de seus espaços.

Junto com o documento enviado pela Rede Semear ao núcleo gestor do Plano Diretor de Florianópolis – com propostas para a manutenção de áreas rurais, bem como para a implementação de uma Política de Agroecologia para Florianópolis –, foi enviado um mapa que sugeria em quais lugares o grupo considerava adequado estabelecer o macrozoneamento rural. A escolha incidiu em áreas que já tinham sido zoneadas como áreas rurais (perante o Plano Diretor de 1997), mas que, de acordo com o Plano Diretor de 2014, estavam, em grande medida, zoneadas como AUEs. O que são exatamente as AUEs?

As AUEs estão inseridas na legislação de 2014 como macroáreas de transição e são definidas como:

Grandes áreas urbanizáveis a partir de projeto amplo, que reserva setor predominante para preservação ambiental e adensa a área remanescente, criando novas centralidades caracterizadas pela mescla de funções e espaços humanizados; [...].<sup>397</sup>

A menção “projeto amplo” diz respeito ao fato de que as AUEs deverão apresentar projetos específicos de urbanização, nos quais os critérios de zoneamento, parcelamento do solo e ocupação de áreas adquirem características próprias, não se subordinando ao planejamento que o plano diretor definiu para a região. De acordo com a lei, “[...] os Planos Específicos de Urbanização poderão alterar, no todo ou em parte, o sistema viário, o zoneamento, as dimensões de lotes e os limites de ocupação da área, além de fazerem exigências adicionais às desta Lei Complementar [...]”.<sup>398</sup>

Assim, ainda que os projetos destinados às áreas de AUEs devam respeitar certos critérios, o fato de permitir a alteração do zoneamento, bem como de dimensão de lotes e dos limites de ocupação, abre um precedente gigante para a ocupação de áreas de grande extensão territorial, com fortíssimo valor agregado e que estiveram zoneadas (muitas delas), no plano anterior ao de 2014, como áreas de exploração rural, ou seja, áreas onde o parcelamento do solo tinha que obedecer

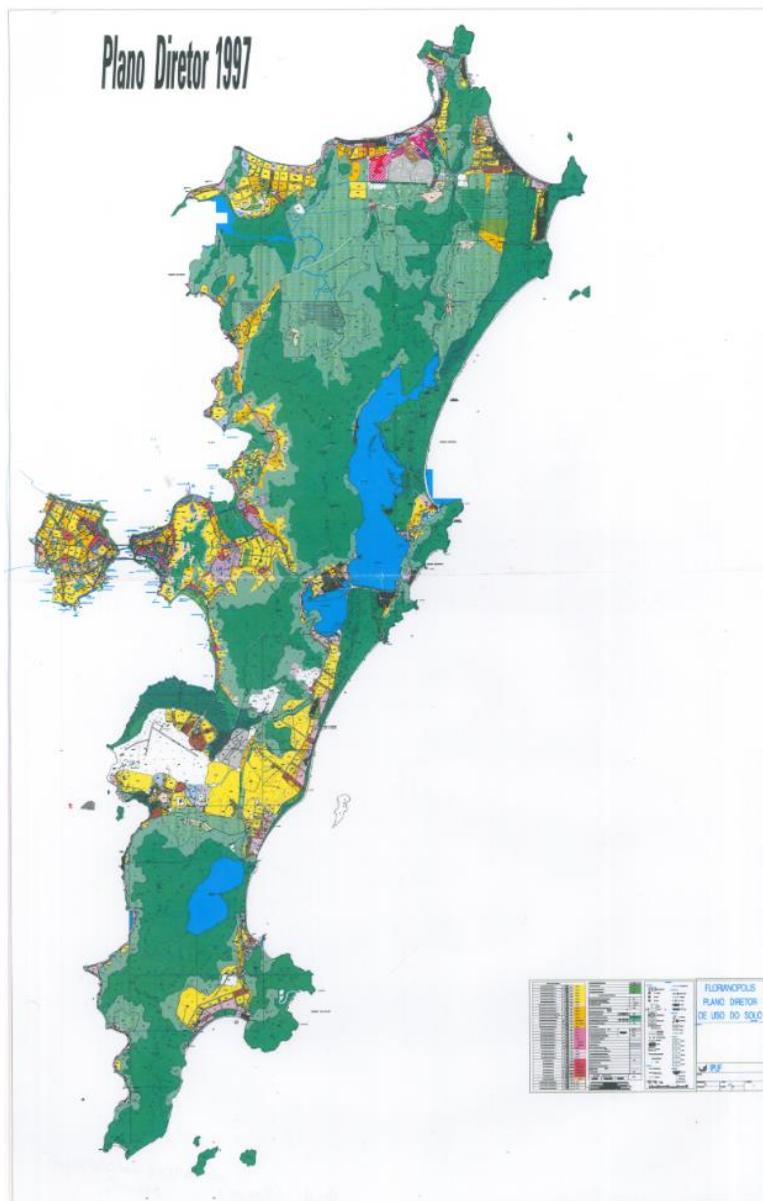
---

<sup>397</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014.

<sup>398</sup> Ibid.

critérios rígidos (5.000 m<sup>2</sup> como lote mínimo). Como podemos verificar comparando os dois mapas abaixo, as AUEs foram construídas, em grande medida, em cima de antigas áreas de exploração rural.

Mapa 9 – Florianópolis, elaborado pelo IPUF referente ao plano de uso do solo com base no Plano Diretor de 1997



Fonte: IPUF (1997)

No Mapa 9, as áreas que aparecem pintadas em tom verde-claro eram definidas no então Plano Diretor (Plano Diretor de 1997) como AERs. As chamadas AUEs, perante a Lei Complementar nº 482, de 2014, foram construídas, em grande medida, sobrepostas às AERs do Plano Diretor de 1997. No Mapa 10, como pode ser visto em seguida, as áreas que aparecem em tom de azul são as chamadas AUEs. É possível perceber, ao comparar com o Mapa 9, que elas estão constituídas em cima das antigas AERs. O Mapa 10 foi elaborado pela Rede Semear com o objetivo de apresentar uma proposta de zoneamento para os debates do Plano Diretor que então ocorriam no ano de 2016. O grupo em questão destacou as AUEs, quer pelo aspecto polêmico que está por trás dessa legislação, quer por estarem em antigas áreas de zoneamento rural, e sugeriu ao Núcleo Gestor do Plano Diretor que estas fossem zoneadas de duas formas, basicamente: como APRs (aí vislumbrando a manutenção de práticas rurais na Ilha, como agricultura e pecuária) e como APPs. Veja-se:



Os debates diante do processo de reelaboração do Plano Diretor de Florianópolis estão permeados por disputas políticas e fortes interesses econômicos. A volta ou não do macrozeamento rural e o destino das AUEs estão no centro de muitos embates. E, novamente, durante a construção deste texto, entrou em cena um projeto, que se pode afirmar bastante polêmico, de construção de um Parque Aeronáutico em Ratones<sup>399</sup>, que seria construído em área do Distrito de Ratones, zoneada pelo plano vigente no primeiro semestre de 2016, como sendo uma AUE.

A região para onde está sendo previsto o empreendimento é foco, já há algum tempo, de fortes investimentos em obras viárias e grandes empreendimentos imobiliários. A Rodovia SC-401, que faz a ligação de quem vem do centro de Florianópolis e segue na direção norte da Ilha, é vista por determinados agentes públicos e representantes do capital imobiliário como uma artéria crucial no caminho do “desenvolvimento” de Florianópolis.

A principal rodovia florianopolitana, implantada como uma estrada turística na década de 1970, tem o desenvolvimento econômico espalhado em toda a sua extensão, sendo importante também para a ligação com os ingleses (via SC-403). Por causa da SC-401 e da SC-403, o Norte da Ilha tem hoje mais de 70 mil moradores. A facilidade de acesso atrai grandes empresas – em especial no trecho entre Itacorubi e Cacupé – e motivou empreendimentos como o Centro de Eventos de Canasvieiras e o Sapiens Parque, no mesmo bairro, além da grande expansão da construção civil dos balneários da região.<sup>400</sup>

---

<sup>399</sup> O projeto do Parque Aeronáutico do Ratones, apresentado pela empresa Costa Esmeralda para a Associação dos Moradores de Ratones (AMORA), pode ser encontrado em arquivo no grupo criado através de uma rede social com o objetivo de unir esforços em torno da tentativa de impedir a realização do referido projeto. (FACEBOOK. **Não aeroporto Ratones**: arquivos. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1235644986513579/files/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.).

<sup>400</sup> SC 401: crescimento econômico e populacional. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 30 set. 2014. p. 1.

A Rodovia SC-401 é apresentada na abertura de encarte do *Jornal Notícias do Dia* como “polo de desenvolvimento”<sup>401</sup>. Esse material conta a “história” da sua construção a partir da iniciativa do ex-governador Colombo Machado Salles que, “realizando um sonho dos moradores de Florianópolis e também dos turistas”<sup>402</sup>, viabilizou a construção da estrada, chamada na reportagem de “deserto de asfalto”.<sup>403</sup> É sob a ótica do “pioneirismo”, do “desbravador”, da “modernização”, que a imagem dessa via, construída pelo poder público durante o governo de Colombo Machado Salles (1971-1975), foi sendo construída.

A seguir, é dado destaque para o fragmento do referido jornal em matéria especial sobre a Rodovia SC-401:

Com pouco mais de 20 quilômetros de extensão, a estrada impulsionou o crescimento do norte da Ilha, que deixou de ser, ao longo das décadas de 80 e 90, uma região meramente turística, para se transformar numa área residencial e comercial. Aliás, a SC 401 deixou de ser “estrada turística” planejada por Colombo Salles, para ganhar um status bem diferente nos últimos 25 anos. O crescimento econômico provocou naturalmente, a intensificação do tráfego de veículos[...] criando dificuldades para a mobilidade urbana na década de 1990. O governo do estado colocou em prática, então, a duplicação da estrada[...] A conclusão ocorreu apenas no governo Raimundo Colombo, em 2011. O final da duplicação confirmou a vocação de desenvolvimento dos bairros mais próximos do centro – até a altura de Cacupé, a futura Via Floripa –, mas também abriu novas perspectivas para Sambaqui e Santo Antônio, Jurerê, Ingleses e Canasvieiras.<sup>404</sup>

Os investimentos e a concentração de gigantescos empreendimentos públicos e privados não foram direcionados para o norte da Ilha ao acaso. Isso é parte de um processo histórico que foi sendo construído através da elaboração de planos diretores para Florianópolis,

---

<sup>401</sup> SC-401: polo de desenvolvimento. *Jornal Notícias do Dia*, Florianópolis, 28 ago. 2014.

<sup>402</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>403</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>404</sup> *Ibid.*, p. 3.

de mapeamento de terrenos nessas regiões, que foram adquiridos de antigos moradores e transformados em empreendimentos privados, de alto valor agregado, a exemplo do loteamento capitaneado pela rede Habitasul de Jurerê Internacional.

Nessa perspectiva, a Rodovia SC-401 tem recebido, nas duas últimas décadas, grandes empreendimentos imobiliários, a exemplo do SC 401 Square Corporate, um misto de *shopping center* com serviços gerais e opções de lazer, que ocupou uma área de 154 mil m<sup>2</sup>, próxima ao trevo de Cacupé. A mesma rodovia tornou-se sede do Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), da Faculdade CESUSC, de um *shopping center* (Floripa Shopping), de dezenas de imóveis de lojas e decoração, do Centro de Eventos de Canasvieiras e de uma série de empreendimentos imobiliários nos balneários da região. Além disso, a Rodovia dá acesso ao Sapiens Parque, um complexo de 435 hectares pensado para receber empreendimentos nas áreas de pesquisa, tecnologia e sustentabilidade. Na Figura 30 e na Figura 31 pode-se ver alguns exemplos de empreendimentos realizados nessa rodovia na última década.

Figura 30 – Foto do Centro de Convenções de Canasvieiras pouco antes da inauguração



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 31 – Foto do empreendimento à venda



Fonte: SC 401 Square Coporate<sup>405</sup> (2016)

Foi também na direção norte da Ilha que, pelo Plano Diretor de 2014, estiveram localizadas grandes áreas zoneadas como AUEs. Entre estas, uma em especial, localizada no Distrito de Ratoles, tornou-se cenário para uma disputa cujos sujeitos envolvidos defendiam usos distintos para o lugar e para a cidade. A área em questão é onde está o projeto de construção do Parque Aeronáutico de Ratoles.

<sup>405</sup> SC 401 SQUARE CORPORATE. **O empreendimento**. 2016. Disponível em: <<http://sc401.com.br/o-empreendimento.php>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

Figura 32 – Área demarcada do empreendimento Costa Esmeralda para o Parque Aeronáutico de Ratonés



Fonte: Grupo Costa Esmeralda<sup>406</sup> (2017)

<sup>406</sup> GRUPO COSTA ESMERALDA. Área demarcada do empreendimento Costa Esmeralda para o Parque Aeronáutico de Ratonés. 1 fotografia. In:

A empresa responsável pela idealização do projeto buscava a sua aprovação pela comunidade por meio de uma campanha que gira em torno de dois argumentos: geração de empregos e construção de um parque para a comunidade.

Enquanto o projeto era discutido, entrou em cena um grupo divulgado através da rede social Facebook, intitulado “Não Aeroporto Ratores”, que passou a acompanhar os encaminhamentos da empresa, os processos de licenciamento ambiental e as discussões em torno da questão. Esse mesmo grupo criou um abaixo-assinado *on-line*, com vistas a impedir a execução dessa obra. Na petição criada para angariar assinaturas e evitar a viabilização do empreendimento, é apresentada a seguinte justificativa:

O empreendimento, que tem tamanho total de 47,3 hectares, será construído sob uma área que abriga restinga, manguezal, espécies de aves e mamíferos ameaçadas e está a apenas 300m da Estação Ecológica Carijós (Unidade de conservação de Proteção Integral). O Plano diretor de Florianópolis NÃO PERMITE a instalação de um empreendimento como este nesta área. 320.000m<sup>2</sup> de mata atlântica serão destruídos, além dos impactos associados aos ruídos, à drenagem do terreno, à fumaça tóxica, riscos de queda de aeronaves e derramamento de óleo. Através desta petição pública, nós, moradores de Ratores e demais apoiadores, declaramos que SOMOS CONTRA A CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DO PARQUE AERONÁUTICO RATONES (AEROPORTO). Solicitamos que os órgãos competentes atuem legalmente no sentido de não permitir a implantação desse empreendimento em Ratores, pois o mesmo trará severos impactos ambientais e sociais que irão prejudicar os moradores e a região.<sup>407</sup>

---

NEUMANN, Larissa. Projeto que prevê parque aeronáutico em Ratores, em Florianópolis, ainda não foi aprovado. **Diário Catarinense**, 22 fev. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/projeto-que-preve-parque-aeronautico-em-ratores-em-florianopolis-ainda-nao-foi-aprovado-9728181.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

<sup>407</sup> AVAAZ.ORG. **Não ao Parque Aeronáutico Particular de Ratores**. 2017. Disponível em:

Sob a justificativa de causar prejuízos ambientais e sociais para a região de Ratonos, foi organizado este abaixo-assinado, via redes sociais, com o objetivo de angariar apoio da sociedade em geral para pressionar os órgãos competentes a respeitar a legislação vigente no momento (Plano Diretor, Lei nº 482/2014), que não permitia a construção de um empreendimento desse tipo na região. O ponto levantado pelo grupo em questão diz respeito exatamente à impossibilidade de construção de um empreendimento aeronáutico naquela região, zoneada pelo então Plano Diretor vigente como uma AUE. Em matéria publicada no Jornal Notícias do Dia, é destacada a existência de dois pareceres distintos, concedidos pelo IPUF e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SMDU), em relação à possibilidade de realização do empreendimento Parque Aeronáutico na região. No primeiro parecer, emitido pela área técnica do IPUF em 2016, o local não comportaria atividades de transporte aéreo. De acordo com o laudo do IPUF, publicado no referido jornal:

De acordo com a atividade CENAE, de código 4240 – 1/01, que melhor se compatibiliza com o uso que o requerente pretende, onde estão elencados todos os serviços necessários para o uso proposto pelo requerente, e considerando a tabela de usos, anexo F-02, item 52.4- Atividades Auxiliares nos Transportes Aéreos, é proibida no zoneamento AUE.<sup>408</sup>

Porém, de acordo com o citado Jornal, os moradores da região alegaram que a empresa Costa Esmeralda teria recebido da SMDU uma viabilidade positiva para a realização do empreendimento, no mesmo período.<sup>409</sup> A questão ganhou contornos mais fortes quando, no decorrer

---

<[https://secure.avaaz.org/pt/petition/orgaos\\_publicos\\_e\\_sociedade\\_civil\\_Nao\\_ao\\_Aerodromo\\_privado\\_em\\_Ratonos/?apJamhb](https://secure.avaaz.org/pt/petition/orgaos_publicos_e_sociedade_civil_Nao_ao_Aerodromo_privado_em_Ratonos/?apJamhb)>. Acesso em: 22 maio 2017.

<sup>408</sup> IPUF, 2016 apud BISPO, Fábio. Prefeitura diz que zoneamento não permite aeroporto em Ratonos, em Florianópolis. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 3 maio 2017. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/prefeitura-diz-que-zoneamento-nao-permite-aeroporto-em-ratonos-em-florianopolis>>. Acesso em: 11 maio 2017.

<sup>409</sup> A polêmica sobre a consulta de viabilidade é apresentada em matéria do Jornal Notícias do Dia, que apresentou, além do laudo inicial proferido pelo IPUF, negando a construção do empreendimento em área zoneada como

dos acontecimentos, um incêndio destruiu aproximadamente 10 hectares dos limites da área prevista para o empreendimento. No processo de apuração dos fatos, um laudo emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) atestou que o incêndio ocorreu de forma não acidental.<sup>410</sup>

“Segundo laudo do ICMBio, a área queimada corresponde a mais de 8 hectares, foi queimada mata nativa, mangue, restinga e além de matar animais diretamente. O fogo também atuou de forma significativa na expulsão dos animais sobreviventes.”<sup>411</sup> Dessa forma, ganharam força os argumentos contrários à realização do empreendimento.

Em Audiência Pública ocorrida no princípio de maio de 2017, no Distrito de Ratonos, que contou com a participação de representantes do município, da comunidade, do ICMBio e de vereadores, ficou definido ao final o posicionamento da comunidade de Ratonos, contrário à realização do empreendimento. Nessa mesma audiência, também foi exigida pelos representantes da associação de moradores a investigação<sup>412</sup> a respeito da

AUE, também uma consulta de viabilidade em que o SMDU confere, em seu parecer final, a possibilidade de construção de Parque Aéreo em área zoneada como AUE. A matéria também destaca, a denúncia feita pela AMORA de que tal viabilidade tinha sido conferida à revelia da legislação. A matéria ainda aponta a ocorrência de um incêndio que atingiu cerca de 10 hectares dos limites da área previstos para o empreendimento que, segundo laudo do ICMBio, ocorreu de forma criminosa. (BISPO, Fábio. Prefeitura diz que zoneamento não permite aeroporto em Ratonos, em Florianópolis.).

<sup>410</sup> “Após a delimitação da área adjacente a origem do incêndio excluindo-se cuidadosamente a zona de confusão, foram aplicados métodos específicos de busca da causa de ignição, posicionamento de camadas de resíduos carbonizados acamados no solo no local onde o fogo foi ateado, existência de dispositivos de ignição, por exemplo palitos de fosforo, sera de velas entre outros. As constatações nos permitem concluir de forma inequívoca tratar-se de queimada provocada onde o autor, desconhecido, utilizou-se provavelmente de um isqueiro ou similar, a partir do qual o mesmo se alastrou tendo o vento norte-nordeste como principal forçante de dispersão [...]” (INCÊNDIO criminoso ocorre em área onde se pretendia construir aeroporto e empreendimentos de luxo. **Desacato**, 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://desacato.info/incendio-criminoso-ocorre-em-ratonos-em-area-onde-pretende-se-construir-aeroporto-e-empreendimentos-de-luxo/>>. Acesso em: 11 maio 2017.).

<sup>411</sup> Ibid.

<sup>412</sup> A respeito da investigação sobre a licença concedida para o empreendimento Costa Esmeralda no que diz respeito à construção do Parque Aeronáutico do Ratonos, é possível acessar requerimento protocolado pelo vereador Maikon

viabilidade concedida para o empreendimento do Parque Aeronáutico. A demanda da comunidade acabou protocolada na Câmara de Vereadores de Florianópolis com um requerimento que exigia esclarecimentos por parte do ex-secretário da SMDU, referentes à resposta concedida para a empresa Costa Esmeralda para o empreendimento Parque Aeronáutico. A polêmica deve-se ao fato de que, se por um lado o laudo inicial do IPUF negava a possibilidade de um aeroporto para uma área zoneada como AUE, por outro lado, o parecer final sugeria à empresa que buscasse os licenciamentos ambientais e a realização de audiência pública com a comunidade.

A polêmica em torno da questão trouxe à tona uma declaração do ex-secretário da SMDU, Marcelo Martins da Rosa, que, por meio de nota publicada na imprensa<sup>413</sup>, explicou que as AUEs são áreas com uma legislação complexa, que demandam vários estudos e que, mesmo na minuta que vai ser discutida no processo de alteração do Plano Diretor de Florianópolis, esses casos continuarão a existir. Na sua declaração, fica claro que, com a execução de “projetos especiais”, esse tipo de projeto (Parque Aeronáutico, não previsto para as AUEs) poderia tornar-se viável em área onde a legislação não prevê tais intervenções.

É no contexto deste tipo de projeto, cumpridas todas essas condições e exigências, que seria passível a aprovação de um projeto com essas características na área. Os projetos especiais,

---

Costa ao prefeito da capital, pedindo explicações acerca de licenciamento concedido à empresa Costa Esmeralda em desacordo com a legislação. Transcrevendo a abertura do referido documento: “O vereador que este subscreve, na forma regimental, solicita ao Prefeito Municipal cópias das autorizações dadas pelo ex-secretário da SMDU, Marcelo Martins da Rosa, na liberação do Aeroporto de Rationes. Em audiência Pública, com a comunidade de Rationes, foi denunciado pela comunidade que as autorizações foram dadas em contrariedade com o plano diretor vigente [...]” (FLORIANÓPOLIS (Município). Câmara Municipal. **Requerimento nº 054-40**. Florianópolis, 5 maio 2017. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.).

<sup>413</sup> Sobre o posicionamento do ex-secretário da SMDU, Marcelo Martins da Rosa e a nota que este divulgou, confira: BISPO, Fábio. Secretário que emitiu viabilidade para o aeroporto de Rationes se manifesta sobre parecer. **Jornal Notícias do Dia**. Florianópolis, 7 maio 2017. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/secretario-que-emitiu-viabilidade-para-aeroporto-de-rationes-se-manifesta-sobre-parecer>>. Acesso em: 11 maio 2017.

necessariamente, são projetos com estudos complexos, laudos e pareceres, ampla participação e debate populares, inegável interesse público e/ou coletivo e tramitação Câmara Legislativa de Lei específica sobre o assunto. Consulta de viabilidade, é, neste sentido, documento meramente informativo de um rígido e extenso processo de tramitação o qual o requerente deve seguir caso avalie oportuno.<sup>414</sup>

Duas questões fundamentais aparecem nesse momento: em primeiro lugar, ainda que a viabilidade seja um documento meramente informativo, como pode o poder público conferi-la sob o argumento de algo que está por vir? Se o Plano Diretor vigente concebe a proibição de empreendimentos aeronáuticos para a região que os empreendedores solicitam, como poderiam os órgãos responsáveis emitir parecer positivo diante de um Plano Diretor que está por vir e que, de acordo com a minuta disponível<sup>415</sup> para consulta através de site criado pela Prefeitura de Florianópolis, traria para a região um zoneamento ainda mais restritivo? De acordo com a nova minuta, a área em questão teria zoneamentos APP e APL, que indicam a fragilidade ambiental da região.

Em segundo lugar, esse caso deixa evidente a enorme fragilidade de um aporte de lei que não estabelece critérios claros para a execução de futuros projetos. Encobertos sob a maquiagem de “projetos especiais”, as AUEs, vale reafirmar, construídas sob antigas áreas rurais, em grande parte, acabam por deixar desprotegidas grandes áreas da Ilha, que ficam sob a mira da especulação imobiliária e de projetos que não levam em consideração o meio ambiente<sup>416</sup> e os interesses da coletividade.

---

<sup>414</sup> ROSA, Marcelo Martins da. Nota. In: BISPO, Fábio. Secretário que emitiu viabilidade para o aeroporto de Ratonos se manifesta sobre parecer.

<sup>415</sup> A minuta para discussão do novo plano diretor esteve disponível desde o final de 2016 e reaparece com alterações desde abril de 2017, através do *site*: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>.

<sup>416</sup> A respeito dos impactos ambientais que poderiam ser causados pela implementação do Parque Aeronáutico do Ratonos, a própria empresa contratada pela Costa Esmeralda para avaliar as questões ambientais destacou o que poderia acontecer com parte das árvores de uma região de Mata Atlântica:

“Conforme a consultoria contratada, a Socioambiental, o empreendimento em si ficaria em uma área de vegetação de Mata Atlântica, onde o corte de árvores poderia ocorrer entre 50% a 70% do terreno.” (AVILA, Mariana de. Projeto prevê aeroporto no Norte da Ilha; impacto ambiental é analisado. **G1**, 23 fev.

Se uma das preocupações na manutenção de áreas rurais, em planos anteriores, era de estabelecer limites aos processos de urbanização e às transformações ambientais daí advindas, o zoneamento AUE e seus “projetos especiais” deixa exposto o meio ambiente aos interesses econômicos. A empresa Socio Ambiental, contratada pela Costa Esmeralda, para os estudos referentes às transformações ambientais que aconteceriam mediante o empreendimento, divulgaram documento em rede em que respondem a perguntas da comunidade sobre essas transformações. Ao apresentarem a argumentação referente à possibilidade de derrubada de árvores em área de Mata Atlântica em números que ficariam entre 50% a 70%, a empresa deixou claro que estaria “amparada” pela legislação ao proceder dessa forma.

A Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/2006) apresenta dispositivos sobre o regime jurídico do Bioma em áreas urbanas. Nos termos desta lei, é vedada a supressão de vegetação primária, ou seja, aquela vegetação que nunca sofreu qualquer tipo de intervenção humana (corte para extração seletiva, roça, pastagens ou queimadas). A priori, não foram encontradas florestas que se enquadrem como vegetação primária na área [...]. Independentemente dos aspectos legais relativos à fauna e à flora, a supressão prevista para a implantação do projeto, de aproximadamente 34 hectares de Florestas de Planície Quaternárias (*formação vegetal legalmente identificada como vegetação de restinga arbórea que ocupa as planícies litorâneas*) em estágios médio e avançado de regeneração, é um aspecto relevante que será devidamente tratado na análise de impactos do EIA/RIMA.<sup>417</sup>

---

2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/02/projeto-preve-aeroporto-no-norte-da-ilha-impacto-ambiental-e-analisado.html>>. Acesso em: 11 de maio de 2017.).

<sup>417</sup> SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS. **Nota técnica 01/2017**: Esclarecimentos aos questionamentos encaminhados pelo Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha (CODENI), referentes ao Projeto de Aeródromo na localidade de Ratoles, Florianópolis/SC. Florianópolis, 10 abr. 2017. Disponível em:

A empresa toma como referência o que diz a lei, interpretando-a ao pé da letra, ainda que os mecanismos por esta utilizados fossem causar grandes transformações e problemas ao ambiente. A legislação aparece como uma das possibilidades de operar práticas que não condizem com a existência de cidades voltadas para as pessoas, para os usos democráticos dos espaços, para a construção de relações mais equilibradas entre homens e mulheres e ambiente. A Minuta IV do Plano Diretor, disponibilizada pelo IPUF para consulta pública, não apresenta mais o zoneamento AUE, no lugar de alguns deles o zoneamento APL, bastante criticado durante as audiências públicas para discussão do Plano Diretor, por abrir brechas que poderiam permitir empreendimentos como o aeroporto de Ratoles mediante “compensações”.

O macrozoneamento rural também não aparece na Minuta IV. Vale destacar que o rural tornou-se um item incluído dentro das então intituladas Macroáreas de Transição e Amortecimento:

I - Macroáreas de Transição e Amortecimento, com função de amortecimento das Macroáreas de Proteção Ambiental em relação às Macroáreas de Uso Urbano, permitindo usos urbanos de baixa densidade aliados à preservação ambiental, divididas em: a) Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL), divididas em: i. Área de Preservação com Uso Limitado de Encosta (APL-E); e ii. Área de Preservação com Uso Limitado de Planície (APL-P). b) Área Residencial Rural (ARR); [...].<sup>418</sup>

Junto com esse tipo de legislação, não faltam argumentos que defendem que o rural já não mais faria sentido para Florianópolis.

Em conversa com Francisca Daussy, coordenadora de Promoção de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, quando falávamos da visita da Rede Semear ao IPUF para apresentar a proposta que sugeria a volta do macrozoneamento rural para o município, as justificativas do núcleo gestor para a não inclusão da proposta da volta do zoneamento rural recaíram sobre os interesses da população e sobre impedimentos legais. De acordo com Daussy:

---

<[http://www.socioambiental.com.br/aerodromo\\_ratones\\_respostas.pdf](http://www.socioambiental.com.br/aerodromo_ratones_respostas.pdf)>.

Acesso em: 15 jun. 2017.

<sup>418</sup> PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS. **Minuta IV**.

É porque aí como o Plano Diretor fez um mapeamento, ele foi feito em oficinas comunitárias, isso foi discutido amplamente com a população, para retomar ou modificar teria que refazer essa discussão com a comunidade, certo? Então, não é assim, técnicos ou pessoas simpatizantes, digamos da agricultura urbana, que vai mudar. Então, se vai mudar no Ratonés, essa discussão deveria ser trazida para a comunidade. O que um dos técnicos colocou, que conhece muito bem a região do Ratonés, é que nesse processo de discussão do Plano Diretor é que já estavam discutindo a questão das glebas, do tamanho dos terrenos, dos desmembramentos e as pessoas queriam os desmembramentos. Então, para transformar em área exclusiva rural é mais complexo do que simplesmente fazer um mapa. Vem várias, uma sequência de regras para usar aquele espaço [...] e aí o que a gente quer para Florianópolis? Florianópolis uma ilha tão pequena né? A gente quer grandes áreas de agricultura? Então, assim [...] o IPUF também é muito simpatizante de ter as áreas mas essa discussão do rural já ficou muito atrás.[...] e a questão do zoneamento entre urbano e rural não é o Plano Diretor é a área de perímetro que define [...] então é mais complexo do que nosso próprio conhecimento (informação verbal).<sup>419</sup>

A recusa do IPUF em aceitar a proposta da Rede Semear que sugeria o retorno de áreas rurais, então, ancorou suas justificativas sobre as demandas da comunidade e a dita complexidade da questão. Ainda que possam ter havido demandas populares pelo direito ao parcelamento do solo, uma coisa é mister destacar: para o IPUF, a questão do rural como macroárea já ficou para trás faz algum tempo. Em entrevista feita com o ex-diretor do órgão, o professor de Planejamento Urbano da UFSC Ivo Sostizzo, este também defende que o rural não encontra mais justificativa para existir em Florianópolis.

---

<sup>419</sup> DAUSSY, Maria Francisca dos Santos. **Entrevista**. [7 mar. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Rede Semear – Secretaria Municipal de Saúde).

[...] aí entro eu, quando eu coordenei o Plano Diretor, no início de 2008 – 2009, internamente eu questionava, aí como geógrafo eu tenho o direito de questionar aquelas divisões territoriais que os Planos Diretores consagravam, rural e urbano. Eu dizia que Florianópolis já não tinha mais a atividade aglutinadora do rural, tinha reminiscências rurais mas não mais um território de produção e de relações tipicamente rurais, nós aqui teríamos dois espaços, o urbano e o natural. O natural, já em expressão territorial, 50%, é considerado APP, já consagrada por lei, então nós já tínhamos o território chamado natural e o urbano, mesmo o urbano com algumas áreas concentradas, outras rarefeitas, que ali ainda se apresentavam algumas atividades quase que se extinguindo de atividades rurais e permanecendo algumas pessoas na atividade de pesca, na atividade de algumas criações, não economicamente... assim para o seu sustento, algumas atividades isoladas. Então, eu parti insistindo de um conceito que nós tínhamos uma territorialidade de um espaço cultural e um espaço natural [...] o IPUF acabou reconhecendo que não tem mais um espaço tipicamente rural mas sim um espaço natural dominante e um espaço cultural que é o urbano que está se instalando (informação verbal).<sup>420</sup>

Existem duas questões que merecem uma reflexão a partir da narrativa citada. A primeira é o reconhecimento, a partir de um geógrafo e ex-diretor do IPUF, de que Florianópolis “não tem mais um espaço tipicamente rural”.<sup>421</sup> Esse embate que envolve as discussões em torno da elaboração dos planos diretores de Florianópolis e referentes às questões “rurais” e “urbanas” é algo multifacetado, mas que necessita de uma análise mais cuidadosa, pois traz à tona as tensões que movem os processos de (re)constituição e (re)configuração da cidade.

A fala de Sostizzo e de Daussy remetem, de alguma forma, ao órgão que regula o processo de crescimento e ordenamento da cidade de Florianópolis, através dos planos diretores, sendo, portanto, muito

---

<sup>420</sup> SOSTIZZO, Ivo. Entrevista. [2 dez. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Ex-diretor do IPUF).

<sup>421</sup> Ibid.

significativas. São, em parte, indicativos dos encaminhamentos feitos nos processos de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, que parecem apontar para o fato de que Florianópolis entrará, neste século, em uma estrada que levará inexoravelmente ao urbano, uma via de mão única, onde o rural aparece ligado ao passado, fadado a ocupar cada vez menos espaço na cidade e tenderá a tornar-se cada vez mais cenário de telas de artistas e inspiração para as histórias contadas de geração a geração.

Os discursos que vinculam o urbano ao novo, ao moderno e o rural ao velho, ao ultrapassado já apareceram em outros momentos. Em tese de doutorado sobre as transformações empreendidas em Florianópolis sob os auspícios da “globalização”, Everton Machado destaca que os discursos que propagavam uma via de mão única para Florianópolis vão sendo delineados nas décadas de 1940 e 1950 e ganham contornos mais decisivos entre os anos 1960 e 1970, assumindo maior complexidade entre as décadas de 1980 e 1990. O papel do IPUF é destacado como:

[...] o de irradiador de atitudes ufanistas, na construção de um pensamento e práticas, que também fossem possíveis de refuncionalizar a cidade e sua região nos processos urbanos-metropolitanos, sintonizados com as tendências de “modernidade” [...].<sup>422</sup>

As apregoadas mudanças que parecem nortear os discursos do poder público e de setores sociais burgueses<sup>423</sup> parecem indicar um caminho único e inexoravelmente sem volta para Florianópolis. Essas assertivas, que afirmam que o caminho de Florianópolis está entrecruzado

---

<sup>422</sup> MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis**: um lugar em tempo de globalização. 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. f. 95-96.

<sup>423</sup> Os agentes que fomentaram intervenções em Florianópolis, na década de 1970 tiveram respaldo de programas do governo estadual e do poder público municipal identificados com ações do governo federal, sintonizados com as ideias de “modernização”. Entre os agentes que incentivam os “novos tempos” estão autoridades públicas e privadas, destacando o papel da própria universidade e dos meios de comunicação. Sob os argumentos da “vocação turística”, reforçada nos anos 80 e, embalados pelo discurso da possibilidade do desenvolvimento de atividades industriais, com destaque para a indústria de alta tecnologia, a saber, setor de informática, vai sendo divulgada a tese que afirma que Florianópolis, em “sua inserção ao modo da “globalização” se faz dentro de uma dada “opção”. É a tese de um projeto único para a cidade! (MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis**... f. 83-104.).

com o mundo urbano e “moderno”, podem ser percebidas em diferentes espaços no momento presente. Elas “[...] sinalizam, sob diversos discursos tautológicos, que a modernização sempre almejada é inevitável em todos os sentidos. Caso contrário, o ‘bonde da história’ passa [...]”.<sup>424</sup>

Exemplos desse movimento podem ser encontrados na imprensa escrita que atua hoje em Florianópolis. A “modernidade” de Florianópolis, vinculada à expansão do turismo, é defendida como sendo parte de um processo que exige investimentos financeiros e transformações estruturais que deem à cidade o *status* de “capital turística” e “moderna”. Na apregoada Florianópolis, “capital turística do Mercosul”, os turistas deveriam encontrar aeroportos, marinas, clubes, estradas, restaurantes, elementos do mundo “urbano” e “moderno”. No trabalho de Leonora Assis sobre os processos de transformação de Florianópolis em “capital turística”, esta destaca que:

O turismo acelerou o desejo político de apresentar uma Florianópolis urbana e não mais rural. [...] A cidade molda-se com concreto e asfalto, verticaliza-se assustadoramente [...] Esse projeto descartou tudo aquilo que não se relacionava com a modernidade, com o desenvolvimento, com o urbano, enfim com os aspectos do “progresso” pelo qual o país passava.<sup>425</sup>

Este pequeno texto extraído da coluna do jornalista Moacir Pereira relaciona o turismo com a “modernidade” almejada para o propagado “progresso” que se espera para Florianópolis. O colunista coloca Florianópolis como uma cidade com “perfil” para ter “turismo qualificado” com “gente endinheirada”, em contraposição aos turistas “pão de trigo e mortadela”. Nesse contexto a construção de um aeroporto em Ratonas, por um grupo “com capacidade técnica”, é visto como “fato positivo” para o turismo e a cidade.

[...] valeu pela outorga do novo terminal à Zurich Internacional airport, que tem recursos financeiros, capacidade técnica e experiência mundial, na construção e administração de aeroportos. O turismo e as atividades econômicas do estado poderão se beneficiar, sob múltiplos aspectos, com

<sup>424</sup> MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis**... f. 101.

<sup>425</sup> ASSIS, Leonora Portela de. Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística. f. 98-99.

mais este fato positivo. A ilha de Santa Catarina, não comporta, definitivamente, turismo de massa. As restrições são até de ordem física. Os turistas “pão de trigo e mortadela” que por aqui andaram no último verão só trouxeram poluição e problemas. O perfil da cidade exige turismo qualificado, de gente endinheirada, para elevar os empregos, os salários.<sup>426</sup>

O “perfil da cidade” exige “turismo qualificado”. O “turismo” qualificado, para esse colunista, parece estar relacionado com as demandas dos investimentos e as estratégias empreendidas na Ilha, com objetivo de torná-la palco dos maiores fluxos de investimento e de expansão dos setores privados, na busca de captar os “turistas endinheirados”, uma vez que os “turistas pão de trigo e mortadela” só trazem “poluição e problema”. Sob os argumentos de “qualificar” o turismo, vão sendo disseminadas ideias quanto a processos de exclusão e segregação. Quais turistas são bem-vindos? Seguindo essa lógica, Florianópolis tem exemplos de construções feitas à beira-mar, que impedem o livre acesso de pessoas à praia, tornando os espaços públicos áreas privadas de lazer dos “turistas endinheirados”, vistos como capazes de trazer recursos financeiros e outros benefícios à cidade. Embora esse tema não seja o foco desta análise, vale destacar que, enquanto este trabalho estava sendo produzido, nos idos do primeiro semestre de 2017, a justiça, através do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), discutia a manutenção dos *beach clubs*, construídos em áreas à beira-mar na praia de Jurerê. Essas construções, além de ocuparem espaços públicos, avançam sobre dunas e restingas, bem como os tornam espaços privativos. Sob o argumento de que geram emprego e renda, no contexto do dito “turismo qualificado”, proprietários dos *beach clubs* colocam seus advogados em cena na tentativa de manter seus negócios à beira-mar.

Neste outro fragmento do mesmo autor, a ênfase recai, mais uma vez, na construção do aeroporto de Ratonés como algo que viria a “qualificar o turismo” da capital e o vincula, então, ao “desenvolvimento” do eixo viário norte-leste da Ilha.

A implantação do Parque Aeronáutico de Ratonés, na SC-401, no norte da Ilha, está dependendo de estudos finais e liberação das licenças ambientais.

---

<sup>426</sup> PEREIRA, Moacir. O aeroporto e o futuro da Ilha. *Diário Catarinense*, 17 mar. 2017.

Sua construção vai qualificar o turismo na Capital, pela facilidade de transporte aéreo que vai gerar em relação as necessidades do Sapiens Park, Centro de Convenções de Canasvieiras e todos os empreendimentos turísticos do norte e leste da ilha.<sup>427</sup>

Aqui, “qualificar o turismo” aparece associado às “necessidades de todos os empreendimentos do norte e leste da Ilha.” Ainda que já discutida anteriormente a questão da construção do aeroporto de Ratonés e as implicações daí decorrentes, vale lembrar que seria uma construção em área zoneada pelo Plano Diretor de 2014 como uma AUE. Na entrevista de Sostizzo para este trabalho, a implementação das AUEs foi explicitada como sendo o aporte para a implementação dos projetos de urbanização que deveriam ser implementados na cidade a partir do Plano Diretor que se discutia nos idos de 2008-2014.

[...] as AUES, elas tinham um caráter na proposta de 2010, eram Áreas de Urbanização Especial [...], mas era para uma política, aonde seriam as AUES a política da nova urbanização. Onde seriam as AUES? Seriam ao longo das SCs, lá dos Ingleses até o Campeche. Por que? Porque na proposta de 2010 o eixo viário, que é a SC lá dos Ingleses, com o eixo de Canasvieiras, outro de Jurerê, faria grande eixão, passaria tangenciando o centro, passando pelas universidades [...] o eixo passaria e ligaria ao Campeche. Ao logo desse eixo seriam instaladas AUES, seriam núcleos urbanos com uma concentração muito forte para garantir a preservação de todas as outras áreas, então ocuparia 30 e preservaria 70 [...] aquilo que hoje são assim áreas não urbanizadas, suscetíveis à urbanização, nada impede que se faça, do ponto de vista físico, mas a ideia era torná-los áreas especiais [...] ao longo desse eixo se instalariam

---

<sup>427</sup> PEREIRA, Moacir. Implantação do Parque Aeronáutico de Ratonés depende da liberação de licenças ambientais. **Diário Catarinense**, 22 de abril de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/moacir-pereira/noticia/2017/04/implantacao-do-parque-aeronautico-de-ratonés-depende-da-liberacao-de-licencas-ambientais-9777545.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

novos núcleos que seriam o novo modo urbano de Florianópolis (informação verbal).<sup>428</sup>

Dessa forma, “o novo modo urbano de Florianópolis” seria construído através de “projetos especiais” que valorizavam o eixo nordeste da Ilha, como fica evidente no trecho da referida entrevista. Também já foi aqui tratado sobre os investimentos que o poder público, juntamente com a iniciativa privada, dedicaram ao eixo norte da Ilha, através das obras desenvolvidas ao longo da Rodovia SC-401. Entre os grandes projetos, o Sapiens Parque tem sido o elemento propulsor da Florianópolis “tecnológica, contemporânea e globalizada”. De acordo com Machado:

[...] processos de produção da “mercadoria Florianópolis” para o mercado urbano (edifícios, loteamentos, condomínios, horizontes, infra-estruturas, etc) e/ou especificamente para o mercado de turismo (hotéis, restaurantes, estradas, shoppings, áreas de lazer, etc.) Até mesmo as “luzes industrializantes” se reacendem, assumindo papéis cada vez mais ligados agora com atividades de alta tecnologia, alçada à imagem de um epicentro para geração e difusão de “Know how”, mais uma tentativa de fomentar possível “vocaçào” para o lugar e sua região.<sup>429</sup>

Esses elementos discursivos têm aparecido também na imprensa que circula em nível nacional, associando Florianópolis à alta tecnologia, à indústria de ponta (não poluente) que, combinada aos grandes empreendimentos imobiliários, ao turismo dos gigantes *resorts* de luxo, aos condomínios fechados e à expansão das redes de comércio e restaurantes, que circundam o eixo viário norte da Ilha, deixam em evidência tentativas de constituir modelos de “vocaçào” para a cidade. Como exemplo, matéria publicada pela Revista Exame:

Empregos, desenvolvimento acelerado de **carreira** e **qualidade de vida**. A união desses três aspectos é o que tem tornado **Florianópolis** um dos destinos mais atraentes do momento para profissionais, em especial, aqueles em busca de inovação. Com o

<sup>428</sup> SOSTIZZO, Ivo. **Entrevista**.

<sup>429</sup> MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis...** f. 104.

segmento de tecnologia e startups em ebulição, a cidade tem importado mão-de-obra qualificada para dar conta da expansão que vive. “Nós temos mais 900 empresas de tecnologia só em Florianópolis que, juntas, trazem um faturamento de 5,4 bilhões reais, que é quatro vezes maior do que o retorno que o turismo traz”, diz Daniel Leipnitz, presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate). Ao considerar o faturamento médio, o polo de Florianópolis é o terceiro maior do Brasil, com R\$ 4,7 milhões por empresa. A cidade perde apenas para os polos tecnológicos de Campinas (SP) e Rio de Janeiro. Segundo ele, a capital catarinense colhe os frutos de um trabalho que começou décadas atrás e que, hoje, tem semelhanças com o que acontece no famoso polo de tecnologia e startups nos Estados Unidos, o Vale do Silício. Aliás, o próprio apelido de Floripa é Ilha do Silício. “Como funciona o ecossistema no Vale do Silício? São ótimas universidades, fundos de investimento, escritórios de contabilidade e de advocacia que oferecem apoio especializado e todo um ambiente que colabora para a inovação. Hoje nós temos esses atores em Florianópolis”, diz o presidente da Acate. Ao sucesso da cidade como polo empreendedor tecnológico Leipnitz também atribui a atuação próxima de todos esses atores. As universidades estão em contato com as empresas, formulando programas e conjunto também com a Acate.<sup>430</sup>

Os índices de participação da indústria de alta tecnologia em Florianópolis apontam esse segmento como o que hoje tem maior participação na geração de dividendos na cidade. De qualquer modo, o que se está discutindo aqui são as tentativas de forjar uma suposta “vocaç o” para a cidade. Assim como desde a década de 1950, houve um discurso que apareceu timidamente e que ganhou corpo nas décadas seguintes, buscando apregoar uma suposta “vocaç o turística” para

---

<sup>430</sup> PATI, Camila. Floripa, a Ilha do Silício, tem vagas e quer atrair mais gente. **Revista Exame**, 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/florianopolis-vagas/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Florianópolis, com vistas a apagar as imagens de um passado dito “provinciano”. Da mesma forma, o turismo assumia o papel de atrair investimentos e pessoas que teriam papel relevante nesse intuito. Na década de 1990, outros elementos entram nessa perspectiva, com o desempenho das indústrias de alta tecnologia, destaque para o setor de informática, sob os auspícios de um mundo “globalizado” e “tecnológico”, e ganham força novas tentativas de forjar vocações, dessa vez a “vocação de polo da indústria *high tech*”.

De certo modo, o que parece incomodar são essas tentativas de forjar um futuro via de mão única para a cidade.

Voltando para a narrativa de Sostizzo, o segundo aspecto citado aponta um ícone dos discursos da modernidade, a separação do “mundo natural” em relação ao “mundo cultural”. Ao propor o uso dos “fundamentos dos conceitos de reserva da biofera”, que, segundo Sostizzo, “trabalha com os conceitos de núcleo natural e núcleo urbano (informação verbal)”<sup>431</sup>, tal teoria permite pensar nos princípios do pensamento iluminista, que apregoava a separação entre homem e natureza e propagava as possibilidades de controle da natureza pelos seres humanos. Essa questão, bastante criticada por estudos posteriores, é colocada em xeque pelos fundamentos da história ambiental, que busca perceber as sociedades nas suas relações com o ambiente, tendo homens e mulheres como parte deste e não como figuras apartadas cuja intervenção no meio pudesse produzir cultura, o “urbano”, de forma que as áreas ditas “naturais” devessem permanecer “protegidas”, “intocadas”.

A Ilha de Santa Catarina já foi espaço de produção agrícola ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. E ainda é. A questão é que, hoje, mesmo os espaços enquadrados na legislação como APPs, parques ou Unidades de Conservação (UC), já passaram, em outros momentos, por transformações decorrentes de ações antrópicas. Então, separar os espaços em núcleos, colocando o “natural” como algo que deve ser preservado e o “cultural” como aquele que passou por intervenções e já apresenta aspectos urbanos, ou está em processo de urbanizar-se, parece uma tentativa de construir fronteiras impossíveis de serem feitas, uma vez que os espaços da Ilha foram e são, de diferentes formas e com temporalidades próprias, fruto das interações entre os seres humanos e os elementos naturais. Da mesma forma, definir espaços ditos “rurais” e “urbanos”, com fronteiras rígidas, é algo extremamente complicado e infrutífero. O livro *A propriedade como símbolo rural* traz importantes reflexões nesse sentido:

---

<sup>431</sup> SOSTIZZO, Ivo. **Entrevista.**

Em geral, o espaço não é uma ocorrência espontânea, livre da interferência humana. Ela nada tem de natureza intocada. Ao contrário, esse espaço é fruto de uma interação complexa entre os seres humanos e os elementos naturais.<sup>432</sup>

O que parece não esmorecer são essas ruralidades que insistem em se fazer presentes e reaparecem reconfiguradas, reivindicando espaços nos processos constitutivos da história das cidades e, em especial aqui, das histórias de Florianópolis. Os embates em torno do “rural” e do “urbano” encobrem as disputas em torno das quais são construídos os projetos para a cidade do porvir. Ainda que na legislação seja complicado definir fronteiras, tornar o rural um “remanescente em áreas de transição urbanas”, sem dúvida, configura intenções de que a cidade de Florianópolis tenha seu aporte nos elementos ditados pela expansão capitalista, pela expansão do lucro imobiliário, das estradas, dos automóveis, dos condomínios, do parcelamento do solo, da “globalização”, do “progresso” apregoado por tantos.

Esses discursos propagadores do “desenvolvimento urbano” não são parte de um processo homogêneo, ainda que se tente constituí-los como tal. Nos embates das reuniões distritais, durante as discussões do Plano Diretor, outras falas, em nome das ruralidades de Florianópolis, também apareceram. Nelas, o rural não é “reminiscência”. O rural insiste em aparecer...

No *site* disponibilizado pelo IPUF para análise dos processos de reelaboração do Plano Diretor, foram apresentadas por distrito diferentes justificativas e demandas que sugeriam alterações de zoneamento para Florianópolis. Em algumas destas, pedidos referentes à manutenção de espaços rurais na Ilha. Um deles, em especial, documento apresentado pelos representantes do Distrito de Ratonés<sup>433</sup>, local onde se discutiu

---

<sup>432</sup> ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ribeiro de; HOEFFEL, João L. de Moraes; QUEDA, Oriowaldo. **A propriedade como símbolo rural**: representações sociais e o impacto sobre o ambiente na bacia do rio Atibainha, São Paulo. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 33.

<sup>433</sup> Um pouco sobre a história do Distrito de Ratonés: “[...]. Anteriormente à chegada dos colonizadores europeus e sua ocupação no território da Ilha, povos indígenas como Itararés e Tupi - guaranis (Carijós), já habitavam o território da Ilha e também do atual Distrito de Ratonés. [...] No início da ocupação do interior da Ilha, após a fundação da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro, poucas famílias haviam se instalado em locais posteriormente conhecidos como Santo Antônio de Lisboa, Ratonés e Lagoa da Conceição;

anteriormente a polêmica envolvendo a possibilidade de construção de um aeroporto. Esse documento, encaminhado por representantes do referido distrito, mostrou a definição do posicionamento dos moradores da região, sob a intenção da manutenção da característica rural. O Distrito de Ratonos é uma localidade de Florianópolis que tem sua história entrecruzada pelo desenvolvimento das atividades agrícolas, pastoris e da pesca. O desenvolvimento de uma economia agrária assentada em pequenas propriedades, que produzia para a subsistência e comercializava os excedentes através do Rio Ratonos e de caminhos terrestres, destacava-se como fonte de sobrevivência dos moradores dessa região até as décadas de 1940 e 1950, quando a agricultura na Ilha enfrentou o declínio de suas atividades. “Elevado a distrito em 21 de junho de 1934 (Lei n. 620), o Distrito de Ratonos representava um dos ‘celeiros’ responsáveis pelo abastecimento de hortifrutigranjeiros do mercado público de Florianópolis.”<sup>434</sup>

---

cujas características e peculiaridades da época giravam em torno de atividades agrícolas, extrativistas, pesqueiras etc. As primeiras Freguesias e Arraiais surgiram em meados do século XVIII, intensificando no transcorrer do século XIX, após à política de fixação das terras ao sul da colônia à coroa portuguesa (com envio de migrantes das Ilhas de Açores e Madeira). Novamente, conforme Virgílio Várzea, estas localidades eram formadas basicamente por descendentes de portugueses, distribuindo-se em 28 núcleos, incluindo-se o de Ratonos. Neste povoado notavam-se, por exemplo, as mesmas culturas praticadas na Vargem (mandioca, cana, milho, etc.); mas com uma vida econômica mais dinâmica, devido [...] aos transportes do rio Ratonos. [...] O Distrito foi criado pela Lei n. 620 de 21 de 06 de 1934, desmembrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Sua transformação em termos populacionais e espaciais decorreu com o ciclo agrícola da Ilha, e dos vetores de expansão urbana das praias do norte da Ilha, próximas ao Distrito; sendo atualmente vista como reserva à urbanização nesta porção da Ilha, mas ainda guardando traços agropecuários e da época da colonização. [...]. Mais recentemente, com o processo de ocupação do Norte da Ilha a partir da década de 70, movimentos migratórios (paranaenses, paulistas, gaúchos e outros...) compõem o perfil étnico multifacetado e diversificado da região.” (RODRIGUES, Fernando Matos. **Ecologia e planejamento urbano: estudo de caso em Ratonos – Florianópolis**. 2012. 108 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. f. 29-30.).

<sup>434</sup> VIEIRA, Carlos Alberto. **Distrito de Ratonos, Florianópolis, SC: a comunidade tradicional e suas relações ambientais**. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. f. 34.

Diferentes razões já foram apontadas numa tentativa de explicar os motivos da decadência das atividades agrícolas e também da pesca, em especial no Distrito de Ratonés. Em relação à agricultura, o uso intensivo do solo, agravando o problema já existente de fertilidade, aliado à concorrência de produtos vindos do continente, com menor preço, são alguns dos fatores apontados. Com relação à pesca artesanal, as intervenções promovidas pelo governo na Bacia do Rio Ratonés, na década de 1940, por ocasião dos incrementos implantados pelo governo federal com vistas a fomentar a atividade agropecuária no país, trouxe transformações no ambiente que prejudicaram as atividades de pesca e comércio realizado através da Bacia do Rio Ratonés. Com a década de 1970 e a implantações das rodovias SC-401 e SC-402, a região norte da Ilha se torna, cada vez mais, palco de especulação imobiliária.<sup>435</sup>

Ratonés tornou-se no tempo corrente, a segunda década do século XXI, alvo de acalorados debates no que diz respeito ao “futuro” da cidade, sobretudo nos embates de elaboração do Plano Diretor. Então, entre os encaminhamentos feitos por representantes comunitários de diferentes distritos da Ilha, o documento encaminhado ao IPUF por um representante do Distrito parece contradizer as falas de que o rural é “reminiscência” na Ilha. O documento, um formulário de apreciação pública da minuta do plano diretor que se discutia, foi protocolado no IPUF e traz algumas considerações sobre a questão do rural no Distrito:

O Distrito de Ratonés, participou de todo o processo de elaboração do Plano Diretor de Florianópolis, desde as primeiras audiências, realizadas no TAC, em 2006, quando definiu-se a composição do núcleo gestor. Um processo longo, com várias rupturas por parte do poder público, que terminou com a determinação judicial para refazer parte do processo e finalizar o plano tendo como referência as diretrizes comunitárias aprovadas em audiências públicas em 2008. Parte das diretrizes de Ratonés estão contempladas na minuta apresentada hoje, nesta audiência, mas gostaríamos de destacar alguns pontos que, segundo nossa avaliação precisam ser ajustados e melhorados. Com relação ao zoneamento ARR – Área Residencial Rural. Apesar de posições contrárias do IPUF à época, a comunidade decidiu por unanimidade na audiência pública de 2008, em

---

<sup>435</sup> VIEIRA, Carlos Alberto. **Distrito de Ratonés, Florianópolis, SC...**

manter a característica rural do distrito com a aprovação da diretriz. “Manter a característica rural do Distrito de Rationes, priorizando áreas de exploração rural.” A minuta contempla essa diretriz com as ARR em boa parte do território, mas diverge da demanda da comunidade em relação ao tamanho do lote deliberado pela comunidade e apresentado em audiência pública de junho deste ano, realizada no distrito. Entendemos que a manutenção da característica rural, faculta e permite o uso do espaço para exploração rural, tanto agrícola como pecuária e limita o adensamento de áreas construídas. Mantendo assim a possibilidade de se trabalhar com agricultura, pecuária, pesca e por outro lado, garante uma paisagem rural.<sup>436</sup>

Durante as audiências realizadas ao longo do ano de 2016 para discutir a minuta do Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis, representantes distritais, órgãos da sociedade civil organizada e mesmo cidadãos comuns entregaram requerimentos com pedidos de alteração da minuta referentes, principalmente, a alterações no zoneamento. O Distrito de Rationes, como visto na citação anterior, reafirmou o desejo de manter “a característica rural, priorizando áreas de exploração rural”. É interessante perceber que nesse mesmo texto há uma solicitação para que o lote mínimo permitido na região fosse de 1.000 m<sup>2</sup>, em detrimento dos 2.000 m<sup>2</sup> propostos pelo IPUF.

A comunidade entende que lote mínimo de 1000 metros quadrados, com a possibilidade de utilização máxima de 400 metros quadrados de área construída, garante no mínimo 60% de permeabilidade e até 80% se for construído em dois pavimentos. O lote de 2500 metros quadrados proposto pelo IPUF pode vir a ser um indutor do

---

<sup>436</sup> RIBAS, Gilberto. Núcleo Distrital Rationes. **Formulário de apreciação pública da minuta do anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. AP052. Florianópolis, 16 dez. 2016. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

parcelamento irregular do solo, estimulando a venda de lotes muito menores, como já ocorre.<sup>437</sup>

Ao mesmo tempo em que o documento manifesta o desejo de manutenção das características do rural, defende a possibilidade do parcelamento do solo em unidades menores do que aquela proposta pelo IPUF para as ARR. É interessante perceber que o rural tem múltiplas dimensões, ele pode ser percebido a partir das atividades desempenhadas, pelas relações de pertencimento, como parte do ambiente, e não apenas na dimensão jurídica expressa na questão da propriedade rural. “Aquilo que chamamos propriedade rural comporta várias dimensões além dos aspectos jurídicos indicados pela palavra propriedade e de sua condição extra-urbana indicadas pela palavra rural.”<sup>438</sup>

O texto do documento de Ratoles deixa claro que, ainda que seja possível promover o parcelamento do solo em glebas menores do que comumente acontece em áreas rurais, os moradores do Distrito entendem que o “rural” deve continuar a nortear as características que fundamentam a região.

Um outro documento pesquisado entre os acervos dos requerimentos entregues nas audiências do Plano Diretor, dessa vez encaminhado por um morador do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, apresenta um caso bastante emblemático no que diz respeito às questões envolvendo as ruralidades na Ilha. O documento, entregue por um cidadão que é proprietário de uma grande extensão de terras na margem da Rodovia SC-401, sugeria ao IPUF a alteração do zoneamento de sua propriedade, oferecendo como “contrapartida” a cessão de parte desse mesmo terreno para que moradores da região (que hoje já se utilizam deste espaço com a permissão do proprietário) possam produzir mandioca, que posteriormente é transformada em farinha nos engenhos da região. Esse trecho, utilizado pelos plantadores de mandioca, seria zoneado como área rural. O documento foi apresentado com apoio de texto com justificativa, de mapas indicativos e de um conjunto de anexos que buscavam legitimar a demanda, como cartas produzidas pela AMSAL, pelo Conselho dos Engenhos de Farinha Artesanal de Santo Antônio de Lisboa ARTESAL) e por Cláudio Agenor de Andrade. Este,

---

<sup>437</sup> RIBAS, Gilberto. Núcleo Distrital Ratoles. Formulário de apreciação pública da minuta do anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

<sup>438</sup> ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ribeiro de; HOFFEL, João L. de Moraes; QUEDA, Oriowaldo. **A propriedade como símbolo rural...** p. 39.

proprietário dos Engenhos dos Andrade (no Caminho dos Açores), desenvolve uma série de atividades vinculadas às práticas de ruralidade conhecidas por gerações na Ilha, como: a produção artesanal da farinha de mandioca através de engenho<sup>439</sup> movido a boi, a organização de farinhadas etc.

O requerimento abre com a seguinte solicitação:

A proposta em questão trata da adequação do zoneamento de um conjunto de terrenos de propriedade de uma única família de moradores do tradicional bairro de Santo Antônio de Lisboa. O conjunto de terrenos compreende uma área útil de aproximadamente 90.000 metros quadrados e está situado ao lado direito do Corporate Park, com frente para SC 401 e fundos para o Morro e rua

---

<sup>439</sup> Na região de Santo Antônio de Lisboa foi possível, ao longo deste trabalho, mapear quatro engenhos de farinha, todos movidos a tração animal. O primeiro deles, localizado ao lado esquerdo da SC-401, sentido centro-praias, entrando no acesso para Santo Antônio, próximo ao terreno onde a mandioca é cultivada. Conforme informações recentes obtidas de conversa com Cláudio Andrade (junho de 2017), este foi colocado à venda pelo proprietário, que mora hoje no sul do estado. Os outros três ficam no Caminho dos Açores. O Engenho dos Andrade, de propriedade de Cláudio Agenor de Andrade, funciona como museu, recebe grupos para trabalhos de divulgação do patrimônio material e imaterial dos cultivos da Ilha e da produção artesanal da farinha de mandioca. Esse mesmo espaço sedia eventos como as Farinhadas, comuns na época da colheita da mandioca. Outro dos engenhos pertence a Fausto Agenor de Andrade, também localizado no Caminho dos Açores junto ao Restaurante Samburá. Fausto possui, na verdade, dois engenhos: um de farinha de mandioca e outro de cana. Por fim, o último engenho, localizado um pouco acima do engenho do Fausto, é de propriedade de Beto Andrade. Cabe destacar que o Engenho do Beto, o do Fausto e do Hermínio, este localizado no Rio Vermelho, são os três únicos engenhos de mastro existentes na Ilha hoje, segundo informações de Fausto Andrade. Mastro ou cangalha são referências ao maquinário utilizado nos engenhos. “O maquinário de cangalha, o mais comum e o mais utilizado na Ilha [...] a força motriz é obtida apenas por um boi. O conjunto produtor concentra-se dentro do círculo percorrido pelo boi [...] é dentro deste círculo que trabalham as pessoas encarregadas de cevar a mandioca. [...] O maquinário de mastro [...] também movido pela força do boi, difere do maquinário de cangalha por apresentar o movimento do animal fora da área de trabalho.” (SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos engenhos na Ilha de Santa Catarina**. p. 44-46.).

Valter Gomes. O foco da proposta é a correção de uma área [...] também a adequação de uma área plana e com ampla acessibilidade de uma ARP 2,5 e AMS 3,5 para ARP 4,5 e AMS 4,5 respectivamente [...] seguindo o padrão de zoneamento definido nos terrenos próximos. [...] tal proposta se originou de uma demanda da AMSAL e da Associação de Engenhos de Farinha Polvilhada, carente de área e de infraestrutura para perpetuar esta tradição secular. Portanto, prevê [...] a doação de 25.000 metros quadrados do mesmo terreno, para a implantação de um núcleo cultural para exposição e ensino do cultivo de mandioca nativa e processamento de farinha de mandioca polvilhada em engenhos históricos de tração animal. [...] Assim, estamos dispostos, como contrapartida, a doar terreno [...] de propriedade de Antônio Diomário de Queiroz, que atualmente estamos emprestando a comunidade para o plantio da mandioca e perpetuação dessa cultura. Vale ressaltar, que a doação deste terreno, permite acesso da comunidade, pela rua Valter Gomes à nova área de plantio e ainda, à histórica área de plantio no morro, que estava sem acesso em função da interrupção por um condomínio construído há aproximadamente 6 anos [...].<sup>440</sup>

A demanda em questão oferecia ao poder público a possibilidade de cessão de uma área em Santo Antônio para o desenvolvimento do cultivo da mandioca, bem como para o incremento de práticas que dessem visibilidade aos elementos culturais a este cultivo vinculadas, a exemplo da produção artesanal da farinha. Como visto no documento, a cessão seria uma contrapartida para que os proprietários do referido terreno pudessem ter em partes dele uma alteração de zoneamento e uso do solo. A questão acabou não sendo acatada pelo IPUF, pelo menos até o momento da liberação da Minuta IV. Mas, de qualquer modo, essa documentação, via requerimento e acrescida de textos de apoio a esta demanda pelos representantes da associação de moradores e pelos

---

<sup>440</sup> QUEIROZ, Alexandre H. de. **Formulário de solicitação de adequações nº 66**. Prefeitura Municipal de Florianópolis; IPUF: Plano Diretor de Florianópolis. Florianópolis, 28 jun. 2016. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

representantes dos produtores de farinha artesanal, deixa transparecer as múltiplas faces de Florianópolis.

Cabe a pergunta: por que, para os setores técnicos, para os representantes do capital imobiliário e para os representantes do poder público, Florianópolis apresenta o rural apenas como “reminiscência”? Esses discursos que tentam construir para Florianópolis um caminho único parecem equivocados. Seja a Florianópolis do turismo, da indústria de tecnologia, do urbano, enfim, a tentativa de impor uma homogeneidade de parâmetros para a vida em Florianópolis parece desconectada de um panorama que é mais complexo e multifacetado.

Um outro exemplo que expõe claramente a complexidade da questão e as forças contrárias que se apresentam no que diz respeito às ruralidades pode ser visto no documento que os representantes do Distrito do Rio Vermelho entregaram ao IPUF, rebatendo as propostas que este órgão apresentou para a comunidade na audiência pública do referido Distrito. No documento, a proposição da prefeitura de zoneamento para áreas que se esquadriam como ARRr estaria delimitada em áreas alagáveis. No documento, a proposta da prefeitura é assim explicitada: “proposta da prefeitura: criação de ARR na planície de inundação do Rio Tavares.”<sup>441</sup> As representantes distritais respondem no mesmo documento onde e de que forma a comunidade gostaria que fossem zoneadas as ARRr. O texto colocava uma das propostas da comunidade como: “1. Descentralizar a área rural em terrenos que seja possível produzir alimentos uma vez que a planície de inundação é limitante para esta função.”<sup>442</sup> O texto deixa bastante evidente duas questões: primeiro, a comunidade não desejava que o rural estivesse demarcado numa determinada região, como “reminiscência”; o desejo era de que o rural estivesse descentralizado e, em segundo lugar, em áreas onde fosse possível produzir alimentos. Vale também destacar que a sugestão dos representantes<sup>443</sup> do Distrito para a mobilidade dá indicativos bastante

---

<sup>441</sup> DAVI, Stella; TREVISAN, Adriana C. D. **Representantes Distritais NG/PDP**. São João do Rio Vermelho. Florianópolis: IPUF, 7 dez. 2016.

<sup>442</sup> Ibid.

<sup>443</sup> No dia 22 de julho de 2017 aconteceu no Auditório da Reitoria da UFSC o Fórum da Cidade, que colocou em debate as diretrizes comunitárias do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. O evento foi dividido em dois momentos. No primeiro, representantes distritais e de conselhos comunitários apresentaram as reivindicações e diretrizes aprovadas pela comunidade durante a elaboração do Plano Diretor e que, por sua vez, não foram acatadas na Minuta IV, apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. No segundo momento, houve a apresentação de alguns conflitos jurídicos e

evidentes do desejo de moradores e moradoras do Rio Vermelho de permanecer com uma estrutura cultural plural que os caracteriza, onde bicicletas, carros, cavalos convivem nos mesmos espaços.

No texto, a proposta da comunidade para o transporte:

Incluir o conceito de estrada parque no glossário. Conceito proposto: via onde seja previsto infraestrutura multimodal (automóvel, bicicletas, cavalo, a pé), estratégias da ecologia de passagem (passador de fauna, áreas de restauração), e desenvolvimento local (permitindo ações de turismo sustentável).<sup>444</sup>

Solicitar a efetivação de estradas multimodais, incluindo os cavalos, certamente está distante daquela imagem da Florianópolis *high tech* que muitos parecem acreditar ser a Florianópolis do futuro.

Persiste a dúvida sobre como vão ficar todas essas questões no novo Plano Diretor de Florianópolis, depois que este passar pelas emendas que serão feitas pelos vereadores. A Minuta IV do Anteprojeto do Plano Diretor de Florianópolis redefiniu o macrozoneamento do município em três partes: macroáreas de uso urbano, macroáreas de proteção ambiental e macroáreas de transição e amortecimento. O desejo exposto no documento e no mapa pela Rede Semear (Mapa 10), de que as Áreas de Exploração Rural voltassem a fazer parte do plano diretor, não se concretizou<sup>445</sup>.

---

sociais do Plano Diretor Participativo, pela análise das ACAUS/APPS/APLS/ZEIS. Durante a primeira parte do Evento, a representante do Distrito do Rio Vermelho, Adriana Trevisan, iniciou sua apresentação destacando que a comunidade do Rio Vermelho apresentou, perante o IPUF, o desejo de construir o plano diretor em sintonia com o processo que gestou a região, ou seja, uma comunidade que cresceu envolta em fortes características rurais, através do desenvolvimento das atividades de agricultura, pecuária e pesca. Sua fala destacou que a comunidade do Rio Vermelho teve as áreas rurais como uma demanda forte e deseja ter áreas rurais descentralizadas e inovadoras, com agrofloresta. Nas suas palavras: “A área rural foi demanda forte do Rio Vermelho, o Rio Vermelho tem isso em sua gênese (informação verbal).” (FÓRUM DA CIDADE, 2017, Florianópolis.).

<sup>444</sup> DAVI, Stella; TREVISAN, Adriana C. D. **Representantes Distritais NG/PDP.**

<sup>445</sup> No momento do encerramento desta tese, novembro de 2017, a prefeitura de Florianópolis ganhou na justiça o direito de suspender o processo de revisão

Os conflitos e as tensões vivenciadas hoje na cidade em torno da elaboração do novo Plano Diretor giram em torno de forças complexas. Por um lado, a minuta do projeto não prevê o macrozoneamento rural, deixando o rural como sendo um subitem das macro-áreas de transição e amortecimento urbano. No entanto, essa mesma minuta prevê, no item que versa sobre políticas de desenvolvimento econômico, a possibilidade de desenvolver a agricultura nos moldes da agroecologia. Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar que o simples apontamento da possibilidade de praticar agricultura na cidade traz efeitos concretos em um cenário onde as forças econômicas têm sido muito fortes e atuantes. Para que essa brecha deixada na legislação possa ser algo além de letra morta é necessário a atuação de grupos e da sociedade em geral.

#### 4.3 USOS DA TERRA NA ILHA: HORTAS, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PRÁTICAS

*Canção da resistência*

*Sai daqui Seu Valentim / Abaixa esse dedo*

*Tu não vais mandar em mim / Nossa organização*

*Não vai deixar você levantar a construção*

*Só queremos um lugar / pra brincar, amar, sonhar*

*Não queremos construção / Nem um muro ou portão*

*Não! Basta! De especulação!*

---

do plano diretor de Florianópolis, que tinha sido exigido pelo Ministério Público Federal. Desde novembro de 2017, voltou a ter validade a Lei nº 482/2014. Cabe destacar que o zoneamento do plano de 2014 também coloca o rural no enquadramento de ARR. Pela Lei nº 482/2014, o macrozoneamento fica assim instituído: macroáreas de uso não urbano (APP, UC, AEH), macroáreas de transição (aquí estão as ARR, APL e AUE) e as macroáreas de uso não urbano). A título de comparação, a Minuta IV, suspensa na decisão judicial, assim define o zoneamento de Florianópolis: macroáreas de proteção ambiental (APP, AUC, AEA), macroáreas de transição e amortecimento (APL, ARR) e macroáreas de uso urbano. (PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS.).

O trecho acima é parte de uma peça de teatro criada pelo grupo Teatro Comunitário da Canto que, sediado no Canto da Lagoa, através da peça intitulada *E se eu fosse um camarão*, faz uma crítica bem-humorada aos processos de especulação imobiliária sofridos nessa região da cidade de Florianópolis. O texto destaca o aumento das construções e do processo especulativo da terra, e as consequências daí decorrentes, como a perda dos espaços comunitários, a poluição da lagoa, o afastamento das pessoas em relação ao ambiente. O texto destaca fatos que, na ocasião, junho de 2017, eram alvo de debates na cidade por conta dos encaminhamentos do plano diretor, como a construção do aeroporto de Rationes e a possibilidade em torno da construção de um empreendimento hoteleiro na região da Ponta do Coral.

Nesse embate já explorado anteriormente, em que se discute um plano diretor para a cidade, o movimento de abertura de espaços – que possam garantir uma cidade plural, com possibilidades para o desenvolvimento de diferentes atividades e práticas, para o convívio de seus habitantes com o ambiente que os circunda de uma forma mais harmoniosa – é fundamental para abrir caminhos e construir práticas de ação. Esse movimento é importante, seja construído a partir do exercício da política, seja pelos movimentos de diferentes usos dos espaços urbanos pelas práticas de agricultura urbana.

Por meio desses movimentos que reivindicam a cidade e os espaços da cidade para além dos muros de concreto, é que tem atuado a Rede Semear e os grupos que desta fazem parte, bem como representantes políticos e da sociedade civil. O movimento promovido pela Rede Semear de sensibilização quanto ao tema parece que encontrou eco em uma cidade que vive no seu cotidiano as consequências de um processo de especulação da terra, de crescimento desordenado e de ausência de políticas que possam garantir aos seus moradores e moradores um uso mais democrático dos espaços e uma relação mais equilibrada com o ambiente. Os problemas no trânsito, cada vez mais caótico, o aumento dos problemas ambientais, com notícias<sup>447</sup> que mostram rios e mares

---

<sup>446</sup> Paródia da música Rap da Felicidade (2004), de Cidinho e Doca (In: **TEATRO COMUNITÁRIO DO CANTO. E se eu fosse um camarão.** Versão 2016.).

<sup>447</sup> Sobre esta questão confira: ROSA, Edson. Poluição crônica nas Baías. **Jornal Notícias do Dia.** Florianópolis, 13 e 14 jul. 2013. ALVES, Felipe. Papaquara teria que estar limpo. **Jornal Notícias do Dia.** Florianópolis, 20 jan. 2017.

poluídos, uma cidade onde o poder público parece muitas vezes governar em nome de poucos grupos economicamente favorecidos, tudo isso parece ter influenciado nas eleições municipais de 2016.

O PSOL elegeu três vereadores, entre eles, Marcos José de Abreu<sup>448</sup>. Sua plataforma<sup>449</sup> política esteve atrelada a propostas que visam a construção de uma cidade mais justa, com apoio a projetos voltados para as práticas de agricultura urbana e para o desenvolvimento de políticas públicas que caminhem nesse sentido. Sua votação tão expressiva colocou-o na posição de segundo vereador mais votado da cidade. Sua eleição é um indicativo desse movimento.

Em março de 2017, o vereador articulou um movimento e chamou representantes de entidades, além de cidadãos interessados, para participarem da elaboração do texto que criaria uma política municipal de agroecologia e produção de orgânicos para Florianópolis. Em 14 de março de 2017 o vereador Marcos José de Abreu protocolou na Câmara de Vereadores de Florianópolis o projeto de lei que estabeleceu a PMAPO. O Projeto de Lei nº 17002/2017 foi protocolado em 14 de março

---

<sup>448</sup> “Eleito com 5.448 votos na sua primeira candidatura, Marquito foi o segundo vereador mais votado nas últimas eleições em Florianópolis. Engenheiro Agrônomo e mestre em Agrossistemas, também foi presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC) e idealizador do projeto de compostagem comunitária de resíduos orgânicos no bairro Monte Cristo, a Revolução dos Baldinhos.” (FERREIRA, Karina. Vereador explica projeto de lei que apoia produção de alimentos em Florianópolis...).

<sup>449</sup> O vereador Marquito foi eleito com base em uma plataforma que o vinculava à defesa de uma Florianópolis mais democrática, em defesa de temas como: agricultura urbana, segurança alimentar, compostagem, etc. Sua plataforma, intitulada durante a campanha “Ecologia e Justiça Social”, teve grande relação com seu processo de formação e atuação antes de candidatar-se a vereador. De acordo com o material de campanha, sua biografia e sua plataforma política são desta maneira apresentadas: “Marcos José, o Marquito, é natural de Florianópolis, Engenheiro Agrônomo e pós-graduado em Agroecossistemas. É referência na cidade e no Brasil em temas como Compostagem, Agricultura Urbana, Permacultura, Agroecologia e Alimentação. Até o momento ocupa o cargo de coordenador urbano do Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo (Cepagro) e presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA). [...] Foi também, idealizador do projeto Revolução dos Baldinhos, na comunidade Chico Mendes, no bairro Monte Cristo.” (Ecologia e Justiça Social. Marquito vereador. Material de campanha. 2016. Acervo da autora.).

de 2017. No mesmo dia, o vereador e sua equipe inauguraram um espaço agroecológico dentro do gabinete e promoveram no Plenário da Câmara de Vereadores uma palestra com o professor Miguel Altieri<sup>450</sup>, com vistas a apresentar a PMAPO e buscar sensibilizar os demais vereadores da casa para o tema.

O jornal Maruim assim abordou o fato:

O PL propõe instituir a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), que prevê a implementação de mecanismos de incentivo aos produtores e à agricultura familiar, como: demarcação de áreas rurais dentro da cidade; criação de feiras orgânicas em mais bairros; regulamentação de terrenos baldios para a produção de alimentos; garantia e ampliação dos 30% de alimentos da merenda escolar municipal vindos de agricultura familiar, como já previsto em lei nacional; entre outras medidas. No mesmo dia em que protocolou o projeto na Câmara Municipal, em 14 de março, o vereador e sua equipe inauguraram um Espaço Agroecológico aberto ao público dentro do gabinete onde trabalham diariamente. Sementes crioulas, chás, sacos de adubo orgânico, um minhocário para compostagem de resíduos orgânicos e até um exemplar de banheiro seco se encontram dispostos na sala verde, que tem as portas forradas com chitas coloridas. O espaço pretende demonstrar o que, se aprovada, a política municipal visa instalar pela cidade: centros de fomento que ofereçam cursos, sementes e adubo a quem quiser plantar.<sup>451</sup>

---

<sup>450</sup> O professor Miguel Altieri é graduado em agronomia pela Universidade do Chile, mestre pela Universidade Nacional da Colômbia e PhD em Entomologia e Controle Biológico pela Universidade da Flórida. É professor de Agroecologia na Universidade da Califórnia desde 1981. É autor de mais de 250 artigos científicos e uma dezena de livros sobre a agroecologia. Em palestra proferida na Câmara de vereadores em 14 de março de 2017, o professor Altieri discorreu sobre os benefícios e a importância estratégica da agricultura urbana e periurbana em diferentes regiões do mundo.

<sup>451</sup> FERREIRA, Karina Ferreira. Vereador explica projeto de lei que apoia produção de alimentos em Florianópolis...

Nessa mesma perspectiva, de construção de uma via política para instituir a agricultura urbana em Florianópolis, um terceiro movimento da Rede Semear foi direcionado para a elaboração de um decreto que buscou instituir uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis. Esse decreto acabou ficando na mesa do ex-prefeito de Florianópolis, César Souza Júnior, que terminou seu mandato em 2016 sem sancioná-lo. A não sanção do decreto pelo então prefeito em exercício não serviu para arrefecer os ânimos daqueles que têm buscado a democratização da cidade.

O movimento em prol da assinatura do decreto não parou na gestão do antigo prefeito. Capitaneado pela Rede Semear e com a colaboração de diversos parceiros nesta causa, o decreto que criou uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis foi assinado pelo então prefeito Gean Loureiro em 5 de junho de 2017, no dia em que se comemora o Dia do Meio Ambiente, e em meio às comemorações da semana do Meio Ambiente em Florianópolis.<sup>452</sup>

---

<sup>452</sup> A Semana do Meio Ambiente foi palco de uma série de eventos protagonizada por diferentes instituições que criaram oportunidades para discutir as diferentes facetas das questões ambientais na atualidade. Entre os eventos destacaram-se: Semana do Meio Ambiente, promovida pela UFSC entre 29 de maio e 5 de junho, com destaque para os seguintes temas abordados nas mesas redondas: “Produção e consumo de alimentos sustentáveis, Cidades e construções sustentáveis, Energias renováveis e Resíduos sólidos: ênfase na coleta seletiva”. Além das mesas redondas foram oferecidas outras atividades, como oficinas e visitas técnicas. Paralelo a esse evento, aconteceu no auditório da ALESC o VIII Seminário de Educação Ambiental entre os dias 2 e 3 de junho de 2017. Ainda nesta mesma semana, no dia 1º de junho, no auditório da FIESC, a CIDASC, em parceria com o Cepagro, promoveu o Seminário sobre Alimentos Orgânicos. Cabe destacar também, as ações promovidas pela Floram, que organizou uma semana de Conscientização Ambiental, entre 1º e 11 de junho, com diferentes atividades em pontos distintos da cidade. Ainda sobre a questão ambiental, cabe destacar o Seminário promovido pelo Cepagro juntamente com outros parceiros que, em 3 de julho de 2017, no auditório da ALESC, debateu a questão da compostagem através do seminário “A compostagem de pequeno porte como solução para os municípios de Santa Catarina”. Nessa ocasião foi feito o lançamento do boletim “Critérios técnicos para a elaboração e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte”, que foi entregue aos representantes dos municípios catarinenses presentes no encontro. Estavam ainda previstos para o segundo semestre de 2017, o III Encontro Estadual de Agricultura Urbana, programado para 20 e 21 de outubro de 2017, e o Encontro da Rede Ecovida de Agricultura, organizado pelo grupo Ilha

Na ocasião da assinatura do decreto, estiveram presentes representantes da Rede Semear de agricultura urbana, bem como da Comcap, da Floram, da Epagri e da atividade da agricultura urbana em Florianópolis. Na mesma tarde, em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, a sessão plenária da Câmara foi aberta com a palestra do professor Daniel José da Silva, que abordou a questão dos bens comuns e o meio ambiente.

A assinatura do decreto<sup>453</sup> que instituiu a Programa Municipal de Agricultura Urbana aconteceu em meio a toda essa movimentação política. No contexto de atuação do mandato do vereador Marcos José de Abreu, o primeiro semestre de 2017 foi marcado por uma série de eventos e encontros que tiveram como objetivo ir construindo um campo de ação que conferisse visibilidade para as práticas de agricultura urbana em Florianópolis. Entre essas ações, destacam-se encontros promovidos no plenário da Câmara de Vereadores, abertos ao público em geral, com a presença de membros dos órgãos públicos envolvidos com o planejamento da cidade, a exemplo do IPUF, e com políticas de fomento voltadas para as atividades econômicas, a exemplo da Epagri.

Toda essa articulação política<sup>454</sup> vem ao encontro de uma série de movimentos que têm aparecido em Florianópolis, com vistas a promover

---

Meiembipe, com apoio do Cepagro, previsto para ocorrer na UFSC no mês de setembro de 2017.

<sup>453</sup> O Decreto nº 17.688/2017, que instituiu a Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis e foi assinado pelo prefeito Gean Loureiro em 5 de junho de 2017.

<sup>454</sup> No primeiro semestre de 2017, correspondente ao primeiro semestre do mandato do vereador Marcos José de Abreu, uma série de encontros e ações foram promovidas dentro da temática da agricultura urbana. Essas ações estiveram diretamente articuladas com esses movimentos (a exemplo das hortas) de parcelas da sociedade de Florianópolis, na busca de ocupar espaços urbanos, bem como promover as práticas de agricultura urbana. Além de promover encontros, sediados na Câmara de Vereadores, numa tentativa de dar maior visibilidade para as práticas de agricultura da Ilha, sobretudo em meio ao contexto de finalização da minuta do anteprojeto do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, também se destacaram ações concretas, a exemplo da construção de hortas em centros de saúde e comunitários. Cito aqui alguns destes eventos promovidos pelo gabinete do vereador com vistas a propagar e dar força ao tema: No dia 7 de junho de 2017, diferentes pessoas e instituições envolvidas com agricultura em Florianópolis foram convidadas a participar do debate intitulado “Agriculturas de Florianópolis: contribuições para o Plano Diretor”. Nessa ocasião, estiveram presentes: o então superintendente do IPUF, Ildo Rosa; a responsável pelos projetos de extensão

uma ocupação mais democrática dos espaços da cidade e promover distintos usos do solo urbano através das práticas de agricultura urbana. Esse movimento, até bem pouco tempo bastante invisível, talvez para muitos ainda o seja, tem ganhado espaço gradativamente e se mostrado em ascensão, com forças difusas, que por vias distintas têm caminhado na direção de construção de uma cidade mais justa, mais plural, voltada para as pessoas em suas múltiplas relações com o ambiente.

David Harvey tratou dessa questão do direito à cidade em meio à expansão do capitalismo e dos processos de urbanização acelerada. Nas suas palavras:

---

da Epagri, Cristina Callegari; a pesquisadora Suzzi Mara Freddi, criadora da Urucum Jardins Funcionais; Cláudio Andrade, proprietário do Engenho dos Andrades; Júlio Maestri, representante da Cepagro; Eduardo, representante do Centro de Práticas Integrativas não Convencionais (Cepic); Sérgio Araújo, proprietário do Sítio Flor Bela; Bianca Pulice, representante da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca; Ana Carolina, representante da Revolução dos Baldinhos; Erasmo Tiepo, produtor do sul da Ilha; Alexandre Queiroz, representante da Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa; Juliana Conceição, representante do Sítio Clara Noite de Sol; e também o professor e geógrafo Elson Manoel Pereira. A mesa mostrou que Florianópolis tem se mostrado palco de diferentes tipologias de agricultura urbana. O segundo evento que também merece destaque, também sediado no plenário da Câmara de Vereadores, ocorreu em 23 de junho de 2017, intitulado “Ecologia e Cosmovisões: por um entendimento de natureza amplo, profundo e plural”. Contou com os seguintes participantes: Kirixú (liderança Guarani), Fernando Anísio Batista, Jairo Pereira de Jesus, Sandra Beck, Nuno Nunes e Júlia Magalheira. Essa mesa foi proposta como contraponto ao encaminhamento dos trabalhos em relação ao plano diretor e à postura da Câmara de Vereadores no que diz respeito à visão de natureza. Na abertura do evento, foi destacado que a visão de natureza que comumente tem aparecido nos debates da Câmara é aquela em que a natureza aparece enquanto uma mercadoria. A visão de ecologia que muitos apresentam na Câmara estaria voltada para o mercado. O discurso de abertura foi proferido pelo vereador Marquito e ambos os eventos foram gravados pela TV Câmara. As informações aqui relatadas foram obtidas com a participação da autora deste trabalho nesses eventos. O mês de junho, em especial, teve uma programação voltada para as questões ambientais, podendo destacar para finalizar: mutirão em hortas, debate sobre compostagem, debate sobre pagamento por serviços ambientais urbanos, exibição de filmes afins, como exemplo o filme documentário *Sem clima*, que discute a força da bancada ruralista na Câmara de Deputados Federais.

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar ou reinventar a cidade [...] é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente de um exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização [...].<sup>455</sup>

No texto de Harvey, a questão do direito à cidade e aos seus espaços parece ter se tornado algo bastante mercantilizado sob os auspícios do capitalismo e da política neoliberal ditada pelo mercado financeiro. A cidade tem se tornado espaço de segregação, a qualidade de vida tornou-se mercadoria, e os usos do solo urbano são ditados pelo poder do capital, em que os interesses privados se sobrepõem aos coletivos. Reivindicando a busca por direitos coletivos, esse autor destaca a importância do direito à cidade, na busca de reconfigurá-la, para que possa ser muito mais do que aquilo que o capital empresarial e financeiro, muitas vezes apoiado pelo aparato estatal, concebeu.<sup>456</sup> A agricultura urbana é parte desse movimento que tem-se mostrado em evidência na vida urbana nas últimas décadas como mecanismo de ocupação de espaços urbanos e de reinvenção das cidades. De acordo com o Projeto de Lei nº 1.7002/2017, que estabeleceu a PMAPO para Florianópolis, a agricultura urbana é assim definida:

Capítulo II – Das Definições - III - agricultura urbana e periurbana: é toda a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas, pesca, pecuários, voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos

---

<sup>455</sup> HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. p. 28.

<sup>456</sup> *Ibid.*, p. 49.

locais, praticadas espaços intraurbanos ou periurbanos e não urbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Deve pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a sustentabilidade das cidades.<sup>457</sup>

Nesse contexto, o decreto que instituiu uma política de agricultura urbana para Florianópolis, além de definir o que se entende por agricultura urbana, destacou a importância da promoção de uma “gestão social e ambiental das cidades”, sendo isso primordial para que se caminhe na direção de uma cidade e um ambiente mais sustentável.<sup>458</sup>

---

<sup>457</sup> ABREU, Marcos José de. **Projeto de Lei nº 17.002/2017**. Estabelece a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis – PMAPO. Florianópolis: Câmara Municipal, 14 mar. 2017. p. 1-2. (Este documento está disponível no Anexo A deste trabalho).

<sup>458</sup> O conceito de sustentabilidade é carregado de ambiguidades e contradições. O princípio da sustentabilidade surgiu em meio ao contexto da crise ambiental, que veio questionar o modelo de crescimento econômico que negava a natureza. Esse termo aparece muitas vezes associado ao conceito de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, conceito empregado em políticas públicas e em variados documentos e já tratado anteriormente neste texto. Juliana Arruda, em sua análise sobre as relações entre sustentabilidade e agricultura urbana no Rio de Janeiro, utilizou os estudos de Sachs para expor uma concepção alternativa ao desenvolvimento sustentável. “Sachs formulou os princípios do desenvolvimento a partir de uma concepção alternativa à política do desenvolvimento, o ecodesenvolvimento. Os princípios por ele criados integram basicamente seis aspectos, que propõe ações que explicitam a necessidade de tornar compatíveis a melhoria nos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as futuras gerações; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e programas de educação.” (SACHS, I., 1993 apud ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro...** f. 55.).

É interessante estabelecer um paralelo entre as dimensões teóricas propostas para pensar o desenvolvimento sustentável e as práticas de agricultura urbana. Em que medida é possível alinhar conceitos com estratégias capazes de transformação social e ambiental? Arruda, em sua tese sobre agricultura urbana no Rio de Janeiro, analisa a questão da agricultura urbana dentro de algumas dimensões (sociocultural, econômica, político-institucional, técnico-agronômica, ecológico-ambiental) propostas nas análises do conceito de sustentabilidade e conclui que:

[...] a agricultura urbana em longo prazo parece ser sustentável, especialmente quando seu potencial multifuncional é reconhecido e desenvolvido plenamente. A sustentabilidade da agricultura urbana parece fortemente relacionada às suas contribuições para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, isto é, inclusiva, com segurança alimentar e nutricional, produtiva, e ambientalmente saudável.<sup>459</sup>

Se a agricultura urbana tem sido considerada elemento propulsor de construção de práticas que possibilitem relações mais equilibradas entre seres humanos e ambiente, é possível destacar que a questão da sustentabilidade, como algo propulsor de “segurança alimentar” e de construção de “ambientes mais saudáveis”, também será contemplada no Projeto de Lei que instituiu a PMAPO. Sob o prisma do “desenvolvimento sustentável”, o Projeto de Lei destaca:

Das definições – Item VII - desenvolvimento sustentável: modelo com múltiplas dimensões, voltadas ao fomento de capacidades e satisfação das necessidades humanas, pautado nos critérios de justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica. Pressupõe a solidariedade com as gerações presentes e futuras e o planejamento e gestão local participativa, integrados aos diferentes níveis de gestão com o objetivo de tornar-se processo de expansão, universalização e apropriação efetiva dos direitos humanos fundamentais. Visa harmonizar objetivos sociais e

---

<sup>459</sup> SACHS, I., 1993 apud ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro...** f. 66.

éticos com as restrições ecológicas e produtivas de cada região e com o uso e conservação da sociobiodiversidade e dos demais recursos ambientais; [...].<sup>460</sup>

Dentro da perspectiva de buscar novos usos da terra, sob o prisma da construção de ambientes mais sustentáveis e de ocupar espaços urbanos para além das funções ditas “urbanas”, surge a perspectiva das hortas comunitárias. Nesse momento cabe abrir espaço para tratar de apontar um histórico sobre esse importante movimento da agricultura urbana: as hortas.

A emergência de Hortas Urbanas na Europa encontra-se relacionada com o início da Industrialização que teve lugar no Reino Unido, durante o século XVIII. As transformações resultantes desta revolução conduziram a profundas modificações socioeconómicas ao longo do século XIX, as quais se fizeram sentir tanto ao nível das cidades, como do meio rural. Por um lado, a Modernização Agrícola, resultante da Industrialização, expandiu-se para países como França, Alemanha e Rússia, fazendo com que a agricultura de subsistência progredisse para uma agricultura de mercado [...] Assim, durante o século XIX, a população mundial registou uma explosão demográfica que, embora generalizada, não se efetuou nas mesmas condições, nem ao mesmo ritmo em todos os países. Deste modo, aquela explosão fez-se sentir primeiramente nas zonas do Globo mais cedo tocadas pela Industrialização, nomeadamente no Reino Unido, Alemanha, Holanda, Dinamarca e Irlanda. [...] A aglomeração populacional das cidades levantou diversos problemas de abastecimento resultantes do aumento de consumos internos de bens alimentares, de água e de combustíveis usados na iluminação e no aquecimento. Porém, a sobrelotação cidadina trouxe, sobretudo, problemas a nível de saneamento e de saúde pública. Foram preocupações deste âmbito que, nomeadamente, promoveram o aparecimento das primeiras Hortas

---

<sup>460</sup> ABREU, Marcos José de. **Projeto de Lei nº 17.002/2017**. p. 2.

Urbanas, entre os anos de 1820 e 1830, numa tentativa de sustentar famílias através de uma atividade com a qual muitas delas estavam já familiarizadas, uma vez que a maioria provinha do meio rural [...]. A partir da segunda metade do século XX, num período de pós guerras, e com o retorno de uma economia de livre mercado, as Hortas Urbanas floresceram por toda a Europa [...]. Como resultado, na Rússia e noutros países da Europa Oriental, inúmeras famílias começaram a produzir alimentos nos seus quintais, em pátios de fábricas, em terrenos de hospitais, em parques, e até ao longo de estradas. Simultaneamente pôde observar-se na Europa Central, um ressurgimento semelhante ao observado na região Oriental, com especial importância na Alemanha [...]. Em conclusão, a importância assumida pelas Hortas Urbanas na Europa encontra-se diretamente relacionada com conjunturas socioeconómicas. Durante os períodos de crise, estas hortas desempenhavam uma função de subsistência, enquanto em períodos de prosperidade eram utilizadas numa vertente recreativa [...].<sup>461</sup>

A história das hortas comunitárias esteve, em diferentes momentos, vinculada a períodos de crise económica e transformações sociais. Já foi aqui discutido anteriormente que a atual crise da sociedade capitalista, voltada para os mercados e para a dinâmica do lucro e do consumo, tem deixado brechas que propiciam o surgimento de ações que buscam alternativas ao *modus operandi* vigente. Ocupar a cidade a partir do estabelecimento de hortas comunitárias é apenas uma das muitas portas possíveis de acesso à cidade a partir da agricultura urbana. As tipologias da agricultura urbana são bastante numerosas e, em Florianópolis, se apresentam como tal: hortas comunitárias, hortas institucionais, quintais produtivos, espaços de produção de mudas, práticas de compostagem, produção de orgânicos, plantio e recuperação de áreas degradadas de mata, agricultores tradicionais, engenhos de farinha, jardins funcionais, essas são algumas práticas dos moradores e das moradoras de Florianópolis.

---

<sup>461</sup> GONÇALVES, Rita Galvão G. **Hortas urbanas**: estudo do caso de Lisboa. 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. f. 5-8.

Em Florianópolis, essa prática de ocupar a cidade a partir das hortas comunitárias é parte de um movimento que ganhou força entre 2014 e 2017, período em que a articulação política de tentativa de institucionalização da agricultura urbana ganhou força. Em relação a isso, a minuta do decreto que criou o Programa Municipal de Agricultura Urbana assim tratou das hortas comunitárias:

Art. 3. Programa de Agricultura Urbana do Município de Florianópolis priorizará: II- Incentivo ao cultivo de hortas urbanas em espaços públicos, comunitários ou residenciais tais como: quintais, terraços, tetos, sacadas, escolas, creches, centros de saúde, centros de assistência social, entre outros; [...].<sup>462</sup>

Aquilo que a legislação buscou dar existência legal e incentivar futuras políticas públicas já era uma realidade em diferentes pontos do espaço urbano. Um levantamento feito para esta pesquisa apontou a existência de hortas comunitárias, institucionais e domésticas em diferentes pontos de Florianópolis. Nesse primeiro momento cabe destacar a presença das hortas comunitárias na cidade. A partir do grupo Quintais de Floripa é possível fazer um mapeamento da localização de algumas delas. O grupo Quintais de Floripa, já comentado anteriormente, foi estruturado tendo como objetivo “[...] intervenções e projetos relativos à Agricultura Urbana com foco na capacitação comunitária, desenvolvimento de hortas urbanas, fortalecimentos de redes e práticas de permacultura.”<sup>463</sup> Em entrevista concedida à autora, um dos idealizadores do movimento dos Quintais de Floripa falou sobre as primeiras iniciativas de hortas comunitárias em Florianópolis:

[...] essa aqui [referência ao Pacuca] foi do conselho de saúde, o foco mesmo era a coisa dos resíduos orgânicos, mas aí tinha que vir a horta junto e tal [...] a do AMOJAC, foi da associação dos moradores ali que mostrou interesse, fez esse questionário de quem queria revitalizar uma área que estava jogada lá, uma outra iniciativa da

---

<sup>462</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 17.688, de 5 de junho de 2017.** Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana.

<sup>463</sup> Sobre o grupo Quintais de Floripa, confira: QUINTAIS DE FLORIPA. **Sobre.** [2016]. Disponível em: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

SEOVE, eles queriam fazer uns canteiros, a gente começou a sair um pouco daquela horta inicial lá né, aí rolou a ideia de fazer os quintais de Floripa que era para incentivar outras hortas e tal [...] aí teve também ano passado teve uma movimentação da secretaria de saúde, mandou os agentes de saúde fazer um curso lá no Cepagro, aí nisso a gente já teve iniciando também uma na horta da fazenda, algumas iniciativas lá nos outros bairros, lá no Córrego, uma na Horta Luz [...].<sup>464</sup>

Na página dos Quintais de Floripa é possível encontrar uma lista de iniciativas que surgiram e receberam apoio do grupo em questão. Entre estas, estão listadas a Horta do Pacuca, localizada no Campeche; a Horta da Associação dos Moradores do Jardim das Castanheiras (Amojac), também localizada no Campeche; a Horta Luz, localizada no Parque da Luz, centro de Florianópolis; a Horta Quintal Comunitário do Córrego, localizada no bairro do Córrego Grande; a Horta das Garças, também localizada no Campeche; e a Horta da Fazenda, no Centro de Saúde Fazenda do Rio Tavares.<sup>465</sup>

Existem outras iniciativas de hortas comunitárias na Ilha, existe a Horta Alecrim<sup>466</sup>, localizada no bairro Rio Vermelho, a Horta da Avenida

---

<sup>464</sup> ALMEIDA, Luis Gustavo Martins de. **Entrevista**. [20 mar. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Voluntário de hortas comunitárias – Quintais de Floripa).

<sup>465</sup> QUINTAIS DE FLORIPA. **Sobre**.

<sup>466</sup> “O Alecrim é um grupo de horta urbana que surgiu em agosto de 2014, a partir de um projeto de hortas urbanas do Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP), do Centro de Ciências Agrárias da UFSC; cujo objetivo era incentivar a produção e consumo de alimentos orgânicos nas cidades. Durante 1 ano, recebemos orientação técnica das agrônomas Suzi Freddi e Renata Rodrigues, através de oficinas mensais onde aprendemos sobre compostagem e técnicas de plantio. Após esse período, o grupo decidiu que além de plantar para consumo próprio, seria um multiplicador de ações referentes a sustentabilidade dentro do próprio bairro. Começamos então a produzir mudas para distribuição em eventos, fazer mutirões de horta e oficinas de compostagem para auxiliar outras iniciativas; receber e reciclar óleo de cozinha através da produção de sabão artesanal (que comercializamos para investir em ferramentas e insumos para a horta) e também resíduos orgânicos para produção de composto no espaço que denominamos de ‘patio amigo’. O Alecrim é um coletivo autônomo, auto-gestionado segundo os princípios da economia solidária.” (MIACI, Nara. **Horta Alecrim**

Beira-Mar de São José, localizada na parte continental de Florianópolis. Existem as hortas criadas em espaços assessorados pelo poder público, como a Horta do Jardim Botânico de Florianópolis, as hortas dos centros de saúde e das escolas municipais, as hortas em projeto de implementação, a exemplo da futura Horta do Parque Linear do Córrego Grande, e também as Hortas que, juntamente com espaços de compostagem, constroem núcleos de educação ambiental, como acontece na sede do Serviço Social do Comércio (SESC) de Cacupé Florianópolis.<sup>467</sup> A intenção nesta reflexão não é quantificar as hortas comunitárias ou institucionais encontradas em Florianópolis, mas sim fazer uma reflexão da importância desse movimento das hortas comunitárias nos processos de ocupação dos espaços urbanos e na construção de novas relações com o ambiente.

Um trabalho muito interessante desenvolvido por Gustavo Nagib tratou de analisar o caso da Horta das Corujas em São Paulo como fruto de um ativismo que se traduz num movimento de ocupar espaços da cidade, num processo de democratização do acesso à cidade e ao ambiente e de construção de relações mais solidárias em detrimento do avanço do individualismo presente em grande parte da sociedade contemporânea. Nas palavras deste autor:

Este tipo de ativismo preocupou-se em apresentar soluções alternativas que alcancem a dimensão da esfera comunitária, aí reside o empenho em ocupar espaços públicos urbanos e materializar hortas comunitárias, rompendo os limites individualistas da sociedade de consumo.<sup>468</sup>

Além das questões ligadas aos usos dos espaços da cidade e da construção de possibilidades de relações mais solidárias entre as pessoas, o que Nagib apresenta como “guerrilha verde” age, segundo este autor, “[...] como mecanismo de solução e superação dos problemas urbanos,

---

[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gicallado@yahoo.com.br> em 9 ago. 2017.).

<sup>467</sup> A intenção aqui não é de fazer um levantamento quantitativo de hortas existentes em Florianópolis neste momento (ano de 2017). O curso de arquitetura da UFSC está desenvolvendo um projeto de mapeamento de todas as práticas de agricultura urbana em Florianópolis, no qual serão incluídas: hortas, composteiras, feiras de orgânicos, produtores de orgânicos etc.

<sup>468</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 65.

dentre eles, para a reorganização de uma cidade social, econômica e ambientalmente insustentável.”<sup>469</sup>É dentro dessa perspectiva de “ativismo”, de ocupação de espaços urbanos e tentativas de “superação dos problemas urbanos” que pode ser enquadrada a Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca. Dentre as hortas comunitárias existentes em Florianópolis, a Horta do Pacuca é, sem dúvida, aquela que apresentou um maior crescimento em um período de dois anos aproximadamente (2015-2017), e aquela que tem tido a maior visibilidade.

A Horta Comunitária do Pacuca está localizada no Campeche,<sup>470</sup> região sul da Ilha de Santa Catarina, no terreno do antigo Campo de Aviação. A história da Horta do Pacuca começa a ser construída em meio a um processo de ocupação de um terreno de 352 mil m<sup>2</sup> localizado na Avenida Pequeno Príncipe. Um breve histórico dessa região foi apresentado em um trabalho de conclusão de curso de arquitetura da UFSC, por Angela Aparecida Cé.

O Campo de aviação foi adquirido pela empresa Air France em 1927, para ser utilizado como pista de pouso para os aviões do correio aéreo da Societé Latecoère, sendo na época o primeiro aeroporto da época e do sul do Brasil. [...] devido à segunda

---

<sup>469</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 66.

<sup>470</sup> “[...] a origem da localidade está ligada ao desenvolvimento de um pequeno núcleo rural, cuja sede chamava-se Rio Tavares. [...]. Até meados da década de 60, a localidade mantinha-se com atividades tradicionais de subsistência, principalmente agricultura e pesca. [...]. Com o plano diretor de 1976, que compartilhava uma visão desenvolvimentista/racionalista, foram aprovadas propostas em que a planície do Campeche passaria a ser uma área de expansão urbana. [...] Nas décadas de 1970 e 1980 houve a implantação do sistema viário que garantiu a extensão da malha urbana da cidade para o sul da Ilha com a pavimentação da Rodovia SC 405, e no Campeche com a estrada geral, a Avenida Pequeno Príncipe (1973/74). [...] posterior à pavimentação das vias, ocorreu também a instalação das redes de telefonia e água encanada. Isto resultou na melhoria da infraestrutura e que, posteriormente, levou ao desmembramento dos lotes rurais[...] essa prática resultou no desenho da malha urbana, através da invasão e apropriação de áreas de preservação por grileiros e especuladores [...] além de desrespeitar áreas de preservação, como faixas de dungas, restingas e manguezais. [...]” (CÉ, Angela Aparecida. **Pacuca: uma nova proposta de parque cultural para o Campeche**. 2016. 44 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. f. 6.).

guerra mundial, o serviço aéreo postal da empresa francesa foi interrompido. Em 1944, o Governo Federal desapropriou a área passando o terreno para o domínio da União, que posteriormente passou o domínio para a Aeronáutica [...]. O campo serviu até o ano de 1955, quando foi inaugurado o Aeroporto Hercílio Luz. [...]. Com o fim das atividades de aviação no campo, o espaço passou a ser apropriado pela população que usava as antigas pistas como estradas, uma vez que já estavam bem demarcadas em meio ao espaço até então rural. [...]. Em 1987 foi encaminhado um abaixo-assinado que reivindicava o tombamento da área do Campo de Aviação. No mesmo ano, o Ministério da Aeronáutica propôs à comunidade a assinatura de “contrato de cessão de uso gratuito” [...]. Em 1999, o terreno foi desmembrado em quatro registros distintos. A Aeronáutica propõe ficar com as áreas dois e três para venda e construção do hotel de trânsito e transferir a área quatro para a prefeitura, que seria zoneada com a sigla AVL (Área Verde de Lazer). [...] Em 2007 com base em diagnóstico desenvolvido pela comunidade foi elaborado um projeto para o antigo Campo de Aviação, nomeado Pacuca (Parque Cultural do Campeche).<sup>471</sup>

A história da Campo de Aviação se entrecruza com a história da urbanização da Campeche e da Horta do Pacuca. O início da Horta do Pacuca relaciona-se com duas questões que estavam em evidência na comunidade naquele momento: primeiro, o desejo de criar um espaço de compostagem e, segundo, um movimento de ocupação de um espaço público cuja história se relaciona com os movimentos de constituição da comunidade em relação aos usos de um lugar e à construção de um sentimento de pertencimento. Bianca Pulice, uma das pessoas envolvidas com o Pacuca na sua gênese e com forte atuação como voluntária, narrou o processo que deu início à Horta do Pacuca.

Começou depois de uma conversa que o Marius, que era da época da Comcap teve com o Ataíde e com o Valtinho da Amocam com a intenção de criar um pátio de compostagem e então foram

---

<sup>471</sup> CÉ, Angela Aparecida. **Pacuca...** f. 7-8.

conversar com o Eduardo da Destino Certo para entender se o Eduardo tocaria esse projeto. Aí o Eduardo também deu a ideia de fazer uma horta no espaço que antigamente também foi o Campo de Aviação e, nessa época, em 2015, tava sendo usado como lugar de descarte de lixo. Então eles começaram, o Eduardo conversou com o pessoal dos quintais de Floripa para ver se eles topavam começar uma horta comunitária ali, então foi ali que tudo começou, diz que foi uma junção Comcap com a Amocam, Destino Certo e Quintais de Floripa. Foi mais ou menos em março de 2015 que tudo isso começou. O terreno lá é público, é um terreno que faz parte da União mas o uso da Horta é respaldado pelo Ministério Público. A gente tem autorização para usar aqueles 8 mil metros quadrados de terreno (informação verbal).<sup>472</sup>

Na Figura 33, na Figura 34, na Figura 35 e na Figura 36, cujas imagens foram obtidas pela autora na Horta do Pacuca em março de 2016, é possível ver a horta ainda no início, quando já se demonstrava a preocupação com o descarte de lixo que era feito no local, como mencionado na fala da permacultora e voluntária Bianca Pulice.

---

<sup>472</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista**. [18 jun. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo de WhatsApp. (Permacultora e voluntária da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, Campeche).

Figura 33 – Foto da entrada da Horta do Pacuca, com destaque para a faixa à direita que se destina a coibir o depósito de lixo no local



Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

Figura 34 – Foto da entrada da Horta do Pacuca, com destaque para o descarte de lixo no local



Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

Figura 35 – Foto da Horta do Pacuca, durante o trabalho de voluntários na construção de um canteiro



Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

Figura 36 – Foto da Horta do Pacuca, com o Centro de Saúde do Campeche ao fundo



Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

Essas imagens ajudam a perceber que, no ano de 2016, a Horta do Pacuca ainda se encontrava em um estágio de início de ocupação daquele

espaço. A Figura 33 e a Figura 34 corroboram a fala da permacultora Bianca, no que diz respeito à preocupação com o descarte de lixo no local, e a Figura 35 e a Figura 36 mostram um espaço que está começando a ser utilizado enquanto horta, com destaque para a construção de um canteiro elevado, como visto na Figura 36.

A ocupação desse espaço vai ser feita em um período de tempo de um ano, praticamente. Entre 2016 e 2017, as imagens feitas para esta pesquisa vão mostrar um Pacuca completamente reconfigurado. Mas, antes de trazer estas novas figuras, cabe destacar que a questão da ocupação daquele espaço com a Horta Comunitária Pacuca foi enfatizada na narrativa de Bianca Pulice como crucial nesse movimento da busca pela construção do Parque Cultural do Campeche:

[...] a horta está em um lugar bastante estratégico que seria o futuro Parque Cultural do Campeche, então ter a horta ali é uma forma de ocupação daquele espaço, daquele território e mostrar que sim, que aquele terreno gigante de 323 mil metros quadrados pode ser uma área para a sociedade. Então, a primeira ação de ocupação daquele campo é da horta, então eu entendo como uma ação muito importante para a gente frear essas especulações imobiliárias que tem ali naquele terreno e tentar realmente que ali seja uma AVL para pessoas poderem aproveitar melhor o bairro [...] então essa ideia do parque Cultural do Campeche é algo que e uma luta já de muitos anos e que a sociedade espera que um dia saia, seria muito incrível [...] a horta vem como uma das primeiras ações para começar a construir esse Parque de alguma forma (informação verbal).<sup>473</sup>

Na narrativa de Bianca Pulice, a Horta do Pacuca aparece como sendo a “primeira ação de ocupação daquele campo”. Portanto, a força desse movimento pode ser interpretada como sendo um movimento de reivindicação da cidade dentro dos processos de urbanização, ou seja, de tentativas das comunidades de “frear essas especulações imobiliárias”. Diante dos processos de urbanização acelerada característicos do mundo contemporâneo e da vida urbana, as “[...] mudanças nos pressupostos dos planejamentos figuram entre as principais demandas contemporâneas.

---

<sup>473</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

Uma das alterações esperadas é que seja reforçada a função social do espaço urbano.<sup>474</sup> A agricultura urbana, nesse caso através das hortas comunitárias, pode ser pensada como uma maneira de rever a agenda urbana, por meio da promoção, via ocupação de espaços urbanos, de uma democratização de acesso à cidade. Esse processo de mobilização e atuação através da agricultura urbana, que Gustavo Nagib tratou como “ativismo”<sup>475</sup> na busca de uma outra concepção do urbano, pode ser pensado como sendo:

Mecanismos nos quais as pessoas podem se amparar para pensar crítica e politicamente o planejamento e a gestão da cidade, os ativismos urbanos promovem a reflexão acerca das disparidades e injustiças comumente materializadas no espaço urbano brasileiro [...] Na medida em que possuem potencial para protagonizar um planejamento alternativo ao planejamento oficial e conservador, os ativismos podem ser encarados, enfim, como caminhos possíveis para a superação dos problemas urbanos.<sup>476</sup>

Assim sendo, a Horta do Pacuca foi apresentada pela voluntária Bianca como sendo um passo fundamental nesse movimento de inversão de uma lógica mercadológica que desenha as cidades sob forte influência dos agentes de mercado. Florianópolis teve, ao longo de seus processos de urbanização, uma forte interferência dos setores ligados ao capital privado, que, em associação com o poder público, criaram e definiram os

---

<sup>474</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 129.

<sup>475</sup> Ativismo pode ser definido como sendo: “[...] formas como as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade. Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, os homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se, em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que esta atuação de fato seja.” (SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B., 2004 apud NAGIB, Gustavo. Op. cit., f. 123.).

<sup>476</sup> NAGIB, Gustavo. Op. cit., f. 124-125.

“rumos” que a cidade deveria trilhar.<sup>477</sup> “Os agentes de mercado, fomentadores de novas tendências urbanísticas e arquitetônicas, não deram prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e às possibilidades de promoção de encontro entre os cidadãos [...]”<sup>478</sup>

Se, por um lado, o planejamento dos poderes públicos não tem priorizado a implementação de espaços públicos e áreas de lazer em Florianópolis, a articulação de diferentes sujeitos em torno da Horta do Pacuca é um indicativo de que o “ativismo” local pode reinventar a cidade. A Horta do Pacuca aparece como uma possibilidade, nesse contexto, de materialização da construção de espaços comunitários como o projeto que visa implementar na área o Parque Cultural do Campeche.

A Horta Comunitária do Pacuca iniciou em 2015, mas, pelas imagens da Figura 33 e da Figura 34, foi possível perceber que no início de 2016 esse espaço ainda se constituía num ambiente subutilizado, ou melhor, com uso inadequado, a partir do descarte de “lixo” no local. Entre os meses de março e novembro de 2016, a Horta do Pacuca teve um crescimento muito significativo, o espaço foi estruturado e ampliado, grandes canteiros foram construídos, árvores frutíferas foram plantadas e até um mapeamento para implantação de um engenho de farinha tomou forma. Matérias nos jornais traziam visibilidade ao Pacuca. As fotos tiradas em novembro de 2016 (Figura 37, Figura 38, Figura 39 e Figura 40) mostram um espaço completamente diferente daquele visto nas imagens feitas em março de 2016.

---

<sup>477</sup> Existem inúmeros trabalhos que trataram do processo de atuação do poder público e do capital privado no que concerne à urbanização de Florianópolis. Cf. ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística.** MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis...** MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis...** SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa...**

<sup>478</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 128.

Figura 37 – Foto de Canteiros de hortaliças na Horta do Pacuca



Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)

Figura 38 – Foto de Canteiro da Horta do Pacuca com alerta sobre os “cuidados” com a colheita



Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)

Figura 39 – Foto do Sr. Anilton, voluntário do Pacuca, entregando um pé de alface a uma visitante



Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)

Figura 40 – Foto da Horta do Pacuca no Campeche



Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)

Sr. Anilton, voluntário do Pacuca, que aparece na Figura 39 entregando um pé de alface que acabara de colher para uma visitante, concedeu, na ocasião, uma entrevista em que explica esse momento do

avanço dos canteiros e a sua atuação<sup>479</sup> como voluntário e colaborador da Horta do Pacuca. Nas palavras deste:

[...] aí me convidaram para eu vir aqui, que eu conhecia. O Sr. Não pode trabalhar (referência ao fato de que ele foi aposentado por problemas de saúde), o Sr. só entra com sua ideia que já está bom [...] o Sr. fica atendendo o pessoal [...] o senhor está aqui colaborando, é voluntário. [...]. Então, eu entrei aqui, só tinha um canteiro ali, mas eu mandei desmanchar, tava tudo torto [...] lá na frente, nós passava lá na rua e não via a horta de lá. Nesses seis meses eu fiz três plantações, nesses seis meses criou todos esses canteiros que estão aqui, foram feitos pela minha mão né, tô aqui, tô sempre administrando, já fizemos 3 parreiras de tomate aqui, lá tinha uma, já acabamos de colher, aqui tinha mais três. Aqui temos uma roça de milho, temos melancia, temos melão, temos uma roça de aipim e aqui tá vindo um engenho de farinha, tamo montando um engenho de farinha aqui, e aí então, depois vai ser reestruturado pra sair um Parque, uma pista de Skate [...]. Aqui já tá tudo cercado [...] ali é frutífera e árvore para a sombra, tem muitas árvores plantadas [...]. Tem abacate, aqui dentro tão fazendo bananal, aqui atrás dentro

---

<sup>479</sup> Sr. Anilton Bardança é aposentado, morador da região e reconhecido pelos demais envolvidos no projeto como fundamental para a manutenção, cuidados e expansão da horta. Matéria publicada pelo jornal Notícias do Dia destacou o trabalho deste voluntário do Pacuca. “Bianca conta que o trabalho voluntário de seu Anilton Bardança, 60, que é aposentado e dedica várias horas do dia à horta, é essencial para manter o projeto vivo. ‘Ele é um furacão, sai construindo canteiro, plantando e cuidando da compostagem’, diz ela. Expescador, seu Anilton aprendeu os segredos do plantio trabalhando na lavoura com o avô quando era pequeno e, hoje, põe o aprendizado na prática na comunidade onde vive. Seu Anilton é responsável pelo plantio das mudas da horta, sabe exatamente a hora de colher um pé de alface, de regar cada planta e o dia de revirar o lixo orgânico na leira (onde são colocados os compostos orgânicos).” (ALVES, Felipe. Horta do Campeche é exemplo de trabalho voluntário e comunitário. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 9 dez. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/horta-do-campeche-e-exemplo-de-trabalho-comunitario-e-voluntario>>. Acesso em: 30 jul. 2017.).

desses mato tá saindo capim, as árvores estão ficando [...] (informação verbal).<sup>480</sup>

A narrativa do Sr. Anilton foi explicando o crescimento da Horta do Pacuca e, ao mesmo tempo, enquanto falava e andava pela horta durante a entrevista realizada para este trabalho, ele apontava os locais onde cada coisa havia sido plantada e onde seriam implementados os projetos futuros, a exemplo do engenho de farinha. Sua fala também vincula o Pacuca com a criação do futuro Parque Cultural do Campeche. As imagens apresentadas na Figura 37, na Figura 38, na Figura 39 e na Figura 40 dão uma ideia dessa expansão narrada pelo Sr. Anilton.

É importante destacar que esse crescimento pode ser também explicado, juntamente com a forte atuação do Sr. Anilton, com a atuação das parcerias construídas em torno do Pacuca, seja com órgãos públicos ou institucionais, seja com a própria comunidade. A parceria com diferentes órgãos vai auxiliar na estruturação e condução do Pacuca:

Para a horta dar certo, uma série de instituições se uniu, como a Amocam, o conselho de saúde local, o Quintais de Floripa, o Destino Certo, a Intendência do Campeche e a Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital). De acordo com o presidente da Comcap, Marius Bagnati, o projeto é uma demonstração de que os resíduos orgânicos podem ser tratados em muitas comunidades da cidade e até mesmo dentro de casa.<sup>481</sup>

Então, o funcionamento do Pacuca mostra-se em correlação com a Associação de Moradores do Campeche (Amocam), os Quintais de Floripa, o Destino Certo, a Intendência do Campeche, a Comcap, o Conselho de Saúde local e também com o trabalho dos voluntários e das voluntárias. De acordo com Pulice, “[...] os voluntários vão e voltam, o grupo que é fixo é um grupo de mais ou menos 10 ou 12 pessoas e para o tamanho daquela horta acaba sendo um grupo pequeno e aí chega o inverno, diminui o número de pessoas, chega o verão [...] chega pesca da tainha [...]”<sup>482</sup>

---

<sup>480</sup> BARDANÇA, Anilton Graciliano. **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e voluntário da Horta do Pacuca, Campeche).

<sup>481</sup> ALVES, Felipe. Horta do Campeche é exemplo de trabalho comunitário e voluntário.

<sup>482</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista**.

De qualquer modo, o espaço que essa horta ocupa em meio ao antigo Campo de Aviação e a intenção da comunidade de criar nesse espaço urbano um parque cultural ajudam a compreender as particularidades do Pacuca. A horta foi construída em meio a um processo de redimensionamento do Distrito e da cidade, através da discussão do Plano Diretor. O sul da Ilha hoje é uma das regiões que cotidianamente enfrenta as consequências de um planejamento urbano equivocado, filas em diferentes horários do dia, queixas dos moradores no que diz respeito à poluição do meio ambiente, o avanço das construções em áreas como dunas e restingas. Pode-se inferir que esses problemas ajudaram a dar ao Pacuca a força de algo que pode ser visto como símbolo de uma reconfiguração do espaço urbano. A Horta do Pacuca aparece como uma demanda local em meio a uma cidade que tem enfrentado problemas semelhantes em seus diferentes espaços. Nesse movimento, outras hortas também aparecem como sintomas de uma cidade dominada pela especulação imobiliária, fora de sintonia com seu ecossistema insular.

A Horta Comunitária do Córrego Grande nasceu de uma demanda social pelo direito de ocupar um espaço público que também estava na mira de representantes do setor imobiliário. Uma conversa com a nutricionista e voluntária Tânia Prado, que falou em nome de Suzana Luz Cardoso – a pessoa que deu início ao movimento de articulação e criação da Horta Comunitária do Córrego Grande –, deixou evidente esse movimento de ocupação dos espaços urbanos através das hortas.

[...] ela veio morar aqui em 2012, então ela morava nesse prédio aqui do lado, no primeiro andar, assim, então aqui era meio que o quintal deles, só que era um terreno super abandonado e isso atraía muito lixo, as construções, todo mundo achava assim, via um terreno abandonado, jogava lixo de construção aqui [...] então em 2012, que foi quando eles começaram a prestar atenção no terreno, e o filho dela, que é o Kiriá, que é o filho da Suzana, ele faz agronomia, então já tinha um interesse assim [...] então eles começaram a plantar no fim de semana, começaram a mexer no terreno [...] Ela me explicou uma vez que foi assim, os prédios aqui, na verdade, esses condomínios, eles iam ocupar todo esse terrenos e aqui a praça, só que os moradores fizeram uma luta para [...], porque é uma lei que não entendo muito bem, mas que quando tem uma ocupação tem que

liberar uma área para a comunidade (informação verbal).<sup>483</sup>

A Horta Comunitária do Córrego Grande surge, então, como articulação de um grupo que reivindica o uso dos espaços num movimento que, diante do avanço das construções e da redução de áreas comunitárias, percebe os espaços vizinhos sem uso ou que viraram “depósito de lixo” como um prolongamento das residências urbanas, como um “quintal urbano”. Entretanto, a mesma entrevista vai destacar um dos grandes desafios para que a horta cresça e possa se tornar espaço de troca e convivência: é fundamental que tenha um engajamento da comunidade.

[...] pelo Face eu até achava que tinha muita gente que participava, tal, porque eu via que já era uma coisa mais antiga, mas não assim [...] aí eu comecei a vir com ela, era mais eu, ela e o filho dela [...] de vez em quando a gente vê que vem alguém assim e planta, só que não vem para cuidar [...] é uma dificuldade que tinha, que a gente queria que tivesse uma mobilização com a comunidade (informação verbal).<sup>484</sup>

O processo de articulação em torno das hortas tem sido um importante movimento na direção da constituição de cidades menos esvaziadas, com pessoas ocupando as ruas, convivendo nos bairros, se relacionando com o ambiente. Mas, não resta dúvida de que o crescimento e fortalecimento dessas iniciativas só acontecem se houver um envolvimento dos cidadãos. “Isso significa que os cidadãos precisam estar envolvidos com a sua cidade, assumindo a condição de que o espaço público é de responsabilidade e de propriedade da comunidade”<sup>485</sup>, até mesmo o reconhecimento das possibilidades de reivindicar espaços públicos no contexto de expansão das áreas de construção civil. A Figura 41, a Figura 42 e a Figura 43 mostram um pouco do espaço ocupado pela Horta Comunitária do Córrego Grande, intitulada de Quintal Comunitário do Córrego Grande.”

---

<sup>483</sup> PRADO, Tânia Regina. **Entrevista**. [29 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Nutricionista e voluntária da Horta Comunitária do Córrego Grande).

<sup>484</sup> Ibid.

<sup>485</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 144.

Figura 41 – Foto do Quintal Comunitário do Córrego Grande



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 42 – Foto do terreno utilizado para a horta do Quintal Comunitário do Córrego Grande



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 43 – Foto do Quintal Comunitário do Córrego Grande



Fonte: Acervo da autora (2016)

A Figura 42 e a Figura 43 mostram um espaço ocupado ainda de forma bastante espontânea. É fato que ocupar esses espaços representa uma grande conquista no contexto da urbanização de Florianópolis, onde, como já mencionado anteriormente, os espaços comunitários e de lazer não representavam, nesse momento, prioridade para os poderes representados pelo estado e pela indústria da construção civil. Ainda que configure uma experiência local, o agir localmente pode abrigar uma capacidade transformadora. Essa capacidade transformadora é parte da agricultura urbana, suas práticas contribuem para “[...] debater o próprio futuro da cidade, incluindo alternativas para que a vida humana, em um mundo cada vez mais urbanizado, se torne mais agradável e agregável (solidário).”<sup>486</sup>

Essa capacidade transformadora, ainda que situada localmente, ganha força e visibilidade quando encontra o envolvimento da comunidade. Ao sair de suas casas e passar a frequentar um espaço ocupado por uma horta comunitária, abrem-se brechas para a reelaboração do sentido de pertencimento a um dado local, uma dada comunidade, um dado ambiente. Nesse processo de novas configurações sociais e ambientais, Guattari traz algumas reflexões bem pertinentes:

---

<sup>486</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 141.

A ecosofia social consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar ou reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho [...] questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo. [...] Nesse domínio, não nos ateríamos às recomendações gerais, mas faríamos funcionar práticas efetivas de experimentação tanto nos níveis microssociais quanto em escalas institucionais maiores.<sup>487</sup>

A participação nas hortas comunitárias parece que cumpre esse papel de reinventar o “ser-em-grupo”. Voltando à Horta do Pacuca, a narrativa da voluntária Bianca traz bastante força a esse argumento que relaciona o envolver-se com as hortas e as possibilidades de transformação nas relações entre os seres humanos e entre estes e o ambiente, sempre na busca por uma cidade mais inclusiva e voltada para as pessoas. Nas palavras de Bianca Pulice:

Mudou bastante coisa (rs), a horta me deu (silêncio), me deu um senso de pertencimento né, ao bairro e a cidade, conseqüentemente, eu tô morando a um ano em Florianópolis, parece que eu moro a uma vida aqui, eu conheci muita gente na horta e conheci muito a história local do bairro [...] eu aprendi muitas coisas sobre plantas mas eu aprendi também muitas coisas sobre desapego, sobre responsabilidade, sobre disciplina [...] a horta me trouxe amigos, responsabilidade, me trouxe um lugar onde eu me sinto em casa [...] um lugar onde eu aprendi a estar cem por cento presente [...] mudou minha rotina, meu jeito de enxergar os alimentos, de valorizar os agricultores [...] (informação verbal).<sup>488</sup>

Esse envolvimento com a horta, sobre o qual fala Pulice, foi fundamental para a constituição desse sentimento de pertencimento, fundamental para que possa haver um envolvimento maior e efetivo das pessoas com as hortas ou com outras experiências de agricultura urbana. É interessante destacar que essa constituição de novos laços, com as

<sup>487</sup> GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. p. 15-16.

<sup>488</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista**.

pessoas que compartilham das experiências nas hortas comunitárias, parece capaz de “[...] recuperar laços e relações sociais pautados em princípios e valores humanos solidários e generosos, que há tempos foram (e continuam sendo) dilacerados por um regime que execra tudo que não for regido pela ordem da mercadoria [...]”.<sup>489</sup> O envolvimento da comunidade com o projeto das hortas, sem dúvida, é crucial para que estas possam crescer e frutificar. De qualquer modo, é importante apontar que esse envolvimento também acontece permeado por tensões.

A relação com a comunidade normalmente é muito boa porque quando a gente tá em época de colheita a comunidade acaba aparecendo mais, claro existem pessoas mais educadas e mais sensíveis né com a causa e outras pessoas que são um pouco mais mal educadas eu diria assim [...] isso acaba gerando algum conflito, principalmente na hora da colheita porque os voluntários que tem todo um trabalho que ficam lá de sol a sol cuidando da horta e, de repente, vem alguma pessoa da comunidade, querendo colher, e não é educada, acaba gerando algum tipo de conflito. Na verdade, a colheita assim, a gente não costuma negar para ninguém a gente só pede que sejam observadas as regras, estão na entrada da horta, na placa. A gente espera que as pessoas sejam minimamente educadas né, que elas venham dar um bom dia, que elas venham se apresentar, perguntar se tem alguma coisa para colher, que elas não saiam simplesmente colhendo sozinhas, porque a gente sabe o tempo dos canteiros, então a gente sabe onde está o alface que está pronto para colher [...] (informação verbal).<sup>490</sup>

A relação vai sendo construída através de dinâmicas próprias de cada lugar e dos envolvidos diretamente com a horta, entre voluntários(as) e membros da comunidade. Se um dos pontos de tensão indicados por Pulice parece estar vinculado à colheita, a criação de placas com regras gerais sobre a horta e placas indicativas e explicativas por canteiros foi uma tentativa empreendida para tentar organizar melhor a

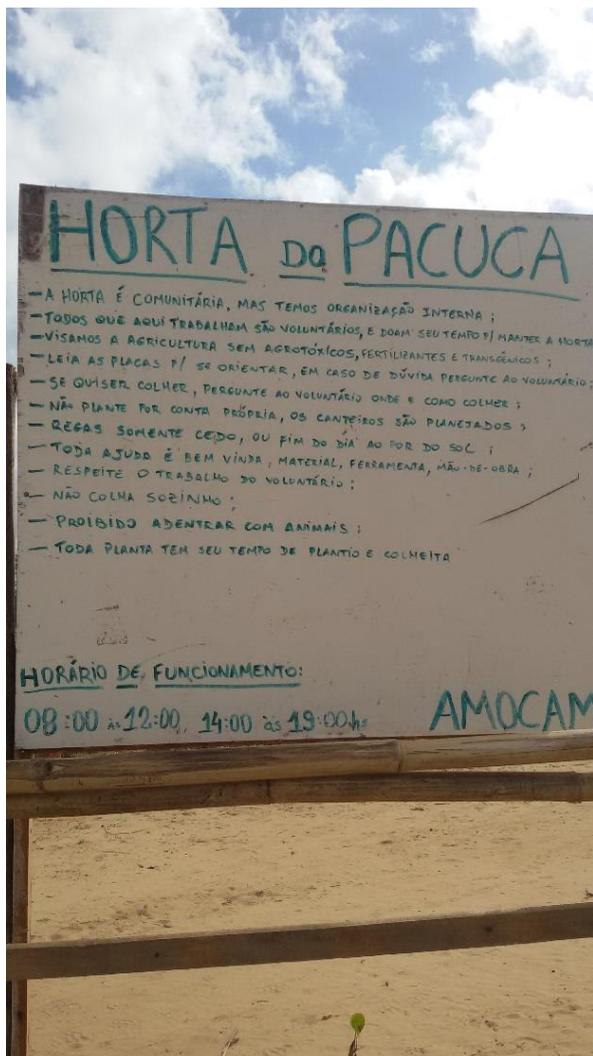
---

<sup>489</sup> FREDDI, Susi M. A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos... f. 137.

<sup>490</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

relação entre a produção, a colheita e a demanda local. A Figura 44, a Figura 45 e a Figura 46 ilustram bem esse movimento.

Figura 44 – Foto da placa de regras colocada na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 45 – Foto de canteiro da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, com destaque para placa indicativa sobre a colheita



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 46 – Foto de placa indicativa na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, com alerta sobre a colheita



Fonte: Acervo da autora (2016)

O aparecimento dos conflitos nos espaços das hortas comunitárias é algo que está ligado ao fato de que o espaço das hortas, os encontros e as relações ali construídas são parte da aproximação entre pessoas,

pessoas com pensamentos distintos, com expectativas variadas e com formas de estar em grupo as mais diferentes. Pulice reafirma isso na sua entrevista, quando diz que “[...] onde tiverem pessoas vão existir conflitos, porque as pessoas tem opiniões diferentes e umas sabem se comunicar melhor que outras (informação verbal).”<sup>491</sup>

Agora, dentro de um contexto de cidade que tem crescido em meio à construção de muros de condomínios fechados e da expansão crescente da construção imobiliária, as hortas e a convivência nelas, com os seus conflitos, maiores ou menores, têm-se apresentado como possibilidade de “[...] renascimento da vida comunitária, promovendo a integração entre pessoas de diferentes idades, origens e estilos de vida.”<sup>492</sup> Em meio aos conflitos que vão surgindo, a convivência, as trocas vão se tornando elementos para a construção de novas sociabilidades. Nos acordos estabelecidos para o “bom funcionamento” da horta, vão sendo espalhadas ideias referentes ao respeito, respeito ao outro, respeito ao coletivo, respeito aos voluntários, por exemplo. E, ainda, a construção de novas maneiras de se relacionar com o ambiente e de buscar também novas formas de se alimentar, se relacionar, se divertir, enfim, vão permitindo construir novas formas de ser em grupo e de estar no meio ambiente.

Dentre as escolhas possíveis, escolher o que plantar e como fazê-lo aparece como uma ferramenta poderosa no contexto de reelaboração do direito à cidade, uma vez que é devolvido aos cidadãos o direito de controle maior sobre a obtenção do seu alimento, sobre suas formas de produção e sobre os usos que estes conferem aos espaços da cidade.

Nas palavras de Harvey:

[...] O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso aquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.<sup>493</sup>

---

<sup>491</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista**.

<sup>492</sup> FREDDI, Suzi M. A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos... f. 136.

<sup>493</sup> HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes...** p. 33.

O escolher o que, como e onde plantar tem sido algo discutido nesse movimento de articulação em torno das hortas urbanas. Esse debate, sobretudo das formas de produção e manejo, tem contribuído para a reelaboração da relação entre seres humanos e meio ambiente haja vista que tem aparecido de forma bastante enfática, em diferentes espaços, das hortas coletivas aos quintais urbanos, a defesa da implementação dos princípios da agroecologia<sup>494</sup>.

Em linhas gerais, a agroecologia tem sido apresentada como uma alternativa ao modelo de agricultura industrial que foi assentado nos princípios da Revolução Verde. Ou seja, ao invés de um modelo que privilegie o uso das formas de energia baseada nos combustíveis fósseis, o uso intensivo de químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e o controle das sementes e tecnologias por grandes grupos econômicos, a agroecologia assenta suas bases no uso de energias renováveis, na produção de alimentos pela agricultura familiar, na valorização das diferentes formas culturais de produção, no uso de recursos locais e no respeito ao meio ambiente e às diferentes formas de vida. A agroecologia e seus princípios

---

<sup>494</sup> Miguel Altieri é um dos pesquisadores que tem se dedicado ao tema da agroecologia. “[...] A ideia central da agroecologia é ir além das práticas alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa. A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, baseia-se na aplicação da ecologia para o estudo, manejo de agroecossistemas sustentáveis. Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade e da proteção das culturas. Os princípios básicos da agroecologia incluem: a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhora da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas em função da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas, por meio de consórcios, rotações, sistemas agroflorestais, uso de sementes nativas e de raças locais de animais, controle natural de pragas, uso de compostagem e adubação verde [...]. A agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação[...].” (ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 15-16.).

têm ganhado evidência em políticas públicas e nas experiências de agricultura empreendidas no meio urbano. A PMAPO instituída para Florianópolis dessa forma apresentou sua definição de agroecologia:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - agroecologia: o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais.<sup>495</sup>

Esse mesmo Projeto de Lei estabelece entre as suas diretrizes o incentivo à ocupação de espaços para o desenvolvimento de hortas urbanas e estipula como objetivo a produção de alimentos que valorizem a diversidade das culturas locais e estejam em consonância com o meio ambiente. De acordo com as diretrizes desse Projeto de Lei:

Art. 3º: São diretrizes da PMAPO: - Incentivar o cultivo de hortas urbanas e não urbanas em espaços públicos, comunitárias e residenciais, a agricultura familiar e o associativismo comunitário; II - Apoiar a comercialização de produtos derivados da agricultura de base agroecológica em diversos pontos do município, priorizando a venda direta do produtor de acordo com a legislação vigente; [...] V- Promover o direito humano à alimentação adequada e saudável de baixo custo, o acesso, a soberania e segurança alimentar e nutricional [...].<sup>496</sup>

Nesse Projeto de Lei, as diretrizes da produção agrícola para o município de Florianópolis aparecem relacionando questões como “segurança alimentar”<sup>497</sup>, agroecologia e o incentivo às hortas. O que

<sup>495</sup> ABREU, Marcos José de. Projeto de Lei nº 17.002/2017.

<sup>496</sup> Ibid.

<sup>497</sup> Dentro dos debates acerca da agroecologia, torna-se imperativo repensar o conceito de segurança alimentar. “O conceito atual de produção de alimentos seguros aponta para os caminhos da ciência da agroecologia e pressupõe a

produzir? Como produzir? A produção assentada nos princípios da agroecologia busca desenvolver práticas que possam trazer como efeito a saúde numa perspectiva bastante ampla: saúde ambiental, social ou física. A nutricionista Elaine de Azevedo, em estudo sobre a produção de alimentos orgânicos, propôs repensarmos as patologias que afetam a saúde humana atual para além do modelo binário saúde e doença. Nas palavras dessa autora:

As diferentes patologias são uma oportunidade de expressar o desequilíbrio que nosso organismo vivencia – seja ele a nível ambiental, social, emocional ou físico. O que deve ser destacado é que a verdadeira promoção de saúde só é possível se todos os níveis forem considerados, criando-se uma relação de interdependência [...] por fim, ampliando a concepção de saúde, a nossa natureza interna e, também, o meio externo estão lutando para harmonizar-se. O meio externo desequilibrado não pode abrigar indivíduos saudáveis [...]<sup>498</sup>

A preocupação com o ambiente é algo bastante evidente nas formas de organização da produção das hortas comunitárias de Florianópolis. Os voluntários Bianca Pulice e Anilton Bardança destacaram, cada qual à sua maneira, o uso de práticas consideradas mantenedoras do equilíbrio ambiental. Nas palavras de Pulice:

A gente tenta seguir os princípios da agroecologia, a gente quer fazer a restauração do solo, então a gente tem um mini sistema agroflorestal para pesquisa e estudo [...] a gente trabalha com canteiros elevados por causa da contaminação do

---

inter-relação entre os seguintes aspectos: quantidade suficiente para alimentar toda a população, condições de acesso ao alimento [...], garantia de saúde aos cidadãos (previdência social, saneamento básico, programas de prevenção de doenças), manutenção de práticas alimentares tradicionais como fator de manutenção da identidade cultural de cada região e grupo, ausência de riscos de contaminação biológica e química nos alimentos (produção de alimentos dentro de um modelo que respeite o meio ambiente, considere a biodiversidade e garanta a alimentação para todos, saúde ao planeta e às gerações futuras.” (AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos**: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. Florianópolis: Insular, 2003. p. 42.).

<sup>498</sup> AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos**... p. 32.

solo já que enterravam lixo ali naquele terreno antigamente. [...] a gente não pode dizer que é uma horta 100% orgânica, o que a gente consegue dizer é que a gente não usa nenhum tipo de defensivo químico, nenhum fertilizante dentro da horta (informação verbal).<sup>499</sup>

Sr. Anilton Bardança também destacou os cuidados referentes ao cultivo no espaço do Pacuca:

[...] você sabe que aqui não se coloca água de fumo, não se coloca água de sabão, não se coloca cloro, não se coloca nada, nada de veneno, até a água nossa é água de ponteira [...] foi feita análise [...] tá perfeita. Nem água de cloro da Casan não tem, então isso é muito bom porque a gente tá comendo um troço saudável e as pessoas também, a gente fica contente que as pessoas tá levando coisa boa pra casa (informação verbal).<sup>500</sup>

Dos canteiros elevados citados por Pulice à água de ponteira mencionada pelo Sr. Bardança, fica em destaque que as formas de produção na Horta do Pacuca buscam estar conectadas com a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de químicos, bem como com o cuidado com o ambiente, através dos princípios da agroecologia. Nessa perspectiva, a agricultura urbana encontra sua dimensão ativista ao buscar um modelo alternativo de produção e consumo. Busca-se alterar a lógica de produção e consumo da dinâmica capitalista presente em boa parte das cidades no mundo atual.<sup>501</sup>

Na horta do Pacuca, os princípios da agroecologia são utilizados como norteadores do projeto na sua totalidade. Em matéria veiculada em um jornal catarinense, um organograma busca explicar a estrutura de produção e os princípios norteadores do projeto Pacuca (Figura 47).

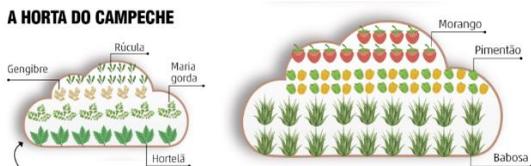
---

<sup>499</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

<sup>500</sup> BARDANÇA, Anilton. **Entrevista.**

<sup>501</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 108.

Figura 47 – Representação da estrutura de produção desenvolvida na Horta do Pacuca



**PANCs**

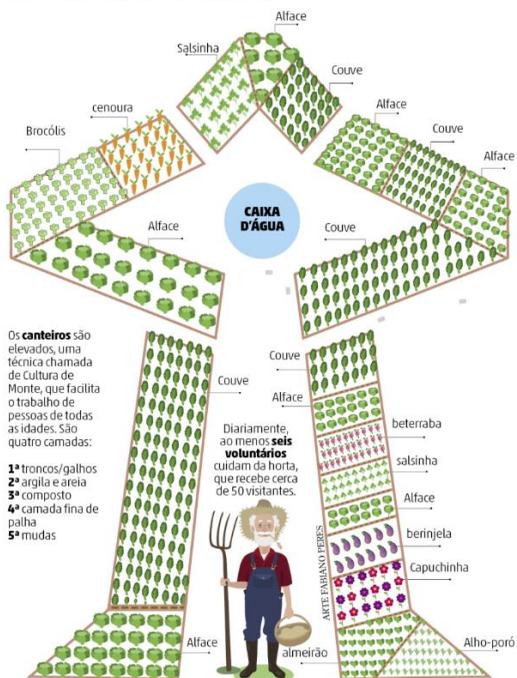
Plantas alimentícias não convencionais também são cultivadas na horta do Pacuca. O peixinho, uma erva prateada e aveludada, pertence a mesma família do hortelã e manjeriço. Quando frito, seu sabor lembra o de um peixinho de verdade. Ora-pro-nobis, nome em latim de "rogai por nós", também entra no grupo das PANCs. Tem alto valor nutricional, com muita proteína. A parte comestível é a folha, e pode ser utilizada em sopas, tortas, omeletes e cruas em saladas. Além de ser alimento, é utilizada medicinalmente para aliviar processos inflamatórios, e na forma de chá auxilia no funcionamento do intestino.

**COMO É A HORTA**

Em formato de avião, ela reúne mais de 100 espécies de frutas, verduras, ervas, folhas, flores, vegetais, todos orgânicos.

**HORTA ORGÂNICA**

Nenhum agrotóxico é utilizado, somente defensivos naturais. Um deles é o "biofertilizante", líquido que sai de minhocários, popularmente conhecido por chorume.



Fonte: Jornal Hora de Santa Catarina<sup>502</sup> (2016)

<sup>502</sup> COMO FUNCIONA a Horta do Pacuca. 1 infográfico. In: TENDÊNCIA no mundo todo, hortas comunitárias estimulam cooperação entre vizinhos em

Essa pergunta sobre o que produzir tem aparecido no movimento das hortas comunitárias. Entre as hortaliças e frutíferas, também tem sido concedido espaço para as plantas alimentícias não convencionais (pancs)<sup>503</sup> e para as plantas medicinais, estas últimas ocupando papel importante nas hortas implementadas nos centros de saúde. Existe, no processo de expansão das hortas urbanas, um movimento que caminha na direção das hortas institucionais, estruturadas ou apoiadas pelo poder público, como as hortas que vem sendo implementadas nos centros de saúde de Florianópolis. Francisca Daussy, responsável pelo setor de Promoção de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Florianópolis, destacou que o movimento em torno das hortas é resultado de uma demanda da população.

[...] eu acho que a população já deu a resposta dela, já falou muito claramente pela adesão às atividades, às atividades do Parque, do Parque Jardim Botânico, pela eleição do Marquito, pelo grande movimento que tem pela construção de hortas, tanto em centros de saúde, como em comunidades, como em escolas, da grande solicitação de eu quero horta, eu quero horta [...] o ano passado a gente começou as construções das

---

Florianópolis. **Hora de Santa Catarina**, 1º set. 2016. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/09/tendenci-a-no-mundo-todo-hortas-comunitarias-estimulam-cooperacao-entre-vizinhos-em-florianopolis-7358998.html>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>503</sup> “A sigla PANC significa plantas alimentícias não convencionais. [...] as que não conhecemos, não produzimos ou consumimos pouco são denominadas Plantas Alimentícias Não Convencionais, ou PANC. O termo Alimentícias quer dizer que são plantas usadas na alimentação, como verduras, hortaliças, frutas, castanhas, cereais e até mesmo condimentos e corantes naturais. O termo Não Convencionais significa que não são produzidas ou comercializadas em grande escala, cujo cultivo e uso pode cair no esquecimento. Sabe aquela planta de antigamente, que hoje em dia pouca gente conhece? Agora ela é chamada de PANC. Muitas plantas estão esquecidas e já não são mais vistas como alimento. Voltar a consumi-las é uma forma de evitar que desapareçam do nosso cotidiano, ajudando a valorizar culturas alimentares nas quais essas plantas estão presentes. [...] as PANC devem estar relacionadas com aquilo que o ambiente local pode proporcionar. O interesse não é importar alimentos de longe, e sim maximizar aquilo que pode ser oferecido em torno de um certo local. [...]” (RANIERI, Guilherme R. (Coord.). **Guia prático sobre pangs**: plantas alimentícias não convencionais. São Paulo: Instituto Kairós, 2017. p. 7-8.).

hortas [...] nos centros de saúde [...] praticamente todos queriam, a gente tem uma lista enorme de unidades esperando (informação verbal).<sup>504</sup>

Associados às demandas das comunidades, os projetos de implementação de hortas nos centros de saúde de Florianópolis aparecem conectados com duas questões consideradas fundamentais nesse processo: a produção nos princípios da agroecologia e a percepção das hortas como mecanismos capazes de reelaborar as relações com o meio ambiente e redimensionar o debate da saúde para uma perspectiva ecológica.

Nesse movimento de implementação de hortas agroecológicas, serão destacadas a importância das parcerias no processo.

[...] foi primeiro uma busca de elementos para construir sempre num modelo agroecológico, orgânico, não pode fazer canteiro com cimento, nem com plástico, pneu, então [...] aí conseguimos uma doação de telhas que tinham sido descartadas, a Comcap recolheu [...] aí a gente precisa da parceria da Comcap [...] a Comcap que fez toda essa parte, tanto das ferramentas como de fornecer uma pessoa que ia construir [...] e as unidades se organizaram [...] tem mutirões não remunerados (informação verbal).<sup>505</sup>

A relação entre as hortas e os princípios da agroecologia abrirá caminho para enfrentar desafios das cidades contemporâneas, como a questão do tratamento dos resíduos sólidos. Em meio aos princípios da agroecologia, cabe considerar a importância de transformação dos resíduos sólidos orgânicos em material para uso como adubo, completando o ciclo que retira do meio ambiente toneladas de lixo não tratados, e que, misturados ao lixo de descarte, acabam sendo desperdiçados e contribuindo para a poluição do solo e do ambiente. A parceria da Comcap<sup>506</sup> como instituição que apoia a implementação das

---

<sup>504</sup> DAUSSY, Francisca. **Entrevista.**

<sup>505</sup> DAUSSY, Francisca. **Entrevista.**

<sup>506</sup> “O gerenciamento e operação da limpeza pública e manejo de resíduos sólidos é responsabilidade da COMCAP Autarquia Melhoramentos da Capital, que tem personalidade jurídica de direito público e foi criada em 13 de julho de 2017 em readequação da Companhia Melhoramentos da Capital, empresa de economia mista, contratada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, sua

hortas e, ao mesmo tempo, é responsável pela coleta e pelo tratamento do lixo em Florianópolis, tem sido fundamental na perspectiva que busca dar respostas a um grande desafio que as cidades atuais vivenciam, que é a destinação dos resíduos sólidos<sup>507</sup>, em especial, dos resíduos sólidos orgânicos.<sup>508</sup>

---

acionista majoritária. A COMCAP tem 46 anos de existência, um quadro de aproximadamente 1,5 mil empregados [...] No âmbito do que determina o Art. 12. Da Lei complementar nº 618/2017, compete à Autarquia COMCAP executar, mediante delegação do Poder Executivo, os serviços públicos de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, e limpeza dos logradouros e vias públicas; realização de serviços de engenharia, coleta e transporte, voltados para a operação de aterros sanitários e de inertes; industrializar e comercializar composto orgânico; triagem, industrialização, estocagem e comercialização de materiais oriundos do beneficiamento do lixo; operar estações de transbordo; coleta e destinação final de resíduos hospitalares; transporte e destino final dos resíduos sólidos urbanos; limpeza de rede hidrográfica, entre outros.” (FLORIANÓPOLIS (Município). Prefeitura. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis. **Diário Oficial Eletrônico do Município**, ed. 2011, Florianópolis, 22 ago. 2017, p. 58.).

<sup>507</sup> Sobre o sistema de coleta de resíduos sólidos em Florianópolis: “O sistema de coleta de resíduos sólidos convencional realiza o recolhimento dos resíduos sólidos domiciliares originários de atividades domésticas em residências urbanas, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e públicos, equiparados aos domiciliares, dispostos pelo gerador nos dias e horários estabelecidos, sem segregação na fonte.[...] a quantidade de resíduos sólidos domiciliares recolhidos no município de Florianópolis pela coleta convencional em 2016 foi de 183.345 toneladas.[...] A coleta seletiva é feita pela COMCAP desde 1988, com o Projeto Beija-flor implantado em comunidades de interesse social. Em 1994, foi estendida às áreas urbanas com maior adensamento populacional e logo em 1997, passou a atender praticamente toda a cidade, até que em 2013, com a implantação da coleta seletiva na Tapera, chegou a 100% dos bairros da cidade.” (FLORIANÓPOLIS (Município). Prefeitura. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis. p. 69-72.).

<sup>508</sup> “Resíduos sólidos orgânicos são compostos de cascas de frutas e verduras, sobras de comida, borra de café, casca de ovo, guardanapo engordurado, palito de dente, aparas de grama, folhas e podas de árvores, serragem e óleo de fritura (o óleo é utilizado para fazer sabão e biodiesel, mas sua borra também pode ser compostada).” (ANGEOLETTO, Fernando et al. **Cartilha “o passo-a-passo de uma revolução: compostagem e agricultura urbana na gestão comunitária dos resíduos orgânicos.”** Florianópolis: Cepagro, 2016.).

A Comcap atua pela cessão de mão de obra, pela disponibilização de adubo resultante dos seus pátios de compostagem e das podas, mas também pelo fortalecimento das práticas de agricultura urbana. O trabalho desenvolvido nas hortas conta, muitas vezes, com a presença de um pátio de compostagem, um dos objetivos da instituição responsável pela coleta e pelo tratamento do lixo do município de Florianópolis. Essa prática da compostagem será abordada um pouco mais adiante, no contexto das discussões de educação ambiental. As iniciativas da Comcap, articulando horta e compostagem, tornaram-se matéria na imprensa local:

Como parte das comemorações pelo aniversário da cidade, a Secretaria de Saúde e a Comcap farão, na manhã desta quinta-feira, mutirão em nove centros de saúde para implantação de duas hortas no Estreito e no Novo Continente e sete revitalizações das hortas já existentes em vários bairros da cidade. No Estreito, a Comcap e a Secretaria de Saúde irão implantar a horta comunitária modelo – a primeira nas unidades de saúde que terá o sistema completo, com coleta de resíduos, compostagem e canteiros. A intenção é que todos os centros de saúde, informa Francisca Daussy, coordenadora de Promoção da Saúde, tenham alguma experiência com compostagem e horta. Também nas escolas da rede municipal, as práticas são recorrentes e chegaram a ser institucionalizadas com orientação do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro). Desde agosto de 2015, com adesão da Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), em parceria com a Câmara de Diretores Lojistas (CDL), o município implanta, ainda informalmente e com esforço das entidades envolvidas, iniciativas de incentivo à agricultura urbana.<sup>509</sup>

A presença da Comcap em projetos de agricultura urbana foi destacada em entrevista feita com assessor técnico desta instituição, na ocasião envolvido nos projetos de agricultura urbana. Nas palavras de Zenilto Silva:

---

<sup>509</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). Comcap e Saúde implantam hortas nos centros de saúde. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?pagina=notpagina&noti=18318>>. Acesso em: 4 set. 2017.

[...] agricultura urbana na Comcap já existe a muito tempo, é uma coisa que vem sendo desenvolvida pelo presidente Mário já a muito tempo junto com a feira de orgânicos, junto com projetos de apoio às comunidades, mas assim que ele me inseriu houve solicitações da secretaria de saúde e secretaria de educação inclusive, por materiais que é feito aqui na Comcap, processado na Comcap, como que é o composto orgânico e o sepilho, que é a tritura da poda feita em toda a cidade [...]. (informação verbal).<sup>510</sup>

Nesta mesma entrevista, Zenilto Silva também destacou a atuação da Comcap no movimento de implementação de hortas nos centros de saúde:

[...] já nos centros de saúde, a gente começou fazendo uma avaliação e criando uma movimentação de implantação e revitalização das hortas e compostagem, então começamos no centro de saúde da Prainha, juntamente com o apoio da universidade [...] a gente cedeu material, a gente cedeu composto, assistência técnica, cepilho e ferramentas e junto com os centros de saúde e com a comunidade implantamos a horta e compostagem. Fizemos o centro de saúde da Prainha, da Agrônômica, do Saco dos Limões, do Itacorubi, fomos no centro de saúde de Canasvieiras, Ingleses, Barra da Lagoa, Novo Continente e Abrãao. Fomos movimentando esses centros de saúde (informação verbal).<sup>511</sup>

A preocupação com as formas de cultivo e com a escolha do que plantar aparece nas falas dos responsáveis pelos projetos de agricultura urbana da Comcap e da Secretaria de Saúde de Florianópolis. É possível perceber nas suas narrativas uma preocupação para que as formas de

---

<sup>510</sup> SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista**. [28 dez. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Projetos de Agricultura Urbana – Técnico da Comcap).

<sup>511</sup> Ibid.

cultivo estejam adequadas ao meio ambiente e, sobretudo, possam proporcionar saúde: alimentar, ambiental e social.<sup>512</sup>

O assessor da Comcap, Zenilto Silva, demonstrou preocupação nas relações entre as práticas de cultivo e a produção de alimentos. Nas palavras dele:

[...] fui nos centros de saúde observar como é que estava sendo as hortas medicinais, se eles tinham compostagem própria, como é que eles tratavam resíduos [...] a partir daí eu comecei a observar alguns erros [...] plantavam em pneus que estava trazendo agrotóxicos para a alimentação, plantavam muito próximo do asfalto que trazia toxinas dos carros sem uma barreira verde adequada [...] então a partir dessas informações, a gente também fez a capacitação com o sítio Florbela, com a Cepagro, através da compostagem [...] a gente começou a ajudar estas instituições de forma a montar uma parceria. [...] começamos a criar mutirões para fazer as hortas para que as pessoas comecem a ter uma alimentação sadia através dos produtos orgânicos e que se pudessem ter o conhecimento das plantas medicinais e parar de, ou pelo menos amenizar, diminuir, o consumo dos medicamentos industrializados tudo, é claro, com o conhecimento dos próprios farmacêuticos do local (informação verbal).<sup>513</sup>

---

<sup>512</sup> Elaine de Azevedo discute a ampliação do conceito de saúde e qualidade de vida. Segundo esta autora, o conceito de qualidade de vida precisa estar conectado com as maneiras como nos relacionamos com o ambiente. Isto inclui as formas como produzimos os alimentos. A questão da qualidade alimentar não pode ser medida simplesmente por aspectos nutricionais quantitativos mas deve-se levar em conta a presença de elementos tóxicos e resíduos químicos oriundos das formas de produção que utilizam agrotóxicos e fertilizantes. Além disto, as formas de produzir alimento devem considerar os efeitos que este ou aquele modelo produzem ao ambiente, devem considerar se esta forma contamina os lenções freáticos, rios e oceanos, se compromete a fertilidade do solo, se amplia a dependência por produtos químicos etc. Nesse alargamento do conceito de qualidade de vida deve considerar ainda as maneiras como nos relacionamos com os outros. (AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos...** p. 16-26.).

<sup>513</sup> SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista.**

A narrativa do assessor técnico da Comcap, por um lado, destaca os problemas que a agricultura urbana pode apresentar se os envolvidos não tomarem certas precauções. Assim, a influência da poluição decorrente dos automóveis, o uso de materiais inadequados para os canteiros e o uso de água contaminada podem colocar em risco a produção e o ambiente. Cabe destacar que também a agricultura no meio rural está sujeita a problemas de contaminação e uso inadequado de produtos tóxicos.

A produção firmada nos princípios da agroecologia se faz fundamental no contexto de Florianópolis, uma vez que o município está localizado em sua maior parte em ambiente insular, marcado por um ecossistema diverso, formado por dunas, restingas, manguezais e, ao mesmo tempo, frágil. Sobre agroecologia, é possível destacar:

[...] a agroecologia é uma forma de praticar a agricultura. [...] O movimento agroecológico incorpora à agricultura, tanto na sua prática quanto na ciência que a estrutura, princípios éticos de responsabilidade do agricultor e de quem o promove para com o seu ambiente, sua sociedade e sua própria saúde. A agroecologia, ou uma agricultura responsável, certamente ainda está em construção e, embora seus princípios possam ser aplicados com caráter universal, esta construção é essencialmente de natureza local e, portanto, diversificada, dependendo tanto da natureza do ecossistema quanto da cultura das populações.<sup>514</sup>

É possível inferir que, nas diferentes hortas presentes na cidade de Florianópolis, tem surgido, seja na implementação de projetos de compostagem, seja na adubação orgânica, seja no controle da água utilizada, seja pela produção de alimentos orgânicos, um movimento na direção da produção agroecológica. Nesse sentido, uma questão que tem chamado atenção diz respeito às dificuldades para a obtenção das mudas obtidas nos projetos das hortas. As narrativas abaixo deixam evidente essa questão:

---

<sup>514</sup> THEODORO, Suzi; H.; DUARTE, Laura G.; ROCHA, Eduardo L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; VIANA, João N. (Org.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 32.

[...] a maior dificuldade são as mudas, as hortaliças em trinta dias você já está colhendo, aí pra ficar repondo as mudas é muito difícil, e aí alguém tem que comprar, então aí a ideia é criar um viveiro público [...] é ter um viveiro público que fornecesse as mudas constantemente, tanto para as comunidades como para as instituições (informação verbal).<sup>515</sup>

[...] e a gente vai conseguindo sementes, então algumas sementes são criolas, a gente vai em feiras de trocas de sementes, consegue algumas do amigo, do amigo, do amigo que vai dando e acaba chegando na gente, outras sementes são doadas, então a gente acaba não tendo muito controle da origem destas sementes, algumas sementes a gente compra e até começa a germinar em casa, e a gente também recebe doação de mudas, então a gente não tem muito controle da procedência destas, a gente não pode dizer que é uma horta 100% orgânica, o que a gente consegue dizer é que é que a gente não usa nenhum tipo de defensivo químico, nenhum fertilizante dentro da horta (informação verbal).<sup>516</sup>

A dificuldade de obtenção de mudas apresentada por Daussy na primeira narrativa é reforçada por Pulice, no segundo trecho citado, destacando que a procedência das mudas é algo ainda não completamente controlado pelo grupo responsável pelo plantio na Horta do Pacuca. O plantio e a distribuição de mudas são aspectos importantes de serem tratados, tendo em vista que a busca por uma produção agroecológica também passa pelo tipo de mudas que serão utilizadas. A questão das mudas também tem aparecido em algumas iniciativas ligadas às hortas comunitárias.

Na parte continental de Florianópolis, em espaço público onde fica sediada uma horta comunitária, a Horta Quero Quero, localizada em espaço da Avenida Beira-Mar de São José, entre o centro multiuso do município e a pista de caminhada, uma moradora tem produzido mudas que são distribuídas em diferentes lugares da cidade.

---

<sup>515</sup> DAUSSY, Francisca. **Entrevista.**

<sup>516</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

Elizabeth Bunn Bartilotti, 60, resolveu há cerca de três anos fazer sua parte em busca de um planeta melhor, com pessoas mais saudáveis. Desde a saída dos filhos de casa, e a mudança para um apartamento, Elizabeth faz mudas de plantas medicinais, temperos e Pancs (plantas alimentícias não convencionais) e doa à comunidade. Ela já distribuiu mais de 1000 mudas. A horta que dá origem às mudas que vão para doação em uma segunda horta – mantida na avenida Beira-mar de São José – fica no bairro campinas, na antiga casa da família. [...] No local, Elizabeth acredita que há mais de 70 espécies de plantas: todas ela sabe de cabeça o nome, a função e como deve ser consumida. Sua maior preocupação atualmente é com os agrotóxicos e transgênicos. O veneno, usado para espantar os insetos das plantações, tem sido cada vez mais lembrado por causa das doenças nos consumidores, por isso, ela enfatiza o consumo de plantas orgânicas.<sup>517</sup>

O cultivo das mudas de Elizabeth tem tido como um dos destinos a então já referida Horta da Beira-Mar de São José. A Figura 48, a Figura 49 e a Figura 50 ilustram o espaço dessa horta e alguns dos cultivos ali estabelecidos.

---

<sup>517</sup> BARROS, Karin. Hortas para a comunidade. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 12 e 13 mar. 2016.

Figura 48 – Foto do espaço utilizado para a Horta da Avenida Beira-Mar de São José, localizada entre o Centro multiuso e a pista de caminhada



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 49 – Foto da Horta Quero Quero, com destaque para a presença (da esquerda para a direita) da produtora de mudas Elizabeth Bunn e de um casal voluntário



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 50 – Foto de canteiro da Horta Quero Quero, com destaque para a bertalha



Fonte: Acervo da autora (2016)

A Figura 50, com destaque para a placa da direita que indica a presença da bertalha<sup>518</sup>, é o indicativo da presença das pancs nas hortas comunitárias, fundamental dentro da perspectiva agroecológica, pois são plantas que muitas vezes crescem na localidade e são resistentes às alterações climáticas, aspecto que, juntamente com a questão das mudas, será abordado no próximo tópico deste texto.

Elizabeth atua como voluntária na produção e distribuição de mudas pela cidade. O trabalho voluntário tem sido outro elemento importante na construção e manutenção das hortas nos espaços urbanos. A busca pelos voluntários ganha força com as campanhas veiculadas nas redes sociais para a promoção dos mutirões voluntários. A Figura 51, a Figura 52 e a Figura 53 representam campanhas com vistas a conseguir apoio de voluntários na edificação de hortas em diferentes lugares da cidade.

---

<sup>518</sup> Sobre a bertalha: “Planta trepadeira de origem asiática, é muito famosa no Rio de Janeiro. De sabor único que lembra a folha da beterraba, é consumida refogada, cozida ou em sopas. Fervida brevemente e temperada, dá um excelente recheio de pastel. Seus frutos produzem excelente corante alimentar roxo. É de fácil cultivo, em solo fértil e pleno sol.” (RANIERI, Guilherme R. (Coord.) **Guia prático sobre pancs...** p. 18.).

Figura 51 – Cartaz exibido no *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com convite para mutirão de implementação de horta no bairro da Tapera

**MUTIRÃO PARA IMPLANTAR  
HORTA COMUNITÁRIA NA TAPERA**

**sábado 22 de julho às 8h**

A Prefeitura de Florianópolis, por meio da Comcap, convida para mutirão de implantação da horta sintrópica, com sistema de compostagem, em frente ao Centro de Saúde da Tapera

**Colabore e leve:**

- Ferramentas
- Mudas de tempero

**Cada um deve cuidar do seu lanche**

Suporte técnico da Comcap, Secretaria Municipal de Saúde e Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura



**comcap**  **PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS**

Fonte: PMF/Comcap<sup>519</sup> (2017)

<sup>519</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF); COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL (COMCAP). Convite para mutirão na Tapera. 1 cartaz. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **PMF implanta horta em mutirão na Tapera para ajudar economia familiar.** 20 jul. 2017. Disponível em:

Figura 52 – Cartaz exibido no site da AFFESC, visando atrair voluntários para limpeza e plantio na horta da instituição

O Grupo Quinta das Plantas convida para um mutirão de Limpeza e plantio no Horto da AFFESC.

Será um momento de trabalho, com clima de alegria, descontração, compartilhamento e aprendizado.

**Se você se identifica com o nosso projeto, junte-se à nós.**

**Dia 21 de Novembro - Próxima sexta-feira**  
**Durante todo o período da manhã**

LOCAL: Sede da AFFESC - Associação dos funcionários Fiscais de Santa Catarina  
 Rua Maria José Carlos Daus-SC-401- 13905 - Km21 -Canavieiras - Florianópolis- SC

**Venha Participar!!!  
 1+1 é sempre + que 2**

Blog: quintadasplantas.blogspot.com.br  
 Facebook: Centro-de-Educação-Ambiental-Affesc

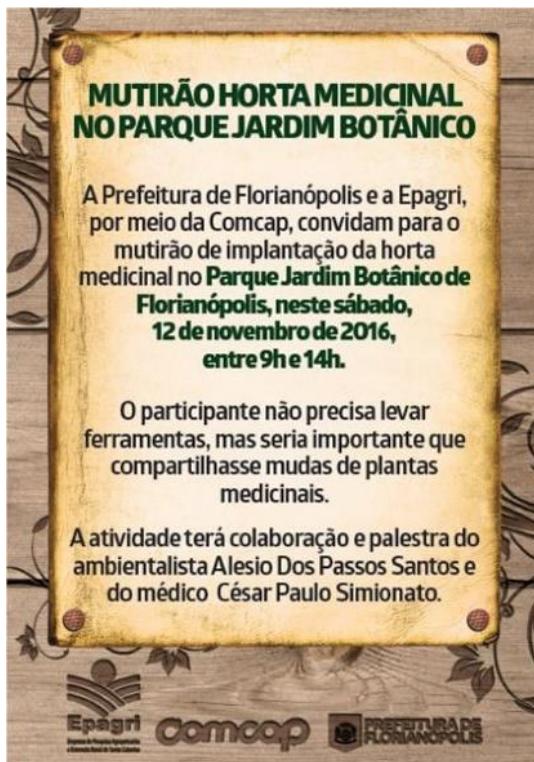
**Se quiser, traga suas ferramentas!**

Fonte: AFFESC<sup>520</sup> (2014)

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?pagina=notpagina&noti=18663>>. Acesso em: 4 set. 2017.

<sup>520</sup> CONVITE para mutirão. 1 cartaz. In: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DE SANTA CATARINA (AFFESC). **Quinta das Plantas**. 2014. Disponível em: <<http://www.affesc.com.br/quinta-das-plantas/noticias/13>>. Acesso em: 23 set. 2017.

Figura 53 – Cartaz publicado no *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com vistas a chamar voluntários para a implantação da horta medicinal do parque Jardim Botânico de Florianópolis



Fonte: PMF/Comcap<sup>521</sup> (2016)

Os cartazes apresentados nessas figuras trazem a questão do trabalho voluntário e das relações que poderão ser pensadas entre as pessoas de uma comunidade e o meio ambiente a partir do trabalho voluntário nas hortas. O cotidiano da vida urbana muitas vezes não permite que uma pessoa possa produzir os alimentos necessários para suas

<sup>521</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF); COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL (COMCAP). Mutirão horta medicinal. 1 cartaz. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Mutirão sábado para implantar horta medicinal**. 9 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=17913>>. Acesso em: 23 set. 2017.

necessidades alimentares. Uma série de dificuldades aparecem, como a questão da falta de espaço ou mesmo do tempo disponível para o trabalho com os cultivos. Nesse sentido, o trabalho comunitário e voluntário verificado nas práticas de hortas urbanas tem apontado para possibilidades de novos modos de ocupação da cidade, alternativas de ocupação solidária. Além disso, a agricultura urbana na forma das hortas comunitárias tem sido “[...] um mecanismo de reestruturação e ressignificação do espaço urbano, em contraposição ao modelo de consumo dominante.”<sup>522</sup>

A participação no trabalho voluntário das hortas comunitárias consegue subverter a lógica que relaciona a cidade ao isolamento, ao medo, à violência, aos congestionamentos. O trabalho nas hortas parece aproximar a cidade “de sua imagem de comunidade, participação, animação, beleza e prazer.”<sup>523</sup>

Pulice fala sobre o trabalho voluntário e a relação com a comunidade na Horta do Pacuca:

[...] todo mundo planta, todo mundo faz tudo na horta, não existe uma divisão de trabalho, todos os voluntários fazem todas as atividades, claro que alguns tem mais afinidade com determinadas atividades, outros com outras, mas quase todo mundo acaba plantando, que é uma atividade tranquila [...] a gente organiza workshops sobre diversos assuntos e temas relacionados a horta, isso para chamar a comunidade para conhecer a horta, para participar da horta [...] a gente tenta o máximo possível que a comunidade saiba que a horta existe [...] para ajudar e participar de alguma forma, senão puder com trabalho, tempo, que esteja ali de alguma forma porque aquilo é um trabalho super legal feito para integrar mesmo a comunidade, onde acontecem, a gente faz festas ali também, então é um lugar que mistura bastante gente, bastante gerações também, que ocorre um aprendizado não só do plantio, mas de coisas sobre

---

<sup>522</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 108.

<sup>523</sup> *Ibid.*, p. 143.

a região, sobre Florianópolis, etc. (informação verbal)<sup>524</sup>

A narrativa de Pulice vai deixando evidente que a horta é um espaço de construção de pertencimento: ao bairro, à cidade, à comunidade. A participação nas hortas aparece ainda como espaço de aprendizado, de convívio com a diferença, de construção de novas relações com a terra, com o ambiente, com o alimento.

“Por servir de espaço de interação com o meio local, é ambiente para estabelecimento de relações sociais, encontro de gerações, de culturas e de gentes. A gestão das hortas comunitárias incorpora a participação ativa da comunidade.”<sup>525</sup>

As experiências elaboradas a partir da organização e manutenção de hortas em Florianópolis, sejam institucionais ou comunitárias, têm permitido não só um movimento na direção da ocupação dos espaços urbanos, mas também têm promovido uma reelaboração das relações entre pessoas que vivem na cidade e, mais ainda, uma reelaboração das relações com a terra, o ambiente. Em busca de uma cidade mais plural, de relações mais equilibradas entre homens e mulheres e o ambiente, o movimento das hortas tem aberto possibilidades de ser em grupo, de estar na cidade, de repensar o *modus operandi* de atitudes em que o consumo e o individualismo são marcas constantes.

---

<sup>524</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

<sup>525</sup> FREDDI, Susi M. A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos... f. 99.



## 5 AGRICULTURA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NEO-RURAIIS E CULTIVOS ORGÂNICOS E AGROFLORESTAIS

### 5.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA E COMPOSTAGEM EM FOCO

*CAMARÃO MURIEL: Jade, vamos conseguir, mas precisamos nos mobilizar!*

*CAMARÃO JADE: Já sei! Vamos fazer um abraço na Lagoa!*

*CAMARÃO MURIEL: Isso mesmo, boa ideia, precisamos ativar a comunidade! Vou conectar as redes sociais!*

*CAMARÃO JADE: Ok Muriel, eu vou na radio comunitária e vamos falar com as pessoas, no boca a boca!*

*JADE E MURIEL: BORALÁ!*

*(CORO: Os camarões começam a receber nos seus celulares e computadores a convocação da mobilização. Burburinho e empolgação!)*<sup>526</sup>

Para iniciar a discussão sobre a dimensão da agricultura urbana como um movimento que pode promover mudanças nas relações humanas com o ambiente – a partir da ação de grupos e indivíduos na busca de alterações nas práticas cotidianas com vistas a buscar novas formas de se alimentar, de consumir, de tratar do lixo, de conviver, de se relacionar com o ambiente –, trago este pequeno texto extraído da peça de teatro *E se eu fosse um camarão*. O texto, já comentado anteriormente, elaborado pelo Grupo de Teatro Comunitário do Canto, é uma crítica ao processo de ocupação da Ilha de Santa Catarina, transformada em palco de um forte movimento que coloca o capital como prioridade em detrimento do social, do ambiental, do coletivo etc.

Não há dúvida de que o tempo presente, esta década do século XXI, é cenário de uma crise ambiental sem precedentes. Sobre essa crise, Soffiati nos diz que:

A crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção antropocêntrica, instrumentalizadora e

---

<sup>526</sup> Cena 15: A luta dos Camarões. In: TEATRO COMUNITÁRIO DO CANTO. *E se eu fosse um camarão*. Versão 2016.

utilitarista da natureza, cujas raízes remotas situam-se na tradição judaico-cristã, que constitui o substrato dos paradigmas humanistas e mecanicista, formulados na Europa entre os séculos XV e XVIII. Essa concepção tanto é o resultado complexo do capitalismo em ascensão como também é responsável pela revolução tecnológica eclodida no final do século XVIII, na Inglaterra. Em cinco séculos de era planetária, ambas – a concepção e as relações materiais por ele engendradas – impregnaram inteiramente as sociedades distribuídas pelo mundo, com maior ou menor sucesso segundo as resistências encontradas. Por derivar, também, de forma complexa, de atitudes culturais e políticas e de práticas sociais e econômicas, a crise ambiental do presente revela seu aspecto horizontal e, consequentemente, global.<sup>527</sup>

Essa crise ambiental de que fala Soffiati é resultado desse movimento que preconiza o desenvolvimento econômico a qualquer preço, que percebe os recursos naturais como infinitos e concebe a natureza como uma mercadoria à espera dos desígnios do mercado. Esse movimento está colocando o ambiente e as diferentes formas de vida nele presentes cada vez mais em risco.

No município de Florianópolis, o movimento de expansão urbana, somado à falta de fiscalização e à morosidade nos debates em relação ao plano diretor, tem-se apresentado como palco de ações<sup>528</sup> que

---

<sup>527</sup> SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental...** p. 55.

<sup>528</sup> Não são poucas as denúncias que tem aparecido na imprensa local ou nas redes sociais alertando sobre crimes ambientais praticados por grupos privados ou indivíduos em particular em relação ao meio ambiente da Ilha. Recentemente, a empresa Hiperbom, situada no Campeche, foi denunciada por moradores por estar despejando esgoto irregularmente na Lagoa Pequena, tombada como patrimônio natural de Santa Catarina. (SUPERMERCADO despeja esgoto na rede pluvial e polui a Lagoa pequena, no Campeche, em Florianópolis. **Desacato**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<http://desacato.info/supermercado-despeja-esgoto-na-rede-pluvial-e-polui-a-lagoa-pequena-no-campeche-em-florianopolis/>>. Acesso em: 25 set. 2017.).

desrespeitam o ambiente e colocam em risco a qualidade de vida das pessoas, dos seres vivos e do meio ambiente. O texto do Grupo de Teatro Comunitário do Canto chama a comunidade para a ação: “precisamos nos mobilizar”, “vamos conectar as redes sociais”, “vamos falar com as pessoas”.

Esse movimento de ação na busca por mudanças está em consonância com os debates sobre a questão da educação ambiental. Esta não é entendida aqui como um acúmulo de conteúdos que possam “ensinar” alguém a reciclar o lixo ou a economizar água. Educação ambiental é entendido aqui como um conjunto de ações capaz de transformar constantemente nossas atitudes, questionar nossas verdades estabelecidas, empurrar as pessoas para alterar comportamentos, para rever práticas e reelaborar posturas, para construir ativamente, numa dimensão local e micro, um movimento que poderá projetar novas formas de se alimentar, consumir e viver nas cidades.

Marcos Reigota, um estudioso das questões que dizem respeito à educação ambiental, expõe sobre essa percepção da educação ambiental não como “acúmulo” de conteúdo, mas como mudança de atitude nas relações entre seres humanos e o ambiente.

Parto do princípio de que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (para ficar só nesse exemplo), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental. Considero que a educação ambiental deve estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma nova razão que não seja sinônimo

---

Outro exemplo ocorreu na temporada de verão 2016/2017, quando o Rio do Brás transbordou, em razão dos esgotos clandestinos que desaguam neste, causando transtornos para turistas, moradores e empresários da rede hoteleira. O transbordamento do Rio deixou o Balneário de Canasvieiras com oito pontos impróprios para banho. (THOMÉ, Leonardo. Poluição do Rio do Brás provoca viroses, revolta turistas e prejudica temporada em Canasvieiras. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 8 jan. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/poluicao-do-rio-do-bras-provoca-viroses-revolta-turistas-e-prejudica-temporada-em-canasvieiras>>. Acesso em: 25 set. 2017.).

de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.<sup>529</sup>

É dentro dessa perspectiva que este texto se inscreve, buscar ações nas práticas relacionadas à agricultura em Florianópolis com objetivo de construir novas formas de percepção em relação ao ambiente e, mais ainda, novos modos de agir e de se relacionar com a terra, com os seres vivos nela presentes, com o consumo, com as práticas cotidianas de mobilidade, enfim, novas formas de pensar e agir sobre o meio ambiente na cidade.

Existem hoje em Florianópolis inúmeros exemplos de movimentos que buscam construir caminhos para novas possibilidades de vida urbana. Nestes, busca-se encontrar caminhos para que as práticas cotidianas possam, de algum modo, contribuir para uma relação mais equilibrada com o ambiente insular, característico do município de Florianópolis. Esses movimentos às vezes tentam abrir portas pelas vias institucionais, a exemplo dos programas criados através de ONGs como o Cepagro, em parceria com órgãos públicos e/ou associações da sociedade civil. Como exemplo importante de ação do Cepagro e suas parcerias nesse sentido, pode-se citar o programa para o desenvolvimento de hortas escolares. No movimento em torno das hortas, quer sejam estas institucionais, escolares ou dos centros de saúde, quer sejam comunitárias, as práticas de educação ambiental estarão presentes.

Em outro segmento, aparecem experiências múltiplas feitas por diferentes grupos e pessoas com vistas a promover ações de educação ambiental e também de construir práticas que ajudem nos mecanismos de recuperação de áreas degradadas e como forma de apresentar alternativas para viver no ambiente, de modo a diminuir os efeitos causados, por exemplo, pelo descarte de lixo não tratado. Nesse caso cabe citar as ações do Instituto Çarakura, no Ratonés, através das atividades de educação ambiental, dos projetos de restauração de áreas degradadas e do desenvolvimento de práticas da permacultura; a Chácara Clara Noite de Sol, também localizada em Ratonés, envolvida com ações de educação ambiental, produção de mudas e divulgação de novas formas de se

---

<sup>529</sup> REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. p. 11.

alimentar através das pancs; o espaço Quinta das Plantas, sediado na Associação dos Funcionários Fiscais de Santa Catarina (AFFESC), na Rodovia SC-401, voltado para a produção de mudas e estudos e oficinas com plantas medicinais e pancs; Cabe mencionar também o projeto de plantio de Palmeira Juçara desenvolvido na Ecovila São José na Vargem Grande; as ações voltadas para as práticas de compostagem: o projeto Revolução dos Baldinhos, desenvolvido na Comunidade do Monte Cristo, o Projeto de compostagem desenvolvido pela Comcap no espaço do Parque Jardim Botânico de Florianópolis, o projeto Família Casca, desenvolvido pela Floram no espaço do Parque do Córrego Grande, e o também projeto de horta e compostagem realizado no espaço do SESC de Cacupé. Além das iniciativas públicas, existem atores individuais que promovem essa atividade, e a empresa Destino Certo é um exemplo.

Todas as atividades citadas estão em sintonia com o que poderíamos chamar de ecocidadania, para usar uma expressão de Loureiro:

Ecocidadania/cidadania planetária é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida [...].<sup>530</sup>

Para complementar essa questão da busca por uma ecocidadania, no contexto dessa leitura que pensa a educação como caminho para algo mais amplo, para mudanças nas posturas, levando em consideração as ações cotidianas, que devem estar permeadas pelo respeito à vida, ao ambiente, ao outro, cabe citar também Félix Guattari, com sua defesa de uma ecologia social:

A ecologia social deverá trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Ela jamais deverá perder de vista que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou [...] infiltrando-se no seio dos mais inconscientes

---

<sup>530</sup> LOUREIRO, Carlos F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental...** p. 80.

estratos subjetivos. Assim sendo, não é possível pretender se opor a ele apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tornou-se igualmente imperativo encarar seus efeitos no domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal. Longe de buscar um consenso cretinizante e infantilizante, a questão será, no futuro, a de cultivar o dissenso e a produção singular de existência.<sup>531</sup>

Assim sendo, as diferentes práticas de educação ambiental que serão aqui abordadas buscam, cada qual à sua maneira, transformar pelo agir local, pela microescala. Por intermédio de práticas agrícolas, o pedagógico será acessado com vistas à construção de uma ecocidadania, nas palavras de Loureiro, ou de uma ecologia social, nas palavras de Guattari. Partindo das práticas agrícolas e de compostagem é que as abordagens de questões ambientais, de consumo, de tratamento de resíduos vão sendo trabalhadas e usadas como ferramentas na construção das práticas de educação ambiental em Florianópolis. Seja com a perspectiva pedagógica das hortas, seja com as práticas de compostagem, seja com a divulgação de novas formas de se alimentar e de tratar enfermidades, essas práticas estão buscando/propondo transformar as relações cotidianas, as formas de consumo, as formas de se alimentar e de se relacionar com o ambiente. Importante destacar mais uma vez que o município de Florianópolis está em grande parte sediado em ambiente insular, marcado por um ecossistema frágil caracterizado pela presença de manguezais, dunas, restingas, áreas de mata atlântica etc.

As primeiras experiências de prática pedagógica voltada para a educação ambiental que merecem destaque têm sido os trabalhos desenvolvidos nas hortas escolares, nas hortas dos centros de saúde, e também nas hortas comunitárias não institucionais.

O Cepagro, em parceria com o Instituto Çarakura e com o Neamb, desenvolveu um projeto<sup>532</sup> voltado para a criação de um programa que

---

<sup>531</sup> GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. p. 33.

<sup>532</sup> Este programa destaca as parcerias firmadas para a elaboração deste projeto: “O CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo é uma Organização Não governamental (ONG), com certificado de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e de utilidade pública municipal e Estadual. Com 27 anos de existência, o CEPAGRO atua na promoção da agroecologia no meio rural e urbano. O trabalho com hortas

---

escolares teve início em 2005, quando se estruturou uma metodologia que concilia o calendário escolar com o calendário agrícola. Desde 2010 o CEPAGRO fornece assessoria técnico-pedagógica à Prefeitura de Florianópolis/SC, através do Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (PEHEG), pelo qual, em 2013, foram assessoradas 83 Unidades Educativas do município. [...] Além disso, o CEPAGRO elaborou uma Cartilha de Hortas Escolares, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e fomento do SESC, que está para ser publicada neste ano. Outro Projeto de destaque desenvolvido pelo CEPAGRO foi a “Revolução dos Baldinhos”, cujo objetivo foi realizar a gestão comunitária de resíduos orgânicos no bairro Monte Cristo em Florianópolis. [...] O Instituto Çarakura (IÇara) é uma ONG ambientalista fundada em 2007 e qualificada como Utilidade Pública Municipal e como Organização da Sociedade Civil de Público (OSCIP). O Instituto trabalha com Educação Ambiental desde 2002. [...] podemos destacar alguns dos projetos desenvolvidos pelo IÇara, na linha de ação do Programa Hortas Escolares. Destacamos a “Formação de Educadores Ambientais para Agricultura Familiar”, realizado em 2014 na zona dos Cocais, destinado a formação de 210 jovens e mulheres de comunidades quilombolas [...]. Outra ação importante do Instituto, foi a realização do “Curso de Formação de Educadores para Hortas Escolares”, em junho de 2014 no SESC de Lages/SC, onde foram compartilhados e trabalhados conceitos e experiências práticas para o fomento de iniciativas voltadas ao aproveitamento dos espaços nas escolas para construção de hortas pedagógicas, atendendo cerca de 80 educadores da rede estadual e municipal de educação. [...] Fundado em 2007, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAmb) é um núcleo de extensão universitária vinculado ao Centro Tecnológico da UFSC, que trabalha de maneira multi, inter e transdisciplinar questões éticas e socioambientais, oferecendo suporte técnico e o conhecimento gerado na Universidade a toda a comunidade atendida por seus projetos [...]. Podemos destacar alguns Projetos do NEAmb relacionados com a temática do Programa de Hortas Escolares, tais como: ‘Projeto Mãos à Horta’ realizado em 2016 na UFSC, cujo objetivo foi utilizar-se de espaços não aproveitados ou até mesmo com acúmulo de lixo na UFSC e, com base nos princípios do design em permacultura e da agroecologia, transformá-los em ambientes propícios para a prática de atividades de educação ambiental e alimentar. Outro Projeto de destaque no ano de 2016, foi o Projeto realizado em parceria com o Horto Didático de Plantas Medicinais do Hospital Universitário, onde a partir de visitas, oficinas, rodas de conversa e mutirões relacionadas ao reconhecimento e o uso adequado das plantas medicinais, buscou-se promover a troca de saberes [...]. Também podemos ressaltar o Projeto Desafio Lixo Zero realizado no Colégio de Aplicação da UFSC. Esse Projeto do Núcleo, inspirado pelo conceito lixo zero, teve início em 2014, no projeto de extensão realizado no Colégio de Aplicação, continuando em 2015 [...]. O NEPerma é o Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC, e

terá como alvo a implementação de hortas escolares no município de Florianópolis. O Programa de Educação Ambiental e Alimentar com Hortas Escolares, lançado em fevereiro de 2017, tem como prerrogativas:

O Programa de Educação Ambiental e Alimentar com Hortas Escolares justifica-se, pois traz como fundamento diversas diretrizes e objetivos de políticas públicas do âmbito federal e municipal. Como exemplo de políticas públicas nacionais que embasam legalmente o Programa de Hortas Escolares, podemos citar: a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei Federal nº 9.795/1999); o Programa Nacional de Alimentação escolar (Pnae); a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei Federal nº 12.305/2010); a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO - Decreto Federal nº 7.794/2012); e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN - Decreto Federal nº 7.272/2010). Já no âmbito municipal podemos citar como exemplo a Política Municipal de Educação Ambiental (Lei Ordinária nº 5.481/1999) e a Política Municipal de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos (Lei Complementar nº 398/2010), além de outros documentos importantes como a Carta da Rede Semear de incentivo à Agricultura Urbana em Florianópolis, criada coletivamente durante o II Encontro Municipal de

---

também integra a equipe deste Programa. Fundado oficialmente em 2013, o Núcleo possui uma equipe multidisciplinar formada por permacultores, professores e estudantes da UFSC [...]. Nos últimos anos, a equipe desenvolveu trabalhos de capacitação e formação de agricultores familiares em permacultura (Projeto Terra Permanente, 2013-2015); de recuperação ambiental e educação em permacultura e agrofloresta (Projeto de Recuperação Ambiental do Bosque do CFH/UFSC, 2014-presente); bem como o Projeto Permacultura na Escola Maria Conceição Nunes em Florianópolis em 2013 que, em parceria com o Cepagro, promoveu a implantação de horta, pomar e compostagem na escola, além de facilitar a formação em permacultura de um integrante da comunidade escolar.” (CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO (CEPAGRO); INSTITUTO ÇARAKURA; NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CENTRO TECNOLÓGICO DA UFSC (NEAMB). **Programa de Educação Ambiental e Alimentar com Hortas Escolares**. Florianópolis, fev. 2017.).

Agricultura Urbana, realizado em julho do ano passado na UFSC.[...] Nesse sentido, a horta escolar permite a conexão dos conhecimentos teóricos com ações práticas, de forma a vislumbrar os conhecimentos de forma integrada, onde a comunidade escolar pode compreender melhor sua individualidade e trabalhar em conjunto na transformação do meio em que vive. Segundo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a Horta Escolar também é uma estratégia para melhorar o hábito de consumo dos educandos e educadores. O envolvimento em todas as etapas, desde a produção do composto, sementeira, elaboração do canteiro e cultivo dos alimentos sem veneno, gera uma curiosidade e vontade de degustá-los. Inseridos em atividades de grupo e com receitas saborosas, hortaliças, temperos e frutas passam a ampliar a diversidade de produtos consumidos. Esta prática se estende para suas residências, com vários depoimentos das famílias que partir de um projeto de hortas escolares, passaram a comprar mais alimentos saudáveis. Do mesmo modo, a Gestão Local dos Resíduos Sólidos nas escolas, contribui no processo educativo, seguindo os princípios e objetivos propostos pelas Políticas Nacional e Municipal de Resíduos Sólidos, trabalhando temas transversais como a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos.<sup>533</sup>

Esse programa visa articular, através da ação de diferentes atores, um movimento em prol da educação ambiental e alimentar que tenha como desdobramentos não só a construção de ações voltadas para a busca de melhorar a alimentação e as relações com o ambiente, mas também o encerramento do ciclo de trabalho ambiental, por meio do tratamento de resíduos. Esse projeto, lançado em parceria com duas ONGs e dois grupos de estudos ligados à UFSC, dão indicativos de que as questões ambientais são complexas e têm exigido ações que, muitas vezes, extrapolam a esfera de ação individual.

---

<sup>533</sup>. CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO (CEPAGRO); INSTITUTO ÇARAKURA; NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CENTRO TECNOLÓGICO DA UFSC (NEAMB). **Programa de Educação Ambiental e Alimentar com Hortas Escolares.**

“É preciso fazermos a nossa parte no cotidiano, atuarmos em instâncias organizadas (ONGs, associações de moradores, sindicatos, etc.) e intervirmos individual e coletivamente no [...] incentivo às relações produtivas do Estado.”<sup>534</sup> Carlos Loureiro nos diz que, no movimento de construção do que ele chama de uma cidadania planetária e ecológica, é necessário fazer uma articulação entre os movimentos sociais e a educação ambiental. Esse movimento deve seguir algumas premissas: em primeiro lugar, é preciso entender a educação ambiental como algo inserido num contexto maior que envolve modificações nos campos político, econômico, social e cultural. Em segundo lugar, não basta criticar modelos que se entendem como inadequados, é preciso promover o debate e estimular mudanças nos paradigmas da atual sociedade regida por um individualismo marcante. Em terceiro lugar, é preciso articular o trabalho escolar com os projetos da comunidade. Em quarto lugar, deve-se agir em instâncias coletivas, como ONGs ou associações de bairro; e, finalmente, em quinto lugar, deve-se fazer uso do Ministério Público para exigir que cada cidadão tenha garantido seu direito constitucional a um ambiente sadio e economicamente equilibrado.<sup>535</sup>

Entre as premissas destacadas por Loureiro, um exemplo de atividade que busca integrar educação escolar e ambiental com a comunidade é desenvolvido na Horta do Pacuca. O surgimento dessa horta comunitária já foi aqui tratado no capítulo anterior. Nesse momento cabe destacar a atuação do Pacuca no âmbito da educação ambiental, escolar e comunitária. A horta inicialmente intitulada Pacuca, desde 2017 foi renomeada para Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. A mudança do nome reflete uma preocupação por parte dos voluntários do projeto de que este esteja conectado com a ideia de horta como um “lugar pedagógico”. Dois momentos da narrativa da voluntária Bianca Pulice deixam evidente, em primeiro lugar, o “lugar pedagógico” da horta e, em segundo lugar, a horta como espaço educativo para a comunidade e para as escolas da região:

A nossa relação com a educação ambiental é, e como a gente mudou o nome, a gente resolveu

---

<sup>534</sup> LOUREIRO, Carlos F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental...** p. 98.

<sup>535</sup> Ibid., p. 96-99.

mudar o nome esse ano, em uma das vezes que a gente tava fazendo uma placa para a horta e a gente percebeu que um dos nossos objetivos era realmente educar, não só as crianças, como os adultos também, sobre a importância da origem dos alimentos, do não uso dos agrotóxicos, do trabalho em comunidade, do trabalho voluntário, então, além de receber as crianças para fazer atividades educacionais de educação ambiental, a gente achou que aquele é um espaço que ensina muita coisa para todo mundo. Então a gente resolveu colocar o nome de pedagógica, por isso, porque a nossa ideia não é que seja apenas uma horta onde as pessoas vão colher seus alimentos sem agrotóxicos, é uma horta que ensina as pessoas o porquê dos alimentos sem agrotóxicos. Isso tá na fala dos voluntários, assim quando a gente recebe pessoas na horta a gente percebe que pessoas que vão ajudar, às vezes, eventualmente, saem de lá com vários aprendizados novos, então a gente viu que a horta tem um potencial muito grande de ser um lugar pedagógico [...].

A gente organiza workshops sobre diversos assuntos e temas relacionados a horta, isso chama para chamar a comunidade para conhecer a horta, para participar da horta, a gente recebe escolas para conhecer a horta, saberem como as coisas são plantadas, para conhecer as espécies, normalmente tem sempre um voluntário que acompanha a visita, às vezes tem voluntário que entende mais de compostagem, tem um minhocário, é pedagógico para mostrar para as crianças como funciona a compostagem, a gente tenta o máximo possível que a comunidade saiba que a horta existe, para ajudar e participar de alguma forma [...] (informação verbal).<sup>536</sup>

A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca surgiu da iniciativa de pessoas interessadas em usar o solo urbano para agricultura, iniciativas que partiram de grupos da sociedade civil organizada – como os Quintais de Floripa, que por sua vez procuraram parcerias, a exemplo do Cepagro – e, também, da adesão de voluntários da comunidade. Sem dúvida, esses

---

<sup>536</sup> PULICE, Bianca. **Entrevista.**

tipos de ações que partem da sociedade, com propostas que busquem autonomia em relação ao estado, estão no caminho da construção de mudanças da sociedade sob a perspectiva ecológica. A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca tem funcionado não apenas como movimento de ocupação do solo urbano em uma cidade norteada por processos de especulação imobiliária, mas, sobretudo, tem sido um movimento que desafia cotidianamente o *status quo* da sociedade criada sob a ótica do mercado, da produtividade, do lucro.

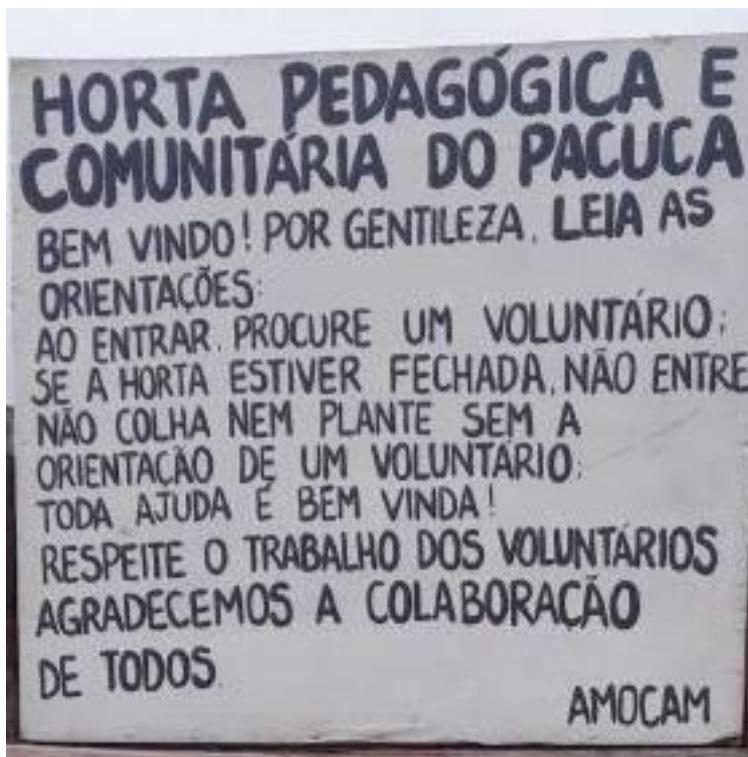
De acordo com o pesquisador Marcos Reigota, “[...] é por intermédio das interações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído”<sup>537</sup> que encontraremos soluções e alternativas para os problemas ambientais que preocupam a sociedade. Dessa forma, a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca tem sido “espaço pedagógico”, por meio do compartilhamento de experiências, do incentivo ao trabalho comunitário e do recebimento de escolas para atividades ligadas ao cultivar, conhecer e respeitar o ambiente.

A Figura 54, a Figura 55 e a Figura 56 ajudam a compor o panorama descrito nessas linhas sobre as atividades pedagógicas do Pacuca.

---

<sup>537</sup> REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. p. 28-29.

Figura 54 – Imagem da placa de entrada da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca



Fonte: Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca<sup>538</sup> (2017)

---

<sup>538</sup> HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA. Placa de entrada. 1 fotografia. **Facebook**, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadopacuca/photos/a.274163619660074.1073741830.271371189939317/274163516326751/?type=3&theater>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Figura 55 – Fotografia de visita escolar feita na Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 56 – Fotografia do espaço destinado para compostagem na Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca



Fonte: Acervo da autora (2016)

Dessa forma, vai se delineando um panorama de ações que visam construir estratégias no caminho de uma cidade mais plural. Por meio de projetos articulados por ONGs ou de ações desenvolvidas nas hortas

comunitárias, vão sendo construídas práticas que se articulam nas relações cotidianas entre pessoas e meio ambiente.

Essas práticas inseridas nos projetos de educação ambiental não devem ser entendidas como um processo para simplesmente “conscientizar” pessoas a respeito de rever suas posturas em relação ao ambiente, às práticas de consumo, às formas de descarte de lixo etc. Pensar mudanças na sociedade a partir de práticas de educação ambiental não deve ser pensado como algo utópico ou inalcançável, “[...] mas como um conjunto de ideias que tendem a gerar atividades visando a mudança no sistema prevalecente.”<sup>539</sup>

As hortas em Florianópolis, institucionais ou não, apareceram como espaços de construção de práticas alternativas ao modelo vigente de sociedade que está colocado. A bióloga e educadora ambiental Silvane Dalpiaz do Carmo, atualmente trabalhando na Floram e atuando no parque do Córrego Grande, destacou a importância das hortas escolares como espaços de práticas pedagógicas.

[...] sempre usamos a horta escolar como um processo educativo. [...] nós sempre trabalhamos num viés do processo educativo. Não importa muito se a gente conseguiria uma produção em larga escala, se a gente tinha produção ou não. [...] o que era importante era o processo. [...] eu continuo trabalhando com essa perspectiva de você poder religar o ser humano com o ambiente já que, no meu entendimento, o ser humano é natureza, ele tem que entender dos processos (informação verbal).<sup>540</sup>

Silvane do Carmo destaca o caráter pedagógico das hortas no processo de educação ambiental. O foco não está na produção em si, mas nos modos de fazer e de se relacionar com a terra e o ambiente. Há um deslocamento em relação aos objetivos da produção agrícola, e aqui a importância recai sobre os processos de constituição das relações entre seres humanos e ambiente. Leonardo Boff, em um dos seus estudos sobre ecologia, destacou que as sociedades atuais vivem sob a lógica do “crescimento”, da “expansão de mercados”, da recriação constante de

---

<sup>539</sup> REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. p. 22.

<sup>540</sup> CARMO, Silvane Dalpiaz do. **Entrevista**. [10 mar. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Biologia da Floram – Projetos de educação ambiental).

“necessidades” de bens e serviços. Dentro desse contexto, uma visão antropocêntrica tem sido a base das relações humanas com a natureza. “Inegavelmente, o ser humano nas sociedades atuais se colocou como centro de tudo. Tudo deve partir dele e retornar a ele. Tudo deve estar ao seu serviço.”<sup>541</sup>

As práticas desenvolvidas nas hortas escolares, que incluem o conhecer, o plantar, o colher, o reciclar, as práticas de compostagem, abrem espaço para essas reelaborações das relações entre humanos e natureza.

Ainda nessa ótica de pensar educação ambiental como prática que busca recriar formas de se relacionar com o ambiente, em especial formas de se alimentar, cabe mencionar as oficinas desenvolvidas na Chácara Clara Noite de Sol, localizada no Distrito de Ratoles. Essa chácara foi criada por Leilen Olimos e Juliana Conceição. Inicialmente com objetivo de produzir alimentos para o consumo dos moradores do local, acabou ampliando suas ações com a produção de mudas e biofertilizantes, além da venda de temperos, geleias e produtos feitos com matéria-prima da Chácara. Para completar, o espaço tem sediado eventos como oficinas sobre plantas e alimentação. Na entrevista para a realização desta pesquisa, Juliana Conceição falou sobre o surgimento do espaço e o curso intitulado Jardins Comestíveis:

[...] no início deste espaço teve esse curso de Jardins Comestíveis, a gente já viu esse potencial educativo que este espaço teria [...] a gente não recebe pessoas aqui todo fim de semana, mas é uma ideia futura. Atualmente a gente recebe uma oficina a cada quatro meses mais ou menos. [...] em parceria com uma outra pessoa, a Mariana, que é nutricionista [...] ela também assina a cesta do Pedro, também conhece as Pancs, acabou criando um método educativo, as pessoas chegam, aí faz uma conversa sobre alimentação [...], o que acontece no mundo atualmente, porque estamos aterrorizados com tudo que está acontecendo com alimentação, esse envenenamento, os transgênicos, o envenenamento da terra, da água, essa manipulação química do mundo através dos alimentos e dos remédios. Coloca todo mundo a par do que está acontecendo no mundo com

---

<sup>541</sup> BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres – dignidade e direitos da mãe terra.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 144-145.

alimentação, aí como resposta a isso temos as pancs [...] que são essas plantas que nascem muitas vezes espontâneas, que são nativas, que são silvestres, eu acredito que elas são uma manifestação da natureza pro nosso bem, pra nos salvar de tudo isso que está sendo colocado nas prateleiras, elas são uma manifestação de cura [...] (informação verbal).<sup>542</sup>

A Chácara Clara Noite de Sol tem sido, portanto, espaço de compartilhamento de saberes em relação às plantas, aos hábitos alimentares e ao ambiente. O trabalho com as pancs tem sido destacado nos projetos de agricultura urbana e nessas oficinas que buscam hábitos alimentares distintos daqueles que têm como fundamento alimentos industrializados e obtidos mediante métodos pautados em uso de insumos químicos. As pancs estão entre as fontes de alimento que se desenvolvem em ambientes naturais, sem a necessidade de insumos químicos ou da derrubada de florestas. “O consumo das PANCs pode ser estratégia para manter a diversificação alimentar, estimulando a manutenção da floresta.”<sup>543</sup>

Aqui, através do compartilhamento de saberes sobre novos hábitos alimentares e novos cultivos, vai se configurando aquele tipo de transformação em microescala, são práticas que terão como consequência não apenas novos modos de se relacionar com o alimento, mas também novas formas de produzir o alimento.

A Figura 57 mostra a proposta de uma das oficinas feitas na Chácara Clara Noite de Sol, com destaque para o uso das pancs.

---

<sup>542</sup> CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista**. [2 out. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Bióloga e criadora da Chácara Clara Noite de Sol, Ratonos).

<sup>543</sup> BARREIRA, T. F. et. al. Diversidade e equitabilidade de Plantas Alimentícias Não Convencionais na zona rural de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v. 17, n. 4, supl. 2, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-05722015000600964](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722015000600964)>. Acesso em: 22 out. 2017.

Figura 57 – Cartaz de divulgação de um curso de culinária com pancos promovido pelo espaço Clara Noite de Sol

**Culinária Criativa**  
 com Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANC

**13 de junho 2017**  
 oficina teórica e prática  
 das 9 às 18h

*"Vamos estudar Biologia e Nutrição,  
 praticando a Arte de Cozinhar  
 com alimentos silvestres."*

**Local** Floripa  
 Chácara Clara Noite de Sol

**Inscrições** até 15 de junho  
 claranoitedesol@gmail.com

**Investimento** R\$170,00  
 com ALIMENTAÇÃO e CARTILHA DE ESTUDOS

Mariana Quintino  
 Plantando Saberes  
 jardinagem agroecológica  
 leilen monti  
 DESIGN ECOLÓGICO  
 clara noite  
 CLARA NOITE DE SOL

Fonte: Acervo da autora (2016)

Além dos cultivos das pancos, a Chácara Clara Noite de Sol também desenvolve métodos de compostagem e, desta, surge um adubo com características especiais: um biofertilizante orgânico chamado de bokashi.<sup>544</sup> Esse biofertilizante é utilizado na própria Chácara e comercializado nas feiras locais. A compostagem tem sido uma das

<sup>544</sup> “Produção de Bokashi: Adubo Orgânico Fermentado, com esterco, terra, palha, farelo de trigo, farinha de rocha, carvão e cinzas de bambu e melão de cana. Pronto em 15 dias de Fermentação Aeróbica.” (CLARA NOITE DE SOL. Produção de Bokashi... **Pictame**, 24 jan. 2017. Disponível em: <[http://www.pictame.com/media/1434950330605356950\\_2710520710](http://www.pictame.com/media/1434950330605356950_2710520710)>. Acesso em: 28 out. 2017.).

práticas pedagógicas desenvolvidas nas hortas, comunitárias, privadas ou institucionais. Dentre as práticas de agricultura urbana, os métodos de compostagem cumprem não apenas uma função pedagógica, mas, sobretudo, têm sido fundamentais para a abertura de caminho concreto de construção de um ambiente mais equilibrado, principalmente nas cidades que estão sob pressão constante de problemas relacionados à poluição, ao descarte de resíduos etc.

Falar sobre compostagem é muito importante dentro do tamanho do problema que a questão do lixo e do descarte de resíduos tem gerado no mundo e no Brasil. “Segundo o IBGE, em 2008, cada brasileiro produziu em média 359 kg de resíduos sólidos. Em 2010, esse número subiu para 378 kg de lixo, ultrapassando a marca de 1 kg por dia *per capita*.”<sup>545</sup>

O município de Florianópolis terá que colocar em prática, nos próximos dez anos, um novo plano de gestão dos resíduos. De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico, Lei nº 11.445/2007, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, os municípios passam a ter obrigações na gestão dos resíduos sólidos<sup>546</sup>. É nesse contexto que surge o Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis.<sup>547</sup>

De acordo com o PMGIRS:

A principal determinação da PNRS é a de que não deverão mais ser enviados ao aterro sanitário resíduos sólidos recicláveis, tanto a fração orgânica como a seca. Diante disto, o modelo de gestão de resíduos sólidos atualmente adotado no município deve mudar para se adequar à legislação, privilegiando a não geração, a minimização da geração e o manejo diferenciado dos resíduos sólidos, com a triagem, a compostagem e a recuperação dos resíduos que constituem bem

---

<sup>545</sup> MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. p. 196.

<sup>546</sup> “RSU consistem em material orgânico, papel, plástico, vidro, metais e outros rejeitos coletados pelas autoridades municipais, em geral de residências, escritórios, instituições e estabelecimentos comerciais. RSU são um subconjunto do universo do lixo e tipicamente não incluem lixo coletado fora dos programas municipais formais. Nem incluem esgoto, lixo industrial, lixo e construções e demolições gerados pelas cidades. (Worldwatch Institute)” (Ibid., p. 195.).

<sup>547</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). Prefeitura. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis.

econômico e valor social, e a disposição final exclusivamente dos rejeitos, de forma ambientalmente adequada. Considerando as metas e prazos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMISB e Plano Municipal de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos – PMCS, para o ano de 2017 o município de Florianópolis já deveria estar desviado do aterro sanitário 20% da fração seca e 15% da fração orgânica. Apesar de todo esforço até agora empreendido, o município desvia do aterro sanitário apenas 7% do total de resíduos sólidos coletados, correspondendo ao desvio de 18% dos resíduos recicláveis secos e 7,5% dos resíduos recicláveis orgânicos.<sup>548</sup>

Diante dessa nova determinação prevista por lei, os municípios deverão construir estratégias para implementar políticas que vão desde a divulgação de orientações para que a população possa fazer a separação dos materiais a serem reciclados ou não, até o estabelecimento de modos de recolhimento e destinação dos materiais separados.

Florianópolis sediou em julho de 2017 um seminário<sup>549</sup> dedicado a discutir a compostagem de pequeno porte como uma solução para os

---

<sup>548</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). Prefeitura. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis. p. 25-26.

<sup>549</sup> O seminário intitulado “A compostagem de pequeno porte como solução para os municípios de Santa Catarina” aconteceu no auditório da ALESC no dia 3 de julho de 2017. Entre as apresentações agendadas, algumas falas destacaram as experiências de Florianópolis com a gestão de resíduos orgânicos. A engenheira sanitária da Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), Flávia Orofino, apresentou as experiências de gestão dos resíduos orgânicos desta instituição. Ela destacou o trabalho realizado no centro de Valorização de Resíduos, localizado no bairro do Itacorubi, e abordou o trabalho realizado no recém-criado Pátio Modelo do Jardim Botânico de Florianópolis. Destacou ainda um programa intitulado Beija-flor, que mistura educação ambiental, triagem domiciliar, compostagem e hortas comunitárias. Silvane do Carmo, educadora ambiental do parque do Córrego Grande, abordou o Projeto Família Casca, cujo objetivo é envolver a comunidade na reciclagem de orgânicos. Renato Trivella, coordenador de educação ambiental na sede do SESC de Cacupé, fez uma exposição destacando as ações realizadas naquele espaço: a presença de um espaço para compostagem, baseado no modelo UFSC de compostagem, para tratar os resíduos gerados no restaurante da sede, tendo também no espaço um viveiro de mudas, uma

municípios de Santa Catarina. Entre várias experiências apresentadas no evento sobre práticas de compostagem desenvolvidas no município, cabe destacar alguns projetos. O primeiro deles tem sido considerado uma referência como modelo de gestão comunitária de resíduos orgânicos. Trata-se da Revolução dos Baldinhos. Marcos José de Abreu<sup>550</sup>, em sua dissertação de mestrado, abordou o surgimento desse projeto de compostagem, considerado uma referência no que diz respeito à gestão comunitária de resíduos sólidos, e replicado em 2016 pelo Programa Nacional de Habitação Urbana.

Em relação ao surgimento do projeto Revolução dos Baldinhos pode-se afirmar:

---

horta que segue os princípios da agroecologia e um trabalho de educação ambiental feito com os hóspedes do hotel do SESC e com escolas. Além disso, são feitas doações de mudas e composto para a comunidade e para as hortas comunitárias. Também foi apresentado um pouco da experiência do projeto da Revolução dos Baldinhos, iniciado em 2008 na região de Monte Cristo, com o objetivo de promover uma gestão comunitária dos resíduos orgânicos. Na ocasião foram lançados dois manuais sobre compostagem, distribuídos entre os representantes de cada município presentes no evento. São eles: “Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos” e “Critérios técnicos para a elaboração de projeto de operação e monitoramento de pátios de compostagem de pequeno porte”. Ambos foram produzidos através da parceria de inúmeros órgãos, a saber: Fundação de Amparo à pesquisa de Santa Catarina (Fapesc), UFSC, Laboratório de Comercialização de Agricultura Familiar (Lacaf), Comcap, Cepagro, Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Todas as informações aqui contidas foram coletadas pela autora deste trabalho, que esteve presente no seminário em questão.

<sup>550</sup> Marcos José de Abreu destacou em sua dissertação de mestrado que o fato de Florianópolis ter sofrido um forte processo de urbanização entre 1960 e 2000 (a população quadruplicou nesse período) propiciou problemas como a favelização e o aumento da produção de resíduos. Algumas experiências se destacam nesse processo em relação à gestão de resíduos, dentre elas: o projeto Beija-flor, criado pela Comcap, funcionou entre 1987 e 1993 e o projeto da Revolução dos Baldinhos. Este último foi criado em 2008, no bairro do Monte Cristo, região continental do município de Florianópolis, pautadas na administração da compostagem comunitária por jovens locais sob a assessoria da Cepagro. (ABREU, Marcos José de Abreu. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRV), capital social e agricultura urbana.** 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 26-27.).

A Revolução dos Baldinhos surgiu por um problema real [...]. Em 2008 ocorreu um surto de leptospirose, contraída através dos ratos. Foi nessa conjuntura que lideranças e moradores da comunidade, representantes das escolas e do centro de saúde, um técnico da Cepagro e mulheres da Frente Temporária de Trabalho reuniram-se para entender o problema. [...] O bairro Monte Cristo, em Florianópolis, possui 9 comunidades [...] as ruas são muito estreitas, o que dificulta a coleta de resíduos. Muitos são os casos de descarte irregular do lixo. [...] A sugestão para reduzir o número de roedores foi separar as sobras de comida em baldinhos com tampa e reciclar na própria comunidade. [...] as mulheres da Frente temporária, que eram da própria comunidade, se dispuseram a ir de casa em casa e distribuir um “baldinho” para as famílias, informando sobre o projeto. [...] O Cepagro prontificou-se tanto a assessorar a compostagem, realizada na Escola Básica Estadual América Dutra Machado [...]. Surgia assim a “revolução dos baldinhos”, que começou com apenas cinco famílias e num curto espaço de tempo atingiu noventa e cinco. Desta forma foi criada uma relação de reciprocidade, onde as famílias participantes viam de perto o trabalho de coleta e reciclagem realizado, sendo posteriormente contempladas com o composto orgânico para a utilização nas suas hortas.<sup>551</sup>

O projeto Revolução dos Baldinhos pode ser considerado como uma prática capaz de reescrever os fundamentos de uma educação ambiental. A partir de ações construídas dentro da comunidade, que partiram de um problema que os atingia, foi criado um programa que tinha como base a divulgação de saberes sobre práticas de compostagem. A partir disso, foi articulado um movimento capaz de representar uma alternativa concreta para o problema do lixo acumulado e das consequências daí advindas para a comunidade.

Esse movimento pode ser percebido naquilo que Marcos Reigota coloca como uma educação ambiental para além da simples “transmissão” de conhecimentos. Além disso, também se pode pensar na

---

<sup>551</sup> ANGEOLETTO, Fernando et al. **Cartilha “o passo-a-passo de uma revolução...** p. 12-14.

Revolução dos Baldinhos<sup>552</sup> no caminho do que Félix Guattari chamou de uma nova ecossociação social. De acordo com este autor, para encontrar um caminho para a crise ambiental que está posta, é necessário buscar alternativas que sejam pautadas pela singularidade: “[...] parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e microssociais, novas solidariedades [...]”<sup>553</sup>.

É nesse caminho, na busca de alternativas para a questão dos resíduos sólidos, em especial, dos resíduos destinados para a compostagem, que a Comcap tem desenvolvido projetos e oficinas no município de Florianópolis. Os dados abaixo mostram a importância de pensar alternativas para os resíduos compostáveis orgânicos:

De tudo que produzimos e destinamos aos aterros sanitários, cerca de 50% são resíduos compostáveis orgânicos, 35% recicláveis secos e apenas 15% rejeitos. A média nacional que cada um de nós produzimos é de aproximadamente 1 kg de resíduos por dia, sendo que a maioria é enterrada em aterros ou lixões.<sup>554</sup>

A Comcap desenvolve neste momento dois movimentos importantes nessa direção. O primeiro diz respeito ao pátio de compostagem, criado no Jardim Botânico de Florianópolis, e o segundo é um movimento que visa recriar o antigo projeto Beija-flor. As práticas de compostagem trabalhadas pela Comcap por meio de oficinas se tornam fundamentais diante dos objetivos de uma educação ambiental enquanto ação e perspectiva de mudança de paradigmas. Enrique Leff chama a atenção para as questões que envolvem a educação ambiental em relação com uma perspectiva de sustentabilidade. “A educação ambiental e os educadores ambientais devem assumir o desafio de abrir os caminhos para esse porvir, para essa mudança cultural [...] teremos de aprender a construir uma nova racionalidade social e produtiva.”<sup>555</sup>

---

<sup>552</sup> O projeto Revolução dos Baldinhos em 2016 envolveu oito instituições de ensino e projetos sociais e cem famílias. Com 28 Pontos de Entrega Voluntária (PEV) instalados na comunidade, foram recicladas 12 toneladas mensais de resíduos orgânicos, que geraram três toneladas de adubo. (ANGEOLETTO, Fernando et al. **Cartilha “o passo-a-passo de uma revolução...** p. 16.).

<sup>553</sup> GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. p. 35.

<sup>554</sup> ANGEOLETTO, Fernando et al. Op. cit., p. 9.

<sup>555</sup> LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 183-184.

O assessor técnico da Comcap, Zenilto Silva, um dos responsáveis pelos projetos vinculados à agricultura urbana, fala sobre a importância da horta e do pátio de compostagem do Jardim Botânico de Florianópolis a partir das oficinas que são ali desenvolvidas:

No próprio Jardim Botânico, além da Horta [...] o intuito dela é educacional, através de oficinas, ela é instrutiva, poder instruir as pessoas de como fazer, como cuidar, também tem o pátio de compostagem que é essencial, que também é a base de oficinas, oficinas de compostagem, onde tem diversos métodos de compostagem, pessoas que estão capacitadas [...] mais de 300 pessoas já fizeram oficina de compostagem no Jardim Botânico, então, assim, é uma coisa maravilhosa essa conscientização ambiental, além do que nós temos uma divisão, a divisão de sustentabilidade, que ela é com educadores ambientais [...] nós recebemos diversas instituições ambientais, colégios, fizemos o roteiro do lixo para eles conhecerem, fazer a redução, a reciclagem, nós trabalhamos muito com a conscientização ambiental (informação verbal).<sup>556</sup>

Essas oficinas buscam envolver a comunidade em práticas que são fundamentais para inverter a lógica do consumo e descarte. Esses espaços – como o aqui citado pátio de compostagem do Jardim Botânico, mas também o pátio de compostagem do SESC de Cacupé, o pátio de compostagem da horta do Pacuca, dentre outros – são pontos de apoio no caminho de reescrever os parâmetros do modelo econômico vigente.

A narrativa de Zenilto mencionou ainda um antigo projeto da Comcap, o projeto Beija-flor, já extinto, mas que está sob possibilidade de reativação.

[...] teremos um projeto, que é a reativação de um antigo projeto da Comcap, projeto Beija-flor, que é a captação dos resíduos orgânicos nas residências levado a um pátio de compostagem que futuramente deve ser tratado por um centro comunitário, ou seja, pela própria comunidade [...] e colocado também esse composto na horta, a

---

<sup>556</sup> SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista.**

intenção é que se faça a base de troca, você planta, você colhe, você lava seu resto de comida que seria o resíduo orgânico, você traz de retorno para a sua residência o composto que você possa incorporar na sua horta.[...] nosso maior objetivo é fazer com que as pessoas tratem resíduo orgânico direto na fonte, através de compostagem, porque 50%, o resíduo orgânico ele representa no Brasil 50% dos resíduos recolhidos, aqui a gente tá na faixa dos 40% recolhidos e colocados em aterros sanitários onde cria um grande volume de chorume que seria altamente tóxico para o solo, aonde ele poderia estar sendo reaproveitado como biofertilizante numa compostagem bem tratada, para que a gente possa manter essa política de boa alimentação, a gente tem que manter essa política de tratamento de resíduo orgânico [...] (informação verbal).<sup>557</sup>

Essas oficinas são importantes como práticas pedagógicas de educação ambiental e que terão efeitos práticos em relação aos números desastrosos de toxicidade que o Brasil hoje destina para o meio ambiente, através de gás metano e chorume, resultado do não tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

“Do total de 60,8 milhões de toneladas (2010) de RSU, 22,9 milhões de toneladas (42,4%) foram para lixões e aterros sem tratamento adequado em relação às emissões de gás metano e chorume, e 6,5 milhões de toneladas, não foram sequer coletados [...]”<sup>558</sup>

As práticas de compostagem, as hortas comunitárias, os princípios da agroecologia, dentre outros, são base para a agricultura urbana. Esta tem-se apresentado como alternativa para que a vida nas cidades possa ter bases mais justas, solidárias e sustentáveis. “É necessário, portanto, conhecer as opções que dispomos e as implicações que cada uma delas representa para o presente e para o futuro.”<sup>559</sup>

Zenilto Silva termina destacando a importância da agricultura urbana no envolvimento das pessoas em torno das questões ambientais que permeiam a vida nas cidades. Nas palavras dele:

---

<sup>557</sup> SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista**.

<sup>558</sup> MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. p. 196-197.

<sup>559</sup> LIMA, Gustavo Ferreira da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P. e CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental...** p. 146.

[...] nós temos 7% de lixo seletivo hoje, que é selecionado hoje em Florianópolis, vem crescendo uma demanda, as pessoas estão ficando mais conscientes, com esse foco na parte da agricultura urbana, tem sido um grande motivador para as pessoas pensar em sustentabilidade, pensar em consciência ambiental, isso faz com que automaticamente queiram essa prática de seleção né [...] o planeta agradece (informação verbal).<sup>560</sup>

A agricultura urbana, na narrativa de Zenilto, assume o importante papel de “motivador” para que as pessoas possam pensar e agir no que diz respeito à crise ambiental que nos circunda. Os projetos de compostagem têm como uma de suas premissas fazer com que cada um possa pensar no seu envolvimento com as questões que permeiam a vida na cidade e as implicações de suas ações em relação ao ambiente.

O crescimento acelerado do município de Florianópolis tem deixado consequências nos diferentes ecossistemas da Ilha. A poluição dos manguezais, a ocupação das áreas de restinga, a contaminação do solo e dos rios e mares podem ser apontados como indicadores dessa problemática. A agricultura urbana, nas suas múltiplas possibilidades, tem surgido como alternativa para a construção de saídas para os problemas colocados. A educação ambiental, através das hortas escolares, das hortas comunitárias, das oficinas, dos projetos de compostagem feitos pela Comcap, pelo Sesc, pelo Parque do Córrego Grande, tem-se apresentado como mecanismo concreto de construção de caminhos alternativos para os problemas urbanos que a todos atingem.

## 5.2 OS NEO-RURAIIS: DOS QUINTAIS PRODUTIVOS AO TURISMO RURAL

Falar sobre os neo-rurais é falar sobre fluxos migratórios às avessas, em que migrantes com diferentes origens vinculadas à vida nas cidades vão em busca de experiências em lugares com características rurais.

O fenômeno do neo-ruralismo não é um simples processo de inversão migratória, é algo bem mais complexo do que isso. Iara Vargas, em trabalho sobre o neo-ruralismo na região serrana do Rio de Janeiro, diz sobre esse processo:

---

<sup>560</sup> SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista.**

O duplo movimento de desterritorialização-reterritorialização do neo-ruralismo subverte o antigo modo de “habitar”, que é também a maneira de produzir do rural tradicional. O movimento altera as relações sociais de produção, que passam a ser legitimadas por uma simbologia “nova” da terra, tomada de empréstimo ao antigo processo de “habitar” e produzir. [...] neo-ruralismo como uma forma de reação canalizada e operacionalizada; um protesto contra o trabalho fragmentado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais e a urbanização massificante; [...] Outra dimensão do neo-ruralismo percebida é o prazer em fazer, fator este que orienta as ações, a escolha das novas atividades, de novas relações sociais, de novas formas de sociabilidade e de identificação. O neo-ruralismo pode, então, ser caracterizado tanto por algumas dimensões básicas afirmativas – a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca da auto-determinação, do trabalho prazeroso, da integralização do tempo e das relações sociais –, quanto por dimensões negativas, como: a recusa do espaço e do tempo da indústria e a crítica à ditadura dos papéis produtivos da cidade, que induzem os indivíduos ao labirinto das frustrantes relações secundárias.<sup>561</sup>

Neo-ruralismo é então esse movimento empreendido por grupos que migram e vão buscar construir novas relações com a terra, novas relações de pertencimento, novas sociabilidades. Esse “novo modo de habitar”, que traz diferentes práticas que são colocadas no cotidiano desses novos moradores, estará em consonância com ruralidades transformadas. Em Florianópolis o fenômeno da migração foi muito forte a partir dos anos 1960 do século XX. A cidade recebeu fluxos migratórios vindos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, entre outros lugares. Na década de 1960, com a instalação da UFSC e de uma série de órgãos públicos como Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), Celesc e Eletrosul, a cidade foi se tornando um polo de atração para novos moradores. Além disso, novos moradores vinham atraídos

---

<sup>561</sup> VARGAS, Iara T. **Os neo-rurais**: capital humano estratégico de mudanças. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. f. 26-27.

pela propaganda empreendida pelo setor público e turístico/imobiliário, que passaram a vender uma imagem de cidade encantada, onde seria possível conciliar trabalho com uma vida tranquila em um ambiente insular circundado por uma exuberante natureza.

Márcia Fantin, em sua tese sobre Florianópolis e os conflitos decorrentes das mudanças vivenciadas na cidade com a chegada dos novos fluxos migratórios, destacou que vir para Florianópolis muitas vezes significou: “[...] unir o útil ao agradável. Este era (e ainda é) o espírito de muitos que vieram (e continuam vindo) de outros cantos para morar em Florianópolis. Motivados de um lado, pela oferta de empregos e, de outro, pelo charme da cidade insular com sua natureza [...]”<sup>562</sup> Muitos desses novos moradores escolheram regiões para morar que configuravam antigas áreas rurais da Ilha, como Ratonas, Lagoa, Pântano do Sul, Cacupé, e também balneários, que por sua vez também tinham vínculos históricos com as práticas da agricultura e da pesca, a exemplo do Campeche, de Jurerê, de Canasvieiras, do Rio Vermelho, dos Ingleses, entre outros. Ainda de acordo com Fantin, “[...] a cidade atraiu funcionários públicos, profissionais liberais, arquitetos, engenheiros, médicos, aposentados, artistas, professores, estudantes, vindos do interior e de outros estados [...]”<sup>563</sup>

Muitos desses novos migrantes – que para Florianópolis vieram com a intenção de sair de uma vida urbana atribulada ou de buscar um espaço para construir novas relações de pertencimento com o ambiente – hoje praticam suas diferentes profissões e, em paralelo, desenvolveram práticas de ruralidade ressignificadas a partir da ocupação de espaços cada vez mais urbanizados ou, ainda, abandonaram suas antigas atribuições e buscam se dedicar a diferentes atividades vinculadas ao rural, atividades reelaboradas dentro de um contexto dos espaços da cidade.

Um fenômeno bastante significativo, que tem crescido na cidade, é a experiência dos quintais produtivos. São moradores que transformam seus quintais em espaços de produção agrícola e destinam parte desta para o consumo próprio, ou, ainda, buscam promover trocas entre vizinhos. O médico Henrique Passos (Kike), morador do Campeche, transformou o conjunto do terreno onde mora com a família, uma área de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup>, em um espaço de produção agroecológica, além de sediar um espaço para que as pessoas possam oferecer serviços. O espaço foi intitulado pela família como Jardim do Simples. Em entrevista feita no local, o médico Kike e o biólogo e mantenedor do

---

<sup>562</sup> FANTIN, Márcia. **Cidade dividida...** p. 36.

<sup>563</sup> *Ibid.*, p. 37.

espaço, Max Levy, explicaram as motivações, os princípios, as relações entre rural e urbano no quintal produtivo, que também se tornou palco de experiências que seguem na perspectiva da economia solidária. O médico, que nasceu em Curitiba e está no Campeche desde 2005, buscou nesse movimento de produzir o próprio alimento uma conexão com sua formação na área médica. Nesse sentido, seu TCC abordou a ampliação do conceito de saúde na relação com os ecossistemas.

Nasci em meio urbano, minha formação é médico, nasci em Curitiba, estou aqui a dez anos, desde 2005. [...] a proposta basicamente é produzir a própria comida né, não é assim um sentido profissional, é basicamente isso [...] eu já tinha assim ideias de permacultura, eu me aproximei da área de permacultura, não é minha área de estudos maior assim, mas durante a faculdade de medicina eu tinha feito um curso de permacultura, andei conhecendo o pessoal da biologia, a ideia da agroecologia permeando o conceito de saúde, inclusive fiz meu TCC sobre saúde ecossistêmica, fui vendo que saúde tinha muito a ver com isso [...] quando nasceu minha filha, eu ganhei um mês de licença paternidade, aí além de um mês de licença paternidade, eu ganhei muita energia, pai é uma overdose de amor, de força e vontade de fazer, eu com ela no eslingue, pensei vou agora produzir para que daqui a seis meses quando ela for comer, ter uma comidinha daqui (informação verbal).<sup>564</sup>

A narrativa de Kike é, por assim dizer, bastante significativa se for pensada no que Iara Vargas chamou de neo-ruralidade. Esse relato demonstra uma subversão em relação ao sentido do habitar. Habitar os

---

<sup>564</sup> PASSOS, Henrique. (Kike). **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Médico – Sítio do Simples, Campeche).

1.000 m<sup>2</sup> de um espaço<sup>565</sup> que ainda mantinha características rurais<sup>566</sup> em 2005 vai representar, a partir do que será feito e produzido no local, novas formas de morar, de produzir o alimento, de se relacionar com o meio. O terreno tornou-se palco para uma diversificada produção de alimentos e plantas medicinais e, ainda, para o desenvolvimento de novas maneiras de se relacionar com as pessoas e com o solo urbano.

O biólogo Max Levy explicou na sua narrativa o que é o Jardim do Simples:

[...] Jardim do Simples é uma proposta com projeto que é um espaço que trabalha várias questões, desde questões ambientais até questões sociais, se trabalha desde a produção urbana de alimentos, principalmente para a alimentação e subsistência própria deles até um espaço de convivência e interação de diferentes atividades que estão proporcionando ali na Casa Verde, ali do outro lado do terreno, um espaço aberto e coletivo para o desenvolvimento de atividades culturais, pessoas

---

<sup>565</sup> Em relação ao uso da palavra espaço cabe destacar: “O que é o espaço geográfico? Em uma primeira aproximação pode-se dizer que ele corresponde à superfície terrestre. Veremos, contudo, que esta aproximação é muito insuficiente. [...] sob inspiração do filósofo neomarxista Henri Lefebvre, muitos passaram a ver no espaço social, e não mais no espaço geográfico, o conceito central de seu arsenal. [...] Pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. [...] Assim, o espaço geográfico, em uma primeira aproximação, corresponde à superfície terrestre, o espaço social, aqui, corresponde [...] à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade.” (SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 21-22.).

<sup>566</sup> Durante a realização da entrevista feita no Jardim do Simples com o médico Henrique Passos, ele mencionou as visíveis mudanças que a região onde ele mora passou nos últimos dez anos. Ele destacou que do alto do Morro do Lampião, ao avistar a região onde ele mora, chamada hoje de Novo Campeche, não era possível avistar um único prédio, trânsito no final da tarde era algo que não existia e ainda era possível sair para acampar e deixar a casa aberta pois não havia o receio de ser assaltado. Ele chegava ao lugar onde hoje está sua rua através de trilhas. Cabe destacar que essa região atualmente (2017) está bastante ocupada por condomínios de casas e apartamentos. Nas palavras de Passos: “[...] a foto de cima do Morro do Lampião não tinha nenhum prédio aqui no Novo Campeche.” (PASSOS, Henrique. (Kike). **Entrevista**.).

fazem propostas, recebem crianças, então tem atividades de educação ambiental [...] e seja um espaço assim, putz, de muita criação, muita criatividade, a proposta do Jardim do Simples vai nesse sentido [...] (informação verbal).<sup>567</sup>

A narrativa de Levy indica que, embora a produção de alimentos seja o foco do Jardim do Simples, o espaço serve também para o desenvolvimento de múltiplas atividades. Uma característica do que alguns autores têm discutido acerca da neo-ruralidade é a diversificação de atividades, o fenômeno da pluriatividade. Nesse contexto, a agricultura não precisa ocupar o papel de principal atividade desenvolvida e também não precisa estar voltada para uma produção de mercado. Pode-se também mencionar que os neo-rurais que migraram da cidade para o campo muitas vezes não abandonam a profissão que exerciam nos seus lugares de origem. O médico Henrique Passos (Kike), que veio de um centro mais fortemente urbanizado do que Florianópolis, escolheu morar em uma das regiões citadas no estudo de Márcia Fantin e caracterizadas por núcleos menores, muitas vezes nos balneários à beira-mar (caso do Campeche), mas com características de um rural incrustado na cidade. O médico de Curitiba continuou exercendo a medicina, passou a produzir seu próprio alimento e, por fim, abriu espaço para o desenvolvimento de múltiplas atividades no local.

“Os neo-rurais têm papel preponderante na diversificação e no desenvolvimento de novas atividades produtivas, impulsionados por demandas específicas das classes média e alta urbana, das quais a maioria é oriunda.” Entre as atividades encontradas no Jardim do Simples estão atividades voltadas para as práticas de educação ambiental e práticas de uso compartilhado do espaço a partir dos princípios da economia solidária.

Sobre o consumo solidário:

O consumo solidário pode ser definido como um consumo de bens ou serviços que tem como objetivo satisfazer as nossas necessidades, promover o bem estar de trabalhadores e trabalhadoras que elaboram aquele produto ou serviço e manter o equilíbrio dos ecossistemas.

---

<sup>567</sup> LEVY, Max David. **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Biólogo e voluntário do Sítio do Simples, Campeche).

Para a economia solidária o ato de consumir não é apenas econômico, é também ético e político. [...] Ao selecionar e consumir produtos das redes solidárias e cooperativas, o consumidor contribui para o fortalecimento de um processo produtivo mais sustentável já que o capital investido irá realimentar a produção solidária.<sup>568</sup>

É nessa ótica de economia solidária que tem funcionado o Jardim do Simples, através da cessão de uma casa construída no terreno e do próprio espaço do quintal para que diferentes pessoas desenvolvam suas atividades, como aulas de ioga, espaço recreativo para crianças, entre outras. O pagamento é feito através da quitação de um dos serviços cobrados para a existência e o funcionamento do espaço, como IPTU, água, luz, telefone. Nas palavras de Passos:

[...] tem outra casa ali no terreno [...] a outra casa a gente abriu espaço para uma experiência de economia solidária assim, eu abro o espaço gerindo os custos coletivamente, tem uma planilha aberta de água, luz, telefone, IPTU e uma faxina semanal. Aí eu abro espaço para aula de ioga, tem uma pessoa que é pedagoga que recebe umas crianças e faz educação ambiental, tá aberto, a ideia era essa que as pessoas, por exemplo, pagassem pelo espaço proporcionalmente ao seu uso o custo dele [...] segundas, quartas e sextas vem crianças aqui, são contra turno, pais e mães que tem que trabalhar, já levaram a criança para a escola de manhã e as crianças ficaram aqui à tarde [...] arranca a mandioca, faz a mandioca para as crianças (informação verbal).<sup>569</sup>

Na Figura 58 e na Figura 59 é possível ver a entrada do Jardim do Simples e a casa utilizada para sediar as múltiplas atividades que ali ocorrem, a Casa Verde.

---

<sup>568</sup> BLAUTH, Guilherme; ABUHAB, Patricia. **De olho na vida**: reflexões para um consumo ético. Florianópolis: Instituto Harmonia da Terra, 2006. p. 43-44.

<sup>569</sup> PASSOS, Henrique. (Kike). **Entrevista**.

Figura 58 – Fotografia da entrada do Jardim do Simples, espaço criado no Campeche pelo casal Henrique (Kike) e Sophia



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 59 – Fotografia da Casa Verde, espaço para múltiplas atividades, sediada no Jardim do Simples, no Novo Campeche, no terreno do casal Henrique (Kike) e Sophia



Fonte: Acervo da autora (2016)

Enquanto a Casa Verde serve de palco para as aulas de ioga ou para atividades de educação ambiental, a produção do quintal – que, como já mencionado anteriormente, é voltado prioritariamente para o consumo

familiar – também tem a proposta de articular uma rede de troca e economia solidária.

Sobre essa questão, o biólogo Max explica:

[...] tem muita coisa, então a proposta assim é, se pensar a longo prazo é tentar se organizar algum esquema de troca ou economia solidária, assim de tentar trabalhar com outras pessoas que trabalham com agricultura urbana, então o vizinho produz batata doce, tem cenoura lá no canteiro, pô aqui tá sobrando couve, então faz trocas, ou para os próprios amigos, o próprio meio comunitário, chegar aqui e pegar um valor simbólico. [...] olha existem não diria assim vizinhos, um coletivo de amigos e pessoas que são conhecidas, por exemplo, eu na minha casa tenho o meu quintal, minha horta, e eu produzo várias coisas que eu estou colhendo lá, desde berinjela, mandioca, às vezes aqui ainda não está dando, sei lá, colhi dez quilos de mandioca em casa, eu vou e trago um pouco para o Kike, aí eu também sempre levo daqui alguma cebola, alguma coisa daqui e por aí vai [...].”<sup>570</sup>

Esse tipo de atividade que visa subverter a lógica de consumo dominante, que confere novos e diferentes valores ao alimento, esses tipos de ações que priorizam a ajuda mútua são importantes nesse caminho de reescrever as relações sociais, econômicas e ambientais das cidades na atualidade. Esse movimento de autoprodução alimentar traz mudanças de comportamento, contribui para a construção de mecanismos que possam de fato tornar-se ação no espaço e cotidiano urbano. É um agir local que promove mudanças com efeitos de longo alcance.

“Agindo localmente, portanto, estas ações comunitárias pautadas na ajuda mútua, e não na concorrência, promovem um efeito real de mudança, que repercutem na economia local, no trabalho, no consumo, no meio natural [...]”<sup>571</sup>

A produção agrícola do Jardim do Simples, segundo seu mantenedor, é bastante diversificada e tem estado em algumas experiências de trocas solidárias. Nessa ação efetiva de produzir alimentos em meio urbano, uma preocupação no que diz respeito às

---

<sup>570</sup> LEVY, Max David. **Entrevista.**

<sup>571</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 102.

práticas de cultivo utilizadas tem se mostrado bem evidente. A grande maioria dos entrevistados para esta pesquisa, quando questionados sobre as práticas de produção, defenderam o uso de uma agricultura assentada nas bases da agroecologia e demonstraram preocupação com todo o ciclo de produção, consumo, descarte gerado nas cidades, defendendo sempre ideias de projeção de futuro alicerçadas nas teses da sustentabilidade.

Vargas defende que uma das características dos neo-rurais é fazer uso de práticas que não afetem negativamente o ambiente para agregar valor aos seus produtos. Além disso, os neo-rurais, segundo sua tese, trazem uma bagagem de suas diferentes histórias de vida e formação que auxiliam na transformação e formação deste novo rural em meio urbano. Nas palavras de Vargas:

A incorporação, como premissa básica da ideia de sustentabilidade [...] os neo-rurais apropriam-se deste conceito, utilizando-o para agregar valor ao bem ou serviço.[...] Os valores inerentes a uma postura ambiental definida estão presentes no âmago do processo do êxodo urbano. A valorização da natureza, a busca de um relacionamento produtivo harmônico [...]. Os neo-rurais chegam ao campo com conhecimento único, uma formação cultural determinada por informações complexas e globais decorrentes de sua experiência anterior, oxigenando a comunidade rural [...].<sup>572</sup>

A partir do que destacou a autora sobre os neo-rurais, pode-se inferir que estes vão construindo uma complexa e interessante experiência de troca com o urbano. O rural e o urbano aqui são processos intercambiáveis. Os neo-rurais de Florianópolis chegaram, muitos deles, de experiências urbanas anteriores, buscaram refúgio em outro reduto urbano, pois, sobretudo pela legislação de 2014 (Lei nº 482), Florianópolis é primordialmente urbana. Porém, a Ilha tem muitas ruralidades espalhadas por fronteiras que são fluidas, onde o urbano, através de ruas asfaltadas, iluminação, serviços públicos, se faz presente, mas também convive com agricultura, criação de animais, pesca, engenhos e farinhadas, entre outras tantas ruralidades.

O que Vargas chama de uma “busca de um relacionamento produtivo harmônico” está presente nas formas de produção desenvolvidas pelo Henrique (Kike) e pelo Max no espaço Jardim do

---

<sup>572</sup> VARGAS, Iara. **Os neo-rurais...** f. 21-22.

Simples. As práticas utilizadas na produção, que incluem diversidade de cultivos em um mesmo canteiro, a não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes, a utilização de adubação orgânica, estão, segundo seus articuladores, embasadas nos princípios da agroecologia.<sup>573</sup>

[...] aqui o objetivo da produção de alimentos é o consumo da família, das pessoas que moram, então a ideia seria produzir comida para alimentar a família aqui, a gente tem um plantio muito diverso que vai desde folhas, hortaliças, frutíferas, leguminosas e tudo mais, então você vê aqui tem um canteiro de milho [...] a gente foi plantando nas bordas [...] a gente tenta trabalhar nas bases da agroecologia, a gente não usa agrotóxico, tudo orgânico e diversificando os canteiros, nesse canteiro aqui a gente tem tomatinho crescendo, tem umas alfaces, foi plantado beterraba, berinjela, milho, inhame, almeirão roxo, couve, tudo isso num canteiro só, tentando trabalhar com a diversidade. A gente tem alguns pés de mamão, physalis, algumas medicinais também, mastruz, a gente tem plantado cana [...] tem vários pés de banana [...] a gente colhe bastante abobrinha,

---

<sup>573</sup> Já foi mencionado anteriormente neste trabalho alguns princípios que são considerados fundamentais dentro do enfoque da agroecologia para a produção agrícola. É importante destacar que os debates em torno da agroecologia têm extrapolado as práticas de cultivo e mesmo a relação da agroecologia com a conservação do ambiente. A agroecologia tem sido pensada na perspectiva da importância do papel da agricultura na sociedade. “A agroecologia não está restrita aos aspectos técnicos da produção e da conservação ambiental. Como movimento social de abrangência nacional, a construção prática e conceitual desse enfoque tem se mostrado essencial no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural, e demonstrado seu potencial para contribuir para que a agricultura cumpra múltiplas funções para a sociedade, entre as quais a produção de alimentos saudáveis; a superação da pobreza rural; a emancipação das mulheres; o estímulo ao protagonismo da juventude; a promoção de maiores níveis de segurança alimentar e nutricional e da saúde da população; a conservação e a não contaminação da terra, da água e da biodiversidade; a conservação de paisagens rurais; a dinamização de mercados locais; a geração de trabalho digno no meio rural e a valorização das culturas e conhecimentos locais.” (CARNEIRO, Fernando F. et al. (Org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 511.).

plantamos um pouco de quiabo. Das frutíferas está dando acerola [...], batata doce, rúcula, alface, alho poró [...] demanda bastante trabalho, dedicação [...] (informação verbal).<sup>574</sup>

A Figura 60, a Figura 61 e a Figura 62 ajudam a compor esse quadro das formas de cultivo do Jardim do Simples.

Figura 60 – Fotografia de um canteiro do Jardim do Simples, com destaque para a diversidade de cultivos



Fonte: Acervo da autora (2016)

---

<sup>574</sup> LEVY, Max David. **Entrevista.**

Figura 61 – Canteiro do Jardim do Simples, no Novo Campeche



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 62 – Telhado ecológico no Jardim do Simples, no Novo Campeche



Fonte: Acervo da autora (2016)

Além disso, a Figura 60, a Figura 61 e a Figura 62 ajudam a compor a narrativa do biólogo Max, que descreveu os diferentes cultivos presentes no Jardim do Simples, bem como ressaltou o uso de práticas agroecológicas, como a diversidade de cultivos plantados em um mesmo

canteiro, as camadas de proteção do solo contra a erosão etc. No estudo *A dialética da agroecologia*, os autores Luiz Machado e Luiz Machado Filho defendem que o respeito à agrobiodiversidade é crucial para a sustentabilidade do planeta. Os autores defendem que, além das técnicas empregadas (rotação de culturas, plantio direto, respeito às culturas locais, ausência de agrotóxicos), a diversidade da vida do solo vai afetar diretamente sua fertilidade; “quanto maior a biodiversidade, maior a fertilidade.”<sup>575</sup>

No Jardim do Simples as técnicas de cultivo agroecológicas permitem um caminhar na direção de um solo mais fértil, mais produtivo, mais saudável. Além disso, o não uso de insumos químicos, como apontado na fala do biólogo Max, também contribui para a saúde do ambiente e, sem dúvida, para a saúde do ecossistema e das pessoas que vão consumir os alimentos ali produzidos. “Neste contexto, podemos pensar que o cultivo de alimentos no interior e na periferia das cidades faz parte do ecossistema urbano e está se relacionando com o ambiente, com a biodiversidade e com a humanidade local.”<sup>576</sup>

Produzir alimentos livres de venenos para a agricultura é construir estratégias alternativas ao modelo das gigantes monoculturas, das empresas controladoras de sementes e donas dos produtos químicos responsáveis por dar ao Brasil o título nada lisonjeiro de maior consumidor de agrotóxicos do mundo.<sup>577</sup>

De acordo com estudos do professor e pesquisador Rubens Nodari:

---

<sup>575</sup> MACHADO, Luiz C. P. e MACHADO FILHO, Luiz C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 77-78.

<sup>576</sup> NOLASCO, Camille L. **A dimensão ecológica a agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. f. 39.

<sup>577</sup> “Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná divulgados durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, realizado em Brasília, DF, em abril de 2012, enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Em 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos. Na última safra, que envolve o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, o mercado nacional de venda de agrotóxicos movimentou 936 mil toneladas de produtos, das quais 833 mil toneladas produzidas no país e 246 mil toneladas importadas.” (CARNEIRO, Fernando F. et al. (Org.). **Dossiê ABRASCO...** p. 49.).

O termo agrotóxico engloba substâncias químicas, geralmente sintéticas, como inseticidas – destinadas a combater insetos; fungicidas – fungos; herbicidas – plantas; formicidas – formigas [...]. Os agrotóxicos, embora destinados a preservar produtos agrícolas, pastagens, florestas, nativas ou implantadas, e outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais, têm causado efeitos adversos ao meio ambiente e criado situações de risco à espécie humana e aos animais em geral. [...] O conjunto significativo de doenças em humanos e efeitos adversos dos agrotóxicos em animais e no meio ambiente é reconhecido no mundo inteiro. [...] Exemplos de efeitos tóxicos crônicos são: reprodutivos, teratogênicos, mutagênicos, carcinogênicos e nervosos, entre outros. Tais efeitos podem ser decorrentes tanto da atividade ocupacional como também da ingestão dos resíduos de agrotóxicos e seus metabólicos.<sup>578</sup>

O uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos fez parte do pacote da Revolução Verde que, nos anos 1970, sob a promessa de acabar com a fome no mundo, defendia sua utilização como forma de aumento da produtividade das lavouras. Estudos posteriores, como os do professor Rubens Nodari, já mostraram os riscos que esses produtos representam para a saúde humana e do meio ambiente. No Jardim do Simples, propriedade de um médico que estudou as relações da saúde nas suas conexões com o ecossistema, a produção do alimento é livre de insumos químicos, e o espaço da terra também serve para o cultivo de plantas medicinais prescritas por esse médico, que defende uma conexão entre saúde e alimentação.

Nas narrativas do médico, ficou bastante evidente que sua percepção sobre a saúde humana passa pelo alimento. Esse alimento é produzido no manejo agroecológico, conectando a saúde humana à do ambiente e dos seres que o compõem.

[...] plantas medicinais tem, os pacientes sempre saem daqui com uma trouxinha, não tem muito

---

<sup>578</sup> NODARI, Rubens Onofre. Risco à saúde dos seres vivos advindo dos agrotóxicos: ênfase nos herbicidas. In: ARAGÃO, Alexandra et al. **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão – aspectos técnicos, jurídicos e éticos.** Florianópolis: FUNJAB, 2012. p. 111-119.

porque assim o espaço é limitado aqui, eu acabo trocando remédio por comida, eu acabo plantando mais comida [...] eu tinha muitas plantas medicinais aqui durante a faculdade que eu fui trocando por canteiros de comida, que é remédio né? Até porque manjerição tem efeitos medicinais assim, a menta tem efeitos medicinais, a separação entre o que é remédio e o que é comida não é tão clara assim (informação verbal).<sup>579</sup>

Para além do pensamento que percebe o alimento diante de seus elementos nutricionais, a agricultura urbana em suas diferentes tipologias tem apresentado possibilidades de desenvolvimento de uma alimentação sustentável. Mas o que exatamente significa alimentação sustentável? De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – do inglês Food and Agriculture Organization of the United Nations), uma alimentação sustentável precisa ser economicamente justa, nutricionalmente adequada, ter baixo impacto ambiental e contribuir para a segurança alimentar e nutricional.

De acordo com o documento da FAO:

En el mundo se producen alimentos más que suficientes para todos, sin embargo, 815 millones de personas padecen hambre. Uno de los mayores desafíos que enfrentamos es cómo asegurar que una población mundial creciente -que se prevé que ascienda a unos 10 mil millones para 2050- tenga suficientes alimentos para satisfacer sus necesidades nutricionales. Para alimentar a otros 2 mil millones de personas en 2050, la producción de alimentos tendrá que aumentar en un 50% a nivel mundial. La seguridad alimentaria es una condición compleja que requiere un enfoque holístico de todas las formas de malnutrición, la productividad y los ingresos de los pequeños productores de alimentos, la resiliencia de los sistemas de producción de alimentos y el uso sostenible de la biodiversidad y los recursos genéticos.<sup>580</sup>

---

<sup>579</sup> PASSOS, Henrique. (Kike). **Entrevista.**

<sup>580</sup> ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Cuánto nos falta para**

É na busca dessa alimentação sustentável que estão inseridas as experiências de agricultura urbana através das hortas nos quintais produtivos. Além da defesa dos princípios da agroecologia, a defesa da produção de orgânicos também estará presente nos quintais produtivos de Florianópolis. Suzi Theodoro, Laura Duarte e Eduardo Rocha, em suas pesquisas sobre a incorporação dos princípios da agroecologia na extensão rural brasileira, destacam que, em oposição ao movimento da Revolução Verde, surge uma agricultura alternativa que defende o uso de tecnologias e manejos considerados ecologicamente sadios ao ambiente. Dentre as propostas dessa vertente, os autores citam a agricultura orgânica, que seria:

[...] nesta modalidade, o sistema de produção evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente. Os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, uso de estercos animais, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda [...].<sup>581</sup>

Os elementos citados no trecho acima como parte da produção de orgânicos vão aparecer nos cultivos de orgânicos em quintais produtivos da Ilha, mas também estarão permeados por questões que norteiam o “paradigma dos orgânicos”. Nagib indica três questões que fundamentam o dito “paradigma dos orgânicos”, sendo estas: “o contexto terapêutico, a proteção contra o consumismo e a produção alternativa.”<sup>582</sup> “Os orgânicos começam a ter visibilidade no mercado de alimentos, quando no fim dos anos 1960 e começo dos anos 1970, aumentaram as preocupações com o uso de pesticidas [...]”<sup>583</sup>

---

**alcanzar el hambrecero?**: El estado de la seguridad alimentaria y la nutricion en el mundo. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/>>. Acesso em: 1º out. 2017.

<sup>581</sup> THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; ROCHA, Eduardo L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; VIANA, João N. (Org.). **Agroecologia...** p. 23.

<sup>582</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 71.

<sup>583</sup> *Ibid.*, p. 72.

No Rio Tavares, um casal de argentinos buscou na produção de orgânicos, de um modo nada convencional, criar uma fonte de renda e um negócio. A história do casal foi publicada em matéria do *Jornal Notícias do Dia*:

Carolina e Wenceslau literalmente levam alimentos orgânicos para a casa das pessoas, mas de uma forma não tão convencional. O casal organiza uma horta na casa do cliente, ensina a cuidar e ainda faz a manutenção das plantas. O casal mora no Brasil há dois meses, tempo suficiente para notar que Florianópolis é uma cidade na qual as pessoas buscam melhorar a alimentação, apesar da vida corrida que dificulta que se tenha tempo para plantar ou ir em busca de alimentos mais saudáveis. Os argentinos dão esse empurrãozinho. “Vemos que as pessoas querem ter acesso ao alimento orgânico, porém, a possibilidade de criarem uma horta, seja num pequeno espaço, se torna difícil diante dessa louca rotina”, diz Carolina. Wenceslau diz que esse trabalho já era feito na Argentina e que conforme estudos, Brasil e Argentina são os países líderes no uso de agrotóxicos em alimentos. “Temos que mudar esse cenário. E a mudança começa assim, de um em um. A Carol estudou sobre alimentos orgânicos em Buenos Aires e lá já produzíamos mudas de plantas medicinais, hortaliças e temperos e fazíamos esse trabalho de criar as hortas orgânicas mas casa das pessoas”, conta.<sup>584</sup>

A história do casal relatada na matéria do jornal mostra uma possibilidade de compartilhar as experiências de produzir orgânicos nos quintais. Além das preocupações referentes ao uso de produtos químicos nos cultivos, mencionada na matéria sobre o casal do Rio Tavares, a produção de orgânicos nos quintais parece conectada, como nos diz Nagib, com um contexto terapêutico, uma busca de novos modos de produzir o alimento. Através do cultivo das hortas se estabelecem novas relações com a terra e com os alimentos ali produzidos. Cabe ainda enfatizar que o cultivo de orgânicos nos quintais aparecem também como

---

<sup>584</sup> GOMES, Dariele. Especialistas em horta orgânica. *Jornal Notícias do Dia*, Florianópolis, 3 e 4 jun. 2017.

uma “contraculinária”, formas de se alimentar alternativas aos alimentos processados convencionais. Nesse movimento de construção de uma culinária alternativa e de buscar transformar pequenos espaços urbanos em quintais produtivos, a história de Genoveva Penz é bastante pertinente nesse contexto. Ela é também considerada nesta pesquisa uma neo-rural. Genoveva nasceu em Lajeado, no Rio Grande do Sul, onde a família tinha uma pequena propriedade rural. Aos 18 anos foi morar em Porto Alegre, formou-se em jornalismo e atuou 40 anos na área. Aposentada, mudou-se para Florianópolis e foi em busca de um espaço para fazer uma horta. Nessa trajetória, acabou envolvida no movimento das hortas comunitárias de Florianópolis, com a Rede Semear de agricultura urbana e com o compartilhamento de saberes, mudas e receitas com outros produtores e pessoas em geral.

Nas palavras de Genoveva:

Aposentada, há cinco anos moro em Florianópolis, e senti vontade de produzir meu alimento sem veneno e incentivar outras pessoas a fazer o mesmo, tanto em seus quintais, quanto em áreas públicas com hortas comunitárias. No Alecrim achei espaço para ações coletivas. Apoiados pela equipe do Cepagro, em 2016, algumas secretarias municipais, alguns produtores e várias pessoas afins passaram a discutir a formação de uma rede de agricultura urbana, a recém-criada, Rede Semear... E teor do debate coletivo foi base do projeto de lei da agricultura agroecológica urbana proposta pelo vereador Marquito em 2017. Em meio a essa militância fiquei pensando onde eu poderia ter minha horta, já que meu quintal nos Ingleses é pequeno demais e pouco ensolarado. Então, no verão de 2016, olhei para um terreno baldio dentro da propriedade da amiga jornalista Solange Bittencourt, no Santinho, o qual ela sempre pagava pelo serviço de limpeza e poda da vegetação. Então propus a ela que eu limparia o terreno todo e faria uma horta... propus sociedade nos trabalhos, mas ela não tem saúde e pique para os manejos no solo, plantio e tratos culturais, então ela fica de olho em pragas aplicando produtos biológicos e irrigando a cada dois, três dias, conforme o clima. E assim, surgiu uma grande horta, com grande variedade de alimentos

orgânicos e a produção excedente passei a vender para pessoas amigas, fazendo a colheita, trazendo tudo para minha casa onde lavo tudo e no outro dia, entrego tudo higienizado aos clientes. Em cada canto eu planto é meu lema, e os resultados são qualidade de vida e saúde melhor, compartilhamento de saberes, mudas, sementes, trocas de alimentos e receitas com outros produtores e pessoas em geral.<sup>585</sup>

A narrativa de Genoveva indica para um movimento de pessoas que buscam estar em contato com a terra, que buscam produzir o próprio alimento diante das suas novas moradias e dos espaços da cidade. A trajetória de Genoveva com os espaços produtivos inicia com sua articulação nas hortas comunitárias, a exemplo do seu envolvimento na Horta Alecrim, passa pela sua participação na Rede Semear de agricultura urbana e traz como alternativa às formas de se alimentar da cidade a organização de um quintal produtivo no terreno de uma amiga. Nesse espaço, no balneário do Santinho, um quintal produtivo se estrutura e tem permitido a produção de alimentos para autoconsumo, a produção de mudas, a comercialização de excedentes e, ainda, a troca de sementes, experiências e saberes com outros envolvidos com a agricultura urbana.

No quintal tomado “de empréstimo”, estão novos modos de produção de alimentos, produção sem uso de insumos químicos, estão também as bases de novas formas de consumo, novas formas de se alimentar e de se relacionar com o solo urbano. No lugar das gramas e dos quintais ornamentais, espaço para a produção de alimentos e de plantas medicinais. Os frutos das colheitas também se transformam em receitas que ganham significado na perspectiva de alternativa ao consumo de alimentos industrializados. É, como já foi dito, uma espécie de contraculinária: “contraculinária seria uma alternativa ao consumo de alimentos processados convencionais [...] o uso de grãos integrais, ingredientes não processados e orgânicos.”<sup>586</sup>

Da horta da Genoveva, no quintal da Solange, num pequeno espaço de aproximadamente 500 m<sup>2</sup>, sai uma diversificada produção. Da colheita dessa produção vão surgindo as receitas desta intitulada “contraculinária”: compotas sem conservantes, massas e geleias

---

<sup>585</sup> PENZ, Genoveva. **Quintais produtivos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <+55 48 9117-9972> em 25 jul. 2017 via WhatsApp.

<sup>586</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 72.

artesanais etc. A Figura 63, a Figura 64, a Figura 65 e a Figura 66 mostram as cores e formas da horta da Genoveva feita no quintal da Solange.

Figura 63 – Quintal produtivo no Santinho



Fonte: Acervo de Genoveva Penz (2017)

Figura 64 – Produção de massas artesanais com panes



Fonte: Acervo de Genoveva Penz (2017)

Figura 65 – Quintal produtivo de Solange/Genoveva



Fonte: Acervo de Genoveva Penz (2017)

Figura 66 – Compotas produzidas por Genoveva Penz



Fonte: Acervo de Genoveva Penz (2017)

A questão que pode ser colocada neste ponto dos quintais produtivos vai ao encontro dos novos modos do viver urbano praticados por aqueles e aquelas aqui denominadas de neo-rurais, pessoas que tiveram ou não suas vivências ligadas ao passado rural, mas que, vivendo no tempo presente em meio urbano, buscam reconstruir formas de viver na cidade, com diferentes práticas de ruralidade, agrícolas ou não. Essas práticas vão se transformando em novas maneiras de ocupar os espaços da cidade, de consumir, de lidar com a terra, de se relacionar com o meio e com as pessoas. Permeando todo esse processo, pode-se inferir que a questão maior implicada aqui pode ser vista como novas maneiras de lidar com a crise ambiental e ecológica que já tratamos anteriormente. “O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável aumento demográfico.”<sup>587</sup>

A questão colocada da maneira de viver em relação ao planeta e, em escala menor, em relação à cidade, ao bairro, tem surgido em meio às experiências de migrantes que escolheram Florianópolis para morar. Alguns desses migrantes, egressos de centros mais urbanizados, optaram por morar em lugares onde os sinais do urbano ainda eram bem sutis. Entre esses migrantes, há projetos de vida articulados com a busca de uma

---

<sup>587</sup> GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. p. 8.

almejada qualidade de vida<sup>588</sup> e de construção de estratégias capazes de minimizar a degradação ambiental<sup>589</sup> que a Ilha vivenciou nos últimos 50 anos, decorrente da expansão de um processo acelerado de urbanização.

Na busca dessa almejada “qualidade de vida”, que incluiria estar mais distante dos problemas que atingem os grandes centros urbanos do Brasil, como poluição, trânsito caótico, violência e, ao mesmo tempo, construir “novas formas de viver”, mais conectadas com o meio circundante e na direção de um maior equilíbrio entre humanos e natureza, podem ser explicitadas as experiências do Instituto Çarakura, em Rationes, construídas pelo casal egresso de São Paulo, Ney e Andrea, e a experiência da também migrante paulista Marisa, na Eco Vila São José, na Vargem Grande.

Durante uma saída de campo realizada no Instituto Çarakura em junho de 2017, a proprietária e pedagoga Andrea apresentou a história do Sítio Çarakura entrecruzada às histórias de êxodo rural, que aconteciam em Florianópolis a partir das décadas de 1950 e 1960, e do êxodo urbano, que a partir principalmente da década de 1960 traria para Florianópolis migrantes paulistas, gaúchos, paranaenses, cariocas etc.

Sou Andrea, sou pedagoga, moro aqui a 20 anos no Sítio Çarakura, eu vim de São Paulo, atuo com educação ambiental desde 2002, e apresentando um pouquinho o Sítio Çarakura, a nossa história a gente sempre define a partir da chegada do Nei, que é meu companheiro [...] ele veio a 40 anos atrás de

---

<sup>588</sup> Sobre o conceito de qualidade de vida, Marcelo Lopes de Souza nos diz que: “[...] a qualidade de vida é algo muito mais abrangente. Ela engloba também aquelas coisas que não podem ser simplesmente adquiridas pelos indivíduos no mercado (e, em vários casos, nem sequer podem ser mensuradas, a não ser, eventualmente, em uma escala ordinal), mas que interferem no seu bem-estar. Exemplos são a beleza cênica, a qualidade do ar e a liberdade política.” (SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano...** p. 117.).

<sup>589</sup> Sobre o conceito de degradação ambiental: “[...] a degradação é entendida como o solapamento da qualidade de vida de uma coletividade na esteira dos impactos negativos exercidos sobre o ambiente – que tanto pode ser o “ambiente natural” ou recursos naturais quanto o ambiente construído com seu patrimônio histórico-arquitetônico, seu valor simbólico afetivo etc. –por fenômenos ligados à dinâmica e à lógica do modelo civilizatório e do modo de produção capitalistas. Tais fenômenos são, por exemplo, a industrialização, o aumento da frota de veículos automotores e a deterioração de ambientes naturais ou a destruição do patrimônio histórico-arquitetônico como resultado de empreendimentos imobiliários.” (Ibid., p. 113.).

São Paulo para estudar agronomia, chegou aqui com 19 anos e como estudar agronomia já tinha intenção de trabalhar com a terra e viver num ambiente rural, então ao invés de alugar uma casa perto da Trindade, ele resolveu adquirir uma terra, na época tava tendo o êxodo rural, as pessoas estavam saindo do sítio para ir para a cidade e ele teve a oportunidade de adquirir esta área que era uma área de 15 hectares [...] com a venda de um moto, que era uma moto bem simples [...] até a gente fazendo a documentação do sítio, lá dos antigos moradores, lá de 3 gerações atrás, a gente achou que uma parte do terreno foi trocada por uma produção de banana [...] nesses 40 anos dele aqui [...] ele estabeleceu alguns trabalhos que inspirou a formação do Instituto [...] na época aqui não tinha energia elétrica [...] (informação verbal).<sup>590</sup>

A chegada de Ney a Florianópolis, como relatado na narrativa da Andrea, acontece num dado contexto em que os moradores das áreas mais ao interior da Ilha irão vender suas propriedades. A crise da economia agrícola e portuária entre as décadas de 1930 e 1960 levou muitas famílias a abandonar suas antigas formas de sobrevivência e buscar comercializar suas propriedades. Paralelo a isso, mudanças significativas – a implementação da UFSC em 1956 e de uma série de outros organismos estatais, como a Eletrosul e a Celesc, bem como obras de infraestrutura, como a abertura das rodovias BR-101, BR-470 e BR-116 e da ponte Colombo Salles, ligando a Ilha ao continente – deram novo dinamismo à capital catarinense. Florianópolis tornou-se polo de atração de funcionários públicos, estudantes, professores, operários etc. Para atender a demanda de uma classe média urbana que migrava, a partir dos anos 1970, houve um deslocamento da busca por terras em direção aos balneários, antigos redutos agrícolas e rurais.<sup>591</sup> Ney, um dos articuladores do Instituto Çarakura, migrou de São Paulo, para estudar agronomia e também “com a intenção de trabalhar com a terra e viver num ambiente rural”. Ratonos representava essa possibilidade de morar

---

<sup>590</sup> OLIVEIRA, Andrea. **Apresentação do Instituto Çarakura**. (Espaço de Permacultura, Agrofloresta e Educação Ambiental). [3 jun. 2017]. Interlocutora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3.

<sup>591</sup> Cf. ALVES, Celina M. **Evolução e permanências dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina**. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. f. 91-96.

em um ambiente rural, trabalhar com a terra e, ao mesmo tempo, a uma distância de aproximadamente uns 30 quilômetros, frequentar o curso de agronomia na UFSC.

No endereço eletrônico do Instituto, também é possível acessar o histórico do Sítio Çarakura. Neste, entre as razões indicadas como elementos que motivaram a permanência do então estudante de agronomia no local, vão figurar os desejos de estabelecer novas formas de viver em relação ao ambiente. O trecho abaixo deixa essa motivação bastante evidente:

O desejo de resgatar sua ancestralidade Catarinense, junto a sua vocação natural e habilidades perante o cuidado com a terra, culminaram na aquisição de 15 ha de terras, em outubro de 1978, no Canto do Moreira, Distrito de Ratonés, com 300 metros de frente para o caminho de acesso para a Costa Lagoa até as vertentes do morro. Nesta época, a área era bastante desflorestada e atingida por queimadas em virtude dos intensos cultivos agrícolas. A caça e a extração de palmito eram praticadas de forma indiscriminada. Percy relata que em suas primeiras visitas a região, deparou-se com a caça de macacos, aracuãs, além de tatus e outros animais da fauna silvestre. Impedir a caça indiscriminada da forma como era praticada, foi sua primeira grande dificuldade após adquirir a posse das terras. Na época de aquisição das terras, a nascente que atravessa a propriedade encontrava-se seca e desvitalizada, tendo água acumulada apenas nos períodos de chuva. A busca pela recuperação do espaço natural, bem como estabelecer-se de forma integrada a natureza do lugar, fundamentaram a decisão de Percy em fixar-se neste local, o qual habita já a mais de 30 anos. O intenso trabalho de recuperação da mata ciliar, o trabalho contra a caça, a inibição do uso de “coivara” (queimada do solo) e a edificação de sua morada natural, foram ações fundamentais nos primeiros anos de vivência do então estudante de agronomia, junto a floresta do Rio Ratonés, bioma o qual a propriedade rural encontra-se inserida [...]. Em março de 2007, Ney e sua companheira, a Pedagoga Andrea de Oliveira, junto a mais 20 amigos, fundam o Instituto

ÇaraKura, uma ONG ambientalista, sem fins econômicos, formada por profissionais de diversas áreas, voltada ao desenvolvimento da Pesquisa Científica, Educação Ambiental e Proteção de áreas Naturais, tendo o Sítio ÇaraKura como sede administrativa e unidade experimental em tecnologias sociais.<sup>592</sup>

As buscas pela “recuperação do espaço bem como estabelecer-se de forma integrada com a natureza do lugar” parecem nortear as razões do casal de neo-rurais Ney e Andrea. Essas narrativas embasam uma postura diante do viver urbano que procura estabelecer no contexto citadino práticas que se orientam por projetos que têm como objetivo minimizar os efeitos da degradação do ambiente provocados pela ação antrópica.

Nas palavras da Andrea:

Três aspectos que a gente procura desenvolver aqui e que se integram: é, que são as restaurações e a floresta, né, essa parte de recuperação florestal, a segunda, são as bioconstruções, e construções com uso de materiais naturais e disponíveis e, a terceira, que é o saneamento ecológico [...] então falando um pouquinho dessa primeira casa, quando o Nei precisou fazer a casa, ele viu que o material mais abundante que tinha aqui eram as pedras [...] telha da casa, vidro, tudo veio de material de demolição [...] bem interessante esse arranjo com uso dos materiais locais com a reciclagem com o usos dos materiais antigos. Esse banco que as meninas estavam sentadas [...] é uma técnica que a gente tem aprimorado que se chama calfitice, você estrutura, depois dá a forma com o bambu [...] depois você usa um revestimento com uma massa que leva dez partes de terra, duas partes de cal e uma parte de cimento, a gente usa o cimento, porém é um uso ético.<sup>593</sup>

---

<sup>592</sup> INSTITUTO ÇARAKURA. **Nossa História**. [2016]. Disponível em: <<http://www.institutocarakura.org.br/index.php?mod=pagina&id=8419>>. Acesso em: 8 out. 2017.

<sup>593</sup> OLIVEIRA, Andrea. Apresentação do Instituto Çarakura.

A narrativa de Andrea deixa clara uma preocupação em ocupar o ambiente de maneira a estabelecer uma relação que possa causar o menor impacto possível sobre o ecossistema local. As ações do Instituto Çarakura são, de acordo com Andrea, pautadas nos princípios da permacultura: “[...] a gente usa bastante como uma referência a permacultura [...] ela associa o conhecimento antigo com o conhecimento moderno, né, a serviço de que a gente possa ter [...] uma forma de vida que seja mais sustentável.”<sup>594</sup>

A permacultura como prática agroecológica pode ser entendida como algo que busca unir os conhecimentos das práticas agrícolas ancestrais com os conhecimentos de práticas modernas pautadas em diferentes áreas do conhecimento, como agronomia, engenharia, arquitetura, ciências sociais.<sup>595</sup> As técnicas de construção citadas pela pedagoga e educadora ambiental do Instituto Çarakura, ancoradas nas técnicas da permacultura, nos apresentam uma preocupação em ocupar um espaço urbano, onde já houve uma degradação ambiental precedente, e tem-se agora por objetivo a restauração dessas áreas degradadas e o estabelecimento de formas mais equilibradas de sobreviver nesse ambiente. Essa preocupação está bastante presente nas diferentes formas de se relacionar com o ambiente desses homens e mulheres que estão sendo pensadas como neo-rurais. A Figura 67, a Figura 68 e a Figura 69 dão uma noção dos materiais empregados nas construções do Çarakura. A Figura 67 apresenta a casa-sede do Instituto, com destaque para o uso das pedras. Como mencionado na narrativa da Andrea, era o material mais abundante no local na época da construção. O caráter lúdico apresentado na Figura 68 e na Figura 69 tem como justificativa o fato de o espaço receber grupos de crianças para dinâmicas de educação ambiental.

---

<sup>594</sup> OLIVEIRA, Andrea. Apresentação do Instituto Çarakura.

<sup>595</sup> Cf. THEODORO, Suzi; H.; DUARTE, Laura G.; ROCHA, Eduardo L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; VIANA, João N. (Org.). **Agroecologia...** p. 29.

Figura 67 – Foto da casa/sede do Instituto Çarakura em Ratonés



Fonte: Acervo da autora (2017)

Figura 68 – Banco construído com a técnica da calfitice no Instituto Çarakura



Fonte: Acervo da autora (2017)

Figura 69 – Foto do banheiro seco construído no formato da ave saracura



Fonte: Acervo da autora (2017)

A preocupação com a questão da sustentabilidade, da sobrevivência no ambiente de forma a estar mais próximo da natureza e, ao mesmo tempo, vivendo em uma área urbana, trouxeram para Florianópolis a família da Marisa Prudêncio. Vindos de São Paulo em 1992, primeiro se fixaram no Campeche, onde a bióloga fundou uma ONG chamada Pau Campeche, voltada para a produção de mudas nativas e que teve a duração de 13 anos. Em seguida, acreditando que o Campeche

estava “ficando muito cheio”<sup>596</sup>, a bióloga resolveu se mudar para a Vargem Grande, comprando os direitos de uso de um terreno pertencente à Associação Ambientalista Comunitária e Espiritualista Patriarca São José (ACEPSJ).<sup>597</sup>

De acordo com a narrativa da bióloga Marisa, a formação da chamada Ecovila São José teve suas bases assentadas no desejo de formação de uma comunidade que pudesse viver mais próximo da natureza e de forma “ecologicamente correta.”<sup>598</sup> Nas palavras de Marisa:

[...] a ecovila começou com um grupo de pessoas, de famílias, outras pessoas solteiras que tinham a intenção de morar numa área mais próxima da natureza e de uma forma autossustentável, ecologicamente correta, para morar numa ocupação mais harmoniosa, eram todas pessoas urbanas, não tinha um agricultor, eram todos urbanos né, então isso fez muita diferença, faz ainda [...] as pessoas não tinham essa coisa voltada para a terra [...] eram urbanos, pessoas que vivem na cidade não tem essa ligação com a terra assim

---

<sup>596</sup> PRUDÊNCIO, Marisa. **Entrevista**. [1º jul. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Bióloga – Ecovila São José).

<sup>597</sup> Ibid.

<sup>598</sup> De acordo com Marisa Prudêncio, o que une as pessoas na comunidade da Ecovila São José, criada na Vargem Grande em 1987, é a doutrina do Santo Daime. Os princípios que a estruturaram estão vinculados a uma vertente da doutrina criada pelo padrinho Sebastião. Este teria iniciado uma comunidade no Amazonas, onde um dos princípios básicos era o estabelecimento de uma relação harmoniosa da comunidade com o ambiente. A comunidade da Vargem Grande teria sido estruturada nos mesmos parâmetros. De acordo com folheto disponível na sede da Ecovila, esta tem como missão: “possibilitar o desenvolvimento humano integral, por meio do autoconhecimento e da prática da vida solidária, em harmonia com o meio ambiente.” (Folheto Ecovila Céu do Patriarca. Acervo da autora.). Cabe destacar que não é intenção deste trabalho fazer uma análise das comunidades criadas a partir dos elementos da doutrina do Santo Daime. Este trabalho trouxe como exemplo um projeto de uma família, egressa de um meio fortemente urbanizado, que no presente momento da entrevista (2017) vivia numa comunidade da Ecovila e estava se dedicando a desenvolver o plantio de mudas de palmeira juçara com vistas à recuperação de uma área de encosta e Mata Atlântica, bastante afetada no século passado com os cultivos de mandioca e cana-de-açúcar.

natural [...] não é aquela coisa do dia a dia que é do agricultor, mas tem a intenção de sustentabilidade [...] (informação verbal).<sup>599</sup>

Não somente a família da bióloga Marisa é egressa de um meio urbano, mas segundo esta, uma grande maioria dos moradores da Ecovila são egressos de uma vida urbana. Estes vêm de espaços urbanos para estabelecer moradia também em uma cidade, porém ocupando uma região onde os elementos da dita vida urbana ainda estão colocados de forma sutil. A Ecovila foi configurada em uma área de Mata Atlântica, o acesso ainda se dá por uma estrada não asfaltada, e as casas são construídas em meio à mata. Esses migrantes, embora não fossem agricultores, tinham “a intenção da sustentabilidade”<sup>600</sup>. Já foi mencionada anteriormente a preocupação dos neo-rurais com a questão da “sustentabilidade”, ou, pode-se inferir, com os discursos da “sustentabilidade”. Ainda que essa palavra, sozinha ou conjugada com o substantivo “desenvolvimento” tenha sido alvo de muitas críticas, cabe destacar que os desafios colocados pela crise ambiental do presente podem dar a determinadas práticas diante da vida urbana um caráter transformador.

Nesse movimento de buscar uma vida mais “sustentável”, a bióloga Marisa criou um projeto com objetivo de recuperar áreas degradadas na região da Ecovila e, ao mesmo tempo, servir de possibilidade de complementação de renda para moradores do local.

[...] a gente fez um projeto, então em 2010 foi aprovado no Ministério da Justiça [...] para o plantio de 50 mil mudas de Palmeira Juçara, conseguimos aprovar esse projeto, plantamos as 50 mil contadinhas e um pouco mais, com a intenção de produção de açaí da Juçara, não para a extração de palmito [...] as pessoas aqui vivem com uma certa dificuldade, pensando nos associados [...] muitas pessoas precisam trabalhar, não tem profissão exata, é uma coisa que vai contribuir com a renda das famílias [...] (informação verbal).<sup>601</sup>

---

<sup>599</sup> PRUDÊNCIO, Marisa. **Entrevista.**

<sup>600</sup> Ibid.

<sup>601</sup> Ibid.

O projeto<sup>602</sup> de plantio da palmeira juçara, aprovado pelo Ministério da Justiça, cumpriria, segundo Marisa, este duplo papel: reflorestar uma área que estava degradada e servir de possibilidade de renda para os moradores da Associação.

A bióloga Marisa trouxe para o rural – que passou a habitar – questões que discutia no espaço da academia, no centro urbano de onde ela veio. São as “urbanidades” que chegam com os neo-rurais. Rua nos diz que as “urbanidades” podem ser constituídas por uma enorme gama de manifestações, que podem ser de ordem simbólica, como valores predominantes nas cidades – a moda, a estética de feições urbanas –, mas também, inclui aspectos de ordem material, como melhorias na infraestrutura, segunda residência, turismo, o uso de bens de consumo coletivos, novas relações de trabalho etc.<sup>603</sup>

Entre as “urbanidades” mencionadas por Rua, está o turismo. Muitos migrantes do êxodo urbano que vieram para Florianópolis procuraram os espaços mais ao interior, com fortes características ainda rurais, para viver e estabelecer formas de desenvolver projetos rentáveis, tendo o rural como matéria-prima.

O movimento que ganhou força em Florianópolis a partir de 1970 e nas décadas posteriores se expandiu, divulgando uma imagem de “vocaç o turística para Florianópolis”, e foi um processo que tinha como principal mote a exuberância da natureza e as mais de 40 praias desta Ilha. De forma bastante significativa, as propagandas eram para um turismo sazonal, nos meses de temperaturas mais elevadas que pudessem dar aos turistas a possibilidade de estar em contato com o mar. Era um turismo de

---

<sup>602</sup> “O palmeira-juçara (*Euterpe edulis*)   uma das espécies florestais com maior densidade populacional dentro da Mata Atlântica. Por ser o palmito um alimento de sabor peculiar e um produto de elevado valor econômico sofreu, ao longo do século XX, uma expressiva redu o de sua área de ocorrência, por conta de uma explora o predatória. Ao longo da década de 70 a explora o tornou-se intensa, com o corte de matizes e plantas jovens. [...] O projeto “Palmeira Juçara – um alimento da floresta” viabiliza o plantio de 50.000 mudas de palmeira-juçara em uma área de 10 hectares de mata atlântica em regenera o na Ilha de Santa Catarina. Desta maneira, contribuiu-se para a conserva o da diversidade genética desta espécie; implementa-se uma fonte de alimento para a fauna silvestre e desenvolve-se uma fonte de renda comunitária com a futura extra o do a a .” (Folheto Palmeira-juçara: um alimento da floresta. Acervo da autora.).

<sup>603</sup> Cf. RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra. In: FERREIRA, Alvaro et al. **Metropoliza o do espaço territorial e rela oes urbano-rurais**. p. 384.

praia. Lisete de Oliveira fala sobre a expansão do turismo balneário a partir da década de 1970 em Florianópolis vinculado à exaltação das “belezas naturais”:

A ilha passa a ser citada por sua natureza exuberante, por seu relevo variado e acidentado, por suas praias de águas mornas, por sua paisagem natural e referida como fatos de identidade da cidade. A região sul, o estado e a própria cidade voltaram seus olhos para os sítios à beira-mar de privilegiada e rara beleza.<sup>604</sup>

O turismo propagandeado nesse período, entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, era fortemente articulado com a valorização da natureza, do litoral, das praias e do banho de mar. O turismo de praia foi e ainda é muito forte. Esse debate em torno do rural nas duas últimas décadas em Florianópolis também abriu espaço para a emergência do chamado turismo rural.

Como já discutido neste texto, as duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas pelos debates em torno da elaboração de um novo plano diretor para a cidade. Este, já bastante mencionado anteriormente, supervalorizava uma Florianópolis urbana, as áreas rurais eram colocadas como áreas de transição para um futuro urbano. Em meio a um quadro complexo de disputas, algumas comunidades, a exemplo de Ratonés, Rio Vermelho e Santo Antônio de Lisboa, construíram de diferentes maneiras formas de reivindicar a permanência do rural em seus territórios. O Distrito de Ratonés, através da sua associação de moradores, além de se organizar durante as audiências para o plano diretor, reivindicando a manutenção da característica rural para o referido Distrito, organizou-se em torno do movimento para que o projeto que buscava construir um aeroporto em Ratonés não se concretizasse. Em meio à reunião da associação de moradores, surgiu um movimento que acabou por fazer uso de uma expressão que foi criada por uma moradora. A expressão “Ratonés Rural”, criada por uma moradora local em meio às articulações de organização para a audiência pública de consulta a respeito da construção do aeroporto em Ratonés, acabou personalizada em um adesivo, vendido na feira local e usado como bandeira para a manutenção do rural para o

---

<sup>604</sup> OLIVEIRA, Lisete Assen de. **Formas de vir-a-ser cidade**: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina. 1999. 243 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. f. 60.

bairro. Este mesmo adesivo, foi (é) comercializado na feira local, a Ratonarte, de acordo com a narrativa de Juliana Justo Conceição, uma bióloga egressa de Porto Alegre, que desde 2014 mora no bairro de Ratoões e foi uma das articuladoras da Chácara Clara Noite de Sol. Essa chácara é um espaço destinado à produção de alimentos, à produção de mudas, geleias, sal temperado, biofertilizantes orgânicos, todos estes vendidos nas feiras locais, e, também, espaço de oficinas de botânica, alimentação e educação ambiental e, ainda, em projetos futuros, espaço dedicado ao turismo rural.

Sobre a bandeira da ruralidade, expressa na criação de um adesivo, a bióloga Juliana Conceição explica:

Agora a gente tá usando muito a expressão “Ratoões Rural” [...] a ideia do jargão Ratoões Rural na verdade surgiu em um dia em que a gente tava se preparando para a audiência pública que teve aqui no bairro justamente contra o aeroporto. [...] essa notícia de construção do aeroporto chegou no bairro no final do ano passado [...] aí o bairro de primeiro não, ninguém quis, querer, a grande maioria não quis, tinha gente que achava bom [...] no final do ano, no dia da audiência pública que teve a consulta a comunidade sobre o aeroporto, a gente tava fazendo faixas, camisetas né, pra ir em peso, aí uma amiga, que é vizinha aqui, a Aurora, ela falou: - não tem que ser, o Ratoões, é rural, Ratoões Rural, Ratoões Rural. Aí pegou. Ratoões rural soou bem. Aí fizemos estêncil, fizemos plaquinha, faixa [...] e aí pegou, todo mundo tá usando, fizemos adesivo, colocamos nos carros, estamos vendendo na feira o adesivo Ratoões Rural, criamos uma marca assim [...] aí a Lê como é designer, criou um designer para isso [...], o pessoal do bairro tá comprando, colocando nos carros né, usando assim como bandeira de manter o Ratoões Rural. Agora não tenho noção [...] de como usar isso para que o Ratoões se mantenha rural (informação verbal).<sup>605</sup>

---

<sup>605</sup> CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista.**

A Figura 70 traz a fotografia do adesivo comercializado na Ratonarte. A arte gráfica foi feita pela *designer* – e também uma das articuladoras da Chácara Clara Noite de Sol – Leilen Olimos.

Figura 70 – Fotografia do adesivo Ratonos Rural, produzido por Leilen Olimos



Fonte: Facebook<sup>606</sup> (2017)

Esse debate sobre a ruralidade é crucial para que se possa almejar uma Florianópolis mais plural, onde o rural e o urbano possam, de fato, fazer parte do grande mosaico que expressa as diferentes práticas nos diferentes territórios presentes na Ilha de Santa Catarina. Essa discussão já foi tratada anteriormente, sobretudo no que diz respeito ao fato de que Ratonos representou um distrito onde esse debate foi bastante tenso e mostrou a complexidade da questão e as fissuras desse movimento que tenta vender uma Florianópolis urbana, tecnológica e turística. O movimento em torno da manutenção do rural para o Distrito de Ratonos deixou claro que a pretensão de um projeto homogêneo, único para

<sup>606</sup> ADESIVO Ratonos Rural. 1 fotografia. **Facebook**, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/justojuliana?fref=nf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

Florianópolis, é algo presente apenas nas mesas de projetos de alguns grupos, interessados na especulação imobiliária, na mercantilização da cidade e no lucro a despeito de qualquer coisa.

Esse movimento em torno do rural e também do turismo rural também tem seus vínculos com o fenômeno da neo-ruralidade. Não apenas não é possível afirmar que somente os neo-rurais vão se dedicar ao turismo rural, muitos antigos moradores também farão parte desse contexto. De qualquer forma, os neo-rurais apareceram nesta pesquisa também vinculados ao turismo rural.

A narrativa da bióloga Juliana Conceição permite adentrar no universo do que está sendo discutido enquanto fenômeno da neo-ruralidade.

Eu nasci em esteio, Rio Grande do Sul, cidade da Expointer, cresci acompanhando essas feiras rurais, de máquinas [...] mas isso nunca foi minha realidade de vida, meus pais não eram, não são agricultores, são urbanos, mas os dois vieram de famílias que vieram do meio rural mas que não tinham isso como profissão [...] com seis anos fui morar em Porto Alegre, uma vida bem urbana, apartamento, estudei, depois na faculdade estudei biologia [...] mas sempre soube que eu ia me formar e não ia ficar ali, não me sentia parte de Porto Alegre [...] o que eu pensava como futuro era Florianópolis. [...] cheguei a começar a trabalhar em Porto Alegre, trabalhei com consultoria ambiental por cinco meses [...] odiei, odiei o trabalho [...] fiquei doente, fisicamente doente [...] eu sabia que era um descontentamento com a vida, tinha um emprego [...] poderia crescer com a empresa, mas não me enchia o peito aquilo ali [...] (informação verbal).<sup>607</sup>

Insatisfeita com o trabalho e a vida no centro de Porto Alegre, Juliana veio morar na casa de praia da mãe, na Guarda do Embaú, dali uma oportunidade de trabalho no Costão do Santinho a trouxe para Florianópolis, o lugar que ela projetava como “futuro”.

Desde 2014 ela mora em Ratoles, em um sítio que pertence a um casal egresso da Argentina. Foi nesse terreno de aproximadamente 4 mil

---

<sup>607</sup> CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista.**

m<sup>2</sup> que a bióloga Juliana Conceição e a *designer* Leslie Olimos constituíram a Chácara Clara Noite de Sol.

A Chácara Clara Noite de Sol é um espaço situado num terreno sediado no Distrito do Ratoles que, através do trabalho de suas articuladoras, tem se dedicado a produzir alimentos para consumo dos moradores, mas também produz mudas, sedia eventos de culinária e orientações sobre cultivos de pangs e plantas medicinais, produz biofertilizante orgânico, que, juntamente com sal temperado e geleias produzidas com matéria-prima local, tem como destino as feiras da região.

Inicialmente o cultivo de alimentos feito no local tinha apenas a intenção de suprir as necessidades de consumo local. Com o tempo, a produção dos excedentes tornou-se uma possibilidade concreta de transformar o trabalho feito naquele espaço em algo com rentabilidade. Viver no sítio e do sítio foi se tornando algo concreto.

Nas palavras de Juliana Conceição:

Originalmente a gente não pensou nada, a gente sabia que a gente queria plantar para ter pelo menos o básico de nosso sustento, e assim cada dia vai acontecendo uma coisa a mais, vai ganhando uma muda de um, uma muda de outro e a minha vontade de plantar só aumentava, só aumenta, cada dia mais, então, em princípio, era plantar para a gente comer [...] a gente precisa de mais [...] precisa de produtos que a gente não pode tirar da terra, então a gente começou a criar produtos [...] como a gente não pode plantar no terreno inteiro, nem temos força pra isso, nem podemos porque o terreno não é nosso, então a gente começou a fazer mudas em vasos [...] aí a gente começou a ver que existe uma demanda, as pessoas querem plantas novas, as pessoas querem se alimentar bem, são plantas que não tem em floriculturas, então a gente começou a plantar elas em vasos [...] e fornecer isso para ter um retorno financeiro [...] aí a gente foi criando outros produtos, tipo sal temperado [...] criamos uma embalagem, começamos a levar na feira, foi um sucesso. [...] as frutas... a gente faz geleia pra

nós e geleia pra vender, os chás, a mesma coisa [...] (informação verbal).<sup>608</sup>

A Figura 71, a Figura 72 e a Figura 73 permitem visualizar um pouco do espaço de produção da Chácara Clara Noite de Sol, bem como alguns dos produtos ali feitos com destino para o comércio local.

Figura 71 – Fotografia de canteiro de mudas na Chácara Clara Noite de Sol



Fonte: Acervo da autora (2017)

---

<sup>608</sup> CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista.**

Figura 72 – Fotografia de sabão ecológico produzido na Chácara Clara Noite de Sol



Fonte: Facebook<sup>609</sup> ([2017])

<sup>609</sup> SABÃO ecológico produzido na Chácara Clara Noite de Sol. 1 fotografia. In: CHÁCARA CLARA NOITE DE SOL. Facebook, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Figura 73 – Fotografia de produtos da Chácara Clara Noite de Sol expostos na feira Canto da Ilha



Fonte: Facebook<sup>610</sup> ([2017])

Além da produção para subsistência, das oficinas e das vendas do excedente, Juliana Conceição falou, durante a entrevista realizada para esta pesquisa, sobre a intenção de tornar a Chácara Clara Noite de Sol, num futuro próximo, um espaço dedicado ao turismo rural. Essa questão do rural e da valorização das práticas de ruralidade estarão inseridas no contexto de construção de experiências ligadas ao turismo rural. Nesse caso, o rural está vinculado a atividades ligadas ao universo da pluriatividade, práticas não necessariamente ligadas à agricultura, que vão desde a estadia em sítios ou chácaras, passando por festas ou visitação em engenhos, passeios a cavalo, participação em oficinas voltadas para o conhecimento de plantas e para o desenvolvimento de receitas embasadas em cultivos de plantas não tradicionalmente conhecidas, a exemplo das pancs. A história da Chácara Clara Noite de Sol traz à cena as experiências de duas migrantes, a bióloga Juliana e a *designer* Leslie, que

<sup>610</sup> PRODUTOS da Chácara Clara Noite de Sol expostos na feira Canto da Ilha. 1 fotografia. In: CHÁCARA CLARA NOITE DE SOL. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

criaram oficinas dentro da Chácara com base nos conhecimentos trazidos das suas vivências urbanas, são as “urbanidades no rural”. São conhecimentos que foram experimentados, em parte, dentro de universidades e que, neste momento, são transformados em práticas e vivências dentro de um espaço rural.

De acordo com Juliana Conceição, existe, neste momento, no segundo semestre de 2017, uma articulação entre alguns moradores do Distrito, interessados em organizar um circuito destinado a receber turistas dentro da dinâmica do turismo rural. Ou seja, as pessoas se hospedariam nos sítios da região, vivenciariam um contato com a natureza, fariam refeições produzidas no local com alimentos colhidos também nas chácaras e nos arredores, fariam passeios a cavalo, visitariam engenhos de farinha etc. Em outras palavras, estariam em contato com as ruralidades do lugar.

[...] uma outra novidade [...] a gente tá querendo trazer, fomentar aqui no bairro, um roteiro do tipo acolhida na colônia, que é um roteiro de turismo, de turismo rural, turismo ecológico, turismo sustentável, turismo de experiência, vários conceitos né, mas esse turismo que traz pessoas interessadas em aprender, estar na natureza, em curtir uma Floripa que não é só praia né, não é só extravasar [...] e ficar lá torrando na beira da praia, no mar, tem um turista que quer pedalar, quer fazer uma trilha, quer conhecer um engenho, desativado né, que é o que hoje tem aqui no bairro, que quer conhecer sítios de agricultura orgânica, existe esse público né, que quer passar férias e quer também conhecer coisas diferentes além do mar. Então se espelhando nessa iniciativa da Acolhida na Colônia, a gente tá fomentando aqui no bairro, entre algumas pessoas assim, de criar um realmente roteiros turísticos, aqui, assim, para fortalecer esse Ratonas rural. Então, a gente tá construindo aqui na Chácara um quarto para receber grupos de até 6 pessoas, o quarto tipo hostel [...] na feira vem pessoas de fora [...] aí eles sempre falam: — aí eu não sabia que tinha um bairro assim em Floripa,

you enter here and feel like it's another world [...] (verbal information).<sup>611</sup>

Esse desejo expresso na narrativa de Conceição aponta uma vontade de pensar no turismo a partir da questão da valorização das ruralidades. É interessante observar que o movimento em torno da construção de uma “vocalização turística” para Florianópolis, ao mesmo tempo que esteve atrelado a um pensamento que valorizava a “contemplação” da natureza como um excelente negócio, promoveu ações no sentido de modernização da cidade. Isso implicou variadas práticas com objetivo de “apagar” as marcas de um passado “provinciano e rural”. Essa valorização da “vocalização turística” acontece em meio a um contexto que buscava reafirmar a posição de Florianópolis como capital. Sendo assim, parecia condição fundamental, nesse ínterim, um processo de modernização que incluiria grandes transformações.

Assis nos fala sobre esse processo:

O estabelecimento do turismo na Ilha, nos anos 80, mesmo respaldado pela apropriação que se fez do discurso ecológico, ocasionou inúmeros impactos sócio-ambientais. Os planos políticos para a cidade, desde o final dos anos 60 [...] concretizaram diversas transformações no cenário ilhéu, alcançando o desejo de transformar a calma e “pacata” Florianópolis em capital do turismo, em destino obrigatório para os mantes da mata atlântica e das praias da Ilha. [...] O objetivo foi, colocar Florianópolis positivamente no cenário nacional, e mesmo internacional, consolidando sua posição de capital. Afastou-se por definitivo o medo da perda de seu status, além da imagem de uma cidade “atrasada”.<sup>612</sup>

Ao mesmo tempo que se preconiza uma valorização de um turismo ligado ao mar e às belezas de uma exuberante natureza, defendia-se a abertura de avenidas, novas construções, mudanças na infraestrutura, enfim, um movimento em prol da modernização de Florianópolis. Esse movimento não só trouxe alterações físicas, mas também econômicas, sociais e culturais para aquelas regiões que se tornaram alvo da expansão

<sup>611</sup> CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista.**

<sup>612</sup> ASSIS, Leonora Portela de. Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística. f. 53-54.

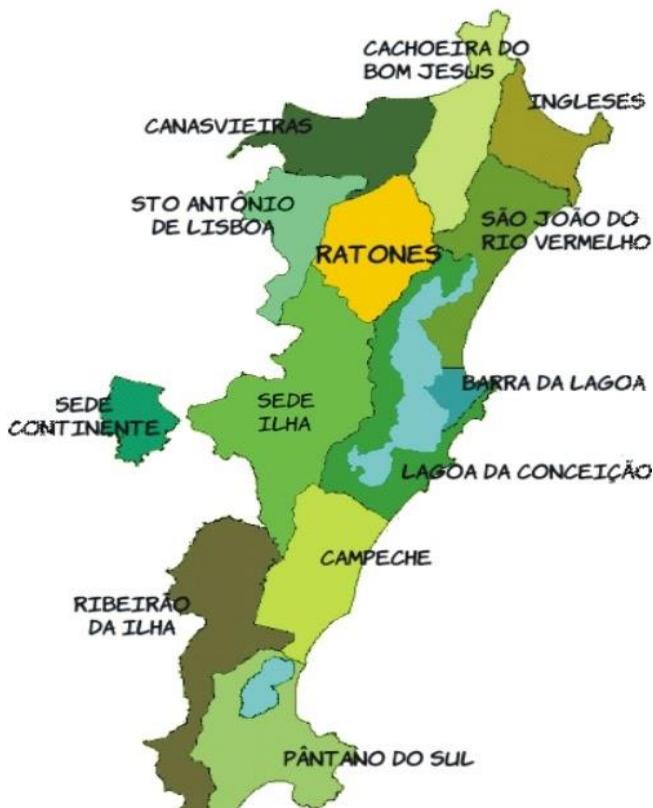
turística e modernizadora. Sem dúvida, o rural representava um “atraso” nesse cenário. Antes mesmo desse período, já na década de 1950, “para os agentes da modernização de Florianópolis, a cidade deveria avançar sobre sua parcela rural para crescer e modernizar-se.”<sup>613</sup> Esse movimento em torno do turismo rural aparece como algo que busca valorizar as ruralidades em meio urbano. Em meio a tantas disputas políticas envolvendo o rural e o urbano na configuração de Florianópolis a partir do novo plano diretor, as tentativas de articulação de um turismo rural parecem se constituir como polos dinâmicos que exibem as singularidades de uma cidade tão plural. Ratonos, em especial, é um distrito não banhado pelo mar. Banhado pela Bacia do Rio Ratonos, constituiu-se historicamente como espaço de produção agrícola, pecuarista e pesqueira. Atualmente, continua sendo um espaço de atividades agrícolas, pastoris e ligadas à pesca, mas sobretudo vem experimentando uma reconfiguração de suas práticas através da expansão dos cultivos orgânicos, das experiências de agroecologia e educação ambiental e do recente movimento de articulação em torno de um turismo assentado em ruralidades.

O Mapa 11 ilustra o Distrito de Ratonos inscrito no mapa de Florianópolis, e a Figura 74 e a Figura 75 ajudam a visualizar o espaço da Chácara Clara Noite de Sol, pensado para ser utilizado como moradia temporária de turistas e visitantes.

---

<sup>613</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**... f. 307.

Mapa 11 – Representação do mapa de Florianópolis, com destaque para a divisão dos distritos



Fonte: AMORA<sup>614</sup> (2008)

---

<sup>614</sup> DISTRITOS de Florianópolis. In: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RATONES (AMORA). **Ratones**. 4 ago. 2008. Disponível em: <<http://amoratones.blogspot.com.br/2008/08/ratones.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Figura 74 – Fotografia da Chácara Clara Noite de Sol (1)



Fonte: Acervo da autora (2017)

Figura 75 – Fotografia da Chácara Clara Noite de Sol (2)



Fonte: Facebook<sup>615</sup> ([2017])

Ratones, como já foi dito, é espaço de múltiplas práticas de ruralidades. Para muitos migrantes que vieram para Florianópolis à procura de uma cidade onde ainda fosse possível estar em meio rural, porém, dentro de uma cidade, Ratones torna-se acolhida para muitos. Além de Juliana e Leslie, articuladoras da Chácara Clara Noite de Sol, Ratones também foi espaço para que a migrante Sônia Jendiroba organizasse um espaço de produção de orgânicos e sede de eventos festivos/gastronômicos. Migrante de São Paulo, a chef de cozinha está há 12 anos produzindo no sítio da irmã. Jendiroba também acredita que Ratones tem suas peculiaridades e deveria ser alvo de investimentos voltados para o turismo rural. Sobre sua vinda para Florianópolis:

Meu pai sempre gostou muito, sempre teve sítio [...] na Vargem Grande, aqui em Ratones, na SC 401, sítio São Luís, então meu pai veio do interior de São Paulo, mexeu sempre muito com cavalo

<sup>615</sup> CLARA NOITE DE SOL. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

[...] eu sempre gostei dessa coisa da área rural, enquanto a minha mãe é absolutamente urbana, eu sou rural, e quando eu resolvi que ia parar com essa coisa de restaurante, eu resolvi morar no sítio, e resolvi vir para cá, a primeira coisa que eu fiz foi uma hortinha [...] eu tinha restaurante, sou chef de cozinha, faço eventos a 30 anos [...] eu mexo com alimentação e aí a tendência também de você ter um produto para cozinhar (informação verbal).<sup>616</sup>

O desejo de “morar no sítio” e produzir o alimento que utilizaria nas suas receitas motivou Sônia Jendiroba a organizar o Espaço Pergalê, que hoje recebe eventos como casamentos e aniversários. Nesse espaço, toda a comida servida tem como matéria-prima os produtos colhidos da produção do local. Em grande medida a renda do Espaço Pergalê vem das cestas de orgânicos fornecidas ao mercado local, algo que será discutido no último item deste capítulo. Hoje, como agricultora e promotora de eventos, Sônia também acredita que Ratonos tem as características para se tornar um espaço voltado ao turismo rural. Jendiroba afirma que:

[...] é uma Ilha turística, porque não ter turismo rural que visite, as pessoas vêm e nem passam por Ratonos [...] Ratonos tem tanta coisa linda, então essa visão de aproveitamento daquilo que nós temos, mas eu acho que o que a gente faz é (pausa com silêncio), é um envolvimento social consciente, a gente não tá plantando só por plantar, não tá plantando só para ganhar dinheiro [...] (informação verbal).<sup>617</sup>

Aqui, o rural se transforma em possibilidade de renda através da produção de orgânicos, da promoção de eventos e de projetos futuros vinculados ao turismo rural.

Os neo-rurais permitem, através das diferentes relações que estes estabelecem com o rural e o urbano, vislumbrar quanto as fronteiras imaginadas para estes são construídas e frágeis. São fronteiras borradas. Aqui, as urbanidades trazidas pelos migrantes promovem ruralidades ressignificadas sem, no entanto, levar ao desaparecimento do rural.

---

<sup>616</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista**. [24 set. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (*Chef* de cozinha, produtora de orgânicos).

<sup>617</sup> *Ibid.*

### 5.3 AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E MERCADO: PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS E SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA FLORIANÓPOLIS URBANA

Um terceiro movimento foca suas ações em novas maneiras de produzir o alimento, em diferentes escalas, na posição de quintais produtivos, com vistas a trocas ou consumo próprio, até empresas estruturadas baseadas na agricultura familiar que produzem orgânicos para atender a demanda de um mercado em expansão. O município tem um grupo de produtores de orgânicos certificados através do processo de certificação participativa, o grupo Ilha Meimbipe, que tem buscado ampliar seus espaços de atuação no mercado local e regional. Por fim, Florianópolis também apresenta sistemas agrícolas que têm seus princípios ancorados nos princípios agroflorestais, como o Sítio Flor Bela situado no Sertão do Peri, e o Sítio Flor de Ouro, com endereço no Ratonés.

Tornar-se produtor de orgânicos em uma cidade que caminha para extinguir o macrozoneamento rural é algo a ser problematizado. Quais as motivações e as dificuldades enfrentadas por aqueles que tem buscado fazer do trabalho na terra um negócio capaz de garantir renda para as famílias envolvidas em um município que é prioritariamente urbano e cujo órgão de fomento, a Epagri, é um órgão que financia projetos de extensão rural? Por que a expressiva maioria dos agricultores da Ilha não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)? Como permanecer ou se tornar produtor tendo que arcar, muitas vezes, com uma dupla tributação (ITR e IPTU)? Quais as implicações de produzir em uma Ilha cuja legislação determina a proibição de cultivos em áreas localizadas em APPs ou em UCs? E, por fim, quais as implicações de desenvolver práticas agrícolas em um ambiente insular que já teve, num passado recente, seus ecossistemas bastante alterados devido a essa mesma atividade?

O debate que envolve agricultura em Florianópolis precisa estar em consonância – além dos aspectos mencionados, relativos aos impostos e ao zoneamento do solo – com o fato de estar o município sediado em uma Ilha<sup>618</sup>. A condição insular exige um olhar atento em relação ao processo de ocupação dos diferentes espaços da Ilha. Almir Reis diz que:

---

<sup>618</sup> “[...] Afastada da costa por uma distância de até 5 km, com 424,4 km, a Ilha desenvolve-se entre as latitudes 27 22 e 27 50, paralelamente ao litoral, com eixo longitudinal que mede aproximadamente 55 km na direção N-S. É separada do continente pelas Baías Norte e Sul. [...] A proximidade com o

A condição insular estabelece limites geográficos e grandes fragilidades ambientais. A comparação entre o desenvolvimento demográfico e a análise da legislação urbanística da cidade, tem mostrado o quanto as previsões do crescimento realizadas até o momento tem ficado aquém do que vem acontecendo. [...] A continuidade do crescimento demográfico do município de Florianópolis, nos mesmos índices verificados na última década, levaria a cidade a dobrar sua população em cerca de 20 anos. Com uma taxa de crescimento geométrico de 8,80%, os índices de crescimento do interior insular são ainda maiores: a população dobraria a cada 8 anos. [...] Esses dados, o caráter insular e as fragilidades ambientais do sítio tornam extremamente importante a discussão da intensidade de ocupação que a Ilha de Santa Catarina pode suportar, bem como dos instrumentos urbanísticos e legislativos necessários à manutenção desses limites.<sup>619</sup>

Dentre os fatores considerados que tiveram impacto sobre as alterações ambientais sofridas na Ilha, além do parcelamento do solo para implementação de condomínios e empreendimentos, cabe destacar também as práticas de agricultura. As práticas agrícolas desenvolvidas em diferentes lugares da Ilha promoveram alterações ambientais e impactos nos ecossistemas. “Os dois ecossistemas insulares mais impactados pela

---

continente permite considera-la uma Ilha continental, configurada por uma imensa variedade de acidentes geográficos: praias, rios, morros, dunas, promontórios, lagos, ilhas. [...] Ao sul temos as maiores altitudes, que atingem seu ponto máximo no Morro do Ribeirão (519 m). [...] A Mata Atlântica desenvolveu-se junto às encostas dos morros. Nas áreas planas e de solo arenoso desenvolveu-se uma vegetação de restinga formada, principalmente, por arbustos e ervas. O manguezal tem seu limite austral no litoral catarinense, localizaram-se nas margens das baías e nas desembocaduras dos principais rios. Somam-se a estes ambientes, campos de dunas, costões rochosos, baías, ambientes lacunares. A concentração, em área bastante pequena, de tal diversidade de ambientes e habitats para a fauna, a flora e o homem é, certamente, a maior em todo o Estado de Santa Catarina e, de certa forma, sintetiza, muitas das características ambientais de todo o seu litoral.” (REIS, Almir Francisco. Preservação ambiental no contexto urbano... p. 47-49.).

<sup>619</sup> Ibid., p. 54-55.

ocupação colonial foram a mata Atlântica e as restingas, a partir da necessidade de solos para a agricultura.”<sup>620</sup>

É nos debates contemporâneos<sup>621</sup> que são pensadas as possibilidades de praticar agricultura na cidade, dentro de preceitos já discutidos neste texto, como a agroecologia. Nestes estão inseridas as experiências de agricultura na Ilha, que no momento atual se dedicam a produzir para além do consumo familiar e buscam na agricultura uma fonte de renda que seja capaz de sustentar o núcleo familiar. São produtores que têm na agricultura não apenas uma atividade de subsistência, mas uma prática voltada para um mercado em expansão, aqui, em especial, o mercado dos produtos orgânicos<sup>622</sup> e agroecológicos.

A escolha pela produção de orgânicos está inserida num contexto maior, de crescimento mundial deste mercado e, também, em uma escala

<sup>620</sup> REIS, Almir Francisco. Preservação ambiental no contexto urbano... p. 51.

<sup>621</sup> Aqui faço referência aos debates de crítica ao modelo dito convencional de agricultura, assentado em monoculturas, uso de insumos químicos e agrotóxicos, mecanização da produção, etc. “Na década de 70 os efeitos adversos da agricultura convencional se tornaram evidentes, fortalecendo os argumentos das correntes da agricultura alternativa. Diversos estudos foram feitos, resgatando a origem, as premissas, a filosofia e a prática que caracterizam os vários movimentos [...] Todas essas correntes adotam princípios semelhantes que podem ser resumidos nas seguintes práticas: a) reciclagem dos recursos naturais presentes na propriedade agrícola, especialmente da matéria orgânica, fazendo com que o solo se torne mais fértil pela ação benéfica dos microorganismos [...], b) compostagem e transformação de resíduos vegetais em húmus no solo; c) preferência ao uso de rochas moídas [...]; d) cobertura vegetal morta e viva do solo; e) diversificação e integração de explorações vegetais (incluindo as florestas) e animais; f) uso de esterco animal; g) uso de biofertilizantes; h) rotação e consorciação de culturas; i) adubação verde; j) controle biológico de pragas e fitopatógenos, com exclusão do uso de agrotóxicos. [...]” (MATOS FILHO, Altamiro M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade...** f. 23-24.).

<sup>622</sup> “A origem do termo ‘orgânico’ é associado aos pensadores ingleses do século XIX, que clamavam pela sociedade com laços de cooperação, mais coesa e ‘orgânica’ do ‘passado’, em relação à fragmentação social, ao atomismo, à artificialidade e à desorganização ocasionadas pela revolução industrial. No começo do século XX, o conceito ganha maior dimensão com os escritos do inglês Albert Howard (1873-1947), pioneiro no cultivo orgânico de alimentos, com seus experimentos sem utilização de produtos químicos [...]”. (NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 72.).

local, está inserida dentro de uma legislação que exige que as práticas agrícolas feitas na Ilha usem práticas orgânicas e agroecológicas.

Nagib traça um panorama do surgimento do movimento orgânico no mundo e no Brasil, com a legislação que segue em decorrência desse mercado:

O movimento orgânico pode ser compreendido como um dos “filhos” da contracultura que terminou absorvido pelo sistema convencional nos Estados Unidos e em muitos países no mundo [...]. Nos Estados Unidos, onde surgiu a ideologia e o grande negócio dos orgânicos, mas também do Brasil e em muitos outros países do mundo, os alimentos orgânicos vêm ganhado incentivos governamentais muito recentemente. [...] No Brasil, a lei que dispõe sobre agricultura orgânica (Lei N. 10831/03) foi então sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 2003. [...] em 2012, a presidente Dilma Rousseff (PT) instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto N. 7794/12). Com a finalidade de conservação ambiental e de melhor garantir a segurança alimentar e nutricional, o principal instrumento deste decreto foi o plano nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), com vigência para os anos de 2013, 2014 e 2015.<sup>623</sup>

Pensando em Santa Catarina e Florianópolis cabe destacar, em relação à legislação que trata da produção orgânica e agroecológica: a assinatura pelo prefeito em exercício de Florianópolis, Gean Loureiro, do Decreto nº 17.688/2017, que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis; o Projeto de Lei nº 17.002/2017, de autoria do vereador Marcos José de Abreu, que criou a PMAPO; e o Projeto de Lei nº 12.282, de 2002, de autoria do deputado Dirceu Dresch (PT), aprovado em plenário, que determina que 20% da alimentação escolar em Santa Catarina deverá ser de origem orgânica e agroecológica.

Também pode ser mencionado, no que diz respeito à tentativa de implementação de políticas de fomento da produção agroecológica e orgânica em Florianópolis, alguns dispositivos incluídos na Minuta IV do

---

<sup>623</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 74-82.

Anteprojeto de Lei do novo plano diretor de Florianópolis. Na seção III, no Programa da Produção Agrícola e da Aquicultura, vem destacado:

Art. 91 – No território municipal será permitida apenas a produção agroecológica e de baixo impacto.

Art. 92 – As estratégias de desenvolvimento agrário e de aquicultura serão regulamentadas pelo município e deverão contemplar:

I - promoção de agricultura urbana de base agroecológica em todo o território municipal; [...]

Art. 93 – O Plano de desenvolvimento agrário e aquicultura deverá:

I – identificar áreas de desenvolvimento agrário em todo território municipal;

II – estabelecer mecanismos de incentivo à produção agroecológica e orgânica; [...]

IV- identificar e delimitar áreas adequadas para o cultivo; [...].<sup>624</sup>

A Minuta IV do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Florianópolis busca incentivar a produção de base orgânica e agroecológica, como visto nos artigos 91, 92 e 93 do referido documento, deixando evidente que cabe ao município “identificar” e “delimitar” as “áreas adequadas para o cultivo”. A legislação vigente para a agricultura na Ilha tem sido articulada em torno dos princípios da agroecologia e da produção orgânica. Assim sendo, as empresas agrícolas voltadas para um mercado em expansão, sediadas na Ilha, no presente momento, estão vinculadas à produção de orgânicos e/ou à agroecologia.

Uma das empresas de base familiar sediadas na Ilha hoje e que tem ganhado espaço no mercado de orgânicos é o Sítio do Lício, localizada em Ratoles. O casal, Adalício e Zenaide, juntamente com os filhos, mantém uma empresa de produção de orgânicos responsável por abastecer mercados da região norte da Ilha, por abastecer também o mercado referência em orgânicos na Ilha, Mercado São Jorge e, ainda, fornecer cestas individuais para clientes que vão à procura dos orgânicos na residência da família.

“Seu” Lício, como é conhecido por todos, nasceu na Praia Brava, em Florianópolis. Filho de agricultores, desde a juventude, trabalhava na agricultura com os pais. A narrativa deste agricultor nos reporta a uma

---

<sup>624</sup> PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS. Minuta IV.

Florianópolis das décadas de 1940 e 1950, período em que a agricultura e o rural eram muito presentes nas relações econômicas, sociais e culturais da Ilha.

Nasci na Praia Brava, nasci e me criei na Praia Brava, lá eu trabalhava na lavoura com meus pais [...] depois de 15 anos eu sai para a pesca também mas quando voltava eu ajudava, nós plantava batata doce, aipim, feijão, melancia, milho, de tudo, a gente plantava mais para sobreviver né, e de ano a ano a gente fazia farinha, plantava aipim, fazia farinha, fazia lá 30 sacos, 100 sacos, 60, aí tirava para o ano todo e vendia o resto [...]. Antigamente a gente comia um pão quando ia no centro, era de mês a mês que meu pai ia no centro, mas de resto era só de casa, era batata doce no café, era aipim, era banana com leite, era bolinho na chapa que a minha mãe fazia né, bolinho de fubá [...] e o peixe, peixe era todo o dia, a carne era uma vez por mês quando a gente matava uma galinha, a gente criava muita galinha né e porco, porco, a carne de porco não faltava, todo o ano a gente matava um porco, dois [...] tinha tocinho, a gente botava no café, na farinha (informação verbal).<sup>625</sup>

A antiga Desterro, atual Florianópolis, ao longo do século XIX destacou-se como produtora de gêneros alimentícios, sobretudo nas chamadas antigas freguesias. Porém, a partir das primeiras décadas do século XX, alguns fatores iriam alterar esta situação: a decadência do porto de Desterro, a concorrência com os produtos que chegavam das colônias dos vales atlânticos e a substituição do transporte marítimo rodoviário.<sup>626</sup> “Durante as décadas de 1950 e 1960 a economia agrícola continuava a existir, porém nesse período voltada a atender somente a demanda do mercado local.”<sup>627</sup> É nesse contexto de crise que surge um movimento de pessoas que deixam suas famílias e residências temporariamente e vão em busca de trabalho “em navios de passageiros,

---

<sup>625</sup> SILVA, Adalício Vitor da. **Entrevista**. [22 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor – Sítio do Lício – Ratones).

<sup>626</sup> Cf. ALVES, Morgana Celina. Evolução e permanências dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina.

<sup>627</sup> *Ibid.*, f. 91.

navios de carga, nas parelhas de pesca, nas indústrias e estabelecimentos comerciais de várias cidades brasileiras.”<sup>628</sup> Essas pessoas ficaram conhecidas como “embarcados”<sup>629</sup>. Esta foi também parte da trajetória de “Seu” Lício, sua narrativa nos remete a histórias que foram se constituindo entre a terra e o mar.

Nas palavras de Adalício Silva:

[...] eu trabalhei muito tempo embarcado eu, de Chuí a Cabo Frio, eu conheço pelo mar, fui embarcado, trabalhei 14 anos embarcado [...] porque era bom, dava um dinheiro bom, a pesca antigamente era em barco de pesca, barco grande, não sei se conhecia aquele, o barco do Arlindo, aqui na Pioneira, não tem, aqueles barcos grandão, a gente trabalhava ali. Trabalhei em Itajaí também muito tempo e dali a gente saía para procurar os peixes no Rio Grande, Santos, por aí tudo [...] dava muito peixe naquela época, a gente ganhava muito dinheiro. [...] era os embarcados, era a vida sofrida também do cara [...] as mãos ficavam toda encarangada do frio, no Rio Grande, lá é brabo, e trabalhei também lá na Lagoa dos Patos [...] depois de casado, eu tive 9 meses sem vir em casa [...] fui pra lá, deixei ela grávida, quando cheguei, pra cabo de um mês, o filho nasceu [...] era assim, a vida antigamente era assim, pescador era essa vida (informação verbal).<sup>630</sup>

A trajetória narrada pelo “Seu” Lício faz menção ao movimento dos embarcados, pessoas que, diante da possibilidade de encontrar oportunidades de trabalho e renda, seguiam para Santos, Rio Grande,

---

<sup>628</sup> GARCIA, Sérgio Ricardo C. **Os embarcados**: memórias de um movimento populacional da cachoeira do Bom Jesus, Norte da Ilha de Santa Catarina entre 1940 e 1980. 2008. 53 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. f. 25.

<sup>629</sup> Sérgio Garcia, em monografia sobre o tema, diz que os embarcados eram: “[...] pessoas de todas as localidades da Ilha-continente e litoral catarinense, envolvidas num movimento ainda pouco estudado. Movimento empreendido por milhares de pessoas que sonhavam com a possibilidade de uma vida menos sofrida e que seria alcançada através do trabalho remunerado nas parelhas de pesca no litoral sul brasileiro ou em grandes centros urbanos como Santos, São Paulo ou Rio de Janeiro.” (Ibid., f. 28.).

<sup>630</sup> SILVA, Adalício Vitor da Silva. **Entrevista**.

Itajaí, na expectativa de trabalhar por determinados períodos, fazer poupança e depois retornar para seus lugares de nascimento. A renda obtida nessa atividade chegava a propiciar a compra de terras na Ilha. “Seu” Lício foi, em parte da sua juventude, lavrador e pescador, suas histórias estão atreladas a um passado rural.

A partir da década de 1970 do século XX, a expansão da cidade em direção aos antigos núcleos agrícolas e pesqueiros, o interesse turístico pelo norte e leste da Ilha e a crescente especulação imobiliária fez muitas famílias venderem suas antigas propriedades. Outros venderam parte de suas propriedades e investiram o que ganharam abrindo restaurantes ou pousadas. A família de “Seu” Lício manteve um restaurante na Praia Brava. Da horta que ele cultivava na sua propriedade em Ratoles, para consumo próprio e para abastecer o restaurante da família na Praia Brava, é que vai surgir o espaço de produção orgânica que hoje ele mantém.

Carneiro e Teixeira, ao analisarem as mudanças nas formas de ruralidade em Nova Friburgo, com ênfase para o papel da atividade agrícola na manutenção das famílias, destacam que as transformações advindas com a pavimentação das estradas, a partir da década de 1980, promoveram a aproximação com o meio urbano, proporcionando trocas e transformações nos lugares. Em especial, as autoras afirmam que, a partir dessas mudanças, era possível identificar três tipos de agricultor: o primeiro, dito tradicional, mantém uma produção agrícola bastante reduzida, normalmente para autoconsumo (alguns vendem parte de suas propriedades e vão trabalhar como jardineiros ou pedreiros); o segundo seria o agricultor modernizado, que faz uso da mão de obra familiar auxiliado por poucos no sistema de parceria, tem propriedade dos meios de transporte, domina o cálculo financeiro e tem uma relação intensa com o mercado; o terceiro grupo seria o dos pluriativos, que investem em atividades não agrícolas para complementar a renda familiar.<sup>631</sup>

Pode-se inferir, a partir da análise da trajetória do “Seu” Lício, que ele estaria na condição de “agricultor modernizado”, proprietário de uma empresa de produção de orgânicos que trabalha com mão de obra familiar, é proprietário dos meios de transporte que entregam suas mercadorias e possui uma forte relação com o mercado<sup>632</sup> de orgânicos local. Da mesa

---

<sup>631</sup> Cf. CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa L. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas...**

<sup>632</sup> “No Brasil, a consolidação dos dados sobre a agricultura orgânica carece de precisão, sendo a maioria das estimativas baseadas nas informações das

da família para o mercado local, “Seu” Lício destaca esse mercado em expansão:

[...] nós produzía só pra nós comer [...] era uma hortinha pequena, nós produzíamos pros amigos e pra nós e para um restaurante que eu tinha na Praia Brava. Aí eu plantava aqui e levava pra lá sabe, aí de dois anos pra cá eu peguei plantar, aí um dia ela disse assim pra mim: - que tanta verdura pra vender! Aí, eu botei uns 20 pés numa caixa, fui lá na Ponta das Canas, aí ofereci pra um cara lá [...] dali foi começando, foi começando, daí foi engrenando as coisas, daí explodiu e agora a gente tem uma clientela boa, graças a Deus, muito boa, falta mercadoria pra nós, isso tudo aqui e ainda falta muita mercadoria. [...] Ali, conhece o Mercado São Jorge de orgânicos? Nós abastecemos eles lá [...] nós vendemos muito bem pra eles, eles compram muito [...] eu vendo pros restaurantes, pros mercados, nos ingleses eu vendo, na Canasvieiras, Ponta das Canas. [...] o cara não dá conta, tem muita saída, toda semana tem que plantar uma base de 5, 6, 8 mil pés, senão não dá conta, e alface é a coisa que mais sai, e a coisa que mais sai sem ser o alface é a couve [...] agora tô no verde mesmo.<sup>633</sup>

A Figura 76, a Figura 77, a Figura 78 e a Figura 79 representam uma parte da produção de orgânicos da família do “Seu” Lício em Ratonés.

---

certificadoras. Segundo uma destas estimativas, realizadas pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a área com manejo orgânico no país é de 275,6 mil hectares, 43% dos quais destinados a pastagens, distribuídos em 7,1 mil propriedades certificadas, que geram uma produção com valor de mercado capaz de chegar a US\$ 300 milhões. [...] Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Ceba/SC (2002), o valor bruto da produção orgânica em Santa Catarina atingiu mais de R\$17 milhões na safra de 2001.” (MATOS FILHO, Altamiro M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade...** f. 32, 34).

<sup>633</sup> SILVA, Adalício Vitor da. **Entrevista.**

Figura 76 – Fotografia da produção orgânica de hortaliças do Sítio do Lício



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 77 – Fotografia da produção de orgânicos do Sítio do Lício em Ratonés



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 78 – “Seu” Lício e D. Zenaide no Sítio do Lício em Ratonos



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 79 – Fotografia de produção de mudas no Sítio do Lício



Fonte: Acervo da autora (2016)

O mercado de produção de orgânicos, aqui representado pela empresa familiar do “Seu” Lício, tem sido uma alternativa para que famílias de agricultores continuem a tirar sua renda dos cultivos da terra. Nesse processo, diversificar a produção aparece como uma forma de ter sempre uma porta de saída para as mercadorias.

D. Sônia, promotora de eventos, proprietária do Espaço Pergalê em Ratonés e também produtora de orgânicos nesse mesmo espaço, afirma que diversificar é uma forma de manter-se sempre ativo no mercado:

[...] folheosas e leguminosas, tipo mais na área das raízes, beterraba, rabanete, cenoura, eu diversifico muito a minha horta, diversifico exatamente pra não sofrer tanto, porque aí eu pingo um pouco em cada canto, as feiras também. Hoje eu tenho repolho verde, repolho roxo, quiabo, brócolis, repolho manteiga, acabei de tirar a última couve flor, os alfaces todos, pimentão, alho poró, chicória, salsinha, ervas, é um leque bem grande, agora tô entrando de volta com quiabo, com pepino, com abobrinha, fiz uma plantação agora de banana [...] tem que diversificar para poder sobreviver [...] você não pode comprometer com uma só pessoa mais do que 30% de sua produção [...] esse picadinho te dá muito mais trabalho (informação verbal).<sup>634</sup>

A Figura 80 representa uma parte da produção do Espaço Pergalê.

---

<sup>634</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista.**

Figura 80 – Foto da produção de orgânicos no Espaço Pergalê em Ratonés



Fonte: Facebook<sup>635</sup> (2017)

Além de representar uma possibilidade concreta para aqueles que desejam manter suas vidas vinculadas às práticas rurais, os sistemas de produção e manejo por eles utilizados são fundamentais no processo de construção de práticas que possam causar menores danos ao meio ambiente e à saúde humana. Assim, “[...] os sistemas ecológicos de produção podem apresentar boa produtividade, são diversificados e de baixo impacto socioambiental, além de estarem mais bem adaptados à realidade da agricultura familiar [...]”.<sup>636</sup>

Em meio a uma conjuntura de estar em um país que carrega o título de campeão mundial de consumidor de agrotóxicos, há ameaças constantes de piorar esse quadro, a exemplo dos projetos de lei que

<sup>635</sup> ESPAÇO PERGALÊ. Produção de orgânicos. 1 fotografia. **Facebook**, 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EspacoPergale/photos/a.1125144134278321.1073741829.257940460998697/1125151037610964/?type=3&theater>>.

Acesso em: 4 nov. 2017.

<sup>636</sup> NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo...** f. 80.

tramitam na Câmara de Deputados<sup>637</sup>, entre eles, o PL nº 6.299/2002 de autoria do atual ministro da agricultura, Blairo Maggi. Se aprovados esses pacotes, uma das medidas consistiria em alterar o nome de agrotóxicos para defensivos fitossanitários, o que serviria como mecanismo de tentativa de mascarar os reais riscos que esses produtos representam para a saúde humana, dos seres vivos e do meio ambiente. Santa Catarina figura como o nono maior consumidor de agrotóxicos do país, com um volume entre 25 mil e 30 mil toneladas por ano.

O Estado de Santa Catarina acaba de publicar novo decreto que se refere ao uso de agrotóxicos no estado. A publicação do Decreto nº 1.331 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em meados de outubro de 2017, visa regulamentar o uso dos agrotóxicos no estado. Outro projeto que vai contribuir para o combate ao uso irregular de agrotóxico é o e-origem, também lançado pelo governo do estado com objetivo de identificar os produtores de hortifrutigranjeiros.<sup>638</sup>

Na Ilha, pela legislação referida aqui anteriormente, tendo como referência o novo plano diretor, só serão permitidos cultivos agroecológicos. A não utilização de insumos químicos e agrotóxicos nos cultivos de orgânicos na Ilha constituem elemento de crucial relevância sob a perspectiva de produzir nesse ambiente insular, já bastante alterado por práticas agrícolas no passado e recentemente bastante impactado pela expansão urbana desordenada, pela poluição, pelo desmatamento irregular etc. Além disso, as propriedades pesquisadas para este trabalho usam pátios de compostagem na produção de seu próprio adubo, contribuindo para o tratamento de resíduos orgânicos hoje, uma “ponta do iceberg” na questão ambiental.

A respeito da adubação na produção de orgânicos do Sítio do Lício, a compostagem se destaca:

[...] aqui eu só uso estrume de galinha, estrume de gado, estrume de peru, só os três e mais nada e a compostagem que a gente faz em casa né, aqueles montes que você viu lá, aquilo é tudo compostagem que a gente faz, a compostagem fica boa depois de oito meses a um ano, aí depois tem que revirar tudo com uma máquina, depois tapar aí ela fica bem curtido [...] da compostagem a gente pega o chorume, sabe o que esse líquido que dá, é melhor

---

<sup>637</sup> Cf. DEBONA, Darci. SC reduz quantidade de agrotóxicos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 nov. 2017.

<sup>638</sup> Ibid.

do que a compostagem [...] o meu filho agora tá fazendo assim [...] antes de plantar espalha o chorume na horta, espalha aquele chorume [...] aí depois o cara planta, é muito bom (informação verbal).<sup>639</sup>

O líquido a que se refere “Seu” Lício, o chorume, gerado da decomposição de matéria orgânica, torna-se um grave problema quando é formado em meio aos lixões, misturado com lixo não reciclado, que tem como destino os aterros sanitários. A compostagem é vista como uma maneira de buscar soluções para esse problema. D. Sônia destaca que, além da adubação, produzir orgânicos é “algo mais amplo”.

Orgânico não é só não colocar adubo né, é cuidar do teu solo, é fazer rotação da tua plantação, é manter teu solo sempre bem equilibrado, é você estar sempre olhando para ele, você não precisa fazer análise química nele [...] você vai começando a perceber o tipo de mato que ele dá, a produção não foi tão bem, porque ela não foi tão bem? Você colocou nutrientes de mais ou de menos [...] você sempre, está sempre estudando, sempre vendo, então plantar o orgânico, conviver com o orgânico é estar sempre nunca olhando só de uma linha reta, é algo mais amplo, é perceber que tudo que está ao teu redor faz parte disso né, então é desde a tua dedetização da área, você não pode mais trabalhar com produto químico [...] você vai colocar uma muda, vai ver como ela funciona [...] o orgânico é mais do que só plantar e colher, é analisar tudo que está ao seu redor, até a convivência de quem trabalha contigo (informação verbal).<sup>640</sup>

A narrativa da agricultora e produtora de orgânicos, D. Sônia, está carregada de significados. Buscar formas alternativas de produção agrícola através do manejo de orgânicos é, certamente, um novo modo de estar diante da terra, das diferentes formas de vida, dos outros seres humanos, da vida. Já foram abordadas nesta reflexão as críticas e os problemas decorrentes da defesa de uma ideia de desenvolvimento

---

<sup>639</sup> SILVA, Adalício Vitor da. **Entrevista.**

<sup>640</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista.**

sustentável<sup>641</sup>. De qualquer modo, ainda é bastante pertinente pensar em ações que possam estar em consonância com um outro mundo, com novas formas de estar nesse outro mundo mais “sustentável”. O sustentável aqui não está colocado apenas na condição de uma mudança de consciência, mas está colocado na condição de um recriar constante.

“Nesse horizonte habita o não saber, o saber por-*vir* além do conhecimento consabido [...] aprender a viver em outro entendimento do mundo, com outro conhecimento, convivendo com outros mundos de vida e diversas formas de ser.”<sup>642</sup>

Produzir orgânicos envolve muitas questões, como afirmou D. Sônia, tem-se que olhar “além de uma linha reta.” De fato, os sistemas de produção de orgânicos envolvem não somente os cuidados com a adubação, com a rotação das culturas, com a proteção do solo, envolve também novos modos de articulação econômica, por exemplo, aproximando produtores e consumidores através da comercialização de cestas individuais. A redução da distância entre produtor e consumidor é algo que propicia a redução do custo final dos produtos para aqueles que irão consumi-los, através dos chamados circuitos curtos de comercialização. Para alguns produtores de orgânicos de Florianópolis, a comercialização das cestas individuais tem sido sua principal fonte de renda. O sítio Flor de Ouro<sup>643</sup>, localizado em Rationes, de propriedade do

---

<sup>641</sup> Sobre este debate acerca do desenvolvimento sustentável, confira: VEIGA, José Eli da. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, abr./jun. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000200227&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000200227&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 4 nov. 2017.

<sup>642</sup> LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. p. 235.

<sup>643</sup> O Sítio Flor de Ouro, localizado em Rationes, é administrado pelo agrônomo Pedro Faria Gonçalves. Considerado uma referência na produção de mel a partir de abelhas sem ferrão, o espaço também é conhecido como uma referência no manejo de agroflorestral. “Sítio Flor de Ouro, onde a produção de mel é consorciada com cultivo orgânico de hortaliças, legumes, frutas, temperos e chás. São cultivados pouco mais que 10% do total da área de 11 hectares, com trechos de mata atlântica em regeneração e muitas flores silvestres, utilizados também para educação ambiental e visitas guiadas. É o habitat preferido dos enxames de mandaçaia, jataí, tujuba, tubuna, guaraipe mandurime outras nove espécies nativas domesticadas para a produção nutricional de mel e própolis. No Sítio Flor de Ouro, são 250 colmeias de 15 espécies, nove delas ainda em fase experimental, com produção anual de 300 toneladas e venda limitada no local a R\$140,00 o quilo. [...] o mel das abelhas sem ferrão é [...] produzido de forma artesanal em pequena escala. [...]

agrônomo Pedro Faria Gonçalves, organizou uma rede com objetivo de fornecimento de uma cesta de produtos orgânicos produzidos naquele espaço no norte da Ilha.

No texto enviado pelo agrônomo Pedro para explicar o funcionamento do projeto Cestas Viva, uma pequena apresentação do Sítio Flor de Ouro, bem como de seus objetivos:

Localizado a vinte quilômetros do centro de Florianópolis, no bairro de Ratoles, o Sítio flor de ouro é uma experiência autêntica e reconhecida de produção orgânica e Agroecológica. Temos como filosofia a produção artesanal de qualidade especial, o comprometimento com a conservação do meio ambiente e da agrobiodiversidade, a valorização humana e cultural, e a adoção de mecanismos solidários de comercialização. Fruto de 15 anos de estudos e trabalhos práticos com agroecologia e criação de abelhas sem ferrão, hoje contamos com 1,5 hectares de produção diversificada de hortaliças, frutas, legumes, raízes, tubérculos, chás, temperos, ovos caipiras, mel e própolis.

[...]

Estamos estruturando uma rede organizada de parceiros, coprodutores, que viabilizem nossos cultivos por uma temporada de plantio, para assim podermos produzir alimentos de qualidade especial com segurança e criatividade. Esse grupo recebe semanalmente uma cesta que é entregue em pontos de distribuição próximo de sua casa ou trabalho, ou pode ser retirada no sítio. [...] Suas cestas são elaboradas com folhas verdes diversas, raízes, tubérculos, frutas, chás e temperos, respeitando a sazonalidade e o que temos disponível a cada semana no sítio. A composição da cesta com os alimentos de época é um dos grandes diferenciais do nosso projeto. Criamos uma oportunidade de reeducação alimentar, estimular a cozinha criativa, conhecer novos alimentos, ampliar a dieta

---

Criadas nos fundos do quintal ou em caixas presas a paredes de casa, como pequenas gaiolas, as abelhas nativas são mais rústicas e menos suscetíveis a doenças e perdas significativas de enxames.” (ROSA, Edson. Produção nativa das abelhas sem ferrão. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 29 dez. 2014.).

alimentar e conectar o corpo com os ritmos das estações. É importante ressaltar que os produtos locais e de época são os que melhor suprem nossas demandas nutricionais! Somente dessa forma, conseguimos planejar corretamente nossos plantios, evitar perdas, oferecer sempre alimentos frescos e viabilizar uma agricultura orgânica realmente sustentável.<sup>644</sup>

A produção das cestas de orgânicos tem aparecido como alternativa na manutenção de um mercado que busca se constituir pela aproximação entre produtor e consumidor, um mercado que reduza os custos advindos da presença de intermediários e, sobretudo, um mercado que esteja em conexão com outras formas de cultivar, consumir e se alimentar. A valorização dos produtos locais, o respeito à sazonalidade, a conexão maior entre produtor e consumidor, as formas de manejo, tudo isso é parte de novos modos de praticar agricultura. Além das cestas, as feiras<sup>645</sup> de produtos orgânicos também têm se apresentado como alternativas para produtores e consumidores.

As feiras e as redes de trocas solidárias foram apontadas por Machado e Machado Filho<sup>646</sup> como sendo atividades que teriam relevância em uma escala local, não sendo possível pensar no uso destas como forma de enfrentamento do agronegócio. Pensar na importância das feiras, da produção de orgânicos, da comercialização de cestas de

---

<sup>644</sup> GONÇALVES, Pedro Faria. **Cesta Viva**: alimentos orgânicos Sítio Flor de Ouro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gicallado@yahoo.com.br> em 9 ago. 2017.

<sup>645</sup> Através da consulta ao *site* <<https://feirasorganicas.org.br/>>, é possível ver o registro de 13 feiras de orgânicos em Florianópolis. São elas: Feira A Fonte Orgânica (Shopping Vila Lagoa), Feira A Fonte Orgânica (na Avenida Madre Benvenuta), Feirinha Orgânica do CEB (São José), Feirinha Orgânica de Coqueiros, Compras Coletivas Ecosolidárias, Feira Orgânica de Santo Antônio de Lisboa, Feira Orgânica e Cultural de Sambaqui, Feira de Produtores Orgânicos Viva a Cidade (Largo da Alfândega), Feira Orgânica do CCA/UFSC, Feira Orgânica do Rio Vermelho, Feira da Praia do Meio, Feira Agroecológica da UFSC, ECOFeira – Feira Agroecológica da Lagoa da Conceição. A este mapa é possível acrescentar: Ratonarte – Feira de Arte, Artesanato e Gastronomia de Ratores, a Feira de Orgânicos e Hidropônicos sem Agrotóxicos em Cachoeira do Bom Jesus e a Feira de Agroecológicos no Campeche.

<sup>646</sup> Cf. MACHADO, Luiz C. P.; MACHADO FILHO, Luiz C. P. **A dialética da agroecologia...**

orgânicos vai além de pensar no enfrentamento do agronegócio. Em primeiro lugar, assim como questiona-se um “futuro” em tom “uníssono” para Florianópolis, também são questionados os modos de cultivar, de se alimentar, de comprar. As feiras funcionam como espaços de trocas de experiências, trocas de saberes, compartilhamento de ideias.

Os produtos comercializados nas feiras de orgânicos e através da venda das cestas individuais são produzidos numa cidade que está sediada em uma ilha através de práticas agroecológicas. Ainda que esse comércio aconteça em uma escala local, os benefícios ambientais, sociais e políticos são inegáveis. As cestas ou sacolas constituem parte importante, base do rendimento de produtores locais. Para D. Sônia, do Espaço Pergalê, as “sacolas” são seu ponto forte.

[...] nós trabalhamos muito sacolas, muita coisa no varejo, eu forneço alguma coisa para o Anderson aqui, que fornece para o mercado São Jorge, outros lugares assim, tenho a Feira da Lagoa que pega meu, tenho a Feira na Escola do Sonho, tenho a Feira na Escola da Ilha, tenho Feira aqui em Rationes mas o nosso forte aqui são as sacolas (informação verbal).<sup>647</sup>

As vendas a varejo através das cestas ou das feiras vão aproximando produtor e consumidor e auxiliando a construir uma relação de confiança. Mas esse mercado acontece também em maior escala, e os produtos orgânicos já ocupam as prateleiras das grandes redes de supermercados. Os produtos orgânicos, embora tenham características que os definem, não podem ser simplesmente identificados pela forma, cor ou sabor. Foi no contexto de construção de um produto que pudesse ser reconhecido como diferenciado, seja pelas formas de produção, de qualidades nutricionais ou demais características, que surgiram os processos de certificação<sup>648</sup>. Existem duas formas de possuir certificação

---

<sup>647</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista.**

<sup>648</sup> Sobre as certificadoras que tem atuação em Santa Catarina, embora não exclusivamente, cabe mencionar, como certificação participativa, a rede Ecovida e, como participação por auditoria, a Ecocert Brasil. “Rede Ecovida, em oposição ao modelo de certificação por auditoria [...] estabelece a independência de relações com produção, comercialização ou consumo para garantir neutralidade do processo, as redes de certificação solidária propostas por ONGs defendem que a credibilidade é dada pela confiança e participação entre produtores e consumidores. O processo de acreditação baseia-se na responsabilidade mútua assumida pelos participantes, com a realização de

para produtos orgânicos no Brasil atualmente: a certificação por auditoria e a certificação participativa. “Seu” Lício é produtor certificado pela Rede Ecovida de certificação, o que mencionou na entrevista para esta pesquisa: “[...] já temos, já pegamos o certificado [...] tem que ter o selo sabe, muita gente fica desconfiado ainda [...] (informação verbal).”<sup>649</sup>

Em Florianópolis, procurar um processo de certificação participativa é uma forma de encontrar mecanismos e criar estratégias de fortalecimento de um mercado que trabalha com o rural dentro de um município predominantemente urbano e com uma série de questões complexas que tem tratado o rural como uma reminiscência e algo não compatível com a perspectiva “urbana” do município. É nesse contexto que surgiu o grupo Ilha Meiembipe<sup>650</sup>, que faz parte do Núcleo Litoral Catarinense, que por sua vez é membro da Rede Ecovida de certificação participativa.

D. Sônia, membro do grupo Ilha, destacou que a obtenção da certificação é apenas um pequeno detalhe em meio às questões que permeiam a formação de grupos pertencentes à rede Ecovida. Nas palavras de Sônia Jendiroba:

Na verdade eu acabei entrando nesse grupo por causa do Anderson que já conhecia o Rafael que

---

visitas do grupo a cada unidade produtora. [...] Em 2002 a rede Ecovida chegou com 18 núcleos regionais, 130 grupos, 23 ONGs, 10 cooperativas de consumidores e 10 unidades comerciais [...] Ecocert Brasil, a certificadora é uma representação da empresa francesa Ecocert, considerada uma das maiores da Europa e presente em mais de 50 países. No Brasil, estabeleceu-se no início de 2001 com escritório em Florianópolis, sendo responsável pela certificação dos produtos da Agreco – Associação dos Agricultores Ecologistas das Encostas da Serra Geral, associação esta com sede em Santa Rosa de Lima (SC) e atuação nos municípios vizinhos.” (MATOS FILHO, Altamiro M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade...** f. 42-43.).

<sup>649</sup> SILVA, Adalício Vitor da. **Entrevista.**

<sup>650</sup> O grupo Ilha Meiembipe reúne produtores de orgânicos de Florianópolis, certificados pela Rede Ecovida de certificação participativa, mas não obrigatoriamente certificados. O grupo no presente momento contém oito empresas, seis delas já certificadas. As empresas que já obtiveram certificação: Sítio Florbela, Sítio do Lício, Espaço Pergalê, Pão-de-quê, Orgânicos Diniz e Agroindústria Verdi. Ainda não certificados são: Ecovila São José e Natu Organics. As informações aqui contidas foram obtidas pela autora, que participou de algumas reuniões desse grupo ao longo do ano de 2017.

era o coordenador desse grupo [...] o Rafael sempre foi um entusiasta da agroecologia, ele tinha uma agroindústria, ele tem a empresa Pão-de-quê, ela fazia, faz pão, ele começou a trabalhar em Florianópolis e envolver agricultores e conversa com um, conversa com o outro [...] já existia esse grupo que pensava, não pensava em certificação, porque a Ecovida é mais do que certificação, é um conceito de vida, é um conceito de pensar, de relacionamento, tanto que ela é participativa, então essa é a ideia, é um conceito de trabalho, de sementinha que você vai plantando e você vai fazendo com que as pessoas entendem o bem viver né, e aí eu fui convidada para entrar no grupo, assistir algumas reuniões, eu já tinha uma plantação grande, o Anderson já conhecia, me motivou muito, coincidentemente tava abrindo um curso de trabalho orgânico do sindicato, um curso de 6 meses, já participai também, aí foi evoluindo até que veio a minha primeira certificação. [...] mas eu tenho a impressão de que o grupo já deve existir a uns 8 ou 10 anos [...] certificados, senão me engano são: Lício, a Sonia com o Pergalê, o Rafa, a Verdi com agroindústria também, o Florbela, que é lá do sul da ilha [...] o Juliano que tá recebendo a certificação agora em outubro, do Ilha Meiembipe é isso, então são 6 certificados. A gente tem estudado como agregar mais gente ao grupo, a gente tem estudado bastante isso porque nossa intenção é que tenhamos gente que compartilhem das mesmas ideias e não só queira uma certificação, nós não somos em princípio uma certificadora, nós também [...] é uma [...] coisa de participação de histórias, de pensar agroecologicamente [...] vou te dar um exemplo de pensamento [...] eu já não faço mais eventos noite adentro [...]. Porque? Porque aí eu não prejudico a minha fauna. Eu acabava analisando a fauna no outro dia, ela estava completamente estressada, os passarinhos não conseguiam ficar no puleiro, se batiam no bambuzal [...]. Então, é realmente um conceito de vida (informação verbal).<sup>651</sup>

---

<sup>651</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista.**

Essa questão de obter a certificação vai conferindo aos produtores e às produtoras uma credibilidade diante dos desafios colocados pelo mercado, sobretudo para aqueles que buscam atuar fora da lógica dominante. Muitos desses produtores levam seus produtos nas feiras ou vendem a varejo, como já foi mencionado, sendo, portanto, primordial que os artigos que ofertem possam receber dos consumidores a confiança que garanta a continuidade desse comércio. Mas, também, como enfatizou D. Sônia na sua narrativa sobre o surgimento do grupo Ilha Meimbipe, a Ecovida representa muito mais do que simplesmente obter uma certificação, os produtores e as produtoras têm formado grupos com objetivo de trocar experiências, reforçar parcerias e, sobretudo, compartilhar maneiras de pensar “agroecologicamente”, como nos afirmou Sônia Jendiroba.

As possibilidades de ser agricultor(a) em uma ilha urbana vão se tornando cada vez mais escassas. Os espaços destinados para os cultivos agrícolas estão sendo cada vez mais restritos diante da legislação municipal que tornou o rural um subitem das macroáreas de transição urbana. As intituladas ARRs encontram-se, pois, inseridas em territórios que, de acordo com a Minuta IV do novo plano diretor de Florianópolis, são considerados de transição. Nesses espaços onde são permitidas atividades agrícolas e pastoris, cabe destacar que são permitidos apenas os cultivos e as práticas agroecológicas. Assim, aqueles e aquelas que pretendem continuar na condição de agricultores e agricultoras, com vistas a ter na agricultura sua principal fonte de renda, precisarão, de qualquer forma, buscar sua inserção nos debates e princípios da agroecologia. Assim tem sido com os produtores de orgânicos, a exemplo do “Seu” Lício e da D. Sônia, e também será uma alternativa concreta para aqueles que pretendem produzir nos moldes da agroecologia<sup>652</sup>, sobretudo em regiões onde as restrições para a agricultura são bem maiores.

---

<sup>652</sup> “A ideia central da agroecologia é ir além das práticas agrícolas alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa. [...] Os princípios básicos da agroecologia incluem: a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos [...]; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo; [...] A agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação.” (ALTIERI, Miguel. **Agroecologia...** p. 15-16.).

O casal Sérgio e Elaine adquiriu uma propriedade de 24 hectares no Sertão do Peri<sup>653</sup> e vem tentando desenvolver naquele espaço um projeto de agricultura agroflorestal<sup>654</sup>. Sérgio trabalha com prótese dentária, afirma ainda não conseguir obter do sítio renda suficiente para “viver do sítio e no sítio”, como ele costuma dizer. O movimento feito por Sérgio – ele vendeu uma sala comercial, comprou um terreno no Peri, passou a se dedicar a desenvolver um projeto de vida ligado ao rural – poderia ter sido pensado também como um exemplo de neo-ruralidade. No movimento dos neo-rurais, aparece de forma recorrente a busca por: viver em lugares onde o rural predomina, ter na atividade agrícola uma de suas fontes de renda e incorporar experiências e práticas trazidas das vivências no urbano.

Sobre esse movimento de procura por uma mudança, Sérgio narra:

Na verdade, a gente sempre procurou uma vida assim mais simples e mais voltada para o mundo natural e aí eu trabalho com prótese odontológica,

---

<sup>653</sup> “O Parque Municipal da Lagoa do Peri está localizado na porção sudeste da ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis, Santa Catarina[...] apresentando os mesmos limites que a Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri, com uma área de 20,3 km<sup>2</sup>. O Parque foi criado em 1981 pela Lei Municipal 1.828, tendo como um dos objetivos de criação proteger o manancial da Bacia Hidrográfica da Lagoa do Peri, de modo a permitir a utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do sul da ilha de Santa Catarina (Florianópolis, 1981). O Decreto municipal 091/82 regulamentou esta Lei e estabeleceu o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo, por meio do qual o Parque foi dividido em três zonas: Área de Reserva Biológica, Área de Paisagem Cultural e Área de Lazer [...] Área de Paisagem Cultural, região popularmente conhecida como Sertão do Peri, é um espaço onde homem e natureza sempre coexistiram e onde os assentamentos humanos e as atividades econômicas centrais mudaram historicamente.” (DECHOUM, Michele de Sá; ARELLANO, Lucrecia. Desafios para a manutenção de serviços ecossistêmicos em parque municipal no sul do Brasil. **Neotropical biology and conservation**, v. 11, n. 3, p. 153-164, set./dez. 2016. p. 155.).

<sup>654</sup> Existem diferentes estratégias para aplicação do manejo agroecológico, dentre os quais: rotação de culturas, policultivos, sistemas agroflorestais, cultivos de cobertura, integração animal no agroecossistema. Sobre sistemas agroflorestais: “[...] sistemas agrícolas em que as árvores exercem funções produtoras e produtivas quando crescem junto a cultivos anuais e/ou animais, o que resulta num aumento das relações complementares, incrementando o uso múltiplo do agroecossistema.” (ALTIERI, Miguel. **Agroecologia...** p. 110.).

a gente tinha uma sala no Baía Sul Medical Center, aí eu vendi a sala, eu tava procurando terra para plantar, para ter uma vida mais simples, eu tava, eu velejava, era quase um profissional [...] só que eu cansei da competição [...] eu vendi a sala [...] até que um dia isso aqui caiu no colo [...] (informação verbal).<sup>655</sup>

Nessa narrativa o dentista e agricultor Sérgio destaca um movimento, segundo ele, “bastante forte”, de “retorno hoje para a agricultura”. É nesse movimento que vão aparecendo os homens e as mulheres aqui já apresentados como neo-rurais.

Existe um movimento de retorno hoje para a agricultura sabe e como Florianópolis perdeu áreas para a agricultura, fala-se de um retorno também da agricultura urbana né, tem um movimento bastante forte sabe, e a gente tem essa possibilidade sabe, tem essa terra maravilhosa aqui, a ideia é a gente continuar fazendo isso aí de uma maneira ecológica, tentando preservar ao máximo o que já existe [...] resgatar a agricultura tendo uma visão mais ecológica, de preservar e hoje a gente tá buscando plantar num método um pouquinho diferente né, que é usando técnicas agroflorestais, que aí trabalha tanto com hortaliças, com árvores nativas, com árvores frutíferas e com consórcio de plantas né, então eu acho que isso é uma saída bem interessante para as áreas de preservação né. Antigamente aqui era só pasto, praticamente só pecuária, agricultura tinha, mas era mais de subsistência, e era uma agricultura voltada para os engenhos de farinha [...] (informação verbal).<sup>656</sup>

A perspectiva de cultivar a terra no terreno comprado com a venda de uma sala comercial terá que enfrentar a legislação vigente para a região em questão, o Parque Municipal da Lagoa do Peri. Existe um debate acerca de regiões que estão colocadas na legislação com uma

---

<sup>655</sup> ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista**. [23 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e proprietário do Sítio Flor Bela, Sertão do Peri).

<sup>656</sup> Ibid.

configuração específica, na condição de espaços territoriais legalmente protegidos.<sup>657</sup>

O Parque Municipal da Lagoa do Peri está inserido nessa condição de espaço territorial legalmente protegido. Perante a Lei nº 1.828, de 3 de dezembro de 1981, que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri e instituiu seu Plano Diretor de uso e ocupação do solo, as atividades agrícolas só são admitidas na Área de Paisagem Cultural:

Área de Paisagem Cultural destina-se ao desenvolvimento social da população residente, à proteção da fauna, flora e seu substrato, ao lado da conservação da paisagem resultante das atividades tradicionais na área.  
 § 1º Somente serão permitidos, nesta área, os usos públicos de interesse social e as atividades agrícolas, zootécnicas e de transformação artesanal tradicionais, compatíveis com a preservação do ambiente natural.<sup>658</sup>

É possível articular produção agrícola em áreas de espaços territoriais especialmente protegidos? É importante destacar o debate em

---

<sup>657</sup> “[...] é possível definir os espaços territoriais especialmente protegidos como aqueles espaços, públicos ou privados, criados pelo poder público e que conferem proteção especial ao meio ambiente, tomado este termo em sua acepção mais ampla. Assim, podemos conceituar como espaços territoriais especialmente protegidos os seguintes estatutos criados pelos poderes público e privado: 1) unidades de conservação; 2) áreas protegidas; 3) quilombos; 4) áreas tombadas; 5) monumentos arqueológicos e pré-históricos; 6) áreas especiais e locais de interesse turístico; 7) reserva da biosfera; 8) corredores ecológicos e zonas de amortecimento; 9) Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e Zona Costeira; 10) jardins botânicos, hortos florestais e jardins zoológicos; 11) terras devolutas e arrecadadas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; 12) áreas de preservação permanente e reservas legais; e 13) megaspaços ambientais. Definido um espaço territorial como especialmente protegido, devem ser aplicadas a ele as restrições constitucionalmente previstas [...]” (PEREIRA, Polyana F.; SCARDUA, Fernando P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 1, Campinas, jan./jun. 2008.).

<sup>658</sup> FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 91, de 1º de junho de 1982**. Regulamenta a Lei nº 1.828, de 3 de dezembro de 1981, que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri e instituiu seu plano diretor de ocupação e uso do solo. Disponível em: <<https://goo.gl/AEVYjV>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

torno da questão do “preservacionismo” e do “conservacionismo” para compreender a complexidade da organização da legislação em torno das chamadas áreas protegidas por lei. Sobre essa questão, Gomes sustenta que:

Os conflitos entre preservacionistas e conservacionistas durante a elaboração do SNUC, mais do que representarem divergências do ponto de vista ambiental, representaram divergências epistemológicas, como vem sendo tratado neste capítulo. As categorias mais restritivas assentavam sobre a lógica cientificista e urbano-industrial, hegemônica no âmbito do Estado brasileiro e condutora de suas ações. Essa lógica foi expressa territorialmente ao definir espaços “ambientais” fragmentados dos espaços “humanos”, revelando a concepção da relação sociedade-natureza como pólos dicotômicos e antagônicos, expulsando a humanidade da natureza. [...] ainda que a concepção, o desenho e a justificativa da maior parte das categorias de UCs tenham sido historicamente realizados sem o necessário reconhecimento da diversidade social e territorial que abrangem e, especialmente, desarticulados das demandas sociais, produtivas e de conservação locais, essas são questões sobre as quais não se pode tergiversar se o objetivo é de fato promover a conservação da natureza em sentido amplo [...]. Havendo pessoas relacionadas, há que se considerar a forma com que se relacionam territorial, social e ambientalmente com os territórios das UCs, trazendo à tona suas demandas, práticas sociais e conhecimentos que contribuam para o objetivo de conservação.<sup>659</sup>

Nesse contexto, fica evidente a forma como se constituiu a legislação que trata a criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, estabelecendo uma divisão que, de certo modo, separa as áreas que devem

---

<sup>659</sup> GOMES, Jaqueline Martins. **Conservação da natureza e emancipação social**: um estudo de caso sobre a comunidade de Santa Maria de Caiuá e sua relação com a Floresta Nacional Pau Rosa, Maués, Amazonas. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. f. 68-70.

ficar “intocadas”, que correspondem à Área de Reserva Biológica, das Áreas de Lazer e de Paisagem Cultural, onde são permitidas intervenções e a interação entre sociedade e ambiente. A compreensão de como essa divisão é construída é fundamental para pensar as possibilidades que podem ser operadas nessas áreas, em especial as possibilidades de manejo agrícola. É possível pensar em práticas agrícolas dentro dessas áreas com legislação voltada para a “preservação”?

Sérgio explica a maneira como o Parque está dividido de acordo com a legislação e destaca que mesmo as áreas tidas como biológicas já sofreram forte intervenção humana:

O Parque da Lagoa do Peri funciona da seguinte forma, ele foi dividido em três áreas, uma biológica né, essa é intocável, teoricamente para entrar em uma área que é biológica teria que ter uma autorização dos órgãos competentes, dos órgãos públicos né, que são essas áreas e florestas [...] pouquíssimas áreas que tem floresta primária, porque isso aqui era tudo lavoura, né, já vi algumas fotos daqui do século passado, isso aqui era tudo tomado em roça de mandioca, cana, isso aqui já foi muito devastado e sobrou pouca coisa e, agora, da década de 80 para cá, isso ficou esquecido e ficaram algumas áreas pra cá que o pessoal manteve essas pastagens né, mas a custo de muito veneno [...] a gente está aqui a 3 anos, então tem a área biológica, tem a área de lazer, que é lá embaixo na Lagoa do Peri, no Parque, e tem a área cultural, são essas áreas onde é permitido a agricultura e a pecuária, onde tem os agricultores, é uma área limitada [...] a extensão dos dois terrenos é 24 hectares. Eu acredito que 40 a 50% dessa área é de ocupação, tem passagens, é área onde já foi mexido, onde eu só posso manter essa área, eu não posso criar uma nova área [...].<sup>660</sup>

Nas áreas passíveis de intervenção, os primeiros cultivos do sítio foram estabelecidos mediante a produção orgânica, que, na concepção de Sérgio, ficaram ultrapassados diante das possibilidades que agora se apresentam:

---

<sup>660</sup> ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista.**

[...] eu tava ficando satisfeito com a agricultura orgânica? Sim, até um certo ponto, mas digamos assim, agricultura orgânica hoje, na minha concepção né, é uma agricultura tradicional, só não usa insumos químicos né, mas há degradação do solo, há erosão, com agricultura sintrópica não, é bem diferente [...].<sup>661</sup> (informação verbal).

O proprietário do Sítio Florbela apresenta as práticas de manejo da prática agroflorestal ou agricultura sintrópica como uma possibilidade concreta e sustentável para produzir dentro de um parque, em uma área ambientalmente protegida, tornando possível produzir comida na cidade e construir outras relações e interações entre seres humanos e natureza. Aqui é interessante destacar que “toda a natureza autocriada já sofreu algum tipo de intervenção humana que não mais nos autoriza falar em natureza virgem [...]”.<sup>662</sup>

[...] tem um menino da UFSC, que está fazendo estágio aqui, ele já tem uma outra concepção assim, é mais voltado para a agroflorestal [...] eu conheci esse menino fazendo um curso em Brasília [...] quem trouxe esse conhecimento, chama-se agricultura sintrópica, agora está na moda, na novela, essa agricultura sintrópica foi desenvolvida a partir do conhecimento dos indígenas, por observação e por teste [...] e aí desenvolveu uma filosofia de agricultura de agroflorestal, por enquanto não tem nada mais completo e melhor do que essa agricultura sintrópica [...] o sintropismo, o nome sintrópico vem da física, é o contrário de

---

<sup>661</sup> ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista.**

<sup>662</sup> Interessante discussão é feita por Arthur Soffiati sobre a questão da separação entre um dado mundo “natural” e um mundo “cultural”. “No lugar da tradicional divisão que reconhece ecossistemas naturais e ecossistemas artificiais, a proposta contida nesse quadro considera que tudo é natureza [...] mais ainda, a natureza não existe: trata-se de uma convenção humana [...] As unidades urbanas, por mais que tenham se esforçado em desligar-se da ordem natural, jamais lograram êxito [...] o Homo sapiens, espécie que se considera predominante e até mesmo exclusiva desses ecossistemas, continua sendo um animal, vertebrado, mamífero, primata e homínideo.” (SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P. e CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental...** p. 33.).

entropia, que entropia há uma perda de energia no sistema, o sintrópico não, há um ganho de energia no sistema [...] é uma coisa assim fantástica e muito simples, então essa agricultura sintrópica, para este parque, para esta realidade, para o orgânico, para a cidade, é uma saída fantástica (informação verbal).<sup>663</sup>

Ao afirmar que a agricultura sintrópica pode ser considerada uma “saída fantástica” para o parque, para a cidade, é colocar-se em diálogo com as possibilidades viáveis para o lugar em que o sítio está sediado. As práticas de manejo da técnica agroflorestal, de certo modo, são utilizadas como argumento pelos defensores da ideia de que é possível existir cultivos mesmo em áreas de preservação. As justificativas são as já discutidas nesse sentido, de que essas práticas são capazes de recuperar o solo, aumentam a biodiversidade, reduzem o gasto energético, produzem um alimento sem resíduos químicos e, dessa forma, estão contribuindo para a construção de práticas de vida urbana mais sustentáveis.

A Figura 81, a Figura 82, a Figura 83 e a Figura 84 ajudam a perceber o sítio, estruturado em área de declividade, e as formas de manejo agroflorestal.

---

<sup>663</sup> ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista.**

Figura 81 – Fotografia de Sérgio Araújo em meio ao cultivo consorciado do Sítio Florbela no Sertão do Peri



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 82 – Fotografia de cultivos de hortaliças no Sítio Florbela no Sertão do Peri



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 83 – Fotografia do Sítio Florbela no Sertão do Peri



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 84 – Fotografia de área cultivada no Sítio Florbela



Fonte: Acervo da autora (2016)

O manejo nas bases da agroecologia é a única possibilidade viável para produzir nas fronteiras do Parque; ainda assim, os conflitos surgem. Sérgio falou bastante durante a entrevista a respeito do desejo de conseguir se aproximar mais do poder público para mostrar o trabalho que ele vem desenvolvendo no Sítio Florbela. Manifestou desagrado quanto à

ação desse mesmo poder, que muitas vezes aparece mediante uma denúncia, mas que não dialoga constantemente sobre as possibilidades para o lugar.

[...] só vem quando tem denúncia, teve uma geada que queimou tudo, aí eles vieram aqui: — ah vocês estão passando veneno [...] o que que é aquilo ali, tá tudo queimado, vocês passaram veneno? [...] Não, isso aí foi a geada que queimou [...] eu gostaria que tivesse uma aproximação maior, uma conversação [...] a gente investe, acredita [...] aí eu tô querendo comprar um engenho de farinha, aí eu preciso construir [...] tem uma área ali que tinha um capoeirão, que a gente tá roçando para plantar mandioca. Pra quê mandioca? Pra fazer farinha, porque o pessoal aqui faz farinha. Daqui a pouco eles vão dizer: — pô está desmatando [...] isso aqui já tava desmatado, eu só tô limpando para plantar a mandioca para preservar a cultura, mas eu queria ter o aval [...] e a gente não tem (informação verbal).<sup>664</sup>

Esses conflitos acabam fazendo parte da experiência do Florbela, pois o sítio está localizado em área onde há conflito de ordem ambiental e uma legislação complexa e que está em transformação. De qualquer modo, ser produtor agrícola em uma ilha urbana tem também outras implicações.

Uma das questões que aparece nas entrevistas diz respeito às dificuldades de garantir acesso constante aos supermercados da cidade. D. Sônia, do Espaço Pergalê, reclamou que os mercados dão preferência para os produtos “vindos de fora”.

Nas palavras da agricultora:

[...] esse ano mesmo para nós agricultores tá terrível, seca, crise econômica, terrível [...] esse mês de setembro eu já perdi quase 5 mil pés de alface, não tem venda, não tem mercado, você não consegue colocar no mercado [...] as pessoas não tem dinheiro [...] nós jogamos muita coisa fora [...] a gente não consegue dar vazão e o mercado em si reclama de falta de produto, mas eles vão

---

<sup>664</sup> ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista.**

buscar fora, eles sabem que a gente tem, mas buscam em São Paulo [...] (informação verbal).<sup>665</sup>

Embora a entrevistada não tenha explicado as razões pelas quais os mercados dão preferência pela compra de produtos vindos de São Paulo, é possível fazer algumas ponderações que envolvem esse debate de produzir em uma ilha urbana. Se a escolha dos compradores estiver vinculada a preços, os produtores da Ilha têm certamente duas dificuldades que, em última instância, acabarão por afetar o preço final de suas mercadorias.

Em primeiro lugar, a questão referente aos impostos: ITR ou IPTU. Na Ilha hoje existem casos<sup>666</sup> de propriedades que pagam os dois impostos, casos de produtores que pagam ITR, mas que já acumulam uma dívida em IPTU, e até casos de proprietários que entram na justiça para garantir o pagamento do ITR, embora a criação de alguns poucos animais não justificaria o uso do solo como rural. Este último caso estaria melhor enquadrado no interesse de pagar um imposto menor, sobre grandes áreas, com vistas à especulação imobiliária e exploração futura dessas áreas localizadas em territórios muito valorizados sob a logística de empreendimentos comerciais e residenciais na Ilha.

---

<sup>665</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista.**

<sup>666</sup> No dia 20 de setembro de 2017 a Epagri sediou em seu escritório localizado no Itacorubi uma reunião com objetivo de ouvir as demandas de diferentes experiências de agricultura em Florianópolis para que então possa pensar em formar de inseri-las no planejamento plurianual que já está sendo pensado. A técnica da Epagri, Cristina Ramos Callegari, ao fazer a abertura dos trabalhos explicou que a Epagri é um órgão de fomento para projetos de extensão rural, que do ponto de vista institucional, não trabalha com agricultura urbana. No caso de Florianópolis, a Epagri tem projetos com alguns agricultores tradicionais, com engenhos de farinha e com projetos ligados à maricultura. O também técnico, Phillipe Medeiros da Costa, explicou que, para ter acesso a políticas públicas de fomento os agricultores precisam ter a DAPE. Durante a reunião dois depoimentos chamaram atenção para a questão do imposto que os agricultores pagam na Ilha. O primeiro, do Sr. Erasmo Nei Tiepo, produtor agrícola da Caieira da Barra do Sul, afirmou que, embora continue a pagar o ITR, carnes com IPTU lançado já chegam em seu endereço e ele possui uma dívida que se acumula. Em outro depoimento, a Sra. Almerinda C. Souza afirmou que, no imóvel de sua família, situado no Sertão do Ribeirão, incidem dois tributos, uma parte do imóvel com ITR e a outra com IPTU. Essas informações foram obtidas pela autora, que esteve presente no evento em questão.

A questão tributária<sup>667</sup> sem dúvida traz problemas aos produtores uma vez que alguns deles terão que aumentar seus gastos se sobre suas terras incidir o IPTU. Pode-se inferir que este seria um fator que iria incidir sobre o preço final das mercadorias. Existe um mecanismo, segundo o historiador e técnico da Epagri, Phillipe Medeiros da Costa, que garante ao produtor o pagamento do ITR, mas não é um mecanismo que se renova automaticamente e precisa ser refeito a cada ano. Nas palavras de Costa:

Então, tem que ser produtor primário, existem alguns produtores que estão conseguindo pagar ITR, eles estão entrando anualmente na justiça porque não existe um mecanismo administrativo na justiça que a prefeitura reconheça que a propriedade é propriedade rural, mas por lei federal um empreendimento de produção primária, ele caracteriza um empreendimento rural e tem direito pagar ITR e não IPTU. Então, anualmente entra na justiça para que se reconheça na justiça a área como área rural, tem que entrar anualmente porque a justiça entende que de um ano para o outro o terreno pode mudar a aptidão rural e, como ele tá num zoneamento urbano, entende que ele vai ter

---

<sup>667</sup> João Rua diz que a questão tributária irá influenciar diretamente o preço da terra. “[...] A respeito do IPTU, nos termos do artigo 32 do Código Tributário Nacional, é fator gerador do IPTU: Art. 32. O imposto, de competência dos municípios [...] para os efeitos desse imposto entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observando o requisito mínimo da existência de melhoramentos, de pelo menos dois requisitos [...] I- meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais, II- abastecimento de água, III-sistemas de esgotos sanitários, IV-rede de iluminação pública, V- escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado. [...] Quanto ao ITR, assim dispõe o artigo 29 do Código Tributário Nacional: O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fator gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do município. [...] Podemos concluir que o critério adotado para definir se um imóvel pertence à zona urbana ou rural é o territorial. Pouco a pouco, em meio a emaranhados jurídicos, o critério de uso econômico da unidade foi sendo admitido como definidor do tributo a ser pago.” (RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra. In: FERREIRA, Alvaro et al. **Metropolização do espaço territorial e relações urbano-rurais**. p. 400-401.).

que ter novamente todo o gasto e todo o investimento que é rural e não é urbano [...] Florianópolis, desde o último plano diretor e provavelmente o próximo não vai ter área rural [...] apenas de ter algumas áreas mais com características rurais do que urbanas, né [...] (informação verbal).<sup>668</sup>

Acessar a justiça anualmente para ter garantido o direito de pagar o ITR é algo que implica tempo e gasto financeiro, constituindo-se numa dificuldade para quem é ou deseja tornar-se agricultor na Ilha.

O outro aspecto que pode influenciar no preço final da mercadoria produzida na Ilha diz respeito ao acesso às políticas públicas de fomento divulgadas e capitaneadas pela Epagri. O fato de o município de Florianópolis não ter mais um macrozoneamento rural não é, por si só, impeditivo para que a Epagri conceda apoio logístico para os produtores e as produtoras. Agora, para ter acesso às políticas públicas de financiamento, algumas dificuldades se colocam no caminho. A primeira delas, segundo o técnico Phillipe, diz respeito à questão da demanda. A maior parte da demanda da Epagri hoje para Florianópolis vem de maricultores e pescadores, conferindo a estes prioridade no planejamento desse órgão.

Então, como a gente num município que o público majoritário é pescador e maricultor, o nosso planejamento até então [...], a nossa força de trabalho municipal é focado no nosso grupo principal que são os pescadores e maricultores, a gente faz plano pra curso no município e faz pensando nesse público (informação verbal).<sup>669</sup>

Além da prioridade então das ações da Epagri hoje, em Florianópolis, estarem vinculadas ao trabalho com maricultores e pescadores, uma outra exigência também cria maior complexidade à questão. Embora a Epagri atenda ao produtor primário, independentemente do zoneamento em que está sua propriedade, para que este mesmo agricultor tenha acesso às políticas de fomento ele terá, obrigatoriamente que ter a DAP. De acordo com Phillipe, a grande

---

<sup>668</sup> COSTA, Philipe Medeiros da. **Entrevista**. [20 ago. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Historiador e técnico da Epagri).

<sup>669</sup> Ibid.

maioria dos registros de DAP em Florianópolis são de maricultores e pescadores. Ou seja, muitos agricultores não possuem DAP. Sobre ter essa declaração:

[...] tem que ter DAP, a Epagri até atende outro público que não tem DAP, mas atendimento prioritário tem que ter DAP [...] para ter DAP hoje para a agricultura tem que ter até 4 módulos fiscais (em Florianópolis são 48 hectares) de produção dele, tem que morar na propriedade ou próximo, a renda majoritária tem que ser da propriedade, da unidade familiar dele, somando todas as rendas mais da metade tem que ser da propriedade, a força de trabalho tem que ser majoritariamente familiar e a renda bruta anual não pode ultrapassar 360 mil [...] eu vou chutar que é, no máximo, uns 200 DAPs ativos no município, só que aqui a grande maioria é de pescador, daí depois, pau a pau com os pescadores tá a maricultura e de agricultura eu acredito que tenhamos 3 DAPs ativos de agricultores em Florianópolis [...], o Erasmo, o pai do Anderson e o Pedro, do Ratonos também tem DAP (informação verbal).<sup>670</sup>

A técnica Cristina Callegari também reforçou estes dados sobre os agricultores que tem DAP em Florianópolis: “[...]outros agricultores que tem aquelas características que tem acesso ao Pronaf, que tem DAP, esses agricultores que a gente conta nos dedos, são os que tem DAP, é o Pedro do Ratonos, o Erasmo da Caieira, o Martinho do Muquém no Rio Vermelho (informação verbal).”<sup>671</sup>

D. Sônia, do Espaço Pergalê, também afirmou ainda não ter DAP, embora queira fazê-lo: “Ainda não, DAP não. Vou entrar agora com DAP. Eu te confesso que o meu negócio era ser fundo de quintal, mas daqui a pouco eu vou esbarrar no problema de vender para outras pessoas por falta de notas, então vou acabar fazendo [...] (informação verbal).”<sup>672</sup>

De todas as dificuldades de trabalhar com a terra em uma Ilha urbana, sob o ponto de vista da legislação, pode-se inferir que talvez seja

---

<sup>670</sup> COSTA, Philipe Medeiros da. **Entrevista**.

<sup>671</sup> CALLEGARI, Cristina Ramos. **Entrevista**. [20 jun. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Nutricionista, técnica da Epagri).

<sup>672</sup> JENDIROBA, Sônia. **Entrevista**.

a tentativa de fazer crer que o rural nesta mesma ilha é mera reminiscência. Sendo assim, as dificuldades enfrentadas por aqueles e aquelas que desejam produzir alimento, plantas medicinais, cultivar abelhas são mais complexas do que simplesmente defender o imposto rural, ter DAP, seguir a legislação ambiental, os desafios também passam por buscar mecanismos que tornem o rural visível em meio à invisibilidade que o poder público e os setores vinculados ao grande capital tentaram lhe conferir. As palavras da técnica Cristina Callegari trazem essa questão à tona:

Em 2015 retornei para a Epagri e vim para Florianópolis [...] Florianópolis, pensando a Ilha tem a parte continental que também é litoral, então o que a gente tem de evidente de trabalho da Epagri é um trabalho com a maricultura e com a pesca. Desde a década de 90 a Epagri tem um trabalho bem específico na área da maricultura [...] produção de ostra principalmente [...] quando eu vim trabalhar aqui [...] falaram não, Florianópolis não tem agricultura, quando, na verdade, o que estava sendo dito era, não, Florianópolis não tem meio rural, não quer dizer que não tenha agricultura [...] por viver aqui, por ter morado aqui, eu sabia que tinha um pouco de agricultura espalhado por aí, mas como tem uma demanda muito grande da maricultura, se a gente for pensar fica cerca de 1300 em pescadores e maricultores [...] (informação verbal).<sup>673</sup>

O esforço empreendido pelo poder público, sobretudo através da legislação ou de decretos, parece deixar evidente que Florianópolis é um município urbano. Esse indicativo aparece na Lei nº 482/2014, bem como se repete na Minuta IV do Plano Diretor de Florianópolis, assim como aparece em decretos legislativos. O vereador Marcos José de Abreu protocolou pedido para incluir na Lei nº 521/2015 – lei municipal que prevê a redução gradativa do uso de veículos de tração animal no município de Florianópolis – um adendo que solicitava a possibilidade do uso de animais em decorrência do “exercício de atividades agropecuárias nas zonas rurais ou com características rurais da cidade.”<sup>674</sup> A resposta

---

<sup>673</sup> CALLEGARI, Cristina Ramos. **Entrevista**.

<sup>674</sup> Cf. ABREU, Marcos José de. Projeto de Lei Complementar nº 1.634/2017.

recebida pela equipe do vereador deixava claro que a solicitação não seria atendida, tendo em vista que Florianópolis não tem mais áreas rurais.

No documento em questão, a recusa em aceitar o adendo vem assim justificada:

Na lei que rege o atual plano diretor de Florianópolis, não há disposição de área rural. [...] Nosso território está discriminado em “área urbana” e “área não urbana”, sendo esta última não sinônimo da primeira. Ademais, todos sabem que Florianópolis é um território sustentado pelas atividades administrativas e comerciais. A produção agrícola é desprezível e está limitada em áreas privadas e na região periférica da cidade.<sup>675</sup>

O rural e o agrícola na Ilha, perante a legislação, tornam-se reminiscência. Desse modo, continuar a ser agricultor(a), tornar-se agricultor(a), produzir para um mercado além do doméstico, torna-se resistência. São modos de usos do solo que vão ao encontro de uma cidade mais democrática, onde o urbano convive com o rural, com a agricultura, com a produção de alimentos sem químicos, com um ambiente centrado na terra e não apenas no cimento.

---

<sup>675</sup> MARQUES, Claudinei. Parecer Instrutivo à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Florianópolis. Florianópolis, 19 jun. 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 2017, o cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC) sediou um evento<sup>676</sup> que tinha por objetivo promover o lançamento do filme documentário *Cultura de engenho: patrimônio e resistência*, ganhador do prêmio Elisabete Anderle 2015 no segmento Patrimônio Imaterial. O filme<sup>677</sup> aborda desde a questão da produção urbana de mandioca até exemplos de uso coletivo da terra para produção de alimento no sul do estado. Dirigido por Sandra Alves e roteirizado pela historiadora Gabriella Pieroni, o filme traz em seu início uma cena emblemática que faz uma referência direta ao peculiar processo de urbanização de Florianópolis, que se tornou urbana sem apagar suas ruralidades. A cena é ambientada na Rodovia SC-401, na altura do viaduto que dá acesso ao bairro de Santo Antônio de Lisboa. Nela, um senhor conduz seu carro de boi pelo acostamento da movimentada rodovia. O cantar do carro de boi é misturado ao som de inúmeros automóveis que acessam a via. Bem próximo, um ônibus sai da via e acessa o ponto de parada. O contraste do asfalto, dos carros e do ônibus com o carro de bois causa um impacto e ao mesmo tempo nos coloca diante da singularidade que é a relação entre o urbano e o rural na Florianópolis contemporânea.

Essa singularidade parece incomodar aos que defendem que Florianópolis tem uma “vocação” que estaria vinculada ao desenvolvimento da indústria do turismo e da indústria de alta tecnologia. Nesse contexto de tentativas de construir um projeto com a ideia de um “futuro” único para a cidade, o rural é visto como reminiscência, fadado ao desaparecimento ou a tornar-se cena de uma relíquia perdida no tempo.

O poder público, representado pelo IPUF, elaborou o Plano Diretor que foi então votado na Câmara Municipal de Florianópolis e transformado na Lei nº 482/2014. Esse documento extinguiu o

---

<sup>676</sup> O evento ocorreu no dia 5 de outubro de 2017 no CIC e foi marcado pelo lançamento do filme *Cultura de engenho: patrimônio e resistência*, seguido pelo debate intitulado “Ameaças e estratégias de preservação dos engenhos de farinha de Santa Catarina”.

<sup>677</sup> Cf. DOCUMENTÁRIO chama a atenção para condição patrimonial dos engenhos de farinha de mandioca. **Hora de Santa Catarina**, 4 out. 2017. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2017/10/documentario-chama-atencao-para-condicao-patrimonial-dos-engenhos-de-farinha-de-mandioca-9924861.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

macrozoneamento rural do município de Florianópolis. O rural passa a ser delimitado nas ARRs e enquadrado nas áreas de transição urbana. O urbano avança como projeto de cidade. Loteamentos, condomínios, grandes empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais, construções à beira-mar avançam sobre a Ilha, que se configura como urbana. Esse movimento avança sobre o solo urbano, confere à terra um valor mercadológico, constrói espaços que segregam. Muitos desses empreendimentos lançam campanhas embasadas nos discursos de sustentabilidade, apregoam e prometem uma vida plena em conexão com o ambiente, usam o rural como signo de uma vida permeada pela natureza, pautada pela “tranquilidade”. O fato é que esse projeto de cidade que se constituiu como um município urbano traz implicações sociais, ambientais, econômicas e políticas.

O urbano que avança em áreas outrora zoneadas como rurais permite o parcelamento do solo, a transformação deste em áreas edificadas, aumenta a densidade demográfica dos lugares e imprime transformações ao ambiente, muitas vezes irreversíveis. As áreas rurais já foram colocadas na legislação do município de Florianópolis, na década de 1980, como forma de conter o avanço da urbanização. A criação das AUEs no Plano Diretor de 2014, em grande medida, no lugar das antigas AERs, traz em si uma questão, no mínimo, bastante polêmica. O zoneamento AUE requer a aprovação de projeto próprio para as dadas regiões desse modo zoneadas. Porém, é no mínimo questionável que esses projetos não tenham que se adequar ao que determina o Plano Diretor para as referidas regiões. Sobretudo, por estarem as AUEs estabelecidas em lugares de forte pressão especulativa e imobiliária. Quais seriam as razões desse zoneamento no lugar das antigas AERs? Algumas perguntas merecem uma reflexão mais profunda. Porque as maiores AUEs foram estabelecidas na região norte da Ilha, notadamente projetada para grandes empreendimentos e vista como uma das artérias principais de investimentos públicos e privados? Estaríamos diante de reserva de mercado? Também cabe questionar porque as AUEs não precisam se submeter ao que determina o Plano Diretor? Então, onde o Plano prevê quatro andares, os projetos para as AUEs podem permitir oito pavimentos? Porque as AUEs foram alvo de tantas críticas nas reuniões distritais durante o processo de reformulação do Plano Diretor de 2014? E, por fim, cabe perguntar: elas farão parte do novo plano diretor de Florianópolis? Se a resposta for positiva, quais as regras que irão permear o zoneamento AUE? Essas são questões que ainda não podem ser respondidas, pois, ao término deste trabalho, o processo que envolve o plano diretor de Florianópolis permanece inacabado, tendo a prefeitura

ganhado na justiça o direito de fazer intervenções na Lei nº 482/2014, sem a necessidade das audiências públicas exigidas pelo Ministério Público logo após a aprovação do plano em 2014.

A análise de documentos enviados ao núcleo gestor que coordenava a reelaboração do Plano Diretor mostrou que a demanda pela manutenção do rural era algo presente em algumas comunidades, como Ratoles e Rio Vermelho. Mas, também, essas demandas não eram um elemento homogêneo nas comunidades. Requerimentos individuais solicitavam alterações de zoneamento as mais diversas. É preciso deixar claro que a manutenção do rural em determinados lugares da Ilha não pode ser vista como uma demanda homogênea. Esse processo também é marcado por fissuras.

Uma coisa é possível inferir: o rural e o urbano podem ser utilizados como mecanismos de poder. Neste momento político que a cidade de Florianópolis vivencia, parece claro o desejo de que o rural seja reminiscência. Pelo menos é o que ficou evidente nos encaminhamentos do novo plano diretor de Florianópolis. Essa questão é bastante complexa, a definição do que é tido como rural ou urbano também é definida pelo uso que se faz da terra. Florianópolis tem imóveis que estão cadastrados no Incra e pagam o ITR. Esses imóveis são considerados como rurais pelo critério do uso que é feito na terra. Na Ilha, a partir da reconfiguração jurídica do Plano Diretor, que desconsidera a existência do rural, imóveis de produtores rurais começam a ser tributados com IPTU, ainda que tenham uso rural, causando problemas que terão que ser solucionados juridicamente. Além do Plano Diretor e da questão da tributação, o IBGE também utilizou os critérios rural e urbano para fazer o mapeamento de Florianópolis. No levantamento feito pelo IBGE, foram identificadas 124 áreas rurais em Florianópolis. Portanto, os critérios para definir o que é tido como rural e o que é tido como urbano são complexos, por vezes incoerentes, e, sem dúvida, a afirmação ou negação de um ou de outro pode trazer significativas implicações para as pessoas, para o meio ambiente, para a vida nas cidades.

É nesse contexto de tentativas de afirmação do urbano em Florianópolis que (res)surgem as ruralidades em diferentes cantos e sob as mais diversas tipologias. É o rural que se encontra reinventado nos produtores de farinha de mandioca e nas suas articulações para garantir o direito de manter os cultivos de mandioca na Ilha. É o rural que se encontra reelaborado nas diferentes tipologias de agricultura urbana. Dentre elas, o movimento em torno das hortas comunitárias, institucionais ou não. O movimento em torno das hortas, em especial, da ocupação de espaços públicos, a exemplo da horta do Pacuca, nos coloca frente a frente

com a questão dos movimentos pelo direito à cidade, pelo direito dos usos do solo urbano. Aqui, ocupar um espaço através de uma horta comunitária é mecanismo de reivindicação do direito de usar a terra para fins diversos. Isso inclui usar a terra para a produção de alimentos, para a troca de sociabilidades, para o lazer, para ter experiências a partir da terra e na terra, entre outros.

Pensar agricultura urbana é também problematizar as diversas experiências que têm sido elaboradas em Florianópolis nas duas últimas décadas. Estas podem ser pensadas a partir dos projetos de educação ambiental, protagonizados pelo Instituto Çarakura, pela Comcap, pelo Sítio Flor de Ouro, pelos projetos envolvendo hortas escolares e educação ambiental. Agricultura urbana também é percebida nas práticas de compostagem, desenvolvidas pela Comcap, pelo projeto Família Casca da Floram, pela Revolução dos Baldinhos da comunidade do Monte Cristo. Por fim, pensar agricultura na cidade, através dos produtores de orgânicos ou das experiências de agrofloresta é trazer para o cenário urbano os princípios da agroecologia. Todas essas práticas têm como fundamento a construção de mecanismos que apontem caminhos para o estabelecimento de relações mais equilibradas entre homens e mulheres e o meio ambiente.

Todo esse movimento que aponta em diferentes direções em torno da agricultura urbana vem acompanhado de tentativas de institucionalizar um programa de agricultura urbana e uma política agroecológica para Florianópolis. Esse processo, que acabou tendo importantes conquistas – a assinatura do decreto que instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis e a criação do Projeto de Lei que cria uma Política Municipal de Agricultura Agroecológica e Produção Orgânica para Florianópolis (PMAPO) –, também foi e continua sendo permeado por tensões e conflitos. Uma das grandes articuladoras desse movimento, a Rede Semear de agricultura urbana, passou por um movimento de redimensionamento interno e questionamento de suas bases e seu funcionamento. Ao término do ano de 2017, durante o encerramento do III Encontro Municipal de Agricultura Urbana e Práticas Integrativas Complementares, ocorrido em 17 e 18 de novembro entre UFSC, Epagri e Jardim Botânico, o encerramento foi feito mediante uma avaliação da atuação da Rede Semear, suas fragilidades, as dificuldades enfrentadas, as projeções para o futuro. Na ocasião, questões foram levantadas como: Existe de fato a Rede Semear? É possível dar continuidade a este coletivo? Queremos continuar com a Rede Semear? Entre as considerações feitas, foi destacada a importante atuação do coletivo, que obteve o reconhecimento do poder público perante as questões que

permeiam a agricultura urbana em Florianópolis. Entre os problemas, foi destacada a dificuldade de manter um grupo efetivamente integrado e atuante nas ações da Rede, o que acaba por sobrecarregar aqueles(as) que estão à frente dos encaminhamentos, sendo estes, em grande parte, representantes de órgãos públicos de Florianópolis. Pode-se depreender que também a Rede Semear tem sido importante na conquista de espaços para agricultura urbana, no desenvolvimento de oficinas e projetos articulados com educação ambiental, no desenho de uma outra cidade. É um processo não linear, difícil, sobretudo porque é um trabalho que caminha no sentido invertido ao da lógica dominante.

O processo de urbanização de Florianópolis também promoveu a vinda de migrantes que, egressos de outros centros, trouxeram suas experiências e, muitos deles foram em busca de lugares onde o rural ainda era bastante presente. Com os migrantes, vieram as urbanidades, experiências trazidas de centros mais fortemente urbanizados. Serão as urbanidades no rural. Aqui, os chamados neo-rurais constroem novas relações com a terra, com o meio ambiente a partir das trocas entre as urbanidades e as ruralidades.

É possível, portanto, concluir que o rural em Florianópolis não sucumbiu diante dos processos de urbanização, não se tornou mera reminiscência. Florianópolis segue um fluxo de urbanização coordenado por uma legislação que abre espaço para o urbano, abre espaço para a transição para este urbano em áreas ainda não tão fortemente urbanizadas. Ainda assim, o rural aparece nas permanências dos agricultores de mandioca, nas agriculturas urbanas, nos neo-rurais, nas tentativas de implementar políticas públicas, nas disputas por espaço no Plano Diretor, na reelaboração de festas, nas lutas pela transformação dos modos de produção de farinha de mandioca em patrimônio cultural. O rural é parte da cidade. A perda de espaços na legislação, que se configurem como rurais, trará implicações sociais, culturais e ambientais para a vida na cidade. A presença das ruralidades tem sido, pois, um movimento fundamental na busca de uma outra cidade. As ruralidades na Florianópolis que se urbaniza não apenas estão em constante processo de reelaboração, mas, sobretudo, apontam para uma cidade que não é somente tecnológica ou turística, é também agrícola, rural, pesqueira, produtora de alimentos. Essas ruralidades nos apontam para uma cidade plural, democrática, inclusiva, onde cidade e natureza possam coexistir. Essas ruralidades nos indicam que é possível uma cidade onde rural e urbano sejam não faces de uma mesma moeda, mas partes de uma complexa e intrincada teia de conexões e possibilidades de vir a ser.

## REFERÊNCIAS

### Jornais e documentos *on-line*

ADESIVO Ratores Rural. 1 fotografia. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/justojuliana?fref=nf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

AEROPORTO Hercílio Luz completa 40 anos neste domingo (14). **Tudo Sobre Floripa**, 13 ago. 2016. Disponível em: <[http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/aeroporto\\_hercilio\\_luz\\_completa\\_40\\_anos\\_neste\\_domingo\\_14](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/aeroporto_hercilio_luz_completa_40_anos_neste_domingo_14)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

ALVES, Felipe. Horta do Campeche é exemplo de trabalho voluntário e comunitário. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 9 dez. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/horta-do-campeche-e-exemplo-de-trabalho-comunitario-e-voluntario>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Papaquara teria que estar limpo. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 jan. 2017.

ANIMAES soltos. **Jornal O Dia**, Florianópolis, n. 4, 5 jan. 1901.

AVAAZ.ORG. **Não ao Parque Aeronáutico Particular de Ratores**. 2017. Disponível em: <[https://secure.avaaz.org/po/petition/orgaos\\_publicos\\_e\\_sociedade\\_civil\\_Nao\\_ao\\_Aerodromo\\_privado\\_em\\_Ratores/?apJamhb](https://secure.avaaz.org/po/petition/orgaos_publicos_e_sociedade_civil_Nao_ao_Aerodromo_privado_em_Ratores/?apJamhb)>. Acesso em: 22 maio 2017.

AVILA, Mariana de. Projeto prevê aeroporto no Norte da Ilha: impacto ambiental é analisado. **G1**, 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2017/02/projeto-preve-aeroporto-no-norte-da-ilha-impacto-ambiental-e-analisado.html>>. Acesso em: 11 maio 2017.

BARREIRA, T. F. et. al. Diversidade e equitabilidade de Plantas Alimentícias Não Convencionais na zona rural de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v.17, n. 4, supl. 2, 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-05722015000600964](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-05722015000600964)>. Acesso em: 22 out. 2017.

BARROS, Karin. Hortas para a comunidade. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 12 e 13 mar. 2016.

BISPO, Fábio. Em audiência pública, comunidade diz não ao aeroporto em Rationes, em Florianópolis. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 4 maio 2017. Disponível em:

<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/em-audiencia-publica-comunidade-diz-nao-a-aeroporto-em-rationes-em-florianopolis>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Estudo ambiental para condomínio aeronáutico em rationes será concluído em junho. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 4 maio 2017. Disponível em:

<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/estudo-ambiental-para-condominio-aeronautico-em-florianopolis-sera-concluido-em-junho>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Parque aeronáutico em Rationes. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 22 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefeitura diz que zoneamento não permite aeroporto em Rationes, em Florianópolis. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 3 maio 2017. Disponível em:

<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/prefeitura-diz-que-zoneamento-nao-permite-aeroporto-em-rationes-em-florianopolis>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Secretário que emitiu viabilidade para o aeroporto de Rationes se manifesta sobre parecer. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 7 maio 2017. Disponível em:

<<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/secretario-que-emitiu-viabilidade-para-aeroporto-de-rationes-se-manifesta-sobre-parecer>>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Vitória da prefeitura de Florianópolis no impasse do Plano Diretor. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 7 nov. 2017. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/vitoria-da-prefeitura-de-florianopolis-no-impasse-do-plano-diretor>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CLARA NOITE DE SOL. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Produção de Bokashi... **Pictame**, 24 jan. 2017. Disponível em: <[http://www.pictame.com/media/1434950330605356950\\_2710520710](http://www.pictame.com/media/1434950330605356950_2710520710)>. Acesso em: 28 out. 2017.

COMO FUNCIONA a Horta do Pacuca. 1 infográfico. In: TENDÊNCIA no mundo todo, hortas comunitárias estimulam cooperação entre vizinhos em Florianópolis. **Hora de Santa Catarina**, 1º set. 2016. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/09/tendencia-no-mundo-todo-hortas-comunitarias-estimulam-cooperacao-entre-vizinhos-em-florianopolis-7358998.html>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CONVITE para mutirão. 1 cartaz. In: ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DE SANTA CATARINA (AFFESC). **Quinta das Plantas**. 2014. Disponível em: <<http://www.affesc.com.br/quinta-das-plantas/noticias/13>>. Acesso em: 23 set. 2017.

DEBONA, Darci. SC reduz quantidade de agrotóxicos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 nov. 2017.

DISTRITOS de Florianópolis. In: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RATONES (AMORA). **Ratones**. 4 ago. 2008. Disponível em: <<http://amoratones.blogspot.com.br/2008/08/ratones.html>>. Acesso em: 22 out. 2017..

DOCUMENTÁRIO chama a atenção para condição patrimonial dos engenhos de farinha de mandioca. **Hora de Santa Catarina**, 4 out. 2017. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2017/10/documentario-chama-atencao-para-condicao-patrimonial-dos-engenhos-de-farinha-de-mandioca-9924861.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DUARTE, Gabriele. Lei que proíbe tração animal em Florianópolis é aprovada por unanimidade. **Hora de Santa Catarina**, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2015/03/lei>>

que-proibe-tracao-animal-em-florianopolis-e-aprovada-na-camara-por-unanimidade-4726364.html>. Acesso em: jun. 2015.

ESPAÇO PERGALÊ. Produção de orgânicos. 1 fotografia. **Facebook**, 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EspacoPergale/photos/a.112514413427832.1.1073741829.257940460998697/1125151037610964/?type=3&theater>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

FACEBOOK. **Não aeroporto Ratores**: arquivos. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1235644986513579/files/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FERREIRA, Karina. Vereador explica projeto de lei que apoia produção de alimentos em Florianópolis: “transcende direita ou esquerda”.

**Maruim**, 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://maruim.org/2017/04/06/vereador-marquito-explica-projeto-de-lei-que-apoia-a-producao-de-alimentos-em-florianopolis-transcende-direita-ou-esquerda/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

FLORIANÓPOLIS (Município). Câmara Municipal. **Requerimento nº 054-40**. Florianópolis, 5 maio 2017. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 11 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Comcap e Saúde implantam hortas nos centros de saúde. Florianópolis, 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/saude/index.php?pagina=notpagina&noti=18318>>. Acesso em: 4 set. 2017.

FLORIANÓPOLIS é a sexta capital com metro quadrado mais caro do Brasil. **Hora de Santa Catarina**, 19 jul. 2017. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/07/florianopolis-e-a-sexta-capital-com-metro-quadrado-mais-caro-do-pais-9846594.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FLORIANÓPOLIS tem crescimento populacional acima da média, aponta Censo. **Diário Catarinense**, 9 nov. 2010. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/11/florianopolis-tem-crescimento-populacional-acima-da-media-aponta-censo-3102995.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

FLORIANÓPOLIS: origens e destino de uma cidade à beira-mar. **DC Documento**, Florianópolis, p. 3, mar. 1996.

GOMES, Dariele. Especialistas em horta orgânica. **Jornal Notícias do Dia**. Florianópolis, 3 e 4 jun. 2017.

GRUPO COSTA ESMERALDA. Área demarcada do empreendimento Costa Esmeralda para o Parque Aeronáutico de Ratoles. 1 fotografia. In: NEUMANN, Larissa. Projeto que prevê parque aeronáutico em Ratoles, em Florianópolis, ainda não foi aprovado. **Diário Catarinense**, 22 fev. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/02/projeto-que-preve-parque-aeronautico-em-ratoles-em-florianopolis-ainda-nao-foi-aprovado-9728181.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA. Placa de entrada. 1 fotografia. **Facebook**, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadopacuca/photos/a.274163619660074.1073741830.271371189939317/274163516326751/?type=3&theater>>. Acesso em: 21 out. 2017.

INCÊNDIO criminoso ocorre em área onde se pretendia construir aeroporto e empreendimentos de luxo. **Desacato**, 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://desacato.info/incendio-criminoso-ocorre-em-ratoles-em-area-onde-pretende-se-construir-aeroporto-e-empreendimentos-de-luxo/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

INSTITUTO ÇARAKURA. **Nossa História**. [2016]. Disponível em: <<http://www.institutocarakura.org.br/index.php?mod=pagina&id=8419>>. Acesso em: 8 out. 2017.

MIACI, Nara. **Horta Alecrim** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[gicallado@yahoo.com.br](mailto:gicallado@yahoo.com.br)> em 9 ago. 2017.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NOVA proposta de classificação do IBGE vê o Brasil menos urbano. **Correio Brasiliense**, 31 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/31/internas\\_polbraeco,613868/ibge-quer-mudar-mecanismos-do-senso.shtml](http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/31/internas_polbraeco,613868/ibge-quer-mudar-mecanismos-do-senso.shtml)>. Acesso em: 13 out. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Cuánto nos falta para alcanzar el hambrecero?**: El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/>>. Acesso em: 1º out. 2017.

PATI, Camila. Floripa, a Ilha do Silício, tem vagas e quer atrair mais gente. **Exame**, 6 abr. 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/florianopolis-vagas/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PENZ, Genoveva. **Quintais produtivos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <+55 48 9117-9972> em 25 jul. 2017 via WhatsApp.

PEREIRA, Moacir. Implantação do Parque Aeronáutico de Ratores depende da liberação de licenças ambientais. **Diário Catarinense**, 22 de abril de 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/moacir-pereira/noticia/2017/04/implantacao-do-parque-aeronautico-de-ratores-depende-da-liberacao-de-licencas-ambientais-9777545.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. O aeroporto e o futuro da Ilha. **Diário Catarinense**, 17 mar. 2017.

PONTO DE CULTURA ENGENHOS DE FARINHA. 2017. Disponível em: <<https://engenhosdefarinha.wordpress.com/>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF); COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL (COMCAP). Mutirão horta medicinal. 1 cartaz. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **Mutirão sábado para implantar horta medicinal**. 9 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=17913>>. Acesso em: 23 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Convite para mutirão na Tapera. 1 cartaz. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (PMF). **PMF implanta horta em mutirão na Tapera para ajudar economia familiar**. 20 jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?pagina=notpagina&noti=18663>>. Acesso em: 4 set. 2017.

PRODUTOS da Chácara Clara Noite de Sol expostos na feira Canto da Ilha. 1 fotografia. In: CHÁCARA CLARA NOITE DE SOL. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

QUEIROZ, Alexandre H. de. **Formulário de solicitação de adequações nº 66**. Prefeitura Municipal de Florianópolis; IPUF: Plano Diretor de Florianópolis. Florianópolis, 28 jun. 2016. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

QUINTAIS DE FLORIPA. [2016]. Disponível em: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com/arquivos-uteis/>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobre**. [2016]. Disponível em: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

RIBAS, Gilberto. Núcleo Distrital Ratoles. **Formulário de apreciação pública da minuta do anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. AP052. Florianópolis, 16 dez. 2016. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

ROSA, Edson. Boi na farra é boi de lida e cantoria. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 4 e 5 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Criação de bovinos é alternativa econômica, de lazer e subsistência no interior da Ilha. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Moderno e antigo em Ratoles. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 9 e 10 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Os últimos cafezais. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 e 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Poluição crônica nas Baías. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 13 e 14 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Produção nativa das abelhas sem ferrão. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 29 dez. 2014.

SABÃO ecológico produzido na Chácara Clara Noite de Sol. 1 fotografia. In: CHÁCARA CLARA NOITE DE SOL. **Facebook**, [2017]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/claranoitedesol/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

SANTANA, Jamile. Projeto de lei quer proibir veículos de tração animal em Mogi das Cruzes. **G1**, 18 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/07/projeto-de-lei-quer-proibir-veiculos-de-tracao-animal-em-mogi-das-cruzes.html>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SC 401 SQUARE CORPORATE. **O empreendimento**. 2016. Disponível em: <<http://sc401.com.br/o-empreendimento.php>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SC 401: crescimento econômico e populacional. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 30 set. 2014.

SC-401: polo de desenvolvimento. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 28 ago. 2014.

SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS. **Nota técnica 01/2017**: Esclarecimentos aos questionamentos encaminhados pelo Conselho de Desenvolvimento do Norte da Ilha (CODENI), referentes ao Projeto de Aeródromo na localidade de Ratonés, Florianópolis/SC. Florianópolis, 10 abr. 2017. Disponível em: <[http://www.socioambiental.com.br/aerodromo\\_ratones\\_respostas.pdf](http://www.socioambiental.com.br/aerodromo_ratones_respostas.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SUPERMERCADO despeja esgoto na rede pluvial e polui a Lagoa pequena, no Campeche, em Florianópolis. **Desacato**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<http://desacato.info/supermercado-despeja-egoto-na-rede-pluvial-e-polui-a-lagoa-pequena-no-campeche-em-florianopolis/>>. Acesso em: 25 set. 2017.

THOMÉ, Leonardo. Poluição do Rio do Brás provoca viroses, revolta turistas e prejudica temporada em Canasvieiras. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 8 jan. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/poluicao-do-rio-do-bras>>

provoca-viroses-revolta-turistas-e-prejudica-temporada-em-canasvieiras>. Acesso em: 25 set. 2017.

WENZEL, Karine. Sapiens Parque promete dar um salto de desenvolvimento em 2014. **Diário Catarinense**, 18 dez. 2013.

Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2013/12/sapiens-parque-promete-dar-um-salto-de-desenvolvimento-em-2014-4368207.html>>. Acesso em: ago. 2014.

## Revistas

REVISTA FLORIPA É. Florianópolis, n. 3, mar. 2014.

SILVA, Adriana Souza. A Flórida brasileira. **Revista Veja**, ano 36, n. 22, p. 87-88, 4 jun. 2003.

UMPIERRES, Fabrício. Inteligência a serviço da cidade. **Revista Floripa é**: para conhecer mais sua cidade. Florianópolis, n. 2, mar. 2013.

## Obras literárias

BARBOSA, Renato. **O garoto e a cidade**: Florianópolis dos anos 20. Florianópolis: Secretaria de Comunicação Social, 1979.

CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002. v. 2.

DEÇA, Othon. **Homens e algas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

PIRES, Horácio Nunes. **D. João de jaqueta**: cenas da roça. Porto Alegre: Movimento, 1984.

QUEIROZ, Eça de. **A cidade e as serras**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

TEATRO COMUNITÁRIO DO CANTO. **E se eu fosse um camarão**. Versão 2016.

VÁRZEA, Virgílio. **Histórias rústicas**. São Paulo: Poeteiro editor digital, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mares e Campos**: quadros da vida rústica catarinense. Florianópolis: Insular, 2003.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**: a Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

### Fontes orais

ALMEIDA, Luis Gustavo Martins de. **Entrevista**. [20 mar. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Voluntário de hortas comunitárias – Quintais de Floripa).

ANDRADE, Cláudio Agenor de. **Entrevista**. [12 out. 2013]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2013. 1 arquivo .mp3. (Proprietário de engenho de farinha – Engenho dos Andrade – Santo Antônio de Lisboa).

ANDRADE, Fausto Agenor de. **Entrevista**. [23 ago. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Proprietário de Engenho de Farinha – Santo Antônio de Lisboa).

ANDRADE, José Zeno de. **Entrevista**. [28 jul. 2013]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2013. 1 arquivo .mp3. (Plantador de mandioca – Santo Antônio de Lisboa).

ANDRADE, Rose Maria de. **Entrevista**. [1º abr. 2014]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3. (Rendeira – Santo Antônio de Lisboa).

ANJOS, Maria Joaquina dos. **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Rio Vermelho).

ANJOS, Manoel Cândido dos. **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e proprietário de engenho de farinha, 63 anos – Rio Vermelho).

ARAÚJO, Sérgio Machado. **Entrevista**. [23 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e proprietário do Sítio Flor Bela, Sertão do Peri).

BAIRRÃO, Claudinei. (Nei). **Entrevista**. [12 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Fornecedor de farinha de mandioca – Canto do Lamim, Jurerê).

BARDANÇA, Anilton Graciliano. **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e voluntário da Horta do Pacuca, Campeche).

BARTILOTTI, Elizabeth Bunn. **Entrevista**. [30 maio 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. São José, 2016. 1 arquivo .mp3. (Produtora de mudas e voluntária da Horta Comunitária da Av. Beira-Mar de São José).

CALLEGARI, Cristina Ramos. **Entrevista**. [20 jun. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Nutricionista, técnica da Epagri).

CARMO, Silvane Dalpiaz do. **Entrevista**. [10 mar. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Bióloga da Floram – Projetos de educação ambiental).

CHRISTAKIS, Miguel. **Entrevista**. [dez. 2011]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2011. 1 arquivo .mp3. (Criador de avestruz, 80 anos – Jurerê).

CONCEIÇÃO, Juliana Justo. **Entrevista**. [2 out. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Bióloga e criadora da Chácara Clara Noite de Sol, Ratonés).

COSTA, Philipe Medeiros da. **Entrevista**. [20 ago. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Historiador e técnico da Epagri).

DAMASCO, Ademir. **Entrevista**. [22 jul. 2014]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2014. 1 arquivo .mp3. (Cineasta – Campeche).

DAUSSY, Maria Francisca dos Santos. **Entrevista**. [7 mar. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Rede Semear – Secretaria Municipal de Saúde).

DISCURSO de abertura da Décima Segunda Carreata do Divino Espírito Santo. Florianópolis, 31 ago. 2013. 1 arquivo .mp3. Acervo pessoal.

FERREIRA FILHO, Timóteo. **Entrevista**. [jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Pescador – Sambaqui).

FLAUZINO, Donnie Marcelo P. **Entrevista**. [1º jul. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Tecnólogo de alimentos).

JENDIROBA, Sônia. **Entrevista**. [24 set. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (*Chef* de cozinha, produtora de orgânicos).

LAHM, Júlia. **Entrevista**. [set. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 questionário *on-line*. (Arquiteta e voluntária da Horta do Pacuca, Campeche).

LEVY, Max David. **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Biólogo e voluntário do Sítio do Simples, Campeche).

MARIA, Fabiano João. **Entrevista**. [23 mar. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Criador de gado – Vargem Pequena).

OLIVEIRA, Andrea. **Apresentação do Instituto Çarakura**. [3 jun. 2017]. Interlocutora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Espaço de Permacultura, Agrofloresta e Educação Ambiental).

PASSOS, Henrique. (Kike). **Entrevista**. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Médico – Sítio do Simples, Campeche).

PEREIRA, Nereu do Valle. Narrativa. In: FARINHADA. Direção: Ademir Damasco. 2008. 1 documentário (52 min), son., color.

PRADO, Tânia Regina. **Entrevista**. [29 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Nutricionista e voluntária da Horta Comunitária do Córrego Grande).

PRUDÊNCIO, Júlia. **Entrevista**. [1º jul. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Tecnóloga de alimentos e *chef* de cozinha).

PRUDÊNCIO, Marisa. **Entrevista**. [1º jul. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo .mp3. (Bióloga – Ecovila São José).

PULICE, Bianca. **Entrevista**. [18 jun. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo de WhatsApp. (Permacultora e voluntária da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, Campeche).

QUERINO, Manoel Ireno. **Entrevista**. [jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Artesão – Santo Antônio de Lisboa).

RAMOS, Sérgio da Costa. [Narrativa]. In: OUTONO. Direção: Ademir Damasco. 2013. 1 documentário (42 min), son., color.

ROSA, Jorge da. **Entrevista**. [2 dez. 2011]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2011. 1 arquivo .mp3. (Carroceiro – Trabalha com reciclagem – Morro da Caixa).

ROSA, Manoel Leopoldo da. **Entrevista**. [30 ago. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor, pescador aposentado – Praia do Forte).

SANTOS, Aldo Juvêncio dos. **Entrevista**. [13 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (78 anos).

SANTOS, Hermínio Euclides dos Santos. (Nem). **Entrevista**. [5 jun. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1

arquivo .mp3. (Dono de engenho de produção de farinha, 59 anos – Rio Vermelho).

SANTOS, Virgílio Manoel dos. **Entrevista**. [10 jun. 2012]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e criador de galinha caipira – Ratonés).

SILVA, Adalácio Vitor da. **Entrevista**. [22 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor – Sítio do Lício – Ratonés).

SILVA, Divo da. **Entrevista**. [21 jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor, 68 anos – Ratonés).

SILVA, Doralice Genair da. **Entrevista**. [21 jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Ratonés).

SILVA, Maria Sueli da. Entrevista. [set. 2014]. Entrevistador: Edson Rosa. In: ROSA, Edson. Os últimos cafezais. **Jornal Notícias do Dia**, Florianópolis, 20 e 21 set. 2014.

SILVA, Tomaz da. **Entrevista**. [21 jan. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Agricultor – Ratonés).

SILVA, Valmir dos Passos. **Entrevista**. [15 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Criador de gado – Ratonés).

SILVA, Zenaide. **Entrevista**. [22 jul. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultora, administradora do lar – Sítio do Lício – Ratonés).

SILVA, Zenilto Custódio da. **Entrevista**. [28 dez. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Projetos de Agricultura Urbana – Técnico da Comcap).

SCHIMDTZ, Terezinha. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2012. 1 arquivo .mp3. (Agricultora – Vargem Pequena).

SOSTIZZO, Ivo. **Entrevista**. [2 dez. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Ex-diretor do IPUF).

SOUZA, Sérgio Antônio de. (Marreba). **Entrevista**. [12 abr. 2015]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2015. 1 arquivo .mp3. (Proprietário de engenho de farinha – Canto do Lamim, Jurerê).

### **Documentação governamental ou de entidades da sociedade civil organizada**

ABREU, Marcos José de. **Projeto de Lei Complementar nº 1.634/2017**. Altera a Lei Complementar nº 521/2015. Florianópolis: Câmara Municipal, 25 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 17.002/2017**. Estabelece a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis – PMAPO. Florianópolis: Câmara Municipal, 14 mar. 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa MMA nº 06, de 23 de setembro de 2008**. Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçada de extinção aquelas constantes do Anexo I... Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/conservacao-da-biodiversidade/especies-ameacadas-de-extincao>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO (CEPAGRO); INSTITUTO ÇARAKURA; NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CENTRO TECNOLÓGICO DA UFSC (NEAMB). **Programa de Educação Ambiental e Alimentar com Hortas Escolares**. Florianópolis, fev. 2017.

DAVI, Stella; TREVISAN, Adriana C. D. Representantes Distritais NG/PDP. São João do Rio Vermelho. Florianópolis: IPUF, 7 dez. 2016.

DUTRA, Maria da Graça O. **Lei Complementar nº 521/2015**. Dispõe sobre a redução gradativa do uso de veículos de tração animal no município de Florianópolis e dá outras providências. Florianópolis: Câmara Municipal, 10 jul. 2015.

ENCONTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA, 2., 2016, Florianópolis. **Carta de Intenções...** Florianópolis: UFSC, 2016.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 17.688, de 5 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana.

FLORIANÓPOLIS (Município). **Decreto nº 91, de 1º de junho de 1982**. Regulamenta a Lei nº 1.828, de 3 de dezembro de 1981, que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri e instituiu seu plano diretor de ocupação e uso do solo. Disponível em: <<https://goo.gl/AEVYjV>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 001, de 1997**. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_12\\_2011\\_16.37.04.7b13ab17fd0e0530e3d60f1fbeatcbb1.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_12_2011_16.37.04.7b13ab17fd0e0530e3d60f1fbeatcbb1.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2015**. Institui o Plano Diretor de urbanismo do município de Florianópolis... Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2014\\_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2014_12.01.39.ae8afdb369c91e13ca6efcc14b25e055.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do município de Florianópolis. **Diário Oficial Eletrônico do Município**, ed. 2011, Florianópolis, 22 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento. Programa Integrado de Desenvolvimento Socioeconômico. **Diagnóstico Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 1990.

FÓRUM DA CIDADE, 2017, Florianópolis.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos de Santa Catarina**. 1960-2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. 2014. Disponível em: <<https://snrcr.serpro.gov.br>>. Acesso em: 7 mar. 2014.

MARQUES, Claudinei. **Parecer Instrutivo à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 19 jun. 2017.

PEREIRA, Hélio do Valle. Sentença. In: SANTA CATARINA (Estado). Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Autos nº 023.01.026834-3**. Autores: Agro Pastoral C. Ramos Ltda., Doris Ramos Gomes e Vilma Ramos Fonseca. Ré: Prefeitura de Florianópolis.

PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS. 2017. Disponível em: <[www.planodiretorflorianopolis.com.br](http://www.planodiretorflorianopolis.com.br)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Minuta IV**. 2017. Disponível em: <<http://planodiretorflorianopolis.com.br/novo/minuta-iv-junho-2017/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

REDE SEMEAR. Termo de abertura do projeto de lançamento da Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana. Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. 154 p. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/atlas1958.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. 173 p. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasVerde.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20\\_12\\_2013\\_14.30.40.b479cb7a256a963c9e0bbf87bd860d38.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_12_2013_14.30.40.b479cb7a256a963c9e0bbf87bd860d38.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

### **Fontes audiovisuais**

FARINHADA. Direção: Ademir Damasco. 2008. 1 documentário (52 min), son., color.

OUTONO. Direção: Ademir Damasco. 2013. 1 documentário (42 min), son., color.

## Referências bibliográficas

ABREU, Marcos José de. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRV), capital social e agricultura urbana.** 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** São Paulo: EDUSC, 2007.

ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ribeiro de; HOFFEL, João L. de Moraes; QUEDA, Oriowaldo. **A propriedade como símbolo rural: representações sociais e o impacto sobre o ambiente na bacia do rio Atibainha,** São Paulo. São Paulo: Hucitec, 2008.

ALMEIDA, Daniela A. O. de; COSTA, Heloisa S. de M. **Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana.** Disponível em: <<http://www.ruaf.org/urban-agriculture-concept-and-definition>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Morgana Celina. **Evolução e permanência dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina.** 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ANGEOLETTO, Fernando et al. **Cartilha “o passo-a-passo de uma revolução: compostagem e agricultura urbana na gestão comunitária dos resíduos orgânicos.”** Florianópolis: Cepagro, 2016.

ARAÚJO, Hermétis R. de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república.** 1989. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões.** São Paulo: EDUSC, 2000.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das**

famílias. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística.** 2000. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AZEVEDO, Elaine de. **Alimentos orgânicos:** ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. Florianópolis: Insular, 2003.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano:** açúcar, fumo, mandioca, escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política:** obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3. ed., 1987.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BLAUTH, Guilherme; ABUHAB, Patricia. **De olho na vida:** reflexões para um consumo ético. Florianópolis: Instituto Harmonia da Terra, 2006.

BOEIRA, Sérgio Luis. Desenvolvimento urbano e crise de paradigmas: o caso da região de Florianópolis. **PerCursos**, v. 6, n. 2, 2005.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1445/1218>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres – dignidade e direitos da mãe terra. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CALDAS, Cândido (Marechal). **História militar da Ilha de Santa Catarina:** notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

CAMPOS, Émerson C. de et al. (Org.). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: Editora da UDESC; DIOESC, 2011.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; FCC, 1991.

\_\_\_\_\_. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 113-135, jul./dez. 2002.

CARNEIRO, Fernando F. et al. (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-76, out. 1998.

CARNEIRO, Maria José; PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Tecendo novas estratégias: confecções em domicílios rurais em Nova Friburgo. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa L. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

CARUSO, Raimundo C. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina: 10 entrevistas com Franklin Cascaes**. Florianópolis: Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CÉ, Angela Aparecida. **Pacuca: uma nova proposta de parque cultural para o Campeche**. 2016. 44 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECCA). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

CESCO, Susana. A questão agrícola na Ilha de Santa Catarina no século XIX. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 434-466, out. 2010.

\_\_\_\_\_. A questão florestal na história da Ilha de Santa Catarina. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 191-215, jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Floresta, agricultura e cidade**: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX. 2009. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHEREM, Rosângela M. **Caminhos para muitos possíveis**: Desterro no final do império. 1994. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CIMADEVILLA, Gustavo. De la dicotomia urbano-rural a la emergência rurbana: momentos y movimientos. **Revista do programa da Pós-graduação em História da UFSC**, n. 13, v. 13, p. 50-71, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Editora Positiva, 2004.

CORRÊA, Rogério. **Festas de carros de boi**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2013.

DECHOUM, Michele de Sá; ARELLANO, Lucrecia. Desafios para a manutenção de serviços ecossistêmicos em parque municipal no sul do Brasil. **Neotropical biology and conservation**, v. 11, n. 3, p. 153-164, set./dez. 2016.

DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Marieta. História do tempo presente e ensino de História. **História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico**: abordagens e desafios teóricos e metodológicos. Cascavel: Edunioeste, 2009.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente e recursos naturais. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.abes-df.org.br/upload/artigo/2014\\_05\\_27/asp-2-04-2-20140527160132.pdf](http://www.abes-df.org.br/upload/artigo/2014_05_27/asp-2-04-2-20140527160132.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

DUQUEVIZ, Beatris C. **A rurbanização como política social em Gilberto Freyre**. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

ESPÍNDOLA, Ariana M. A vida rural na freguesia do Ribeirão da Ilha no século XIX. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/476/186>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FALCÃO, Luiz Felipe. Palavras indesejadas: relatos que estorvam a ideia de uma história única e uniforme (Florianópolis, últimas décadas do século XX). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010.

\_\_\_\_\_. Da cidade, seus usos e sentidos. In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico**: abordagens e desafios teóricos e metodológicos. Cascavel: Edunioeste, 2009.

\_\_\_\_\_. Quando os “nativos” e os “haoles” se encontram... In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

\_\_\_\_\_. Rugas e dobras: marcas do passado na cidade contemporânea. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides de (Org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina: EDUFPI, 2010.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2000.

FARIAS, Eduardo. **Revolução dos Baldinhos**: um modelo de gestão comunitária de resíduos orgânicos que promove a agricultura urbana. 2011. 70 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Gilmar de Campos. **Morros da lavoura**: a vida agrícola na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1875-1900). 2010. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Sérgio Luiz. (Org.) **Histórias quase todas verdadeiras**: 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

\_\_\_\_\_. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Santo Antônio de Lisboa, 310 anos**: sua gente, sua igreja e sua festa do divino. Florianópolis: Nova Letra, 2008.

FERRETTI, Orlando; BELTRAME, Angela da V. Mapa dos espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina. In: FERRETTI, Orlando E. **Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina, Brasil**. 2013. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://biogeografia.paginas.ufsc.br/files/2017/07/Orlando\\_Ferretti.pdf](http://biogeografia.paginas.ufsc.br/files/2017/07/Orlando_Ferretti.pdf)> . Acesso em: 4 jan. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Povoadores da fronteira**: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000.

FOLEY, Jonathan A. Podemos alimentar o mundo e sustentar o planeta? **Revista Scientific American Brasil**, n. 170, out. 2016.

FREDDI, Susi M. **A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos**: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

GARCIA, Sérgio Ricardo C. **Os embarcados**: memórias de um movimento populacional da Cachoeira do Bom Jesus, Norte da Ilha de Santa Catarina entre 1940 e 1980. 2008. 53 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2982>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GOMES, Jaqueline Martins. **Conservação da natureza e emancipação social**: um estudo de caso sobre a comunidade de Santa Maria de Caiuá e sua relação com a Floresta Nacional Pau Rosa, Maués, Amazonas. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, Pedro Faria. **Cesta Viva**: alimentos orgânicos Sítio Flor de Ouro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[gicallado@yahoo.com.br](mailto:gicallado@yahoo.com.br)> em 9 ago. 2017.

GONÇALVES, Rita Galvão G. **Hortas urbanas**: estudo do caso de Lisboa. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Org.) **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2001. v. II.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2012.

GUERINI, Eduardo. **Metropolização e impactos socioambientais em Florianópolis (1986-1996)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno e o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62, 1978.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina**: desenvolvimento urbano e meio ambiente. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2011.

LOHN, Reinaldo L.; CAMPOS, Emerson C. de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da historiografia**, n. 24, p. 97-113, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/27>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970**. 2002. 445 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LOUREIRO, Carlos F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOVO, Ivana C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MACHADO, Luiz C. P.; MACHADO FILHO, Luiz C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCON, Maria Teresinha de R. **A metropolização de Florianópolis: o papel do estado**. 2000. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2016.

MARTINELLO, André Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. 2016. 243 f.

Doutorado (Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTINELLO, André Souza; LENZI, Maria Helena. Florianópolis e as excepcionalidades do não planejar: imagens e política da “capital dos catarinenses”. In: DIAS, Vera Lucia Nehls; PET GEOGRAFIA UDESC (Org.). **Cadernos do observatório geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC**. Florianópolis: Insular, v. 1, 2011. p. 198.

MARTINS, Celso. **O tempo da farinha**: Projeto Cantares e Saberes – Inventário do Patrimônio Imaterial de Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis: Insular, 2014.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. Homem da multidão e o flâneur no conto “o homem da multidão” de Edgar Allan Poe. **Terra Roxa e outras terras: revista de estudos literários**, v. 12, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.uel.br/pos/letras/terroroxa/g\\_pdf/vol12/TRvol12f.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terroroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf)>. Acesso em: ago. 2014.

MATOS FILHO, Altamiro M. **Agricultura orgânica sob a perspectiva da sustentabilidade**: uma análise da Região de Florianópolis. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MENASCHE, Renata. Capinar: Verbo Conjugado no Feminino? Notas de pesquisa sobre Gênero e Percepções de risco na Agricultura Familiar. **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**, n. 11, v. 5, jul./set. 2004.

MENDES, Iba. Jeca tatu, o mal da terra. **Iba Mendes Pesquisa**, [2011]. Disponível em: <<http://www.ibamendes.com/2011/06/jeca-tatu-o-mal-da-terra.html>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23. n. 45, p. 11-36, 2003.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/urban-agriculture-concept-and-definition>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MOUGEOT, Luc. J. A. **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Otawwa: IDRC; Earthscan, 2005. 281 p.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Rosimere. **Atlas ambiental**. Florianópolis. Larus Instituto, 2002.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

NEUBERT, Enilto de Oliveira. Santa Catarina: o berço da industrialização da mandioca. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 26, n. 1, mar. 2013.

NODARI, Rubens Onofre. Risco à saúde dos seres vivos advindo dos agrotóxicos: ênfase nos herbicidas. In: ARAGÃO, Alexandra et al. **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão – aspectos técnicos, jurídicos e éticos**. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

NOLASCO, Camille L. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

NOPEs, Adriane. **Memórias da tradição: Praia dos Ingleses, Ilha de Santa Catarina**. Jaraguá do Sul: Impressul Indústria Gráfica, 2015.

NUNES, José Walter. Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram? In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico: abordagens e desafios teóricos e metodológicos**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

OLIVEIRA, Lisete Assen de. **Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina**. 1999. 243 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PASINI, Janete Maria. **Memória e Cotidiano**: a Cachoeira do Bom Jesus entre 1960 e 1970. 2005. 92 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: UDESC, 1973.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

PEIXOTO, Eloy Gallotti (Org.). **Florianópolis**: homenagem ou humilhação? Florianópolis: Insular, 1995.

PEREIRA, João B. B.; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? Arcaísmo e modernidade no contexto agrário. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 6-13, dez./fev. 2004-2005.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina**: etnografia catarinense. Florianópolis: Ed. Fundação Cultural Açorianista, 1992.

PEREIRA, Polyana F.; SCARDUA, Fernando P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceitos e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 1, Campinas, jan./jun. 2008.

PIERONI, Gabriella C. **Engenhos da cultura**: teias agroecológicas. Florianópolis: Pontos de Cultura Engenhos de Farinha/Cepagro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Engenhos de farinha**: políticas culturais e saberes tradicionais no tempo presente. 2011. 84 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PIMENTA, Margareth de Castro A. Florianópolis como espaço do público. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Florianópolis**: do outro lado do espelho. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História**, São Paulo (PUC-SP), abr. 1997.

POZZO, Renata R.; VIDAL, Leandro Moraes. A cidade contra a Ilha: aspectos da urbanização contemporânea de Florianópolis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RANIERI, Guilherme R. (Coord.). **Guia prático sobre panes**: plantas alimentícias não convencionais. São Paulo: Instituto Kairós, 2017.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina**: permanências e transformações. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

\_\_\_\_\_. Preservação ambiental no contexto urbano: cidade e natureza na Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 12, n. 1, maio 2010.

RESENDE, Maicon. **A patrimonialização do sertão do Peri entre histórias e memórias (1976 -2015)**. 2016. 110 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RODRIGUES, Fernando Matos. **Ecologia e planejamento urbano**: estudo de caso em Ratonés – Florianópolis. 2012. 108 f. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROSA, Jorge Luiz da. **Do rural ao urbano**: o caso de São João do Rio Vermelho (município de Florianópolis). 2004. 60 f. Monografia

(Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010.

RUA, João. O urbano no rural fluminense e o preço da terra. In: FERREIRA, Alvaro et al. **Metropolização do espaço territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

\_\_\_\_\_. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes: 2004.

SÁ, Kátia Fernanda Castro de. **O comportamento dos incorporadores imobiliários e os instrumentos de uso e ocupação do solo**: a produção do espaço vertical de Florianópolis. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (Coord.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. **Geledés**, 29 out. 2010. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/lobato-os-jecas-e-questao-racial-pensamento-social-brasileiro/#>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SAYÃO, Thiago J. O despertar da fruição: a paisagem da Ilha de Santa Catarina vista através da literatura regionalista. **Espacialidades**, v. 5, n. 4, p. 150-176, 2012.

\_\_\_\_\_. **Nas veredas do folclore**: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975). 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SCHINKE, Gert. **Ecoplamento**: teoria que explica o processo de assimilação do colapso ecológico por parte do sistema capitalista global. Florianópolis: Insular, 2013.

SCHROEDER, Adriane. **Histórias de engenho**: os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis – tradição, modernidade, representações. Joinville: Ed. UNIVILLE, 2007.

SILVA, Dione Melo da. **Ruralidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: um olhar à luz de Janus. 2014. 187 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre a prática e o discurso**: a formação dos espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos F. B., LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo de S. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Evandro André de. Franklin Cascaes: uma cultura em transe. **Esboços**, Florianópolis, v. 4, n. 4, jun./dez 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPAROVEK, Gert; LEONELLI, Gisela C. V.; BARRETO, Alberto G. O. P. A linha imaginária. In: SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O município e as áreas rurais**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 14-24. (Caderno Pólis 8).

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

THEODORO, Suzi; H.; DUARTE, Laura G.; ROCHA, Eduardo L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; VIANA, João N. (Org.). **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOMLINSON, John. **Globalization and culture**. Chicago: Chicago University Press, 1999.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VARGAS, Iara T. **Os neo-rurais**: capital humano estratégico de mudanças. 2002. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A história não os absolverá nem a geografia**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

\_\_\_\_\_. A primeira utopia do antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, abr./jun. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000200227&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2017000200227&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 4 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Carlos Alberto. **Distrito de Ratoles, Florianópolis, SC: a comunidade tradicional e suas relações ambientais.** 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 23-44, jan./jul. 2003.

## APÊNDICES



## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1

### Questionário 1: Agricultura Urbana (Pacuca)

1) Dados Gerais: nome, profissão, cidade de origem, sua ligação com agricultura urbana ou outras práticas ativistas

2) Qual é a História da Horta do Pacuca?

Origens, Idealizadores, lugar, terreno (Qual a situação do terreno – público, privado?) etc.

3) Como é organizado o processo de produção? Quais espécies? Quem planta? Se seguem algum princípio norteador? Como é feito a colheita e distribuição?

4) Qual a relação com a comunidade?

5) Quais as principais dificuldades enfrentadas? Você chegou a ter algum conflito no Pacuca? Poderia descrever.

6) Como tem sido a atuação do poder público em relação ao Pacuca?

7) Qual a relação entre a Horta do Pacuca e a educação ambiental? Porquê e quando a Horta do Pacuca mudou o nome para Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca?

8) Existem projetos futuros? Quais e como estão andando?

9) Qual a importância do projeto Horta do Pacuca no contexto de crescimento urbano acelerado de Florianópolis?

10) Existem outros exemplos como este na Ilha?

11) Como você percebe o papel das mulheres no processo de constituição das Hortas Comunitárias, em especial na Horta do Pacuca?

12) Como você enxerga o espaço público?

13) O que poderia melhorar na Horta do Pacuca?

14) A Horta do Pacuca mudou algo em sua vida cotidiana?

Livres considerações.....



## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2

### Questionário 2: Agricultura Urbana

1) Dados Gerais (nome, profissão, etc.)

2) Defina seu trabalho com agricultura urbana

-Tipo (Quintal, Horta comunitária, Compostagem, Outros)

-Local

-Quem são os envolvidos?

-Quais as espécies são cultivadas?

-Como é organizada a produção/distribuição?

-Quem são os consumidores?

3) Qual o espaço para as PANCs e as medicinais?

4) Quais as relações da comunidade com sua atividade?

5) Como é a atuação do poder público diante de tal?

6) Qual a situação do terreno em que a prática existe? Público ou privado? Qual imposto é cobrado? Qual o zoneamento? Existem áreas de preservação no espaço usado? Quais as implicações disto?

7) Quais os problemas enfrentados?

8) Quais os princípios norteadores do seu trabalho? Agroecologia, permacultura???

9) Que outros exemplos de agricultura urbana você conhece em Florianópolis?

10) Qual a relação do seu trabalho com educação ambiental?

11) Qual o papel das mulheres nos processos de agricultura urbana?

12) Qual a relação da agricultura urbana com saúde?

13) Fale sobre o que pensa sobre:

-agrotóxicos

-crescimento urbano em Florianópolis

-Plano diretor de Florianópolis

- relações entre rural e urbano em Florianópolis
- orgânicos
- sustentabilidade.

### APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO 3

Entrevista 3: Agricultores(as) – Agricultura urbana - mercado (Orgânicos, mudas, mel, projetos jardins comestíveis)

1) Breve biografia

2) Descreva seu espaço de produção

-zoneamento terreno (rural ou urbano? )

-Existem áreas de preservação no seu espaço? Quais os desdobramentos disso? Conflitos?

-Imposto cobrado

-organização produção

-Espécies plantadas

-mão de obra

-destino de sua produção

3) Quais os princípios que norteiam sua produção?

4) Quem são os consumidores?

5) Como é a relação com a comunidade?

6) Você faz parte de algum grupo de agricultores? Qual e como este funciona? Quem mais participa? Quais as vantagens e desvantagens?

7) Como é a atuação do poder público diante do seu trabalho? Você tem algum tipo de financiamento ou apoio? De qual órgão e como funciona?

8) Como a sua família se relaciona com a produção rural?

9) Qual o papel das mulheres nos processos de agricultura urbana?

10) Quais os problemas enfrentados e porquê?

11) Existe alguma relação do seu trabalho com projetos de educação ambiental? Fale sobre.

12) Você participa de feiras? Fale sobre elas. E de festas? Fale sobre.

13) O que você pensa sobre:

-agrotóxicos

-Extinção das áreas rurais em Florianópolis

-sustentabilidade

-crescimento da cidade

-turismo

14) Para você:

-Qual a importância de uma horta comunitária?

-O que poderia melhorar?

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO 4

Questionário 4: Ruralidades (artesãos, pescadores, carreiros, embarcados)

1) Nome, idade, profissão

2) Histórico de vida ligado à ruralidade (agricultura, engenhos, pesca, caça, carros de boi, produção artesanal)

3) Vida Rural atual

4) Fale sobre sua propriedade:

-zoneamento

-imposto

5) Existem áreas de preservação?

-Quais os problemas disto?

-Existem conflitos com a Fatma, polícia ambiental ou com novos moradores?

-O que mudou com as novas leis ambientais?

6) Qual a sua relação com o mar e com os rios?

7) Você participa de festas na comunidade?

-Quais?

-Quem vai?

-Quando acontecem?

-Qual a importância?

-Qual o envolvimento da comunidade?

-Quais os problemas enfrentados?

-Quais os cuidados em relação aos animais?

8) Você tem engenho de farinha?

-Quando foi construído? Por quem? De onde vieram as peças? Porque foi construído?

-Qual o tipo? O que este produz?

- Qual a importância deles?

-Quais as dificuldades na manutenção e existência deles?

-Eles geram renda?

9) Qual a relação da sua família com o rural? (pesca, agricultura, engenhos, festas, carros de boi, pecuária, caça, renda, cantorias, criação de galinhas)

10) Qual atividade você desenvolve ligado ao mundo rural?

-Como aprendeu?

-Como é a relação das novas gerações com esta atividade?

-Como é percebido na comunidade?

-Que dificuldades enfrenta?

-Qual a importância desta atividade para a comunidade, para o turismo?

11) Para os carreiros:

-Como é a preparação dos bois para guiar os carros?

-Quem constrói os carros?

-Qual a importância deles para a comunidade como transporte?

-Qual a importância deles hoje?

-Quais as dificuldades na criação e manutenção dos animais? Quais as dificuldades para a manutenção dos carros de boi?

-Qual era e qual é hoje a função do carro de boi?

-Como funcionam as carreatas? Desde quando elas existem enquanto festas?

-Onde elas acontecem hoje? Qual a importância delas? Qual o envolvimento das comunidades? Como é a atuação do poder público diante das carreatas?

12) Para os embarcados:

-Conte sobre suas histórias ligadas ao rural – vida familiar

-Como foi ser embarcado?

-Onde vocês ficavam? Para onde iam?

-Quanto ganhavam? O que faziam?

-Quanto tempo?

-Porque viravam embarcados? Você conhece outros embarcados?

-Como era a volta?

-Quais as dificuldades encontravam?

13) O que você pensa sobre:

-Extinção das áreas rurais do plano diretor de Florianópolis?

-Proibição do uso de animais nos engenhos

-Crescimento da cidade

-O rural em Florianópolis

-A atuação do poder público diante do rural em Florianópolis

-Agricultura e meio ambiente

-Pecuária e meio ambiente

-Turismo em Florianópolis

14) Livres considerações



## APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO 5

Questionário 5: Criadores de animais

1) Dados gerais: nome, família, profissão, história

2) Ligação com o rural: ontem e hoje

3) Como é o uso da terra na sua propriedade?

-atividades

-zoneamento

-imposto

-financiamento

-áreas de preservação?

-restrições?

4) Fale sobre a criação de animais

-quais?

-custo?

-o que produz?

-objetivo?

-destino?

-dificuldades?

-conflitos com vizinhos e com órgãos públicos?

5) Você tem carros de boi?

-Qual a função?

-Onde os animais são treinados?

-Participa de carreatas?

-Qual a importância das carreatas?

-Você participa de festas?

-Qual a importância das festas?

-Qual a atuação do poder público?

- 6) Como fica a pecuária diante do crescimento da cidade?
- 7) Como está seu trabalho diante das leis ambientais/sanitárias hoje?
- 8) Como você vê a extinção das áreas rurais no plano diretor de Florianópolis?
- 9) Que outras atividades rurais fazem parte de sua vida?
- 10) O que você pensa sobre:
  - vida rural
  - vida rural e meio ambiente
  - futuro de Florianópolis (o que você deseja para)

## APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO 6

Questionário 6: Técnicos (IPUF)

1) Biografia

2) Fale sobre o processo de elaboração do Plano diretor de Florianópolis. Porque se arrasta há 11 anos uma discussão para um novo plano diretor?

3) Fale sobre o zoneamento rural nos Planos diretores de Florianópolis?

-Porque o macrozoneamento rural foi excluído do Plano de 2014?

-Porque, no novo plano (2017) Florianópolis não terá mais macroáreas rurais?

-Fale sobre o zoneamento das AUEs

-As ARRs darão conta do processo especulativo?

4) Florianópolis é uma Ilha. Fale sobre os limites do seu crescimento sobretudo em relação ao meio ambiente.

5) Como será tratado a agricultura na Ilha? Agricultura dos cultivos tradicionais e a agricultura urbana.

6) Como será tratada a pecuária?

7) Como o IPUF pensa a Florianópolis do futuro?

8) Quais as dificuldades do processo de elaboração do Plano diretor de Florianópolis?

9) Quais os problemas mais urgentes para Florianópolis?

10) Como o IPUF pensa tratar dos seguintes temas:

-crescimento urbano e equilíbrio ambiental

-plano diretor que garanta uma cidade democrática

-mobilidade

-espaços de uso comuns

-agricultura urbana



## APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO 7

### Questionário 7: Técnicos

-Dados gerais (nome, profissão, minibiografia)

#### **EPAGRI**

1) Fale sobre os projetos da Epagri ligados a agricultura urbana

\*quem são?

\*como funciona

\*dificuldades

\*como é a relação com a comunidade?

2) Quais os critérios para que a Epagri adote um projeto em Florianópolis?

\*Agricultura familiar?

\*Agroecologia?

3) Fale sobre os empreendimentos

4) Fale sobre a produção de orgânicos em Florianópolis -município

\*Onde estão?

\*Ligação com a Epagri

\*importância

\*dificuldades

5) Fale sobre a relação da Epagri com as novas tipologias

\*tradicionais

\*engenhos

\*novos agricultores

\*hortas institucionais

\*hortas comunitárias

\*quintais

6) Os projetos que a Epagri apoia na Ilha hoje estão em áreas zoneadas como o quê?

\*ex. Sérgio – Peri, está dentro de uma APP?

\*como é tratado a questão de plantar dentro de APPs ou de Unidades de conservação?

7) O que você pensa sobre a retirada do macrozoneamento rural de Florianópolis perante o novo Plano diretor?

8) Existe um planejamento para que a Epagri possa fomentar projetos na área de agricultura urbana?

9) Fale sobre projetos da Epagri relacionados com educação ambiental.

10) Fale sobre a parceria da Epagri no projeto rede de Engenhos para torna-los patrimônio imaterial.

11) Como são os projetos da Epagri voltados para a maricultura e a pesca?

12) O que você pensa sobre:

-Relação entre crescimento urbano (ilha) e sustentabilidade

-Relação entre agricultura urbana e saúde

-Relação entre agricultura urbana e educação ambiental

13) Considerações Finais

\*O que você pensa sobre:

-terra mercadoria X terra para plantar

-sustentabilidade

-Florianópolis do futuro

## **CIDASC**

1) Biografia

2) Fale sobre a criação de animais na Ilha.

-onde estão?

-como estão zoneados estes terrenos?

-Quais são os animais?

-Qual a destinação?

-como a CIDASC atua nestes lugares

3) Fale sobre a extinção das áreas rurais na Ilha e a prática da criação de animais.

4) Fale sobre a relação entre meio ambiente e a prática de criação de animais.

5) Explique como fica a questão dos criadores tradicionais em áreas de preservação permanente, como o sertão?

6) Quais as dificuldades enfrentadas no cotidiano?

-conflitos com vizinhos?

-questão sanitária?

-novas legislações?

7) Como é tratado a questão do uso de animais em engenhos de farinha?

8) O que você pensa sobre:

-relação entre pecuária e meio ambiente

-crescimento da cidade e atividades tradicionais

-futuro projetado para Florianópolis

-uso de veículos com tração animal

## **COMCAP**

1) Biografia

2) Fale sobre os projetos da COMCAP ligados à agricultura urbana.

3) Fale sobre os projetos da COMCAP ligados à educação ambiental.

4) Explique o desenvolvimento do projeto jardim botânico de Florianópolis

5) Explique a parceria da COMCAP no projeto revolução dos baldinhos

\*dificuldades

\*envolvimento da comunidade

\*importância

6) Qual a importância da agricultura urbana para:

-alimentação

-meio ambiente

-cidade

7) Como você percebe o crescimento da cidade?

-qual a extensão da coleta seletiva na cidade

-qual a extensão dos projetos de reciclagem

-qual a relação entre agricultura urbana e lixo

8) O que você pensa da retirada das áreas rurais do novo plano diretor?

9) Fale sobre a experiência das Hortas comunitárias?

10) O que você pensa sobre:

-terra mercadoria X terra para plantar

-sustentabilidade

-Florianópolis do futuro

### **Secretaria de Saúde**

1) Explique o contexto do surgimento da Rede Semear

\*quando\*quem\*parceiros \*importância \*objetivos\*dificuldades

2) Quais os projetos da secretaria vinculados a agricultura urbana?

3) Fale sobre o movimento de tentativa de criação de um política municipal de agricultura urbana para Florianópolis.

4) Como tem funcionado o envolvimento das secretarias com as hortas?

-origem mudas

-localização

-mão de obra

-envolvimento comunidades

-dificuldades

5) Quais os projetos da secretaria ligados com educação ambiental?

6) O que você pensa sobre a retirada das áreas rurais do plano diretor de Florianópolis?

7) Como você percebe a experiência das Hortas comunitárias?

8) Como você percebe o crescimento da cidade(Ilha)?

9) O que você pensa sobre:

-terra mercadoria X terá para plantar

-sustentabilidade

-Florianópolis do futuro



## **ANEXOS**



**ANEXO A – POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E  
PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FLORIANÓPOLIS (PMAPO):  
PROJETO DE LEI E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**





## Projeto de Lei n. 17002/2007

Estabelece a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis - PMAPO

### CAPÍTULO I

#### Disposições preliminares

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Agroecologia e Produção

Orgânica

- PMAPO, com o objetivo geral de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e o consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal, conforme Decreto nº 7794/2012.

Parágrafo único. As práticas agroecológicas deverão contemplar a melhoria das condições alimentares e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental formal e não formal, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, agroecoturismo, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade, conservação de recursos hídricos e nascentes, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio da PMAPO promoverá práticas agroecológicas de produção, agroextrativismo, coleta, transformação, comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, troca, doação ou comercialização, (re)aproveitando-se de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, de acordo com legislação vigente no que diz respeito ao meio ambiente, coleta de resíduos sólidos, orgânicos e recicláveis e os planos diretores locais.

### CAPÍTULO II

#### DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - agroecologia: o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais.

II - agricultor familiar: aquele definido nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - agricultura urbana e periurbana: é toda a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas, pesca pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais, praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos e não urbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Deve pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a sustentabilidade das cidades.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu – Marquito

---

IV - povos e comunidades tradicionais: aqueles definidos nos termos do inciso I do art. 3º do Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

V - produção orgânica aquela oriunda de sistema orgânico de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

VI - sociobiodiversidade: é a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais e o uso e o manejo dos bens naturais vinculados ao conhecimento e à cultura dos agricultores, englobando produtos, saberes, hábitos e tradições de um determinado lugar ou território;

VII - desenvolvimento sustentável: modelo com múltiplas dimensões, voltadas ao fomento de capacidades e satisfação das necessidades humanas, pautado nos critérios de justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica. Pressupõe a solidariedade com as gerações presentes e futuras e o planejamento e gestão local participativa, integrados aos diferentes níveis de gestão com o objetivo de tornar-se processo de expansão, universalização e apropriação efetiva dos direitos humanos fundamentais. Visa harmonizar objetivos sociais e éticos com as restrições ecológicas e produtivas de cada região e com o uso e conservação da sociobiodiversidade e dos demais recursos ambientais;

VIII - transição agroecológica - processo gradual de mudança de prática e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos ambientais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação.

IX - Agroextrativismo: combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais;

X - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

### CAPÍTULO III DA POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Art. 3º São diretrizes da PMAPO:

I - Incentivar o cultivo de hortas urbanas e não urbanas em espaços públicos, comunitárias e residenciais, a agricultura familiar e o associativismo comunitário;

II - Apoiar a comercialização de produtos derivados da agricultura de base agroecológica em diversos pontos do município, priorizando a venda direta do produtor de acordo com a legislação vigente;

III - Promover o desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e terapêuticas para a população geral;

IV - Incentivar o desenvolvimento de tecnologias sociais de base agroecológica;

V - Promover o direito humano à alimentação adequada e saudável de baixo custo, o acesso, a soberania e segurança alimentar e nutricional;

VI - Estimular a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos modificados, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente, por meio de incentivo aos agricultores extrativistas que realizem gestão e conservação dos bens naturais e desenvolvam e implementem sistemas de produção baseados em recursos ambientais renováveis, métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam o emprego de poluentes e a dependência de insumos externos;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu – Marquito

---

VII - Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura, agroecologia, agroextrativismo, pesca artesanal e maricultura e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei Federal nº 11.326/2006;

VIII - Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estimular as experiências locais de uso e conservação de recursos genéticos vegetais e animais, especialmente aqueles que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

IX - Estimular e ampliar a participação da juventude na produção orgânica e de base agroecológica;

X - Contribuir para a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres;

XI - Incentivar a pecuária de baixo impacto;

XII - Estimular e valorizar o protagonismo nos processos de construção e socialização de conhecimento e na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica.

Art. 4º São objetivos específicos da PMAPO:

I - ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais;

II - criar e efetivar instrumentos regulatórios, fiscais, creditícios, de incentivo e de pagamento por serviços ambientais para proteção e valorização das práticas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade, solo e água, e manejo de resíduos a expansão da produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica e;

III - fomentar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica;

IV - fomentar a implantação de programa municipal de Assistência Técnica e

Extensão Urbano/Rural - Ateur, estatais e não estatais, com base na agroecologia;

V - Estimular a criação de sistema de informações sobre a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

VI - Assegurar ao produtor(a) agroecológico os incentivos fiscais previstos na Lei

Complementar Municipal n. 432/2012;

VII - incentivar as compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos e orgânicos;

VIII - Fomentar implantação de um programa municipal de produção e uso de plantas medicinais e fitoterápicos no âmbito dos serviços de saúde;

IX - Estimular a articulação entre os atores dos diferentes espaços de unidades de conservação e parques naturais para produção de base agroecológica;

X - Estimular o uso dos espaços públicos e privados em desuso adotando práticas agroecológicas, contribuindo para a organização e limpeza de espaços urbanos, prevenindo a proliferação de agentes patogênicos ou vetores de doenças;

XI - Destinação de áreas verdes condominiais para desenvolvimento de atividades agroecológicas, sem que haja perda da essência primordial das referidas áreas.

Art. 5º São instrumentos da PMAPO, entre outros:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu – Marquito

---

I - O Conselho Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - COMAPO, que será criado por lei específica, podendo coincidir com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição Saudável de Florianópolis - COMSEAS;

II - Câmara Técnica Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser criada por lei específica, podendo ser executada pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutrição Saudável de Florianópolis - CAISAN;

III - Conferência Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;

IV - o Fundo Municipal para a Promoção do Empreendimento e do

Desenvolvimento Comercial, Industrial e Marinho (FUMDESF) criado pela Lei Municipal nº 10.192/2017, que alterou a Lei 5.633/1999, sem prejuízo de outro que venha a ser criado por lei específica;

V - o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - PLAMPO;

VI - Sistema Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - PMAPO; VII - Feiras agroecológicas; VIII - Empórios e lojas de produtos agroecológicos e orgânicos; IX - medidas fiscais e tributárias;

X - Fomentar práticas ecológicas associadas nos espaços de agricultura ecológica;

Art. 6º O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - PLAMPO conterá, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

I - diagnóstico;

II - estratégias e objetivos;

III - programas, projetos e ações; IV - indicadores, metas e prazos; V - monitoramento e avaliação.

Parágrafo único. A construção do PLAMPO deverá ser integrada, participativa e se utilizando dos instrumentos elencados no artigo anterior.

Art. 7º O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - PLAMPO, no âmbito do Plano Plurianual de Ação (PPA):

I - identificará estratégias, ações e metas a serem implementadas segundo cronograma definido;

II - indicará as fontes orçamentárias e os recursos administrativos a serem alocados para a concretização dos objetivos desta Lei;

III - criará condições efetivas de infraestrutura e recursos humanos que permitam a implantação e monitoramento das políticas definidas nesta Lei.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A execução desta política deverá estar vinculada a um órgão do Poder Executivo, cujas competências contemplem a coordenação política, institucional e administrativa, com capacidade de integração das ações do Governo e dos órgãos e entidades da administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 9º Esta política deverá ser executada de forma intersetorial, tanto na escala governamental quanto da participação da sociedade civil.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu – Marquito

---

§1º A articulação entre os órgãos da administração direta e indireta do executivo municipal será organizado pelo Poder Executivo, vinculando todos os gestores com atividades afins, sendo compulsória a observância das premissas elencadas nesta PMAPO;

§2º O Poder Executivo municipal, o CONSEAS, a CAISAN, ficarão responsáveis pela construção do PLAMPO, programas, ações e subações,

Art. 10. Poderão ser firmados convênios e acordos de cooperação técnica para fins de implementação desta Política;

I - com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública;

II - com a União, Estados, Municípios, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas de trabalho, assim como com entidades nacionais e estrangeiras.

§1º As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse desta Política;

§2º Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

§3º A PMAPO será implementada pelo município em regime de cooperação com outros municípios, União, Estado e organizações da sociedade civil nacionais ou estrangeiras.

§4º As relações contratuais decorrentes das ações e programas da PMAPO deverão seguir a preferência estabelecida no Decreto Federal nº 8.538/2015.

Art. 11. Os recursos materiais e financeiros necessários para a execução do PMAPO correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos da administração municipal direta e indireta envolvidos com a política, suplementadas se necessário por doações, desde que devidamente autorizadas conforme legislação vigente.

Art. 12. Serão destinadas áreas públicas municipais para implantação de instrumentos desta Política, mediante critério do Poder Executivo e articulado com o Estado e a União o uso de áreas públicas de sua propriedade, desde que consideradas apropriadas para a atividade da PMAPO, observando a legislação vigente.

Art. 13. O acompanhamento e a participação social da PMAPO se dará por meio dos instrumentos listados no art. 5º desta Lei, além do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis - COMSEAS conforme dispuser o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica - PLAMPO e o regulamento do CONSEAS.

Art. 14. No que for omissa esta Lei, será considerado como subsídio o Decreto Federal nº 7.794/2012.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GEAN LOUREIRO  
Prefeito Municipal



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Florianópolis tem práticas tradicionais e históricas que remontam à atividade ligada à agricultura de base ecológica, que garantiram a subsistência desde os primeiros moradores da região. A medida ora apresentada pretende contribuir para o resgate histórico das práticas nutricionais e alimentares, de relação com o trabalho e a natureza.

Nessa seara, o Projeto de Lei apresentado almeja oferecer apoio como política pública formalmente instituída aos produtores tradicionais, em transição e agroecológica para fortalecer as práticas que exprimem tendências e potencialidades do município de Florianópolis, no sentido de fomentar atividades econômicas com menor impacto ecológico, possam proporcionar melhor rentabilidade para os produtores, valorização dos trabalhadores, promovendo saúde, educação ambiental, melhora nas condições nutricionais, justiça social e igualdade de gênero.

A agroecologia, portanto, é o sistema produtivo de tecnologia social e base ecológica, que incorpora três dimensões ao mesmo tempo: valorização da tradição e do saber popular sobre manejo dos agroecossistemas, enfoque científico de muitas áreas do conhecimento e organização social. Desta forma, a importância de apoiar e incentivar os sistemas de produção agroecológicos e orgânicos, além dos aspectos socioeconômicos e de preservação ambiental, se dá por proporcionar à população o direito à alimentação saudável e reforçar as estratégias de segurança alimentar. Para tanto, este mandato convidou os professores da Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA) Clara Nicholls e Miguel Altieri, ambos referência mundial em agroecologia, que estiveram no dia 14/03/2017 nesta Casa Legislativa, e defenderam mudanças no sistema de abastecimento alimentar, utilizando-se da agroecologia como base para a agricultura sustentável.

A propositura da institucionalização desta política dialoga com a necessidade de alteração do paradigma produtivo da agricultura tradicional baseada no uso de defensivos artificiais e prejudiciais à saúde humana e ambiental: desde 2009, o país é o maior consumidor mundial dessas substâncias, com uma média de um milhão de toneladas por ano, o equivalente a 5,2 kg de veneno por habitante<sup>678</sup>. Para se ter ideia, a média dos EUA em 2012 era de 1,8 kg por habitante.

Diante deste cenário alarmante, o Instituto Nacional do Câncer - INCA lançou um documento compilando dados contundentes sobre os riscos destas substâncias para a saúde, emplacando campanha nacional por alimentação segura, com o intuito de aumentar a regulação e o controle do uso dos defensivos químicos e incentivando alternativas mais ecológicas e sustentáveis.

Parece evidente que nossas ações estão impactando o meio ambiente, sem dar condições para a sua regeneração, o que está levando muito rapidamente ao esgotamento dos recursos naturais. Isso deve preocupar a toda sociedade. Mas, sobretudo, mobilizar a sociedade e governos à construção de novos caminhos para si, exigindo um novo modelo de desenvolvimento. É de consenso que temos que trabalhar coletivamente para minimizar e consertar os impactos ao meio ambiente, como a contaminação dos mananciais, a perda da fertilidade do solo, a extinção de espécies que empobrece a biodiversidade, a poluição do ar, as mudanças climáticas, dentre outras questões, que têm afetado os ecossistemas, e consequentemente, a vida das pessoas. Neste debate, que todos têm responsabilidades, um segmento importante pode dar uma contribuição fundamental à resolução desses problemas.

---

<sup>678</sup> LONDRES, Flavia. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p. : il.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
Gabinete Vereador Marcos José de Abreu – Marquito

---

Neste sentido, a agroecologia e a produção orgânica, representam sistemas produtivos que respondem aos quesitos da sustentabilidade ecológica, ao mesmo tempo que são adequados à agricultura familiar (setor responsável por cerca de 70% da produção de alimentos que chega à mesa da população brasileira e que historicamente têm adotado sistemas produtivos mais diversificados, associando, via de regra, estratégias de produção agropecuária com preservação ambiental e construção de locais de moradia e de cultura), embora possam ser praticadas em maior escala.

Para melhor compreensão, esclarecemos que agroecologia e a produção orgânica são similares na sua essência, porque ambas caracterizam-se por não utilizarem agrotóxicos, nem outros insumos químicos que possam causar impactos ambientais ou na saúde humana e animal.

Além dos efeitos tóxicos evidentes descritos na literatura científica nacional e internacional, as ações para o enfrentamento do uso dos agrotóxicos têm como base o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA (previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Decreto nº 7.272, de 25/08/2010), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta - PNSIPCF (Portaria nº 2.866 de 02/12/2011), a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Portaria nº 1.823, de 23/08/2012) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (Decreto nº 7.794, de 20/08/2012).

A iniciativa se coaduna com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto Federal n. 7.797/2012 e tem o intuito de reverberar na esfera municipal as práticas que a política promove. A construção desta proposta é o acúmulo de contribuições de um coletivo coletivo, oriundo de fóruns de discussão sobre a agricultura urbana fomentado pela Rede Semear, composto por atores dos mais diversos setores da sociedade civil e da administração pública, contando com o apoio e manifestação de técnicos engajados no tema da segurança alimentar e nutricional sustentável, servidores de instituições públicas, instituições privadas ligadas ao tema, agricultoras e agricultores, ativistas ambientais, entre outros. Por isso, o Projeto é complexo e com uma importância extraordinária por subsidiar e apoiar o protagonismo liderado por florianopolitanos no cenário nacional como as hortas escolares, hortas coletivas e comunitárias, quintais produtivos, agricultura familiar, agricultura urbana e não urbana, feiras agroecológicas, agroextrativismo, entre outros.

O presente Projeto busca valorizar e reconhecer a importância dos agricultores e agricultoras que se dedicam à produção agroecológica e orgânica em nosso Município, proporcionar melhores condições para o desenvolvimento desta prática e estimular mais agricultoras e agricultores a optarem por sistemas agroecológicos e orgânicos. Visa criar um instrumento para o fomento de sistemas agrícolas sustentáveis, reforçando as estratégias de segurança alimentar, com inclusão social e preservação ecológica.

Sala das sessões,

---

Vereador Marcos José de Abreu  
MARQUITO - PSOL

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Nesta Casa



**ANEXO B – CARTA DO II ENCONTRO MUNICIPAL DE  
AGRICULTURA URBANA**



## **Carta do II Encontro Municipal de Agricultura Urbana 25 de Junho de 2016 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil**

O tema da Agricultura Urbana, nos últimos 10 anos, está na pauta de diversas agendas políticas e sociais de Florianópolis. São agendas orientadas por trabalhos desenvolvidos em vários contextos sócio-espaciais na região metropolitana, em especial, na Ilha de Santa Catarina, tais como: produtores locais, não formalizados no âmbito de um mercado hegemônico de comercialização e distribuição de alimentos; grupos comunitários e associações de moradores, que buscam espaços e terrenos que poderiam ser destinados à agricultura; instituições públicas, a exemplo de escolas, secretarias municipais, centros de saúde e universidades (hortas escolares, programas de acesso aos fitoterápicos, pesquisas, assessorias técnicas, dentre outras); conselhos participativos, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis, denominado COMSEA, instituído em 2013; e frentes de debates e discussões empreendidas pela comunidade em distintos espaços.

A temática de Agricultura Urbana tem surgido naturalmente como uma demanda das comunidades e poderia oferecer um diferencial para melhoria da qualidade de vida na cidade, contribuindo para a requalificação urbana, o meio ambiente e a saúde. Essas comunidades são compostas por um conjunto de atores, que manifestam e representam experiências onde a Agricultura Urbana, adquire diversas funcionalidades: servir para auto abastecimento, venda direta para a vizinhança, terapia ocupacional, desempenhar atos de convívio comunitário, embelezamento, reciclagem, terapêutica, manutenção das raízes rurais, resignificação de culturas agroalimentares, garantia do direito à alimentação adequada, discutir o direito à cidade, refletir sobre a função social da propriedade, modelo de ocupação do território, geração de trabalho e renda, dentre outras.

Embora pujantes, essas funções, em Florianópolis, ainda são desconhecidas e pouco visíveis em sua maioria, principalmente pela ausência de políticas públicas e formas de apoio aos agricultores e agricultoras, como a falta de acesso à terra e aos demais espaços favoráveis à produção agrícola.

No intuito de reforçar estas ações em Florianópolis e alinhando-se à Carta Política produzida no I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado em outubro de 2015 na Cidade do Rio de Janeiro, buscaremos:

- Reconhecimento das práticas de agricultura, e temas correlatos, nos contextos territoriais de Florianópolis;

- Manutenção do conceito de área rural no Plano Diretor Participativo de Florianópolis;
- Integração da Agricultura Urbana no Plano Diretor Participativo de Florianópolis;
- Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saneamento;
- Destinação de áreas públicas e incentivo as áreas privadas para a produção de alimentos em Florianópolis, por meio de práticas de agricultura orientadas pelos princípios da agroecologia;
- Simplificar a burocracia e as exigências para o uso de terrenos públicos pela Agricultura Urbana;
- Promoção de incentivo fiscal e jurídico à utilização de terrenos urbanos públicos, privados e baldios para a agricultura, à exemplo da implantação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Verde, utilização de cobertura vegetal em edifícios "telhado verde", reciclagem dos resíduos sólidos domésticos, agricultura urbana, captação de energia solar, aproveitamento da água da chuva e reaproveitamento das águas servidas, entre outras práticas sustentáveis;
- Estabelecimento de incentivos fiscais especiais para os produtores de Agricultura Urbana em escalas acima de 1 ha. de modo a não penalizar com o custo alto dos impostos urbanos, equiparando-se, por exemplo, ao imposto rural;
- Valorização do território de Florianópolis, primando-se pelo bem comum e sustentabilidade ambiental;
- Reconhecimento social, cultural, político, jurídico e econômico dos grupos que executam serviços de gestão comunitária de resíduos orgânicos, a exemplo da Revolução dos Baldinhos;
- Implementar formas de remunerar, por serviços ambientais, os grupos que executam serviços de gestão comunitária de resíduos orgânicos;
- Incentivo e apoio às hortas de caráter associativa, coletivas, cooperativadas, comunitárias e domiciliares;
- Desenvolver no município uma política de crédito e seguro agrícola prioritariamente aos agricultores e agricultoras de baixa renda;
- Implantação e manutenção de hortas nas instituições públicas das áreas da saúde, da educação, da assistência social, do meio ambiente e da agricultura;
- Garantir a continuidade do Programa Educando com Hortas Escolares e Gastronomia, nas escolas públicas municipais de

Florianópolis, com o envolvimento dos alunos, pais e servidores da educação e da saúde, tendo o apoio necessário dos demais órgãos da Prefeitura responsáveis pela sua implantação. Onde houver área física adequada implantar sistema para compostagem de resíduos orgânicos, fortalecendo assim uma consciência de educação ambiental nas futuras gerações e na comunidade em geral;

- Garantir a continuidade, nos serviços municipais de saúde das Práticas Integrativas e Complementares incentivando a utilização de plantas medicinais nos tratamentos de doenças;
- Valorização e promoção de práticas de educação alimentar nas escolas, públicas e privadas, dentre outras instituições, orientadas pelos princípios agroecológicos e pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apoio à formação e manutenção de núcleos e grupos de estudo nos diversos domínios da agricultura de base agroecológica;
- Promoção dos espaços de encontro e intercâmbio de conhecimento e técnicas, entre os produtores locais e os grupos comunitários;
- Oferta de assistência técnica agroecológica e multidisciplinar com fornecimento de insumos (água, composto, energia elétrica, terra, sementes e mudas) e equipamentos (enxadas, carrinho de mão, composteiras), necessários à produção de alimentos como considerando a diversidade de agricultores e agricultoras urbanas e as escalas de produção;
- Fomento e facilitação do acesso às sementes crioulas para agricultores urbanos;
- Fomento à logística de distribuição e comercialização de produtos agrícolas agroecológicos, principalmente por meio de incentivos a feiras urbanas;
- Aproximar a economia solidária e outros meios públicos ou privados que garantam o preço justo ao consumidor e remuneração digna ao pequeno agricultor;
- Estabelecer instrumentos jurídicos para incluir os agricultores e agricultoras urbanas nas compras institucionais em Florianópolis, tais como: alimentação em escolas, nas creches e nos serviços de saúde;
- Criação de pontos de cultura alimentar considerando as produções caracterizadas como patrimônio agroalimentar de Florianópolis, ao exemplo dos Engenhos de Farinha, pesca da Tainha, dentre outras;

- Incentivar a troca de produção agrícola entre produtores, especialmente produtores domiciliares;
- Fomento aos circuitos curtos de produção, comercialização de produtos oriundos da Agricultura Urbana;
- Criar Selo/Certificado para produtos agroecológicos de Florianópolis;
- Promoção continuada de campanhas de sensibilização em prol de uma Florianópolis livre de agrotóxicos e transgênicos, com o fortalecimento do princípio da precaução;
- Garantir manancial hídrico adequado para produção agrícola urbana;
- Envolvimento da Vigilância em Saúde na revisão do regimento com a finalidade na promoção da Agricultura Urbana;
- Garantir um espaço dentro da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – (CAISAN) do COMSEA de Florianópolis para a construção da Política Municipal de Agricultura Urbana;
- Implementação do Conselho das Cidades (em consonância com o Estatuto das Cidades);
- Estruturação da Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura para o fortalecimento da agricultura urbana e implantar os Serviços de Inspeção Municipal (SIM) totalmente público, com foco no apoio ao pequeno produtor;
- A implantação das atividades, quando pertinentes, do Plano de Ação Florianópolis Sustentável, que propõe ações de sustentabilidade com caráter inovador e transversal; e
- Criação de uma plataforma eletrônica para mapeamento da Agricultura Urbana para compartilhamento de informações.